

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – CEDEPLAR
Programa de Pós-graduação em Demografia

Alexandre Coelho Ferreira

**Migrações internacionais em tempos de crise: um estudo sobre o
processo de integração dos refugiados sírios na cidade de São
Paulo (BRA).**

Belo Horizonte/MG
UFMG/Cedeplar
2021

Alexandre Coelho Ferreira

Migrações internacionais em tempos de crise: um estudo sobre o processo de integração dos refugiados sírios na cidade de São Paulo (BRA).

Tese apresentado ao curso de pós-graduação em Demografia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional de Minas Gerais (CEDEPLAR), da Faculdade de Ciências Econômicas (FACE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Demografia.

Orientador: Prof. Dr. Alisson Flávio Barbieri

Co-orientador(a): Profa. Dra. Gisela P. Zapata

Belo Horizonte/MG

2021

Ficha Catalográfica

F383m
2021

Ferreira, Alexandre Coelho.
Migrações internacionais em tempos de crise [manuscrito] : um estudo sobre o processo de integração dos refugiados sírios na cidade de São Paulo (BRA) / Alexandre Coelho Ferreira. – 2021. 367 f., il., gráfs e tabs.

Orientador: Alisson Flávio Barbieri.
Coorientadora: Gisela Patrícia Zapata Araújo.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional.
Inclui bibliografia (f. 273-308) apêndices e anexos.

1. Sírios – Migrações – Teses. 2. Refugiados – Teses. 3. Migração – Teses. I. Barbieri, Alisson F. (Alisson Flávio). II. Araújo, Gisela Patrícia Zapata. III. Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. IV. Título.

CDD: 304.8



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DEMOGRAFIA

ATA DE DEFESA DE TESE DE ALEXANDRE COELHO FERREIRA Nº. REGISTRO 2017663829.

Às quatorze horas do dia dezesseis do mês de dezembro de dois mil e vinte e um, reuniu-se, **por videoconferência**, a Comissão Examinadora de TESE, indicada "*ad referendum*" pelo Colegiado do Curso em 29/10/2021, para julgar, em exame final, o trabalho final intitulado "**Migrações internacionais em tempos de crise: um estudo sobre o processo de integração dos refugiados sírios na cidade de São Paulo (BRA)**", requisito final para a obtenção do Grau de *Doutor em Demografia*, área de concentração em Demografia. Abrindo a sessão, o Presidente da Comissão, Prof. Alisson Flávio Barbieri, após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra ao candidato, para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores, com a respectiva defesa do candidato. Logo após, a Comissão composta pelos professores: Alisson Flávio Barbieri, Gisela Patrícia Zapata Araújo, Gilvan Ramalho Guedes, Dimitri Fazito de Almeida Rezende, Duval Magalhães Fernandes e Roberta Guimarães Peres se reuniu, sem a presença do candidato e do público, para julgamento e expedição do resultado final. A Comissão **APROVOU** o candidato por unanimidade. O resultado final foi comunicado publicamente ao candidato pelo Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar o Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 16 de dezembro de 2021.

Prof. Alisson Flávio Barbieri (Orientador) (CEDEPLAR/FACE/UFMG)

Profa. Gisela Patrícia Zapata Araújo (Coorientadora) (CEDEPLAR/FACE/UFMG)

Prof. Gilvan Ramalho Guedes (CEDEPLAR/FACE/UFMG)

Prof. Dimitri Fazito de Almeida Rezende (FAFICH/UFMG)

Prof. Duval Magalhães Fernandes (PUC Minas)

Profa. Roberta Guimarães Peres (UFABC)

PROFA. LAURA LÍDIA RODRÍGUEZ WONG
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Demografia



Documento assinado eletronicamente por **Gilvan Ramalho Guedes, Subcoordenador(a)**, em 27/12/2021, às 13:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alisson Flavio Barbieri, Professor do Magistério Superior**, em 27/12/2021, às 13:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Roberta Guimarães Peres, Usuário Externo**, em 27/12/2021, às 15:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gisela Patricia Zapata Araujo, Professora do Magistério Superior**, em 28/12/2021, às 09:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Dimitri Fazito de Almeida Rezende, Professor do Magistério Superior**, em 03/01/2022, às 10:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Duval Magalhães Fernandes, Usuário Externo**, em 18/01/2022, às 00:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Laura Lidia Rodriguez Wong, Coordenador(a) de curso de pós-graduação**, em 24/01/2022, às 12:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 1143861 e o código CRC BED7A72D.

Dedico esta Tese aos milhões de refugiados sírios espalhados pelo mundo.

À sua luta, esperança e sonhos.

AGRADECIMENTOS

A construção de uma Tese de doutorado é normalmente desafiadora por uma série de motivos, porém, em meio a uma pandemia, é um exercício que exige algo mais. Concentrar na pesquisa enquanto mais de 2 mil pessoas morriam diariamente no Brasil não foi fácil. Para além deste fato, que é por si lamuriante, os desafios familiares e pessoais enfrentados durante este período, somados à situação atual político-econômica-social do país, colocaram-me em uma condição psicológica inédita em minha vida, o que transformou todo o trabalho em um teste de resistência mental muito difícil de ser vencido. Por conta de toda esta situação, meus agradecimentos precisam ser direcionados a dois grupos: aquele que me ajudou na construção deste trabalho e permitiu que esta Tese fosse realizada, contribuindo com dados e informações; e outro que me ajudou a sustentar psicologicamente todo este período; um desafio que ainda enfrento, mas aos poucos está sendo vencido. Faltarão pessoas a serem agradecidas por conta de espaço; a estas, saibam que sou eternamente grato.

Primeiramente, agradeço a todos os refugiados sírios que participaram desta Tese. Sem seu tempo e solidariedade, ela seria impossível. Envio, portanto, um carinhoso abraço aos Mohammed, Anas, Salim, Maher, Ayman, Omar, Tarek, Oula, Samir e tantos outros por todas as experiências proporcionadas, pelas falas belíssimas e histórias comovedoras, educação e receptividade a mim e minha Tese. Foi, antes de tudo, um aprendizado enorme, transformando-me em uma pessoa muito melhor e mais sábia.

Aos demais interessados pelo tema que ajudaram na construção deste estudo, como representantes de ONGs, poder público, universidades ou apenas ativistas pela causa, em São Paulo e Hamburgo, agradeço as contribuições valiosas e grande receptividade. Em especial, agradeço ao Vinicius, Nilton, Laura, Vitor, Daniela, Valéria, Pablo, Sasha, Susi, Dori, Mohammed, Anika e Ana.

Ao professor Gilberto Rescher, agradeço por ter aberto as portas da Universidade de Hamburgo e permitido que minha pesquisa fosse conduzida na Alemanha, assim como pelo suporte provido durante todo meu período de estadia na cidade.

Aos meus orientadores, Alisson e Gisela, agradeço pelas valiosas contribuições ao longo da Tese e pelo apoio prestado durante meu tempo na Alemanha, principalmente pela compreensão quando precisei retornar antecipadamente ao Brasil por conta da pandemia.

À Mariana, agradeço imensamente pelo amor, carinho, companheirismo e paciência durante este período. Sem ela, eu teria desistido. Não apenas me amparou nos momentos mais difíceis, como me resgatou quando estava caindo no abismo.

Ao Matheus e Theunis, queridos amigos, agradeço pelos momentos de descontração durante nossos encontros virtuais, fundamentais para reduzir meu sentimento de solidão em momentos que mais precisei.

À minha mãe, guerreira, que dedicou sua vida para que eu pudesse estar aqui hoje. Sem seus esforços, amor e dedicação, eu não seria nada. Muito obrigado!

E não menos importante, agradeço à CAPES e FAPEMIG pelo suporte financeiro provido durante estes mais de quatro anos. Sem ambas as agências, não seria possível a realização desta Tese, sobretudo conduzi-la na Alemanha.

RESUMO

A Guerra Civil que começou em 2011 na República Árabe Síria e que continua sem fim levou, até o final de 2020, mais de 13 milhões de pessoas a fugirem de suas casas, das quais 6,8 milhões atravessaram as fronteiras internacionais do país e estão em condições de refúgio, segundo dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR). Diante desta mobilidade síria, o Brasil se destaca no cenário latino-americano como o principal receptor, com pouco mais de 3.500 pessoas dessa nacionalidade, tornando-o o segundo maior grupo de refugiados do país, atrás apenas dos venezuelanos. No entanto, pouco se sabe sobre a vida dessas pessoas no Brasil: como se comportam em termos de emprego e moradia; se e como acessam os sistemas de saúde e educação; e como se relacionam com a sociedade. Dada a importância da questão no atual contexto global e o pouco conhecimento que ainda existe sobre as condições de vida desta população no Brasil, este trabalho visa analisar o processo de integração dos refugiados sírios na cidade de São Paulo a partir de duas dimensões: uma institucional, que engloba os subcampos de integração no mercado de trabalho, educação, saúde e moradia, e uma sócio cultural, representada pelos subcampos de contato social, abertura cultural e facilitadores do processo de integração. Para este fim, foi aplicado um "Modelo de Integração de Refugiados", algo inédito na produção acadêmica sobre o assunto no país. O desenvolvimento do modelo inclui um debate teórico que permitiu a elaboração conceitual do modelo e a seleção de 89 indicadores para orientar a análise e as discussões em cada subcampo de integração, divididos em indicadores legais, objetivos e subjetivos. Além disso, foram aplicados 32 *surveys* com refugiados e conduzidas 20 entrevistas semi-estruturadas com refugiados e *stakeholders* na cidade de São Paulo; assim como foram analisadas fontes secundárias, tais como registros administrativos e legislação relacionada aos direitos dos refugiados e imigrantes no país e na cidade de São Paulo. Os resultados indicam que os refugiados sírios enfrentam desafios significativos para se integrarem institucionalmente, especialmente nas áreas de emprego, educação e moradia, e que as influências em um subcampo, sejam positivas ou negativas, podem ser diretamente refletidas na integração no outro. Por sua vez, do ponto de vista da integração sócio cultural, embora também tenham sido observadas limitações, especialmente em relação ao aprendizado do português, os refugiados parecem estar progredindo nesta dimensão, resultado, sobretudo, da excelente relação identificada entre brasileiros e sírios.

Palavras-chave: República Árabe Síria; refugiados; integração; Brasil; São Paulo.

ABSTRACT

The Civil War that began in 2011 in the Syrian Arab Republic and remains unfinished has led, by the end of 2020, more than 13 million people to flee their homes, of which 6.8 million have crossed the country's international borders and are in refugee condition, according to data from the United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR). Facing this Syrian mobility, Brazil stands out in the Latin American scenario as the main destination, with a total of more than 3,500 people of this nationality, making it the second largest group of refugees in the country, behind only Venezuelans. However, little is known about the lives of these people in Brazil: how they perform in terms of employment and housing; whether and how they access the health and educational systems; and how they relate to society. Considering the importance of the topic in the current global context and the little knowledge that still exists about the living conditions of this population in Brazil, this paper aims to analyze the integration process of Syrian refugees in the city of São Paulo based on two dimensions: an institutional one, which encompasses the subfields of integration in the labor market, education, health and housing; and a sociocultural one, represented by the subfields of social contact, cultural openness and facilitators of the integration process. To this end, a "Refugee Integration Model" was applied, something unprecedented in the academic production on the subject in the country. The development of the model includes a theoretical debate that allowed the conceptual elaboration of the model and the selection of 89 indicators to guide the analysis and the discussions in each sub-field of integration, divided into legal, objective and subjective indicators. In addition, 32 surveys were applied with refugees and 20 semi-structured interviews were conducted with refugees and stakeholders in the city of São Paulo; as well as secondary sources were analyzed, such as administrative records and legislation related to the rights of refugees and immigrants in the country and in the city of São Paulo. The results indicate that Syrian refugees face significant challenges to integrate institutionally, especially in the areas of employment, education, and housing, and that the influences in one subfield, whether positive or negative, may be directly reflected on the integration in the other. In turn, from the point of view of sociocultural integration, although limitations have also been observed, especially in relation to learning Portuguese, refugees seem to be progressing in this dimension, a result, above all, of the excellent relationship identified between Brazilians and Syrians.

Keywords: Syrian Arab Republic; refugees; integration; Brazil; São Paulo.

RESUMEN

La Guerra Civil que comenzó en 2011 en la República Árabe Siria y que continúa sin fin había llevado, hasta finales de 2020, a más de 13 millones de personas a huir forzosamente de sus hogares, de los cuales 6,8 millones han cruzado las fronteras internacionales del país y se encuentran en condiciones de refugio, según datos del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados (ACNUR). Frente a esta movilidad siria, Brasil se destaca en el escenario latinoamericano como principal receptor, sumando algo más de 3.500 personas de esta nacionalidad, lo que les sitúa como el segundo grupo de refugiados en el país, sólo por detrás de los venezolanos. Sin embargo, se sabe poco sobre la vida de estas personas en Brasil: cómo les va en términos de empleo y vivienda; si acceden a los sistemas de salud y educación y cómo lo hacen; y cómo se relacionan con la sociedad. Dada la importancia del tema en el actual contexto mundial y el poco conocimiento que aún existe sobre las condiciones de vida de esta población en Brasil, este trabajo pretende analizar el proceso de integración de los refugiados sirios en la ciudad de São Paulo desde dos dimensiones: una institucional, que engloba los subcampos de integración en el mercado laboral, educación, salud y vivienda, y otra sociocultural, representada por los subcampos relativos al contacto social, la apertura cultural y los facilitadores del proceso de integración. Para ello, se aplicó un "Modelo de Integración de Refugiados", algo inédito en la producción académica sobre el tema en el país. El desarrollo del modelo incluye un debate teórico que permitió la elaboración conceptual del modelo, la selección de 89 indicadores para guiar el análisis y los debates en cada subcampo de la integración, divididos en indicadores legales, objetivos y subjetivos. Además, se aplicaron 32 encuestas a refugiados y se realizaron 20 entrevistas semiestructuradas con refugiados y actores clave en la ciudad de São Paulo; y se analizaron fuentes secundarias, como registros administrativos y la legislación relativa a los derechos de los refugiados e inmigrantes en el país y en la ciudad de São Paulo. Los resultados indican que los refugiados sirios se enfrentan a importantes dificultades para integrarse institucionalmente, especialmente en materia de empleo, educación y vivienda, y que los elementos influyentes en un subcampo, ya sean positivos o negativos, pueden estar reflejándose directamente en la integración en otro. A su vez, desde el punto de vista de la integración sociocultural, aunque también se han observado limitaciones, especialmente con relación al aprendizaje del portugués, los refugiados parecen estar avanzando en esta dimensión, lo que resulta, sobre todo, de la excelente relación identificada entre brasileños y sirios.

Palabras-clave: República Árabe Siria; refugiados; integración; Brasil; São Paulo.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Principais características das migrações forçadas e migrações livres.....	32
Quadro 2 - ESTRUTURA DO SURVEY "INTEGRAÇÃO DE REFUGIADOS SÍRIOS"	66
Quadro 3 - Resumo dos roteiros de entrevistas (refugiados e stakeholders).....	74
Quadro 4 - Resumo das informações dos stakeholders de São Paulo	77
Quadro 5 - Resumo das informações dos stakeholders de Hamburgo	78
Quadro 6 - Refugiados sírios no mundo.....	94
Quadro 7 - Quadro de Indicadores Legais de integração ao mercado de trabalho de refugiados	109
Quadro 8 - Análise dos aspectos de instrumentos de gestão migratória nos municípios brasileiros e em São Paulo (2018).	112
Quadro 9 – Ações e comentários sobre o EIXO VI: Promoção do trabalho decente, geração de emprego e renda e qualificação profissional	116
Quadro 10 - Quadro de Indicadores Objetivos e Subjetivos de integração ao mercado de trabalho de refugiados sírios na cidade de São Paulo	118
Quadro 11 - Nível de satisfação com o próprio emprego.....	128
Quadro 12 - Principais resultados da integração ao mercado de trabalho paulistano dos refugiados sírios.	132
Quadro 13 - Quadro de Indicadores Legais de integração educacional de refugiados.....	133
Quadro 14 – Ações e comentários sobre o EIXO VII: Acesso à educação integral, ao ensino de língua portuguesa para imigrantes e respeito à interculturalidade	137
Quadro 15 - Quadro de Indicadores Objetivos e Subjetivos de integração educacional de refugiados sírios na cidade de São Paulo	139
Quadro 16 - Principais resultados da integração educacional dos refugiados sírios na cidade de São Paulo.....	145
Quadro 17 - Quadro de Indicadores Legais de integração à saúde de refugiados.....	147
Quadro 18 – Ações e comentários sobre o EIXO VIII: Acesso à saúde integral, lazer e esporte”	150
Quadro 19 - Quadro de Indicadores Objetivos e Subjetivos de integração à saúde de refugiados sírios na cidade de São Paulo.....	152
Quadro 20 - Principais resultados da integração à saúde dos refugiados sírios na cidade de São Paulo.	158
Quadro 21 - Quadro de Indicadores Legais de integração habitacional dos refugiados	159
Quadro 22 - Quadro de Indicadores Objetivos e Subjetivos de integração habitacional de refugiados sírios na cidade de São Paulo	167

Quadro 23 - Principais resultados da integração habitacional dos refugiados sírios na cidade de são paulo.....	179
Quadro 24 - Quadro de Indicadores Legais de integração social de refugiados no Brasil.....	181
Quadro 25 - Quadro de Indicadores Objetivos e Subjetivos de integração social de refugiados sírios na cidade de São Paulo	187
Quadro 26 - Resultado dos indicadores subjetivos de integração social de refugiados sírios na cidade de São Paulo.....	192
Quadro 27 - Principais resultados da integração social dos refugiados sírios na cidade de São Paulo.	199
Quadro 28 - Quadro de Indicadores Legais de integração cultural dos refugiados em São Paulo.....	200
Quadro 29 - Quadro de Indicadores Objetivos de integração cultural de refugiados sírios na cidade de São Paulo.....	204
Quadro 30 - Principais resultados da integração cultural dos refugiados sírios na cidade de São Paulo	213
Quadro 31 - Quadro de Indicadores Legais “facilitadores” da integração de refugiados	214
Quadro 32 - Quadro de Indicadores Objetivos “facilitadores” da integração de refugiados sírios na cidade de São Paulo	220
Quadro 33 - Principais resultados dos “facilitadores” da integração de refugiados sírios a cidade de São Paulo.....	235
Quadro 34 - Critérios de elegibilidade para reunião familiar na Alemanha, segundo status de proteção humanitária.....	261
Quadro 35 - Informações sobre as bases de dados.....	338
Quadro 36 - Matriz de ações, indicadores e metas para o EIXO I: Participação Social e Protagonismo Imigrante na Governança Migratória Local	351
Quadro 37 - Matriz de ações, indicadores e metas para o EIXO II: Acesso à assistência social e habitação	353
Quadro 38 - Matriz de ações, indicadores e metas para o EIXO III: Valorização e Incentivo à Diversidade Cultural	354
Quadro 39 - Matriz de ações, indicadores e metas para o EIXO IV: Proteção aos direitos humanos e combate à xenofobia, ao racismo, à intolerância religiosa e a quaisquer formas de discriminação....	356
Quadro 40 - Matriz de ações, indicadores e metas para o EIXO V: Mulheres e população LGBTI+: acesso a direitos e serviços.....	357
Quadro 41 - Matriz de ações, indicadores e metas para o EIXO VI: Promoção do Trabalho Decente, Geração de Emprego e Renda e Qualificação Profissional.	359
Quadro 42 - Matriz de ações, indicadores e metas para o EIXO VII: Acesso à educação integral, ao ensino de língua portuguesa para imigrantes e respeito à interculturalidade	361

Quadro 43 - Matriz de ações, indicadores e metas para o EIXO VIII: Acesso à saúde integral, lazer e esporte”.	365

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Contínuo da migração.....	28
Figura 2 - Contínuo migração livre vs forçada.....	34
Figura 3 - Estratégias de Aculturação	44
Figura 4 - Modelo de Integração de Refugiados	51
Figura 5 - A comprehensive model of refugee integration.....	52
Figura 6 - The Indicators of Integration Framework.....	55
Figura 7 - Lógica de elaboração da pesquisa	61
Figura 8 - Ilustração da Matriz de Indicadores de Integração	64
Figura 9 - Exemplo de pergunta subjetiva - IAB-BAMF-SOEP.....	67
Figura 10 - Exemplo de pergunta subjetiva do survey “Integração de Refugiados Sírios” - aplicação online – São Paulo.....	68
Figura 11 – Rede de contatos de São Paulo - Semente "Amanda"	70
Figura 12 - Rede de contatos de São Paulo - Semente "Grupo do Facebook"	71
Figura 13 – Rede de contatos de Hamburgo – todas as sementes	72
Figura 14 - Processo de análise de dados qualitativos a partir do método de “Análise Temática”.....	88
Figura 15 – Modelo conceitual de integração da cidade de Hamburgo - 2017	238
Figura 16 - Centros de Recepção Iniciais de Hamburgo.....	249
Figura 17 - Acomodações Secundárias em Hamburgo	249
Figura 18 – Composição do CONARE	335

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Números de Indicadores de Integração Sociocultural	62
Tabela 2 - Números de Indicadores de Integração Institucional	62
Tabela 3 - Distribuição etária e por sexo da população refugiada síria no Brasil e em São Paulo (2020)	102
Tabela 4 - Grau mais alto de estudos completados pelos refugiados sírios na cidade de São Paulo .	106

Tabela 5 - Características demográficas, ano de chegada e rendimento de refugiados/solicitantes de refúgio sírios na RAIS/CTPS, cidade de São Paulo (2018)	127
Tabela 6 – Distribuição das respostas para o indicador 62, por escolaridade, idade e estado civil.....	209
Tabela 7 - Resumo do perfil dos respondentes dos <i>surveys</i> e entrevistas semiestruturadas em São Paulo (n = 32) *	324
Tabela 8 - Resumo do perfil dos respondentes dos <i>surveys</i> e entrevistas semiestruturadas em Hamburgo (n = 6) *	326
Tabela 9 - Distribuição etária por sexo de refugiados sírios vivendo no Brasil até maio de 2019.....	342
Tabela 10 - Distribuição etária por sexo de refugiados sírios vivendo no Brasil entre junho de 2019 a junho de 2020.....	342
Tabela 11 - Distribuição etária por sexo de refugiados sírios vivendo no Brasil (06/2020)	343
Tabela 12 - Distribuição etária por sexo de refugiados sírios vivendo em São Paulo (SISMIGRA - 2020)	344
Tabela 13 - Distribuição etária por sexo de refugiados sírios vivendo na Cidade de São Paulo (SISMIGRA - 2020).....	345
Tabela 14 - Distribuição etária por sexo de refugiados sírios vivendo em São Paulo (05/2020).....	345
Tabela 15 - Distribuição etária por sexo de refugiados sírios vivendo na cidade de São Paulo (05/2020)	346

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição em % do estado civil dos refugiados sírios no Brasil, por sexo (2011-2020)	104

MAPAS

Mapa 1 - Mapa de distribuição dos locais de moradia dos refugiados sírios na cidade de São Paulo	171

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. APONTAMENTOS TEÓRICOS E O “MODELO DE INTEGRAÇÃO DE REFUGIADOS”	22
1.1 As relações entre refugiados, migrações forçadas e migrações livres	23
1.2 Agência vs Estrutura	33
1.3 O debate teórico sobre o conceito de “integração”	40
1.4 O “Modelo de Integração de Refugiados” e as definições do conceito de integração adotadas nesta pesquisa.	50
2. METODOLOGIA E MÉTODOS	60
2.1 Indicadores de integração	60
2.1.1 Seleção e organização dos indicadores	61
2.2 Trabalho de campo	63
2.2.1 Surveys.....	64
2.2.2 Entrevistas semiestruturadas com refugiados e stakeholders	73
2.3. Análise de fontes secundárias.....	79
2.4 Limitações Metodológicas.....	81
2.5 Análise dos dados	86
2.5.1 Analisando as entrevistas semi-estruturadas.....	86
2.5.2 Utilização dos dados dos surveys e dados secundários.....	89
3. REFUGIADOS SÍRIOS NO MUNDO	90
3.1 Refugiados sírios no mundo.....	91
4. A INTEGRAÇÃO DE REFUGIADOS SÍRIOS EM SÃO PAULO, PARTE I: INTEGRAÇÃO INSTITUCIONAL	101
4.1 EMPREGO	107
4.1.1 O que os dados dizem até o momento?	118
4.1.2 Conclusão.....	130
4.2 EDUCAÇÃO	133
4.2.2 O que os dados dizem até o momento?	139
4.2.3 Conclusão.....	144
4.3 SAÚDE	146
4.3.1 O que os dados dizem até o momento?	152
4.3.2 Conclusão.....	157
4.4 HABITAÇÃO	159
4.5.2 O que os dados dizem até o momento?	166
4.4.2 Conclusão.....	177
5. A INTEGRAÇÃO DE REFUGIADOS SÍRIOS EM SÃO PAULO PARTE II: INTEGRAÇÃO SOCIOCULTURAL	180

5.1 CONTATO SOCIAL	180
5.1.1 O que os dados dizem até o momento?	186
5.1.2 Conclusão.....	197
5.2 ABERTURA CULTURAL	199
5.2.1 O que os dados dizem até o momento?	203
5.2.2 Conclusão.....	211
5.3 FACILITADORES	213
5.3.2 O que os dados dizem o até o momento	219
5.3.2 Conclusão.....	232
6. APLICAÇÃO PRELIMINAR DO MODELO DE INTEGRAÇÃO DE REFUGIADOS EM OUTROS CONTEXTOS: O CASO DOS REFUGIADOS SÍRIOS EM HAMBURGO (ALEMANHA).....	236
6.1 O caso dos refugiados sírios em Hamburgo.....	237
6.1.1 Integração Institucional.....	239
6.1.2 Integração Sociocultural.....	254
6.2 Conclusões	264
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	267
REFERÊNCIAS	273
APÊNDICE I – Survey Integração de Refugiados Sírios	309
APÊNDICE II – Perfil dos refugiados sírios entrevistados em campo – São Paulo e Hamburgo.....	324
APÊNDICE III – Roteiro de entrevistas semiestruturadas com os refugiados sírios em São Paulo..	327
APÊNDICE IV – Roteiro de entrevistas com os <i>stakeholders</i> em São Paulo	330
APÊNDICE V – Notas sobre a metodologia.	334
1. Quantificando e identificando os refugiados sírios no Brasil e em São Paulo em 2020 ..	334
2. Identificando a população refugiada síria no Mercado de Trabalho em São Paulo em 2018.....	346
ANEXO I - Eixos, ações e metas previstas pelo 1º Plano Municipal de Políticas para Imigrantes (2021-2024) – Cidade de São Paulo.	351

INTRODUÇÃO

Em março de 2011, na República Árabe Síria, adolescentes foram presos e torturados pelo governo após pintarem slogans revolucionários em um muro escolar na cidade de Dara, região sul do país. Este episódio foi o estopim para que uma série de protestos populares pró-democracia, inspirados pela Primavera Árabe que ocorria em países vizinhos, tomassem as ruas da cidade. A resposta violenta do governo presidido por Bashar Al-Assad às manifestações, com o aprisionamento e assassinato de parte de seus participantes, aumentou a indignação popular contra o presidente e novos protestos exigindo sua renúncia eclodiram pelo país. Quando partidários da oposição começaram a utilizar armas, primeiramente para se defenderem e posteriormente para se livrarem das áreas com segurança nacional, o governo respondeu com ainda mais violência e a Síria entrou em uma Guerra Civil que perdura até os dias atuais (BBC, 2019).

Após uma década de conflito, os resultados são devastadores. Estima-se que mais de 380 mil pessoas foram mortas até 2020, das quais aproximadamente 207 mil eram civis (STATISTA, 2020). Além dos mortos, até o final daquele ano cerca 13,5 milhões de sírios se deslocaram forçadamente de suas casas, dos quais 6,8 milhões estão na condição de refugiados e em situações análogas ao refúgio, 6,7 milhões como deslocados internos e aproximadamente 100 mil solicitantes de proteção humanitária, segundo dados do *United Nations High Commissioner for Refugees* (UNHCR, 2021a)¹, o principal órgão internacional que lida com a questão dos movimentos forçados no mundo. Tomando-se como base o tamanho da população síria em 2010, que totalizava 20,7 milhões de habitantes (UN, 2015), mais de 65% já se deslocou forçadamente de alguma maneira desde o início da guerra e quase um terço são hoje refugiados. O conflito é tão grave que mais de 25% do total de refugiados do mundo ao final de 2020 vieram da Síria (UNHCR, 2020), caracterizando, segundo Mohammad (2016), a maior crise humanitária desde a Segunda Guerra Mundial.

Inúmeras nações têm recebido os refugiados sírios, destacando-se aquelas que compartilham uma fronteira territorial com o país, como a Turquia (3.680.000) – o maior receptor de sírios do mundo - seguida pelo Líbano (944.200) e Jordânia (676.300). Fora da

¹ Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), em português.

região, alguns países da União Europeia se destacam como principais receptores, como a Alemanha (mais de 600 mil refugiados), Suécia (109.300 mil), Áustria e Holanda (49.200 e 32.100 mil, respectivamente) (UNHCR, 2021a; 2020a).

Por sua vez, mesmo em contingente consideravelmente menor, o Brasil também tem atraído refugiados sírios em decorrência da facilitação da emissão de vistos por motivos humanitários através da Resolução Normativa n. 17 de 2013² (BRASIL, 2013), do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) (GODOY, 2014), e pelas dificuldades enfrentadas por eles para entrarem em países da União Europeia (UE) (CALEGARI e BAENINGER, 2016). Segundo Calegari e Baeninger (2016), menos da metade dos refugiados sírios que buscavam proteção em países da UE conseguiram o status de refugiado, enquanto no Brasil, até o ano de 2015, a taxa de elegibilidade alcançou a sua totalidade. Desde o início do conflito interno sírio, o Brasil é o país que mais recebeu refugiados dessa nacionalidade na América Latina (OSBORN, 2015; BALLOFFET, 2016). Ao final de 2020, os sírios eram a segunda nacionalidade com maior grupo de refugiados reconhecidos pelo estado brasileiro (3.594 mil), ficando atrás apenas dos venezuelanos (46.412 mil) (CONARE, 2021).

Em muitos casos a transição do imigrante ao país anfitrião não é simples, sobretudo quando a motivação da mobilidade não é espontânea ou totalmente voluntária, isto é, se ela ocorre por meio de pressão ou por necessidade, como é o caso da população refugiada. Fatores que podem incrementar as dificuldades neste processo são grandes distâncias em termos socioculturais entre o local de origem e destino (BERRY ET AL, 1987; BERRY, 1997; WILKINSON, 2001; PHILLIMORE, 2010), como ocorre com aqueles de nacionalidade síria que se abrigam em países europeus ou mesmo latino-americanos. Além das dificuldades decorrentes de uma mudança que pode ser drástica nos hábitos de vida (como língua e costumes), outros fatores podem contribuir para o aumento de barreiras a esse povo, como o medo disseminado no mundo pelo Estado Islâmico, reforçado por recentes ataques terroristas a países como França, Alemanha e Inglaterra (EL PAIS, 2015; BBC, 2016; CHACRA, 2017), muitas vezes associado simploriamente e de maneira preconceituosa ao árabe e ao islamismo;

² *Resolução Normativa n.º 17 do CONARE*: “Artigo 1º Poderá ser concedido, por razões humanitárias, o visto apropriado, em conformidade com a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, e do Decreto 86.715, de 10 de dezembro de 1981, a indivíduos afetados pelo conflito armado na República Árabe Síria que manifestem vontade de buscar refúgio no Brasil”. A Resolução Normativa n. 17 de 2013 tinha sua renovação prevista para cada dois anos, caso necessário, o que ocorreu em 2015 e 2017. No entanto, devido a uma nova Resolução Normativa do CONARE, n. 31, de 13/11/2019 (BRASIL, 2019), a Resolução Normativa do CONARE n. 30, de 12/09/2019, que mantinha o privilégio dado aos refugiados de origem síria iniciado em 2013, foi revogada.

o fortalecimento notório dos movimentos de extrema-direita ao redor do mundo, marcados, entre outras coisas, por discursos xenofóbicos e anti-imigrantes (O'DONNELL, 2017; NYT, 2017); e a crise econômica mundial atual.

Neste cenário de importantes fluxos de refugiados sírios e entendendo sua posição geralmente vulnerável na sociedade, surgem importantes preocupações com a maneira como este grupo está se estabelecendo nos destinos. De que forma e até que ponto eles encontram trabalho e moradia? É possível aos mesmos acessarem serviços públicos de vários tipos, como serviços sociais e educacionais? Como eles constroem relações sociais e culturais dentro de seus próprios grupos étnicos e com a comunidade em geral? Eles encontram barreiras para uma participação completa na sociedade (acesso a serviços públicos, empregos, construção de laços com os nativos, participação política e comunitária, por exemplo) por causa de suas origens nacionais, raça, etnia, ou *background* social e cultural? (CASTLES *et al*, 2002).

Dada a importância da temática no atual contexto mundial e o conhecimento ainda em construção sobre as condições de vida desta população de uma maneira geral no Brasil, esta Tese tem como objetivo principal construir e aplicar um modelo conceitual analítico, denominado “Modelo de Integração de Refugiados”, para se analisar o processo de integração de refugiados sírios na cidade de São Paulo. Mais do que uma ferramenta metodológica, entende-se que o modelo permite a compreensão do processo de integração em sua totalidade, abarcando os diversos campos que permeiam a entrada e adaptação do refugiado ao país. Desta forma, espera-se demonstrar que sua construção e aplicação pode ser de grande utilidade para acadêmicos, administradores públicos e demais grupos interessados em estudar a vida não apenas dos refugiados sírios, mas da categoria como um todo, independentemente da nacionalidade. Ressalta-se ainda que a construção e aplicação de um modelo de integração é uma contribuição inédita aos estudos sobre a população refugiada no Brasil.

A escolha por São Paulo se justifica porque o estado/cidade, até meados de 2019, era o local por onde a maioria dos refugiados entravam e se instalavam no Brasil, independente da nacionalidade³. Dados do Conare (2018) mostram que 52% dos 5.134 refugiados que residiam à época em território brasileiro se estabeleciam em São Paulo, e como sua capital é a maior cidade do país em termos populacionais e a mais rica economicamente, é também a cidade

³ A partir do segundo semestre de 2019, Roraima se tornou o principal Estado de entrada de refugiados, principalmente da Venezuela, no país.

dentro do estado que concentrava a maior parte deles. Em relação à presença de refugiados sírios, segundo dados do Banco Interativo Observatório das Migrações em São Paulo (OBMIGRA, 2018), entre 2011 e final de 2016, 1.030 (ou aproximadamente 40% do total de refugiados sírios reconhecidos pelo Estado brasileiro à época) viviam no estado de São Paulo, sendo 736 (71,45%) na capital. Salienta-se também que a cidade de São Paulo possui uma influente comunidade sírio-libanesa decorrente das imigrações do final do século XIX e, sobretudo, do século XX (BRASIL, 2017). Assim, é interessante analisar qual o papel das redes pré-estabelecidas por sírios na cidade para a chegada dos refugiados e como elas podem estar impactando na integração dessas pessoas à sociedade paulistana.

Por sua vez, o modelo busca analisar o processo de “integração” porque este é um conceito atualmente muito debatido na literatura mundial e visto de uma forma geral por especialistas da área como o modo de inserção ideal na sociedade, tanto de refugiados quanto de outros imigrantes (BERRY ET AL, 1987; BERRY, 1997; WILKINSON, 2001; PHILLIMORE, 2010, AGER e STRANG, 2004; 2008, EGRIS, 2018). Ainda de acordo a literatura especializada, o processo de integração de refugiados e demais imigrantes é influenciado por uma série de fatores de ordem estrutural tanto da origem como do destino, assim como por características individuais dos próprios refugiados (AGER e STRANG, 2004, 2008; DECLARAÇÃO DE ZARAGOZA, 2010; BERRY, 1997; ENTZINGER e BIEZEVELD, 2003; BIJL e VERWEIJ, 2012; EUROSTAT, 2017; OM, 2016; UNHCR *et al*, 2017). Desta forma, para que o Modelo de Integração de Refugiados possa ser construído e sobretudo aplicado para os refugiados sírios em São Paulo, quatro objetivos específicos, construídos com base em elementos identificados pela literatura, foram selecionados. São eles:

1. *Definir os conceitos de “população refugiada” e “integração”, assim como identificar, por meio da literatura especializada, como que o processo de integração pode ser entendido e quais as ferramentas necessárias para se analisá-lo;*
2. *Analisar os contextos (econômicos, sociais, políticos e culturais) da origem e destino e como eles atuam no processo de integração dos refugiados sírios em São Paulo;*
3. *Identificar quais as variáveis sociodemográficas associadas aos indivíduos ou ao coletivo que poderiam responder, de maneira positiva ou negativa, à integração local;*

4. *Analisar as expectativas dos refugiados em relação ao lugar de destino (aspirações, desejos, intenções e planos) e as percepções dos mesmos sobre a maneira como estão sendo inseridos à sociedade.*

Tomados em conjunto, entende-se que os quatro objetivos específicos revelam as principais dimensões que permitem identificar e qualificar a natureza do processo de integração dos refugiados sírios na cidade de São Paulo. Além disso, apresentam-se importantes para a construção e aplicação do “Modelo de Integração de Refugiados”, conduzindo, portanto, o desenvolvimento desta Tese ao seu objetivo principal.

Destaca-se ainda que, para além dos objetivos geral e específicos desta Tese, tem-se como intenção mostrar que o modelo adotado, além de poder ser replicado para outros grupos de refugiados, também pode ser replicado para se analisar a integração de refugiados em outros países. Desta forma, de maneira bastante preliminar e a título de exploração apenas, esta Tese apresenta alguns dos resultados da aplicação parcial do modelo e suas ferramentas na cidade de Hamburgo (Alemanha) a partir de estudos conduzidos no país utilizando-se também a população refugiada síria como grupo de análise. A escolha de Hamburgo se justifica por ser o estado alemão que possui a segunda maior densidade do país em termos de refugiados por quilômetro quadrado e a quinta maior se considerada como cidade⁴ (KATZ *et al*, 2016)⁵, por ser tratada como uma cidade-modelo no mundo em termos de ações voltadas aos refugiados, e porque a Universidade de Hamburgo abriu as portas a realização desta Tese.

Para a apresentação desta Tese, optou-se por dividi-la em seis capítulos, além desta introdução. O primeiro apresenta uma discussão conceitual da pesquisa e culmina com a construção do “Modelo de Integração de Refugiados”, a espinha dorsal do trabalho. Ele se inicia com um debate não-exaustivo, porém importante, a respeito da relação entre refugiados, migrantes forçados e migrantes livres, parte na qual se define o conceito de refugiados adotado na Tese. Na sequência do capítulo, discute-se o conceito de integração. Para tanto, parte-se de uma apresentação do que a literatura aponta sobre o termo em uma perspectiva evolutiva histórica, iniciando com o seu surgimento a partir da ramificação do debate sobre aculturação

⁴ Hamburgo é uma cidade/estado. Isto é, ela é, ao mesmo tempo, um estado dentre os 16 estados federativos alemães e uma de suas centenas de cidades.

⁵ Segundo estatísticas do Statistisches Bundesamt (DESTATIS, 2020), até final de 2018, últimos dados disponíveis, Hamburgo possuía 10.820 refugiados sírios, aproximadamente 2% do total da Alemanha naquele ano, somando-se aqueles cujo status de proteção ainda não estava definido, de proteção reconhecida e sem status de proteção.

na primeira metade do século XX em contrapartida com a ideia de “assimilação”. Na sequência será mostrado que a compreensão do processo de integração de refugiados está relacionada ao debate entre agência vs estrutura, clássica nos estudos sociológicos e migratórios. Por fim, o Modelo de Integração de Refugiados e a definição do conceito de integração aplicado nesta Tese são finalmente estruturados e apresentados.

O segundo capítulo detalha a metodologia e os métodos aplicados na Tese, assim como são apresentadas em profundidade as etapas de construção e aplicação do modelo, como o trabalho de campo realizado em São Paulo e Hamburgo com a aplicação de *surveys* (com refugiados), realização de entrevistas semi-estruturadas (com refugiados e *stakeholders*) e observação não-participante; seleção e utilização de alguns indicadores de integração; e levantamento de dados secundários. Por fim, são discutidas as limitações dos métodos e do trabalho como um todo.

O terceiro capítulo apresenta alguns estudos sobre a situação dos refugiados sírios no mundo, mostrando, de maneira enxuta e objetiva, alguns achados a respeito da situação econômica, educacional, de saúde e habitacional dessa população em seis dos seus principais destinos, assim como exemplos das relações sociais e culturais construídas com a sociedade.

O quarto capítulo discute os resultados a respeito da “Integração Institucional”, o primeiro grande campo de integração do modelo apresentado no capítulo 1 e composto pelos subcampos “Emprego”, “Educação”, “Saúde” e “Habitação”. Por sua vez, o quinto capítulo apresenta os resultados da “Integração Sociocultural”, o segundo grande campo de integração do modelo e composto pelos subcampos “Contato Social”, “Abertura Cultural” e “Facilitadores”. Em ambos os capítulos, os resultados são fundamentados em uma compilação do que existe de estudos e dados disponíveis sobre a questão na capital paulista, mas sobretudo a partir daqueles coletados em campo nesta Tese. Como os dois campos de integração e seus sete subcampos são bastante conectados, os dois capítulos conversam entre si com frequência. No entanto, uma análise mais profunda de cada subcampo de integração é realizada dentro do espaço destinado a sua discussão.

O sexto capítulo apresenta, de forma preliminar e experimental, como o Modelo de Integração de Refugiados também pode ser uma ferramenta aplicada para tratar da integração de refugiados em outros locais do mundo, utilizando como exemplo o estudo realizado com os refugiados sírios na cidade de Hamburgo (Alemanha). Ressalta-se que o modelo e suas

ferramentas não são aplicados em sua totalidade por extrapolarem os objetivos deste trabalho. No entanto, a partir de uma abordagem inicial e com a utilização apenas de parte das ferramentas necessárias para uma análise completa, nota-se que o modelo, caso contextualizado e aplicado em sua totalidade, pode prover importantes análises sobre a integração dos refugiados, independente do contexto no qual se encontre.

Por fim, a Tese traz as considerações finais sobre os resultados e reflexões sobre o panorama completo de integração dos refugiados sírios na cidade de São Paulo a partir de toda a discussão e dados apresentados nos capítulos anteriores. Ressalta-se como a metodologia aplicada e o modelo permitiram leituras importantes sobre o processo de integração, sendo limitadas, sobretudo, pela ausência de dados robustos. Destaca-se também como o cenário apresentado ilustra um processo de integração deficitário para ambos os campos institucional e sociocultural, sendo o primeiro mais grave, fruto do apoio limitado das instituições existentes e das particularidades macroestruturais do Brasil e São Paulo.

Espera-se que esta Tese possa contribuir com o conhecimento sobre as condições de vida da população refugiada síria em São Paulo, assim como servir como o primeiro exemplo no país a utilizar como instrumento de análise das condições de vida dos refugiados no Brasil um modelo específico de integração. Embora alguns estudos já tenham sido realizados sobre refugiados sírios na cidade de São Paulo (CALEGARI, 2017; FORTUNATO, 2019; ACNUR e CSVN, 2019b), nenhum se propôs a aplicar um modelo analítico específico, organizando de maneira sistemática os possíveis campos de integração e suas relações, ou mesmo discutir profundamente o significado do termo “integração”. Neste sentido, acredita-se que esta Tese, por meio da aplicação do “Modelo de Integração de Refugiados” e todos os elementos envolvidos em sua construção e análise, poderá contribuir para suprir o *gap* observado na literatura atual nacional, assim como poderá ser importante para direcionar os olhares para áreas específicas de integração e relacioná-las de maneira mais clara, identificando os elementos primordiais que impulsionam ou impedem que a integração ocorra; servindo, portanto, como importante base para o desenvolvimento de políticas públicas para os refugiados no Brasil.

APONTAMENTOS TEÓRICOS E O “MODELO DE INTEGRAÇÃO DE REFUGIADOS”

A temática sobre refúgio é tratada de maneira sistemática por estudiosos desde o século XV. No entanto, foi a partir dos eventos ocorridos ao longo do século XX que a questão ganhou projeção mundial (JUBILUT, 2007). Milhões de pessoas foram forçadas a saírem de suas casas em decorrência de acontecimentos como guerras civis, guerras mundiais e ditaduras, eventos que moldaram a distribuição espacial de vários povos e exigiram a construção e aprimoramento dos aparatos jurídicos internacionais (e nacionais) de proteção aos refugiados (HOLBORN, 1938; JUBILUT, 2007). Para o século XXI, o cenário não é de arrefecimento, muito pelo contrário. Sobretudo a partir de sua segunda década - *a decade of displacement* (UNHCR, 2020a), o debate em torno dos refugiados e das migrações forçadas de maneira mais ampla se tornou ponto central em debates políticos internacionais e como pauta eleitoral em diversos países como há muitas décadas não se via. Estatísticas do UNHCR (2021a) apontaram que 82,4 milhões de pessoas estavam deslocadas espacialmente de maneira forçada por motivos de perseguição, conflitos e violência generalizada no mundo ao final do ano de 2020. Desse total, 26,4 milhões eram refugiadas e em situação análoga ao refúgio (88,55% maior do que em 2010), 45,7 milhões internamente deslocadas (74,54% maior) e aproximadamente 4,2 milhões solicitantes de proteção humanitária (488% de aumento).

Embora pareça intuitivo, quem é um refugiado e como podemos definir e entender as migrações forçadas são questões centrais para os estudos de deslocamentos e o campo multidisciplinar de estudos sobre refugiados e movimentos forçados (QASMIYEH *et al*, 2014). Tanto acadêmicos como profissionais da área continuam debatendo sobre os contornos da questão (HUGO *et al*, 2018; KEELY e KRALY, 2018; CHIMNI, 2009; PIGUET, 2018; BAKEWELL, 2011; HATHAWAY, 2007; KOSER e MARTIN, 2011; dentre outros). O que define uma migração como sendo forçada? Qual o limiar entre o forçado e livre? O que significa ser um refugiado e como eles se encaixam nas definições de população migrante? Da mesma forma, debater sobre a integração de refugiados é um desafio, seja pela própria dificuldade teórica, no sentido de se definir o que é integração, seja pela dificuldade prática, isto é, em compreendê-la na realidade (AGER e STRANG, 2004; 2008; UNHCR, 2013; 2014;

KUHLMAN, 1991; BIJL e VERMEIJ, 2012). Como a integração pode ser definida? Como analisar o processo de integração? Quais variáveis devem ser consideradas ao se analisar a integração de imigrantes e refugiados no destino?

A seguir serão apresentados debates que indicam respostas a essas perguntas, embora não seja possível encontrar as definitivas, pelo menos em termos de suas análises enquanto fenômenos sociais. Como a literatura destaca, são questões ainda em debate. Ainda assim, alguns esclarecimentos são fundamentais para a definição dos andamentos desta pesquisa, sobretudo para compreensão do conceito de “integração” adotado e a construção do próprio “Modelo de Integração de Refugiados”, a espinha dorsal desta Tese. Como expõem Hugo *et al* (2018), uma das forças da demografia enquanto ciência social é sua ênfase em desenvolver conceitos claros de fenômenos e processos demográficos: “a conceitualização é um precursor necessário para a efetiva mensuração e análise de populações (p.02)”.

O capítulo se inicia, portanto, com o debate entre a relação refugiado/migrante forçado/migrante livre, procurando compreender quais as suas semelhanças e diferenças e porque é importante considerá-las, ainda que na prática sua distinção possa ser um desafio. Na sequência, debate-se sobre a relação agência vs estrutura, antiga nas ciências sociais e estudos migratórios e importante para a compreensão mais completa do conceito e modelo de integração aplicados. Posteriormente, procura-se apresentar o debate teórico sobre a conceituação de integração: de onde surgiu e quais suas principais características. Finalmente, o conceito de integração e o “Modelo de Integração de Refugiados” são definidos e apresentados.

1.1 As relações entre refugiados, migrações forçadas e migrações livres

Uma pessoa refugiada é por definição um migrante forçado. Segundo o *Glossary on Migration* da “Organização Internacional para as Migrações” (OIM, 2019), migração forçada é definida como a *migratory movement which, although the drivers can be diverse, involves force, compulsion, or coercion* (p. 77). Como exemplos de migrações forçadas, a organização cita que estão englobados os movimentos de refugiados, pessoas deslocadas (incluindo aqueles deslocados por desastres ou projetos de desenvolvimento), e, em alguns casos (embora não especificados), vítimas de tráfico. Por sua vez, o UNHCR não possui uma definição para o termo, mas utiliza *forced displacement* ou *forced displaced person* como expressões similares ao de migração forçada e migrante forçado. De acordo com a instituição, deslocados forçados

surge as a result of persecution, conflict, violence, human rights violations or events seriously disturbing public order (UNHCR, 2020a: 02). Dentro desta categoria encontram-se os refugiados e pessoas em condições análogas ao refúgio, pessoas internamente deslocadas e solicitantes de proteção humanitária.

Enquanto o termo “migração forçada” é mais genérico e engloba vários tipos de movimentos forçados, o “refugiado” é legalmente definido e a pessoa nesta situação é mais resguardada por convenções e tratados internacionais, garantindo-lhe o gozo de direitos específicos de proteção e acolhida no destino. Sua conceituação perante o cenário jurídico internacional foi consolidada no artigo primeiro da Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951 (ACNUR, 1951), o principal tratado internacional sobre o tema e do qual o Brasil é signatário. Esta convenção não apenas define legalmente o termo como redige os deveres e direitos que uma pessoa nessa condição possui⁶. De acordo com seu artigo primeiro, o refugiado pode ser definido como uma pessoa que,

em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele.

Ainda no artigo primeiro, define-se “acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951” como “acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 na Europa” ou “acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 na Europa ou alhures”, tendo o Estado contratante a obrigação de ratificar, no momento da assinatura, uma declaração precisando qual o alcance que pretende dar a essa expressão do ponto de vista das obrigações por ele assumidas em virtude da Convenção. Tanto as limitações temporais quanto geográficas foram suprimidas no Protocolo de 1967 Relativo ao Estatuto dos Refugiados (ACNUR, 1967) por entendê-las como limitantes e defasadas, uma vez que vários outros acontecimentos importantes geraram refugiados no mundo que não se enquadram no conceito vigente.

Para além das medidas adotadas em âmbito universal, a proteção legal internacional de refugiados também se beneficia de arranjos e instrumentos regionais, podendo ser específicos

⁶ Para uma análise detalhada da Convenção, ver Hathaway (2005).

para os refugiados ou orientados de forma mais geral para a proteção dos direitos humanos (GOODWIN-GILL, 2014). Destes aparatos, dois merecem menção⁷. O primeiro é a Convenção de 1969 da *Organization of African Unity* (Organização de Unidade Africana) (OAU, 1969), responsável por reger os aspectos específicos dos problemas dos refugiados na África. Nela, o conceito de refugiado adotado na Convenção de 1951 é expandido, reconhecendo também, em seu artigo primeiro, parágrafo segundo,

qualquer pessoa que, devido a uma agressão, ocupação externa, dominação estrangeira ou a acontecimentos que perturbem gravemente a ordem pública numa parte ou na totalidade do seu país de origem ou do país de que tem nacionalidade, seja obrigada a deixar o lugar da residência habitual para procurar refúgio noutro lugar fora do seu país de origem ou de nacionalidade.

De forma semelhante, através da Declaração de Cartagena de 1984 (DC, 1984), países da América Latina optaram por expandir o conceito de refugiado, ao reconhecerem, também,

as pessoas que tenham fugido dos seus países porque a sua vida, segurança ou liberdade tenham sido ameaçadas pela violência generalizada, a agressão estrangeira, os conflitos internos, a violação maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública.

Embora o Brasil não seja uma das nações signatárias da Declaração de Cartagena (MAXIMILIANO e NISHIMURA, 2018), o país decidiu adotar alguns de seus elementos na legislação interna por meio da Lei 9.474 de 1997 (BRASIL, 1997), denominada Estatuto dos Refugiados (BARBOSA, 2020) e conhecida como a Lei do Refúgio. Assim, a Lei brasileira define como refugiado todo indivíduo que:

I – devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país; II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior; III - devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país (BRASIL, 1997).

Nota-se a partir das definições legais que o refugiado é aquele que cruza as fronteiras internacionais de seu país e cuja natureza do movimento, além de coercitivo, tem como principal agente forças de natureza humana, seja através da opressão estatal ou de outras

⁷ Existe uma ampla gama de estudos que trabalham com a compilação do ordenamento jurídico internacional sobre os refugiados. Para maior detalhamento sobre o tema, ler HOLBORN (1938), HATHAWAY (1990; 2005); LOESCHER (1993), GOODWIN-GILL (2014), JUBILUT (2007) e MOREIRA (2012).

origens. Neste sentido, migrantes forçados cuja principal causa do movimento não é de natureza humana não estão contemplados no conceito de refugiado e, portanto, não gozam do mesmo aparato de proteção internacional que eles. O fato do refugiado enquanto categoria possuir caráter especial frente à legislação internacional é um dos principais motivos pelo qual existe importante debate acadêmico e institucional sobre se os termos “migração forçada” e “refugiados” deveriam ser analisados em conjunto ou de maneira separadas, ou mesmo se os refugiados deveriam ser tratados como um subgrupo de migrantes internacionais ou como grupo à parte (QASMIYEH *et al*, 2014; ELIE, 2014; HUGO *et al*, 2018; KEELY & KRALY, 2018; ZETTER, 2007; BAKEWELL, 2011; FITZGERALD e ARAR, 2018).

O surgimento de um campo científico específico para tratar de “migrantes forçados” é recente, datando de aproximadamente trinta anos atrás (ELIE, 2014), resultado de uma pressão exercida por analistas e atores do regime de refugiados que se mostravam insatisfeitos com o uso indiscriminado do termo “refugiado” para definir basicamente qualquer migração forçada (KEELY & KRALY, 2018), como os chamados “refugiados ambientais”, “refugiados do tsunami”, “refugiados do desenvolvimento” e até mesmo “refugiados econômicos” (ZETTER, 2007; CHIMNI, 2009). O ACNUR recomenda utilizar os termos “migrantes”, “migrantes forçados” e “refugiados” de maneiras separadas. As justificativas se dão pelo fato de 1) ambos os termos “migrantes” e “migração forçada” serem por vezes utilizados por sociólogos e outros estudiosos com significados generalistas, englobando várias categorias de movimentos ou deslocamentos de caráter coercitivo; 2) partindo desta questão, ambos os termos, portanto, não possuem uma definição universal; e 3) eles não são conceitos com validade legal (ACNUR, 2016).

O debate em torno do conceito de refugiado - se este deveria ser mais amplo para englobar também migrantes forçados em outras categorias; a relação refugiado/migrante forçado; ou mesmo a relação tripla entre refugiado/migrante forçado/migrante livre (voluntário) - é bastante presente na academia. Suas raízes datam da primeira metade do século passado, sendo um dos principais nomes da época o de Henry Pratt Fairchild, com sua obra *Immigration: A World Movement and Its American Significance* (FAIRCHILD, 1925), a qual debate, dentre uma série de elementos, a relação entre migração forçada e voluntária.

Ao longo das décadas seguintes, outros estudos relevantes sobre o debate surgiram, como o de Peterson (1958), que desenvolveu uma das tipologias mais citadas para essa discussão ainda atualmente (HUGO *et al*, 2018). O autor distingue movimentos livres e

forçados basicamente por meio da presença ou ausência de vontade (*will*): o livre sendo aquele no qual o migrante tem o desejo e liberdade para se mudar, enquanto o forçado seria o oposto, ou seja, a ausência completa de domínio sobre a situação, sendo a emigração imposta por forças de caráter estatal ou instituições sociais equivalentes.

O demógrafo Egon F. Kunz (KUNZ, 1973;1981) também procurou compreender os movimentos forçados se baseando, de maneira mais específica, na experiência dos refugiados. Para Kunz (1973), compreender as origens do deslocamento é um elemento fundamental nos estudos sobre movimentos forçados e mais especificamente de refugiados, primeiramente porque a forma como o movimento se inicia pode influenciar na escolha do destino (podendo ser mais racional ou impulsiva), mas, sobretudo, porque elas podem impactar na forma como o indivíduo ou grupo se relaciona no país anfitrião, seja ele transitório ou final. Esse deslocamento a partir da origem pode ser compreendido a partir de três tipos: os “antecipatórios”, “agudos” ou “intermediários”, com a grande maioria se encaixando na primeira ou na segunda categorias.

Os movimentos antecipatórios, como o próprio nome indica, refere-se àqueles refugiados que escaparam de seu país de origem antes que a deterioração militar ou política local pudessem prevenir seu movimento de maneira ordenada. Sendo assim, eles chegam ao país de destino preparados: conhecem um pouco do idioma, geralmente possuem alguma condição financeira e são informados sobre as formas como podem restabelecer seu comércio ou exercerem sua profissão (KUNZ, 1973)⁸. Já os movimentos agudos são o seu oposto: eles surgem após grandes mudanças políticas ou movimentos militares e não permitem a migração ordenada. Os refugiados fogem em massa ou, se sua fuga é obstruída, em pequenos grupos de indivíduos, e seu principal objetivo é alcançar a segurança em um país vizinho ou próximo que possa lhe garantir asilo. Por sua vez, os movimentos intermediários englobam características tanto dos movimentos antecipatórios quanto dos movimentos agudos. Para o autor, um caso clássico é referente aos judeus refugiados da Segunda Guerra Mundial, cujos movimentos antecipatórios os levaram a países vizinhos, transformando-se em agudos após a situação do país de asilo ser modificada por pressões políticas ou militares da Alemanha.

⁸ O autor entende que alguma confusão pode ser feita em relação a voluntariedade do movimento, ou seja, confundir o “refugiado antecipado” com um migrante voluntário que busca melhores oportunidades de vida. Segundo Kunz (1973), para corretamente identificar quem é quem, torna-se indispensável conhecer o background histórico de cada um.

Esses três tipos de movimentos podem levar os refugiados ao *midway to nowhere*, uma expressão utilizada por Kunz (1973) para indicar um lugar de não-pertencimento, podendo sujeitá-los a situações desmoralizantes e de maior risco. O caminho do *midway to nowhere*, embora possa ser trilhado por ambos os três tipos de refugiados, é mais comum de ocorrer com o agudo exatamente pela impossibilidade de planejar a própria fuga.

Embora Kunz (1973;1981) e Peterson (1958) tenham proposto discutir e criar tipologias para definir as migrações forçadas, ainda assim o debate em relação à sua oposição ao movimento livre não foi devidamente esclarecido. Claramente, o movimento forçado tem como principal característica forças coercitivas e o livre, como Peterson (1958) destaca, o *will*. No entanto, definir o limiar entre o livre e o coercitivo não é óbvio como pode parecer, ou, em outras palavras, compreender a influência do *will* ou da coerção em um movimento pode ser, em diversos casos, bastante desafiador. Conforme afirma Bakewell (2011), não existe uma linha clara que divide os dois e sua compreensão passa por um debate multidisciplinar que envolve política, relações internacionais, direito, sociologia, dentre outros campos, tornando-se complexo e de difícil definição (QASMIYEH *et al*, 2014).

Hugo *et al* (2018), assim como vários outros autores (DE HAAS, 2014; FITZGERALD e ARAS, 2018; BLACK *et al*, 2011; RICHMOND, 1988) entendem que, provavelmente, a melhor maneira de se analisar a mobilidade populacional é enxergá-la ao longo de um contínuo (figura 1) entre um movimento totalmente voluntário, em que a escolha e a vontade dos migrantes são elementos majoritariamente decisivos na decisão de mudar, para totalmente forçada, em que os migrantes lidam com a morte se eles se mantêm no lugar de residência.

FIGURA 1 - CONTÍNUO DA MIGRAÇÃO



Fonte: Adaptado de Hugo *et al* (2018).

Erdal e Oeppen (2017) entendem que analisar os movimentos migratórios a partir de um contínuo é correr o risco de reificar os extremos, embora entendam que descrever a decisão de alguém por migrar como inteiramente voluntária ou forçada seja impossível. Assim como Peterson (1958), os autores focam na ideia de “volição”, ou na “vontade” do migrante para definir e distinguir um movimento voluntário (Peterson utiliza a expressão “livre”) de um forçado. Olsaretti (1998) expõe que uma escolha é voluntária quando ela é feita em um contexto de alternativas aceitáveis ou se a própria ausência de alternativas é aceitável para a pessoa que

está tomando a decisão. Já Colburn (2008) expande a ideia de caminhos alternativos aceitáveis ao afirmar que eles são moldados pelas percepções e acesso à informação do indivíduo, e estas informações nem sempre são confiáveis e corretas. Finalmente, Koser e Martin (2011) compreendem o debate entre as relações dos movimentos migratórios dentro do que chamam de *Migration-Displacement Nexus*. A principal ideia por trás da expressão é exatamente mostrar que embora seja um debate acirrado, a distinção entre movimentos voluntários e forçados, ou econômicos e políticos, por exemplo, são cada vez mais distantes da realidade. Segundo os autores, mesmo os refugiados possuem algum tipo de controle sobre suas opções, por exemplo, ao escolher entre ficar e lutar, deslocarem-se internamente, ou cruzar uma fronteira internacional. As migrações de uma forma geral são caracterizadas por motivações misturadas; os migrantes, sejam eles por motivações mais coercitivas ou voluntárias, por vezes vêm da mesma origem, traçam os mesmos caminhos e se estabelecem nos mesmos destinos, muitas vezes com o mesmo agente migratório ou contrabandista; tomam o mesmo avião, barco ou caminhão; utilizam dos mesmos mecanismos e estratégias de sobrevivência no destino; dentre outros fatores que dificultam o discernimento entre aquilo que pode ser caracterizado como um movimento voluntário ou forçado. Simplificadamente, na visão do *migration-displacement nexus*, é mais interessante enxergar as migrações como “mistas”, em que tipos de migrantes se misturam em um emaranhado de difícil discernimento, do que procurar a distinção entre forçado/voluntário, entre o refugiado/deslocado ambiental, dentre outras categorias.

De maneira geral, a literatura até o momento indicou características que podem ajudar a distinguir as migrações forçadas das livres. O foco tem sido nos processos que caracterizam o início de cada movimento e a transição ao destino, focando nas diferenças de contexto, motivações, *timing*, nível de agência, dentre outros elementos. No entanto, alguns pontos cruciais em relação às diferenças entre forçado e livre ainda não foram abordados (ou o foram muito superficialmente) e são igualmente fundamentais para se compreender o motivo pelo qual alguns autores e especialistas sobre o tema entendem que tentar distinguir características de ambos é o mais adequado, sobretudo considerando-se a população refugiada (conforme sua definição legal). Pouco foi falado sobre possíveis diferenças em relação aos impactos que cada tipo de movimento gera no migrante, sejam eles de ordem psicológica ou física, as necessidades de cada um no destino, assim como formas como a sociedade receptora percebe e recebe essas pessoas de acordo com a categoria a qual pertencem e a realidade da qual provêm.

As experiências vividas pelos refugiados podem gerar consequências negativas mentais e físicas graves. Inúmeros estudos indicam que os refugiados conformam um grupo de pessoas com grande tendência a sofrer do transtorno do estresse pós-traumático (TEPT), ansiedade, estresse e depressão, independente da nacionalidade e do destino. Os motivos variam desde os eventos que geraram a fuga, como morte de familiares e amigos, aprisionamento por grupos terroristas ou forças armadas do Estado, destruição das residências e tortura; durante a transição ao país de destino temporário ou final, como abusos sexuais e/ou morais, insegurança e medo; e mesmo no país anfitrião, com o sentimento de não-pertencimento, isolamento, perda de identidade e status social, desemprego ou exploração do trabalhador, falta de acesso aos sistemas de saúde e educacionais, discriminação, dentre outros motivos (WILLIAMS e BERRY, 1991; CALRSON e ROSSER-HOGAN, 1991; KINZIE *et al*, 1990; LIEBKIND, 1996; PHILLIMORE, 2010; NICKERSON *et al*, 2011; ANTUNES, 2017). Fato é que os problemas decorrentes da fuga podem influenciar em toda a vida do refugiado e, obviamente, afetar seu processo de integração. Fatores pré e pós-migração combinados podem criar um cenário de extrema vulnerabilidade nesta população (GALINA *et al*, 2018).

As demandas no destino entre migrantes forçados e livres também podem ser diferentes. A emergência que caracteriza parte significativa dos eventos que geram migrantes forçados e refugiados, somando-se aos elementos já apresentados pela literatura, levam essas pessoas aos destinos muitas vezes sem o menor conhecimento da realidade local, sem documentação mínima e adequada, sem dinheiro e sem lugar para morar. Por conta dessas dificuldades, inúmeras instituições internacionais e nacionais se preocupam em prover condições mínimas dignas de vida a essas pessoas através do provimento de abrigos, ajudas com provisões básicas de higiene e alimentação, oferecendo cursos do idioma local e ajudando com os procedimentos de obtenção de documentos.

Por fim, a forma como a sociedade anfitriã recebe os migrantes também costuma ser influenciada de acordo com a sua categoria (ERDAL e OEPPEN, 2017). Os refugiados são protegidos por legislação internacional, o que já lhes confere alguns direitos exclusivos que outros migrantes forçados e os considerados livres não possuem, como o *non-refoulement*⁹ e a não criminalização por entrada irregular no país de destino. Inclusive, alguns autores =

⁹ “Nenhum dos Estados Membros expulsará ou rechaçará, de maneira alguma, um refugiado para as fronteiras dos territórios em que a sua vida ou a sua liberdade seja ameaçada em virtude da sua raça, da sua religião, da sua nacionalidade, do grupo social a que pertence ou das suas opiniões políticas” (ACNUR, 1951, artigo 33).

entendem que a particularidade em termos legais, somado ao fato do maior risco de sofrerem eventos traumáticos, já seriam suficientes para tratar os refugiados como um grupo de migrantes à parte dos demais (CASTLES *et al*, 2002; ACNUR, 2016; BIJL e VERMEIJ, 2012; UNHCR, RRCE e EUROSTAT, 2013).

O efeito sobre a opinião pública também é diferente, sendo os refugiados uma categoria que produz sentimentos mais inconstantes do que os demais grupos de migrantes, ou, de outra forma, são capazes de gerarem sentimentos iniciais “A”, por exemplo, de solidariedade, e com o passar do tempo esses se tornarem “Z”, de exclusão/discriminação. Um exemplo prático deste tipo é o que ocorreu com a Alemanha a partir do grande influxo de refugiados que chegou ao país em 2015, sobretudo os de origem síria. O sentimento inicial de *welcoming culture* que comoveu o país no período se tornou elemento de debate político e fortalecimento da extrema-direita pouco tempo depois, sobretudo após os ataques sexuais ocorridos nas ruas da cidade de Colônia, na virada do ano 2015 para 2016, nos quais seus autores foram reconhecidos como “pessoas árabes ou africanas”¹⁰ (BBC, 2016b). No Brasil, grupos de imigrantes venezuelanos, em sua maioria solicitantes de refúgio, foram rechaçados da cidade de Pacaraima no estado de Roraima, tendo pertences e barracas nas quais viviam queimados no ano de 2018. De acordo com Ramalho (2019), este não foi um movimento isolado; “virou rotina agredir e assassinar venezuelanos em Roraima”. O sentimento inicial de solidariedade deixou de ser dominante para dividir atenção (ou ser sobreposto) com o de rejeição.

Importante salientar também que o termo “refugiado” não é bem compreendido por algumas pessoas, como ocorre, por exemplo, no Brasil. Estudos já mostraram que uma das dificuldades existentes para a integração dessas pessoas no país se dava (e ainda se dá, embora em menores proporções) pela má concepção do termo, em que o refugiado, ao invés de ser compreendido como alguém fugindo de perseguição, era visto como criminoso fugido da origem (MILESI, 2012; MOREIRA e BAENINGER, 2010; ANDRADE, 2013; LIMA *et al*, 2017). Por conta desse tipo de mal-entendido, a Carteira de Trabalho emitida ao refugiado e o antigo CIE (Cédula de Identidade do Estrangeiro), que antes continham o status migratório da pessoa, ou seja, a palavra “refugiado(a)”, foram modificados em 2010 e 2014, respectivamente, para conter a expressão genérica de “estrangeiro” (LIMA *et al*, 2017).

¹⁰ Os impactos deste episódio na vida dos refugiados são mais bem explorados no capítulo 6 desta Tese.

A partir da literatura apresentada, embora não seja exaustiva, nota-se que a diferenciação entre movimentos forçados e livres passa por uma análise completa das caracterizações da migração desde a sua origem, isto é, às forças atuando e que justificam a mobilidade, passando pelos impactos físicos e psicológicos sobre o indivíduo e às relações com a sociedade de destino. De forma a sistematizar o que foi até então apresentado e discutido, foi elaborado o Quadro 1 com os principais pontos que caracterizam e distinguem um movimento forçado do livre.

QUADRO 1 - PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DAS MIGRAÇÕES FORÇADAS E MIGRAÇÕES LIVRES

Migração Forçada	Migração Livre
Forças de caráter coercitivo físicos ou psicológicos como fatores iniciais (de origem humana ou natural);	Ausência de forças coercitivas de caráter físicos ou psicológicos como fatores iniciais (de origem humana ou natural);
Alternativas à migração inexistentes ou precárias (com riscos reais de fome, miséria, destituição, danos físicos e morais);	Alternativas à migração que permitam uma vida humana digna, com todos os direitos humanos fundamentais garantidos;
Condições de saída do status de imigrante abusivas, arriscadas, e/ou de custos impossibilitantes;	Condições de saída do status de imigrante plausíveis, com multas ou punições (caso existam) não-abusivas, de baixo risco e possibilitadoras;
Tempo de planejamento da mobilidade limitado;	Tempo de planejamento da mobilidade ilimitado;
Quantidade de informações conhecidas a respeito do destino incompletas, enganosas e/ou fraudulentas;	Quantidade de informações conhecidas a respeito do destino suficientes, verdadeiras e claras;
Fluxos migratórios intermitentes;	Fluxos migratórios perenes;
Maior número de países transitórios (em casos de migrações internacionais);	Menor número de países transitórios (em casos de migrações internacionais)
Maior exposição ao risco de sofrer eventos traumáticos;	Menor exposição ao risco de sofrer eventos traumáticos;
Necessidades no destino mais urgentes;	Necessidades no destino menos urgentes;
Mais susceptíveis a variações de comportamentos da opinião pública;	Opinião pública mais estável (para o bem ou para o mal);

Fonte: elaboração do próprio autor, baseado na discussão da literatura sobre o tema.

Não necessariamente toda migração considerada forçada ou livre deve possuir todas as características listadas, assim como não necessariamente elas são excludentes. O que vai determinar o movimento como sendo livre ou forçado é o conjunto de fatores que predominam no movimento, não apenas um ou dois. No entanto, algumas características listadas parecem ser imprescindíveis para distinguirem uma migração da outra. A partir do que foi apresentado

na literatura, três características indicam possuírem esse caráter: 1) as forças coercitivas para o forçado e sua ausência no livre, 2) as alternativas à migração serem muito precárias para o primeiro e dignas para o segundo, e 3) os custos de saída do status de imigrante serem muito alto (ou impossíveis) para os migrantes forçados e possibilitadores para os migrantes livres.

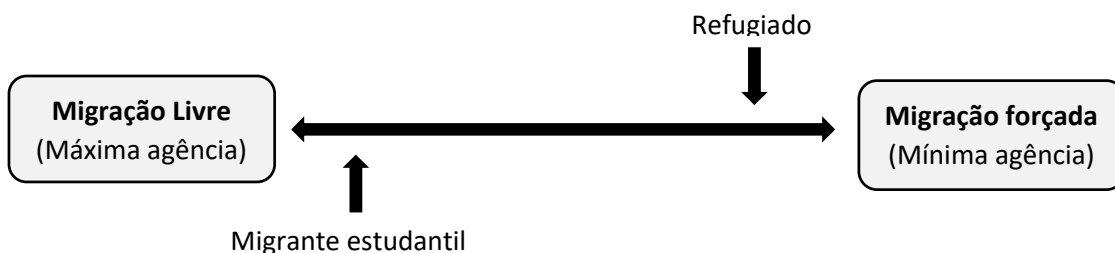
Entendendo as especificidades dos migrantes forçados em relação aos livres e, sobretudo, as características intrínsecas aos refugiados, principalmente por ser o único termo abarcado legalmente perante o cenário jurídico internacional, esta Tese opta por tratá-los, assim como o faz o ACNUR, como um grupo à parte de migrantes. Portanto, o processo de integração e o modelo que serão apresentados posteriormente foram desenvolvidos exclusivamente para analisá-los. O quanto eles poderiam ser adaptados ou replicados para migrantes em outras categorias é uma discussão para além dos propósitos desta pesquisa, porém desafiadora e bem-vinda em trabalhos posteriores.

Antes de adentrar no modelo e no conceito de integração é importante aprofundar em outros apontamentos teóricos. A seguir será apresentado um debate antigo nas ciências sociais e nos estudos migratórios e que se mostra relevante para os objetivos deste trabalho: a relação entre agência vs estrutura. Sua compreensão se apresenta de grande valia não apenas para a discussão proposta nesta seção, mas principalmente para a compreensão e construção do conceito de integração e do Modelo de Integração de Refugiados adotados e aplicados nesta Tese.

1.2 Agência vs Estrutura

O debate apresentado anteriormente sobre os refugiados e a problematização entre migrantes forçados e livres pode ser ligado às discussões sobre agência e estrutura (RANDELL, 2016; DE HAAS, 2009; 2014). Por exemplo, a migração é mais próxima de livre quanto mais o indivíduo utiliza sua agência, enquanto a forçada é o seu oposto: quanto mais o indivíduo é vítima da conjuntura estrutural e, portanto, menos capacidade tem de agir sobre a situação e tomar a decisão de acordo com a sua vontade, mais ela é coercitiva. Tratando os movimentos migratórios ao longo de um contínuo como o da Figura 1, os refugiados poderiam ser alocados mais próximos do extremo direito, enquanto um migrante que opte por estudar em outro país para fazer sua pós-graduação, por exemplo, mais próximo do extremo esquerdo.

FIGURA 2 - CONTÍNUO MIGRAÇÃO LIVRE VS FORÇADA



Fonte: elaboração do próprio autor.

A literatura que discute o conceito de integração também incorpora o debate entre agência e estrutura, ainda que não de maneira explícita. Como será apresentado posteriormente, quando mencionado que a integração parte de elementos como leis, políticas, cultura e fatores socioeconômicos, indiretamente se refere a elementos estruturais da sociedade. Por sua vez, quando a integração também depende da forma como o refugiado se comporta no destino (suas atitudes e motivações, por exemplo) está se referindo a sua agência. Para entender como se dá essa relação, torna-se importante apresentar brevemente o debate.

Iniciando pelo conceito de agência, este sugestivamente carrega em si a ideia de “ação”, “agir”. Sewell (1992) entende “agência” como a capacidade dos atores sociais de refletirem sobre sua posição, elaborarem estratégias e tomarem ação para alcançar seus desejos. Ser “agente” significa ser capaz de exercer algum grau de controle sobre as relações sociais às quais o agente se encontra enredado, implicando na capacidade de transformação dessas relações sociais em algum grau. De maneira semelhante, para Giddens (1984) “agência refere-se a fazer” (p.12), independentemente das intenções do ator social ou de suas consequências (premeditadas ou não), assim como se refere à capacidade influenciadora e de transformação da ação.

“‘Agência’ não se refere às intenções que as pessoas têm ao fazer as coisas, mas à capacidade delas para realizar essas coisas em primeiro lugar (sendo por isso que “agência” subentende poder: cf. uma definição de agente do *Oxford English Dictionary* como ‘alguém que exerce poder ou produz um efeito’). ‘Agência’ diz respeito a eventos dos quais um indivíduo é o perpetrador, no sentido de que ele poderia, em qualquer fase de uma dada seqüência de conduta, ter atuado de modo diferente. O que quer que tenha acontecido não o teria se esse indivíduo não tivesse interferido. (...) Sou o autor de muitas coisas que não tenho a intenção de fazer e que posso não querer realizar, mas que, não obstante, *faço*¹¹. Inversamente, pode haver

¹¹ Por exemplo, quebrar um objeto, magoar os sentimentos de alguém, derramar alguma coisa.

circunstâncias em que pretendo realizar alguma coisa, e a realizo, embora não diretamente através de minha ‘agência’”¹². (GIDDENS, 1984:10-11).

Um elemento importante ligado ao conceito de agência é sua relação com “poder” (DE HAAS, 2014). Como citado pelo próprio Giddens (1984), ter “capacidade” para realizar alguma ação exige um certo nível de poder sobre a situação. O autor entende que ser um agente é exibir “uma gama de poderes causais” (p.17), e isto inclui o de influenciar os manifestados pelos outros. “Um agente deixa de o ser se perde a capacidade para ‘criar uma diferença’, isto é, para exercer alguma espécie de poder. Ação envolve logicamente poder no sentido de capacidade transformadora” (p.17). Pensar em poder é tão inerente ao conceito de agência que Scott e Marshall (2009: “agência”) entenderam que esta não precisa ser definida mais do que como o “simples individualismo de autores autônomos exercendo seu poder no mundo”.

Por sua vez, quando o olhar se volta para os fundamentos do meio social no qual as pessoas exercem sua agência, a discussão é direcionada para a estrutura social e se torna mais controversa (BAKEWELL, 2010). Para Sewell (1992), “estrutura” é um dos termos mais importantes e elusivos do vocabulário das ciências sociais. Segundo Giddens (1984), a estrutura é usualmente entendida pela vasta maioria dos analistas sociais “como uma espécie de ‘padronização’ das relações sociais ou dos fenômenos sociais” (p.19), sendo vista como “externa” à ação humana e restrigente à livre iniciativa do sujeito. Scott e Marshall (2009) entendem que a noção de estrutura social diz respeito a “qualquer padrão recorrente de comportamento social; ou, mais especificamente, às inter-relações ordenadas entre os diferentes elementos de um sistema social ou de uma sociedade”. Para Bakewell (2010) esta definição é inadequada, mas pontua, assim como Sewell (1992), que definir o termo é um grande desafio.

Para Sewell (1992), a estrutura é menos um conceito preciso do que uma metáfora epistemológica do discurso científico-social. Portanto, nenhuma definição formal pode obter sucesso em fixar os termos de seus significados. O autor destaca três problemas que surgem devido à forma como o termo é utilizado nos estudos sociais. O primeiro se refere à rigidez e determinismo que o termo assume na vida social. As características da existência social denominadas por estruturas são tratadas como primárias, duras, como “vigas de edifício” (p. 02), enquanto os eventos ou processos sociais que elas estruturam são vistos como secundários e superficiais. O que tende a ser perdido nas concepções adotadas de estrutura é a eficácia da

¹² “não diretamente através da minha agência” se refere a usar o outro para realizar a ação com o fim desejado. Por exemplo, um indivíduo “A” tem a intenção de conseguir algo e faz uso do indivíduo “B” para obtê-lo.

agência humana, como se as estruturas fossem imunes e existissem para além dela, ao mesmo tempo em que as definem, ou seja, como se as ações dos indivíduos fossem completamente determinadas pelas estruturas as quais estes estão enredados; *it tends to reduce actors to cleverly programmed automats* (p.02). O segundo problema, ligado ao anterior, se deve à noção da estrutura como estável, imutável. A estrutura descreve os padrões de interação humana, mas oferece pouco em termos de explicar como esses padrões mudam, dando a entender que a mudança social se situa fora do sistema. Por fim, o terceiro problema se refere a uma ordem bastante diferente, ao uso do conceito de maneiras quase que controversas entre a sociologia e a antropologia, em que a primeira entende que “estrutura” e “cultura” são como elementos de ordens diferentes (estrutura é determinística e primária, enquanto cultura é derivada e secundária), enquanto a segunda posiciona a “cultura” como o “local” preeminente da estrutura.

Apesar de várias definições existirem para o termo, de Haas (2014) compreende que “estrutura” pode ser mais bem definida como padrões das relações, crenças e comportamentos. Aqui, “padrões” se referem a regularidade ou rotina, o que leva as pessoas a repetirem o mesmo comportamento sem necessariamente terem consciência de suas escolhas. Já a agência reflete a habilidade dos seres humanos (ou grupos sociais) de fazerem escolhas independentes e impô-las ao mundo (ainda que elas sejam limitadas) e, conseqüentemente, alterarem as estruturas que moldam as liberdades ou oportunidades das pessoas.

Por muitos anos, estrutura e agência foram vistos como termos opostos nas ciências sociais, não-relacionáveis, chegando a caracterizar um dualismo (GIDDENS, 1984). Este dualismo, por sua vez, refletia em outras disciplinas e alcançou os estudos migratórios e a construção de teorias que procuravam explicar a mobilidade humana, como as conhecidas por “funcionalistas” e “estruturalistas” (GOSS e LINDQUIST, 1995), ou “otimistas” e “pessimistas” (TAYLOR, 199). As primeiras, por entenderem que a decisão de migrar está na escala do indivíduo, focam muito em sua agência e tendem a ignorar o fato dele pertencer a grupos sociais (DE HAAS, 2010); enquanto as segundas, por possuírem uma abordagem macrossocial, entendiam que os padrões de migração observados não eram vistos apenas como o resultado do agregado de ações e decisões individuais (como entendiam os funcionalistas),

mas eram frutos de estruturas sociais e espaciais objetivas que criaram as condições necessárias para a migração laboral (GOSS e LINDQUIST, 1995)¹³.

Por anos os estudos migratórios se viram divididos entre teorias “funcionalistas” (como as teorias neoclássicas e desenvolvimentistas) e “estruturalistas” (com a Teoria da Causação Cumulativa, Teoria dos Sistemas Mundiais e Teoria do Mercado Dual). Tal dualismo entre agência e estrutura é, segundo Bakewell (2010), “um grande obstáculo ao desenvolvimento de uma teoria integrada e coerente da migração” (p.1692). Propostas para abordagens que não fossem tão extremas surgiram nos anos de 1980 e 1990. Chamadas de “abordagens integrativas” por Goss e Lindquist (1995) e de “pluralistas” por De Haas (2010), tais teorias, como a *New Economics of Labor Migration* (NELM), “Teoria Transnacional” e “Teoria das Redes”, são menos determinísticas¹⁴. Baseadas no pensamento pós-modernista, as novas teorias buscavam harmonizar o conflito entre agência e estrutura (DE HAAS, 2010), buscando identificar a conexão entre os níveis de análise macro e micro e propor um nível analítico menos extremo.

No entanto, ainda que as teorias pluralistas tenham surgido como uma possibilidade de harmonizar a unidade analítica nos estudos migratórios, além de proporem novos olhares para os determinantes das migrações, elas foram alvos de inúmeras críticas. A primeira delas é em relação ao foco no domicílio/família como unidade de análise. Segundo Goss e Lindquist (1995) e de Haas (2010), um dos problemas se refere a uma substituição do indivíduo racional e calculista para um domicílio/família racional e calculista. Além disso, é tratar o domicílio/família como estável e sem conflitos internos. De Haas (2010) ainda menciona o fato de que tratar o domicílio como unidade de análise acaba excluindo a agência dos indivíduos e, conseqüentemente, suas capacidades de se revoltarem contra o *status quo* domiciliar, por exemplo, e migrarem sem consentimento da maioria.

Mesmo tratando as redes como unidade de análise, como também propõem as teorias pluralistas, isso ainda não seria suficiente para vencer os desafios de unir agência e estrutura para explicar os movimentos migratórios, segundo Goss e Lindquist (1995). Embora reconheçam a importância dessa abordagem, eles entendem que existem problemas na concepção desta análise. A primeira seria uma idealização de uma comunidade consistente com

¹³ Para detalhes sobre as teorias funcionalistas e estruturalistas, ver Castles (2008), de Haas (2010;2014), Wood (1982), Massey *et al* (1993;1998) e Cadwallar (1992).

¹⁴ Para maiores detalhes sobre essas teorias, ver o trabalho seminal de Massey *et al* (1993) e De Haas (2007; 2010).

a concepção de sociedades rurais na literatura desenvolvimentista, como se estas fossem construídas e organizadas por laços afetivos, governadas por normas informais de reciprocidade e sustentadas por interações pessoais. O segundo problema é que se presume que as redes migratórias expandiriam as oportunidades para todos da comunidade, universalmente, na medida em que ela evoluir e se consolidar, o que não seria verdadeiro¹⁵. Segundo os autores, alguns estudiosos tentaram aprimorar o conceito das redes migratórias, no entanto, ambos entendem que ainda não é claro como essas redes operam como entidades sociais para além da soma das relações individuais nas quais elas foram constituídas.

Novas abordagens para se pensar agência e estrutura continuaram sendo desenvolvidas e várias delas procuraram incorporar uma nova teoria social que ganhou bastante força em meados dos anos 80, a “Teoria da Estruturação”, de Antony Giddens (1984). Esta teoria fundamenta-se na preocupação em tentar reconciliar a ação social com as dimensões coletivas da vida social (COHEN, 1989), basicamente, refere-se à reconciliação entre agência e estrutura; ao invés de tratar essa relação como um dualismo, deve-se tratá-la como uma dualidade, o que o autor denomina como a “dualidade da estrutura”, isto é:

“(...) as propriedades estruturais de sistemas sociais são, ao mesmo tempo, meio e fim das práticas que elas recursivamente organizam. A estrutura não é "externa" aos indivíduos: enquanto traços mnêmicos exemplificada em prática sociais, é, num certo sentido, mais “interna” do que externa às suas atividades, num sentido durkheimiano.”. (GIDDENS, 1984: 30).

Para Goss e Lindquist (1995), Giddens entende que as estruturas existem objetivamente, mas não como conceitos reificados como a economia global nem como forças que compelem as ações individuais. Ao contrário, com suas regras¹⁶ e recursos¹⁷, elas permitem e restringem as ações dos agentes humanos em suas vidas cotidianas. Os agentes sociais, portanto, empregam o seu conhecimento das estruturas para atingirem seus objetivos, e é através das ações individuais e coletivas que essas estruturas são reproduzidas e transformadas. Assim, agência e

¹⁵ Durante os capítulos 4, 5 e 6, será possível ver que, de fato, as redes não atuam apenas como apoiadoras e facilitadoras da integração dos imigrantes no destino, especificamente, de refugiados sírios em São Paulo e Hamburgo.

¹⁶ Regras são definidas como “técnicas ou procedimentos generalizáveis aplicados no desempenho/reprodução de práticas sociais” (GIDDENS, 1984: 24). Estas incluem as regras semânticas – esquemas interpretativos através dos quais os indivíduos fazem sentido da realidade, recorrendo a estruturas de significação; e regras morais, normas de comportamento social, recorrendo a estruturas de legitimação (GOSS e LINDQUIST, 1995).

¹⁷ Os “recursos” podem ser de dois tipos: os “alocativos” ou “autoritários”. Recursos alocativos referem-se à capacidade de comando sobre objetos, bens e outros fenômenos materiais; recursos autoritários se referem a capacidade de comando sobre as pessoas (GIDDENS, 1984).

estrutura não são dois conjuntos de fenômenos dados de maneira independente um do outro (dualismo), mas representam uma “dualidade”, ou seja, as conformações estruturais são essenciais para a ação, ao mesmo tempo em que são produzidas e reproduzidas por esta. A estruturação estabelece uma conexão entre micro e macro, conduta e instituições.

Como resultado, a teoria da estruturação influenciou vários estudos de movimentos migratórios, que buscaram incluir em seus arcabouços algumas das concepções exploradas nesta teoria¹⁸. No entanto, trazê-lo para a empiria se mostrou um grande desafio, tanto metodológico quanto analítico. Segundo Bakewell (2010), esses estudos acabam inevitavelmente resultando em incoerências e contradições quando tentam evitar o dualismo entre estrutura e agência. Embora tenha inspirado bastante discussão e reflexão acerca dessa relação, a teoria da estruturação não resultou em avanços teóricos nem em propostas que possam ajudar na compreensão e evolução das instituições e sistemas de migração. A principal crítica ao estruturalismo, segundo Rose (1998), é exatamente a fusão entre agência e estrutura. A dualidade da estrutura impede a separação entre agência e estrutura, fazendo com que a relação entre ambos seja impossível de ser explorada e, portanto, tornaria a teoria como sendo não-propositiva, no sentido de fornecer poucas pistas em como aplicá-la (GREGSON, 1987 *apud* BAKEWELL, 2010; FINDLEY E LI, 1990; ARCHER 1995). Além disso, a estruturação superestima o poder da agência, como se os atores sociais sempre pudessem transformar as estruturas ou escolhessem agir de “uma outra maneira” (ARCHER, 1995)¹⁹.

A relação entre estrutura e agência também é debatida em outras teorias, outros ramos das ciências sociais e até mesmo em outras disciplinas. O Realismo Crítico²⁰, por exemplo, elaborado a partir de uma combinação de pensadores da filosofia com cientistas sociais, é uma corrente que se propõe, dentre outras coisas, a refletir sobre as relações entre agência e estrutura. Embora seja um debate inacabado, suas consequências geraram inúmeras contribuições para as teorias sociais e para se pensar a organização da sociedade. Para os movimentos migratórios, embora a grande maioria das teorias tenham focado em tentar compreender os determinantes

¹⁸ Ler BAKEWELL, 2010 para mais detalhes sobre esses estudos.

¹⁹ Existem inúmeras críticas para além dessas citadas, algumas que chegam, inclusive, à forma como o livro “A Constituição da Sociedade” (1984), em que Giddens apresenta definitivamente a teoria da estruturação, foi escrito, uma vez que é tido como muito complexo, prolixo e confuso por alguns autores. Um apanhado da literatura crítica à estruturação (tanto negativa, quanto positiva) se encontra em Kort e Gharbi (2013).

²⁰ Um dos princípios mais importantes do Realismo Crítico é que a ontologia (aquilo que é real, a natureza da realidade) não é redutível à epistemologia (o nosso conhecimento sobre a realidade) (FLETCHER, 2017). Para conhecer detalhadamente a teoria, ler BASHKAR (1975, 1989), SAYER (1992) e ARCHER (1995).

da migração de caráter econômico (RANDELL, 2016), ignorando, minimizando ou não problematizando devidamente a teorização sobre as migrações forçadas, ou, como expõem FitzGerald e Aras (2018), não enxergando que muitas delas poderiam também ser problematizadas para incluir, por exemplo, a mobilidade dos refugiados, o impasse entre os termos resultou em teorias que permitiram entender a mobilidade humana sob diversos ângulos diferentes. Ainda que o estágio “ótimo” não tenha sido encontrado, por exemplo, ao não existir uma teoria geral sobre a mobilidade que permita generalizar os movimentos humanos (algo que talvez possa nunca existir devido às particularidades da migração), o enriquecimento do conhecimento sobre suas dinâmicas foi notável.

Mesmo que claramente focado nos determinantes da migração, o debate agência vs estrutura também pode ser ampliado para se pensar no processo de chegada e adaptação desse imigrante/refugiado no destino. A relação entre os elementos estruturais e individuais (nos quais a agência é fundamental) poderão configurar formas distintas de inserção desse imigrante/refugiado na sociedade. Elementos culturais, socioeconômicos e políticos da origem e destino, aliados às características dos indivíduos e famílias que migram, assim como a forma como se comportam diante a esta estrutura existente, são elementos importantes para definirem seu caminho final no destino.

Como o foco desta Tese é no processo de integração, a seção seguinte apresentará como a conceitualização do termo é debatida na literatura e como os elementos estruturais e individuais estão sempre presentes para ajudar em sua compreensão, ainda que a relação entre agência vs estrutura não seja explicitamente abordada no aparato teórico. Por entender que essa relação é fundamental, os conceitos de integração e o “Modelo de Integração de Refugiados” que serão aplicados nesta Tese tentaram englobar elementos de ambos, de forma a tentar captar a importância tanto da agência, quanto da estrutura, para a integração deste grupo no destino.

1.3 O debate teórico sobre o conceito de “integração”

O verbo “integrar” é bastante conhecido no senso comum. É geralmente utilizado para se referir a alguém ou a algo que “faz parte” de um grupo ou de alguma coisa. Saúde e educação são termos integrantes do desenvolvimento. Professores, alunos e servidores integram o corpo universitário. Pais, filhos, tios e avós integram uma família. Nas ciências sociais, ao tratar-se da integração humana, o sentido do conceito implicitamente permeia estas percepções. No

entanto, defini-lo exige também problematizar as relações humanas e as estratificações sociais, culturais, econômicas e políticas que as envolvem. Basicamente, refere-se a uma análise dos elementos estruturantes da sociedade com as características individuais dos seus indivíduos ou grupos, dentre elas, a forma como eles atuam no ambiente; sua agência. Essa problematização do termo, no entanto, é por vezes ausente e inúmeros trabalhos acadêmicos e matérias jornalísticas se referem à integração como algo automaticamente compreendido por todos. No Brasil, por exemplo, durante o levantamento bibliográfico sobre a vida dos refugiados no país, a grande maioria dos estudos e materiais analisados que utilizavam o termo “integração” o aplicavam sem minimamente conceituá-lo ou discuti-lo, ou, quando o faziam, eram superficiais. Curiosamente, um dos trabalhos era do próprio ACNUR e CSVN (2019a), que tem como um dos planos de “solução duradoura” para refugiados a “integração local”.

Na discussão teórica sobre as formas com as quais um refugiado deve ser inserido à sociedade, “assimilação” e “integração” são os termos mais utilizados de maneira geral, sendo o primeiro mais aplicado e teoricamente debatido nos Estados Unidos e o último na Europa (majoritariamente), Canadá e Austrália. O interesse deste trabalho é o segundo termo, e como sua discussão teórica e conceitual não é feita no Brasil (e quando algum trabalho o problematiza minimamente, os autores utilizados como referência são estrangeiros), o aporte bibliográfico utilizado a seguir foi desenvolvido a partir da literatura produzida no exterior.

É importante destacar que a literatura na maioria das vezes discute integração de maneira mais genérica, visando englobar as categorias de migrantes como um todo. Ainda que parte dela compreenda que seja importante pensar o processo de integração diferenciando categorizações por uma série de fatores, sobretudo ao se tratar da população refugiada (por razões exploradas na primeira seção deste capítulo e que serão retomadas adiante), não fica claro de que forma essas diferenças devem influenciar na conceituação do termo. Assim, o que será apresentado a seguir é um *mix* da literatura sobre o conceito de integração entre estudos sobre “imigrantes” (englobando no termo os refugiados) e “refugiados” como termo separado.

A partir do que foi explorado na literatura sobre o tema, torna-se claro que um dos motivos pelos quais o termo “integração” é tão pobremente aplicado no Brasil e no mundo em estudos sobre os refugiados (e migratórios no geral) é a dificuldade de sua definição. Ao invés de consensual, o conceito continua sendo controverso e fortemente debatido (CASTLES *et al*, 2002; FAVELL, 2003; HAMBERGER, 2009). Segundo Castles *et al* (2002), integração possui

diferentes significados para diferentes pessoas e tem sido aplicado em diferentes lugares e tempos. Alguns autores utilizam o termo de maneira mais genérica que engloba em si assimilação e multiculturalismo, ou mesmo algo entre ambos, enquanto outros o enxergam como um tipo de “adaptação” (HAMBERGER, 2009). Favell (2003), ao comparar integração a outros termos como “adaptação”, “assimilação” e “incorporação”, por exemplo, afirma que nenhum consegue abarcar as dimensões do primeiro. Para o autor, integração é visto como um objetivo ideal final para a sociedade como um todo, pois prevê a construção de uma sociedade coesa, funcional, multicultural e étnica, o que, ao mesmo tempo, torna-o praticamente impossível de ser visto na prática.

Kuhlman (1991) destaca que o termo começa a ser mais amplamente utilizado nos estudos de migração apenas no final da década de 1950 como um desdobramento dos debates sobre aculturação²¹. Estes debates possuíam três orientações: aqueles que desejavam que todos os imigrantes adotassem a cultura da maioria nativa (teoria da assimilação clássica), os que advogam a favor do “melting pot” (noção da produção de uma cultura única resultante de uma mistura de culturas) de Gordon (1964), e os que defendiam um pluralismo étnico no qual as comunidades mantivessem parte das características de sua cultura original. É esta terceira vertente que é nomeada integração, surgindo como uma oposição às outras duas assimilacionistas²² (KUHLMAN, 1991).

Ainda que a sua definição do conceito siga em disputa mais de 50 anos após a sua aplicação para os estudos migratórios, a literatura especializada indica que mantém como principal característica a pluralidade, presente em grande parte da literatura analisada nesta revisão. Um bom exemplo é o conceito de integração adotado pelo plano de integração de imigrantes da cidade de Hamburgo (Alemanha), o *We, the city of Hamburg! Participation, intercultural opening and cohesion* (STRUNK et al, 2017). Segundo consta no documento, (...) *integration is therefore a task to be tackled across all levels of society and which can only succeed based on combined effort. This integration concept therefore focuses on a concept of ‘we’*.²³ (p. 10, grifos acrescentados). Aqui, o “nós” representa uma cidade pluricultural, étnica e religiosa, em que todos são respeitados por suas diferenças, ao mesmo tempo em que possuem

²¹ Sua definição tradicional significa uma mudança cultural mútua resultante de um contato contínuo e direto entre duas culturas distintas (BERRY, 1997).

²² Para uma discussão detalhada sobre as origens do termo assimilação e sua evolução conceitual, ler Gordon (1964), Yans-McLaughlin (1990), Portes e Rumbaut (2001) e Alba e Nee (2003).

²³ O capítulo seis detalha como o conceito de integração foi adotado pela cidade de Hamburgo e como foi feito seu planejamento para integrar a população imigrante e refugiada à sociedade.

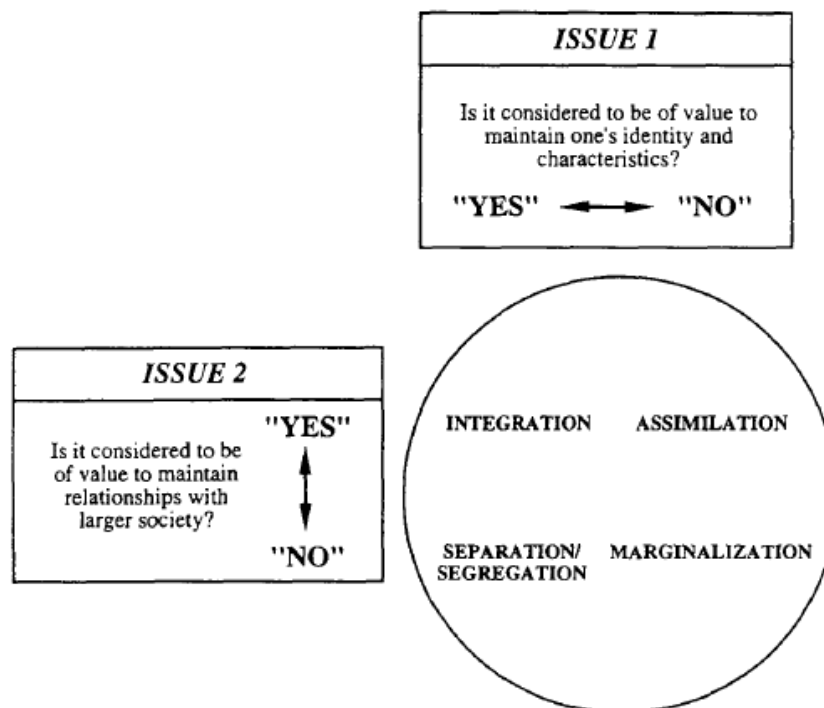
as mesmas oportunidades em todos os setores da sociedade. O “nós” e o “esforço combinado” significam que é a partir de uma visão de uma sociedade coesa, na qual estão nela inseridos imigrantes e nativos, que as diferenças em termos de acesso e tratamento serão eliminadas.

Embora a diversidade seja um ponto fundamental no conceito de integração, isso não significa que todas as características do grupo migrante devam necessariamente ser resguardadas no destino. Muito pelo contrário, o que tem sido debatido é que a integração é um processo bidirecional, exigindo um esforço de acomodação por parte do imigrante e da sociedade de destino (CASTLES *et al*, 2002; BIJL and VERMEIJ, 2012; WILKINSON, 2001; KUHLMAN, 1991; ENTZINGER and BIEZEVELD, 2003; BERRY, 1997; UNHCR, 2013; EGRIS, 2018). Trata-se do “esforço combinado” em Strunk *et al* (2017). Isso significa dizer que tanto os hóspedes quanto os anfitriões precisam estar abertos a mudanças e a aceitarem as diferenças entre os grupos. Assim, é necessário que o imigrante que se estabeleça em uma sociedade de costumes muito distintos dos seus esteja apto a absorver parte daqueles novos costumes, enquanto o nativo precisa adequar suas instituições para recebê-los e respeitar suas particularidades. Neste sentido, é fundamental pensar nas estruturas enquanto “pontes” para a integração, ou seja, aquilo que permita aos novos integrantes da sociedade de caminharem rumo a ela através da elaboração de leis, programas e políticas que a fomentam, assim como a um recebimento por parte da sociedade civil que seja acolhedora e tolerante; enquanto se torna fundamental as características individuais dos hóspedes, sobretudo sua agência, no sentido de precisar transformar a situação, redefinir atitudes e até mesmo preferências.

Nos estudos da psicologia intercultural, um ramo da psicologia social, John W. Berry (1997) traz o conceito de integração às suas raízes nos estudos de migração, englobando-o à discussão sobre aculturação (a partir de sua conceituação clássica, conforme definida anteriormente). Integração, conjuntamente com termos como assimilação, marginalização e exclusão/segregação, são alguns dos resultados possíveis do processo de aculturação. Segundo o autor, todas as sociedades plurais, grupos culturais e seus membros individuais, sejam eles do grupo dominante ou não, devem lidar com a questão sobre como se “aculturar”. Duas grandes questões são geralmente elaboradas por esses grupos e indivíduos nos encontros diários entre si e que compõem o que ele denomina “estratégias de aculturação”. Estas questões são: *manutenção cultural* (até que ponto é importante manter as características e costumes culturais da origem) e *contato e participação* (até que ponto eles devem se envolver com outros grupos culturais, ou permanecer principalmente entre eles próprios). Quando estas duas questões são

colocadas simultaneamente, surge o quadro conceitual a seguir (Figura 3). As estratégias definidas no quadro podem ganhar diferentes nomes dependendo do ponto de vista de qual grupo está sendo analisado, se o dominante ou o não-dominante. Neste caso, sua interpretação foi pensada para ilustrar o ponto de vista do grupo não-dominante, composto geralmente por imigrantes, refugiados, povos indígenas e grupos nômades (como os ciganos) e assumindo que eles possuem liberdade para escolherem como gostariam de se aculturar.

FIGURA 3 - ESTRATÉGIAS DE ACULTURAÇÃO



Fonte: Berry (1997).

Quando os indivíduos do grupo não desejam manter sua própria identidade cultural e buscam interações diárias com outras culturas, a estratégia de *assimilação* é definida. Por outro lado, quando os indivíduos valorizam sua cultura original e ao mesmo tempo desejam evitar contato com outros grupos, então a alternativa *separação* é preferida. Quando há interesse mútuo em manter laços com a origem e se comunicar com os nativos, define-se *integração*. Por fim, quando há pouca possibilidade ou interesse em manter a cultura tradicional (geralmente por coerção) e pouco interesse de contato com os grupos do destino (geralmente por motivos de exclusão ou discriminação), tem-se a *marginalização*. Berry (1997) ressalta que nem sempre os grupos não-dominantes poderão escolher as formas de aculturação que desejam, assim, é preciso que a leitura do quadro seja adequada para casos em que isso não ocorra. Em certas

circunstâncias, os grupos ou alguns de seus indivíduos podem optar pela separação. No entanto, quando esta é forçada, ou seja, eles não conseguem manter relações com a sociedade dominante porque esta não lhes permite, torna-se *segregação*. O mesmo ocorre com a assimilação, que pode ser voluntária (o que aproxima da visão do *melting pot*) ou forçada, quando o imigrante, para conseguir ascensão socioeconômica ou simplesmente conseguir sobreviver evitando discriminações, vê-se na obrigação de abrir mão de suas tradições culturais e étnicas e a adotar os costumes e normas mais comuns da sociedade dominante. No caso da marginalização, ela geralmente não é vista como uma opção; muito pelo contrário, é resultado de uma tentativa de assimilação forçada combinada com uma exclusão forçada (segregação). O autor ressalta que a integração só pode ser “livremente” escolhida e perseguida pelo grupo não-dominante quando a sociedade de destino é aberta e inclusiva em relação à diversidade cultural. Assim, uma acomodação mútua é necessária para que a integração ocorra, devendo o grupo não-dominante adotar valores básicos da sociedade anfitriã ao mesmo tempo em que o grupo dominante deve preparar e adaptar suas instituições nacionais para recebê-los. Segundo Berry (1997), estudos têm mostrado que integração é geralmente a melhor estratégia de aculturação.

Até o momento, a integração do imigrante pode ser pensada como um processo bidirecional que exige uma acomodação deste grupo e dos nativos e suas instituições, de forma a criar (ou manter) uma sociedade multicultural e pluriétnica. Porém, várias questões ainda permanecem. Ao referir-se à integração, significa estar integrado ao quê? A uma minoria étnica, comunidade local, grupo social, ou à sociedade como um todo? (CASTLES *et al*, 2002). Refere-se a uma integração econômica, social, política, cultural, ou ao todo? Deve-se pensar em integração de imigrantes e refugiados igualmente? Para verificar se um grupo está integrado ou não, quais referências devem ser utilizadas, a população nativa ou outros grupos de imigrantes e refugiados? Quais indicadores devem ser aplicados para mensurar e acompanhar a integração?

Nem todas as perguntas possuem respostas amplamente aceitas, mas em algumas delas o debate já avançou de maneira importante. Por exemplo, deve-se ter em mente que os estudos de integração devem ser diferenciados quando se tratam de medir movimentos livres e forçados. Castles *et al* (2002) chamam atenção para a importância desta separação, embora várias questões conceituais e metodológicas possam ser similares para ambos os casos. Segundo os autores, a diferença entre eles está em dois fatores principais. Primeiramente, os migrantes voluntários são geralmente capazes de planejar e preparar sua migração e são mais prováveis de possuírem recursos para ajudá-los quando estão estabelecidos no destino, enquanto os

refugiados não podem planejar seu movimento e podem sofrer traumas e deslocamentos consideráveis durante o período de fuga. Em segundo lugar, os regimes legais e institucionais para ambas as categorias são distintos, tornando interessante analisá-los de forma separada, ainda que o processo de integração siga um caminho semelhante. Esta separação é também destacada em Bijl e Vermeij (2012) e no estudo do UNHCR, RRCE e EUROSTAT (2013), em que as diferenças nas motivações e legislações são destacadas como os principais motivos pelos quais a integração de ambos os grupos deve ser tomada como distinta.

Conforme debatido anteriormente neste capítulo, esta diferenciação entre as classes de migrantes não é fácil de ser feita na prática, mesmo que uma série de elementos possam ser justificados para definir aquilo que pode ser caracterizado como um movimento forçado ou livre. Ainda assim, para fins de esclarecimento, o conceito de integração adotado nesta Tese e que será apresentado posteriormente foi pensado para os refugiados enquanto grupo à parte dos demais migrantes, seja pelas especificações legais do grupo (principal motivação), a maior possibilidade de sofrerem eventos traumáticos e por isso demandarem atenção especial, e a impossibilidade de mudarem o status de “imigrante”.

Outro ponto no qual a discussão já avançou é em relação aos setores da sociedade em que a integração pode ocorrer. Segundo o que tem se apresentado na literatura, como destacam Castles *et al* (2002), este é um processo que pode se dar em cada nível e setor da sociedade e depende de vários aspectos e atores sociais, passando pelos tomadores de decisões aos vizinhos dos imigrantes, até as atitudes individuais ou grupais dos recém-chegados (novamente, elementos estruturais e individuais). O UNHCR (2013a), por exemplo, define que o processo de integração para os refugiados é o produto final de um processo bidirecional, dinâmico e multifacetado dado em três dimensões de integração: o “legal”, “econômico” e “sociocultural”. No ano seguinte, uma nova dimensão foi adotada, a “civil e política” (UNHCR, 2014). Ager e Strang (2004; 2008) compreendem que a integração de refugiados passa pelas áreas econômicas, sociais, educacionais, habitacionais e de saúde. Para Bijl e Vermeij (2012), este é, portanto, um processo segmentado, no qual diferentes níveis de “sucesso” podem ser alcançados em diferentes áreas da vida. Por exemplo, os imigrantes podem estar bem estabelecidos no mercado de trabalho, mas ainda sim estarem em desvantagens em termos de habitação. Ou, como citam Entzinger e Biezeveld (2003), podem possuir boa educação e trabalho, mas a sua rede pessoal de amizade estar concentrada exclusivamente na sua própria comunidade. Assim, o sucesso de integração em uma área não depende necessariamente do sucesso em outra.

Salienta-se que a relação entre as esferas de integração não é sempre independente; pelo contrário, embora seja possível integrar-se em uma e não em outra, geralmente elas estão muito conectadas (UNHCR, 2013; AGER e STRANG, 2004; 2008). Por exemplo, para uma boa integração no mercado de trabalho, sobretudo em termos de mercado qualificado, conhecer a língua nativa costuma ser essencial, e o mesmo ocorre para integração nos setores educacionais. Uma boa habitação pode estar relacionada a uma boa integração ao mercado de trabalho, assim como um bom emprego pode ter relação com as redes sociais criadas no destino. Assim, um olhar para a integração exige entendimento sobre como o imigrante/refugiado se coloca em várias esferas da sociedade. Ainda que um estudo exclusivamente sobre a integração econômica seja viável, por exemplo, dificilmente sua compreensão profunda será possível sem se levar em consideração outros elementos que influenciam direta ou indiretamente neste processo.

Dentro deste debate, surge um novo questionamento: o que define estar bem integrado? Qual parâmetro de sucesso deve ser seguido? Este é outro ponto explorado principalmente por Kuhlman (1991), Ager e Strang (2004; 2008), Bijl e Vermeij (2012) e UNHCR (2013a). Bijl e Vermeij (2012) destacam que vários países implicitamente assumem que a integração bem-sucedida dos imigrantes ocorre quando estes alcançam estatísticas semelhantes aos da população nativa. Por exemplo, se a porcentagem de imigrantes que possuem trabalho é igual à dos nativos, ou se as taxas de aprovação no ensino superior são igualmente altas para ambos os grupos, estes são sinais de boa integração. Alguns estudos sobre indicadores de integração de imigrantes ou refugiados no destino baseiam suas medidas em comparações com a população nativa, como ocorre em Ager e Strang (2004), UNHCR, RRCE e EUROSTAT (2013), Declaração de Zaragoza (2010), OM (2016) e EGRIS (2018). Entretanto, Bijl e Vermeij (2012) questionam se tais critérios são apropriados. Isto porque vários grupos de imigrantes possuem *backgrounds* muito distintos da população nativa. Geralmente partem de um nível educacional consideravelmente inferior (sobretudo no caso de migrantes cuja origem são países em desenvolvimento e o destino países desenvolvidos), possuem culturas distintas e enfrentam discriminação. Segundo esses autores, a questão é refletir se é razoável, dada essa posição geralmente desfavorecida, esperar que o imigrante atinja os mesmos níveis do cidadão nativo. Além desses *backgrounds* distintos, chamam atenção para a composição demográfica dos imigrantes, que geralmente é muito mais nova que a composição média nativa, além de possuir, na maioria dos casos, concentração de homens muito maior do que de mulheres.

Vale refletir ainda, como fazem Castles *et al* (2002), em outra questão: mesmo que todas as barreiras sejam superadas (linguísticas, culturais, econômicas, discriminatórias etc.), este

imigrante “integrado” se tornaria então membro completo da sociedade ou membro de uma minoria étnica? Esta é uma reflexão fundamental porque mesmo nas sociedades desenvolvidas, com raras exceções, não existe homogeneidade em sua população. Tal reflexão assemelha-se ao que ocorre na discussão das teorias de assimilação mais recentes, como a Teoria da Assimilação Segmentada (PORTES e ZHOU, 1993): a sociedade é estratificada em vários subgrupos, portanto, a assimilação não necessariamente ocorre para a classe média, podendo também ocorrer nesses subgrupos. Como forma de ultrapassar essa barreira do grupo de comparação, Kuhlman (1991) entende que a definição de integração necessita juízo de valor sobre a cultura do grupo que está sendo integrado. Ele destaca:

Values are part of a culture, and every culture tends to have standards of what constitutes a minimally acceptable level of living. These standards and the degree to which they are attained must be the yardstick for integration research. General criteria, such as those proposed in Dudley Seers' famous definition of development (Seers, 1969) cannot be universally applied, much less specified. Nor can such criteria be designed on the basis of physiologically determined minimum requirements, as these are far below what human beings consider to be a life worth living; and moreover, in many if not all cultures some values are even placed above the biological survival of the individual - as even the most doctrinaire Western neo-classical economist must admit. Thus, the researcher must attempt to establish the extent to which refugees achieve a "Standard of living" which is acceptable in their own cultural context. (KUHLMAN, 1991:08)

Adotando-se este posicionamento, a integração não depende mais de uma comparação com grupos no destino, mas sim com as necessidades do próprio grupo, tornando-se importante não apenas conhecer seus costumes e culturas, mas também ouvi-la a respeito do seu processo de integração no destino. O UNHCR (2013a) também adota este princípio em sua definição de integração. A única comparação feita pelo documento em relação à população nativa é em termos de direitos, que, segundo a instituição, devem ser compatíveis com aqueles detidos pelos nativos, como liberdade de movimento, acesso à educação, mercado de trabalho, assistência social (incluindo serviços de saúde) e a provisão de documentos de viagem e identidade válidos.

A discussão apresentada nesta seção aponta para um desfecho inevitável: a falta de clareza e consenso em torno do que significa integração, seja ela especificamente para os refugiados ou para os demais migrantes. Isto faz com que vários significados distintos sejam aplicados, dificultando não apenas sua compreensão, mas também a comparação de estudos sobre o tema (BIJL e VERMEJ, 2012; ENTINZIGER e BIEZVELD, 2003). Robinson (1998) chama o conceito de “caótico”: *a word used by many but understood differently by most* (p.118).

De fato, ainda não existe uma definição universal e nem uma forma correta de medir integração. No entanto, a revisão da literatura tem indicado um caminho: compreender integração como um processo que exige esforços de acomodação por parte da sociedade anfitriã e dos recém-chegados, e isso significa por parte dos primeiros respeitar as diferenças étnicas e culturais entre eles e os novos membros da sociedade e preparar as suas instituições para recebê-los, enquanto os últimos precisam também respeitar as diferenças encontradas no destino e buscar formas de acrescentar ao seu escopo cultural algumas normas dos anfitriões. Também tem mostrado que a integração não precisa ocorrer em todas as esferas da sociedade simultaneamente, podendo ser analisada de maneira separada. Ou seja, é possível uma integração econômica com pouca ou nenhuma integração social e vice-versa. Porém, deve-se ter em mente que os campos de integração geralmente são fortemente relacionados; portanto, entender o processo em quaisquer meios exige esforço para compreender a sua relação com os demais. Indica também que é importante conhecer as necessidades do grupo migrante de forma que a integração não seja baseada necessariamente em comparação com populações estabelecidas no destino, mas sim com as próprias necessidades culturais, sociais e econômicas do grupo, construídas dentro do seu próprio repertório histórico-cultural. E, finalmente, que é importante distinguir ou pelo menos problematizar o termo “integração” quando analisado para lidar com a questão dos refugiados, no sentido de não transferi-lo mecanicamente entre as categorias de migrantes sem as devidas ponderações.

A partir do debate sobre o conceito de integração, é possível compreender que sua análise passa, de maneira geral, por avaliar e relacionar elementos estruturais (como políticas, cultura, aspectos contextuais socioeconômicos) e individuais (características próprias, proatividade do refugiado e ação e reação no/ao ambiente). Entender como estrutura e agência se relacionam e atuam um sobre o outro é, portanto, importante para um olhar mais holístico sobre o processo de integração. Embora exista um impasse nas ciências sociais e nos estudos migratórios sobre qual dos dois é mais determinante na conformação da sociedade e, consequentemente, na mobilidade humana, o debate em si e os estudos e teorias que dele surgem permitem um olhar analítico para o mundo mais apurado e crítico. Desta maneira, tanto o conceito de integração quanto o “Modelo de Integração de Refugiados” adotados nesta pesquisa procuraram englobar a relação agência/estrutura em seus escopos.

Pensando, portanto, em todos os debates e definições já apresentados neste capítulo, pergunta-se: como a integração de refugiados e o “Modelo de Integração de Refugiados” podem

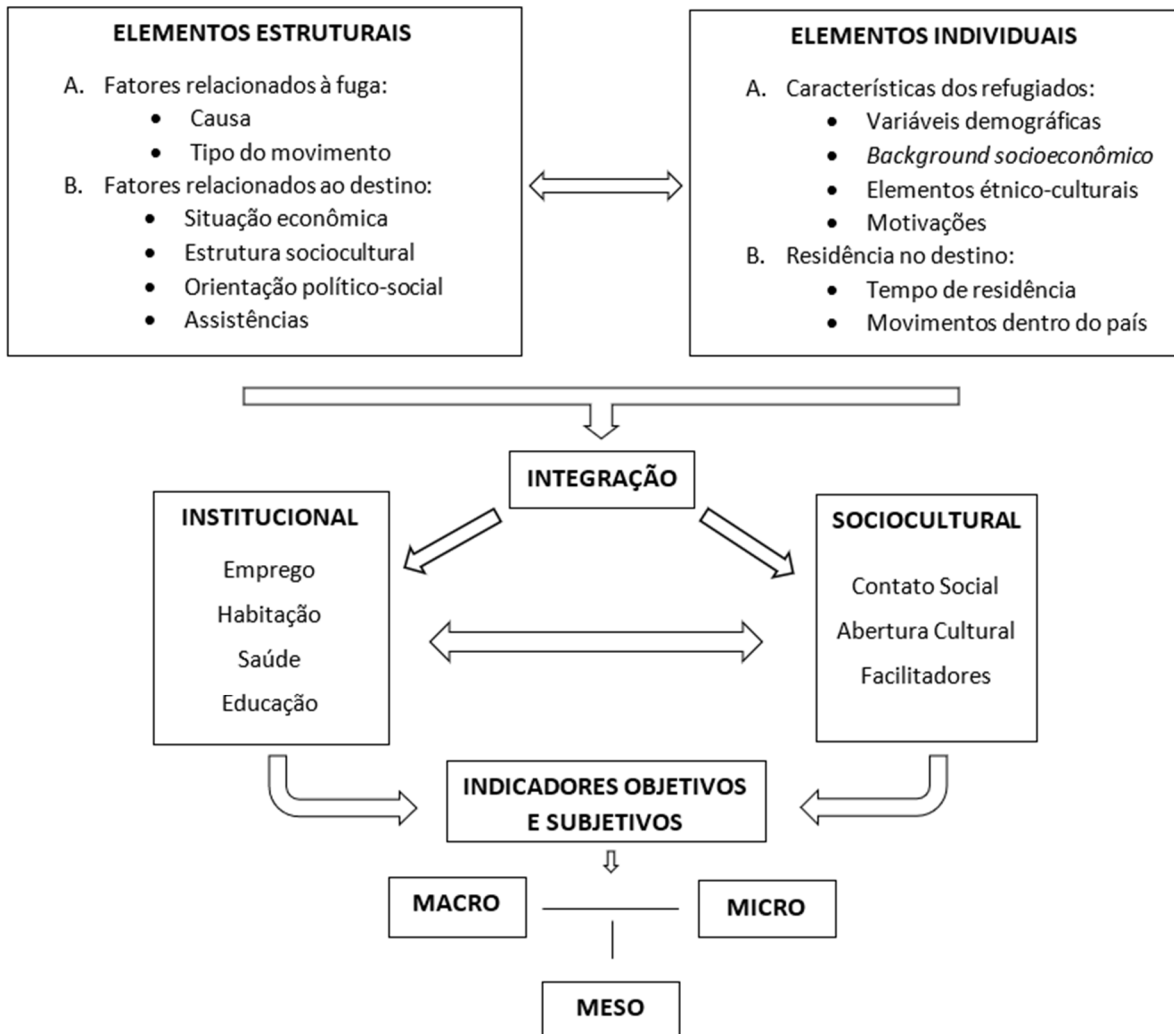
ser compreendidos e definidos nesta Tese? A seguinte seção deste capítulo tem como objetivo responder a esta pergunta.

1.4 O “Modelo de Integração de Refugiados” e as definições do conceito de integração adotadas nesta pesquisa.

O Modelo de Integração de Refugiados (Figura 4) guiará restante da pesquisa e pode ser considerado sua espinha dorsal. Ele é proposto e elaborado com base em profunda discussão da literatura sobre o tema, mas inspirado, sobretudo, em Kuhlman (1991) e Ager e Strang (2004; 2008). É importante destacar que o modelo não tem a presunção de ser entendido como o “modelo ideal” para se compreender o processo de integração, até porque algo semelhante não existe (AGER e STRANG, 2004; 2008). No entanto, ele carrega os principais elementos constitutivos da discussão e se entende que a sua aplicação gerou resultados satisfatórios para os objetivos propostos neste trabalho, não significando, porém, que não seja possível aprimorá-lo. De certa forma, como um tipo de “objetivo oculto”, esta pesquisa possibilitou testar sua abrangência e eficiência.

A ideia do modelo é bastante simples. Ele apresenta o processo de integração sob a perspectiva do refugiado, na qual a parte superior destaca o conjunto de variáveis que explicariam sua integração no destino, e a inferior, os campos aos quais ele pode se integrar e como compreendê-los. A parte superior foi inspirada em Kuhlman (1991). Em seu estudo *The Economic Integration of Refugees in Developing Countries: a research model*, o autor propõe o que chama de *A comprehensive model of refugee integration* (Figura 5). Este é um modelo que procura analisar o processo de integração sob duas perspectivas: a dos refugiados e da sociedade receptora. Para tanto, selecionou quinze variáveis, as quais, após uma longa revisão de literatura, pode-se confiar que provêm um quadro válido de seus principais determinantes. Para analisá-las, o autor as dividiu em cinco grupos de A à E, chamados, respectivamente, de *Characteristics of refugees*, *Flight-related factors*, *Host-related factors*, *Policies* e *Residence in host country*.

FIGURA 4 - MODELO DE INTEGRAÇÃO DE REFUGIADOS

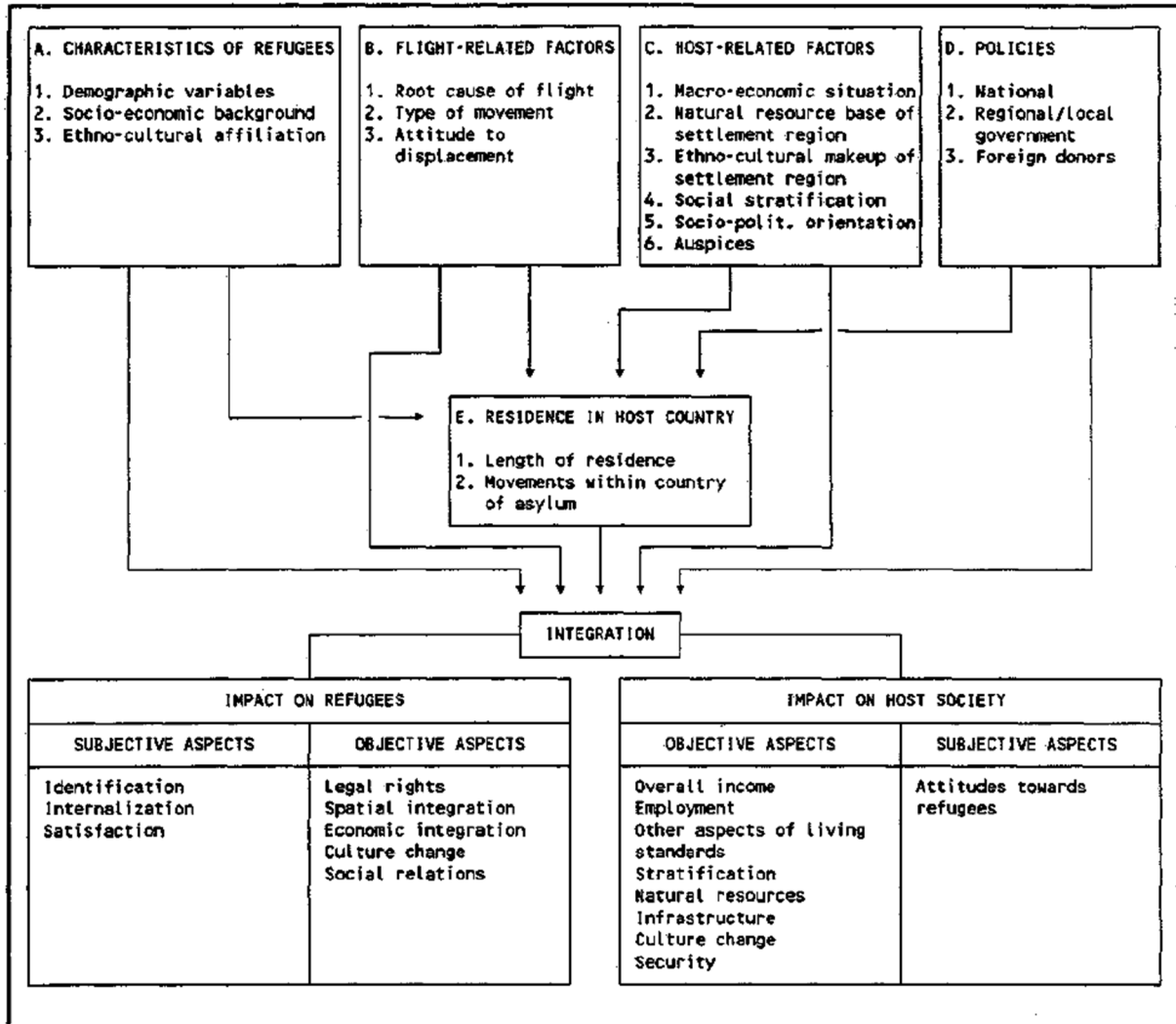


Fonte: Elaboração própria. Inspirado em Kuhlman (1991) e Ager e Strang (2004; 2008).

Por sua vez, a parte inferior do modelo é a variável dependente (integração), a qual é dividida nos efeitos da integração sobre os refugiados e na sociedade receptora (ambos a partir de efeitos objetivos e subjetivos). Embora o modelo aplicado nesta pesquisa tenha adotado várias das concepções do modelo de Kuhlman, algumas diferenças podem ser observadas. Além de apresentar apenas o impacto sobre a integração do refugiado, que é o objetivo desta Tese, algumas das variáveis independentes foram unidas em uma mesma categoria para simplificar o modelo. Por exemplo, Kuhlman separa o conjunto C do D, colocando as questões políticas em uma categoria distinta dos fatores relacionados ao destino. Nesta Tese, optou-se por colocá-las dentro da categoria de fatores relacionados ao destino. Também se optou por retirar algumas variáveis independentes que fogem do escopo ou do alcance desta pesquisa. Por exemplo, o número dois da categoria C do modelo de Kuhlman, *Natural resource base of settlement region*, que significa *the capacity of a region to receive refugees without suffering environmental*

deterioration (p.16), foi retirado por ser muito abrangente e por se tratar mais do efeito sobre a sociedade receptora do que sobre os refugiados.

FIGURA 5 - A COMPEHENSIVE MODEL OF REFUGEE INTEGRATION



Fonte: Kuhlman (1991).

Outra diferença presente nas partes superiores de cada modelo está na forma como ambos foram organizados. Neste estudo, optou-se por dividi-lo em duas grandes categorias, “Elementos Estruturais” e “Elementos Individuais”. Como explicado nas discussões anteriores, esta divisão se mostra importante para o olhar desta pesquisa uma vez que a análise do processo de integração de refugiados nada mais é do que a combinação e interação entre elementos de natureza estrutural e individual. Inclusive, a seta bidirecional na parte superior indica que elementos estruturais e individuais afetam uns aos outros. Por exemplo, a situação econômica no destino pode afetar as motivações dos refugiados, ou o *background socioeconômico* do

refugiado pode afetar as “assistências”, no sentido, por exemplo, de permitir maior ou menor contato com as redes migratórias pré-estabelecidas no país anfitrião.

O conjunto das variáveis independentes do modelo aplicado neste trabalho seguem explicadas a seguir e são fortemente baseadas nas definições utilizadas por Kuhlman (1991).

1. ELEMENTOS ESTRUTURAIS

A – Fatores relacionados à fuga:

1. Causa - o que originou a fuga: se conflitos internacionais, conflitos internos, mudanças deliberadas de estruturas sociais e/ou tensão política internacional (GORDENKER, 1987 *apud* KUHLMAN, 1991).
2. Tipo do movimento - É baseado na divisão proposta por Kunz (1973), que diferencia os movimentos forçados em “agudos”, “antecipatórios” e “intermediários”. Retomando brevemente seus conceitos, o primeiro é quando um evento exige mudança imediata de residência; o segundo envolve aumento de pressão e as pessoas antecipam a tragédia, fazendo com que o movimento seja previamente planejado; e o intermediário envolve uma combinação entre ambos. Esses três tipos de movimentos podem influenciar nos resultados da fuga, e, portanto, no processo de integração como um todo.

B – Fatores relacionados ao destino:

1. Situação econômica - refere-se à situação econômica que vive o lugar de destino (se estável ou em crise, por exemplo)
2. Estrutura sociocultural - refere-se à composição étnica do lugar de destino e quais as características e elementos de sua cultura (*mainstream*), assim como se ele é socialmente muito estratificado e desigual.
3. Orientação político-social - refere-se à abertura da sociedade ao acolhimento desses refugiados, se tolera a diversidade cultural e se possui leis e políticas voltadas à integração do grupo.
4. Assistências - refere-se à existência de redes pré-estabelecidas no destino, presença de familiares ou amigos e ajuda de instituições governamentais ou não-governamentais.

2. ELEMENTOS INDIVIDUAIS

A – Características dos refugiados:

1. Variáveis demográficas - idade, sexo, raça e composição domiciliar.
2. Background socioeconômico – Nível educacional, ocupação na origem antes da fuga e lugar de moradia na origem (se o refugiado vivia em zona urbana e rural, e cidade grande, média ou pequena).
3. Elementos étnico-culturais - refere-se a elementos como idioma, nacionalidade, costumes e afiliação religiosa.
4. Motivações - referem-se aos aspectos motivacionais dos refugiados nos destinos. Por exemplo, se possuem planos para continuar vivendo no país; se interessam-se em fazer parte da sociedade anfitriã ou se preferem isolar-se; e como se sentem vistos e recebidos pelos anfitriões, incluindo os membros da sociedade e suas entidades civis, públicas e privadas.

B – Residência no destino:

1. Tempo de residência - refere-se ao tempo de estadia do refugiado no destino.
2. Movimentos dentro do país - refere-se à quantos movimentos dentro do país o refugiado fez, se está no mesmo local desde sua chegada ou já passou por duas ou mais localizações distintas.

A segunda parte do modelo refere-se aos campos aos quais esses refugiados podem se integrar e foi inspirada também em Kuhlman (1991), mas principalmente em Ager e Strang (2004; 2008). Ager e Strang (2004; 2008), em seus trabalhos *Indicators of Integration: final report* e *Understanding Integration: a conceptual framework*, elaboraram um modelo intitulado *The Indicators of Integration Framework*, replicado abaixo (figura 6), para refletir sobre o processo de integração de refugiados no Reino Unido. O modelo desenvolvido pelos autores conta com dez do que chamam de “domínios”, que, segundo expõem, as evidências sugerem que sejam de grande importância para a integração de refugiados (AGER e STRANG, 2004). Aproximadamente 10 indicadores foram sugeridos como meio de se avaliar a integração dentro de cada domínio especificamente; alguns dos quais foram utilizados nesta Tese, como será mostrado no capítulo sobre a metodologia.

FIGURA 6 - THE INDICATORS OF INTEGRATION FRAMEWORK



Fonte: Ager e Strang (2008).

Os dez domínios são agrupados sob quatro títulos, chamados de *Markers and Means*, *Social Connection*, *Facilitators* e *Foundation*. Dentro de *Markers and Means* estão os quatro domínios que neste estudo compõem o que é definido como “Integração Institucional”, que são “Emprego”, “Habitação”, “Educação” e “Saúde”. Alguns dos demais domínios são abarcados neste trabalho no campo “Integração Sociocultural”, composto pelo “Contato Social”, o qual inclui as ideias compreendidas nos domínios *Social Bridges* e *Social Bonds* e outros elementos mais abrangentes discutidos na literatura de uma maneira geral; “Abertura Cultural”, que compreende (também) ideias dos domínios de *Language and Cultural Knowledge* e *Safety and Stability*; e “Facilitadores”, termo retirado de maneira literal de Ager e Strang (2004; 2008), que carrega ideias dos domínios de *Rights and Citizenship*, *Social Links* e *Language and Cultural Knowledge*, além de outros elementos discutidos na literatura.

De acordo com o modelo aqui proposto, a integração pode ocorrer em dois grandes campos: um institucional, composto pelos domínios “Emprego”, “Habitação”, “Educação” e “Saúde”, e um sociocultural, dado pelo “Contato Social”, “Abertura Cultural” e “Facilitadores”. No campo institucional, a referência para a integração nos domínios de educação e saúde nesta Tese não se referem propriamente a seus resultados em cada área, ou seja, se o refugiado está se formando ou obtendo boas/más notas, e, na saúde, quais as condições físicas e mentais dessas pessoas; aqui, interessa saber se eles acessam os sistemas e não se sentem discriminados ao

fazê-lo. Saber as condições de saúde e os resultados educacionais são elementos fundamentais para se analisar a integração dos refugiados e imigrantes no destino, tanto que indicadores para medir estas questões são propostas em alguns estudos, como os de Ager e Strang (2004), Declaração de Zaragoza (2010), EGRIS (2018), OIM (2016), dentre outros. A opção por não abordá-los nesta Tese decorre das dificuldades combinadas entre a complexidade das questões (sobretudo em relação aos aspectos relacionados à saúde), à falta de dados e às limitações do alcance deste trabalho. Pesquisas de natureza semelhante a esta são geralmente elaboradas a partir de equipes multidisciplinares, envolvem várias instituições e possuem grandes orçamentos. Seguindo orientações de Ager e Strang (2004), trabalhos acadêmicos e outros de menor escala devem se preocupar em selecionar alguns indicadores de cada área e não em tentar exauri-los, desta forma não é possível abordar a integração sob todos os pontos de vista dentro de um mesmo domínio de integração. Observar os resultados em termos de saúde e nos sistemas educacionais serão objetivos de trabalhos futuros.

No campo sociocultural, o domínio “Contato Social” se refere aos laços e redes pessoais dos refugiados no destino. Essas conexões podem ser tanto com pessoas que dividem experiências e valores semelhantes, através da etnicidade, religião ou país de origem (ideia presente no domínio *social bonds*), como com outros grupos (definição do *social bridges*), geralmente a população nativa. Conforme Ager e Strang (2004), discriminação e sentimento de insegurança são elementos que comprometem as conexões sociais dos refugiados, seja com seu próprio grupo ou com a sociedade de destino (ideia presente em *safety and stability*). Por isso, será observado neste campo como essas questões são percebidas pelos refugiados. Salienta-se que a discriminação e sentimento de insegurança também podem afetar o campo da “Abertura Cultural”, conforme mencionam os autores, porém, para distribuir os indicadores de maneira mais homogênea, optou-se por deixar estes elementos no campo dos contatos sociais. No entanto, este olhar entre os campos estará sempre presente durante as análises.

“Abertura Cultural” se refere a aceitação e tolerância por parte dos refugiados e da sociedade anfitriã em relação às diferenças culturais entre os grupos. A percepção de estranhamento por parte dos refugiados sobre os costumes e tradições locais dificultam uma abertura cultural por parte deste grupo e uma menor integração neste campo, enquanto o seu inverso se refere a uma maior abertura e integração. Essas definições se aproximam das ideias

de *Language e cultural knowledge*²⁴ de Ager e Strang (2004;2008). “Facilitadores” se refere aos conhecimentos linguísticos do idioma nativo e sobre os próprios direitos e deveres que os refugiados possuem no destino. Inclui também tempo de estadia, aspectos ligados a possibilidades de reunião familiar, participação política, a existência de pessoas conhecidas no destino antes da migração ocorrer (redes) e de instituições voltadas para a causa dos refugiados (governamentais ou não). O próprio nome do domínio é bastante sugestivo, uma vez que os facilitadores se referem a aspectos que facilitam a integração do refugiado. Este domínio possui em sua concepção os campos de *Language e cultural knowledge*, *Social links* e *Rights e citizenship*²⁵, de Ager e Strang (2004; 2008), mas é mais abrangente, incluindo outros elementos importantes tratados pela literatura de uma maneira geral.

Embora os dois grandes campos de integração estejam separados no modelo, ambos se conectam. Por exemplo, para uma boa integração no mercado de trabalho, sobretudo em termos de mercado qualificado, conhecer o idioma nativo costuma ser essencial, o mesmo ocorre para integração nos setores educacionais e de saúde. No entanto, eles não são completamente dependentes porque as relações nem sempre se farão imprescindíveis: o trabalho exercido pelo refugiado pode ser manual e exigir pouco conhecimento linguístico, ou a participação em determinado curso não necessariamente exigir o conhecimento da língua nativa.

A integração aos domínios dos campos institucional e sociocultural podem ser compreendidos por meio de indicadores objetivos e subjetivos, que por sua vez podem ser divididos em três escalas de análise: macro, meso e micro. Tanto o campo institucional como o sociocultural serão compostos por indicadores específicos, que deverão abarcar separadamente os domínios do mercado de trabalho (“Emprego”), “Habitação”, “Saúde” e “Educação” para o primeiro, e “Conexões Sociais”, “Abertura Cultural” e “Facilitadores” para o segundo. Esses indicadores estão devidamente apresentados no capítulo 2 “Metodologia e métodos”.

Uma vez apresentado o modelo, é fundamental definir o conceito de integração adotado nesta Tese. Afinal, para a identificação e compreensão do processo esta é uma etapa imprescindível, aquela que funda suas bases. Por ser um modelo que apresenta o processo de

²⁴ *Language e cultural knowledge* se refere a importância dos refugiados aprenderem a língua nativa e os costumes, procedimentos e instalações locais, assim como os não-refugiados aprenderem sobre a cultura dos refugiados e entenderem suas circunstâncias diferenciadas.

²⁵ *Social links* se refere a relação dos refugiados com instituições locais e serviços governamentais, enquanto *Rights e citizenship* se refere aos direitos dos refugiados, incluindo direito político.

integração como resultado da relação entre refugiado e sociedade e que busca compreender as relações estruturais e individuais da integração, buscou-se na literatura um conceito que pudesse satisfazer essas condições. Um que tem sido amplamente aceito e foi constituído a partir de várias leis e documentos relacionados à integração de refugiados, e que será aqui adotado, é o definido pelo *UNHCR Executive Committee* (UNHCR, 2005):

The integration of refugees is a dynamic and multifaceted two-way process which require efforts by all parties concerned, including a preparedness on the part of refugees to adapt to the receiving society without having to forego their own cultural identity and a corresponding readiness on the part of the receiving communities and public institutions to welcome refugees and meet the needs of a diverse community.

Este é um conceito moderno que compreende toda a complexidade e particularidades do processo de integração de refugiados, como sua bidirecionalidade e dinamização, e podendo ocorrer em várias esferas (multifacetado), que leva em consideração a importância de se respeitar as particularidades do grupo de refugiados e ao mesmo tempo exige amplo esforço das partes envolvidas, significando uma acomodação mútua dos refugiados e da sociedade receptora. Embora esta conceitualização já seja um ponto importante para a produção deste trabalho, ela ainda é insuficiente, pois não define o que significa “estar integrado”, apenas no que consiste o processo de integração de refugiados. Baseando-se na literatura, sobretudo no conceito de integração de refugiados de Kuhlman (1991), considera-se que os refugiados estão integrados quando, no campo institucional:

- *Eles possuem pelo menos os mesmos direitos de acesso ao mercado de trabalho e de direitos trabalhistas que a população nativa; participam da economia anfitriã dentro da formalidade e de maneira compatível com suas qualificações e habilidades; não ganham menos do que a população nativa para uma mesma ocupação e nível de qualificação; e não se sentem discriminados, constrangidos ou desvalorizados no trabalho por causa de sua origem, etnia, raça, cor ou religião.*
- *Eles possuem pelo menos os mesmos direitos de acesso aos sistemas educacionais e de saúde que a população nativa; acessam ambos os serviços; e não se sentem discriminados ou constrangidos de participarem dos mesmos por causa de sua origem, raça, etnia, cor ou religião.*
- *Eles possuem pelo menos os mesmos direitos de acesso à moradia e liberdade de movimento que os nativos; possuem moradias que sejam compatíveis com suas necessidades; sentem-se satisfeitos com a localidade e segurança do bairro e residência nos quais habitam; e não se sentem discriminados ou constrangidos na própria vizinhança por causa de sua origem, raça, etnia, cor ou religião.*

E no campo sociocultural:

- Eles são capazes de manterem uma identidade cultural própria; possuem pelo mesmo os mesmos direitos de liberdade de expressão política, cultural e artística que os nativos (incluindo o direito a criar organizações e grupos e a se juntar aos existentes); estão socialmente conectados com membros do seu próprio grupo cultural/étnico e da sociedade de destino; possuem conhecimentos linguísticos, culturais e de seus direitos e deveres enquanto refugiado suficientes no país anfitrião; toleram as diferenças socioculturais existentes entre a origem e o destino; e sentem-se seguros e não-constrangidos por possuírem costumes e características distintas às da população nativa.

Uma vez apresentada a discussão teórica e conceitual e definidos os conceitos de integração e o modelo analítico, parte-se no capítulo seguinte para a definição metodológica e dos métodos adotados e aplicados nesta pesquisa. Eles são voltados para tentar captar a integração, como definida, em cada um dos campos e domínios especificados pelo Modelo de Integração de Refugiados. Basicamente, a metodologia foi dividida em três etapas: construção dos indicadores de integração, trabalho de campo e análise de fontes secundárias.

METODOLOGIA E MÉTODOS

Este capítulo foi dividido em cinco seções principais. A primeira apresenta os indicadores de integração selecionados, de onde saíram e como foram organizados. A segunda apresenta as etapas do trabalho de campo, como foi realizado, em que período, quais dados foram levantados e os desafios encontrados. A terceira descreve as fontes secundárias como forma de fundamentar o conhecimento sobre os refugiados no mundo, no Brasil e, mais especificamente, em São Paulo. A quarta seção trata das limitações metodológicas encontradas para a realização desta Tese. Finalmente, a quinta seção apresenta a lógica e técnicas utilizadas para a análise e apresentação dos dados primários e secundários coletados.

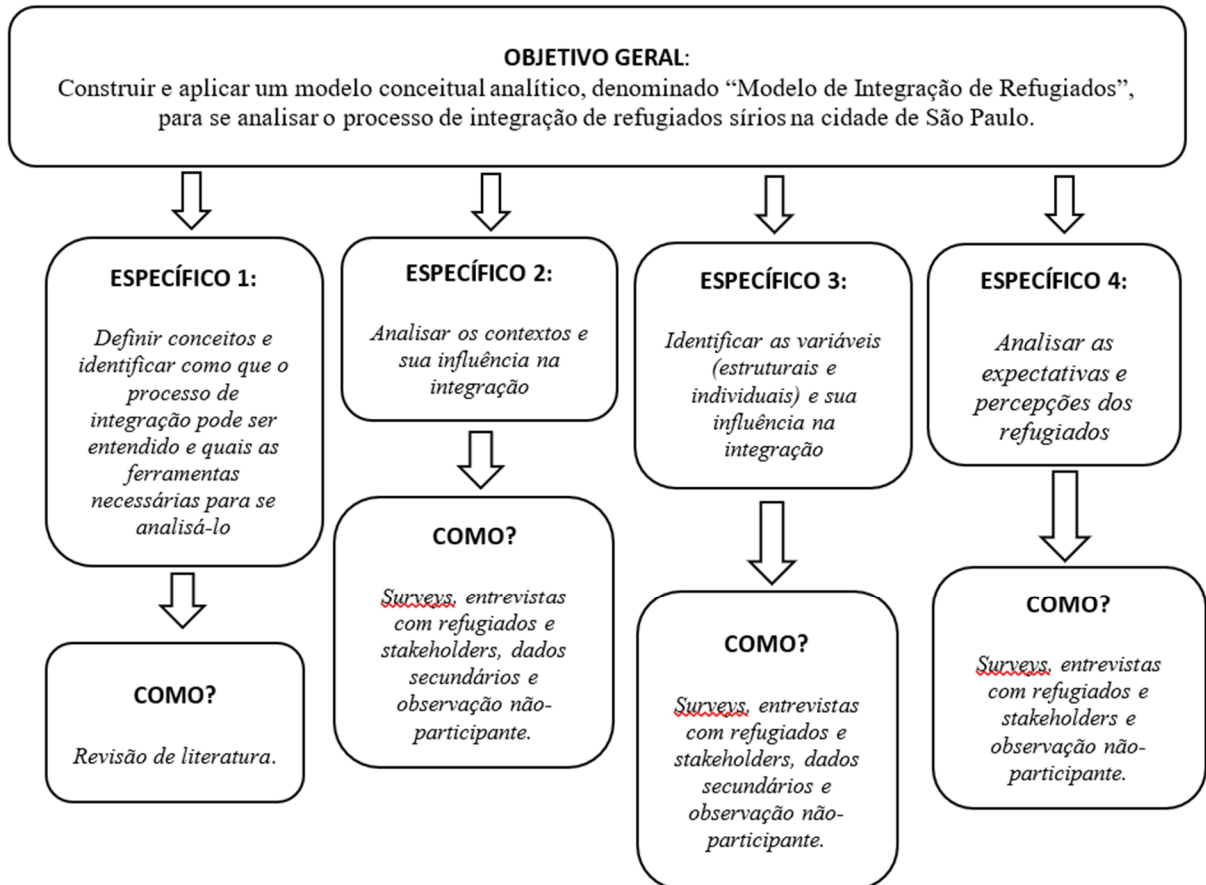
2.1 Indicadores de integração

Uma maneira que tem ganhado notoriedade nos últimos anos de se estudar o processo de integração dos refugiados e imigrantes no destino é criando indicadores para medi-lo e acompanhá-lo (AGER AND STRANG, 2004; UNHCR, RRCE e EUROSTAT, 2013; Huddleston *et al*, 2015; CASTLES *et al*, 2002; OM, 2016; EGRIS, 2018; STRUNK *et al*, 2017; dentre outros). A literatura em torno deste tema tem crescido substancialmente, sobretudo na Europa, devido à importância da imigração para o continente e porque os movimentos forçados têm aumentado consideravelmente nos últimos anos, sendo a região uma das rotas preferidas dos refugiados. Um dos objetivos iniciais da Tese era mensurar a integração dos refugiados em São Paulo com base nos métodos de mensuração aplicados em UNHCR, RRCE e EUROSTAT (2013) e Huddleston *et al* (2015). No entanto, devido a algumas dificuldades metodológicas (como amostras muito pequenas, técnica de amostragem enviesada e o uso de poucos indicadores), percebeu-se que este caminho resultaria em dados pouco demonstrativos, levando ao abandono da ideia durante a coleta e análise das informações.

Mesmo assim, a utilização dos indicadores foi fundamental para a elaboração desta Tese. Primeiramente porque é a partir deles que várias perguntas presentes nos *surveys* e nas entrevistas semiestruturadas foram desenvolvidas. Segundo porque serviram para instigar ideias e olhares durante todo o processo de coleta e análise de dados. Embora a mensuração não tenha se mostrado uma opção viável, os dados coletados para alimentar os indicadores, aliados

aos resultados das entrevistas e ao levantamento de informações de fontes secundárias, permitiram que alguns cenários fossem bem apresentados e analisados. Pode-se dizer que o uso dos indicadores é um método indireto para se alcançar os objetivos deste trabalho, uma vez que eles compõem os *surveys*, ajudaram na formulação das entrevistas e nas análises de dados secundários. A Figura 7 apresenta um *framework* com a lógica de construção deste trabalho.

FIGURA 7 - LÓGICA DE ELABORAÇÃO DA PESQUISA



2.1.1 Seleção e organização dos indicadores

Neste trabalho foram selecionados e aplicados 89 indicadores, divididos entre aqueles utilizados para os campos de integração institucional (43) e sociocultural (46). As Tabelas 1 e 2 a seguir apresentam a divisão de cada indicador por campo de integração. Elas mostram que os indicadores objetivos se dividem entre os denominados “Aparatos Legais” e “Outros Indicadores”. Os primeiros se referem àqueles que tentam indicar se existem leis e políticas que atuam no sentido de propiciar a integração desse grupo em cada domínio; enquanto os últimos indicam a integração de fato em cada área. Por sua vez, os indicadores subjetivos são aqueles que buscam captar as sensações e percepções individuais dos refugiados a respeito de cada

domínio. Quando necessário ou pertinente, o próprio autor também criou alguns indicadores, sobretudo aqueles de cunho subjetivo, que ainda são pouco presentes nos estudos de uma forma geral e são vistos como uma necessidade a ser explorada (AGER e STRANG, 2004).

TABELA 1 – NÚMEROS DE INDICADORES DE INTEGRAÇÃO SOCIOCULTURAL

Subcampos	Nº Indicadores Objetivos		Nº Indicadores Subjetivos	Total
	Aparatos Legais	Outros Indicadores		
Conexões Sociais	3	6	3	12
Abertura Cultural	3	4	4	11
Facilitadores	9	8	6	23
Total	15	18	13	46

Fonte: Matriz de Indicadores.

TABELA 2 - NÚMEROS DE INDICADORES DE INTEGRAÇÃO INSTITUCIONAL

Subcampos	Nº Indicadores Objetivos		Nº Indicadores Subjetivos	Total
	Aparatos Legais	Outros Indicadores		
Emprego	6	8	2	16
Educação	5	3	1	9
Saúde	4	3	1	8
Habitação	5	4	1	10
Total	20	18	5	43

Fonte: Matriz de Indicadores.

Embora várias fontes tenham sido consultadas para a escolha dos indicadores mais apropriados, as mais replicadas são os propostos por Huddleston *et al* (2015), com o trabalho *Migrant Integration Policy Index*, um estudo macro que cobre todos os países membros da UE, cujos objetivos são comparar o que existe de política de integração de imigrantes entre os países da UE, monitorar estatísticas e fazer avaliações robustas sobre a efetividade das políticas nesses países; o UNHCR, RRCE e EUROSTAT (2013), com o estudo *Refugee Integration and the use of indicators: evidence from Central Europe*, cujos objetivos são desenvolver métodos de coleta de dados e mecanismos internos de avaliação eficazes, confiáveis e sustentáveis, assim como reforçar a capacidade e parceria entre os vários atores envolvidos com a temática da integração de refugiados; e o EGRIS (2018), *Expert Group on Refugee and Internally Displaced Persons Statistics*, com o trabalho *International Recommendations on Refugee Statistics*, cujo objetivo é prover um conjunto de recomendações que os países e organizações internacionais podem utilizar para melhorar a coleta, agrupamento, desagregação e elaboração de dados e relatórios sobre as populações deslocadas forçadas. Outros estudos consultados foram Castles *et al*

(2002), Ager e Strang (2004; 2008), Declaração de Zaragoza (2010), Entzinger e Biezeveld (2003), Bijl e Vermeij (2012); EUROSTAT (2017) e Observatório das Migrações (OM, 2016).

Uma vez selecionados os indicadores, estes foram dispostos na “Matriz de Indicadores” (Figura 8). A Figura 8 traz como exemplos da matriz os indicadores “Acesso ao mercado de trabalho”, “Aprimoramento profissional” e “Suporte para o procedimento de requalificação e reconhecimento das qualificações acadêmicas e profissionais”, indicadores objetivos da categoria “Aparatos Legais”, do domínio “Emprego”, pertencente ao campo da “Integração Institucional”. A primeira coluna da Figura 8 contém o número do indicador e a seguinte o nome dele. A coluna “Descrição” explica o propósito do indicador. Por exemplo, para o “Acesso ao mercado de trabalho”, pergunta-se: “Os refugiados possuem os mesmos direitos de acesso e mobilidade no mercado de trabalho que os nativos?”. Para responder a esta pergunta, legislações a respeito do acesso ao mercado de trabalho dos refugiados no Brasil e em São Paulo foram investigadas. A penúltima coluna da tabela se refere à referência literária da qual o indicador foi retirado. Nestes exemplos, os três indicadores são originários e adaptados de Huddleston *et al* (2015), EGRIS (2018) e UNHCR, RRCE e EUROSTAT (2013). Todos os indicadores que vieram de fontes secundárias são referenciados como “adaptados de...”. Isto ocorre porque em todos os casos alguma alteração foi realizada, sobretudo em termos textuais para adequá-los ao problema desta Tese.

2.2 Trabalho de campo

O trabalho de campo foi uma etapa imprescindível para o cumprimento dos cinco objetivos específicos deste trabalho. A ida para São Paulo e Hamburgo permitiu a aproximação aos refugiados e *stakeholders* e o acompanhamento de suas vidas (no caso dos refugiados) e trabalhos (no caso de ambos), assim como a aplicação dos *surveys* e realização de entrevistas semi-estruturadas. A seguir, os procedimentos adotados durante os trabalhos de campo e quais foram os obstáculos encontrados serão detalhados. Importante salientar que esta pesquisa, com todas as etapas desenvolvidas e aqui apresentadas, passou por aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)²⁶.

²⁶ CAAE: 19501819.7.0000.5149. Número do parecer: 3.695.497.

FIGURA 8 - ILUSTRAÇÃO DA MATRIZ DE INDICADORES DE INTEGRAÇÃO

INTEGRAÇÃO INSTITUCIONAL						
1. EMPREGO						
1.1 Indicadores Objetivos	Número	Indicador		Descrição	Referências	Fonte
1.1.1 Aparatos Legais						
	1	Acesso ao mercado de trabalho		Os refugiados e seus familiares possuem os mesmos direitos de acesso e mobilidade no mercado de trabalho que os nativos?	Adaptado de Huddleston et al, 2015 e EGRIS, 2018	Legislações
	2	Aprimoramento profissional		Os refugiados possuem igualdade legal de acesso a cursos técnicos e profissionalizantes que os nativos?	Adaptado de Huddleston et al, 2015	Legislações
	3	Suporte para o procedimento da requalificação e reconhecimento das qualificações acadêmicas e profissionais		É permitido o reconhecimento e revalidação das qualificações acadêmicas e profissionais obtidas no exterior? Se sim, O procedimento leva em consideração as necessidades especiais dos beneficiários de proteção internacional? a) Se os documentos do país de origem não estiverem disponíveis, o procedimento aceita documentos alternativos ou métodos de avaliação, como testes ou entrevistas b) O estado fornece assistência financeira ou técnica para concluir o procedimento (ou seja, para adquirir ou traduzir documentos ou passar nos exames)	Adaptado de UNHCR, RRCE e EUROSTAT, 2013	Legislações

Fonte: Matriz de indicadores.

2.2.1 Surveys

A aplicação de *surveys* foi o principal objeto de coleta para a identificação da amostra em termos de caracterização sociodemográfica, obtenção de dados para os indicadores e captação de outras informações que serviram para melhor compreensão sobre o processo de integração dos refugiados em cada um dos campos de integração, como dados sobre trajetória migratória e composição familiar. Portanto, esta é uma etapa que foi importante para o cumprimento dos cinco objetivos específicos propostos nesta pesquisa.

2.2.1.1 Organização

A construção das perguntas do *survey* foi desenvolvida com base em três grandes pesquisas distintas sobre refugiados. A principal delas, conduzida na Alemanha, é a *IAB-BAMF-SOEP Refugee Survey* (BRÜCKER *et al*, 2017). Trata-se de um *survey* de amostragem representativa aplicado para a população de refugiados em toda a Alemanha que entrou no país a partir do ano de 2013, e coletado anualmente desde 2016, conduzido pelo *Research Centre of the Federal Office for Migration and Refugees* (BAMF-RZ) em cooperação com o *Institute for Employment Research* (IAB) e o *Socio-Economic Panel* (SOEP), vinculado ao *German Institute for Economic Research* em Berlim²⁷.

²⁷ O IAB é uma agência alemã que conduz pesquisa sobre o mercado de trabalho para guiar a elaboração de políticas no país. O BAMF-RZ é o principal órgão do governo federal alemão que lida com imigrantes e refugiado. É o BAMF quem conduz o processo de asilo/refúgio no país. O SOEP é um grupo que utiliza dados para estudar a sociedade alemã, e isto inclui estudar desigualdade socioeconômica, acesso à mercado de trabalho e aos sistemas

Os outros dois *surveys* consultados para esta pesquisa são o *The Refugee Integration Survey Evaluation* (RISE, 2016) e o *Building a New Life in Australia* (BNLA, 2017). O primeiro foi um *survey* aplicado para analisar a integração de refugiados no Colorado (EUA), conduzido pelo *Quality Evaluation Designs* (QED) para o *Colorado Refugee Services Program* (CRSP). A pesquisa RISE foi administrada pela primeira vez a quase todos os refugiados adultos que chegaram a Denver entre 2011-2012, vindos do Butão, Birmânia, Somália e Iraque, e foi construído e adaptado com base no modelo de integração de AGER e STRANG (2004; 2008). Por sua vez, o BNLA é um estudo longitudinal sobre a experiência dos imigrantes humanitários na Austrália ao longo de cinco anos, de 2013 a 2018, conduzido pelo *Australian Institute of Family Studies* (AIFS) sob o comando do *Department of Social Services* (BNLA, 2017).

Baseado nessas pesquisas e em suas perguntas formuladas, foi elaborado o *survey* “Integração de Refugiados Sírios”, que contou com 88 perguntas no formato impresso e 117 perguntas no formato online²⁸. O *survey* foi traduzido para três idiomas: português, inglês e alemão. A tradução do português para o inglês foi feita pelo próprio autor com a ajuda de ferramentas de tradução quando necessário, e a do inglês para o alemão contou com a colaboração de colegas alemães. As perguntas possuem o mesmo sentido para ambos os países, modificando-se apenas questões contextuais. Por exemplo, existe uma pergunta na categoria “Integração Institucional - Saúde e Habitação”, a respeito do acesso dos refugiados aos sistemas de saúde pública em cada localidade. Em São Paulo, pergunta-se ao refugiado se ele possui a carteirinha do SUS, enquanto em Hamburgo pergunta-se se possui o *Electronic Health Card*, cartão que permite o acesso à saúde pública na cidade.

Inicialmente os *surveys* deveriam ser aplicados apenas pessoalmente, uma vez que a aplicação individual possibilita melhor detalhamento das perguntas para o respondente caso surja alguma dúvida sobre as questões, sobretudo porque são pessoas de nível educacional e de compreensão do idioma local e/ou do inglês diferentes. Como descrito em RISE (2016), uma versão escrita do *survey* para ser auto administrado, não importa quão simplificado fosse, não seria bem compreendido por uma boa proporção dos refugiados, tornando a opção presencial a

educacionais, relação entre condições de vida e bem-estar, e a situação de vida da população imigrante na Alemanha.

²⁸ A diferença no número é resultado de uma maior limitação de organização do *survey* na plataforma utilizada para a aplicação do *survey* online, no caso, o Google Forms. Assim, algumas perguntas que no modelo impresso faziam parte de uma mesma questão, por exemplo, 4.1, 4.2, tiveram que ser quebradas em novas perguntas para facilitar a visualização do respondente no modelo online.

mais indicada para este público. Administrá-lo oralmente permite que os refugiados façam perguntas, o que por sua vez permite maior alinhamento entre a resposta e a intenção original da questão. A opção do *survey* online surgiu apenas por inviabilidade da aplicação oral, sobretudo para a cidade de Hamburgo. O início estipulado para a coleta dos dados na cidade coincidiu com o início da pandemia por COVID-19, assim, foi possível coletar apenas seis *surveys* pessoalmente antes de um retorno antecipado em três meses e meio para o Brasil. Alguns de seus resultados são apresentados ao longo do capítulo 3.

O *survey* contém uma série de perguntas objetivas (69,3%) e subjetivas (30,7%) e foi dividido em 7 módulos: “Identificação”, “Caracterização Básica e Composição Familiar”, “Trajetória Migratória”, “Integração Institucional: habitação e saúde”, “Integração Institucional: educação e emprego”, “Integração Sociocultural: conexões sociais e abertura cultural”, e “Integração Sociocultural: facilitadores”. O Quadro 2 resume algumas informações a respeito do *survey*.

QUADRO 2 - ESTRUTURA DO SURVEY "INTEGRAÇÃO DE REFUGIADOS SÍRIOS"

Módulos	Objetivo	Nº Perguntas Objetivas	Nº Perguntas Subjetivas	Total
Identificação	Identificar o questionário e o entrevistado	-	-	-
Caracterização Básica e Composição Familiar	Informar sobre as características do entrevistado e os moradores dos domicílios (na Síria e no destino)	15	1	16
Trajetória Migratória	Informar sobre o caminho da Síria ao destino, incluindo transporte utilizado e companheiros de viagem	16	1	17
Int. Inst. Habitação e Saúde	Informar sobre as características da habitação no destino e acesso aos sistemas de saúde locais	6	2	8
Int. Inst. Educação e Emprego	Informar sobre os estudos (na Síria e no destino) e situação atual de emprego	19	5	24
Int. Socio. Conexões sociais e Abertura cultural	Informar sobre as relações sociais e culturais atuais com a origem e o destino	4	14	18
Int. Socio. Facilitadores	Informar sobre demais elementos facilitadores da integração	1	4	5
Total	-	61	28	88

Fonte: *survey* “Integração de Refugiados Sírios em São Paulo”.

As perguntas subjetivas podem ser divididas em duas naturezas: a satisfação dos refugiados em relação a alguns aspectos de sua vida, como, por exemplo, com a sua casa, emprego, educação, com ajuda do governo e de outras instituições presentes na sociedade etc.; e em termos de intensidade de suas relações e sentimentos, por exemplo, quão seguros se sentem no destino, nível de confiança na polícia, qual seu nível de proximidade com os nativos e outros refugiados, dentre outros. Para captar essas subjetividades, tomou-se como base a formulação e mensuração das perguntas presentes nos *surveys* das pesquisas citadas anteriormente. Por exemplo, para medir a satisfação do refugiado com sua residência e condições de moradia, o IAB-BAMF-SOEP dividiu a questão em oito perguntas, presentes no item *Life satisfaction – Dwelling*, conforme ilustra a Figura 9.

FIGURA 9 - EXEMPLO DE PERGUNTA SUBJETIVA - IAB-BAMF-SOEP

Items “Life Satisfaction – Dwelling”

In your current living arrangements, how satisfied are you...

- (1) bgpr_l_59: ...with the quality of the food?
- (2) bgpr_l_60: ...with the noise level?
- (3) bgpr_l_61: ...with the privacy that you have?
- (4) bgpr_l_62: ...with the leisure opportunities?
- (5) bgpr_l_63: ...with the public transport connections?
- (6) bgpr_l_64: ...with the safety of your neighborhood?
- (7) bgpr_l_65: ...with the safety in the accommodation itself?
- (8) bgpr_l_66: ...with the opportunities provided to learn German in your accommodation or nearby?

Scale: 0 (Totally dissatisfied) to 10 (Totally satisfied)

Fonte: Jacobsen *et al* (2017).

A escala adotada vai de 0 a 10, em que 0 é totalmente insatisfeito e 10 totalmente satisfeito. O valor final para medir a satisfação geral do refugiado com sua moradia é a média dos resultados encontrados nas oito questões. Para perguntas de natureza semelhante, em que o nível de satisfação geral é resultado de duas ou mais perguntas, esta Tese adotou o mesmo critério de avaliação do IAB-BAMF-SOEP. Porém, a escala utilizada vai de 1 a 5, em que 1 é muito insatisfeito e 5 é muito satisfeito. Para além da escala em si, de forma a facilitar ainda mais o entendimento do entrevistado em relação à pergunta, foram-lhes apresentados desenhos que ilustram os sentimentos correspondentes aos valores de 1 a 5 (Figura 10).

FIGURA 10 - EXEMPLO DE PERGUNTA SUBJETIVA DO SURVEY “INTEGRAÇÃO DE REFUGIADOS SÍRIOS” - APLICAÇÃO ONLINE – SÃO PAULO.

38. Olhando para a imagem abaixo, qual dos números descreve melhor seu sentimento em relação ao **tamanho e conforto da sua casa em São Paulo**? *

SATISFACTION SCALE



1 2 3 4 5

1 2 3 4 5

Muito insatisfeito ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Muito satisfeito

Fonte: Survey “Integração de Refugiados Sírios”, versão online em português.

A opção por reduzir a escala apresentando desenhos se justifica porque se sabe que a tradução de certas palavras para outros idiomas pode levar a desentendimentos para o entrevistado sobre a real intenção da pergunta, uma vez que uma mesma palavra falada em idiomas distintos pode possuir significados filosóficos e socioculturais diferentes (FLOYD, 1995; CONVERSE & PRESSER, 1986). Como os *surveys* desta pesquisa não foram traduzidos para o árabe, diferentemente do IAB-BAMF-SOEP, BNLA e RISE, que possuem traduções para sete idiomas ou mais (catorze no caso do BNLA), entendeu-se que a aplicação das figuras ilustrando os sentimentos, estratégia utilizada em várias pesquisas, sobretudo as de mercado, poderiam facilitar o entendimento da pergunta por parte do entrevistado. De fato, esta estratégia pareceu funcionar muito bem durante a condução das aplicações pessoais. A versão impressa do *survey* em português, aplicado em São Paulo segue no APÊNDICE I.

2.2.1.2 Critérios de seleção e amostragem

Os critérios adotados para a seleção dos respondentes foram idade mínima de 18 anos, que corresponde à maioridade na Síria (UN, 2002), que tenham chegado ao destino a partir de 2011, estejam em São Paulo e Hamburgo há pelo menos um ano e já possuam o status de refugiado reconhecido pelo governo do país. A primeira restrição se justifica porque o objetivo desta pesquisa é captar a integração de refugiados do conflito civil armado iniciado em 2011; o segundo porque integração é um processo que exige um tempo mínimo de chegada, e como não existe na literatura um tempo de corte estabelecido, optou-se por arbitrariamente defini-lo como

um ano; e o terceiro porque discutir integração para um grupo que sequer possui o status de refugiado reconhecido parece fazer pouco sentido: como esperar que ele se integre se existem pendências legais mínimas em relação a sua condição como cidadão estrangeiro no país? Embora o processo de integração se inicie desde a chegada do refugiado no destino, entende-se que sua efetivação depende essencialmente de sua regularização legal, uma vez que, com ela, vários outros direitos e oportunidades surgirão, sobretudo no cenário europeu (EGRIS, 2018).

O recrutamento dos refugiados ocorreu através da técnica de amostragem “bola de neve” (COLEMAN, 1958). Muito utilizada para estudos de populações de difícil acesso ou em que seu tamanho seja impreciso (como é o caso), esta é uma técnica de amostragem não-probabilística que utiliza cadeias de referências (BERNARD, 2005). Isto é, como o acesso a essa população de refugiados é restrita, ela depende de uma mediação de pessoas que conhecem e trabalham com o grupo. Assim, a aplicação de *surveys* e a realização das entrevistas ocorreram a partir de indicações. Esses mediadores que indicam os participantes são conhecidos como as “sementes”, isto é, as pessoas que ajudam a localizar dentro da população indivíduos com o perfil pré-estabelecido pela pesquisa (VINUTO, 2014). Após a identificação dos primeiros contatos, as pessoas indicadas pelas sementes recomendaram novos contatos com as características desejadas e assim as entrevistas continuaram.

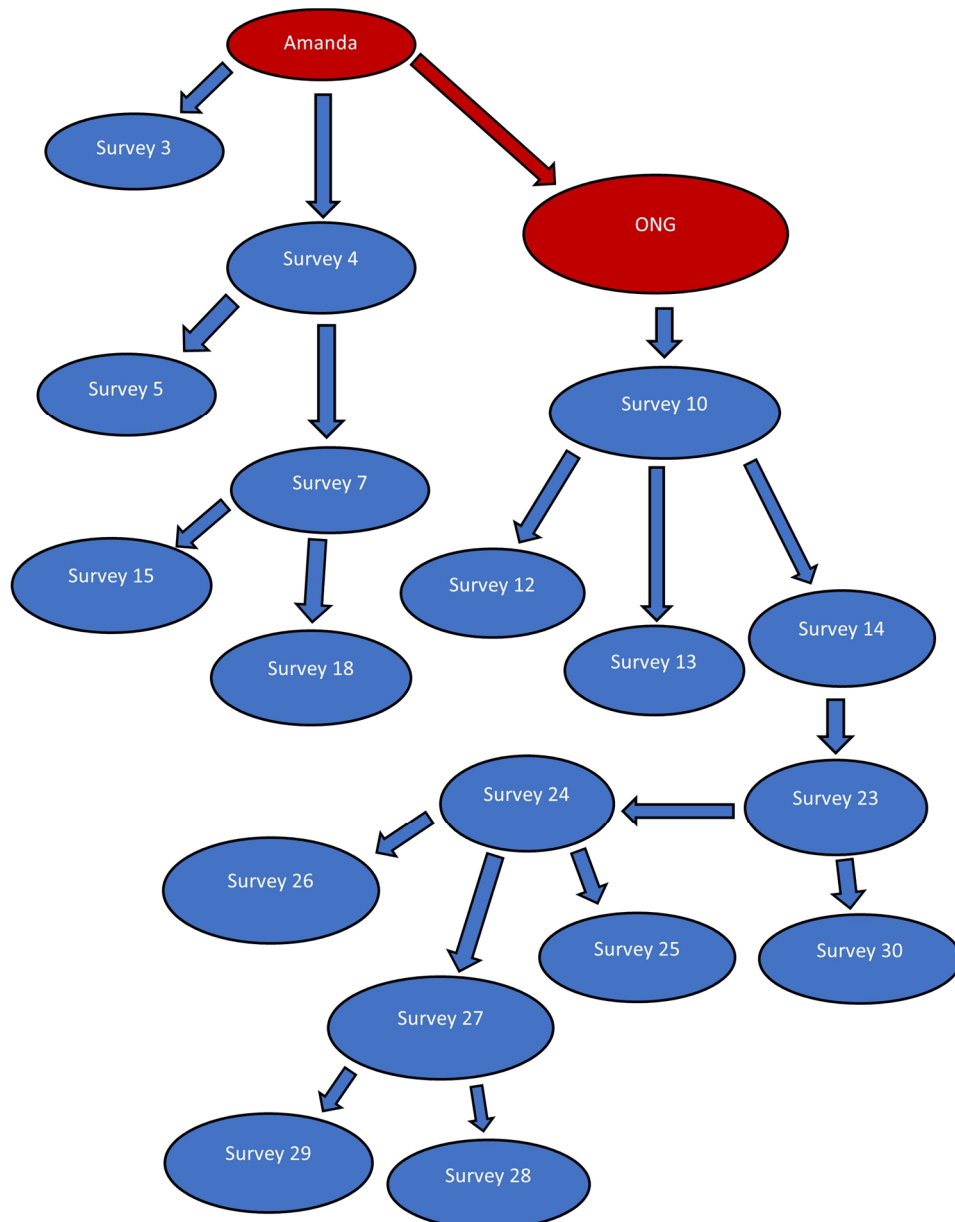
As sementes foram pessoas e/ou instituições ligadas à causa dos refugiados sírios, ou seja, indivíduos e organizações que trabalham com esse grupo e o conhecem, configurando-se em contatos de confiança e servindo como porta de acesso à esta população. Desta forma, foram contatadas pessoas ligadas a ONGs para refugiados, entidades da sociedade civil - como instituições religiosas - e representantes de entidades governamentais. Além do contato com instituições, outra maneira de recrutar respondentes foi através da divulgação do trabalho em grupos de refugiados sírios que vivem em São Paulo e Hamburgo por meio do Facebook. Todas as limitações e possíveis vieses desse tipo de amostragem (bola de neve e internet) estão detalhadas na seção 2.4 “Limitações Metodológicas”.

Como resultado, foram duas as principais *sementes* em São Paulo. A primeira foi a Amanda²⁹, ativista pela causa da população refugiada na cidade, que apresentou o trabalho aos refugiados e ajudou na aproximação com um representante de uma ONG. A outra foi um grupo do Facebook, do qual quatro voluntários se disponibilizaram a participar da pesquisa. As

²⁹ Todos os nomes de participantes desta pesquisa são pseudônimos.

indicações da Amanda resultaram em uma amostra final de 18 respondentes, enquanto o grupo do facebook resultou em 12, totalizando 30 *surveys* respondidos presencialmente. As Figuras 11 e 12 ilustram as redes criadas a partir de ambas as sementes. Os balões em vermelho destacam pessoas e organizações que indicaram respondentes, ou que indicaram outras pessoas e instituições que poderiam ajudar no contato com a população refugiada.

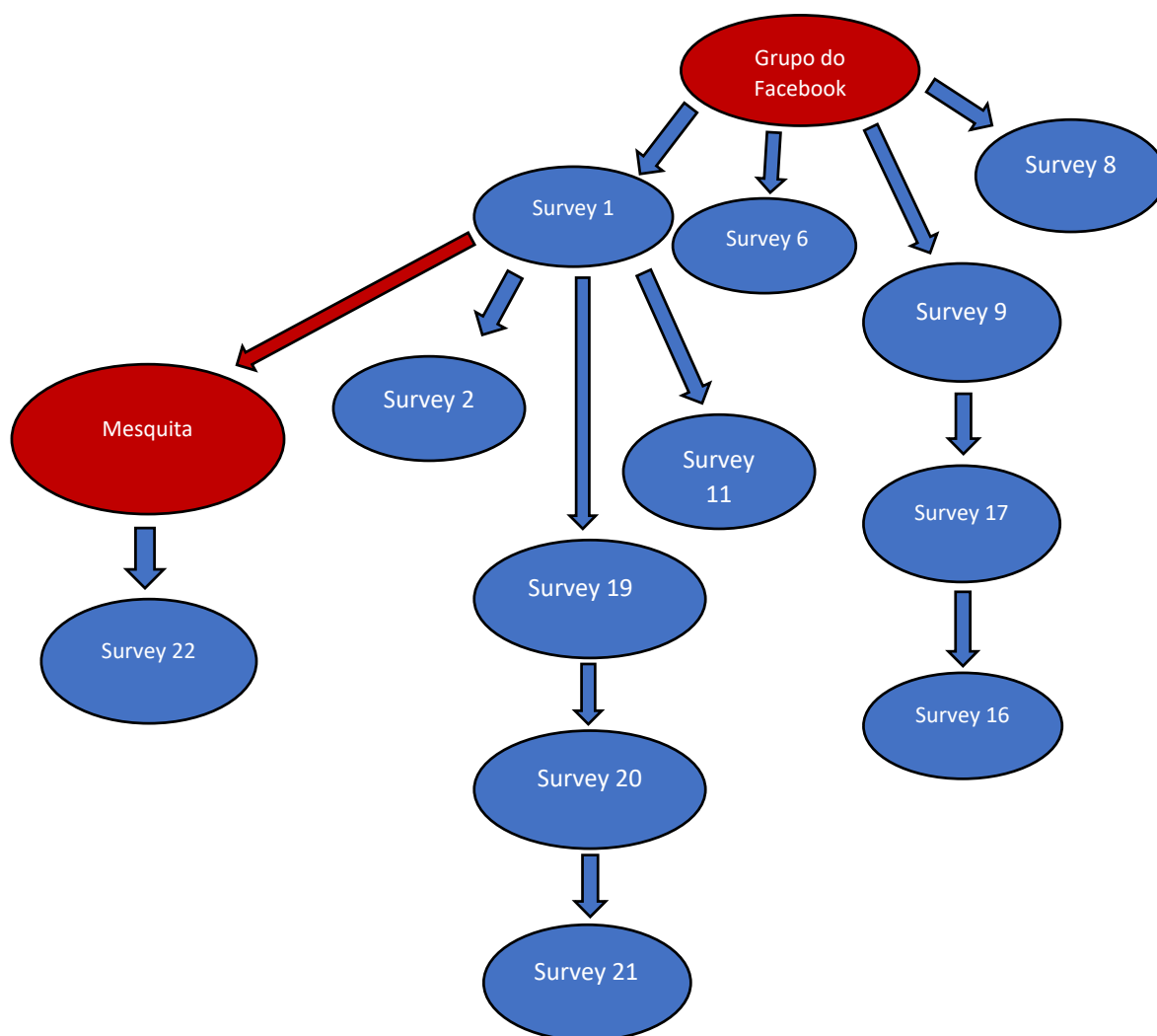
FIGURA 11 – REDE DE CONTATOS DE SÃO PAULO - SEMENTE "AMANDA"



Em Hamburgo, embora o número de *surveys* aplicados tenha sido consideravelmente menor, a quantidade de sementes foi maior. As seis aplicações surgiram de quatro fontes distintas: um representante da Cruz Vermelha de Hamburgo e coordenador de um projeto para

refugiados em parceria com o governo da cidade; um assistente de político que trabalhou como *social worker*³⁰ nos anos de maior influxo de refugiados à cidade; uma estudante da Universidade de Hamburgo; e grupo do Facebook. A Figura 13 ilustra a rede de Hamburgo.

FIGURA 12 - REDE DE CONTATOS DE SÃO PAULO - SEMENTE "GRUPO DO FACEBOOK"



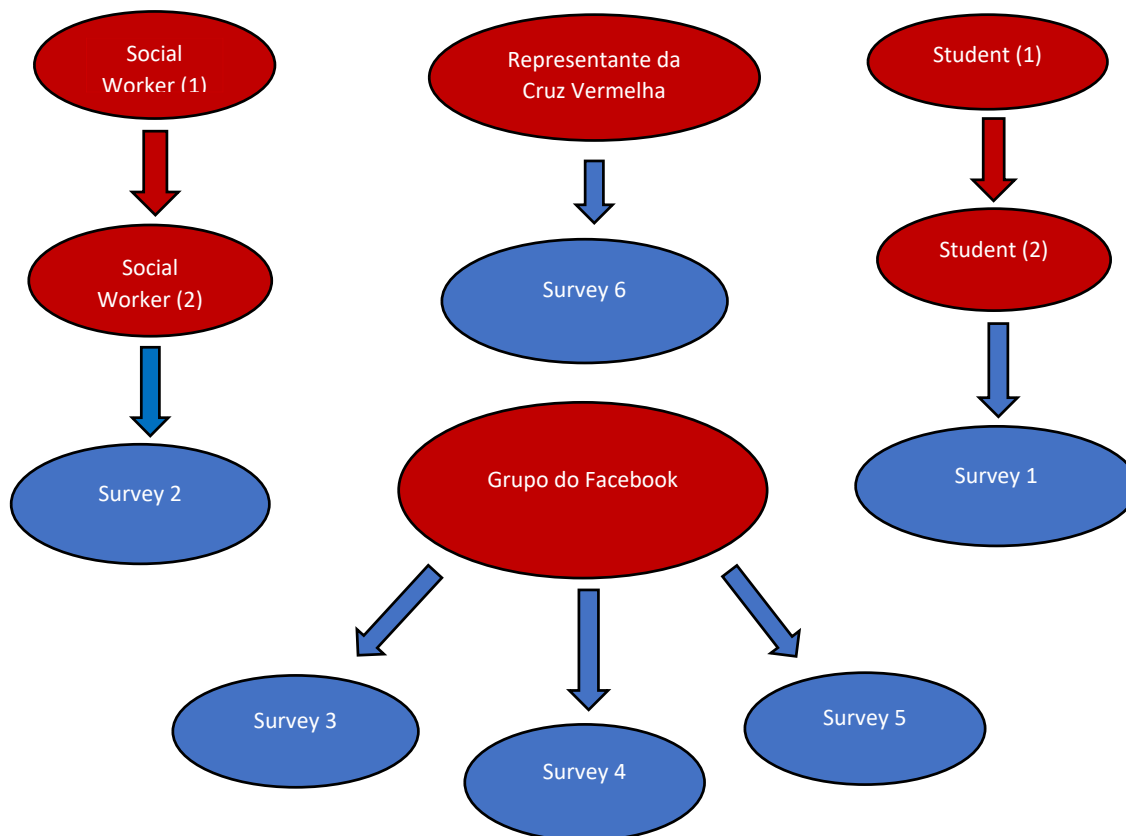
A aplicação dos *surveys* em São Paulo de maneira presencial foi realizada entre os dias 01/10/2019 ao 31/10/2019. Ao todo, foram aplicados 32 *surveys*, sendo 30 presencialmente e dois online. Por sua vez, em Hamburgo foram aplicados apenas seis, todos presencialmente³¹. As aplicações impressas ocorreram em lugares variados. Em São Paulo predominaram os locais

³⁰ São profissionais contratados pelo Estado de Hamburgo para dar suporte aos refugiados em diversos setores, como em termos de habitação, acesso ao mercado de trabalho, aconselhamento sobre como acessar serviços de saúde e educacional, dentre outros. Em 2015-2016, anos de maior influxo de refugiados para Hamburgo, centenas desses profissionais foram contratados.

³¹ A versão online também foi elaborada, no entanto, não foi possível conseguir respondentes.

de trabalho e a casa dos refugiados, mas também foram aplicados *surveys* em Shopping Center, estação de metrô, instituições religiosas e lanchonetes. Em Hamburgo, os *surveys* foram aplicados na Universidade de Hamburgo, na casa dos refugiados e em lanchonetes.

FIGURA 13 – REDE DE CONTATOS DE HAMBURGO – TODAS AS SEMENTES



Embora todos os *surveys* aplicados pessoalmente tenham sido válidos, nem todas as perguntas foram respondidas por todos os entrevistados. A grande parte das perguntas não respondidas ocorreram porque algumas não se aplicavam para um determinado perfil ou porque a pessoa de fato não sabia a resposta. Por exemplo, perguntas relacionadas aos filhos não foram feitas para os que não os possuíam. Em alguns poucos casos, o refugiado não conseguiu entender a pergunta, ainda que explicada mais de uma vez. Nestas situações, optou-se por não insistir para não induzi-los a uma resposta forçada e ficou decidido que seria melhor deixar a questão em branco. As tabelas com o perfil e algumas características sociodemográficas dos respondentes seguem no APÊNDICE II – “Perfil dos refugiados entrevistados em campo – São Paulo e Hamburgo”. Mais detalhes sobre os entrevistados serão apresentados durante os capítulos de análise de dados (capítulos 4 e 5).

2.2.2 Entrevistas semiestruturadas com refugiados e stakeholders

Assim como os *surveys*, a realização de entrevistas semiestruturadas foi muito importante para o cumprimento dos objetivos desta Tese. Através delas, elementos abordados de maneira superficial nos *surveys* foram mais aprofundados, sentimentos e percepções foram mais bem captados e novos pontos de vista puderam ser apresentados. Em suma, as entrevistas semi-estruturadas permitiram um olhar mais profundo para a situação de vida dos refugiados, resultando em uma análise mais crítica sobre a integração deles na sociedade.

2.2.2.1 Organização do roteiro

A entrevista semiestruturada normalmente é conduzida em conversa e com um respondente de cada vez, empregando-se uma mistura de perguntas fechadas e abertas. São normalmente acompanhadas de perguntas sobre o “porquê” e “como”, podendo ser realizada em torno dos tópicos em pauta – e não se restringindo a perguntas padronizadas – e aprofundando em questões totalmente imprevistas (ADAMS, 2015). As entrevistas semiestruturadas tiveram os refugiados sírios e *stakeholders* como grupos-alvos. Para os refugiados, o objetivo foi aprofundar questões previamente abordadas nos *surveys*, captar as percepções individuais e motivações sobre a vida no destino e compreender os desafios que enfrentam enquanto refugiados em termos de integração institucional e sociocultural. Apesar de alguns temas terem sido previamente definidos na estruturação do roteiro, graças a flexibilidade do modelo semiestruturado houve maior abertura ao diálogo e surgimento de novos tópicos durante as entrevistas, elementos que as enriqueceram. Foi exatamente por conta de sua flexibilidade que a entrevista semiestruturada foi escolhida em ambos os casos, permitindo maior liberdade para que questões suplementares fossem levantadas durante o processo, não ficando presa a uma estrutura fixa pré-determinada. Esta maior flexibilidade é uma das importantes características desse tipo de método (MANZINI, 1991; ADAMS, 2015).

O roteiro para os refugiados foi pensado para ser dividido em três seções e ser realizado no máximo em uma hora, uma vez que os entrevistados refugiados foram selecionados a partir daqueles respondentes dos *surveys*. Ainda assim, enquanto algumas entrevistas não duraram mais do que 45 minutos, em alguns casos a uma hora foi excedida, chegando até 90 minutos, reflexo do bom andamento da conversa e interesse do refugiado em contar a sua história. O conteúdo das entrevistas foi o mesmo para São Paulo e Hamburgo.

Por sua vez, as entrevistas com *stakeholders* tiveram como objetivo captar as percepções de pessoas ligadas aos refugiados (como líderes de ONG's e pessoas que trabalham com a causa em quaisquer setores da sociedade) sobre o processo de integração do grupo, apontando as dificuldades enfrentadas por eles, os pontos positivos, a atuação do Estado, resposta do mercado de trabalho e da sociedade civil, dentre outras colocações que fossem pertinentes para a compreensão do processo. Assim como foi realizado com o roteiro dos refugiados, as entrevistas com os *stakeholders* foram divididas em três seções e pensadas para durarem no máximo uma hora e meia. O roteiro também foi o mesmo para São Paulo e Hamburgo.

O Quadro 3 apresenta um resumo dos roteiros para os refugiados e *stakeholders*. Para maiores detalhes, os roteiros para os refugiados e *stakeholders*, em português, seguem, respectivamente, nos APÊNDICE III e IV. Salienta-se que as entrevistas com os refugiados foram conduzidas em português e inglês em São Paulo e em inglês e inglês/alemão em Hamburgo. Dentre os refugiados selecionados em Hamburgo, optou-se por aqueles que conseguiram minimamente se comunicar em inglês porque o domínio do alemão por parte do entrevistador é limitado. Por isso, em determinados casos, as entrevistas foram conduzidas com uma mistura de alemão e inglês. Em relação às entrevistas com os *stakeholders*, todas foram realizadas apenas em inglês e português, respectivamente, em Hamburgo e no Brasil.

QUADRO 3 - RESUMO DOS ROTEIROS DE ENTREVISTAS (REFUGIADOS E STAKEHOLDERS)

Refugiados			Stakeholders		
Seção		Descrição	Seção		Descrição
1°	Trajatória Migratória	Motivos da fuga e impactos da guerra; caminhos e experiências até o destino; escolha do destino; ajuda de pessoas e instituições na viagem.	1°	Chegada	Dificuldades iniciais de chegada; procedimentos para solicitar refúgio; direitos de solicitantes de asilo/refúgio; motivos para escolher o destino; sobre o trabalho do <i>stakeholder</i> .
2°	Percepções sobre a própria integração	Percepções sobre o destino; relações com a sociedade; experiências vividas; ajudas recebidas; satisfação com a vida.	2°	Adaptação e Resposta da sociedade	Influência das características sociodemográficas dos refugiados; resposta do mercado de trabalho e da sociedade como um todo; relação entre refugiados e nativos;
3°	Futuro	Planejamento de vida; motivações futuras; desejos.	3°	Papel do Estado	Atuação (federal, estadual e municipal); relação com outras instituições; percepções sobre o futuro.

Fonte: Roteiro de entrevistas com os refugiados e *stakeholders*.

2.2.2.2 Resumo da amostra e procedimentos de amostragem

Ao todo, foram realizadas quinze entrevistas com refugiados em São Paulo e seis em Hamburgo. Como apontado anteriormente, a seleção dos entrevistados para o caso dos refugiados sírios se deu através de uma seleção daqueles respondentes dos *surveys*. O critério utilizado para esta seleção foi a capacidade de comunicação do refugiado em português e inglês e foi independente de suas características sociodemográficas (embora a preferência tenha sido por heterogeneidade e, sobretudo, um número igual de homens e mulheres). Este aspecto foi importante porque uma entrevista exige diálogos com mais elaboração e capacidade comunicativa do que a aplicação de um *survey*, sendo fundamental que o respondente consiga se expressar razoavelmente bem. Isto naturalmente criou um viés na amostra de entrevistados uma vez que a capacidade linguística é um fator influenciador na integração. No entanto, esta é uma limitação difícil de ser ultrapassada quando não se tem uma equipe ampla no trabalho e com recursos para arcar com tradutores.

Os quinze entrevistados em São Paulo foram homens e se consideram chefes de família no Brasil. Infelizmente, embora a intenção sempre tenha sido a de obter um número equivalente de mulheres e homens, tanto nos *surveys* quanto nas entrevistas, a realidade do campo não permitiu que esta meta fosse alcançada. Além de maior dificuldade com a língua portuguesa e inglesa em relação aos homens (com exceção de uma entrevistada, todas as outras precisaram da ajuda de alguém para responder o *survey*), faltou tempo para que a entrevista fosse realizada quando a oportunidade surgiu. A única respondente com bom conhecimento da língua inglesa e que conseguiu conversar com o entrevistador sem precisar de mediador estava tomando conta dos filhos na oportunidade, inviabilizando a realização de uma entrevista aprofundada. Este fato empobrece de maneira considerável o cenário apresentado nesta Tese do ponto de vista da integração, uma vez que as mulheres são parte fundamental dos movimentos de refugiados sírios no mundo. Espera-se que trabalhos futuros possam apresentar o processo de integração como um todo, equivalendo-se mulheres e homens.

Todos os respondentes também se declararam muçulmanos. Tentativas foram feitas para que pelo menos um dos seis cristãos da amostra total fosse entrevistado, mas devido à falta de tempo por parte do respondente (todos os cristãos foram entrevistados em seus locais de trabalho), optou-se por apenas aplicar-lhes o *survey*, que era mais curto.

A maior parte dos entrevistados possuía entre 30 e 40 anos, representando a média da amostra (35,07 anos), mas contou também com a opinião de três pessoas entre 20-30 anos e três pessoas acima dos 40 anos, provendo pontos de vista de grupos etários distintos. Em termos de raça/cor, o único pardo da amostra foi entrevistado. O tempo de estadia no Brasil tem como maior parte aqueles que chegaram entre 2014 e 2015, portanto, que estavam vivendo no país há quatro e cinco anos no período da entrevista (a média da amostra total é de quatro anos e um mês), porém conta também com pontos de vista de pessoas que estão vivendo no Brasil há seis, três e um anos. Importante salientar que 2014 e 2015 foram os anos de maior crise no conflito sírio e que gerou a maior parte dos refugiados no mundo, sendo também os anos em que chegou a maior quantidade deles no Brasil, justificando sua representatividade dominante.

Em relação ao estado civil, foram entrevistados cinco homens casados (33,3%) e dez solteiros (66,6%), proporções um pouco diferentes da amostra completa (43,75% e 57,25%, respectivamente), ainda assim, números que permitem analisar os pontos de vista de ambas as partes. Em termos educacionais, foi possível obter entrevistados em todos os níveis, do ensino infantil completo à graduação completa. Importante destacar que a maior presença de graduados (46,66%) se justifica, em partes, por eles também serem aqueles com maior domínio do português/inglês. Por fim, houve também boa variação em termos de ocupações, tanto nos tempos de Síria quanto no Brasil, embora com predominância para setores relacionados à alimentação no território brasileiro. Este fato não surpreende, uma vez que mais da metade da amostra se ocupa em atividades relacionadas à alimentação no país. Como será mostrado nos capítulos 4 e 5, outros estudos e dados oficiais também apontam que ocupações por refugiados sírios no ramo alimentício são extremamente comuns e predominantes. O perfil sociodemográfico dos quinze entrevistados está no APÊNDICE II.

Por sua vez, os *stakeholders* foram selecionados de várias maneiras. Em São Paulo, o recrutamento ocorreu por meio de visitas a locais específicos, sobretudo ONGs que trabalham com refugiados, como a Caritas, Compassiva, ADUS e Missão Paz; envio de e-mails, convidando algum representante das instituições para participarem da pesquisa; e através de indicações. Em uma das ocasiões, uma entrevista foi agendada com duas representantes da EMDOC, empresa de consultoria especializada em migração, transferências para o exterior e *relocation*, que trabalham para o PARR (Programa de Apoio para a Realocação dos Refugiados), criado pela própria EMDOC. A segunda entrevista realizada através do contato por e-mail foi com a Caritas Arquidiocesana de São Paulo, uma ONG da Igreja Católica e

organismo da CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que atua “na defesa dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável solidário na perspectiva de políticas públicas, com uma mística ecumênica” (CARITAS, 2020). A Caritas se destaca no trabalho com refugiados através do seu Centro de Referências para Refugiados, do qual faz parte o entrevistado pela pesquisa, e é uma das principais (ou a principal) instituição da sociedade civil de São Paulo e do Brasil em termos de prestar assistência à população refugiada. A terceira e última entrevista agendada por e-mail foi realizada com um importante membro da Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente da cidade de São Paulo (CPMigTD).

A Amanda, por sua vez, indicou um membro do Migraflif, ONG criada com o objetivo de integrar refugiados e imigrantes nos campos sociais e econômicos por meio de atividades de empreendedorismo, que geram renda para os migrantes em workshops de culinária, música, arte e dança, serviços de *catering* e palestras motivacionais, e a partir da capacitação e inovação, com projetos em parceria com o ACNUR e o setor privado (MIGRAFLIX, 2020). Este *stakeholder* indicou o quinto contato, um representante do Promigra (Programa de Direito dos Migrantes), uma atividade cultural e de extensão vinculada à Faculdade de Direito da USP, que visa promover os direitos dos migrantes promovendo assessoramento jurídico gratuito às comunidades migrantes em situações de vulnerabilidade social. Ao todo, foram realizadas cinco entrevistas com seis *stakeholders* em São Paulo. Um resumo das informações a respeito dos entrevistados segue no quadro abaixo.

QUADRO 4 - RESUMO DAS INFORMAÇÕES DOS STAKEHOLDERS DE SÃO PAULO

N. da entrevista	Sexo	Idade	Instituição	Formação
1	Masculino	32	Migraflif	Comunicação Social
2	Masculino	28	Promigra (USP)	Direito
3	Feminino	27	EMDOC	Relações Internacionais
3	Feminino	24	EMDOC	Relações Internacionais
4	Masculino	38	Caritas Arquidiocesana de São Paulo	Comunicação Social
5	Masculino	27	Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente (CPMigTD)	Direito

Em Hamburgo, a forma de obter o contato com *stakeholders* foi semelhante à abordagem realizada em São Paulo. Ao todo, foram realizadas oito entrevistas com nove *stakeholders*,

sendo quatro delas com os *social workers*³². O contato com o primeiro deles surgiu por meio de indicação de um conhecido. Este primeiro *social worker* foi responsável por sugerir os outros dois colegas de trabalho que participaram deste estudo e um representante da Cruz Vermelha de Hamburgo. Os demais *stakeholders* foram divididos em três grupos distintos. O primeiro deles, fruto de uma troca de e-mails, é refugiado sírio e fundador de uma revista online que acompanha diariamente notícias vinculadas aos refugiados em Hamburgo e na Alemanha, denominada *Flüchtling Magazin* (“Revista Refugiados”). Outra entrevista agendada por meio de e-mail contou com a participação de duas *stakeholders*: a coordenadora e uma estudante assistente do *UHHhilft*, projeto vinculado à Universidade de Hamburgo, cujo objetivo é ajudar os refugiados a se integrarem educacionalmente, fornecendo-lhes informações, cursos, aconselhamento e palestras. Finalmente, frutos de uma mensagem enviada a um grupo do Facebook para refugiados que vivem em Hamburgo, as últimas entrevistas foram realizadas com uma professora de alemão para crianças e adolescentes refugiados e imigrantes de uma escola pública da cidade e uma voluntária e ativista pela causa dos refugiados. O Quadro 5 apresenta algumas informações a respeito dos *stakeholders* entrevistados de Hamburgo.

QUADRO 5 - RESUMO DAS INFORMAÇÕES DOS STAKEHOLDERS DE HAMBURGO

Sexo	Idade	Instituição	Formação	Função
Masculino	29	Governo de Hamburgo	Graduado em Estudos do Oriente Médio	<i>Social Worker</i>
Feminino	32	Governo de Hamburgo	Graduada em Estudos Islâmicos e Ciência Política. Mestre em Migração e Diversidade.	<i>Social Worker</i>
Feminino	31	Universidade de Hamburgo	Doutora em Administração de Negócios	Coordenadora
Feminino	26	Universidade de Hamburgo	Graduada em Administração	Estudante Assistente
Masculino	40	Cruz Vermelha	Graduado em Estudos Islâmicos	Gerente de Projetos
Feminino	60	Sem vínculo institucional	Não possui ensino superior completo	Voluntária
Feminino	33	Governo de Hamburgo	Graduada em Latim e Alemão	Professora
Masculino	31	Flüchtling-Magazin (Revista dos Refugiados)	Graduado em jornalismo	Dono de Jornal
Masculino	32	Governo de Hamburgo	Graduado em Sociologia e Antropologia. Mestre em Migração no Mediterrâneo.	<i>Social Worker</i>

O critério para selecionar o número necessário de entrevistados refugiados e *stakeholders* para São Paulo e Hamburgo inicialmente havia sido determinado pelo chamado

³² Pessoas contratadas pelo governo de Hamburgo para auxiliar os refugiados nos centros de recepções iniciais e moradias secundárias na cidade com documentação, informações sobre a vida em Hamburgo, sobre seus direitos, como acessar os serviços públicos, para mediar conflitos, dentre outras funções.

“ponto de saturação”, ou “saturação teórica” (GLASER e STRAUSS, 1967). Segundo Glaser e Strauss (1967), a saturação teórica significa que nenhuma informação adicional está sendo coletada na medida em que novos recrutados estão sendo abordados, a ponto de não valer a pena continuar a coleta com o grupo. Por causa do curto espaço de tempo em São Paulo e a volta não premeditada de Hamburgo, este critério não pôde ser utilizado. Ainda assim, as quinze entrevistas com os refugiados foram consideradas um bom número dentro dos trinta dias de estadia em São Paulo. Em termos de *stakeholders*, a projeção prévia ao trabalho de campo era de que ao menos cinco entrevistas fossem realizadas, número que foi alcançado ao final.

Em Hamburgo, as seis entrevistas com refugiados foram consideradas um resultado muito abaixo do esperado, principalmente porque o cronograma contava com três meses apenas para coleta de dados. Por sua vez, as nove entrevistas com *stakeholders* podem ser consideradas um bom número, principalmente porque poucas novas informações começaram a surgir na medida em que novas entrevistas estavam sendo conduzidas. Ainda que este tenha sido um bom quantitativo, esperava-se que algum representante do poder público de Hamburgo pudesse ter sido entrevistado. Dois contatos com políticos do partido SPD (*Sozialdemokratische Partei Deutschlands*³³) foram realizados em ocasião de visita ao Parlamento local. Ambos foram responsáveis por elaborarem estratégias de recebimento aos refugiados da cidade no ano de maior influxo (2015). Na ocasião, a visita foi guiada por um dos *stakeholders* entrevistados nesta pesquisa e que possuía boa relação com ambos os políticos. A entrevista deveria ser agendada para abril de 2020, após as eleições regionais do final de fevereiro (em que ambos foram reeleitos) e seria mediada pelo guia da visita ao Parlamento. Novamente, o retorno antecipado não permitiu sua realização. Foi sugerido como alternativa a elaboração de uma entrevista online, mas nenhum retorno foi dado.

2.3. Análise de fontes secundárias

A análise das fontes secundárias foi fundamental para a identificação e caracterização da população síria refugiada em São Paulo e Hamburgo, assim como para ajudar na contextualização histórica e atual da Síria e do destino. Assim, esta é uma etapa que foi imprescindível para os objetivos específicos 1 e 5. Dentre as fontes secundárias, foram

³³ Traduzido como “Partido Social-Democrata da Alemanha”.

explorados dados administrativos, legislações e feita uma revisão bibliográfica sistemática do conhecimento nacional e internacional produzido sobre o assunto.

Em relação ao Brasil, para se estimar a quantidade de refugiados sírios que vivem no país e em São Paulo, assim como identificar sua estrutura etária e por sexo, foram combinadas as bases de dados do CONARE (2019; 1998-2020) e da Polícia Federal por meio do Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA) (2011-2020), antigo SINCRE (Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros). Uma explicação mais detalhada sobre as bases, indicando seus potenciais e limitações e os procedimentos metodológicos aplicados para a combinação delas está presente no APÊNDICE V, em “Notas sobre a Metodologia”.

Para informações complementares aos dados coletados em campo a respeito da situação de vida dos refugiados sírios no Brasil e em São Paulo, foram utilizados dados do banco RAIS/CTPS, relatórios do ACNUR e OBMigra, publicações acadêmicas, como dissertações de mestrado, teses de doutorado e artigos científicos, e legislações específicas a migrantes e refugiados no país, assim como a Constituição Federal de 1988 (CF/88) e outras leis gerais. A base de dados da RAIS/CTPS foi construída pelo OBMigra, que pareou os dados da RAIS (Relatório Anual de Informações Sociais) e da CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social), permitindo identificar a presença da população solicitante de refúgio/refugiada no mercado formal de trabalho brasileiro. Detalhes sobre as variáveis utilizadas e as limitações da base de dados seguem também no APÊNDICE V, em “Notas sobre a Metodologia”.

Dentre os relatórios analisados, destacam-se o “Perfil Socioeconômico dos Refugiados no Brasil”, volumes I e II, elaborado pelo ACNUR em parceria com a Cátedra Sérgio Vieira de Mello (ACNUR e CSMV, 2019a; 2019b). Apesar de não amostrar representativamente a população refugiada no Brasil, este é o maior estudo sobre refugiados já feito no país e gerou como resultado importantes informações a respeito da situação de vida deste grupo no Brasil, inclusive a dos sírios. Em relação às publicações acadêmicas, duas fontes foram mais abordadas: uma Dissertação de Mestrado em Estudos Judaicos e Árabes pela Universidade de São Paulo (USP), intitulado “Integração de refugiados no Brasil: a construção de políticas públicas e a visão dos refugiados sírios” (FORTUNATO, 2019) e uma Tese de Doutorado em Demografia pela Universidade de Campinas (UNICAMP), intitulada “Com lenço e com documento: condições de vida da população refugiada síria em São Paulo” (CALLEGARI, 2018). Por fim, foi realizada também uma análise da legislação brasileira a respeito dos direitos dos refugiados no país, envolvendo direito ao trabalho, moradia, acessos aos sistemas públicos

de saúde e educação, direito de expressão e voto, dentre outros que estão previstos nos indicadores adotados pela pesquisa. Além da CF/88, duas leis merecem destaque como sendo as mais exploradas neste trabalho: a Lei 9.474 de 1997 (BRASIL, 1997), o Estatuto do Refugiado, e a Lei n.º 13.445 de 2017 (BRASIL, 2017a), alcunhada como a Nova Lei da Migração. A análise da legislação brasileira referente aos refugiados e imigrantes foi importante tanto para responder aos indicadores selecionados, quanto na compreensão do cenário histórico, atual, legal e político do país em relação a este grupo.

Em relação à Hamburgo, por compor um capítulo mais curto e menos detalhado do que aqueles que apresentaram a realidade de São Paulo, o número de fontes de informação estudadas foi consideravelmente mais enxuto. Basicamente, as informações levantadas para Hamburgo foram retiradas de três fontes: 1) no documento de planejamento da cidade para a integração de pessoas com passado migratório (STRUNK *et al*, 2017) 2) as entrevistas com os *stakeholders* e 3) as entrevistas com os refugiados sírios.

2.4 Limitações Metodológicas

Dada a complexidade do tema proposto e as limitações de orçamento, alcance e imprevistos, houve uma série de limitações metodológicas para o desenvolvimento desta Tese que deve ser explicitada. A primeira delas é a abrangência do *survey*. Pelo fato do objeto de estudo envolver uma população rara e considerada de risco, por haver divergências de idioma entre entrevistado e entrevistador, pelo pouco tempo de trabalho de campo e pelo fato do *survey* ter sido aplicado por apenas uma pessoa, a pesquisa não tinha como intenção amostrar de maneira representativa a população de refugiados em ambas as cidades. Contudo, esperava-se que mais *surveys* fossem aplicados em São Paulo e principalmente em Hamburgo, e mais entrevistas com refugiados conduzidas na Alemanha. Em decorrência de fatores externos, as expectativas foram frustradas.

Em São Paulo, uma rede de contatos havia sido formada antes da viagem após alguns meses de comunicação, na qual *stakeholders* haviam se comprometido em ajudar a pesquisa a encontrar os refugiados quando o trabalho de campo fosse iniciado na cidade. Entretanto, uma vez em São Paulo, nenhum dos contatos prévios de fato cooperou com a pesquisa e a busca por refugiados começou do zero, atrasando o andamento da coleta de informações. Como o período

de estadia foi curto em decorrência da falta de financiamento externo suficiente, cada dia de atraso teve importantes implicações nos resultados.

Na Alemanha, após o projeto ter sido aprovado pelo edital CAPES-PRINT para Doutorado Sanduíche, a expectativa era de estadia de quase seis meses em Hamburgo, entre 13 de dezembro de 2019 e 31 de maio de 2020. Foi previsto no cronograma do projeto que os *surveys* e entrevistas se iniciassem em março, período no qual as redes de contato na cidade já teriam sido estabelecidas, o idioma nativo aprimorado e os pré-testes aplicados. No entanto, na primeira semana de março, o COVID-19 já era uma preocupação em Hamburgo e as autoridades já haviam começado a chamar a atenção da população para os seus riscos. Por volta do dia dez de março foi decretado o fechamento das instituições (inclusive da Universidade de Hamburgo, onde algumas entrevistas estavam sendo realizadas) e o encontro entre duas ou mais pessoas começou a ser coibido. Até aquele momento haviam sido aplicados quatro *surveys* e realizadas quatro entrevistas semi-estruturadas com refugiados e três com *stakeholders*. Havia ainda agendadas mais quatro entrevistas com refugiados para a semana em que o *lockdown* foi instaurado (aproximadamente no início da segunda quinzena do mês) e outras estavam sendo encaminhadas para os dias seguintes. Em decorrência do *lockdown*, das quatro entrevistas previamente agendadas para a semana, apenas uma foi realizada de maneira remota; os demais cancelaram e preferiram aguardar o fim das restrições para novo agendamento. Novidades em relação às restrições da pandemia foram aguardadas por aproximadamente uma semana após o *lockdown* ter sido instaurado. Porém, quando notado que a situação estava cada vez mais rígida e não havia boas expectativas para o retorno à normalidade em pouco tempo, voltar ao Brasil se tornou uma opção. O intuito era dar continuidade aos trabalhos de maneira remota, já que uma boa rede de contatos havia sido construída. A partir de orientações da CAPES, os orientadores desta pesquisa e o departamento de demografia da UFMG, a viagem de retorno ao Brasil foi realizada no dia vinte de março.

Uma vez no Brasil, a entrevista remota com os refugiados não se mostrou efetiva. Apesar de vários contatos realizados, apenas mais uma entrevista online foi concluída, enquanto mais seis com *stakeholders* foram completadas. Tentativas durante todo o ano de 2020 foram realizadas para que mais refugiados participassem da pesquisa, mas todas fracassaram. Foi solicitado aos *stakeholders* e refugiados já entrevistados que indicassem novos contatos; procurou-se por aqueles que cancelaram as entrevistas presenciais em Hamburgo durante o *lockdown* para tentativas online; e mensagens em grupos de Facebook convidando-os a

participarem da pesquisa foram enviadas. No entanto, nenhuma estratégia gerou resultados e decidiu-se por encerrar a busca por mais participantes.

A opção pela aplicação dos *surveys* online para serem autorrespondidos pelos participantes surgiu como opção para expandir a amostra que até então era de apenas seis pessoas em Hamburgo e trinta em São Paulo. Apesar de todas suas limitações (CURRAN, 2015; JOHNSON, 2005), uma versão online dos *surveys* foi elaborada em inglês, português e alemão e distribuída através dos contatos já existentes em cada país com refugiados e *stakeholders*, páginas para refugiados no Facebook e, especialmente para o caso brasileiro, com apoio da Caritas Arquidiocesana de São Paulo, que se prontificou em ajudar e divulgar entre seu público atendido. Conforme já apresentado, o número de respostas através deste método foi muito baixo (dois em português, ambos por indicação da Cáritas, e nenhum em inglês e alemão).

Outra limitação, que está diretamente relacionada ao *survey*, refere-se ao perfil amostrado, que sofre influência direta dos métodos de amostragem “bola de neve”, mensagens por Facebook, e por conta das próprias características socioculturais do grupo, que dificultaram a abrangência amostral. O método de amostragem bola de neve possui limitações importantes em termos de variedade amostral e presença de viés. Salganik e Heckathorn (2004) explicam que métodos de cadeias de referência, como o em questão, se mostram inadequados para gerar amostras aleatórias. Outra grande preocupação destacada pelos autores se refere às escolhas das sementes. Uma vez que todas as pessoas na amostra são indiretamente recrutadas por elas, alguns estudiosos do método acreditam que qualquer pequeno viés de seleção nas sementes seria espalhado por todo o processo na medida em que a amostragem continua. Tanto o problema da aleatoriedade quanto das sementes ocorrem porque os métodos de cadeias de referências não estão dentro da esfera da amostragem tradicional probabilística, em que as unidades são selecionadas de um quadro amostral com conhecidas probabilidades de seleção (SALGANIK e HECKATHORN, 2004).

Pensou-se para este estudo outros métodos de seleção, como RDS, ou *Respondent-Driven Sampling* (HECKATHORN, 1997). O RDS é geralmente aplicado quando não há um quadro de amostragem para a população estudada e seus membros são raros ou estigmatizados, de modo que os contatar através dos quadros de amostragem existentes seja muito caro e, assim, inviáveis (GIL e HANDCOCK, 2010). Embora o RDS seja também um método baseado em cadeias de referências, sua abordagem de amostragem é diferente. Ao invés de tentar estimar diretamente da amostra para a população como os métodos tradicionais fazem, o RDS utiliza

um método indireto. Primeiramente, a amostra é utilizada para fazer estimativas sobre a rede social dos respondentes. Esta informação sobre a rede social é então utilizada para derivar a proporção da população em diferentes grupos. O RDS utiliza de métodos matemáticos para tentar evitar o viés de seleção das sementes e reduzir o peso na amostra de pessoas com redes sociais muito amplas (HECKATHORN, 1997; GIL e HANDCOCK, 2010).

Se aplicado neste estudo, o RDS poderia gerar resultados mais consistentes ou menos enviesados do que o método clássico de bola de neve. No entanto, a opção por não utilizá-lo se justifica pela falta, principalmente, de tempo e recursos. O RDS é um método que tradicionalmente envolve pagamento aos recrutadores através dos cupons, algo que no Brasil não é permitido e exigiria uma adaptação (ainda que fosse permitido, como é na Alemanha, o pagamento aos recrutadores seria inviável por falta de verbas). Os cupons poderiam ser entregues aos recrutadores sem uma promessa de benefício; no entanto, com um incentivo a menos seria esperado que o número de recrutados fosse muito menor ou, na melhor das hipóteses, que os recrutados demorassem mais tempo a aparecer. Uma vez que o RDS já tem como característica consumir muito tempo (HIPPEL *et al*, 2019; ROBINEAU *et al*, 2020), isto se mostrou um grande limitador tanto para São Paulo quanto para a Alemanha. Além disso, uma característica para recrutar as pessoas nesta pesquisa foi o contato contínuo com os refugiados, incentivando-os a participarem através de mensagens por Whats App, Facebook e ligações por telefone. Ainda assim, a taxa de retorno não foi muito alta se comparada à quantidade de contatos obtidos³⁴. Sem uma certa “pressão”, como ocorre com o método RDS, na qual o pesquisador não contata diretamente os entrevistados com exceção das sementes, seria esperada uma taxa de retorno ainda menor, sobretudo sem os referidos cupons para incentivá-los.

Para além do método “bola de neve”, outros dois fatores influenciaram a presença de vieses nas amostras desta pesquisa: os contatos por grupos de Facebook e as próprias características socioculturais dos refugiados. Embora o acesso à internet esteja cada vez mais democrático e estudos envolvendo amostragem a partir do Facebook e outras redes sociais sejam cada vez mais comuns devido à riqueza de dados que provêm, o contato por grupos no Facebook exclui aqueles que não o acessam, podendo enviesar a amostra em termos de

³⁴ Em São Paulo, por exemplo, foram obtidos 54 contatos de telefones de refugiados. Destes, pouco mais da metade se mostrou disponível para realizar a entrevista.

características demográficas (ainda é mais acessado por pessoas mais jovens) e socioeconômicas (BALTAR e BRUNET, 2012; BUTTA, 2012; KOSINSKI *et al*, 2015).

Em relação às características socioculturais dos refugiados, o grande viés foi em termos de gênero e religião. Quase nenhuma mulher se mostrou disponível em conceder uma entrevista ou responder o *survey*, tanto porque elas dominavam menos o português/inglês de uma forma geral, conforme observado³⁵, tanto pela recusa em participar da pesquisa por motivos desconhecidos. Salienta-se que o viés também é explicado pelo fato das sementes refugiadas serem todas masculinas. Apesar de algumas solicitações para que fossem indicadas mulheres, grande parte dos demais refugiados indicados foram homens. A mesma coisa ocorreu em termos de religião: uma vez que as sementes eram majoritariamente muçulmanas, esperava-se que mais muçulmanos fossem recomendados, como aconteceu.

Ainda que a amostragem tenha sido limitada pelos métodos adotados e pelas características do próprio grupo de análise, entende-se que a heterogeneidade como um todo alcançada pela amostra foi satisfatória no cenário paulistano. Em termos de emprego, nível educacional, idade, estado civil, lugar de moradia, dentre outras variáveis, a amostra se mostrou satisfatoriamente heterogênea.

Por fim, salienta-se que a seleção de indicadores foi outro limitador metodológico nesta pesquisa. Primeiramente porque não existem indicadores universalmente aceitos para acompanharem o processo de integração de refugiados nos destinos, embora vários deles já estejam sendo aplicados e validados - alguns dos quais foram incorporados neste estudo, como os de EGRIS (2018), Huddestlon *et al* (2015), RISE (2016) e UNHCR, RRCE e EUROSTAT (2013). Em segundo lugar, porque uma aplicação mais eficaz dos indicadores depende de boas bases de informações e de amostras maiores, e como elas são ainda ausentes de uma forma geral, sobretudo em âmbito brasileiro, a utilização deles nesta pesquisa ficou limitada, servindo mais para guiar um olhar e elaborar perguntas do que de fato mensurar a integração. Outro dificultador para aplicação de indicadores refere-se ao grupo analisado, uma vez que ele é composto por refugiados recentemente chegados no destino e o processo de integração pode demorar gerações. Neste trabalho optou-se, portanto, pela escolha de indicadores de curto prazo

³⁵ Alguns dos motivos pelos quais a mulher parecia dominar menos os idiomas decorria do fato de muitas delas serem donas de casa e providas pelos maridos (ou trabalharem de suas casas), como a experiência em campo e outros estudos indicam (ACNUR e CSVN, 2019a, 2019b; FORTUNATO, 2019), expondo-as menos ao contato com outros idiomas a não ser o nativo.

e de fácil interpretação e análise. Para uma avaliação mais profunda sobre a integração desses refugiados seria preciso indicadores de médio e longo prazo, combinados com estudos longitudinais que permitissem acompanhar as coortes e suas evoluções ao longo do tempo.

Ainda que o uso de indicadores seja limitado por todos esses elementos citados, entende-se que sua aplicação nesta pesquisa é um passo inicial para a utilização deste tipo de método em estudos sobre a população refugiada no Brasil. Tanto a aplicação de indicadores quanto a construção prévia de um modelo de integração como o adotado nesta Tese são elementos que ainda não compõem os estudos sobre refugiados no país, embora estejam cada vez mais presentes em pesquisas sobre refugiados na Europa e Estados Unidos. Sua relevância, portanto, não está apenas na quantidade de informações que pode gerar e na riqueza de possibilidades analíticas, mas também em ser o primeiro experimento do tipo no Brasil.

2.5 Análise dos dados

Esta seção se preocupa em explicar os procedimentos adotados para a análise dos dados obtidos nesta Tese. A seguir, serão explicitadas três lógicas de organização e produção: 1) como as entrevistas foram analisadas, 2) como os capítulos de análise de dados foram organizados e 3) como os dados dos *surveys* e de fontes secundárias foram utilizados.

2.5.1 Analisando as entrevistas semi-estruturadas

Os dados qualitativos podem ser muito ricos em termos de informações quando bem coletados e explicitados. Segundo Miles e Huberman (1994), algumas das importantes características dos dados qualitativos são o seu foco em eventos que ocorrem de maneira natural, que são ordinários em situações ordinárias, permitindo uma boa visão sobre como é a “vida real”. Outros pontos fortes dos dados qualitativos são a sua riqueza e holismo, com grande potencial para revelar complexidades; o fato de serem coletados geralmente por longos períodos faz deles poderosas ferramentas para se estudar qualquer processo; pela ênfase na experiência de vida das pessoas, os dados qualitativos são muito úteis para localizar os significados que as pessoas dão a eventos, processos e estruturas de duas vidas; e, por fim, são úteis quando o pesquisador pretende complementar, validar, explicar, iluminar, ou reinterpretar dados quantitativos de um mesmo cenário. De acordo com Miles e Huberman (1994), porém, apesar de seu potencial, os dados qualitativos sofrem com uma série de questionamentos, sobretudo em termos de suas conclusões, uma vez que podem ser fortemente afetados pelas subjetividades

do pesquisador, o qual pode ser influenciado tanto pela forma como o entrevistado se apresenta quanto pelo contexto ao seu redor.

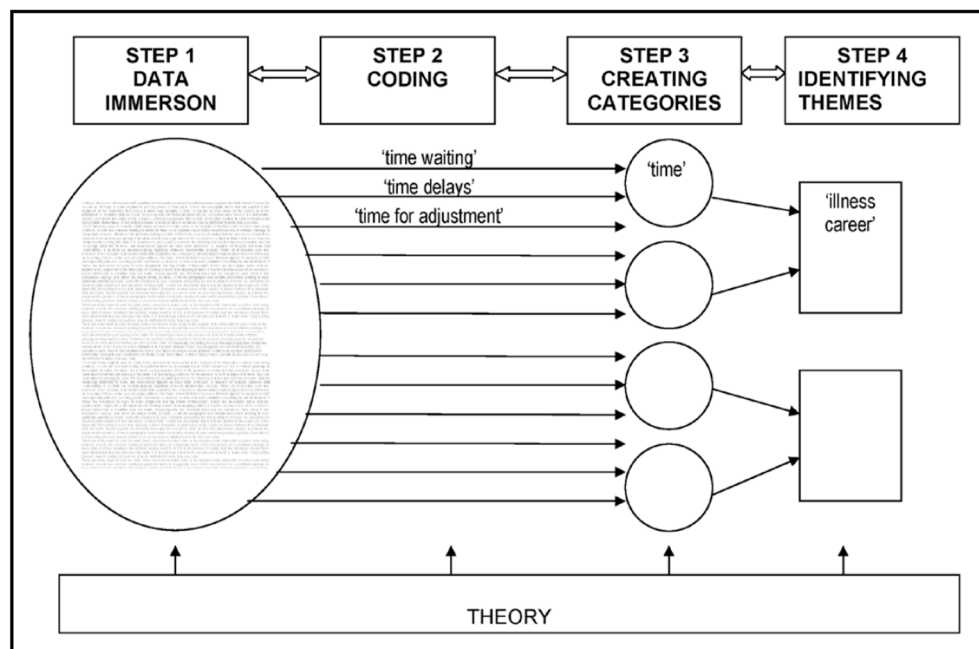
Para se tentar minimizar o máximo possível os riscos e vieses na análise dos dados coletados, adotou-se a estratégia proposta por Miles e Huberman (1994), para os quais o processo de análise de dados deve ser feito a partir de três etapas: *data reduction*, *data display* e *conclusion drawing/verification*. *Data reduction* se refere ao processo de selecionar, focalizar, simplificar, abstrair e transformar os dados que aparecem em notas de campo escritas ou transcrições (p.10). Este é um processo contínuo, que deve ocorrer desde o momento em que os dados são coletados até que o resultado do trabalho esteja completo. A redução de dados não é algo separado da análise, muito pelo contrário, ele é parte dela.

Existem várias maneiras de se reduzir os dados. Uma forma bastante comum de se fazê-lo é a partir da Análise Temática, mais aplicada em pesquisa pública de saúde (GREEN *et al*, 2007) – e talvez a mais utilizada de uma forma geral (RITCHIE *et al*, 2004). Segundo Green *et al* (2007), o processo de Análise Temática ocorre em quatro etapas: *data immersion*, *coding*, *creating categories* e *identifying themes*. O primeiro se refere à imersão do pesquisador em seus dados. Ouvir as entrevistas, transcrevê-las, ler e reler as transcrições, são processos fundamentais para que o entrevistador conheça seus dados e possa de maneira mais eficaz (isto é, reduzindo subjetividades) interpretá-los. *Coding* se refere ao processo de examinar e organizar a informação obtida em cada entrevista e no conjunto delas. Esta etapa força o pesquisador a iniciar seus julgamentos e a “etiquetar” blocos de suas transcrições. De certa forma, codificar é resumir trechos das entrevistas em pequenas expressões ou frases que definem seu conteúdo. *Creating categories* é a etapa que normalmente ocorre após ou concomitantemente à codificação. Ela revisa as codificações e tenta uni-las em categorias; é a tentativa de procurar um bom-ajuste entre códigos que compartilham uma relação. Por fim, *identifying themes* é mais do que uma categoria, ela é uma interpretação do problema sob investigação. Para Green *et al* (2007), a geração de temas requer testar a explicação com os dados e a teoria, referindo-se especificamente aos conceitos teóricos relevantes para o estudo. A Figura 14 ilustra o processo de análise de dados sob o ponto de vista da Análise Temática.

Esta pesquisa não aplicou a Análise Temática de maneira literal, mas utilizou de sua influência para conduzir a análise dos dados das entrevistas. O primeiro ponto foi ouvir todas elas e transcrevê-las. Ao todo, foram transcritas 34 entrevistas, 19 em São Paulo (15 com

refugiados e 4 com *stakeholders*) e 15 em Hamburgo (6 com refugiados e 9 com *stakeholders*)³⁶. As transcrições foram lidas e relidas algumas vezes para sua melhor compreensão e para selecionar os trechos mais relevantes. Após as transcrições, identificou-se quais assuntos estavam sendo abordados na ordem de perguntas e foi decidido então categorizá-las e colocá-las posteriormente em temas de acordo com o modelo de integração aplicado nesta pesquisa. Isto é, de acordo com a abordagem da pergunta, suas respostas foram sendo organizadas dentro dos campos de integração descritos no modelo, que são: Emprego, Saúde, Habitação e Educação, para a integração institucional, e Contato social, Abertura cultural e Facilitadores, para integração sociocultural. Esta alocação das respostas por temas permitiu melhor organização das ideias e facilitou a interpretação e apresentação de seus resultados.

FIGURA 14 - PROCESSO DE ANÁLISE DE DADOS QUALITATIVOS A PARTIR DO MÉTODO DE “ANÁLISE TEMÁTICA”.



Fonte: Green *et al* (2007).

Após essa redução de dados, a etapa seguinte foi a sua apresentação (*data display*). Genericamente, a apresentação de dados se dá através de um conjunto de informações comprimidas que permitem o desenho de conclusões e ação (MILES E HUBERMAN, 1994). Nesta pesquisa, os dados foram apresentados por temas (definidos anteriormente durante a

³⁶ Ao todo, foram 36 entrevistas, porém, duas (uma em São Paulo e uma em Hamburgo), ambas com *stakeholder*, foram realizadas por escrito. Isto é, o script foi enviado por e-mail e respondido pelo entrevistado.

etapa de redução de dados) por meio de um texto narrativo, no qual alguns trechos literais das entrevistas foram sendo apresentados para darem mais sentido e credibilidade ao texto.

Por fim, a última etapa é a *conclusion drawing/verification*. A conclusão é resultado dos demais processos, parte na qual o pesquisador, após analisar criticamente e organizar seus dados e pensamentos, chega a conclusões sobre os significados encontrados (MILES e HUBERMAN, 204). Nesta Tese, as conclusões partiram de reflexões sobre as transcrições, busca de coerência entre as respostas e por falas e casos semelhantes, sobretudo sob o ponto de vista dos *stakeholders*. Uma vez que a história começa a convergir entre os entrevistados, obtém-se um indicador de que o cenário relatado é mais próximo do real.

2.5.2 Utilização dos dados dos *surveys* e dados secundários

Os *survey* e os dados secundários foram utilizados na análise da integração dos refugiados sírios em Hamburgo e São Paulo. Especificamente em relação aos dados dos *surveys* aplicados na capital paulista, embora distantes de possuírem representatividade amostral, eles serviram para alimentar os indicadores e embasarem a análise do cenário dos refugiados sírios na cidade. Quando colocados vis-à-vis com as entrevistas, os *surveys* permitiram quantificar alguns dos pontos aprofundados nas falas dos refugiados e *stakeholders* e captar, quantitativamente, o nível de satisfação e relacionamento dos refugiados com os subcampos do modelo de integração, aumentando a abrangência das análises e a confiabilidade de seus resultados. Por sua vez, os *suverys* aplicados em Hamburgo tiveram pouca utilidade em decorrência do número muito baixo de aplicações. Assim, eles serviram basicamente apenas como um instrumento de caracterização dos refugiados participantes.

Os dados secundários compilados foram utilizados para que a visão sobre a integração dos refugiados sírios em cada cidade fosse ampliada e comparada com os resultados encontrados nesta pesquisa. Embora não exista nenhum dado de qualquer estudo que cubra a população refugiada em ambos os destinos de maneira representativa e várias das perguntas realizadas neste trabalho não tenham sido feitas em outras pesquisas, a coleção de estudos que existe sobre o tema e uma análise conjunta entre eles e o que foi encontrado nesta Tese permitiram ampliar o entendimento acerca da integração desta população em cada cidade. Ainda que o resultado desse agregado seja também limitado e não possa ser expandido para generalizar a situação dos refugiados sírios em São Paulo e Hamburgo, seu alcance é definitivamente maior do que uma análise pura dos dados aqui produzidos.

REFUGIADOS SÍRIOS NO MUNDO

A guerra civil iniciada em 2011 na República Árabe Síria e que completou uma década em março de 2021 está sendo responsável por gerar a maior onda de refugiados do século XXI. Os mais de 6,6 milhões de refugiados do conflito estão espalhadas pelo globo, com majoritária concentração nos países vizinhos à Síria, como Turquia (3,6 milhões), Líbano (910 mil) e Jordânia (654 mil), que acumulam mais de 78% dos refugiados sírios do planeta (UNHCR, 2021a). Alemanha (572 mil), Iraque (245 mil), Egito (129 mil) e Suécia (113 mil) completam a relação dos 7 países que mais receberam esta população até o final de 2019 (STATISTA, 2021a).

Embora concentrados majoritariamente em alguns poucos países, os refugiados sírios estão presentes nos cinco continentes habitados do planeta. Ásia e Europa são aqueles que concentram a grande maioria deles. A África vem na sequência: considerando-se apenas Egito e Sudão, o continente já recebeu mais de 200 mil refugiados sírios (STATISTA, 2021a). Na América, para o mesmo período, somando-se Estados Unidos, Canadá e Brasil, os valores chegam a quase 60 mil (CANADA, 2021; STATISTA, 2021a). Finalmente, na Oceania, a Austrália sozinha recebeu aproximadamente 6 mil refugiados sírios em 2016 (MERCER, 2017).

Pensando na distribuição global desta população, este capítulo faz um levantamento bibliográfico da situação de vida dos refugiados sírios em alguns dos seus principais países receptores. Entende-se que este capítulo permite que algumas comparações e/ou relações sejam feitas com os resultados encontrados no Brasil, e mais especificamente em São Paulo, ajudando a situá-los no mundo. Para tanto foram selecionados seis países dentre os 25 principais destinos de refugiados sírios no mundo com base nos dados do Statista (2021a) para o ano de 2019, os quais foram divididos em quatro continentes, conforme distribuição abaixo³⁷. Importante salientar que embora a Turquia seja um país de território majoritariamente localizado na Europa, optou-se por incluí-lo na Ásia por três motivos: 1) a Turquia não é signatária de todas

³⁷ Optou-se por não incluir a Oceania porque a Austrália, país de maior relevância do continente em relação ao recebimento de refugiados, não entrou nos top 25 países receptores de refugiados sírios ao final de 2019, de acordo com dados do Statista (2021a).

as convenções da ONU para Refugiados, assim como a maioria dos países da região, 2) ela não é parte da UE, e 3) faz fronteira com a Síria, assim como seus demais vizinhos asiáticos.

1. ÁSIA – Turquia e Líbano;
2. EUROPA – Alemanha e Suécia;
3. AMÉRICA –Canadá;
4. ÁFRICA – Egito.

Dois outros pontos sobre este capítulo são importantes de serem frisados. Primeiramente, a intenção é fazer uma revisão exploratória e não-exaustiva, cujo intuito é apresentar um cenário simplificado em cada país selecionado. Portanto, não serão abarcados todos os setores de integração possíveis na sociedade de acordo com a divisão do modelo adotado nesta Tese, sobretudo a Integração Sociocultural. Uma visão mais geral sobre a situação dos refugiados sírios será apresentada para cada realidade a partir de uma seleção com mais de 80 trabalhos, distribuídos entre notícias de jornais, artigos científicos e relatórios produzidos por órgãos governamentais e instituições nacionais e internacionais. Destaca-se também que nem todos os estudos tratam especificamente dos refugiados sírios apenas, sendo que alguns os englobam dentro da categoria de refugiados como um todo, como é o caso dos estudos na Alemanha e Suécia. Contudo, o peso desta comunidade dentro dos seis países analisados é relevante, podendo-se inferir que os resultados encontrados são bastante influenciados pelos sírios.

3.1 Refugiados sírios no mundo.

Turquia e Líbano, respectivamente, são os dois principais países receptores de refugiados sírios no mundo e concentravam, sozinhos, mais de 68% do total até o final de 2020 (UNHCR 2021a). Em ambos, os refugiados sírios representam mais de 99% de todos os refugiados em seus territórios (STATISTA, 2021a; 2021b). Assim, praticamente todos os estudos levantados nestes dois países com o tema refugiados estão se referindo especificamente aos sírios. Salienta-se que as duas nações não são signatárias de todos os tratados da ONU para refugiados. A Turquia, por exemplo, ainda mantém a restrição geográfica da Convenção de 1951, não sendo signatária do Protocolo de 1967, ou seja, o status oficial como refugiado só pode ser concedido àqueles fugidos de eventos ocorridos na Europa (KAYMAZ e KADKOY, 2016; IÇDUYGU e DIKER, 2017). O Líbano, por sua vez, não é sequer signatário da

Convenção de 1951; desta forma, o país não possui um sistema nacional de asilo ou refúgio (ERRIGHI e GRIESSE, 2016), ficando a cargo do UNHCR estabelecer os procedimentos de proteção humanitária em consonância com o governo local (DORAI, 2018).

Por sua vez, Alemanha (572 mil) e Suécia (113 mil) são os dois países da UE que mais receberam refugiados sírios até final de 2019 (STATISTA, 2021a). Diferentemente do apresentado para os países asiáticos, a literatura em língua inglesa produzida especificamente sobre refugiados sírios nessas duas nações é bastante limitada. Ainda que esta seja a nacionalidade de maior representatividade nos dois casos, como a diversidade de nacionalidades é mais extensa do que em relação às encontradas na Turquia e no Líbano, em que os sírios compreendem quase 100% do total dos refugiados locais, os estudos para Alemanha e Suécia se referem ao conjunto de refugiados como um todo e não trazem, na maioria dos casos, especificações por nacionalidade. Ainda assim, salienta-se novamente que os sírios representam a maioria dos refugiados nas duas nações; portanto, o peso deste grupo para os resultados que serão apresentados é consideravelmente maior do que o peso das demais nacionalidades, permitindo inferir que o quadro apresentado, que geralmente representa a média, de certa forma reflete a situação da população síria nos países analisados.

Canadá é o país do continente americano que mais recebeu refugiados sírios desde o início da guerra civil no país árabe. Com aproximadamente 45 mil refugiados reconhecidos até final de 2019, Canadá está na 9ª posição dentre os principais receptores de refugiados sírios no mundo (STATISTA, 2021a). Diferentemente de todos os outros cinco países, a grande maioria dos refugiados que chegam ao Canadá são direcionados por meio de programas de reassentamento, isto é, não solicitaram refúgio ao cruzarem suas fronteiras nacionais, gerando uma realidade um pouco distinta das demais nações. Embora o Canadá também seja lar para outros refugiados, os dados que serão apresentados na sequência tratam especificamente da situação dos sírios no país.

Por sua vez, o Egito já recebeu quase 130 mil refugiados sírios até final de 2019, representando metade de todos os refugiados do país (STATISTA, 2021a). Em decorrência do peso dos refugiados de nacionalidade síria no Egito, foi relativamente fácil encontrar dados sobre este grupo no país. Desta forma, as informações apresentadas na sequência fazem referência exclusiva a esta população. Salienta-se que o Egito é signatário da Convenção de 1951 e do Protocolo de 1967 da ONU, no entanto, o governo local impôs reservas em relação aos artigos 21 (status pessoal), 20 (acionamento), 22 (educação pública), 23 (ajuda e assistência

pública) e 24 (legislação trabalhista e seguridade social), e não possui um aparato legal estruturado para lidar com os refugiados (LAW, 2020).

Como forma de sistematizar as informações encontradas por meio da revisão de literatura e facilitar a comparação entre os países e regiões, construiu-se o Quadro 6, no qual as informações estão sintetizadas por região, país, campo de integração e autores. Observa-se que o campo de Integração Institucional, conforme definido no modelo de integração aplicado nesta Tese, possui seus quatro subcampos representados (“Emprego”, “Educação”, “Saúde” e “Habitação”), enquanto o campo da Integração Sociocultural não possui divisões e foi simplificadaamente representado.

QUADRO 6 - REFUGIADOS SÍRIOS NO MUNDO

Região	País	Campo de Integração	Informações	Autores
ASIA	Turquia	Emprego	Direito ao trabalho concedido apenas em 2016; obrigação do pagamento de salário-mínimo e acesso a seguridade social; empregados refugiados não podem ultrapassar 10% da proporção de funcionários nativos na empresa contratante; trabalhadores sazonais nas atividades agropecuárias estão isentos de permissões de trabalho; e os refugiados são obrigados a trabalharem dentro das províncias nas quais eles estão registrados; População majoritariamente em empregos informais, atuando na ilegalidade, aceitando baixos salários e sem quaisquer direitos a benefícios sociais. A média do salário em 2013 dos sírios era metade do salário-mínimo à época. A exploração de trabalho infantil e prostituição era comumente observados nesta população em 2016.	Içduygu e Millet (2016); Kaymaz e Kadkoy (2016); Okyay (2017). Akar e Erdogdu (2018); Okyay (2017); Samari (2017).
		Educação	Acesso livre e gratuito em todos os níveis de educação; A taxa de matrícula por nível de ensino é 79,5% para o ensino primário, 78,9% para aqueles no <i>Middle school</i> (7-12 anos) e de apenas 39,7% para o nível de ensino secundário. Aproximadamente 36% dos refugiados sírios em idade escolar estão fora das escolas.	UNHCR (2021a). 3RP (2021).
		Saúde	Cuidados médicos gratuitos a todos os refugiados por conta do <i>Temporary Protection Regulation</i> (2014); Baixa taxa de acesso por conta de barreira linguística, serviços precários, falta de profissionais de saúde voltados à área psicológica e choques culturais entre pacientes e profissionais.	Saleh <i>et al</i> (2018); Akar e Erdogdu (2018).
		Habitação	Ausência de provisão de habitações públicas e preço de aluguéis altos; refugiados sírios vivendo em abrigos abandonados ou em casas construídas pelas próprias mãos por precariedade econômica e falta de suporte.	Akar e Erdogdu (2018);
		Socio-cultural	Discriminação diária em todas as esferas da sociedade; população nativa tem reclamado de longas filas nos hospitais, salas de aula e transportes públicos lotados, aumento vertiginoso nos preços dos aluguéis e aumento de competitividade no mercado de trabalho, sobretudo nas áreas metropolitanas; conflitos violentos entre sírios e nativos triplicou no ano de 2017 em comparação com 2016, resultando em pelo menos 35 mortes.	Akar e Erdogdu (2018).
	Líbano	Emprego	Refugiados sírios foram obrigados a recusar trabalho e a viverem de ajuda estatal ou humanitária em 2015; aos que conseguissem obter algum tipo de permissão, havia restrição para atuação no mercado e era necessário desembolsar grandes quantias para a obtenção de permissão para trabalhar; 70% dos indivíduos e 89% dos domicílios sírios vivem abaixo da linha da pobreza em 2021; níveis de desemprego alcançaram 39%, com um a cada quatro homens estando desempregados e com cerca de 86% das mulheres fora da força de trabalho; até 2014, pelo menos 92% dos trabalhadores se concentravam no setor informal.	Errighi e Griesse (2016). UNICEF, UNHCR e WFP (2021); ILO (2014).
		Educação	Acesso livre e gratuito em todos os níveis de educação; Em 2020, a taxa de matrícula entre refugiados de 6-14 anos estava em 67% e 29% para as idades de 15-17 anos; taxa de matrícula é igual para homens e mulheres no ensino primário, mas 14% maior para as meninas no ensino secundário; três principais motivos para ausência nas escolas nas idades entre 3-17 anos: serem muito jovens (36%), custo dos materiais escolares (20%) e custo do transporte (15%).	UNHCR (2021a). UNICEF, UNHCR e WPP (2021).
		Saúde	Centros de Saúde Primários (CSP) fornecem gratuitamente ou a custos subsidiados os cuidados à população refugiada no país, enquanto as admissões em hospitais são realizadas através do modelo de repartição de custos pelo NEXTtCARE;	NRC (2020); Lyles et al (2016). UNICEF, UNHCR e WPP (2021).

EUROPA	Alemanha		O acesso à saúde de crianças e adolescentes (até 17 anos) é relativamente bom, embora as taxas de acesso sejam consideravelmente menores do que as taxas de acesso da população nativa; barreiras à saúde em relação aos cuidados primários: custos do tratamento (73%), custos dos medicamentos (77%) e custos com transporte (49%); barreiras em relação ao acesso a hospitais: custo dos tratamentos (84%) e custos com transportes (22%).	
		Habitação	Cerca de 58% das famílias de refugiados sírios vivem em abrigos superlotados, abaixo dos padrões humanitários ou em grande risco de colapsar; 67% vive em estruturas residenciais (casa ou apartamento, sala em edifício comercial ou quarto de hotel), 21% em abrigos não-permanentes (cabanas ou unidades pré-fabricadas) e 12% em estruturas não-residenciais (fábricas, fazendas, escolas, galpões, dentre outros); domicílios cujos chefes de família são mulheres estão mais propensos a viverem em barracas (27%) do que aqueles cujos chefes são homens (19%).	UNICEF, UNHCR e WPP (2021).
		Socio-Cultural	Além da discriminação social, os refugiados sírios estão sendo associados ao aumento da criminalidade no país; toques de recolher ilegais estão ocorrendo entre as 18:00 e 06:00 horas da manhã e a vigilância contínua em mais de quarenta municípios têm gerado medo nos sírios, a ponto de temerem saírem de casa, trabalharem a noite e de se envolverem com os libaneses de uma forma geral; a situação de hostilidade é a pior da região.	Chatty (2017).
		Emprego	Refugiados possuem os mesmos direitos trabalhistas e de seguridade social que os nativos; ajuda financeira ao refugiado e sua família por tempo indeterminado, dependendo de sua atual situação; Desemprego ainda alto para a categoria dos refugiados como um todo; aproximadamente 456 mil refugiados seguem procurando emprego e mais 372 mil seguiam em subempregos até o final de 2018; dentre os sírios, maior grupo de refugiados do país, quase 72% dentre aqueles que chegaram ao país entre 2015/2016 ainda estavam desempregados em dezembro de 2018, a maior taxa de desemprego entre os oito principais países de origem; ainda em 2018, 43% da população em idade ativa de solicitantes proteção humanitária e refugiados que chegaram entre 2013-2016 estavam ou trabalhando ou em treinamentos profissionais; mulheres encontram muito mais dificuldades para se empregarem do que os homens	UNHCR (2021a); Bierbach (2017). Brücker et al (2019a; 2019b); Trines (2019).
		Educação	O acesso é livre, gratuito e compulsório até os 16 anos de idade, independentemente de status migratório; acesso ao ensino terciário livre para aqueles que possuem algum status de proteção garantida e em iguais condições às dos nativos; oferta de um “curso de integração” gratuito de 600 horas de duração, que conta com aulas de alemão e sobre as leis, valores e costumes do país. Apenas 5% das crianças e solicitantes/refugiados no intervalo de idade estavam fora dos sistemas educacionais do país em 2016, no entanto, algumas crianças e jovens são muito velhos para suas respectivas turmas e a maioria está matriculada em ensinos inferiores aos da origem; pessoas de background migratório estão sub-representadas nas universidades e filhos de refugiados podem estar sofrendo de uma educação segregadora e de pior qualidade em decorrência de suas limitações com o idioma.	UNHCR (2021a); DAAD (2017). Trines (2019).
		Saúde	Seguro amplo e gratuito, embora sob outra forma estatutária em relação aos nativos; Não foi possível encontrar dados quantitativos sobre o acesso dos refugiados aos sistemas de saúde, mas foram identificadas dificuldades, sobretudo por parte dos sírios, por conta o idioma e barreiras culturais.	UNHCR (2021a). Green (2017); Färber (2018).
		Habitação	O Estado provê habitação por tempo indeterminado ao refugiado e sua família; Até segunda metade de 2016, aproximadamente 48% dos refugiados e solicitantes de asilo que chegaram ao país entre 2013 e 2016 estavam vivendo em acomodações coletivas, enquanto 52% estavam vivendo em habitação própria; 21% dos refugiados que vivem em acomodações coletivas estavam sendo abrigados por estruturas consideradas temporárias (barracas, corredores ou containers), os demais viviam em estruturas adaptadas para se tornarem moradias (prédios de escritórios ou antigas escolas, hostels etc.); nas moradias individuais, cerca de 47% das pessoas moravam em prédios sem outros refugiados como vizinhos, 21% tinha mais algum refugiado como vizinho e 32% compartilhavam a estrutura residencial com vários refugiados.	UNHCR (2021b). Baier e Siegert (2018)
		Socio-cultural	Aumento na rejeição aos refugiados e crescimento dos partidos anti-imigração nos últimos anos, com o tema sendo o mais debatido do país politicamente em 2017, ainda assim, a opinião pública é mais positiva do que negativa em relação ao grupo; percepção de baixa discriminação até 2016 e contato com os nativos frequentes, embora majoritariamente concentrados no ambiente de trabalho; em 2017, quase nenhuma relação próxima entre refugiados e nativos foi	Siegert (2019); Brücker et al (2016); Brücker et

			identificada; para os sírios, apenas 3,7% possuíam relações afetivas com nativos; divergências culturais consideráveis foram identificadas entre refugiados e nativos em pautas liberais (aborto, homossexualismo etc.), mas uma aproximação em relação à visão política (apoio à democracia, por exemplo).	al (2019a); Konle e Seidl (2017).
	Suécia	Emprego	Refugiados possuem os mesmos direitos trabalhistas e de seguridade social que os nativos; é previsto, por tempo determinado, ajuda financeira ao refugiado e sua família. A taxa de emprego de refugiados após dois anos vivendo no país é de 28%, atingindo 63% após dez anos, uma das nações em que o gap em relação aos nativos chega mais próximo de não existir após este período; em termos de salário, após dois anos no destino, o refugiado recebe cerca de 50% do salário de um nativo, valores que aumentam para cerca de 75% após dez anos; enquanto essa diferença para outros imigrantes é de 62,8% e 89,4%, respectivamente.	UNHCR (2021a); SMA (2020). Brell et al (2020).
		Educação	O acesso é livre, gratuito e compulsório até os 16 anos de idade, independentemente de status migratório; o acesso ao ensino terciário é livre para aqueles que possuem algum status de proteção garantida e em iguais condições às dos nativos; é oferecido aos refugiados, gratuitamente, além de cursos de sueco, cursos de orientação cívica e treinamento para integração ao mercado de trabalho local, com duração máxima de 24 meses; Não foi possível encontrar estudos destrinchando quantitativamente os dados de acesso dos refugiados ao sistema educacional no país.	Crul et al (2019); SMA (2020); Bunar (2017); Pasquarello et al (2020). -
		Saúde	Os direitos à saúde são os mesmos dos suecos, com a provisão de serviços altamente subsidiados pelo Estado; 80% dos refugiados falantes de árabe e dari (dari) que chegaram ao país entre 2015-2016 sabiam aonde ir para solicitarem atendimento médico, com os mais educados demonstrando mais conhecimento do que os menos educados sobre onde se dirigir; identificou-se também que aproximadamente 25% deles já precisou de atendimento, porém não conseguiram cuidados por conta do longo tempo de espera, falta de condições financeiras para arcarem com a consulta/tratamento e dificuldades com o idioma.	SMA (2020); Savage (2008); EXPAT (2021). Mangrio et al (2016).
		Habitação	O Estado provê moradia por tempo indeterminado ao refugiado e sua família; Até março de 2015, cerca de 9.500 mil estrangeiros com permissão de residência no país (incluído os refugiados) ainda viviam em acomodações do Estado, e estimava-se que pelo menos 20 mil unidades seriam necessárias até o final de 2016 para acomodarem novos indivíduos e famílias; uso ineficiente do estoque de habitações, discriminação, alta competitividade por apartamentos e pobre integração econômica ajudam a explicar a pressão por novas moradias públicas para este e outros grupos de pessoas sob proteção humanitária e imigrantes no geral.	SMA (2020); Glimer (2019). UNHCR (2013a); Andersson e Ehlers (2020).
		Socio-cultural	Tem visto crescer a rejeição aos refugiados e fortalecimento da extrema direita no país, ainda assim, é considerado um dos países da UE com menor rejeição aos muçulmanos e aos refugiados no geral; aparentemente, problemas de integração sociocultural dos sírios não parecem estar relacionados à forma como são tratados no país, mas porque sim porque sentem-se pouco envolvidos com a população nativa em decorrência de serem isolados em termos habitacionais, uma vez que as moradias públicas oferecem pouco contato com os suecos.	Konle-Seidl (2017); Borselli e Van Meijl (2020).
AMERICA	Canadá	Emprego	Refugiados possuem os mesmos direitos trabalhistas e de seguridade social que os nativos, desde que obtenham a permissão para trabalhar e número de seguro social (SIN); Os refugiados sírios possuíam uma taxa de emprego inicial mais baixa em relação a outros grupos de refugiados em 2018 (57% dos refugiados sírios que chegaram entre 2015 e 2016 ao país estavam empregados, enquanto 23% estavam procurando emprego); em termos salariais, percebe-se que há uma melhora com o passar dos anos, mas os valores são menores do que os salários de outros refugiados reassentados no mesmo período; menor conhecimento de inglês e francês do que outros refugiados é o principal motivo que explica esta diferença; outras barreiras ao mercado são: dificuldades em validar diplomas e qualificações, falta de conhecimento sobre o mercado de trabalho local, ausência de capital social e redes de suporte, e dificuldades em empreender.	Legaline (s/d). IRCC (2019).

		Educação	Acesso livre e igualitário em todos os níveis de ensino, sendo compulsório para crianças entre 5 e 6 anos de idade até completarem 16 ou 18 anos, dependendo da província ou território em que se encontrem; 86% dos refugiados sírios estão com todos os filhos em idade escolar matriculados nas escolas, valor que chega a 95% ao considerar os que possuem pelo menos um filho matriculado; por conta de barreiras emocionais e sociais decorrentes de um sentimento de isolamento e separação causados por bullying e discriminação, dificuldades com o idioma, estarem alocados em níveis educacionais inferiores aos da origem, e ao sentimento de que os professores não criam sobre eles grandes expectativas; as crianças e jovens sírias estão encontrando dificuldades para se familiarizarem com as escolas canadenses.	UNHCR (2021a). IRCC (2019).
		Saúde	O acesso aos sistemas de saúde canadenses é garantido aos refugiados através dos seguros provinciais ou territoriais (medicare), que são públicos e gratuitos e em iguais condições aos nacionais. Caso o refugiado não seja elegível para o medicare, ele pode acessar o Interim Federal Health Program (IFHP), o mesmo sistema disponível aos solicitantes de proteção humanitária, que provê ao indivíduo acesso limitado e geralmente por um ano; 86% dos refugiados sírios possuem um médico da família ou prestador de serviço de saúde; o acesso aos sistemas é majoritariamente determinado pela presença ou ausência de seguro de saúde do refugiado, no entanto, motivos como dificuldades em encontrar médicos de família, longo tempo de espera para o atendimento de especialistas, falta de tradutores e diferenças culturais foram identificados como barreiras; 28% dos refugiados sírios que frequentam os sistemas de saúde pública identificaram necessidades de cuidados com a saúde geral, mental ou algum tipo de apoio ao bem-estar; também foi identificado que as mulheres refugiadas sírias procuram menos cuidados com a saúde mental em decorrência do estigma envolto dessas questões, por preocupações com privacidade e limitações linguísticas.	Canadá (2017b); Legaline (s/d). IRCC (2019).
		Habitação	Os GARs³⁸ recebem durante aproximadamente um ano assistência do Resettlement Assistance Program (RAP), que tem como parte de suas funções prover moradia temporária, assisti-los ativamente em suas buscas por moradia permanente e ajudá-los nessa transição; para os refugiados PSRs³⁹, os responsáveis por encontrarem habitação e financiá-las são seus “patrocinadores”, que devem pagar pelas moradias temporárias desses refugiados quando eles chegam ao país e ajudá-los na busca por moradias permanentes e acessíveis por um ano; Uma barreira de acesso a boas moradias após os períodos de ajuda dos “patrocinadores” e do governo é os altos preços dos aluguéis; sobre os sírios, como o salário é muito consumido apenas para essas despesas, muitos estão encontrando dificuldades, inclusive, em adquirirem comida, ficando dependentes de ajuda as organizações humanitárias; outras duas dificuldades identificadas em termos de moradia são a falta de casas com tamanhos adequados para acomodar famílias com mais de 4 ou 5 filhos e a demanda crescente do mercado imobiliário.	ROSE (2019). IRCC (2019); ROSE (2019).
		Socio-cultural	Integração tem ocorrido positivamente para os refugiados sírios, embora casos de discriminação tenham sido reportados; cerca de 96% dos refugiados sírios concordam com a frase: in my experience, my community is welcoming to newcomers; 90% declararam que possuem forte sentimento de pertencimento ao país, 84% a sua comunidade local e 83% à sua província/território; em termos de amizade, mais de 92% dos refugiados sírios possuem mais de um amigo próximo, sendo os mais novos e com maiores habilidades linguísticas aqueles com melhores resultados em relação a amizades fora dos seus círculos étnicos; falta de transporte público, dificuldades financeiras e deficiências linguísticas foram identificadas como barreiras à interação com nativos.	Scott e Safdar (2017); IRCC (2019).

³⁸ GAR = *Government Assisted Refugees* - refugiados reassentados pelo *Refugee and Humanitarian Resettlement Program*; geralmente possuem maiores necessidades de atendimento e atenção do que os demais grupos de refugiados.

³⁹ PSR = *Privately Sponsored Refugees* - refugiados reassentados pelo *Refugee and Humanitarian Resettlement Program*. Diferentemente dos GARs, os PSRs não recebem assistência do governo, mas sim de seus “patrocinadores”, isto é, pessoas (residentes permanentes ou cidadãos canadenses) e comunidades canadenses que solicitaram ao Estado que refugiados fossem reassentados em suas localidades, desde que comprovassem possuírem condições para reassentá-los.

ÁFRICA	Egito	Emprego	Direito ao trabalho por meio de obtenção de licença, no entanto, com restrições em relação aos nativos, havendo cota para número de estrangeiros contratados pelo empregador e poucos direitos sociais; Apenas 38% dos refugiados sírios estavam ocupados com alguma atividade remunerada em 2016, dos quais 92% eram homens; para 2019, alguns dos dados apontaram que 41% dos refugiados sírios homens estavam empregados em trabalhos regulares, 38% estavam em trabalhos temporários e aproximadamente 21% estavam desempregados; 64% dos domicílios sírios tiveram que recorrer a algum “mecanismo de reação negativo” para sobreviverem, seja pedindo dinheiro emprestado ou poupando menos; também, cerca de 58% dos refugiados sírios recebem vouchers de comida do WFP (World Food Program) e 36% recebem ajuda em dinheiro do UNHCR; 87% das famílias sírias e 93% dos indivíduos estão entre os grupos de vulnerabilidade severa ou alta vulnerabilidade, colocando-os, portanto, abaixo da linha da pobreza.	Umias (2011). 3RP (2019); UNHCR (2017a; 2017b).
		Educação	Acesso é livre e igual aos nacionais para crianças e adolescentes, desde que o refugiado possua o cartão de registro do UNHCR ou passaporte sírio, além de permissão de residência válida; para o ensino terciário, o acesso é igualitário ao dos nativos caso o refugiado sírio possua certificado de conclusão de ensino médio do Egito; A taxa de matrícula é superior a 90% para crianças entre 8-11 anos de idade, 60% aos 16 e pouco mais de 50% aos 17; no total, a taxa de matrícula entre refugiados sírios com idades no intervalo 6-18 anos é de 81%, a melhor da região; custos com a educação são as principais barreiras ao acesso escolar (30%), seguido por matrícula ainda em andamento (22%), falta de documentação (19%), alto custo do transporte (6%), não conhecimento dos procedimentos de matrícula (6%) e outros (17%); outras barreiras identificadas são as salas superlotadas, estruturas decadentes, barreiras linguísticas e longas distâncias entre as moradias e as escolas, fator ainda mais prejudicial para as crianças e jovens do sexo feminino.	UNHCR (2017b); 3RP (2019). UNHCR (2017b); 3RP (2019).
		Saúde	Acesso igualitário ao dos egípcios; aproximadamente 80% dos serviços oferecidos pelas instituições de saúde públicas são gratuitos; Apesar do livre acesso e da gratuidade na maior parte dos serviços de saúde, identifica-se uma baixa taxa de utilização dos sistemas públicos pelos refugiados sírios; em 2016, identificou-se que de 506 domicílios de refugiados sírios, 64% utilizavam os serviços particulares de saúde, enquanto apenas 18% frequentam os serviços públicos, resultado decorrente da falta de conhecimento por parte da população refugiada sobre seus direitos; apesar das altas taxas de subsídio do governo egípcio, cerca de 60% dos custos com cuidados de saúde secundários e terciários são de responsabilidade do paciente, seja ele refugiado ou não.	3RP (2019). 3RP (2019); UNHCR (2017b).
		Habitação	Não há provisão de habitação pública para os refugiados, ficando aos mesmos a responsabilidade de encontrar suas próprias residências; algumas instituições humanitárias, no entanto, atuam para prover aos necessitados algum tipo de moradia; Os refugiados vivem frequentemente em condições miseráveis nos distritos das maiores, como Cairo e Alexandria; não recebem ajuda governamental, apenas de instituições como o UNHCR, que, em decorrência da enorme quantidade de pessoas vivendo em situações precárias, só consegue apoiar uma parcela dos necessitados; 94% dos refugiados alugam sua própria moradia, sendo que mais da metade aluga casas sem mobília, 5% vivem de favores de outras famílias e 1% em abrigos providos pelas instituições de assistência humanitária; os refugiados de todos os grupos sociais identificaram o apoio com aluguel como a necessidade não-atendida mais importante da família; identificou-se que o grande problema das habitações é referente à superlotação das residências, sobretudo para os mais vulneráveis, que representam 59% dos domicílios e 67% dos indivíduos sírios que vivem no Egito.	3RP (2019). UNHCR (2017a); Knipp (2019).
		Socio-cultural	Ataques racistas e acusações de que eles são os responsáveis pelas crises sociais e políticas criam grande clima de hostilidade e tensão, tendo a mídia importante papel na disseminação do ódio e perseguição a essa população; a falta de integração não parece ser decorrente dos atos discriminatórios, no entanto, mas sim porque os refugiados não demonstravam interesse em se integrarem socialmente por estarem preocupados com outras esferas; além disso, a rede já consolidada e grande de sírios no Egito coloca-lhes de certa forma independentes da ajuda da comunidade egípcia, reduzindo ainda mais os contatos entre os grupos.	Knipp (2019); AN (2020); Berglund (2016).

Embora o Quadro 6 não apresente o cenário completo em cada país e menos ainda em cada região, ele permite que algumas considerações possam ser feitas. Percebe-se que o caminho a ser traçado dentro do que se entende minimamente como integração - uma população participativa nas diversas esferas da sociedade e que não se sinta excluída ou constrangida por questões ligadas à sua origem, etnia, raça etc., - está mais próximo de acontecer em algumas realidades e menos em outras. Claramente, uma série de elementos interferem nos processos e direções à integração em sua totalidade, como a concessão de direitos e políticas voltadas à população refugiada - que são os elementos estruturantes, no sentido de formarem a base na qual a integração se construirá - o contexto local em termos econômicos, sociais e culturais, e a receptividade da sociedade civil e suas esferas.

Mesmo nas localidades mais promissoras, como no cenário europeu e canadense, os caminhos ainda se mostram longos e desafiadores. Além das barreiras linguísticas serem um grande obstáculo, mesmo com os governos ofertando amplamente cursos de idioma para os refugiados, dificuldades em serem recolocados no mercado de trabalho, em encontrarem habitações próprias e acessíveis, em acessarem os serviços de saúde e educacionais (sobretudo no nível superior), e casos de discriminação e sentimento de isolamento, são encontrados tanto na Alemanha, quanto na Suécia e Canadá. No entanto, ainda que questões importantes persistam como barreiras à integração, o fato do Estado ser muito ativo na vida desta população, sobretudo no cenário alemão e sueco, que provê assistência financeira e de moradia por tempo indeterminado ao refugiado e sua família, por exemplo, assim como uma rede de serviços públicos de saúde com boa estrutura e gratuitos (no caso específico alemão) e cursos de aperfeiçoamento profissional, fazem com que esta população consiga viver uma vida digna no destino e com perspectivas de melhoria, mesmo em meio a tantos obstáculos.

Nos países asiáticos e no Egito, o cenário é o oposto. Além de muitas restrições legais, sobretudo porque os países analisados ou não são signatários de todas as convenções da ONU para refugiados, ou o são com restrições, o cenário macroeconômico e social em Turquia, Líbano e Egito fazem com esta população se encontre em situações precárias em todos os campos de integração, seja no mercado de trabalho, na educação, saúde, habitação, ou mesmo em termos socioculturais. Não por menos, quase a totalidade dos refugiados sírios no Líbano e Egito se encontram abaixo da linha da pobreza, enquanto aqueles da Turquia não estão muito melhores. Problemas sérios de integração econômica refletem e são refletidos na pobreza de integração em outras áreas, evidenciando como os campos de integração se influenciam

fortemente, algo que a literatura internacional já tem levantado e é ponto de bastante atenção nesta Tese. Parte dessa integração limitada na sociedade é um dos motivos pelos quais os refugiados sírios se arriscam através de meios de transporte clandestinos e perigosos para chegarem à Europa, vista como a oportunidade de recomeçarem uma vida nova de forma digna (CHATTY, 2017). O número de refugiados sírios que chegaram a esses países, somados à situação já instável em termos socioeconômicos que viviam antes mesmo da chegada desta população, criaram um cenário caótico, tanto para os refugiados quanto para os governantes e população nativa. Estes elementos afastam a população refugiada da integração e os empurra para o campo da marginalização e exclusão.

Pensando nos países apresentados acima, de que forma o Brasil se encaixa nestes cenários? Como as questões de direitos, apoios governamentais, recepção da sociedade civil e elementos macroeconômicos e sociais afetam a vida desses refugiados em solo brasileiro? Como se dá sua integração, de uma maneira mais ampla, nos campos institucionais e socioculturais? Utilizando o Modelo de Integração de Refugiados e como exemplo a população refugiada síria que vive na cidade de São Paulo, espera-se responder a essas perguntas a partir dos dados coletados em campo e de pesquisas já realizadas na cidade nos capítulos 4 e 5, a seguir.

A INTEGRAÇÃO DE REFUGIADOS SÍRIOS EM SÃO PAULO, PARTE I: INTEGRAÇÃO INSTITUCIONAL

O Brasil vem se destacando como o principal país receptor dos refugiados sírios na América Latina desde o início da guerra civil síria (OSBORN, 2015; BALLOFFET, 2016). Apesar de possuir um número consideravelmente menor do que as principais nações receptoras da Ásia e Europa, o Brasil é o número 25 do ranking de maiores destinos e já reconheceu quase 4 mil refugiados dessa nacionalidade em seu território (STATISTA, 2021a; SILVA *et al*, 2020).

O primeiro passo para começar a analisar a integração desta população de maneira mais profunda na sociedade é identificar primeiramente quem ela é, isto é, qual sua estrutura etária e de sexo e como se distribui em termos de raça, religião, estado civil e nível educacional. É importante salientar que a integração, independentemente do campo de análise, deve fundamentalmente levar em consideração as características dos indivíduos e famílias. A seguir serão apresentadas algumas características básicas do perfil demográfico dos refugiados sírios no Brasil e São Paulo. Os dados aqui explorados se referem ao perfil desses refugiados até maio de 2020 e todos os procedimentos lógicos e matemáticos para a sua representação estão detalhados no Apêndice V. A leitura deste Apêndice se faz importante porque os cálculos para São Paulo e sua capital são estimativas, uma vez que os dados disponíveis de maneira oficial sobre refugiados residentes no Brasil não permitem sua desagregação por estado e cidade. Mesmo para o Brasil como um todo, os valores disponíveis oficiais são de 2019, então um pequeno procedimento foi realizado para incluir na população os de 2020. O Apêndice não apresenta apenas quais os procedimentos lógicos e matemáticos utilizados, mas também detalha as bases de dados utilizadas e suas vantagens e limitações.

Em relação ao perfil dos refugiados sírios no Brasil e em São Paulo, a Tabela 3 mostra, inicialmente, que 1) a proporção entre homens e mulheres é desbalanceada para os homens nos três níveis de comparação e 2) a grande maioria dos refugiados estão na faixa etária produtiva, com a moda no intervalo de 30-64 anos de idade⁴⁰. Mais de 74% dos refugiados sírios residentes

⁴⁰ A lógica dos intervalos etários seguiu uma distribuição de população economicamente dependente e independente. A dependente compreende os intervalos de 0-14 anos e 65+, enquanto a independente é a PIA (15-64), utilizando-se o critério de idade para o PIA encontrado em ALVES (2019). A faixa etária do PIA foi quebrada

no Brasil são homens, percentuais que diminuem para 68,07% para o estado de São Paulo e 69,26% para a capital, ainda assim, diferenças significativas. Por sua vez, o acumulado de pessoas entre 15-64 anos representa 88,24% do total da população síria a nível nacional, valores que não variam muito para São Paulo e sua capital (85,47% e 85,65%, respectivamente). Este é um dado muito importante de ser levado em consideração, sobretudo quando a discussão é referente à integração ao mercado de trabalho.

TABELA 3 - DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA E POR SEXO DA POPULAÇÃO REFUGIADA SÍRIA NO BRASIL E EM SÃO PAULO (2020)

Local	Grupo de Idade	Homens	Mulheres	Total	Proporção (H)	Proporção (M)	Proporção (T)
		N	N	N	%	%	%
Brasil	0-14	143	108	252	5,42	4,10	9,52
	15-29	726	187	913	27,46	7,09	34,55
	30-64	1.065	353	1.418	40,33	13,36	53,69
	65+	29	30	59	1,10	1,14	2,24
	Total	1.963	679	2.642	74,31	25,69	100,00
Estado SP	0-14	124	58	182	7,64	3,58	11,21
	15-29	309	145	454	19,05	8,93	27,97
	30-64	632	296	929	38,96	18,28	57,25
	65+	39	19	58	2,40	1,14	3,57
	Total	1.104	518	1.622	68,07	31,93	100,00
Cid. SP	0-14	92	41	132	7,78	3,47	11,17
	15-29	225	100	325	19,02	8,45	27,43
	30-64	477	212	689	40,32	17,92	58,22
	65+	26	12	37	2,20	1,01	3,17
	Total	819	364	1.183	69,26	30,74	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir das bases do CONARE.

Ao todo, até maio de 2020 existiam 2.462 mil refugiados sírios vivendo no Brasil, sendo 61,4% localizados no estado de São Paulo e 44,8% na capital. A razão entre estado e capital indica que 72,9% de todos os refugiados sírios residem em sua principal cidade. Existem algumas explicações para isso. A primeira delas parece ser por indicação das próprias embaixadas brasileiras no exterior⁴¹, de acordo com os refugiados e *stakeholders* entrevistados nesta Tese e em Calegari (2017), tanto porque São Paulo é a maior e mais rica cidade do país, sendo indicada, portanto, como um bom lugar para se procurar emprego, quanto porque possui

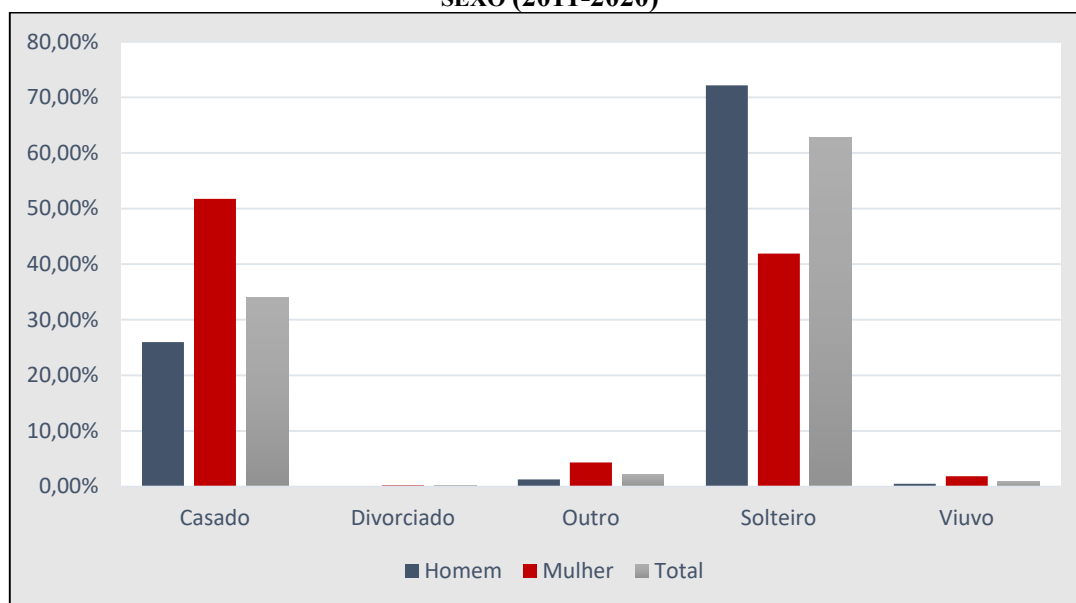
em duas, 15-30 para jovens e jovens adultos e 30-64 para trabalhadores experientes, de forma a permitir melhor detalhamento da estrutura etária populacional.

⁴¹ O refugiado sírio que vem ao Brasil chega, em sua grande maioria, por meio da emissão de vistos humanitários, retirados nas embaixadas brasileiras no exterior.

uma grande e bem-sucedida comunidade histórica sírio-libanesa. O segundo motivo se refere exatamente a esta importante comunidade. Embora nesta pesquisa e em Calegari (2017) seja possível observar que mais da metade dos refugiados sírios entrevistados não conhecia ninguém ao chegarem ao Brasil (53,12% nesta Tese e 70% em Calegari), a existência de amigos ou conhecidos por alguma parte deles, e o próprio conhecimento de que em São Paulo existem muitas pessoas de origem árabe, foram motivos dados pelos próprios refugiados para escolherem a cidade como destino. O terceiro motivo principal parece ser o fato de São Paulo ser a cidade brasileira mais conhecida no exterior, ao lado do Rio de Janeiro. Devido a média educacional elevada do grupo (confirmada adiante), foi comum escutar que pesquisas aprofundadas na internet sobre lugares no Brasil para se morar e arrumar emprego indicavam São Paulo como destino promissor.

A idade média total para o Brasil é de 32,85 anos, sendo as mulheres um pouco mais velhas do que os homens (33,47 e 32,22, respectivamente). Estas idades médias aumentam para o estado de São Paulo e sua capital, com as mulheres mantendo-se com idades mais avançadas. Um dos motivos que podem explicar a diferença de idade por gênero é a composição desta população por estado civil, conforme apresenta o Gráfico 1. Ele expõe a distribuição do estado civil dos refugiados sírios reconhecidos no Brasil no intervalo entre 2011-2020 e não representa necessariamente o estado civil dos refugiados que vivem no país em maio de 2020 (este dado é inexistente). Importante salientar que os dados do SISMIGRA, utilizados para este gráfico, são de fluxos de entrada anual, enquanto aqueles com a base do CONARE são de estoque (ler o APÊNDICE V para maiores detalhes sobre as diferenças entre as bases). Não há como empilhar os anos para se criar uma proxy para 2020, uma vez que o SISMIGRA não realiza todas as atualizações de pessoas que deixaram o Brasil, seja por morte ou por mudança de residência, assim como não retira da base os refugiados naturalizados brasileiros. Também não é possível identificar se quem era casado em 2011 se divorciou durante o período ou se o solteiro mudou de status.

GRÁFICO 1 - DISTRIBUIÇÃO EM % DO ESTADO CIVIL DOS REFUGIADOS SÍRIOS NO BRASIL, POR SEXO (2011-2020)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do SISMIGRA (2011-2020)

Ainda assim, analisando o conjunto dos dados para o período, é possível relacioná-lo às diferenças de idade encontradas anteriormente. O gráfico mostra que mais de 72,16% dos homens refugiados no Brasil no período são solteiros, enquanto as mulheres solteiras representam 41,88% do total. Por outro lado, 51,73% das mulheres são casadas, contra apenas 25,98% dos homens. Ao verificar a distribuição do estado civil por idade (dados ocultados), percebe-se que a idade média de casados é mais alta que a de solteiros (39,77 e 21,62, respectivamente). Quando desagregado por sexo (dados ocultados), a idade média dos casados é de 41,46 anos para os homens e de 37,88 para as mulheres, contra 22,93 e 16,6 para os solteiros, respectivamente. Quando esses dados são relacionados com a distribuição por sexo desta população, que possui muito mais homens do que mulheres, compreende-se que a idade média das mulheres seja um pouco mais alta que a dos homens no quadro geral. Um raciocínio semelhante pode ser feito também para se analisar esta relação na capital paulista.

Compreender o nível educacional de maneira representativa para a população síria no Brasil e em São Paulo não é possível por falta de dados. No entanto, os estudos realizados até o momento sobre essa população indicam que ela é altamente educada, sobretudo se comparada à média da população brasileira ou à população síria na origem, demonstrando um viés de seletividade dos refugiados que moram no Brasil. De acordo com dados do “Perfil Socioeconômico dos Refugiados no Brasil”, estudo conduzido pelo ACNUR e a Cátedra Sérgio Vieira de Melo (ACNUR e CSVN, 2019a), da amostra de 151 refugiados sírios entrevistados

distribuídos em todo o país, 84,75% possuíam ao menos o ensino médio completo, enquanto 38,11% possuíam ao menos o ensino superior finalizado. Dentre os entrevistados que declararam gênero, mostra-se que os homens possuem nível de escolaridade um pouco superior ao das mulheres no geral (42,24% e 41,51%, respectivamente). Em termos de pelo menos ensino médio finalizado, os valores são de 86,6% e 79,3%, respectivamente. Em seu estudo para a cidade de São Paulo, Calegari (2017)⁴² apontou que mais de 50% dos residentes entrevistados com mais de 18 anos de idade possuíam ensino superior completo, com poucas diferenças entre homens e mulheres, sendo os primeiros pouco mais escolarizados na média.

Os resultados do trabalho de campo indicaram alto nível de escolaridade para essa população. Dos 32 *surveys* aplicados, 14 respondentes, ou 43,75%, declararam possuírem ao menos nível superior completo. Expandindo para pelo menos nível médio completo, este valor sobe para 28 (87,5%) (Tabela 4). Estes dados apontam para uma média de escolaridade muito superior à média nacional, tanto no Brasil quanto na Síria. Em termos de ensino médio completo, apenas 48,8% da população brasileira acima de 25 anos estava nesta categoria em 2019, enquanto 17,4% havia completado o ensino superior para o mesmo ano (PNAD CONTÍNUA, 2019). Em relação à Síria, apenas 4,1% da população acima de 25 anos no ano de 2010 (último ano disponível) possuía o ensino superior completo, valores que alcançam 15,6% para o ensino médio (BANCO MUNDIAL, 2021).

Em termos raciais, a população síria é majoritariamente branca. É importante ressaltar que a pergunta sobre raça/cor não é bem compreendida por alguns refugiados de várias origens, dentre elas a síria, como foi possível constatar em Calegari (2017) e ACNUR e CSVN (2019a), tanto por motivos de mal entendimento (a ponto de alguns respondentes considerarem a pergunta racista), quanto por falta de compreensão da pergunta como um todo, em relação ao seu sentido. Desta forma, para evitar qualquer constrangimento que pudesse prejudicar o andamento das entrevistas e aplicação dos *surveys*, assim como respostas equivocadas dadas apenas por conveniência, optou-se, no trabalho de campo, pela classificação arbitrária do próprio autor em relação à raça/cor do refugiado durante as entrevistas.

⁴² É importante destacar que o trabalho de Calegari (2017) contou com a utilização de 51 questionários válidos, alcançando ao todo 265 pessoas dentre moradores habituais, não-habituais e ausentes nos domicílios entrevistados. Os “residentes” são moradores habituais, ou seja, vivem no domicílio entrevistado e representam 77% da amostra total. Eles são compostos majoritariamente de refugiados e solicitantes de refúgio sírios. Não é possível destrinchar a partir do estudo quantos dos residentes estão em cada categoria, mas entre habituais e não habituais, os refugiados sírios e solicitantes representam 91,1% do total, sendo 62,3% de refugiados e 37,7% de solicitantes.

TABELA 4 - GRAU MAIS ALTO DE ESTUDOS COMPLETADOS PELOS REFUGIADOS SÍRIOS NA CIDADE DE SÃO PAULO

Nível	Pessoas	%	Σ(%)
Ensino Infantil	2	6,25	6,25
Ensino Fundamental	2	6,25	12,50
Ensino Médio	14	43,75	56,25
Ensino Superior	13	40,63	96,88
Pós-Graduação	1	3,12	100
Total	32	100	100

Fonte: Dados do *survey*.

Os dados do ACNUR e CSVN (2019a) mostram que, dos 143 refugiados sírios declarantes, 90,2% se consideraram brancos, 9,1% pardos e apenas 0,07% preto (ou apenas uma pessoa), enquanto ninguém se autodeclarou amarelo ou indígena. O estudo de Calegari (2017) também aponta para a primazia dos brancos (84%). Os dados coletados em campo nesta Tese também apontaram para maioria de brancos (30/32), com apenas duas pessoas entrando na categoria “pardo” e nenhum “preto”.

Em termos de religião, observou-se predominância de muçulmanos. Nos dados de campo desta Tese, 78,12% (25/32) se autodeclararam muçulmanos - sunitas (22/25), drusos (2/25) e ismaelitas (1/25) - enquanto 18% (6/32) se autodeclararam cristãos – quatro ortodoxos e dois católicos - e apenas 3% (1/32) não professam religião. Nos estudos do ACNUR e CSVN (2019a; 2019b) não foi possível distinguir a religião por nacionalidade; ainda assim, a islâmica é a mais professada dentre todos os amostrados, seja tomando o Brasil como escala ou São Paulo. Segundo ambos os estudos, o peso para o islamismo é dado pela quantidade de sírios amostrados, que sozinhos representam 31,4% da amostra nacional e 35% da amostra em São Paulo. Em Calegari (2017), 95% de sua amostra se autodeclarou muçulmana, 3% declararam não professarem nenhuma religião e 2% são. Os valores encontrados no estudo de Calegari refletem basicamente a distribuição religiosa da Síria como um todo. Segundo dados do ARDA (*Association of Religion Data Archives*), 93,1% dos sírios professam o islamismo como principal religião, 4,9% professam o cristianismo e 1,9% não possuem religião (ARDA, 2015).

Um elemento importante relacionado à variável religião é se a crença declarada se traduz em prática religiosa. Ser ou não cristão, muçulmano, hindu etc., pouco diz a respeito de um indivíduo. A variável religião é complexa e não se pretende aprofundar em seu significado real (no sentido do que é ser ou não religioso), mas para se compreender um pouco mais o que respostas como “sou muçulmano, cristão etc.” podem indicar, perguntou-se nesta Tese se as

peessoas praticavam sua crença a partir de orações, visitas a templos ou realizavam quaisquer outras atividades de cunho religioso, porém sem definir frequência ou limite do que o respondente considere praticar ou não a crença. Como resultado, dos 31 respondentes que declararam possuírem religião, oito disseram não praticar, sendo sete muçulmanos e um cristão ortodoxo. Ou seja, mais de um quarto dos que declararam possuírem religião o fazem sem praticar. Pergunta semelhante também foi feita em ACNUR e CSVN (2019a), o qual indicou que 69% dos entrevistados no Brasil (de todas as nacionalidades) que autodeclararam possuírem religião frequentam cultos e/ou participam de atividades ligadas à própria crença pelo menos uma vez por semana; os demais são considerados não-praticantes (31%).

No geral, a apresentação do perfil dos refugiados sírios, com base nos bancos de dados disponíveis e estudos já realizados sobre esta população, indica uma população em idade ativa, majoritariamente masculina e solteira, branca, muçulmana e praticante, e com alto nível de escolaridade. Mas de que forma essa população está sendo inserida no Brasil? O processo de integração tem acontecido para o grupo como um todo, para apenas parte dele, ou para ninguém? Quais variáveis parecem ser mais determinantes para o sucesso ou fracasso durante o processo de integração? São as características individuais e coletivas desta população ou a forma como a sociedade está organizada em termos de leis, políticas e atitudes em relação aos refugiados? Estas são questões que serão abordadas ao longo deste e do próximo capítulo.

Para iniciar no campo da Integração Institucional, a primeira análise será feita sobre o subcampo do “Emprego”, seguido pela “Educação”, “Saúde” e finalizando com a “Habitação”. Cada seção se inicia com uma breve menção sobre a legislação internacional em relação aos direitos dos refugiados de cada subcampo analisado. Na sequência, apresenta-se o que existe sobre esses direitos na legislação brasileira e paulistana com base nos indicadores legais aplicados nesta Tese. Em seguida, dados sobre a integração na prática dos refugiados sírios na cidade de São Paulo são apresentados e analisados, tendo como guia os indicadores objetivos e subjetivos selecionados. Finalmente, cada seção é concluída com alguns breves comentários sobre os resultados apresentados e um quadro com seus principais achados.

4.1 EMPREGO

Embora o processo de integração possa ocorrer em diversas dimensões, a dimensão do emprego é aquela vista como o fator chave da integração (AGER e STRANG, 2004; 2008). Além da geração de renda e independência financeira, o emprego permite o restabelecimento

de papéis sociais valorizados, o desenvolvimento da linguagem, competência cultural ampla, o estabelecimento de conexões sociais e aumenta a auto-estima e auto-confiança do indivíduo e sua família (AGER e STRANG, 2004; 2008; BLOCH e LEVY, 1999; TOMINSON e EGAN, 2002). Além disso, também motiva o debate sobre os benefícios econômicos da imigração, como crescimento, capacidade de inovação e rejuvenescimento da força de trabalho (STRUNK et al, 2017), e que gastar dinheiro com refugiados não é um custo, mas um investimento (BARDER e RITCHIE, 2018).

O trabalho é tão fundamental que está consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH, 1948), em seu artigo 23º, inciso I. Mais do que colocá-lo como um direito de todos, preconiza-se o direito ao salário igual para trabalho igual, sem quaisquer tipos de discriminações, e uma remuneração que permita ao indivíduo e sua família uma existência digna. Além de sua presença na DUDH, a importância do trabalho e do tratamento igualitário está destacada na Convenção N.º 97 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) (OIT, 1949). Tratando-se especificamente da população refugiada, o trabalho e seu acesso são destacados na Convenção de 1951, capítulo III, artigos 17, 18 e 19, os quais destacam, dentre outras coisas, que o refugiado deve receber “tratamento tão favorável quanto” ou “tratamento não menos favorável” do que é dado aos demais estrangeiros no país de destino.

Um primeiro passo para a integração ao mercado de trabalho (ou a quaisquer dos campos que serão analisados nesta Tese) é a existência de direitos no país de destino. Conforme Araújo (2003), a falta de acesso ao mercado de trabalho torna o refugiado uma “presa fácil para integrar alguma forma de sub-cidadania” (p. 43). Para analisar esses pontos, esta pesquisa selecionou seis indicadores de integração de refugiados ao mercado de trabalho de cunhos legais, chamados aqui de “Indicadores Legais”, retirados e adaptados de alguns estudos internacionais. Estes indicadores procuram identificar alguns dos principais direitos e outras medidas institucionais que devem existir para que o refugiado possa iniciar o seu processo de integração ao mercado de trabalho no destino. Embora os seis indicadores selecionados não sejam exaustivos, eles permitem compreender como o país e sua cidade receptora se posicionam em termos de direito ao/do trabalho para a população refugiada. O número do indicador, nome, descrição, referência e resultados seguem no Quadro 7, com a discussão e problematização das informações encontradas na sequência. Todas as seções dos capítulos 4 e 5 seguem esta mesma lógica.

QUADRO 7 - QUADRO DE INDICADORES LEGAIS DE INTEGRAÇÃO AO MERCADO DE TRABALHO DE REFUGIADOS

N.	Indicador	Descrição	Resposta	Referência
1	Acesso ao mercado de trabalho	Os refugiados e seus familiares possuem os mesmos direitos de acesso e mobilidade no mercado de trabalho que os nativos?	Sim. As únicas exceções são cargos previstos na CF/88, artigo 12, §3º e cargos públicos por falta de lei regulamentadora.	Adaptado de Huddleston et al, 2015 e EGRIS, 2018
2	Aprimoramento profissional	Os refugiados possuem igualdade Legal de acesso a cursos técnicos e profissionalizantes que os nativos?	Sim.	Adaptado de Huddleston et al, 2015
3	Suporte para o procedimento da requalificação e reconhecimento das qualificações acadêmicas e profissionais	É permitido o reconhecimento e revalidação das qualificações acadêmicas e profissionais obtidas no exterior? Se sim, o procedimento leva em consideração as necessidades especiais dos beneficiários de proteção internacional? a) Se os documentos do país de origem não estiverem disponíveis, o procedimento aceita documentos alternativos ou métodos de avaliação, como testes ou entrevistas b) O estado fornece assistência financeira ou técnica para concluir o procedimento (ou seja, para adquirir, traduzir documentos ou passar nos exames)	Sim. a) O Brasil reconhece e revalida qualificações obtidas no exterior e leva em consideração as necessidades especiais dos refugiados, aceitando métodos alternativos em caso de documentos faltantes. b) Sim, por meio da lei estadual Nº 16.685/2018 e criação por lei federal da Plataforma Carolina Bori em 2016.	Adaptado de UNHCR, RRCE e EUROSTAT, 2013
4	Direitos trabalhistas	Os refugiados possuem direitos trabalhistas iguais aos dos nativos? (pagamentos, tributações, seguridade social etc.)	Sim, conforme estabelecido pela Lei 13.445/17.	Adaptado de Huddleston et al, 2015 e EGRIS, 2018
5	Suporte e cooperação com parceiros	É previsto apoio (financeiro, material, pessoal etc.) a instituições (ONGs e demais da sociedade civil) que trabalham em prol da integração dos refugiados no mercado de trabalho?	Sim, sobretudo por meio da realização de parcerias para a realização de eventos.	Adaptado de UNHCR, RRCE e EUROSTAT, 2013
6	Liderança do governo	a) O governo publica um plano explícito de ação sobre a integração econômica para refugiados ou imigrantes como um todo? b) As medidas já foram implementadas?	a) Sim, o tema da integração econômica está previsto no eixo VI do 1º Plano Municipal de Políticas para Imigrantes. b) Não, as ações do Plano estavam previstas para se iniciarem em 2021.	Adaptado de Huddleston et al, 2015

Fonte: Fonte: Informações obtidas através da CF/1988, legislações nacionais e publicações acadêmicas.

A valorização do trabalho está repetidamente enfatizada na Constituição Federal do Brasil de 1988 (CF/88) (DELGADO, 2007). Ela destaca o valor do trabalho enquanto fundamento do país (art. 1º, inciso IV); insere o trabalho no rol dos direitos fundamentais (art. 6º, caput), assim como o livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão (art 5º, inciso XII). Em todos os casos, incluem-se os imigrantes e refugiados (DE SOUSA E SILVA *et al*, 2019).

Para além da CF/88, duas leis nacionais fundamentais relacionadas ao trabalho fazem referência direta aos direitos pertencentes a refugiados e outros imigrantes no país. A Lei 9.474, de 1997 (BRASIL, 1997), e a Lei n.º 13.445, de 2017 (BRASIL, 2017a). Referindo-se

especificamente aos refugiados, a principal delas é a Lei 9.474/97, o Estatuto do Refugiado, conhecida também como a Lei do Refúgio, que estabelece, dentre outros elementos, os critérios de reconhecimento do *status* de refugiado no país e criou o CONARE (Comitê Nacional para Refugiados), órgão administrativo ao qual compete o tema e que julga aqueles que serão ou não aceitos no país dentro da categoria de refugiado, dentre outras obrigações⁴³. Em termos dos direitos relacionados ao acesso ao mercado de trabalho, ela dispõe sobre o direito à cédula de identidade comprobatória de sua condição jurídica, assim como carteira de trabalho e documento de viagem (art. 6º). Fundamental é a extensão dos efeitos da condição de refugiado preconizado no art. 2º da referida Lei a parentes do refugiado desde que se encontrem no Brasil. Ressalta-se que antes do refugiado ser oficialmente reconhecido como tal pelo Estado brasileiro, o direito ao trabalho já é preservado ao indivíduo, conforme descrito no artigo 21, § 1º da referida Lei.

Por sua vez, a Lei n.º 13.445/17, a Lei de Migrações⁴⁴, conhecida como a “Nova Lei da Migração”, também faz referência ao direito ao trabalho, porém sem diferenciar o refugiado dos demais grupos de imigrantes. Foi apenas com seu Decreto regulamentador, nº 9.199, de 2017 (BRASIL 2017b), que o termo refugiado foi conceituado no artigo primeiro, inciso VII, como toda pessoa “que tenha recebido proteção especial do Estado brasileiro, conforme previsto na Lei n.º 9.474, de 22 de julho de 1997”. Tratando especificamente de suas disposições sobre o acesso ao mercado de trabalho, a Lei de Migrações traz explicitamente em seus princípios e garantias a igualdade de tratamento entre migrantes, seus familiares e nativos, incluindo ao trabalho, benefícios sociais e seguridade social (art. 3º, inciso IX), respeitando, portanto, a CF/88 (FRIEDRICH *et al*, 2020).

Percebe-se, por meio da legislação nacional, que a resposta para o indicador 1 é “sim”, o refugiado e seus familiares, incluindo os solicitantes de refúgio, possuem os mesmos direitos de acesso ao mercado de trabalho que os nacionais, com exceção para a ocupação de cargos públicos (por falta de lei regulamentadora, exceto cargo em universidades federais) e dos demais previstos no artigo 12, §3º da CF/88 (como de Presidente da República e vice, presidente da Câmara dos Deputados, Presidente do Senado Federal, dentre outros). Em relação aos

⁴³ Sobre a composição do CONARE, ver o apêndice VIII deste trabalho, “Notas sobre a metodologia”. No tocante às suas competências é importante destacar a expedição de Resoluções Normativas com o escopo de regulamentação das questões relacionadas aos refugiados. Ao todo, até o momento de produção desta Tese, existem 13 resoluções em vigor. Para mais detalhes sobre cada resolução, clique [aqui](#).

⁴⁴ Regulamentada pelo Decreto n.º 9.199, de 2017.

direitos trabalhistas (indicador 4), a Lei 13.445/17, em seu artigo 4º, inciso XI, também estabelece condições igualitárias, ao garantir o cumprimento de obrigações legais e contratuais trabalhistas e de aplicação das normas de proteção ao trabalhador sem discriminação de nacionalidade e condição migratória. Portanto, a resposta para o indicador 4 também é “sim”.

Em relação à participação em cursos técnicos e profissionalizantes e direitos a revalidação de diplomas obtidos no exterior, com procedimento facilitado e recebimento de apoio técnico/financeiro (indicadores 2 e 3, respectivamente), os refugiados também se encontram abrangidos pela legislação brasileira. De acordo com a “Cartilha para Refugiados no Brasil” (ACNUR, 2014), todo refugiado pode se matricular em cursos técnicos e profissionalizantes disponibilizados através das instituições governamentais ligadas ao Pronatec ou ao Sistema S (SESI, SESC, SENAC e SENAI), dentre outros, através dos pagamentos das taxas de inscrição e revalidação do diploma de ensino médio por instituição educacional brasileira (CARITAS, 2020). Por sua vez, a legislação nacional permite a validação de diplomas e demais certificados obtidos no exterior pelos refugiados e prevê procedimento facilitado, conforme a Lei n.º 9.474/97 expressa em seus artigos 43 e 44. Esta facilitação é instrumentada em Resolução do Ministério da Educação (MEC) N.º 3/2016, por meio do seu artigo 8º, §3º (MEC, 2016a).

Em relação à letra “b”, se o estado fornecer algum tipo de suporte técnico ou financeiro para o refugiado revalidar seu diploma, a resposta também é “sim”. Em 2018 foi aprovada em âmbito estadual em São Paulo a Lei Nº 16.685 (SÃO PAULO, 2018a) que isenta os refugiados já reconhecidos formalmente e residentes no estado do pagamento de taxas de revalidação de diplomas de graduação, mestrado e doutorado em universidades públicas situadas na capital. A criação da Plataforma Carolina Bori pelo MEC em 2016, um sistema informatizado elaborado para a gestão e controle de processos de revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros no Brasil, também pode influenciar positivamente na revalidação de diplomas dos refugiados que vivem em São Paulo (e em todo o país). Por meio dela, o interessado pode solicitar que o procedimento seja realizado dentro do próprio sistema com a universidade de sua preferência (devendo ser exclusivamente pública, as únicas com o poder discricionário para validar/reconhecer diplomas no país) e deverá seguir as recomendações sugeridas por ela. Mais de 100 universidades brasileiras já estão cadastradas na Plataforma (PORTAL CAROLINA BORI, 2020).

Dois indicadores ainda precisam ser observados, os números 5 (“Suporte e cooperação com parceiros”) e 6 (“Liderança do governo”). É muito importante se ter em mente que a existência de direitos não é por si só suficiente para que os refugiados possam se integrar; é necessário também efetivá-los. Dois passos importantes para que isso ocorra são a criação de políticas e ações que mirem a população alvo e apoiar instituições que lidam com a causa.

De acordo com dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais do IBGE (MUNIC, 2018), São Paulo é um *outlier* positivo no Brasil quando observado o cenário nacional em termos de políticas e iniciativas para a população imigrante, incluindo no conceito os refugiados ou pessoas com visto humanitário. A pesquisa elencou sete aspectos de gestão migratória nos municípios brasileiros para analisar, cujos resultados seguem resumidos no Quadro 8. A partir dele, pode-se observar que São Paulo, com exceção do atendimento multilíngue, está concentrado no 1% de municípios brasileiros que realizam algum tipo de programa ou ação com imigrantes nos demais seis aspectos analisados pela pesquisa.

QUADRO 8 - ANÁLISE DOS ASPECTOS DE INSTRUMENTOS DE GESTÃO MIGRATÓRIA NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E EM SÃO PAULO (2018).

Aspectos (N.)	Análise	São Paulo está incluído? (Sim ou Não)
1 - Mecanismo de cooperação entre município e os demais entes da federação.	Apenas 1,4% dos municípios possuem	Sim.
2 - Relação entre a prefeitura e a associação ou coletivo de imigrantes/pessoas em situação de refúgio ou asilo humanitário.	Em apenas 1,5% dos municípios existe esta relação.	Sim.
3 - Oferta de cursos de português para imigrantes/pessoas em situação de refúgio ou asilo humanitário.	Apenas 0,9% dos municípios ofertam.	Sim.
4 - Atendimento multilíngue nos serviços públicos.	Apenas 0,4% dos municípios brasileiros ofertam.	Não.
5 - Abrigo para acolhimento de imigrantes/pessoas em situação de refúgio ou asilo humanitário.	Apenas 1% dos municípios brasileiros possuem.	Sim.
6 - Centros de Referência e Apoio a imigrantes/pessoas em situação de refúgio ou asilo humanitário.	Apenas 1,1% dos municípios brasileiros possuem.	Sim.
7 - Formação e capacitação continuada interdisciplinar para o atendimento a imigrantes/pessoas em situação de refúgio e asilo humanitário	Apenas 0,8% dos municípios brasileiros realizam.	Sim.

Fonte: Adaptado de MUNIC (2018).

Um primeiro passo fundamental para analisar as ações do município de São Paulo em termos de acesso ao mercado de trabalho é entender que, aos olhos do governo municipal, refugiados e imigrantes pertencem a uma mesma categoria analítica, conforme definido pelo

artigo primeiro da Lei Municipal N.º 16.478/16 (SÃO PAULO, 2016a) e seu Decreto regulamentador N.º 57.533/16 (SÃO PAULO, 2016b). Desta forma, embora seja uma atitude contrária ao que o ACNUR entende como ideal e ao adotado nesta Tese, nas páginas seguintes, quando o texto fizer referência a ações do poder público municipal de São Paulo a imigrantes, deve-se ler também “refugiados”.

A Lei, além de definir o conceito de imigrante e prever outras ações, institui a Política Municipal para a População Imigrante (PMPI), funda o Conselho Municipal de Imigrantes (CMI)⁴⁵ e destaca o CRAI (Centro de Referência e Atendimento para o Imigrante) como um serviço público, sendo a primeira legislação brasileira a instituir diretrizes para a política de imigrantes em âmbito municipal (DA SILVA E TEIXEIRA, 2020). Em relação à PMPI, ela preconiza em seu artigo 7º, inciso III, que algumas de suas atuações prioritárias é promover o direito do imigrante ao trabalho decente, promovendo igualdade em relação aos demais trabalhadores e fomentando o empreendedorismo.

O Decreto regulamentador da Lei, por sua vez, destina a Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo (SDTE) como o órgão público responsável por criar ações e programas para promover e facilitar a entrada do imigrante ao mercado de trabalho, assim como orientá-los sobre direitos trabalhistas e previdenciários, intermediar a relação entre o imigrante e empresas contratantes, sensibilizar empregadores, sindicatos e organizações da sociedade civil sobre a importância de se contratar imigrantes, e firmar parcerias com cursos ofertantes de formação profissional para que facilitem a participação de imigrantes (artigo 16). Alguns dos papéis repassados ao SDTE, conforme os artigos 17 e 18, são fornecer incentivo e apoio técnico a empreendedores imigrantes, dando prioridade a mulheres em situação de violência familiar e doméstica, e promover, junto com a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), campanhas sobre direitos trabalhistas a instituições que prestem assessoria jurídica aos imigrantes, assim como desenvolver ações específicas de inclusão profissional e incentivar o empreendedorismo de imigrantes resgatados de situação de trabalho escravo e tráfico de pessoas, dentre outras competências.

Um serviço público da cidade de São Paulo que tem atuado em algumas dessas frentes é o CRAI. Dentre seus objetivos está a promoção do acesso a direitos e à inclusão econômica da população imigrante, realizando atendimento especializado e multilíngue de forma

⁴⁵ O CMI é mais bem detalhado na seção “Facilitadores”, no capítulo 5.

articulada com outros equipamentos públicos e OSCs. O CRAI tem atuado diretamente para a integração do imigrante/refugiado no mercado formal de trabalho paulistano por meio do mapeamento de demandas de cursos profissionalizantes e vagas de trabalhos para imigrantes; com o contato e articulação com parceiros para a oferta dessas vagas e cursos; encaminhamento dos imigrantes ambos; e com a organização de um plano de ação com a temática do emprego, orientando e informando os imigrantes sobre o mercado de trabalho brasileiro, inclusive através da contratação de um “agente de empregabilidade” (p. 07) (ENAP, 2018).

Além do CRAI, outras iniciativas municipais foram realizadas nos últimos anos em prol de facilitar a integração do imigrante ao mercado de trabalho paulistano. Segundo fala do *stakeholder 5* entrevistado em São Paulo, um importante agente público da capital que possui influência fundamental na elaboração de ações para imigrantes na cidade e compõe o corpo da CPMigTD do município, o Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo (CATE), da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo (SMDET), uma rede de unidades de atendimento aos cidadãos que procuram orientação e oportunidades de emprego, tem desenvolvido um trabalho para promover um campo de atendimento ao imigrante, inclusive com a contratação de pessoas imigrantes, como fez o CATE Central⁴⁶, transformando o lugar em um ponto de referência para as demandas desta população no município. Outra menção feita pelo *stakeholder 5* foi a criação em 2019 do “GP Migra”, um grupo de trabalho com representantes de várias secretarias para se pensar em iniciativas conjuntas para os imigrantes.

De acordo com Da Silva e Teixeira (2020), outras medidas foram realizadas nos últimos anos de forma a tentar cumprir com as iniciativas previstas nos artigos 15 e 16 do Decreto. Em relação ao acesso de imigrantes ao sistema bancário, a SMDHC estabeleceu termos de cooperação com a Caixa Econômica Federal e com o Banco do Brasil de forma a facilitar tanto a abertura de contas quanto a concessão de créditos para o grupo. Em relação à orientação profissional, os CATES são responsáveis por cumprirem com este objetivo, além de prestarem serviços como recolocação profissional, oficinas de orientação ao trabalho, habilitação do seguro-desemprego e emissão de carteira de trabalho (SÃO PAULO, 2019a). Quanto à promoção de encontros para a intermediação de contratação de imigrantes para promover a aproximação entre empresas interessadas e trabalhadores, a Prefeitura promoveu eventos como a “Semana de Trabalho e Renda para Imigrantes”, ação que visava aumentar o acesso da

⁴⁶ Ao todo são 25 unidades espalhadas pelo município, sendo que o Cate Central, como o nome indica, está localizado na região central da cidade.

população ao mercado de trabalho por meio de serviços e orientações gratuitas (SÃO PAULO, 2019a), e três edições do “Feirão do Emprego para o Imigrante e Refugiado” – a última em 2016, no qual empresas foram convidadas para conhecerem melhor a realidade dos estrangeiros na cidade e a ofertaram oportunidades de emprego ao grupo (SÃO PAULO, 2016c).

Além das medidas já mencionadas, o governo municipal tem atuado através de sua Prefeitura e órgãos secretariais realizando parcerias com o ACNUR e OSCs, sobretudo através do apoio para a realização de eventos, workshops e conferências. De acordo com o *stakeholder* 5, o poder público e entidades parceiras estavam atuando mais em ações pontuais e em inserir a população imigrante em políticas já existentes, do que por meio da elaboração de uma política pública específica para eles. Ainda segundo ele, o grande desafio é o cenário macroeconômico brasileiro, que limita a atuação e alcance do poder local, “você cria situações para facilitar o acesso, mas você lida com um cenário de desemprego avassalador”.

O cenário macroeconômico e seus impactos locais é fundamental para a integração dos refugiados no destino, tanto que o modelo de integração aplicado nesta Tese leva em consideração esta questão como uma das principais a serem analisadas⁴⁷. No entanto, a ausência de um plano estruturado pode ampliar um problema já criado pelas dificuldades macroestruturais do país. Sua importância é percebida tanto pelos agentes públicos da cidade quanto pelo ACNUR e OSCs. Todos os *stakeholders* das cinco organizações representadas nesta pesquisa entendem que o município de São Paulo já tenha realizado boas ações em prol desta população por meio da Prefeitura e demais órgãos públicos, no entanto, elas não se mostraram completamente suficientes até o momento, seja para a integração ao mercado de trabalho ou para outros campos de integração.

A grande preocupação com a elaboração de ações voltadas exclusivamente para os imigrantes por parte do Poder Público, ACNUR e OSCs, acabaram resultando no desenvolvimento do “1º Plano Municipal de Políticas para Imigrantes” (2021-2024). Composto por 80 ações intersetoriais, intersecretarias e interseccionais, ele tem como objetivo planejar, implementar, monitorar e avaliar a PMPI de São Paulo. O Plano foi organizado em oito eixos de atuação; como o enfoque desta seção é o mercado de trabalho, maiores detalhes sobre o

⁴⁷ Durante a subseção seguinte - que tratará sobre o que de concreto se sabe em relação à integração dos refugiados sírios na cidade de São Paulo - maiores ponderações serão feitas a este tópico.

Plano serão dados ao “EIXO VI: Promoção do trabalho decente, geração de emprego e renda e qualificação profissional”, cabendo à análise dos demais eixos nas seções posteriores.

O objetivo deste eixo é o “fortalecimento do direito de imigrantes ao trabalho decente por meio da igualdade de tratamento e de oportunidades em relação aos demais trabalhadores, da inclusão da população imigrante no mercado formal de trabalho e do fomento ao empreendedorismo” (p.48). Ao todo, foram pensadas nove ações para que esses objetivos sejam alcançados, assim como indicadores a serem mensurados e acompanhados ao longo dos anos e o estabelecimento de Linhas de Base para corresponderem a cada indicador. A matriz completa contendo as ações, indicadores e metas do EIXO VI seguem no ANEXO I desta Tese: “Eixos, ações e metas previstas pelo 1º Plano Municipal de Políticas para Imigrantes (2021-2024) – Cidade de São Paulo”. Ressalta-se que a execução do Plano para cada eixo será de responsabilidade das secretarias municipais diretamente atuantes nas respectivas áreas e envolverá OSCs, organizações internacionais, ministérios ou secretarias de outras esferas governamentais e seus órgãos, segundo os termos previstos na PMPI (SÃO PAULO, 2020a).

As ações previstas pelo Plano abrangem etapas muito importantes para ampliar o acesso do imigrante ao mercado de trabalho, assim como para assegurar seus direitos trabalhistas. O Quadro 9 apresenta o número das ações do eixo VI, seguido por um resumo de seus propósitos e por breves comentários sobre a importância dessas ações, caso sejam concluídas, para a integração dos imigrantes/refugiados em São Paulo.

QUADRO 9 – AÇÕES E COMENTÁRIOS SOBRE O EIXO VI: PROMOÇÃO DO TRABALHO DECENTE, GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Número da ação	Propósito	Comentários
51, 52 e 53	Melhorar o procedimento de valorização do <i>background</i> educacional/profissional do imigrante/refugiado e de ampliar a sua qualificação profissional na cidade de São Paulo.	Elaborar planos para facilitar o reconhecimento de certificados e diplomas, produzir material sobre o tema, aumentar a oferta de cursos profissionalizantes de maneira gratuita e incentivar a valorização das experiências passadas do grupo com as empresas contratantes, conforme estipulado nessas ações, são elementos que poderão gerar importantes resultados para a integração econômica desta população à cidade.
54, 58 e 59	Regularização de vendedores ambulantes e fomento ao empreendedorismo.	O empreendedorismo é uma alternativa bastante utilizada pelos refugiados para se inserirem no mercado de trabalho formal brasileiro e paulistano, portanto, o fomento a este tipo de atividade é fundamental. Desta forma, facilitar o acesso ao crédito e microcrédito, ampliar e aprimorar os serviços de atendimento e orientação a respeito do empreendedorismo no Brasil, com atendimento multilíngue, e adequar os editais e programas às especificidades da população em questão, conforme previsto nas ações, são primordiais para garantir a inclusão dessas pessoas no ramo de empreendimentos da cidade. Da mesma forma, a

		preocupação com vendedores ambulantes e sua regularização também é elogiável, uma vez que esta é uma realidade muito presente para os refugiados que se encontram fora do mercado formal de trabalho no país.
55 e 56	Ampliação da divulgação dos direitos dos imigrantes e canais de denúncia e assessoria jurídica.	Não menos importante do que ampliar oportunidades é também divulgar os direitos que os imigrantes possuem no destino. Tais medidas se tornam essenciais, uma vez que o conhecimento de direitos reduz o grau de vulnerabilidade desta população, podendo evitar situações exploratórias de diversas naturezas. Desta forma, a ação 55 tem papel importante ao promover campanhas de conscientização tanto para a população alvo quanto para todos os setores da sociedade em relação aos direitos dos imigrantes que vivem na cidade. Também ligada a esta questão está a possibilidade de acesso à justiça, e nesse sentido, a ação 56 terá importante papel ao prever a ampliação dos canais de denúncia e assessoria jurídica continuada para casos de violação dos direitos trabalhistas.
57	Inclusão de membro titular e suplente do CMI no COMTRAE (Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Escravo).	Prever a presença de membro titular e suplente do CMI no COMTRAE (Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Escravo) é um importante passo no sentido de aumentar a representatividade da população imigrante em um campo que afeta de maneira significativa esta população. Segundo expôs o Stakeholder 5, “(...) Em geral, as situações de violação do trabalho decente, casos de trabalhadores escravos, acontece, sobretudo, com a população imigrante, porque a migração é explorada através da vulnerabilidade dessas pessoas, com a violação de direitos”. Assim, incluir um representante titular e um suplente do CMI ao COMTRAE é dar lugar de fala a quem o pertence.

Fonte: Elaboração do próprio autor, baseado em informações do 1º Plano Municipal de Políticas para Imigrantes (SÃO PAULO, 2020a).

Portanto, em relação aos indicadores Legais 5 e 6, “Suporte e cooperação com parceiros” e “Liderança do governo”, respectivamente, as respostas podem ser compreendidas como “sim” (indicador 5) e “sim” para a letra “a” e “não” para a letra “b” (indicador 6). O Poder Público municipal tem realizado importantes parcerias com as OSCs e ações e políticas para incluir a população refugiada ou imigrante no mercado de trabalho local, assim como elaborou o primeiro plano de ações voltado especificamente para a população imigrante/refugiada no Brasil, porém, ainda recente e que carece de investigação sobre seu andamento.

Resumidamente, até o momento é possível notar que, em termos de integração Legal, existem duas questões principais. A primeira é que o acesso ao mercado de trabalho e os direitos trabalhistas dos refugiados e imigrantes de uma forma geral são bastante amplos. Neste sentido, caso seja identificado que os refugiados não estão se integrando, este não é um problema de restrições na Lei. O segundo ponto se refere ao fato de que a cidade de São Paulo tem trabalhado de diversas maneiras para tentar efetivar o acesso dos imigrantes ao mercado de trabalho na cidade, realizando ações conjuntas em parceria com entidades internacionais, sobretudo o ACNUR, sociedade civil e o setor privado (em menor escala). No entanto, não existia, até o

início de 2021, nenhum Plano de Ação estruturado ainda em vigor na cidade, apenas a PMPI como uma política genérica e ações pontuais.

Diante deste cenário político e Legal, qual o seu impacto sobre a população refugiada da cidade, em especial sobre os refugiados sírios? De que forma o balanço entre a ausência de um planejamento específico para este grupo e a inclusão dele em programas já existentes têm afetado a integração dessas pessoas no mercado de trabalho paulistano? A subseção seguinte apresenta o que existe de dados a esse respeito, assim como os resultados encontrados nos trabalhos de campo realizados nesta pesquisa.

4.1.1 O que os dados dizem até o momento?

Não existe no Brasil nenhuma base de dados, pesquisa ou projeto que proporcione ao governo ou academia um quadro perfeito da situação dos refugiados como um todo e em especial a dos sírios no país ou em São Paulo. O que existe são fragmentos maiores ou menores da realidade dessas pessoas de acordo com o tamanho e alcance da pesquisa realizada. Assim, esta subseção se preocupou em apresentar alguns dos resultados dessas pesquisas realizadas nos últimos cinco anos, com ênfase na situação dos sírios em São Paulo, assim como os resultados coletados em campo nesta Tese e encontrados em algumas bases de dados oficiais. Esta é a lógica aplicada para todas as demais seções deste e do próximo capítulo.

Para a análise da integração ao mercado de trabalho dos refugiados sírios, foram selecionados 11 indicadores da literatura internacional (Quadro 10).

QUADRO 10 - QUADRO DE INDICADORES OBJETIVOS E SUBJETIVOS DE INTEGRAÇÃO AO MERCADO DE TRABALHO DE REFUGIADOS SÍRIOS NA CIDADE DE SÃO PAULO

N.	Indicador	Descrição	Resultados	Comentários	Referência
7	Proporção de refugiados que revalidaram e/ou reconheceram diplomas e qualificações profissionais	Qual a proporção de refugiados que revalidaram e/ou reconheceram diplomas e qualificações profissionais?	14,29%.	Apenas 21 dos 31 respondentes possuíam algum documento para revalidar/reconhecer. Destes, apenas 3 conseguiram validá-los.	Adaptado de CASTLES et al, 2002; UNHCR, RRCE; EUROSTAT, 2013 e EGRIS, 2018.
8	Tempo médio para a revalidação e/ou reconhecimento do diploma após pedido	Qual o tempo médio para a revalidação e/ou reconhecimento do diploma após o pedido?	1 ano e 3 meses	Graças à Resolução Nº 3/16 e a Portaria Normativa Nº 22/16 do MEC, o máximo de tempo atual de espera é de 180 dias.	Próprio autor.

9	Tempo médio para conseguir emprego após o protocolo de solicitação de refúgio	Qual o tempo médio gasto pelo refugiado para conseguir emprego formal após o protocolo de refúgio ter sido concedido? Obs: Emprego formal se refere a pessoas com carteiras assinadas, profissionais liberais e empregadores.	9 meses e 25 dias	Apenas 10 dos 31 respondentes já conseguiram emprego formal em algum momento desde que chegaram ao Brasil. Dos 10 em empregos formais, 4 possuem carteira assinada e 6 CNPJ.	Adaptado de Ager e Strang (2004).
10	Proporção de refugiados em empregos informais	Qual a proporção de refugiados em empregos informais? (trabalhadores sem emprego formal).	67,74%	21 dos 31 respondentes estão atualmente em empregos informais.	Adaptado de EGRIS, 2018.
11	Proporção de refugiados em ocupações subqualificadas	Qual a proporção de refugiados em trabalhos subqualificados (refugiados que possuem qualificação profissional e universitária e estão insatisfeitos em relação a sua qualificação e o emprego que exercem)?	61,54%	São 14 os amostrados com pelo menos ensino superior, mas apenas 13 responderam.	Adaptado de AGER and STRANG, 2004; ENTZINGER and BIEZEVELD, 2003 e EGRIS, 2018.
12	Proporção de refugiados desocupados	Qual a proporção de refugiados desocupados? (Apenas para quem não exerce nenhuma atividade remunerada até o momento da pesquisa e estava a procura de emprego no momento da pesquisa)	0%	Dos 32 respondentes, apenas 1 não está ocupado, porém não está procurando emprego e por isso não entra no cálculo.	Adaptado de EGRIS, 2018.
13	Diferenças entre o nível de renda entre refugiados sírios e não-refugiados para um mesmo emprego	Qual a diferença média no nível de renda de refugiados sírios e não-refugiados para um mesmo emprego?	-	Indicador não calculado	Adaptado de AGER e STRANG, 2004.
14	Média de horas trabalhadas por dia.	Qual a média de horas trabalhadas por dia pelos refugiados em empregos formais em sua principal atividade remunerada? Obs: Importante salientar que essa hora máxima deve excluir horas extras voluntárias.	8 horas e 51 minutos	Foram apenas 18 respondentes porque os demais 13 que trabalham não conseguiram definir um horário fixo de trabalho por dia nem por semana.	Adaptado de EGRIS, 2018.
15	Satisfação com a própria ocupação (média)	Qual o nível de satisfação do refugiado com a própria ocupação?	3,70	-	Adaptado de CASTLES et al, 2002; UNHCR, RRCE; EUROSTAT, 2013 e EGRIS, 2018.
15a	Ambiente de trabalho	se os colegas o tratam com respeito, se o ambiente é amigável, se o patrão (quando for o caso) é respeitoso etc.	4,41	Com poucas exceções, o ambiente de trabalho, foi visto como muito satisfatório, sobretudo pela forma receptiva com que são tratados pelos brasileiros.	-

15b	Satisfação com a relação qualificação/trabalho	se o refugiado está satisfeito com o próprio emprego em relação à sua qualificação profissional	3,74	Mais satisfatório do que insatisfatório, com diferenças entre aqueles que possuem ensino superior (maior insatisfação) e aqueles sem ensino superior (maior satisfação).	-
15c	Salário atende as necessidades básicas	se salário atende as necessidades básicas (custos com habitação, alimentação e transporte)	2,96	A grande maioria não consegue poupar dinheiro e os salários mal são suficientes para o gasto basal dos indivíduos e famílias.	-
16	Satisfação com o procedimento de validação e reconhecimento de diplomas e outros certificados	Qual o nível de satisfação do refugiado com o procedimento de reconhecimento e validação de diplomas e outros certificados?	-	A pergunta não foi bem compreendida pelos respondentes.	Adaptado de UNHCR, RRCE e EUROSTAT, 2013.

Fonte: Dados do *survey*.

A importância de se reconhecer o diploma obtido no exterior é fundamental para que o refugiado possa acessar o mercado de trabalho brasileiro em concordância com sua qualificação profissional (ACNUR e CSVN, 2019a; 2019b). Dos 21 entrevistados que possuíam algum tipo de documento educacional ou profissional para ser revalidado no Brasil, apenas 3 conseguiram o reconhecimento, outros 3 tiveram seu resultado negado e 15 sequer tentaram entrar com o pedido. Calejari (2017) também encontrou baixa frequência de validação. Analisando o caso daqueles com diploma de ensino superior, apenas 6,5% (5/76) conseguiram validá-lo. Esta ausência é uma realidade aparente não apenas para os refugiados sírios, mas para a categoria como um todo no Brasil. Conforme se observa em ACNUR e CSVN (2019a), no cenário nacional, dos 166 refugiados amostrados na pesquisa que possuíam algum diploma ou certificado para validar, apenas 14 (8,4%) o haviam conseguido.

Existem vários motivos que ajudam a explicar o porquê de tão poucos diplomas reconhecidos/validados e tantas poucas tentativas por parte deste grupo no Brasil e São Paulo. O primeiro deles é referente ao processo complexo e burocrático. Devido à autonomia das universidades públicas em termos do que exigir como parte da avaliação, isto pode gerar recusas por questões discricionárias (FORTUNATO, 2019; DA SILVA e TEIXEIRA, 2020). Além disso, alguns cursos realizados no exterior não existem no Brasil e podem tornar o processo de reconhecimento ainda mais subjetivo e complexo. Outro empecilho é referente à duração do procedimento. Até 2016 não havia prazos para sua definição, podendo resultar em muitos anos

de espera até o resultado ser divulgado (PORTAL CAROLINA BORI, 2020) ⁴⁸ . Consequentemente, a demora pode acarretar desistências e desestimular os refugiados a darem entrada no procedimento. Esta realidade mudou apenas com a Resolução Nº 3/2016 (MEC, 2016a) e Portaria Normativa Nº 22/2016 (MEC, 2016b), as quais passaram a estipular prazo máximo de 180 dias a partir da data do protocolo de entrada ou registro eletrônico equivalente na universidade pública responsável pelo processo.

A necessidade de bom conhecimento em português também é grande desafio para a obtenção da revalidação de diplomas para esta população no país (ACNUR e CSVN, 2019a), uma vez que as provas e exames exigidos, quando for o caso, deverão ser ministrados em português (Resolução Nº 3/16). O conhecimento do idioma por parte dos refugiados, no entanto, muitas vezes é limitado, mesmo para aqueles que já se encontram há muitos anos no Brasil. Ou, quando é relativamente bom, o português falado e escrito é mais próximo do informal, um “português de rua”, aprendido com base na convivência com brasileiros, sendo insuficiente para a realização de tarefas que exigem domínio estruturado da língua. Esta deficiência é decorrente em boa medida da falta de participação dessa população em cursos formais de português no país, ponto que será mais bem analisado na seção “Facilitadores”, do capítulo 5.

Outro elemento que dificulta a validação/reconhecimento de diplomas é o custo dos procedimentos (ACNUR e CSVN, 2019a). O processo de obtenção da documentação necessária para a validação pode ser caro, assim como os custos com deslocamento para as universidades. Como o procedimento varia de instituição para instituição – inclusive em termos de valores e isenções de taxas - alguns possuem preferência por determinadas instituições, resultando em deslocamentos que podem ser interestaduais. A Universidade Federal do Paraná (UFPR), por exemplo, é uma das mais requisitadas pelos refugiados segundo Calegari (2017), embora o motivo pelo qual a escolhem não tenha sido explicitado no trabalho.

Outros dois pontos importantes devem ser mencionados como barreiras para a validação/reconhecimento de diplomas no Brasil: 1) o desconhecimento por parte dos refugiados em relação aos procedimentos necessários (CALEGARI, 2017; ACNUR e CSVN, 2019a) e 2) falta tempo para se preocuparem com a questão. A informação sobre o que é preciso,

⁴⁸ De acordo com os três únicos refugiados entrevistados nesta Tese que obtiveram sucesso no procedimento, sua duração foi de aproximadamente um ano e três meses, com os valores individuais de dois anos, um ano, e nove meses

para onde ir e como fazer muitas vezes é desconhecida pelos refugiados. Por sua vez, as horas despendidas no trabalho e preocupações variadas com a vida afastam os refugiados da burocracia do procedimento, conforme ficou claro durante algumas entrevistas.

Procedimentos recentes foram realizados em âmbito nacional e estadual para facilitar a validação de documentos obtidos no exterior, como a Resolução Nº 3/2016, Portaria Normativa Nº 22/2016 e a criação da Plataforma Carolina Bori, todas do MEC, e a Lei Nº 16.685, isentando das taxas os refugiados que residem em São Paulo que tentarem validar seus diplomas em universidades públicas do estado. Por sua vez, a nível do município de São Paulo, a ONG Compassiva, em parceria com o ACNUR, tem realizado importante trabalho de mediar a relação entre refugiados e universidades. Ela não apenas auxilia nas informações, como recolhe os documentos necessários e envia para as universidades, além de ajudar no pagamento das taxas caso existam recursos disponíveis. A partir dessas iniciativas recentes, espera-se que os resultados em termos de validação de diplomas sejam melhores para os refugiados que estão chegando ao país a partir de 2017. Problemas relacionados a documentação, recursos, tempo de espera etc., motivos pelos quais os refugiados sequer tentaram o procedimento ou pelos quais o pedido foi negado, devem se tornar a cada ano empecilhos menores.

Também foi perguntado aos refugiados quanto tempo foi necessário esperar para que conseguissem o primeiro emprego formal no Brasil desde a obtenção do protocolo de solicitante de refúgio no país, considerando-se formal atividade registrada na carteira de trabalho, empregadores e profissionais liberais⁴⁹. Uma vez que o solicitante de refúgio tem direito à obtenção da carteira de trabalho provisória, optou-se por utilizar como critério o período ainda enquanto solicitante. Dos 31 respondentes, apenas dez (32,2%) já conseguiram emprego formal de acordo com os critérios desta pesquisa, e o tempo médio para que isso ocorresse foi de aproximadamente nove meses e vinte e cinco dias. Os demais vinte e um respondentes sequer conseguiram alguma vez desde que chegaram ao Brasil um emprego formal, ou seja, mais de dois terços (67,74%) se encontram na informalidade⁵⁰. Durante as entrevistas, boa parte deles disse viverem de contratos temporários sem registro ou apenas por meio de acordos verbais,

⁴⁹ A discussão sobre a dicotomia formal/informal é complexa e segue de certa forma indefinida na literatura sobre mercado de trabalho (MACHADO *et al*, 2008; LIMA e COSTA, 2015). Para esta pesquisa, adotou-se a categorização de emprego formal conforme consta em Machado *et al* (2008), que são aqueles trabalhadores empregados com carteira assinada, funcionários públicos e militares, empregadores e profissionais liberais.

⁵⁰ Os demais estudos analisados nesta Tese, como ACNUR e CSVN (2019a; 2019b) e Calegari (2017) não identificaram se as ocupações dos refugiados amostrados são no mercado formal ou informal. Ainda assim, a taxa de ocupados é relativamente baixa, sendo de 63% no primeiro estudo e 53% no segundo.

sendo comum escutarem sobre promessas de assinatura da carteira, mas isto de fato nunca acontecer, sobretudo quando o patrão é de origem árabe.

Em termos de ocupações, os refugiados sírios entrevistados nesta Tese apresentam maior diversidade de atividades na origem do que no destino, assim como atividades mais qualificadas na Síria e mais relacionadas à alimentação em São Paulo. Tal variedade é reflexo, em partes, da dificuldade de se conseguir empregos que exigem a validação dos diplomas. “Em partes” porque a validação do diploma não significa que necessariamente o refugiado conseguirá emprego na área, como ocorre, inclusive, com milhares de brasileiros. Dentre os refugiados entrevistados com ensino superior completo, um contador conseguiu validar o seu diploma e atualmente seu trabalho é de manobrista e operador de caixa de estacionamento, um trabalho informal e que lhe rende um salário-mínimo por mês.

Uma saída bastante escolhida pelos refugiados sírios é o ramo alimentício, conforme esta pesquisa, Calegari (2017) e ACNUR e CSVN (2019a) identificaram. Além da dificuldade em atuarem em áreas compatíveis com o próprio nível educacional e o pouco domínio do português, a facilidade em termos de acesso e o sucesso da comida árabe em São Paulo tornam este tipo de serviço alternativas viáveis para esta população. A facilidade de acesso é decorrente, sobretudo, dos sírios e libaneses, de primeira ou segunda geração, que são donos de restaurantes de comida árabe em São Paulo ou conhecem pessoas da área. Ainda que a maior parte dos refugiados venha ao Brasil sem conhecidos, a indicação das mesquitas pelas autoridades brasileiras como local de apoio coloca parte dessa população em contato com as gerações de imigrantes anteriores logo após chegarem ao país. Estes oferecem empregos para que os recém-chegados iniciem uma nova vida, com parte deles continuando na “cozinha” por muitos anos e transformando o ramo em plano de vida: trabalham como cozinheiros, ajudantes ou faxineiros, ou mesmo como ambulantes em feiras alimentícias, e juntam dinheiro para abrirem o próprio restaurante ou lanchonete, inclusive contratando refugiados recém-chegados ao Brasil e alimentando a cadeia econômica entre os próprios árabes e sírios. Esses elementos ajudam a justificar o porquê de 60% dos entrevistados nesta pesquisa trabalharem diretamente com comida em São Paulo (os seis empreendedores identificados neste trabalho são donos ou de restaurante ou lanchonete de comida árabe).

Os elementos mencionados anteriormente, como a dificuldade em validar/reconhecer diplomas e o pouco domínio de uma maneira geral do português estruturado por parte dos refugiados, somado ao momento socioeconômico instável que o país atravessa já há alguns

anos, são alguns dos motivos pelos quais quase 70% dos refugiados se encontram na informalidade e 61,54% dos entrevistados estão exercendo atividades consideradas subqualificadas⁵¹. Esta relação de insatisfação entre emprego/qualificação é justificada tanto pela falta de aplicação dos conhecimentos adquiridos na universidade (ou nos cursos profissionalizantes) no dia a dia do trabalho quanto pelo baixo salário/qualidade de vida no Brasil em relação ao que sua profissão ou cargo ocupado oferecia na Síria. Dois trechos a seguir ilustram alguns dos sentimentos dos refugiados quando perguntados sobre o que mais sentiam falta na Síria, sendo o trabalho e, implicitamente o que ele proporcionava, um dos motivos⁵².

(...) Antes da guerra, claro, minha vida, minha família, meus trabalhos, meus apartamentos, claro. [1] E você se considera feliz vivendo no Brasil? [2] Mais ou menos, não é muito. A vida aqui é muito difícil, muito complicado, então... eu ainda também não tenho nada, sabe? Lá eu tenho tudo, aqui eu não tenho nada. Lá eu ainda tenho meu apartamento, meu escritório de engenharia, minhas lojas... tenho tudo. Aqui não tenho nada. Não é fácil (...) [1] E se você pudesse mudar algo hoje na sua vida, o que seria? [2] Olha... eu gostaria de voltar a trabalhar como engenheiro. Eu estudei cinco anos não pra trabalhar como cozinheiro. Só isso. Mas... acho difícil por causa do diploma (HABIB, 47 anos)⁵³.

Muito. Trabalho bom, com família, com amigos... eu lá, outro vida. Eu lá tenho duas casas, duas carro, tem terra... La todos anos faz duas, três viagem, entendeu? Agora não faz viagem nada... (...) [1] E se você pudesse mudar algo hoje na sua vida, o que seria? [2] Olha, primeiro vida aqui é arrumar trabalho pra mim, dono do trabalho. Só de você ter seu emprego, um lugar no trabalho, sua vida, vida do família muda... (NAIM, 40 anos).

Embora começar a trabalhar no Brasil possa ter sido um processo relativamente fácil para alguns refugiados (ainda que em atividades informais), para outros a realidade foi distinta. A existência de uma importante comunidade sírio-libanesa em São Paulo e o fato deles ajudarem refugiados a encontrar emprego não significa que todos tenham sido contemplados, ou mesmo que a iniciativa ocorresse de maneira altruísta. A relação entre árabes, independentemente da origem, parece ser dicotômica: ao mesmo tempo em que relatos de ajuda foram identificados, outros em relação a sua completa ausência, abusos nas horas trabalhadas, falta de pagamentos conforme combinado, ausência de carteira de trabalho assinada e

⁵¹ Nesta Tese, atividades subqualificadas significam que o refugiado possui um diploma de curso superior ou técnico e se mostra insatisfeito com a relação qualificação/atividade que exerce.

⁵² Alguns trechos de entrevistas em Calegari (2017) e Fortunato (2019) também corroboram os resultados apresentados nesta pesquisa.

⁵³ Todas as entrevistas que indicarem um diálogo entre entrevistador e entrevistado conterão [1] e [2], sendo o primeiro para indicar fala do entrevistador e o segundo fala do entrevistado.

tratamento diferenciado entre brasileiros e sírios foram comuns durante a realização das entrevistas. Naim, um dos refugiados entrevistados em campo, usa o termo “no árabe com árabe” para expressar a relação entre eles, uma ideia por vezes repetida entre os refugiados e de cunho negativo, que conta com experiências inclusive anteriores à chegada ao Brasil. Essa é uma relação que será mais explorada na seção “Contato Social”, no capítulo seguinte.

Importante ressaltar que as explorações dos refugiados sírios no trabalho não ocorrem apenas pelas mãos de pessoas de sua origem ou região no Brasil. *Stakeholders* e os próprios refugiados mencionam exemplos de exploração até mesmo pelos próprios brasileiros, tornando esta uma questão endêmica, e não de nacionalidade. No entanto, embora existam casos de exploração de mão-de-obra, a visão geral em termos de “boa vontade” do mercado, no sentido de empregar os refugiados sírios e lhes pagar salários adequados, ou pelo menos em equivalência com os brasileiros, é positiva. De acordo com os *stakeholders*, parte dessa disposição em contratá-los parte de um sentimento de comoção, sobretudo no caso dos sírios. O trecho a seguir reflete um pensamento comum por parte dos *stakeholders*.

Cara, assim, eu acho que existe alguma moção, mas eu acho que... porque a pauta é meio “gourmetizada”, a galera fica com dó, pensando “nó, refugiado sírio que foge da guerra, tal”, então assim... existe uma resposta positiva até, existe uma vontade das pessoas contratarem, mas a gente está falando de um perfil muito restrito de pessoas. Se a gente fala migrantes no geral, aí o tratamento é bem diferente, as pessoas veem neles mais uma oportunidade de lhes negar direitos trabalhistas, então, ao invés de incluir na sociedade... então acho que as coisas variam de acordo com o grupo que a gente está estudando. Então, quando a gente fala de refugiados, sim, existe um interesse em empregar essas pessoas, até porque eles são estigmatizados num sentido até que positivo pela sociedade. Claro, alguns casos só (*STAKEHOLDER 2*, do Promigra).

O tempo gasto trabalhando é outro motivo de grande preocupação e desgaste físico e emocional por parte dos refugiados, que implica, inclusive, em outros campos da integração, como a dificuldade em dar seguimento aos estudos e mesmo em termos de socialização. A preocupação com o alto custo de vida em São Paulo, a necessidade de sustentar a família, a tentativa de aproximar o padrão de vida da Síria e alguns claros casos de exploração do trabalhador, são alguns elementos que fazem do refugiado sírio alguém muito dedicado e voltado quase exclusivamente ao trabalho. Não surpreendentemente, algumas falas a respeito do que gostariam de mudar em sua vida possuem relação com ele, como exemplificado por um trecho da conversa com Youssef.

[1] E se você pudesse mudar algo hoje na sua vida, o que seria? [2] Cansado, cansado muito... Na minha vez (*referência ao tempo na Síria*), não tem aluguel na sua casa, na sua loja, por isso você não tá pensando muito. Comprar, vendeu. Aqui, aluguel sua casa, sua loja, muito, muito difícil... cansar muito. Meu irmão não viu filho dele. Acho que cinco dias agora ele não vê o filho dele. Quando ele entrou, o filho dele dormir. Quando ele saiu, o filho dele dormir. Ele viu só domingo. Domingo eu e ele muito cansado, metade do dia é dormir (YOUSSEF, 32 anos).

Quando perguntados sobre o tempo médio despendido no trabalho por dia (indicador 14), apenas 18 respondentes conseguiram definir um horário, com média de 08 horas e 51 minutos. O restante encontrou dificuldades em determinar quanto tempo passava trabalhando, sejam os empreendedores, que trabalhavam por demanda, com alguns estabelecimentos funcionando de segunda à sábado por mais de 12 horas diárias, seja por conta do tipo de ocupação, como os motoristas de aplicativo, por exemplo, que fazem o próprio cronograma.

Comparar os rendimentos entre refugiados e nativos para uma mesma ocupação (conforme objetivo do indicador 13) é um desafio em decorrência da pequena amostra disponível em relação aos refugiados na única base de dados em que se pode identificar esta população no mercado de trabalho formal paulistano e brasileiro, que é a RAIS/CTPS. Mesmo assim, não é possível distinguir entre solicitantes de refúgio e refugiados já reconhecidos. Ao todo, a base RAIS/CTPS identificou apenas 52 refugiados/solicitantes de refúgio sírios no mercado de trabalho formal paulistano para o ano de 2018, sendo 42 homens e apenas 10 mulheres, divididos entre 38 profissões. Das 38 profissões dos refugiados/solicitantes de refúgio sírios da base, a que conta com o maior número de trabalhadores é a de auxiliar nos serviços de alimentação, com um total de apenas cinco pessoas. Como a RAIS/CTPS possui apenas dados referentes a imigrantes e refugiados/solicitantes de refúgio, seria necessário trabalhar com os microdados da RAIS para o ano de 2018 se o intuito é encontrar os valores para os nacionais, a fim de comparar ambas as populações; trabalho este demasiado grande para resultados tão pouco significativos. Portanto, decidiu-se por não aprofundar nos dados do indicador 13. A Tabela 5 apresenta os dados da RAIS/CTPS⁵⁴ com as principais características demográficas da amostra e sua remuneração média nominal do ano.

⁵⁴ Para detalhes sobre a base e variáveis utilizadas, ler o Apêndice V.

TABELA 5 - CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS, ANO DE CHEGADA E RENDIMENTO DE REFUGIADOS/SOLICITANTES DE REFÚGIO SÍRIOS NA RAIS/CTPS, CIDADE DE SÃO PAULO (2018)

Sexo	N	%	Remuneração nominal (média)	Min	Máx
Masculino	42	80,77	R\$ 2.029,13	R\$ 775,12	R\$ 6.830,10
Feminino	10	19,23	R\$ 2.308,23	R\$ 977,33	R\$ 3.710,66
Total	52	100,00	R\$ 2.082,80	-	-
Idade (em intervalos)					
17-24	12	23,08	R\$ 1.238,03	R\$ 890,40	R\$ 2.078,83
25-39	30	57,69	R\$ 2.498,40	R\$ 1.310,92	R\$ 6.830,10
40-64	10	19,23	R\$ 1.701,43	R\$ 775,12	R\$ 2.762,69
65+	0	0,00	-	-	-
Total	52	100,00	R\$ 2.082,80	-	-
Status Civil					
Casado	11	21,15	R\$ 1.844,36	R\$ 775,12	R\$ 2.762,69
Solteiro	40	76,92	R\$ 2.137,12	R\$ 890,40	R\$ 6.830,10
NA	1	1,92	R\$ 2.533,15	R\$ 2.533,15	R\$ 2.533,15
Total	52	100,00	R\$ 2.082,80	-	-
Nível Educacional					
Fundamental Incompleto	1	1,92	R\$ 1.743,38	R\$ 1.743,38	R\$ 1.743,38
Fundamental Completo	6	11,54	R\$ 2.307,60	R\$ 1.323,45	R\$ 2.762,69
Médio Incompleto	4	7,69	R\$ 1.809,10	R\$ 890,40	R\$ 3.668,89
Médio Completo	26	50,00	R\$ 1.863,18	R\$ 775,12	R\$ 3.710,66
Superior Incompleto	5	9,62	R\$ 1.899,73	R\$ 840,51	R\$ 4.358,36
Superior Completo	10	19,23	R\$ 2.753,90	R\$ 1.130,59	R\$ 6.830,10
Total	52	100,00	R\$ 2.082,80	-	-
Raça/Cor					
Branco	36	69,23	R\$ 1.990,63	R\$ 775,12	R\$ 6.830,10
Pardo	10	19,23	R\$ 1.938,90	R\$ 1.130,59	R\$ 3.594,87
Preto	1	1,92	R\$ 3.138,34	R\$ 3.138,34	R\$ 3.138,34
NA	5	9,62	R\$ 2.823,19	R\$ 1.588,38	R\$ 3.710,66
Total	52	100,00	R\$ 2.082,80	-	-

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da RAIS/CTPS.

A média dos rendimentos mensais dos refugiados é de pouco mais de dois salários-mínimos para o ano de 2018 (R\$ 937,00); mulheres têm média salarial maior que os homens; pessoas entre 25-39 anos recebem mais em relação aos mais jovens e mais velhos; solteiros recebem mais do que os casados; pessoas com ensino superior ganham mais do que as demais escolaridades, com ensino médio completo não aparentando ser um diferencial; que praticamente não há distinção por raça/cor entre “pardos” e “brancos” (como se tem apenas um “preto” na base, perde-se o sentido de compará-lo); e o tempo no destino parece ter alguma influência positiva, no sentido de quanto mais tempo se passa, maior o salário, sobretudo quando observado a partir de 2014, período de maior influxo de refugiados sírios ao país.

Segundo fala dos *stakeholders*, fatores sociodemográficos que influenciam positivamente na integração econômica e na sociedade como um todo do refugiado sírio é a sua própria origem, isto é, ser sírio, além do nível educacional, ser homem, solteiro, possuir entre

30-35 anos de idade e ser branco. Esses fatores combinados são as “condições ótimas” para sua integração. Há um consenso dentre os *stakeholders* de que os refugiados sírios, no geral, são privilegiados por sua condição em relação a outros grupos, tanto porque são majoritariamente brancos, quanto porque vieram de um conflito que comoveu o mundo e, portanto, criou um sentimento de solidariedade na população local. Ser homem, solteiro, jovem e altamente educado são elementos a mais para facilitar sua integração, seja no mercado de trabalho, seja em outros campos. Isto não significa, e este ponto é importante de se frisar, que sua situação no Brasil seja por isso fácil e tranquila, muito pelo contrário, os dados e relatos dos refugiados e *stakeholders* indicam que entrar no mercado formal de trabalho brasileiro, sobretudo para empregos qualificados, é um grande desafio para os refugiados enquanto categoria. As características mencionadas são elementos potenciadores, mas não garantidores da integração.

A integração ao mercado de trabalho não é apenas compreendida a partir das ocupações, tempo de trabalho e remunerações, mas deve-se levar em conta também suas subjetividades: o refugiado está se sentindo bem tratado ou pelo menos não sendo discriminado por questões étnicas, religiosas e culturais por colegas de profissão, patrão ou clientes? Ou quão satisfeito ele se encontra em termos do emprego que exerce e em relação ao salário recebido? Não existem estudos no Brasil que busquem captar este tipo de sentimento, portanto, os dados coletados nesta Tese, através do indicador 15, são os primeiros desta natureza. O Quadro 11 resume os valores encontrados para este indicador, os quais foram calculados a partir da escala Likert de satisfação de níveis 1 a 5, em que 1 indica “muito insatisfeito” e 5 “muito satisfeito”.

QUADRO 11 - NÍVEL DE SATISFAÇÃO COM O PRÓPRIO EMPREGO

N. Indicador	Indicador	Valor
15	Satisfação com o próprio emprego (média)	3,70
15a	Ambiente de trabalho (n = 27)	4,41
15b	Satisfação com a relação qualificação/trabalho (n = 27)	3,74
15c	Salário atende as necessidades básicas (n = 28)	2,96

Fonte: dados do *survey*.

Alguns resultados interessantes podem ser observados a partir desses valores. Em relação ao ambiente de trabalho, os refugiados se mostram, na média, bastante satisfeitos. A maior parte elogiou muito o bom tratamento recebido pelos brasileiros, tanto quando estes são patrões, colegas de trabalho ou clientes. A boa avaliação em relação ao ambiente de trabalho reflete a excelente relação que os refugiados sírios e brasileiros possuem no geral, em qualquer esfera. Nas demais seções desta Tese será mostrado como o papel do brasileiro, enquanto alguém amigável e solidário aos olhos desses refugiados, é fundamental para a integração

sociocultural deste grupo ao país, ainda que inúmeras divergências culturais e sociais entre origem e destino tenham sido salientadas durante as entrevistas.

Apesar da avaliação muito positiva, nem todos os refugiados compartilharam a mesma opinião. Algumas exceções em termos de tratamento foram mencionadas, como é o caso de Omar:

[1] Por que nota 2? [2] Você é gringo, você é gringo.... Até se eles não falam com você, você não é brasileiro. Depois que você vai embora “não é brasileiro, não é brasileiro...”, você é gringo. Antes tava racista, mas agora não tem nada, já sabe. As vezes meus amigos falam “homem bomba”, fala palavra ruim, “você é muçulmano”, “você homem bomba”, tem muitas palavras eu já escutei. Tem um amigo que sempre me chama de gringo, eu falo “meu nome é Omar”, ele, “não, você é gringo”, então tá bom (OMAR, 37 anos).

“Homem bomba” e “terrorista” são as expressões mais comuns escutadas pelos refugiados quando perguntados se haviam sofrido algum tipo de discriminação no país. O preconceito sofrido no ambiente de trabalho reflete o preconceito em outras esferas da vida, uma vez que este tipo de ofensa, ou “brincadeira”, como alguns refugiados a referenciam, já ocorreram também nas ruas, escolas, com autoridades, nos transportes públicos etc. Embora a maioria dos refugiados tenham mencionado nunca terem sofrido qualquer tipo de preconceito, será mostrado na seção “Contato Social” que a parcela relatando o oposto não é desprezível.

Em relação à satisfação com emprego/qualificação, o resultado obtido se aproxima do quatro, ou seja, indicando mais satisfação do que insatisfação. No entanto, existe clara distinção entre seus respondentes: aqueles que possuem ensino superior avaliaram, na média, a situação como insatisfatória, enquanto os demais avaliaram como muito satisfatória. Este é um resultado esperado, uma vez que quase nenhum dos refugiados com ensino superior estão ocupando de fato posições condizentes com seus respectivos níveis educacionais. Por outro lado, aqueles que não possuem qualificação diferenciada aceitam de maneira menos conflituosa empregos menos especializados. Alguns dos respondentes eram ainda estudantes na origem, estavam desocupados ou também exerciam cargos de baixa qualificação, tornando esse processo de transição para o Brasil menos frustrante.

Os rendimentos do trabalho acabaram se mostrando o maior problema, algo compartilhado entre todos os estratos sociodemográficos da amostra. Quase nenhum refugiado afirmou conseguir guardar qualquer quantia financeira ao final do mês para gastar com atividades de lazer, ou mesmo para fazer poupança, muito pelo contrário, as falas mais comuns

se referiam ao fato do pagamento ser suficiente apenas para as contas da casa e despesas com a família (e por isso a insatisfação na avaliação não foi maior, uma vez que a pergunta se referia ao salário ser suficiente para gastos básicos, como aluguel e contas). Os altos preços dos aluguéis, transporte e custo de vida em geral em São Paulo foram pontos lamentados pelos refugiados, resultado também encontrado em Calegari (2017). Importante salientar que alguns deles ainda enviam remessas para familiares na Síria ou em outros países, como é o caso de 42%, com valores que variam entre R\$ 80 a R\$ 6.000 mil por mês (um caso apenas), reduzindo ainda mais a margem de seus ganhos para gastar com atividades de lazer, por exemplo.

Importante destacar também que o padrão de vida de muitos desses refugiados na origem era considerado alto mesmo para os parâmetros da Síria, segundo relatado pelos próprios entrevistados. Era comum possuírem mais de uma loja, mais de um carro, casas grandes (e próprias) e com muitos cômodos, realizarem viagens etc. Ao virem para o Brasil, a realidade muda drasticamente: alguns abrem o próprio negócio, mas pagam aluguel e ainda devem os bancos; alguns possuem um carro, porém financiado; o tamanho das casas diminui de maneira considerável e, além disso, são alugadas e caras; e as viagens se tornam raras. A relação salário e qualidade de vida na Síria era muito superior à mesma relação encontrada em São Paulo e a relativa baixa avaliação em torno dos rendimentos mensais também podem estar refletindo isto.

4.1.2 Conclusão

O conjunto de dados apresentados ilustra parcialmente um cenário de integração ao mercado de trabalho paulistano deficitário para os refugiados sírios. Em termos legais, ou seja, em relação à existência de direitos de participação no mercado de trabalho, o Brasil se mostra bastante aberto e inclusivo. Seu governo não apenas emite a documentação necessária para os refugiados trabalharem no país pouco tempo depois de chegarem em solo brasileiro, ainda enquanto solicitantes de refúgio, como garante os mesmos direitos trabalhistas dados aos nacionais e criou mecanismos para facilitar alguns procedimentos importantes relacionados ao mercado de trabalho, como o Portal Carolina Bori e a Resolução Nº 3/16 e Portaria Normativa Nº 22/16 do MEC, ambos relacionados ao procedimento de validação/reconhecimento de diplomas. No entanto, não existe um plano de ação federal ou uma política pública em seu sentido amplo para que os direitos dos refugiados sejam efetivados.

No âmbito da cidade de São Paulo, o poder público municipal tem realizado algumas medidas que vão além de conceder direitos aos refugiados. A inclusão deste grupo no PMPI e

em programas municipais voltados para imigrantes e população em geral podem ser consideradas boas iniciativas. No entanto, assim como ocorre no plano federal, várias das medidas iniciadas pelo município são de 2016 adiante. Os aconselhamentos e atendimentos específicos dos CRAIs, o PMPI e atividades iniciadas em parceria com OSCs e ACNUR são posteriores - ou se tornaram mais evidentes - aos anos dos principais influxos dos refugiados sírios na cidade. Também não havia um plano de ação pensado e estruturado até o final de 2020 para os refugiados e imigrantes de uma forma geral no município que estivesse em ação, elemento que, somando-se às iniciativas um tanto tardias por parte do poder público local, podem ter impactado diretamente em alguns dos dados apresentados neste e em outros estudos, como a falta de bom domínio do português por parte dos refugiados sírios de uma maneira geral, os poucos diplomas validados ou reconhecidos, a pouca variação de ocupações no mercado de trabalho - resumindo-se demasiadamente em atividades envolvendo o setor alimentício - trabalhos subqualificados e informais, e rendimentos pouco satisfatórios.

Importante destacar também que, aparentemente, algumas características pessoais são mais favoráveis para que os refugiados sírios sejam mais bem sucedidos no mercado de trabalho do que outras, sejam elas por questões endógenas do próprio mercado ou por questões culturais dos refugiados. Assim, ser homem, solteiro, de alta escolaridade, com pouco mais de 30 anos de idade e ter chegado ao destino há mais tempo parecem elementos favoráveis ao grupo. Isto não significa, no entanto, que pessoas com este perfil estejam bem resolvidas, muito pelo contrário, todos os indícios apresentados até o momento mostram que a situação de uma forma geral dos sírios está longe da ideal, independentemente de seu perfil sociodemográfico.

De maneira resumida, pode-se dizer que existe um gargalo considerável entre as necessidades dos refugiados sírios e aquilo que eles conseguiram alcançar até o momento. A alta escolaridade não tem se traduzido em empregos à altura; apesar de viverem há muitos anos no país, o nível de português alcançado pela maioria ainda é bastante deficiente; ainda que possuam vários direitos e de existirem alguns programas e iniciativas governamentais e de OSCs que atuem no sentido de facilitar sua integração ao mercado de trabalho, poucos os conhecem e os acessam; e os padrões de vida alcançados são insatisfatórios, apesar das muitas horas despendidas nos trabalhos. O cenário apresentado indica que os refugiados como grupo estão interessados em se integrar ao mercado de trabalho paulistano, sejam mulheres ou homens de qualquer perfil sociodemográfico: eles querem trabalhar, querem validar seus diplomas, gostariam de empreender, de aprender português etc., no entanto, estão encontrando barreiras

estruturais que impedem sua agência em certo nível. Um exemplo disso é a necessidade de gastar muitas horas no trabalho e ainda assim conseguirem apenas o suficiente – em alguns casos nem isso - para pagarem as contas de casa e/ou suas dívidas, como ocorre com a grande maioria dos entrevistados. As várias horas extras trabalhando impedem os refugiados de aprenderem português; de darem seguimento aos estudos (além da falta de recursos); de correrem atrás de novas e talvez melhores oportunidades de emprego; e de socializarem mais, para ficar em apenas alguns exemplos (todos explorados nas seções e capítulos seguintes).

Para concluir esta seção, o Quadro 12 resume alguns dos principais achados nesta seção em termos da integração dos refugiados sírios no mercado de trabalho paulistano, separando-os em dois resultados: em termos de Integração Legal, referindo-se à existência de leis e políticas e ações em prol desta população, e Integração Objetiva, referindo-se aos achados em relação à integração “de fato”.

QUADRO 12 - PRINCIPAIS RESULTADOS DA INTEGRAÇÃO AO MERCADO DE TRABALHO PAULISTANO DOS REFUGIADOS SÍRIOS.

Campo de Integração	Integração Legal	Integração Objetiva
Emprego	Legislação ampla e inclusiva em termos de acesso ao mercado de trabalho e direitos trabalhistas, com algumas poucas exceções; A nível municipal, existem iniciativas para os imigrantes como conjunto (incluindo os refugiados) e inclusão deles em programas municipais já existentes para todos da cidade, incluindo brasileiros; É área de atuação do 1º Plano Municipal de Políticas para Imigrantes (EIXO VI – “Promoção ao trabalho decente, geração de emprego e renda e qualificação profissional”).	Embora altamente educados na média, a maior parte se encontra sem emprego de qualificação párea ao seu nível de escolaridade. Grande parte dos empregos são relacionados ao setor alimentício, havendo uma redução tanto na qualidade quanto na diversidade das profissões exercidas na origem; A ausência de validação/reconhecimento de diplomas e conhecimento limitado do português são duas das principais barreiras para melhores resultados no mercado de trabalho; A informalidade é a saída para a maior parte dos refugiados; A discriminação aparenta ser um problema maior entre os próprios árabes do que em relação ao brasileiro com o sírio, mas, no geral, ela não se mostra como grande empecilho para o crescimento profissional no país; Os rendimentos providos do trabalho são em grande maioria suficientes apenas para cobrirem com as despesas básicas da família e pagamento de dívidas; Ser homem, solteiro, com alta escolaridade, com pouco mais de 30 anos de idade e viver no país há mais tempo parecem características favoráveis a melhores oportunidades de emprego.

4.2 EDUCAÇÃO

A educação, entendida aqui como o processo de aprendizagem por meio do ensino formal em instituições especializadas, provê habilidades e competências para que o indivíduo possa desempenhar melhor no mercado de trabalho, permitindo às pessoas tornarem-se membros mais construtivos e ativos da sociedade. Mas ela é mais do que isso, sobretudo para crianças e adolescentes, as escolas são experimentadas como o local mais importante de contato com membros das comunidades locais, desempenhando um papel importante no estabelecimento de relações de apoio à integração (AGER e STRANG, 2008).

No âmbito internacional, a DUDH (1948) consagrou o acesso à educação em todos os níveis como direito universal (artigo XXVI). Além dela, outros ordenamentos jurídicos e convenções internacionais foram realizadas ao longo das décadas com o intuito de debater os direitos à educação, sua importância, e formas de garanti-los a todos, sendo pauta também da agenda 2030 da ONU (ASSIS, 2018; ARÔCA, 2019). Especificamente aos refugiados, o direito à educação está expressamente previsto na Convenção de 1951, a qual reforça que os Estados deverão dar aos refugiados o mesmo tratamento aos nacionais no que concerne ao ensino primário, e tratamento tão favorável quanto possível, ou pelo menos não menos favorável do que o que é dado aos estrangeiros em geral, nas outras esferas de ensino, assim como ao reconhecimento de certificados de estudos, diplomas, à concessão de bolsas de estudo.

Para analisar a integração educacional dos refugiados na cidade de São Paulo, assim como foi feito na seção anterior, alguns indicadores legais, objetivos e subjetivos foram selecionados a partir da literatura internacional. A seção inicialmente identifica como o Estado brasileiro e São Paulo têm agido para garantir o acesso dos refugiados aos sistemas educacionais locais em termos legais e, especificamente para o poder público municipal de São Paulo, na construção de políticas/programas, para posteriormente identificar como a integração na prática tem ocorrido. Cinco indicadores foram selecionados para serem investigados, conforme o Quadro 13.

QUADRO 13 - QUADRO DE INDICADORES LEGAIS DE INTEGRAÇÃO EDUCACIONAL DE REFUGIADOS

N.	Indicador	Descrição	Resposta	Referência
18	Educação compulsória como um direito legal	O acesso à educação compulsória é um direito legal a todos os filhos de refugiados?	Sim. A educação compulsória no Brasil vale para crianças e jovens de 4 a 17 anos de idade, independentemente de seu status migratório, conforme a CF/88 e a Lei Nº 9.394/1996.	Adaptado de Huddleston et al, 2015

19	Acesso à educação não-compulsória	Os refugiados possuem os mesmos direitos de acesso à educação não-compulsória que os nativos (ensino superior)?	Sim. Direitos estes garantidos pela CF/88, a Lei de Migração e a Lei Nº 9.394/1996.	Adaptado de Huddleston et al, 2015
20	Bolsas de estudos	É previsto aos alunos refugiados a concessão de bolsas de estudos em todos os setores de ensino?	Não. Os refugiados podem competir pelas mesmas bolsas de estudos concedidas aos nativos e algumas instituições conferem bolsas especiais aos refugiados, mas não existe nenhum programa governamental voltado para esta população.	Adaptado de Huddleston et al, 2015
21	Instrução para aprender a língua nativa	Prestação de apoio à educação contínua na língua de ensino para os alunos refugiados: a) Na educação compulsória. b) Na educação não-compulsória.	Sim. São Paulo oferece o projeto “Portas Abertas” para refugiados e imigrantes, programa este vinculado à rede de ensino municipal, aberto também para imigrantes e refugiados fora dela.	Adaptado de Huddleston et al, 2015
22	Liderança do governo	a) O governo possui uma política pública ou um plano explícito de ação sobre a integração educacional dos refugiados ou imigrantes no geral? b) As medidas já foram implementadas?	a) Sim, o tema da integração educacional está previsto em no eixo VII do 1º Plano Municipal de Políticas para Imigrantes. b) Não, as ações do Plano estavam previstas para se iniciarem em 2021.	Adaptado de Huddleston et al, 2015

Fonte: Fonte: Informações obtidas através da CF/1988, legislações nacionais e publicações acadêmicas.

De acordo com a CF/88, o direito igualitário à educação é expresso em seu artigo 205, o qual garante a todos, sendo dever do Estado e da família preservá-la e incentivá-la. Em seu artigo 206, inciso I, também é ressaltada a igualdade de condições para acesso e permanência, enquanto o artigo 208, inciso I, destaca o dever do Estado em garantir a “educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria”. Destaca-se que os princípios que regem a CF/88 formam a base da Lei Nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996), conhecida como a “Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira”, que reforça, dentre outros elementos, o acesso igualitário, obrigatório e gratuito à educação de todos os residentes do país que possuem entre 4 e 17 anos de idade.

A Lei da Migração (BRASIL, 2017a) também reforça os direitos iguais de acesso aos sistemas educacionais em todos os níveis aos imigrantes, incluindo os refugiados. Seu artigo 3º expõe que a política migratória brasileira é regida por alguns princípios e diretrizes, dentre eles está, em seu inciso XI, o acesso igualitário e livre do imigrante à educação. O artigo 4º reforça, em seu inciso X, o “direito à educação pública, vedada a discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória”.

Os três artigos da CF/88 e os dois da Lei da Migração já são suficientes para responderem os indicadores 18 e 19, isto é, “sim”, o acesso à educação compulsória é um direito

legal a todos os filhos de refugiados no Brasil e os refugiados possuem os mesmos direitos de acesso à educação não-compulsória que os nativos. Salienta-se ainda que a Lei do Refúgio (BRASIL, 1997) estipula, em seu artigo n. 44, que o reconhecimento de certificados e diplomas para ingresso em instituições educacionais em todos os níveis devem ser facilitados, ponto também destacado em MEC (2016a), neste caso, em específico para o ensino terciário. Ou seja, a lei não apenas iguala o direito de acesso, como prevê ao refugiado processos de entrada facilitados em decorrência de sua condição especial.

Quanto à concessão de bolsas de estudos (indicador 20), não foi possível encontrar algum programa governamental do governo de São Paulo ou mesmo federal voltado neste sentido à população refugiada ou mesmo imigrante da cidade. O que existe são programas específicos das próprias universidades e escolas a partir das políticas internas dessas instituições, assim como é possível ao refugiado solicitar bolsas de agências financiadoras, sobretudo para cursarem o ensino superior, como CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), por exemplo, ambas de âmbito nacional, e disputá-las nas mesmas condições que os nativos. Portanto, a resposta para o indicador 20 é “não”.

Em relação ao indicador 21, “Instrução para aprender a língua nativa”, é importante destacar que, conforme apresentado na seção anterior, menos de 1% dos municípios brasileiros ofertam cursos de português para a população imigrante/refugiada, sendo São Paulo um deles. Por meio do SME e SMDHC, o município desenvolveu em 2017 o projeto “Portas Abertas: português para imigrantes”, o primeiro projeto de cursos de português oferecido pelo poder público municipal enquanto política pública do Brasil (SMDHC, 2021). Os cursos ofertados pelo Portas Abertas são ministrados por professores efetivos da rede municipal de ensino, preferencialmente de português e do ensino fundamental II e médio, que obrigatoriamente devem ter completado o curso de ensino de português para imigrantes ofertado pelas próprias secretarias. Sobre este programa, o *stakeholder* 5, representante da CPMigTD, explicita:

Funciona na própria rede municipal de ensino, um projeto de dentro da rede, uma construção inter-secretarial dos direitos humanos e educação. A escola adere ao projeto e abre as turmas conforme a quantidade de professores interessados. O curso foi afetado pela pandemia, a gente não conseguiu ofertar as atividades (...) que não faziam parte das modalidades oficiais do ensino, pela lei de diretrizes (...) mas a gente deve retomar no próximo semestre. Mas

no começo do ano ele tinha cerca de 500 pessoas matriculadas⁵⁵... isso em 14 escolas diferentes. Então isso vai da demanda, mas também do envolvimento das escolas, de abrir esse espaço de participação. Isso é discutido dentro do conselho de cada escola...

É importante destacar que o curso é disponibilizado para imigrantes em todas as categorias e nacionalidades. Sua inscrição é semestral e basta que o interessado apresente qualquer documento de identificação para se eleger ao programa, ou seja, sua situação migratória não é relevante, ainda se encontre na irregularidade. Uma vez registrados, os estudantes passam a compor a base de alunos da Rede Municipal de Ensino de São Paulo (SMDHC, 2021). Ainda segundo informações da SMDHC (2021), o curso conta com turmas de nível básico, intermediário e avançado de português, com duração de um semestre por nível. Ao final, o estudante que frequentou pelo menos 75% das aulas recebe um certificado de conclusão. Desta forma, a resposta para o indicador 21 é “sim”, tanto para sua letra “a”, quanto para a letra “b”.

Finalmente, em relação ao indicador 22, sobre a liderança do governo, o tema da educação também é área de preocupação do poder público municipal de São Paulo. O artigo 7º da Lei N.º 16.478/16 (SÃO PAULO, 2016a), em seu inciso IV, destaca que uma das ações prioritárias da PMPI é garantir a todos imigrantes (crianças, adolescentes, jovens e adultos) o direito à educação na rede pública municipal por meio de seu acesso, permanência e finalização. O Decreto regulamentador da Lei (SÃO PAULO, 2016b) ainda reforça, em seu artigo 19, que este acesso não pode ser impedido por impossibilidade de comprovação documental, cabendo à Secretaria Municipal de Educação (SME) tomar as medidas cabíveis para facilitar a inclusão desta população às redes de ensino públicas. Destaca-se ainda que o artigo 20 do Decreto estabelece uma série de obrigações ao Poder Público Municipal, como priorizar e ampliar ações educativas de combate à xenofobia nas escolas; incluir conteúdos que promovam a interculturalidade nas grades curriculares; promover, divulgar e garantir apoio (material e institucional) aos alunos imigrantes e suas famílias, dentre outras medidas.

O *stakeholder 5* destacou que, ao contrário das ações referentes ao mercado de trabalho, que são ainda incipientes e não estavam completamente estruturadas, em termos de acesso aos sistemas educacionais o município tem agido de maneira mais organizada. Salientou que historicamente há uma preocupação da rede pública municipal, inclusive um engajamento dos

⁵⁵ De acordo com São Paulo (2020b), 871 alunos estavam matriculados no “Portas Abertas” em 2019.

próprios atores da rede, em assegurar o direito de matrícula de imigrantes de maneira menos burocratizada. Mencionou também que a experiência de São Paulo é tão interessante que motivou o MEC a lançar uma portaria prevendo a flexibilização da matrícula de imigrantes nos sistemas de ensino do país. Além disso, o município colocou a educação como um dos eixos do 1º Plano Municipal de Políticas para Imigrantes (2021-2024), especificamente em seu eixo VII: “Acesso à educação integral, ao ensino de língua portuguesa para imigrantes e respeito à interculturalidade”. Seu objetivo estratégico é a “Garantia do direito à educação a todas as crianças, adolescentes, jovens e pessoas adultas imigrantes por meio do acesso, permanência e terminalidade na rede de ensino público municipal” (SÃO PAULO, 2020a). A matriz com as ações previstas para este eixo, seus indicadores e metas, seguem no ANEXO I.

A partir da matriz, três pontos principais podem ser levantados: 1) o município possui metas ousadas e, caso concluídas, permitirão que um importante contingente de imigrantes se integre aos sistemas educacionais de ensino locais 2) apesar de já possuir algumas ações voltadas para a população, São Paulo ainda necessita realizar várias outras medidas para ampliar o acesso dos imigrantes acesso à educação e 3) faltam dados para mapear esta população e embasar as ações estipuladas pelo Plano. O Quadro 14 apresenta o número das ações do eixo VII, seguido por um resumo de seus propósitos e por breves comentários sobre a importância dessas ações, caso sejam concluídas, para a integração dos imigrantes/refugiados em São Paulo.

QUADRO 14 – AÇÕES E COMENTÁRIOS SOBRE O EIXO VII: ACESSO À EDUCAÇÃO INTEGRAL, AO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA IMIGRANTES E RESPEITO À INTERCULTURALIDADE

Número da ação	Propósito	Comentários
60 e 61	Ampliar e institucionalizar a qualificação de profissionais ligados à educação e promover iniciativas de conscientização de estudantes sobre o respeito à diversidade	Integrar não é apenas estar matriculado e frequentar as aulas, mas participar delas, sentir-se pertencente ou, pelo menos, à vontade nas instituições, no sentido de não se perceberem discriminados ou constrangidos no seu dia a dia. A qualificação de profissionais, apresentando-lhes quem é essa população migrante, quais suas necessidades, seus direitos, dentre outros elementos que permitam ao profissional se familiarizar mais com seu público, além da divulgação de informações e realização de campanhas de conscientização para os colegas de turma desses imigrantes e refugiados, conforme estipula as ações, são primordiais para a criação de ambientes mais receptivos e respeitosos nas escolas.
62	Disponibilizar informações sobre as instituições de ensino, o sistema escolar, e ampliar o seu alcance em vários idiomas	O acesso à informação é outro passo fundamental para que a população refugiada possa se integrar. Como foi apresentado no capítulo anterior sobre os refugiados sírios no mundo, a falta de compreensão sobre como as instituições de ensino e o sistema escolar local funcionam, quais caminhos educacionais podem ser trilhados, dentre outros elementos, são barreiras à integração educacional enfrentadas pelos refugiados em boa parte dos países analisados. Assim, caso a ação 62 seja colocada em prática, será uma medida importante para que essas

		barreiras sejam ultrapassadas pela geração atual e futura de refugiados que escolherem São Paulo como destino.
63	Mapear as instituições de ensino locais, em todos os níveis, que possuem estudantes imigrantes	Reforçando a falta de dados sobre a população imigrante e refugiada em São Paulo, a ação 63 surge como uma tentativa de sanar parte dessa carência. Para fortalecer a divulgação de informações e proposição de ações é importante que se tenha em mente quais as instituições devem ser alvo dessas mobilizações. Como se percebe pelo indicador da ação (ver o ANEXO I), este mapeamento nunca foi feito no município.
64	Disponibilizar a Educação de Jovens Adultos (EJA) e do Centro de Integração de Educação de Jovens e Adultos (CIEJA), dentre outros cursos, aos finais de semana nas escolas públicas da rede municipal de ensino.	Muitos refugiados precisam interromper seus estudos na origem para fugirem, sejam esses estudos em níveis primários, secundários ou terciários. O processo de se estabelecer fixamente em um país pode demorar anos, podendo retardar significativamente a retomada dos estudos abandonados. Quando esse refugiado acaba se estabelecendo em países como o Brasil, que não provê assistência sistemática para essa população, como ajuda financeira mensal, por exemplo, o indivíduo precisa rapidamente encontrar trabalho para sustentar a si e sua família, podendo acarretar mais adiamento dos estudos. Para esta população, que pode ter abandonado a educação formal ainda como um adolescente/jovem e atualmente ser um adulto com ensino primário ou secundário incompletos, uma saída para dar seguimento à sua educação pode ser estudar aos finais de semana, quando ele, teoricamente, possui mais tempo livre. Neste sentido, as iniciativas propostas pela ação 64 podem ser uma boa opção.
66	Aprimorar o acolhimento ao estudante imigrante nos ambientes de ensino municipais	Vários elementos fundamentais à integração e cujas ausências se conformam em barreiras, conforme apresentado no capítulo anterior, estão presentes nesta ação: ofertar mais aulas de idiomas, promover atividades culturais, contratar professores qualificados, ofertar acompanhamento psicológico e assistencial, dentre outras medidas apontadas, são elementos que, quando combinados, permitirão ao aluno imigrante maior espaço de participação no sistema e um aprendizado mais qualificado.
67	Ampliar e aprimorar o curso “Portas Abertas”.	É unânime, dentre os especialistas na área, que aprender o idioma local é porta de entrada para a integração do imigrante em todos os campos, ao mesmo tempo que sua ausência se configura em uma grande barreira. Ampliar a oferta do curso, flexibilizar seus horários, disponibilizar recursos para que os alunos possam frequentar as aulas, como auxílio transporte, por exemplo, melhorar a qualidade técnica das aulas, ofertá-la também virtualmente, dentre várias medidas propostas pela ação, seriam grandes e importantes passos para aprimorar o aprendizado do português por parte desta população.

Fonte: Elaboração do próprio autor, baseado em informações do 1º Plano Municipal de Políticas para Imigrantes (SÃO PAULO, 2020a).

Salienta-se que a maioria das ações propostas e comentadas na tabela seriam inéditas no município, uma vez que boa parte dos indicadores a elas relacionados não possuem Linha de Base, ou seja, um ponto de partida. Assim, embora o município tenha se movimentado ao longo dos últimos anos no sentido de prover maior apoio aos imigrantes, sobretudo quando comparado com o restante dos municípios brasileiros, vários gargalos ainda persistem e muito dos projetos iniciados necessitam de aprimoramentos e expansões. Conforme ressaltou o *stakeholder 4*, representante da Caritas, apesar de haver “boas práticas” em São Paulo, “não temos políticas de inclusão de alunos no ensino básico”. Salienta-se também que medidas como o “Portas

Abertas” e várias outras previstas no Plano Municipal são bastante recentes ou estão ainda para acontecer, assim, refugiados que já se encontram há mais tempo na cidade, como é a maioria dos sírios, não usufruíram muito das ações já realizadas. Caso essas ações sejam colocadas em prática ao longo do próximo quadriênio, conforme previsto, espera-se que a integração aos sistemas educacionais ocorra de maneira mais harmoniosa para os imigrantes e refugiados de São Paulo, sobretudo àqueles que optarem pela cidade como destino nos anos seguintes.

Partindo da questão legal e política, na sequência serão apresentados os dados encontrados nesta Tese e em outros estudos que procuraram capturar, na prática, o cenário dos refugiados sírios na educação paulistana. Será que eles estão acessando as instituições de ensino locais? Se sim, como se sentem nelas? Quais suas avaliações a respeito da qualidade dessas instituições e da forma como são recebidos?

4.2.2 O que os dados dizem até o momento?

Para analisar a integração na prática dos refugiados nos sistemas educacionais paulistanos, quatro indicadores foram selecionados, sendo três objetivos e um subjetivo, conforme apresentados no Quadro 15.

QUADRO 15 - QUADRO DE INDICADORES OBJETIVOS E SUBJETIVOS DE INTEGRAÇÃO EDUCACIONAL DE REFUGIADOS SÍRIOS NA CIDADE DE SÃO PAULO

N.	Indicador	Descrição	Resultados	Comentários	Referência
23	Proporção de refugiados participando nos sistemas educacionais em idade compulsória	Qual a proporção de filhos de refugiados que participam dos sistemas educacionais em idade compulsória?	100%	Ao todo, 12 refugiados possuem filhos, mas apenas 9 com filhos em idade compulsória.	Adaptado de UNHCR, RRCE e EUROSTAT, 2013 e EGRIS, 2018
24	Tempo médio entre a aplicação do pedido de refúgio e o pedido de matrícula dos filhos no ensino compulsório	Qual o período médio de tempo entre o pedido de refúgio e o pedido de matrícula dos filhos no ensino compulsório?	113 dias	Importante salientar que algumas pessoas chegaram no Brasil em meio de bimestre ou em início de férias, o que atrasou as matrículas. Não foram identificados atrasos por dificuldades burocráticas ou recusa de documentação.	Adaptado de UNHCR, RRCE e EUROSTAT, 2013.
25	Proporção de refugiados que gostariam de estudar, mas que por algum motivo não conseguem	Qual a proporção de refugiados que gostariam de estudar, mas que por algum motivo não conseguem? (No denominador somam-se todos que estudam e gostariam de estudar, mas não conseguem)	92%	Destaca-se a alta proporção dos amostrados totais que gostariam de continuar se qualificando no Brasil, ou seja, existe uma grande demanda reprimida que precisa ser levada em conta pelas autoridades públicas. O principal motivo encontrado para a ausência de estudos, embora não seja o único, é a falta de tempo em decorrência do trabalho.	Elaborado pelo autor

26	Satisfação com as escolas e universidades (média)	Qual o nível de satisfação dos pais (e filhos, quando couber) com as escolas e universidades.	4,56	-	Adaptado de AGER and STRANG, 2004.
26a	Tratamento dos colegas e professores com os estudantes refugiados	Se respeitam as diferenças e a cultura dos alunos refugiados; se os tratam com educação etc.	4,89	Foram feitos muitos elogios à forma como professores e alunos acolhem os refugiados estudados e seus filhos, sobretudo quando comparado à realidade na Síria.	-
26b	Qualidade do ensino	Satisfação com material lecionado, preocupação com as especificidades e dificuldades dos refugiados.	4,22	Elogios à qualidade da educação nas escolas também foram feitas, mas 2 respondentes não se mostraram satisfeitos com ela.	-

Fonte: Fonte: Informações obtidas através da CF/1988, legislações nacionais e publicações acadêmicas.

Tanto para adultos quanto para crianças e adolescentes, frequentar as instituições de ensino são fundamentais para sua integração como um todo, e o primeiro passo para tentar compreender se esta população caminha nesse sentido é identificar se ela tem frequentado as instituições de ensino (indicadores número 23 e 25).

Por meio do que existe de informações existentes, não é possível saber quantos refugiados estão matriculados nas instituições de ensino paulistanas, nem qual a porcentagem deles está fora. Segundo dados da SME (2020), havia 7.328 mil imigrantes matriculados no sistema de ensino público municipal de São Paulo em 2020, sendo que apenas 52 deles possuíam nacionalidade síria. Somando as escolas estaduais e municipais de ensino primário e médio, ao todo foram contabilizados 17.880 mil imigrantes matriculados em 2020, um aumento de 42% em relação aos dados de 2016 (QUEIROZ, 2020). Tanto pelos dados do SME, quanto pelos dados apresentados em Queiroz (2020), não é possível estimar a categoria de imigrantes para saber quais são solicitantes de refúgio ou refugiados.

Calegari (2017) identificou que a maior parte das crianças e adolescentes na idade de educação compulsória (6-17 anos) estão estudando, com apenas três exceções por motivos pessoais. Poucos foram os refugiados entrevistados nesta Tese que possuíam filhos em idade escolar compulsória ou abaixo e que moravam em São Paulo, mas dos nove respondentes enquadrados neste perfil, todos responderam que os filhos estavam estudando (ou frequentavam creches). O tempo médio gasto para que os pais solicitassem a matrícula de seus filhos nas instituições de ensino ou nas creches após solicitarem refúgio no Brasil (n = 8) foi de 111,62 dias, ou seja, aproximadamente 3 meses e 22 dias. No entanto, como existem valores muito discrepantes e a amostra é muito pequena, a média deve ser relativizada. O tempo máximo gasto por um refugiado para matricular o filho (a) foi de 540 dias (18 meses) enquanto o mínimo foi

de 0 dia, isto é, ele matriculou o filho na escola no mesmo dia em que chegou ao Brasil. A discrepância nos valores parte de individualidades dos próprios refugiados, como opção por manter o filho por mais tempo em casa ou pelo fato de alguns terem chegado ao país em período de férias ou no meio do calendário escolar, não por questões de dificuldades burocráticas com a matrícula. O refugiado que levou 540 dias aproximadamente para matricular o primeiro de seus três filhos na escola ou creche o fez por uma opção pessoal, pois entendia que, na época, seu filho era muito novo e deveria ser cuidado por ele e sua esposa.

É importante destacar que embora o acesso da criança refugiada nas instituições de ensino locais seja incentivado para ocorrer o mais rápido possível, sendo mandatório na legislação estadunidense e recomendado pela organização *Save the Children* que isso ocorra em até 30 dias após entrada no país de destino (WATT, 2016; BENDEFEEA, 2021), simplesmente estar matriculado e frequentar as aulas não indica, necessariamente, que elas estejam se integrando. Isto porque as crianças podem sofrer traumas de suas experiências durante a fuga e necessitarem de tempo para se recuperar, ou mesmo não terem nenhum conhecimento do idioma local e se sentirem perdidas e isoladas dentro das instituições, elementos apontados no capítulo anterior sobre os refugiados sírios no mundo. Em São Paulo, Almeida (2019) notou que muitas crianças imigrantes estavam frequentando instituições de ensino sem quaisquer estratégias para recebê-las e ações voltadas para sua integração, enquanto outras tentavam se adequar a partir da própria organização interna, sem nenhum tipo de diretriz a ser seguida. Brandalise (2017), por sua vez, identificou um contingente considerável de crianças e jovens adolescentes imigrantes que estavam sendo encaminhados para unidades de saúde para avaliações médicas e psicológicas na cidade. Em uma escola com 30 alunos imigrantes, 18 haviam sido encaminhados com suspeita de déficit de aprendizagem e autismo. Uma das jovens entrevistadas e encaminhadas para realizar os exames, refugiada síria que estava há apenas quatro meses vivendo no Brasil com sua família, após achar por um período que nunca aprenderia português, relatou: “não sou burra, só não sei a língua”. Essa aluna saiu da escola e retornou apenas um ano depois, após ter concluído um curso de português em uma ONG local. Fortunato (2019) destacou o caso de um filho de refugiado sírio entrevistado que precisou parar de frequentar sua escola por não estar conseguindo acompanhar as aulas em decorrência de problemas emocionais ligados aos traumas da fuga e deficiência linguística.

Assim, é importante ponderar que matricular a criança/adolescente refugiado em poucos dias após a chegadas nas instituições de ensino locais, mas não os prover com assistências e

suporte durante essa sua nova jornada, seja com aulas especiais de português ou mesmo acompanhamento psicológico, pode se mostrar um caminho não muito promissor para sua integração local. Neste sentido, as ações 66 e 67 do Plano Municipal de São Paulo para o próximo quadriênio destacadas anteriormente se mostram fundamentais.

Em relação ao indicador 20, o cenário apresentado é de preocupação, tanto pelos resultados encontrados nesta Tese quanto em Calegari (2017). No último, dentre os 135 amostrados com mais de 18 anos, apenas um estudava. Dentre as barreiras, destacam-se o trabalho/falta de tempo, dificuldades com o idioma e falta de documentação. Na presente Tese, dos 32 entrevistados, 25 demonstraram desejo em dar seguimento ou retomar os estudos no Brasil. Destes, apenas dois haviam realizado seu desejo, os demais 23 encontraram uma série de barreiras, como falta de tempo (16), falta de dinheiro (4), incompetência linguística (3), problema com documentação (3) e reprovação no vestibular (1)⁵⁶. A falta de tempo é resultado, principalmente, da necessidade de trabalhar por muitas horas do dia para que o refugiado consiga bancar a si e sua família, conforme ficou claro durante as entrevistas.

A falta de possibilidades encontradas para dar continuidade ou retomar os estudos abandonados durante a fuga pelos refugiados jovens e adultos é um problema tanto para o refugiado quanto para o país. Para o refugiado por motivos óbvios, por exemplo, porque diminui sua possibilidade de uma recolocação mais qualificada no mercado de trabalho. Para o Brasil porque desperdiça o potencial desta população e aumenta seus gastos públicos quando ela começa a acessar os programas sociais e assistenciais. A falta de tempo relatada pelos refugiados poderia ser parcialmente (ou mesmo completamente resolvida) se existisse uma política estatal de apoio financeiro para eles. Como apresentado no capítulo anterior e será reforçado no capítulo seguinte, ainda que a taxa de emprego dos refugiados em alguns países desenvolvidos esteja baixa, ela é reflexo também do maior tempo gasto pelo refugiado se qualificando, como é o caso específico da cidade de Hamburgo, seja cursando universidades ou treinamentos profissionais, o que aumentará suas possibilidades de recolocação no mercado de trabalho posteriormente. Esta qualificação só é possível porque existem programas de subsídio ao refugiado.

⁵⁶ Era questão aberta e permitia mais de um motivo.

Especificamente em relação ao campo da educação, na ausência de uma política bem estruturada as universidades se organizam, cada qual com seus critérios arbitrários, para tentar receber os refugiados em suas instituições. Além da concessão de bolsas (GÓMEZ, 2019; ROSSA, 2018), as instituições também estão se organizando para ofertarem vagas especiais ao grupo. Arôca (2019) encontrou 19 editais de entrada no vestibular em 2019 de universidades públicas espalhadas pelo Brasil que possuíam alguma referência a vagas para refugiados, solicitantes de refúgio, visto humanitário ou haitianos, sendo 12 delas conveniadas ao ACNUR por meio da CSVN e quatro com programas ainda em desenvolvimento. Lapa e Mendes (2018) destacam que mesmo com a existência de bolsas e vagas, os custos de vida ainda costumam ser impeditivos para que os refugiados possam seguir estudando. Em determinadas ocasiões, esses motivos são, segundo os autores, mais decisivos do que as barreiras linguísticas e de ambientação. Isso porque muitas vezes as bolsas ofertadas são apenas a gratuidade do curso, no caso de instituições privadas, ou porque seus valores são muito baixos para quem precisa morar de aluguel e ainda sustentar a casa, principalmente se o estudante for pai/mãe de família.

Em termos das análises subjetivas (indicador 26) sobre a satisfação com as escolas e universidades, no geral a avaliação captada foi boa pelos poucos entrevistados que se enquadraram na pergunta (dois estudantes e sete pais de filhos que frequentam creche/escola em São Paulo). Na média, a avaliação foi de 4,56 (escala de 1 a 5), sendo que a satisfação com o tratamento recebido dos colegas e professores foi de 4,89 e a satisfação com a qualidade de ensino de 4,22. A satisfação com o corpo docente e discente em termos de tratamento foi algo destacado pelos respondentes. Expressões como “muito amigos”, “nota cem”, “não tem o que reclamar, só elogios”, dentre outras, foram comuns. Os pais dos estudantes, principais respondentes da pergunta, elogiaram muito as escolas nesse sentido, de serem acolhedoras para seus filhos, sejam os professores ou os alunos. Inclusive, alguns destacam este acolhimento como uma vantagem do Brasil em relação à Síria. Resultados semelhantes foram encontrados em Fortunato (2019).

Esta questão do tratamento chama atenção porque a violência corretiva nas escolas na Síria é algo comum, segundo alguns entrevistados. Dois refugiados abandonaram os estudos ainda no ensino médio por medo de irem às escolas locais. Também como referência a um elemento citado como sendo melhor no Brasil do que na Síria, um deles relatou:

[2] Estuda, educação. Muito bom. Só isso. Educação, porque lá na Síria... tipo... eu tenho medo de ir na escola. Por que eu não continuo minha escola?

Porque lá a professora não trata bem... você tem que entender rápido, se não entendeu, ela bate, entendeu? Então eu fico com medo de ir pra escola. Até final do ano na escola, eu até fugiu da escola, não vou. Minha mãe manda eu pra escola, eu vou pra jardim, cinema... não quero escola. [1] E tem muitos amigos seus que sentiam isso também? Medo de ir pra escola? [2] Tem. Por coisa disso larga a escola. Se eles tratam bem o pessoal como aqui no Brasil... Tipo aqui, no Brasil, quando você chega na sua escola... Tipo eu quando cheguei na faculdade, entendeu? Se você quer estudar, estuda, se você não quer estudar, não estuda. A professora ta falando, ta explicando a coisa, entendeu? Se entendeu, entendeu, se não, sua culpa. Eu ta explicando pra você, ela fica uma hora, duas horas, ta explicando, ta falando, ta fazendo... La (*na Síria*), ela ta explicando, mas você tem que entender. Senão ela te bate. Poxa, tem muito amigos, professora bate, eles ficam doente, ficam com medo. Isso é diferente. (SAMIR, 24 anos).

Assim, a nota alta para a boa receptividade dos professores e alunos pode estar tanto relacionada a uma relação de mais carinho entre alunos e professores no Brasil em comparação com a Síria, ou pode ser simplesmente pela ausência de atitudes agressivas e negativas, como era a realidade na origem. De qualquer forma, o mais importante é que os refugiados se sentem bem-vindos nas instituições de ensino locais. Não foram reportados casos de discriminação por parte de alunos e professores, algo que foi explicitamente apresentado, por exemplo, com alguns alunos entrevistados em Hamburgo, conforme será apresentado.

Em termos de qualidade, o resultado foi um pouco pior do que em relação ao tratamento, porém, ainda assim entendido como satisfatório. Dos nove respondentes, dois não pontuaram a qualidade como satisfatória (valor 4 ou 5). Um deles, inclusive, pontuou a qualidade como muito insatisfatória, ou “muito ruim”, em suas palavras, que melhorou apenas quando seus filhos conseguiram bolsas de estudos para frequentarem uma escola particular na cidade.

4.2.3 Conclusão

Assim como na seção anterior, os dados apresentados ilustram um cenário em que os refugiados possuem amplos direitos de acesso aos sistemas educacionais brasileiros, mas ainda esbarram na falta de suporte para que seus direitos sejam efetivados, sobretudo pensando na população jovem/adulta que pretende ingressar nas instituições de ensino superior locais. O município de São Paulo nos últimos anos tem trabalhado para que este acesso seja facilitado em todos os níveis, sobretudo para o próximo quadriênio a partir da criação do 1º Plano Municipal de Políticas para Imigrantes. No entanto, para os sírios, que chegaram em sua maioria em 2014 e 2015 à cidade, quando sequer existia a PMPI, poucos cursos de português existiam e aqueles existentes eram lecionados por ONGs, isto é, não havia uma política pública nesse

sentido. O MEC ainda não havia lançado sua portaria para facilitar a entrada dessa população nas instituições de ensino superior e criado o Portal Carolina Bori. Da mesma forma, o estado de São Paulo também não havia sancionado a Lei Nº 16.685/18, isentando os refugiados que nele residem das taxas cobradas no processo de revalidação de diplomas e tradução juramentada pelas universidades públicas situadas dentro do estado. Ou seja, as poucas ações que existem atualmente foram criadas em períodos posteriores à chegada dos sírios, que precisaram enfrentar inúmeros desafios que acabaram por impedi-los de frequentarem as salas de aula.

Novamente os refugiados esbarram principalmente nos elementos estruturais como limitadores a sua integração. O indicador 25 é um bom exemplo disso: eles gostariam de estudar, mas não conseguem porque não se desvencilharam das barreiras encontradas na cidade. A falta de suporte (ou o suporte limitado) por parte das instituições locais limitam suas opções e muitas vezes acabam direcionando-os à apenas um caminho a ser trilhado, ou, para trilharem os caminhos alternativos, seus custos são muito altos, a ponto de torná-los praticamente inviáveis. Assim, a continuação de sua educação é deixada de lado porque eles precisam trabalhar para conseguirem se sustentar. Com o passar do tempo e a ausência de conhecimento acerca dos mecanismos existentes atuais, esta população tende a permanecer afastada do ensino formal e um esforço para trazê-los de volta, ou iniciá-los, é necessário.

Finalmente, os resultados revelam que não foi possível identificar se há algum diferencial em termos de características sociodemográficas atuando para facilitar ou dificultar o acesso dos refugiados aos sistemas educacionais locais. Basicamente, as crianças e jovens estão estudando, não importa a religião da família, idade dos pais ou mesmo escolaridade. Por sua vez, como não há quase nenhum refugiado em idade universitária ou posterior estudando, não há como traçar qualquer inferência sobre o que pode estar facilitando/dificultando seu acesso em termos de características sociodemográficas. Nesse sentido, todos parecem estar excluídos.

Para finalizar, o Quadro 16 resume os principais resultados levantados sobre o cenário da integração dos refugiados sírios ao sistema educacional em São Paulo.

QUADRO 16 - PRINCIPAIS RESULTADOS DA INTEGRAÇÃO EDUCACIONAL DOS REFUGIADOS SÍRIOS NA CIDADE DE SÃO PAULO.

Campo de Integração	Integração Legal	Integração Objetiva

Educação	Legislação ampla e inclusiva em termos de acesso aos sistemas educacionais locais; Existência de ações municipais coordenadas em vigor para os imigrantes como conjunto (incluindo os refugiados), porém limitadas, e inclusão deles em programas municipais já existentes para toda a população em geral; É área de atuação do 1º Plano Municipal de Políticas para Imigrantes (EIXO VII – “Acesso à educação integral, ao ensino de língua portuguesa para imigrantes e respeito à interculturalidade”).	Com raras exceções, os filhos dos refugiados frequentam as escolas do município na idade compulsória (4-17 anos de idade); Aparentemente, a burocracia não é um problema para matricular os filhos em idade compulsória nas instituições de ensino locais. Portanto, a ausência nestas idades nas instituições se dá mais por opção familiar do que por barreiras estruturais; Existe boa vontade dos refugiados em idade não-compulsória em dar seguimento aos estudos no ensino superior, mas poucos efetivam essa vontade por dificuldades estruturais, sobretudo em relação a falta de tempo e dinheiro; Aparentemente, os refugiados estão satisfeitos com a educação proporcionada no Brasil, tanto em termos de tratamento de professores e colegas, quanto em relação à qualidade do ensino.

4.3 SAÚDE

A saúde é consistentemente indicada como um campo que interfere fundamentalmente na integração da população refugiada no destino. Em todo o mundo há estudos indicando que o estado psicológico dos refugiados pode interferir em seu desempenho no mercado de trabalho, no sistema educacional e até mesmo nas suas relações sociais, como também sofre interferência de uma má integração nesses campos (IRCC, 2019; YALIM, 2020; VON HAUMEDER *et al*, 2019; BORHO *et al*, 2020). Neste sentido, existem duas frentes de investigação referentes à integração no campo da saúde: 1) analisar as condições de saúde (físicas e mentais) dos indivíduos e grupo como um todo e 2) se seus membros acessam e participam dos sistemas de saúde locais quando necessário. Nesta Tese, o foco é a segunda frente.

Na lei internacional, o direito à saúde, seja ela física ou mental, é expresso em alguns pactos e convenções. Na DUDH (1948), o artigo 25 o consagra como um direito de todos. Também é abordado no “Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais” (art. 12), de 1966, na “Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres” (art. 11, 12 e 14), de 1975, na “Convenção dos Direitos das Crianças” (art. 24), de 1989, dentre outros. De acordo com Ventura e Yujra (2019), a OMS também defende abertamente, além do direito de acesso igualitário aos sistemas de saúde locais, independentemente de status migratório, a criação de políticas específicas que atendam às necessidades dos imigrantes e levem em consideração os determinantes sociais dos

deslocamentos. Não há uma menção especial na Convenção de 1951 sobre o direito à saúde da população refugiada, ficando este expresso, portanto, de maneira genérica nas outras convenções e pactos internacionais.

Para analisar como o direito à saúde do refugiado é expresso dentro da legislação nacional e se a efetivação desse direito tem como agente o poder público local por meio da elaboração de políticas e programas voltados a esta população, neste caso a prefeitura e secretarias da cidade de São Paulo, foram selecionados quatro indicadores legais para serem investigados, conforme indicados no Quadro 17.

QUADRO 17 - QUADRO DE INDICADORES LEGAIS DE INTEGRAÇÃO À SAÚDE DE REFUGIADOS

N.	Indicador	Descrição	Resposta	Referência
27	Acesso ao sistema de saúde pública	Os refugiados possuem os mesmos direitos que os nativos de acesso e atendimento nos sistemas de saúde pública?	Sim. Os refugiados possuem os mesmos direitos que os nativos de acesso e atendimento nos sistemas de saúde pública. Direitos confirmados pela CF/88 e Lei de Migração.	Adaptado de Huddleston et al, 2015
28	Tratamento especial para os refugiados	A lei prevê algum tipo de sistema de tratamento especial para os refugiados devido sua condição diferenciada, como provisão imediata de assistência psicológica ou facilidade de acesso aos sistemas de saúde locais?	Não.	Adaptado de Huddleston et al, 2015
29	Disponibilidade de serviços de interpretação	Existe provisão de serviços de interpretação ao refugiado quando ele não se comunica na língua nativa e necessita fazer uma consulta médica?	Não. Não existe em vigor provisões de serviços de interpretação ao refugiado quando este não se comunica na língua nativa e necessita fazer uma consulta médica	Adaptado de Huddleston et al, 2015
29a	Custo e disponibilidade de intérpretes	a) É gratuito b) É dada uma assistência de custo c) É totalmente pago	Não se aplica	-
29b	Métodos de interpretação	a) cara-a-cara b) por telefone c) por vídeo d) voluntários credenciados e) emprego de "mediadores culturais" f) emprego de equipe bilíngue	Não se aplica	-
30	Liderança do governo	a) O governo possui uma política pública ou um plano explícito de ação sobre a integração aos sistemas de saúde dos refugiados ou imigrantes em geral? b) As medidas já foram implementadas?	a) Sim, o tema da integração à saúde está previsto em no eixo VIII do 1º Plano Municipal de Políticas para Imigrantes. b) Não, as ações do Plano estavam previstas para se iniciarem em 2021.	Adaptado de Huddleston et al, 2015

Fonte: Informações obtidas através da CF/1988, legislações nacionais e publicações acadêmicas.

Em âmbito nacional, o direito à saúde do refugiado e seu acesso aos serviços ofertados é indiretamente tratado na Carta Magna nacional, ou seja, na CF/1988, e diretamente na Lei de Migração (BRASIL, 2017a). Na CF/1988, o acesso e em igualdade de condições aos nativos está expresso em toda sua seção II, sobretudo no artigo 196, que determina o direito à saúde

como de todos e dever do Estado provê-la de maneira universal e igualitária. Na Lei de Migração, a questão está abordada em seu artigo 4º, inciso VIII, a qual define que o acesso aos serviços de saúde deve ocorrer sem discriminação de nacionalidade e condição migratória. No âmbito do município de São Paulo, expressa-se no artigo 7º da PMPI (SÃO PAULO, 2016a), inciso II, que prevê, dentre as ações prioritárias da política, garantir o acesso à esta população, observando-se especificidades do deslocamento, perfil epidemiológico e características do sistema de saúde da origem. A partir desses trechos, pode-se entender que a resposta para o indicador 27 é “sim”, os refugiados possuem os mesmos direitos que os nativos de acesso e atendimento nos sistemas de saúde pública locais.

Em relação ao indicador 28, sobre o tratamento especial aos refugiados nos sistemas de saúde locais, percebe-se que o artigo 7º da PMPI, inciso II, destaca a garantia de atendimentos que levem em conta as necessidades relacionadas ao processo de deslocamento do imigrante. Por sua vez, o Decreto regulamentador da PMPI (SÃO PAULO, 2016b) confere à SMS, como parte de suas obrigações, proporcionar esse atendimento à população imigrante de São Paulo. No entanto, a Lei não trata de dar aos refugiados e imigrantes um tratamento “especial”, isto é, o acesso desta população aos sistemas de saúde ocorre da mesma forma ao da população local: eles devem aguardar nas mesmas filas e passar pelos mesmos procedimentos burocráticos que qualquer outro cidadão, respeitando, inclusive, o princípio de isonomia que rege o Sistema Único de Saúde brasileiro (SUS) e a CF/88. A fala do *stakeholder* 5, o representante da CPMigTD reforça esta questão. Mesmo do ponto de vista do suporte psicológico, uma das principais preocupações em relação à saúde dos refugiados, o entrevistado afirmou que não há ação para esta população dentro do SUS. Segundo expôs, a única atuação direta do poder público local neste sentido é direcionar os refugiados e imigrantes que chegam com esta demanda no CRAI ao “Veredas”, grupo de psicologia de extensão universitária vinculado ao Departamento de Psicologia da USP. Assim, a resposta para o indicador 28 é “não”, a lei não prevê atendimento especial à população refugiada que vive na cidade de São Paulo.

Em relação ao indicador 29, sobre a provisão de serviços de interpretação para o atendimento à saúde, até o momento da Tese este tipo de programa não existia, portanto, sua resposta é “não”. Porém, ele é meta do Plano Municipal de Políticas para, conforme será apresentado na sequência. De acordo com o *stakeholder* 5, atualmente, de forma a facilitar a comunicação entre profissionais da saúde e os imigrantes, o trabalho é feito por meio de redes

de comunicação entre o CRAI, cujos atendentes são migrantes, e as UBSs⁵⁷, assim como por meio da contratação de agentes comunitários de saúde, cuja maioria são imigrantes.

Finalmente, em relação à elaboração de políticas e ações para a integração à saúde dos refugiados da cidade (indicador 30), destaca-se que a PMPI coloca o tema como uma de suas ações prioritárias. Seu Decreto regulamentador, além de designar à SMS a responsabilidade por atender os imigrantes levando-se em consideração suas necessidades especiais, estabelece uma série de diretrizes que devem ser seguidas pela secretaria. Dentre elas, destaca-se promover assistência de saúde, articulando serviços preventivos e curativos em saúde física e mental, atendendo às especificidades culturais e religiosas dos migrantes; fornecer atenção integral à saúde da mulher migrante; realizar ações de promoção da saúde voltadas aos imigrantes, com campanhas de informação adaptadas em termos linguísticos e culturais; estimular a contratação de agentes comunitários de saúde migrantes; dentre outras.

Embora o PMPI seja claro em relação a necessidade de ações e programas a serem desenvolvido e entregues pela SMS, São Paulo vive mais de algumas “boas práticas”, para aplicar o termo utilizado pelo *stakeholder 5*, que estão sendo experimentadas pela cidade, do que a partir de ações já bem estruturadas. Ventura e Yujra (2019), por exemplo, citam alguns experimentos realizados na região central da capital para aprimorar a comunicação com a população imigrante em alguns centros de saúde locais. Um desses experimentos é a disponibilização de infográficos em múltiplos idiomas que auxiliam na comunicação de sintomas e de possíveis tratamentos. De acordo com Gaeta *et al* (2017), foi construído na cidade um projeto inovador que resultou na construção de uma metodologia de sensibilização sobre a questão migratória com trabalhadores da saúde em mais de 60 equipamentos públicos da capital (56 UBS, seis hospitais e dois prontos-socorros). Dentre seus resultados está a elaboração, por exemplo, de um material educativo sobre a saúde com tradução para sete idiomas.

A temática sobre a saúde do imigrante e refugiado, além de presente na PMPI e no Plano Municipal (2021-2024), também está presente em outras duas ferramentas de gestão municipal, como o Plano Municipal de Saúde de São Paulo (2018-2021) (PMSS) (SÃO PAULO, 2018b) e a Programação Anual de Saúde (2021) (PAS) (SÃO PAULO, 2021c), embora de maneira bastante limitadas. O PMSS é visto como uma “oportunidade de verificar as aspirações na saúde pública municipal e também de avaliar os avanços alcançados desde a criação do Sistema Único

⁵⁷ Unidade Básica de Saúde

de Saúde (SUS)” (p.11), enquanto a PAS visa identificar como as diferentes unidades administrativas da SMS estão preparadas para operacionalizar o PMSS.

No PMSS, a saúde do imigrante está incluída apenas no objetivo 28 “Implementar o acesso à saúde, para a população imigrante, independentemente de sua situação migratória e documental” (p. 62), cuja única meta é aumentar em 50% os registros da variável “país de origem” no cadastro do Cartão Nacional de Saúde. No PAS, em decorrência da chegada de venezuelanos em São Paulo através do processo de interiorização do Operação Acolhida⁵⁸, criou-se um outro objetivo, o de “instrumentalizar 100% das UBSs das áreas de abrangências dos Centros de Acolhida na padronização de conduta”.

A principal ferramenta de gestão da saúde dos imigrantes e refugiados na cidade é o 1º Plano Municipal de Políticas para Imigrantes (2021-2024), que trata a temática dentro do seu EIXO VIII: “Acesso à saúde integral, lazer e esporte”. Seu objetivo estratégico é “Fomento do acesso à saúde culturalmente adequado para toda a população imigrante, independentemente de sua situação migratória e documental”. A matriz com as ações estipuladas neste eixo, seus indicadores e metas seguem no ANEXO I. O Plano Municipal apresenta 11 ações envolvendo a temática saúde, e assim como foi possível observar na seção anterior com a temática da educação, o caminho a ser percorrido pelo município para buscar uma melhor integração da população imigrante e refugiada à saúde ainda é longo e exige uma série de medidas inclusivas a serem compartilhadas pelos equipamentos públicos da cidade. As ações previstas no Plano são principalmente voltadas para capacitação/sensibilização de profissionais, atendimentos especializados aos imigrantes/refugiados, divulgação de informações e participação nos sistemas e gestão. O Quadro 18 apresenta o número das ações do eixo VIII, seguido por um resumo de seus propósitos e por breves comentários sobre a importância dessas ações, caso sejam concluídas, para a integração dos imigrantes/refugiados em São Paulo.

QUADRO 18 – AÇÕES E COMENTÁRIOS SOBRE O EIXO VIII: ACESSO À SAÚDE INTEGRAL, LAZER E ESPORTE”

Número da ação	Propósito	Comentários

⁵⁸ Criado em 2018, a Operação Acolhida trabalha em três eixos: 1) ordenamento da fronteira – documentação, vacinação e operação controle do Exército Brasileiro; 2) acolhimento – oferta de abrigo, alimentação e atenção à saúde; 3) interiorização – deslocamento voluntário de migrantes e refugiados venezuelanos de RR para outras Unidades da Federação, com objetivo de inclusão socioeconômica (GOVERNO FEDERAL, 2020).

71, 72, 74, 77 e 78	Quebrar barreiras comunicativas entre os profissionais envolvidos com os sistemas de saúde e seu público de atendimento, inclusive, incluindo representantes desta população na gestão da saúde municipal, propondo-lhes lugar de fala e decisão	O trabalho de sensibilização e capacitação de pessoas e profissionais envolvidos no campo da saúde, assim como ampliar a participação da população migrante no sistema, conforme preveem as ações, é primordial para a integração dos imigrantes e refugiados aos sistemas públicos da cidade. Casos de discriminação no atendimento e falta de comunicação entre o profissional e paciente são comumente relatados no mundo como barreiras ao acesso desta população, como ficou evidente na revisão de literatura e também no Brasil, conforme pode ser observado em alguns estudos (VENTURA e YUJRA, 2019; KNOBLOCH, 2015; MARTIN et al, 2018; STEFFENS e MARTINS, 2016; FORTUNATO, 2019). Parte desses problemas surge exatamente do desentendimento e desconhecimento por parte do profissional da saúde sobre as necessidades e especificidades culturais de tratamento do imigrante e refugiado. Neste sentido, as ações 71, 72, 74, 77 e 78 são essenciais.
70 e 79	Promover as informações preventivas de saúde, divulgar entre a população imigrante/refugiada informações sobre o SUS e disponibilização de aplicativos multilíngues e intérpretes.	Embora seja fundamental que o sistema de saúde e seus profissionais se adequem às especificidades culturais do refugiado, ao mesmo tempo os refugiados também precisam internalizar como é o funcionamento da “cultura de saúde” local e se adequarem à realidade na qual se encontram. Alguns importantes passos para que isto ocorra são a disponibilização de informações sobre como funcionam os sistemas de saúde locais, como são feitos os atendimentos e tipos de tratamentos comuns, assim como incentivar a participação dessa população para que ela possa se ambientar a esta realidade; medidas previstas nas ações 70 e 79.
73, 75 e 79	Ampliar o atendimento especializado à população migrante.	A importância em se pensar em atendimentos especializados para os refugiados é parcialmente atendida por algumas das ações previstas no Plano, sobretudo a partir das ações 73, 75 e 79. Destaca-se, novamente, a provisão de tradutores especificada na ação 79, que era, inclusive, uma necessidade apontada pelo indicador 29 desta Tese, como elemento fundamental para facilitar a relação profissional e paciente. A barreira linguística é um dos principais obstáculos de acesso do refugiado aos cuidados com a saúde no mundo e no Brasil. Assim, disponibilizar um aplicativo multilíngue e intérpretes especializados pode ser um grande passo para que esta barreira seja ultrapassada na cidade de São Paulo.

Fonte: Elaboração do próprio autor, baseado em informações do 1º Plano Municipal de Políticas para Imigrantes (SÃO PAULO, 2020a).

Nenhuma das ações previstas no Plano já são realizadas pelo poder público municipal, como é possível perceber a partir da ausência de linhas de base nos indicadores, e se apresentam como um grande desafio para o próximo quadriênio para os gestores locais. Caso sejam levadas em frente, estas ações poderão aprimorar de maneira significativa a qualidade do atendimento à população imigrante e refugiada da cidade, facilitarão o entendimento por parte do grupo sobre como é a “cultura de saúde” paulistana e provavelmente aumentará sua participação no sistema de maneira menos conflitante. Estes elementos vão de encontro com o conceito de integração adotado nesta Tese. Desta forma, para o indicador 30, a resposta é “sim” para a letra “a”, existe um plano de ação para a integração da população refugiada/imigrantes e “não” para a letra “b”, uma vez que o Plano ainda será colocado em prática.

Antes de seguir para a análise da integração dos refugiados sírios aos sistemas de saúde na prática, é importante mencionar o papel que a sociedade civil tem realizado até o momento para suprir o poder público em sua ausência. Steffens e Martins (2016), por exemplo, citam a importância das OSCs no encaminhamento da população imigrante às UBSs. Como não existem ainda ações em vigor atuando no sentido de ampliar o acesso à informação para esta população e de encaminhamento para os serviços locais, as OSCs tomam esta iniciativa e explicam aos imigrantes os procedimentos e funcionamento do SUS. Uma das pessoas entrevistadas pelo estudo, funcionária do setor público de saúde local, citou que “a sociedade civil está muito mais avançada no cuidado com o imigrante do que o poder público, que está muito precário nos cuidados com o imigrante em todas as áreas” (p. 279). Mais do que esse encaminhamento e divulgação de informações, Calegari (2017) destaca a criação, por parte das OSCs, de programas voltados para atender às necessidades de saúde da população imigrante e refugiada, como a Caritas, que possui um programa de saúde mental, e a IKMR, que realiza ações voltadas para a saúde de crianças refugiadas.

4.3.1 O que os dados dizem até o momento?

Para apoiar a análise da integração à saúde na prática dos refugiados sírios na cidade de São Paulo, quatro indicadores foram selecionados nesta Tese, sendo três objetivos e um subjetivo. O Quadro 19 apresenta esses indicadores.

QUADRO 19 - QUADRO DE INDICADORES OBJETIVOS E SUBJETIVOS DE INTEGRAÇÃO À SAÚDE DE REFUGIADOS SÍRIOS NA CIDADE DE SÃO PAULO

N.	Indicador	Descrição	Resultados	Comentários	Referência
31	Proporção de refugiados que já recebeu atenção à saúde	Qual a proporção de refugiados que já recebeu algum tipo de assistência à saúde (acessou os sistemas de saúde pública, recebeu visita de profissional da saúde, fez consulta particular etc.)?	78,13%	Proporção abaixo da encontrada em outros estudos. No entanto, ressalta-se que, aqueles que nunca receberam qualquer assistência à saúde, declararam também nunca terem precisado.	Adaptado de EGRIS, 2018.
32	Proporção de refugiados com necessidades médicas não atendidas	Qual a proporção de refugiados que relataram necessitar atenção médica, mas que, por algum motivo, não tiveram essa necessidade satisfeita?	76%	As principais dificuldades relatadas para terem as necessidades de atendimento supridas foram referentes aos longos tempos de espera e falta de alguém para acompanhá-los nas consultas, importante, sobretudo, por conta da barreira linguística.	Adaptado de EGRIS, 2018.
33	Proporção de refugiados que possuem a carteirinha do SUS	Qual a proporção de refugiados (que não possuam plano de saúde) que possuem a carteira do SUS?	92,86%	Dos 28 entrevistados que não possuem plano de saúde privado, 26 possuem carteirinha do SUS, indicando que os refugiados têm conhecimento sobre sua existência.	Elaborado pelo autor

34	Satisfação com os serviços de saúde prestados	Qual o nível de satisfação com os serviços de saúde prestados (atendimento, qualidade da consulta, comunicação etc.)	3,83	Salienta-se que a grande crítica foi referente ao longo tempo de espera para o atendimento. Caso a avaliação se referisse apenas à qualidade dos profissionais de saúde, as entrevistas indicam que os valores em termos de satisfação seriam melhores.	Adaptado de AGER and STRANG, 2004.

Fonte: dados do *survey*.

Assim como ocorreu nas outras seções, não é possível obter dados que discriminem a população imigrante que acessa os serviços de saúde de São Paulo por status migratório. De acordo com Aguiar *et al* (2015), em 2015, o GT “Imigrantes e Refugiados” fez um levantamento nas redes públicas de saúde paulistanas para tentar identificar em quais deles havia atendimentos a imigrantes e refugiados. Dos 286 estabelecimentos que responderam ao formulário encaminhado pelo grupo, 184 (64,3%) informaram realizarem atendimentos a esta população, sendo que 77,2% eram UBSs. Ao todo, havia 39.474 mil imigrantes cadastrados no Cartão Nacional de Saúde no município, sendo a maioria de bolivianos (12.368 mil), seguido por portugueses (9.319 mil) e italianos (2.670 mil).

Em termos de acesso dos refugiados aos sistemas de saúde públicos locais, ACNUR e CSVN (2019a; 2019b) mostraram que a grande maioria (91%) participa deles independentemente de suas nacionalidades, seja em São Paulo (94%) ou em outras cidades do Brasil. Um ponto que vale a pena destacar é como alguns dos refugiados trazem familiares de outros países ao Brasil apenas para que possam tratar sua saúde, aproveitando a abrangência e universalidade do SUS. Em ACNUR e CSVN (2019b), destaca-se o caso de um refugiado sírio que trouxe os pais para São Paulo apenas para usufruírem dele. Fato semelhante também foi levantado nas pesquisas de campo desta Tese, em que o pai de um refugiado o visita com certa periodicidade e sempre aproveita as ocasiões para realizar um *check-up* de sua saúde no SUS.

Os resultados do trabalho de campo apresentaram um acesso ao sistema de saúde inferior aos coletados anteriormente em ACNUR e CSVN (2019a; 2019b). Dos 32 entrevistados, 25 (78,13%) já receberam algum tipo de tratamento de saúde, seja em serviços públicos da capital paulista em qualquer nível de tratamento (primário, secundário, de baixa complexidade ou alta), sejam serviços de consulta privada. Importante destacar, no entanto, que a ausência dos demais sete refugiados nos serviços de saúde é decorrente de opções pessoais, conforme eles mesmo indicaram, e não porque foram impedidos por algum motivo de acessá-los, como falta de conhecimento da existência do SUS, por exemplo. Muito pelo contrário, dos 28 refugiados que

não possuem plano de saúde privado no Brasil, 26 têm a carteirinha do SUS, demonstrando que o conhecimento sobre sua existência é amplo entre os entrevistados.

Conhecer o SUS e possuir sua carteirinha é um importante passo para que o refugiado possa acessar os sistemas de saúde locais, no entanto, eles não são condições suficientes para isso. Um dado importante levantado no trabalho de campo desta Tese é aquele do indicador 32, “proporção de refugiados com necessidades médicas não atendidas”, isto é, qual a proporção dos entrevistados que precisaram de atendimento à saúde, mas não conseguiram suprir sua necessidade por algum motivo em uma ou mais ocasiões. Dos 25 refugiados que já acessaram os sistemas de saúde alguma vez, 19 (76%) não conseguiram suprir sua necessidade em algum momento. Os principais motivos citados como barreiras foram os longos tempos de espera no atendimento/tratamento e falta de alguém para levá-los às consultas. O longo tempo de espera gerou bastante crítica por parte dos refugiados e contribuíram para reduzir o valor da nota de satisfação em relação aos serviços de saúde locais (como será mostrado na sequência). A falta de alguém para levá-los às consultas/exames/tratamentos não é em decorrência de não saberem para onde se dirigir, mas, principalmente, por barreiras linguísticas. Como o português é ainda bastante precário para a maioria deles, o diálogo com os profissionais de saúde é muito prejudicado. Além disso, existem reclamações sobre a falta de capacidade comunicativa por parte dos agentes de saúde, que não falavam outros idiomas (como o inglês, mais citado por eles) e se esforçam pouco para se fazerem entendidos ou compreenderem a fala dos refugiados; existia uma “má vontade”, conforme relatou um dos entrevistados.

Aprimorar a comunicação em termos linguísticos e culturais entre paciente e profissional é parte do Plano Municipal de São Paulo, como mostrado anteriormente, mas enquanto ele não é colocado em prática, os refugiados encontram muitas barreiras para acessarem os serviços de saúde, fato demonstrado tanto por esta pesquisa como em outras já realizadas na cidade. Um desses estudos foi realizado pelo próprio poder público municipal através do SMDHC. Ao final de 2014, a secretaria elaborou um relatório identificando como principais barreiras por parte dos serviços de saúde no atendimento de imigrantes e refugiados as dificuldades com idioma e falta de conhecimento do grupo sobre o funcionamento do SUS, mas também a ignorância dos próprios servidores em compreenderem as especificidades desta população, assim como desconhecimento, inclusive, sobre se eles podem ou não atendê-los (SÃO PAULO, 2014). Assim, dentre as principais sugestões levantadas pelo relatório, estão a contratação de agentes de saúde imigrantes nas regiões de maior concentração desta população e demanda; oferta de

cursos de idiomas para os servidores, sobretudo de inglês, francês e espanhol; tradução de materiais de orientação dos equipamentos nos principais idiomas; e determinação clara, seja do Ministério da Saúde (MS), da SMS ou da Coordenação de Políticas para Migrantes, Secretaria Municipal de Saúde, sobre a obrigatoriedade de atender estrangeiros sem documentos.

Em duas das treze entrevistas realizadas por Fortunato (2019), os refugiados sírios destacaram as dificuldades em acessar os sistemas de saúde de São Paulo. Em um caso, o profissional supostamente recusou a atender o paciente por ele não falar português. Steffens e Martins (2016), por sua vez, demonstraram a partir de entrevistas com agentes de saúde que os imigrantes também são vítimas de discriminação por parte dos profissionais que os atendem, tanto por desconhecimento dos direitos desta população, quanto por preconceitos pessoais dos agentes. Somando este elemento às dificuldades linguísticas e falta de informações sobre como funciona o SUS, as barreiras de acesso se tornam ainda maiores para esta população.

Em relação ao indicador 34, quando solicitado aos refugiados que avaliassem sua satisfação com os serviços de saúde prestados, incluindo atendimento, qualidade da consulta, comunicação, dentre outros elementos, a nota final foi de 3,83 (n = 24), no qual 1 é “muito insatisfeito” e 5 é “muito satisfeito”. Ou seja, embora a nota indique mais satisfação do que insatisfação, o valor encontrado indica lacunas entre as demandas e o que é entregue. O principal motivo pelo qual a nota não foi tão boa é referente à demora nos atendimentos, conforme já mencionado. Por outro lado, quando atendidos, sentiram-se satisfeitos com a qualidade dos profissionais. O exemplo a seguir ilustra um pouco dessa satisfação.

[1] Você já procurou os serviços de saúde desde que chegou ao Brasil? [2] Sim. Quando eu cheguei aqui, cheguei acabado. Quando sai do Estado Islâmico, eles me deram água suja. Eles acabaram com a minha barriga inteira. Quando cheguei pra cá, cheguei com minhas pernas muito cansados... muito ruim mesmo. Quando fui no SUS, demorei pra entrar, mas durante dois, três meses, resolvi muitos problemas. Eu fiz muitos exames, fotos... a médica me ajudou, ligava pra mim pra saber meu estado. Me ajudou bastante. [1] E se fosse pra avaliar de 1 a 5, quanto você avaliaria sua experiência com o sistema de saúde aqui no Brasil? [2] 5. Sabe por quê? Porque... vou te falar a real, perto de Líbano, é mil melhor. Porque no Líbano você tem que ter 4 mil dólar pra você fazer as coisas que fiz aqui de graça no SUS. Na SUS demorou 6 meses, mas eu fiz. [1] E o atendimento foi bom? [2] Demais, cara. Ela (*médica*) usa aplicativo só pra traduzir algumas coisas pra mim, só pra me deixar tranquilo. (MOHAMMED, 32 anos).

As experiências passadas e os contextos se mostram importantes na hora de avaliar a situação atual no Brasil, assim como ocorreu nas seções anteriores, nas quais exemplos de como

eram os empregos na Síria foram utilizados como parâmetros comparativos com a realidade atual, e como eram as escolas na origem e como são em São Paulo. O exemplo de Mohammed, comparando os gastos do Líbano, por exemplo, e a satisfação em ter um atendimento qualificado e de graça no Brasil, é um ponto importante e facilitador da integração local.

Ainda que a experiência não seja completamente satisfatória com os sistemas de saúde, sob o olhar do refugiado que precisou atravessar barreiras e situações muito mais complicadas para ser cuidado, seja na Síria, seja em algum outro país intermediário antes de chegar ao Brasil, existe um sentimento de gratidão pela atenção, tratamentos recebidos e pela gratuidade dos sistemas brasileiros. Esses elementos são suficientes para refletirem em uma nota alta de satisfação. O contrário também pode ser verdadeiro: o refugiado que está acostumado com um atendimento à saúde mais eficiente e agora precisa enfrentar as barreiras impostas pelo SUS, pode refletir em avaliações ruins. Por exemplo, dois refugiados deram nota 2 em relação aos serviços de saúde locais, ou seja, se mostraram insatisfeitos. Um deles tem 74 anos de idade, é médico, era dono de hospital na Síria, formou-se na Inglaterra e teve a oportunidade de morar em vários países desenvolvidos antes da guerra civil em sua terra natal. Sua experiência como refugiado e acessando o sistema público de saúde brasileiro não foi boa, tanto porque ele entende que os atendimentos são demorados, quanto porque não conseguiu se comunicar bem (ele não fala português) e porque entende faltar infraestrutura nos estabelecimentos. Como seu padrão de vida era muito alto, problemas comuns ao SUS e as barreiras culturais/linguísticas foram o suficiente para que ele se mostrasse insatisfeito com os serviços ofertados.

Não foi possível encontrar informações relevantes sobre como é o sistema de saúde sírio para tentar compreender um pouco mais sobre a percepção dos refugiados em relação ao SUS, se é muito diferente do que estão acostumados ou não. No entanto, a reclamação sobre a demora do sistema brasileiro em atender à população pode ser um indicador de que no Brasil ele seja mais moroso do que na Síria ou em outras localidades. Ainda assim, a qualidade dos atendimentos à saúde foi apontada por alguns refugiados como vantagens do Brasil em relação à Síria, indicando que, apesar de moroso, os atendimentos são mais qualificados no destino. Conforme ficou claro por meio de algumas entrevistas, percebe-se que as notas seriam acima de quatro caso a avaliação dos serviços de saúde resumisse apenas a opinião dos entrevistados em relação à qualidade dos profissionais envolvidos. Porém, como a avaliação leva em consideração outras variáveis, a satisfação geral é menor. Não foi possível, também, identificar

diferenças de avaliação por características sociodemográficas dos refugiados entrevistados neste trabalho.

4.3.2 Conclusão

Integrar os refugiados aos sistemas de saúde é fundamental para o processo como um todo ao seu destino porque sua condição mental e física pode afetar de maneira positiva ou negativa em outros campos. Observando o cenário nacional em termos legais, percebe-se que os direitos de acesso são amplos, porém, apenas designar direitos não significa que o acesso será realizado, sendo necessário também políticas públicas inclusivas. Do ponto de vista de São Paulo, embora boas práticas existam já há alguns anos, o município não possuía um plano de ações bem estruturado. Ele surgiu apenas no final de 2020 com o 1º Plano Municipal de Políticas para Imigrantes (2021-2024) e espera-se que várias de suas ações, caso concretizadas, permitam aos refugiados e imigrantes se integrarem melhor aos sistemas de saúde locais. Embora alguns dados indiquem que os refugiados estão acessando os sistemas públicos, a falta de profissionais capacitados para atender às demandas específicas do grupo, as barreiras linguísticas de comunicação entre paciente e profissional, a ausência de informações sobre como o SUS funciona, e o preconceito e ignorância de alguns agentes públicos sobre esta população, apresentam-se como atuais dificultadores à integração. Um indicador apontado nesta Tese mostra que esta é uma preocupação real (com todas as ressalvas necessárias em relação ao seu tamanho amostral pequeno), uma vez que quase 80% dos entrevistados indicaram não terem conseguido suprir suas necessidades de atendimento médico quando precisaram em uma ou mais ocasiões. Dentre os motivos, além de longa espera, foram elencados os problemas de comunicação, incompreensão do sistema e preconceito.

A falta de dados específicos sobre o acesso de refugiados aos sistemas de saúde impede uma análise mais aprofundada sobre quais grupos aparentam apresentar maiores dificuldades/facilidades de integração, se mulheres, homens, pessoas mais jovens ou mais velhas e se cristãos ou muçulmanos. Os resultados parecem indicar que os problemas mais comuns são enfrentados por todos os grupos. No entanto, como a principal barreira de acesso é o idioma, como as pessoas mais velhas e as mulheres já foram identificadas como os grupos de pior desempenho em português (baseando-se nas outras seções e capítulos desta Tese e em outros estudos), é possível supor que eles são também aqueles que encontram maiores dificuldades na hora de buscar atendimento. Importante destacar que a mulher síria e muçulmana ainda carrega todo um corolário cultural que aumenta suas dificuldades de

integração ao não poder ser atendida por médicos homens, ou mesmo não poder retirar o *hijab* para exames mais específicos, conforme mencionado por alguns *stakeholders*.

Assim como ocorreu em outras seções, as informações levantadas nesta seção permitiram identificar que a integração dos refugiados é fortemente influenciada por elementos de ordem estrutural. A falta de preparo das instituições públicas para receber a população, aliada à ausência de políticas e programas de inclusão, refletem em inúmeras barreiras para o acesso à saúde. Além disso, problemas como o longo tempo de espera nas filas, um dos principais pontos de crítica dos refugiados em relação ao SUS, reflete uma questão de sobreutilização do sistema e falta de infraestrutura adequada para acompanhar a demanda. Este é um ponto de críticas não apenas dos refugiados, mas da população brasileira que depende deste sistema. É importante chamar atenção novamente para o fato de que a ausência de políticas e programas em outras áreas acaba refletindo também neste campo. Por exemplo, a dificuldade com o português, fruto da ausência de incentivo e oportunidades de estudos para os refugiados, que no caso dos sírios já se encontram no Brasil há muitos anos, afeta sua capacidade de acessar o sistema e ter um atendimento mais qualificado.

Para finalizar, os dados levantados nesta seção apontam para um cenário atual de muitos desafios para que a integração aos sistemas de saúde por parte dos refugiados sírios possa ocorrer plenamente no município de São Paulo. São anos de dificuldades e vários apontamentos e lacunas já foram identificados em outras pesquisas sobre o tema, e, apesar de boas práticas estarem sendo realizadas, a cidade carecia de um planejamento estratégico de ações para suprir os problemas existentes. Este planejamento veio com o Plano Municipal em 2020, com ações pontuais que prometem, caso sejam colocadas em prática, aprimorarem consideravelmente não apenas o acesso da população síria e dos demais refugiados e imigrantes, mas, sobretudo, a qualidade dos atendimentos. O quadro a seguir resume os principais achados nesta seção em termos de integração à saúde dos refugiados sírios na cidade de São Paulo.

QUADRO 20 - PRINCIPAIS RESULTADOS DA INTEGRAÇÃO À SAÚDE DOS REFUGIADOS SÍRIOS NA CIDADE DE SÃO PAULO.

Campo de Integração	Integração Legal	Integração Objetiva

Saúde	Legislação ampla e inclusiva em termos de acesso aos sistemas de saúde em todos os níveis de tratamento; Ausência de políticas públicas e ações estruturadas em vigor voltadas exclusivamente para os refugiados. Porém, existem iniciativas e “boas práticas” por parte do poder público municipal de São Paulo à população migrante como um todo, nas quais estão incluídos os refugiados; É área de atuação do 1º Plano Municipal de Políticas para Imigrantes (EIXO VIII – “Acesso à saúde integral, lazer e esporte”).	A grande maioria dos refugiados sírios parece conhecer e acessar o SUS, seja em postos de saúde, hospitais ou outros estabelecimentos de saúde; Embora acessem, os refugiados enfrentam dificuldades para que tenham suas necessidades atendidas por longas filas de espera, dificuldades de comunicação, falta de compreensão sobre como o SUS funciona, falta de treinamento dos agentes públicos de saúde para atendê-los, preconceito e por divergências culturais; Aparentemente, os refugiados estão satisfeitos com a qualidade dos atendimentos de saúde do SUS, no entanto, as longas filas de espera são o grande responsável por diminuir a satisfação geral. Ainda assim, sentem-se gratos pela oportunidade de acessarem bons profissionais e de maneira gratuita.

4.4 HABITAÇÃO

O impacto que a habitação tem na condição física, emocional e no sentimento de pertencimento por parte do refugiado já é algo bem estabelecido na literatura internacional, conforme destacam Ager e Strang (2008). Condições vulneráveis de habitação são reflexos e podem refletir na má integração em outras áreas. Assim, identificar como está a situação habitacional dos refugiados é fundamental para uma análise da integração como um todo.

No campo do direito internacional, a moradia está destacada em alguns importantes tratados, como na DUDH (artigo 25), a qual a confere como um direito de todos, e no “Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais” (1966), em seu artigo 11. Desde então, outros tratados de direitos humanos passaram também a reconhecer ou a fazer referência à moradia adequada ou a alguns de seus elementos como direitos de todas as pessoas, tais como a proteção da própria casa e da privacidade (OHCHR, 2009). Para analisar como o direito à moradia do refugiado é expresso dentro da legislação brasileira e se a efetivação desse direito tem como agente o poder público através de políticas e programas, foram selecionados cinco indicadores legais para serem investigados nesta seção, conforme destacados abaixo.

QUADRO 21 - QUADRO DE INDICADORES LEGAIS DE INTEGRAÇÃO HABITACIONAL DOS REFUGIADOS

N.	Indicador	Descrição	Respostas	Referência
35	Acesso à moradia	Os refugiados possuem os mesmos direitos à moradia e aquisição de propriedade que os nativos?	Em partes. O direito à habitação e propriedade são iguais entre refugiados e nativos por meio da CF/88. No entanto, em termos de aquisição, existem algumas restrições para os refugiados.	Adaptado de Huddleston et al, 2015

36	Provisão de moradia aos refugiados	O Estado provê suporte voltado à moradia temporária ou de longo prazo especificamente aos refugiados? (isto é, centros de acolhimento, apartamentos etc.)	Não. O que existe é a inclusão deles em abrigos municipais temporários para imigrantes enquanto categoria e a permissão para que disputem vagas com os nacionais em outros abrigos e participem de programas habitacionais sociais, como o PMCMV, Casa da Família e Programa Locação Social.	Adaptado de UNHCR, RRCE e EUROSTAT, 2013.
36a	Condições para elegibilidade	É preciso que os refugiados se enquadrem em certas condições ou necessitem esperar por determinado tempo?	-	-
36b	Tempo de ajuda	Por quanto tempo é permitido ao refugiado usufruir do benefício?	-	-
37	Suporte financeiro	O Estado provê suporte financeiro (em dinheiro) aos refugiados para que eles possam encontrar suas próprias moradias?	Não.	Adaptado de UNHCR, RRCE e EUROSTAT, 2013.
37a	Condições para elegibilidade	É preciso que os refugiados se enquadrem em certas condições ou necessitem esperar por determinado tempo?	Não se aplica	-
37b	Tempo de ajuda	Por quanto tempo é permitido ao refugiado usufruir do benefício?	Não se aplica	-
38	Liberdade de movimento	Os refugiados possuem os mesmos direitos legais que os nativos para mudar de residência, cidade/estado?	Sim. Este é um direito previsto na CF/88 e na Lei de Migração.	Adaptado de UNHCR, RRCE e EUROSTAT, 2013.
39	Liderança do governo	a) O governo possui uma política pública ou um plano explícito de ação sobre a integração habitacional dos refugiados? b) As medidas já foram implementadas?	a) Sim, o tema da integração habitacional está previsto em no eixo II do 1º Plano Municipal de Políticas para Imigrantes. b) Não, as ações do Plano estavam previstas para se iniciarem em 2021.	Adaptado de Huddleston et al, 2015

Fonte: Fonte: Informações obtidas através da CF/1988, legislações nacionais e publicações acadêmicas.

O direito à moradia e à propriedade são expressos na CF/88 em seus artigos 5º e 6º como garantias fundamentais a todos em território brasileiro. Na Lei da Migração (BRASIL, 2017a), o direito à moradia e à propriedade, de maneira igualitária, são reforçados através dos seus artigos 3º e 4º. Embora estejam assegurados a todos por ambas as legislações, o direito de aquisição para os estrangeiros possui algumas restrições, como não poderem adquirir imóvel ou terreno situado na faixa de 100 metros ao longo da costa marítima⁵⁹, ou, em zona rural, a aquisição por pessoa física não poder ultrapassar 50 módulos de exploração indefinida, em área

⁵⁹ A não ser que seja autorizado pelo presidente da República ou pelo ministro da Fazenda (Decreto/Lei 9.760/46, artigo 205). Essa restrição não se aplica para aquisições de unidade autônoma em condomínio, como em prédio de apartamentos situado em terrenos da marinha, conforme a Lei 4.591/64

contínua ou descontínua⁶⁰, para citar dois exemplos. Desta forma, pode-se dizer que a resposta para o indicador 35 é “em partes”, isto é, o direito de moradia e à propriedade são iguais entre refugiados e nativos, no entanto, o direito de aquisição é um pouco mais restrito aos primeiros do que aos últimos, seja em área urbana ou rural.

Em relação ao provimento de habitações (indicador 36), torna-se importante, primeiramente, definir o seu significado, ou seja, o que se está sendo chamado de “habitação”. Nesta Tese, habitação se refere ao conceito de “moradia adequada”, conforme definido no documento *The Right to Adequate Housing*, do *Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights* (OHCHR, 2009). Nele, para uma habitação ser considerada uma moradia adequada, dentro do que a lei internacional determina como direito, é necessário que o indivíduo possa viver em um lugar seguro, pacífico e digno. Quatro conjuntos de critérios precisam ser atendidos para que uma moradia possa ser entendida como adequada, são eles a) “Liberdades” b) “Privilégios/benefícios” c) “Mais do que quatro paredes e um teto” e d) “Proteção contra expulsões forçadas”. São vários os critérios exigidos para cada conjunto, dentre os quais, destacam-se alguns. Em “a” é expresso a proteção contra desalojamentos forçados e o direito de escolher a residência, de determinar onde viver e à liberdade de movimento. Em “b”, o seguro de posse, acesso igualitário e não discriminatório à habitação adequada. Em “c”, a disponibilidade de serviços (água potável, saneamento básico, energia elétrica, dentre outros), acessibilidade – no sentido de seu custo não comprometer o proveito de outros direitos humanos, e adequabilidade, no sentido de respeitar as identidades culturais dos moradores. Em “d”, proibição de ser desalojado em tempos ruins ou à noite, disponibilidade de assistência jurídica e disponibilidade de informações sobre o despejo proposto em tempo razoável.

Antes de analisar a atuação do governo de São Paulo no sentido de prover habitação à população refugiada na cidade, é importante salientar alguns pontos sobre as definições de moradia adequada. O direito à moradia disposto na DUDH (1948) e em outras legislações internacionais e nacionais não significa que é obrigação do governo local provê-la a toda sua população, conforme destaca o OHCHR (2009). Segundo o documento:

Rather, the right to adequate housing covers measures that are needed to prevent homelessness, prohibit forced evictions, address discrimination, focus on the most vulnerable and marginalized groups, ensure security of tenure to all, and guarantee that everyone's housing is adequate. These measures can

⁶⁰ Caso a área seja menor do que 3 módulos, a aquisição por parte do estrangeiro é livre e independente de qualquer autorização ou licença, ressalvadas as exigências gerais determinadas em lei (Lei 5.709/71).

require intervention from the Government at various levels: legislative, administrative, policy or spending priorities. It can be implemented through an enabling approach to shelter where the Government, rather than playing the role of housing provider, becomes the facilitator of the actions of all participants in the production and improvement of shelter (p. 06).

Nesse sentido, o governo possui mais o papel de garantidor do direito à moradia adequada do que como fornecedor.

Dois pontos em relação ao direito à moradia adequada mencionados em OHCHR (2009) ainda merecem menções. Primeiramente, destaca-se que direito à moradia adequada não é a mesma coisa que direito à propriedade. O primeiro é mais amplo, uma vez que ele aborda direitos não relacionados à propriedade e é voltado a assegurar que todos tenham um lugar seguro e protegido para viver, incluindo os não-proprietários de bens. O segundo ponto é que o direito à moradia adequada também não é a mesma coisa que direito à terra. O acesso à terra pode constituir um elemento primordial para a realização do direito à moradia adequada, no entanto, os direitos humanos internacionais não o reconhecem como algo a ser garantido a todos (OHCHR, 2009).

Após esses esclarecimentos, é possível identificar com mais clareza se o governo paulistano provê suporte habitacional aos refugiados ou não, conforme expõe o indicador 36. A pauta da habitação tem sido uma das principais preocupações do poder público municipal de São Paulo nos últimos anos. Na PMPI (SÃO PAULO, 2016a), ela está entre os temas de ações prioritárias (artigo 7º), e consta, dentro do seu planejamento, a coordenação de “ações no sentido de dar acesso à população imigrante a programas habitacionais, promovendo o seu direito à moradia digna, seja provisória, de curto e médio prazo ou definitiva” (artigo 7º, inciso VI). O Decreto (SÃO PAULO, 2016b) que regulamenta a PMPI é mais explícito ao destinar à Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB) as obrigações perante o abrigo dos imigrantes no município. Ao todo, o artigo 22 do Decreto determina oito medidas a serem cumpridas pela SEHAB, dentre elas, destacam-se adaptar programas e instrumentos legais da política habitacional para contemplar a população imigrante; garantir a eles informações sobre os programas existentes e sua participação; celebrar parcerias com associações e outros grupos para apoio à construção de unidades habitacionais; promover campanhas voltadas aos imigrantes sobre o direito à moradia digna e mercado habitacional na cidade; dentre outras.

Embora várias medidas estejam previstas no SEHAB, a habitação da população imigrante segue como um dos principais desafios a serem superados pelo poder público local.

Isso porque não existem provisões de moradias de médio e longo prazo direcionadas especificamente a esta população e o município de São Paulo conta com um déficit habitacional de quase meio milhão de pessoas, ou 474 mil, conforme Silva (2019). Seguindo o padrão dos outros campos de integração, a base da atuação municipal está mais em incluí-los no que já existe, facilitando sua inserção em programas voltados à população paulistana como um todo, do que propriamente criar medidas específicas. Não existe um programa municipal de habitação para esta população, conforme destacou o *stakeholder 5* durante sua entrevista.

A secretaria habitacional de São Paulo possui três programas que não são direcionados a esta população e por isso não se enquadram exatamente no indicador 36, mas é importante ressaltá-los porque ela pode legalmente acessá-los: o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), o Casa da Família e o Programa Locação Social. Conforme destaca Ahlert (2018), embora teoricamente o acesso ao PMCMV seja possível ao refugiado, não há nenhum tipo de facilitação para que ele possa aderi-lo, sendo necessário que preencha todos os requisitos de elegibilidade ao de um nacional. Isto implica, por exemplo, na necessidade de obtenção de um visto de residência permanente. Para isso, ele precisa ou residir no Brasil há pelo menos quatro anos, conforme estipulado pela Resolução Normativa n. 91, de 2010, do Conselho Nacional de Imigração (CNIg) (BRASIL, 2010), ou seguir pelo menos um dos critérios estipulados no artigo 1º da Resolução Normativa n. 6, de 1997, do CNIg (BRASIL, 1997b), como ser profissional qualificado e contratado por instituição no país, ouvido o Ministério do Trabalho; ser profissional de capacitação reconhecida por órgão da área; ou estar estabelecido com negócio fruto de investimento próprio, que satisfaça os objetivos da Resolução Normativa do CNIg relativos à concessão de visto a investidor estrangeiro. Devido a essas exigências legais, uma pessoa refugiada pode precisar de anos para se tornar elegível a participar do PMCMV.

Por sua vez, o Casa da Família foi formatado para viabilizar aporte de recurso e permitir o acesso à casa própria para 24 mil famílias. A parceria viabiliza o complemento do subsídio destinado ao PMCMV– FAR (Fundo de Arrendamento Residencial), destinado às famílias com renda familiar de até 1.800 reais, e FDS (Fundo de Desenvolvimento Social), destinado às entidades organizadoras de moradia habilitadas pelo Ministério das Cidades. Para que o imigrante possa acessá-lo, no entanto, ele precisa preencher, dentre outros critérios, os exigidos para participação no PMCMV (SÃO PAULO, 2021b). Isto é, dois programas que poderiam servir para esta população contam com critérios que podem excluí-los por muito tempo.

Já o Programa Locação Social, criado em 2003 por meio da Instrução Normativa nº1 da SEHAB (SÃO PAULO, 2003), tem como objetivo ofertar unidades habitacionais a valores acessíveis de aluguel para o atendimento prioritário e da população de baixa renda. Os grupos prioritários de atendimento pelo programa são famílias com renda de até três salários-mínimos e pessoas em situação de vulnerabilidade social, como idosas, em situação de rua, portadoras de direitos especiais, além de moradores de áreas de risco ou insalubridade (SÃO PAULO, 2019b). Destaca-se que, apesar de estar previsto desde 2003 em Lei, as primeiras habitações do programa só foram entregues em 2017 (34 ao todo, beneficiando 71 pessoas) e sua participação exige cadastro prévio e filas de espera que podem levar muitos anos.

O que existe de fato voltado aos imigrantes em São Paulo são quatro centros públicos especializados em acolhê-los, ofertando um total de 572 vagas⁶¹. Para além desses centros, os imigrantes e refugiados podem concorrer a outras vagas destinadas à população vulnerável em abrigos públicos municipais (SÃO PAULO, 2020b). Conforme destacou o *stakeholder 5*, a disponibilidade de abrigos não pode ser considerado uma política habitacional porque esses centros não são vistos como uma residência. Além disso, até pouco tempo atrás, destacou que esses centros serviam mais como um lugar para pernoite do que uma moradia. De acordo com Miranda e Ribas (2018), participantes de um seminário sobre acesso à justiça da população em situação de rua, organizado pela USP no ano de 2018, apontaram as principais falhas nas ações públicas voltadas aos imigrantes e refugiados nesta condição na cidade de São Paulo. Dentre elas, foram destacadas as condições dos centros de acolhida, em que são realizadas transferências obrigatórias e mal fundamentadas, problemas de infraestrutura, arbitrariedade na mediação, falta de fiscalização sanitária e cuidado nutricional. A situação insatisfatória em termos de habitação nesses centros compõe alguns dos motivos pelos quais os imigrantes e refugiados acabam procurando como soluções à moradia as ocupações populares, como destacado pelo *stakeholder 5* e por outros estudos e matérias jornalísticas sobre a questão (MARTINS, 2018; MIRANDA e RIBAS, 2018; VIANA, 2016; LEONEL, 2017; FORTUNATO, 2019). Para além dos problemas mencionados em relação aos centros de acolhida, outros fatores que levam imigrantes e refugiados a buscarem as ocupações como alternativa à moradia são as dificuldades na obtenção de documentos para alugar imóveis, assim

⁶¹ Ao todo, a cidade de São Paulo possui quase 400 mil imigrantes (SÃO PAULO, 2020a).

como em compreenderem os procedimentos burocráticos para tal; dificuldades com o português; e os altos preços dos aluguéis (MARTINS, 2018; VIANA, 2016).

Algumas OSCs também procuram atuar provendo abrigos temporários à população imigrante e refugiada na cidade de São Paulo na ausência do estado, como a Missão Paz, através do programa “Casa do Migrante”, ou mesmo a Caritas. De acordo com Viana (2016), a Casa do Migrante, além do serviço de acolhida, também oferta alimentação, orientação e encaminha os imigrantes e refugiados para outros locais de acolhida. No trabalho da autora, destaca-se uma entrevista com assistente social da Missão Paz, na qual ela reforça que a Casa do Migrante, apesar do nome, não é a casa de verdade dessa população, sobretudo porque é temporária.

A partir dessas informações levantadas, a resposta para o indicador 36 é “não”: o governo de São Paulo não provisiona habitações voltadas especificamente aos refugiados, apenas permite seu acesso em abrigos municipais para imigrantes enquanto categoria e que eles possam competir com a população local nos projetos habitacionais populares.

Em relação ao indicador 37, “suporte financeiro”, a partir das pesquisas realizadas pode-se concluir que sua resposta também é “não”, o governo municipal não fornece apoio financeiro para que os refugiados possam subsidiar suas moradias. Não foi possível identificar nenhum tipo de lei ou ação neste sentido na cidade. Em termos de subsídios, os refugiados geralmente se apoiam em iniciativas locais através das OSCs ou do próprio ACNUR.

Em relação ao indicador 38, “Liberdade de movimento”, a CF/88, em seu artigo 5º, ressalta que a liberdade é um direito fundamental de todos. Na Lei 13.445 (BRASIL, 2017a), o direito à liberdade e circulação por parte do migrante em igualdade de condições aos nacionais é garantido em seu artigo 4º, inciso II. Assim, o direito de movimentação no território nacional é o mesmo para todos que estão em solo brasileiro, independentemente de status migratório. Desta forma, a resposta para o indicador 38 é “sim”, os refugiados possuem os mesmos direitos legais que os nativos para mudar de residência, cidade ou estado.

Finalmente, em termos de política ou plano de ação habitacional para os refugiados (indicador 39), além de estar prevista na PMPI e em seu Decreto regulamentador, a habitação também entrou como um dos eixos prioritários de ação para o próximo quadriênio (2021-2024) no 1º Plano Municipal de Políticas para Imigrantes da cidade de São Paulo. O eixo responsável pelo tema é o II: “Acesso à assistência social e habitação”. As principais ações relacionadas à

habitação, indicadores e metas estão na matriz (ANEXO I). As ações, indicadores e metas para a assistência social serão apresentados no capítulo seguinte, na Integração Sociocultural.

As ações previstas no Plano são voltadas para mapear a população imigrante acessando os serviços habitacionais e fomentar sua participação neles, sobretudo através da realização de diálogos e ampliando os canais de informações. Ele não prevê a criação de novos projetos habitacionais, o que reforça as dificuldades existentes na cidade. Ampliar o acesso da população imigrante e refugiada aos abrigos sociais não pode ser considerada uma medida integradora, mas sim paliativa. Isso porque esses abrigos possuem limitações de infraestrutura e privacidade e, como o próprio *stakeholder 5* mencionou, não podem ser vistos como uma habitação de fato. Em Viana (2016), uma assistente social do Centro de Acolhida ao Migrante destacou:

E sem dúvida que abrigo não é lugar saudável para ninguém. Você tinha a sua casa, você tinha o seu canto, o seu espaço, a sua maneira de acordar, sua maneira de fazer comida, você dormia e acordava a hora em que você queria, né, então tudo isso é um choque (...). E se roubarem as minhas coisas? Eu não estou mais na minha casa. Não é o meu lar, não é o meu espaço, é um abrigo. E eu insisto: num primeiro momento, quando a pessoa chega aqui e eu tenho que falar sobre isso: “olha, você vai ficar dentro de um serviço, chamado abrigo, é uma casa de acolhida, nós não podemos permitir que você deixe suas coisas aí, celular carregando, notebook, alguém pode vir e tirar. (p. 69).

Dentre as ações do Plano, destaca-se brevemente a 26, que prevê diálogos por parte do poder público também com o setor imobiliário para flexibilizar os documentos exigidos na locação/compra de imóveis para a população imigrante. Como já foi previamente abordado e será mais destrinchado na sequência, as dificuldades burocráticas para se alugar uma residência se mostram grandes barreiras para que essa população se integre habitacionalmente. Esta etapa, caso cumprida e resulte em mudanças práticas na forma como o mercado imobiliário lida com os imigrantes e refugiados na cidade, pode representar um importante avanço na integração local deste grupo. Assim, a resposta para o indicador 39 pode ser entendida como “sim” para a letra “a” e “não” para a letra “b”, uma vez que o Plano ainda está para ser executado.

4.5.2 O que os dados dizem até o momento?

Para avaliar a integração habitacional na prática dos refugiados sírios na cidade de São Paulo, ao todo foram selecionados cinco indicadores, conforme apresentados no Quadro 22. Assim como nas seções anteriores, os dados existentes até o momento são limitados e não são capazes de apresentar o cenário real para uma análise mais aprofundada sobre a situação de

moradia dos refugiados sírios em São Paulo ou mesmo no Brasil. No entanto, alguns estudos, para além dos resultados de campo desta pesquisa, ajudam em sua compreensão parcial.

QUADRO 22 - QUADRO DE INDICADORES OBJETIVOS E SUBJETIVOS DE INTEGRAÇÃO HABITACIONAL DE REFUGIADOS SÍRIOS NA CIDADE DE SÃO PAULO

N.	Indicador	Descrição	Comentários	Referência
40	Proporção de refugiados sem abrigo próprio	Qual a proporção de refugiados sem abrigo próprio (alugado ou dono do imóvel, isto é, que ainda depende de instalações públicas, ou mora em igrejas e ONGs, casa de amigos ou familiares como favor).	Todos os refugiados vivem em moradias particulares e pagam aluguel, com a região central da capital sendo a mais procurada. Embora possa parecer um bom indicador, é preciso verificar se os gastos com o aluguel não estão colocando em risco outras necessidades básicas das famílias entrevistadas.	Adaptado de UNHCR, RRCE e EUROSTAT, 2013.
41	Adensamento domiciliar excessivo	Qual a proporção de refugiados vivendo em adensamento domiciliar excessivo?	De todos os entrevistados, apenas oito dividem casa com número suficiente de pessoas para poder, na teoria, se encaixar nos critérios de adensamento domiciliar excessivo, ou seja, superar a relação de 3:1 entre residentes e cômodos.	Adaptado de Ager and Strang, 2004 e EGRIS, 2018. Medidas baseadas no que o IBGE considera como adensamento domiciliar excessivo. Mais informações em (ROSAS, SARAIVA E SALES, 2016).
42	Tempo médio de deslocamento	Tempo médio gasto no deslocamento entre residência e trabalho/escola/universidade.	O tempo médio gasto é menor que o dos brasileiros que vivem em São Paulo. Isso se explica pelo fato da boa localização de grande parte dos refugiados, que moram relativamente próximos aos seus empregos.	Próprio autor.
43	Proporção de refugiados vivendo em locais por eles escolhidos	Proporção de refugiados que decidiram morar na cidade de São Paulo.	Embora todos tenham optado por viver em São Paulo por questões pessoais, isso não significa desejarem nele permanecer para sempre, como foi identificado com parte dos amostrados.	Adaptado de UNHCR, RRCE e EUROSTAT, 2013.
44	Nível de satisfação com a moradia (média)	Qual o nível de satisfação com a moradia (aspectos físicos, como estrutura e tamanho).	-	Adaptado de UNHCR, RRCE e EUROSTAT, 2013; AGER and STRANG, 2004.
44a	Aspectos físicos	Satisfação com a estrutura da residência e tamanho e conforto.	Pela seletividade dos refugiados entrevistados, muitos com situações que eram bastante confortáveis na Síria, os apartamentos pequenos nos quais eles estão vivendo em São Paulo é o principal motivo de insatisfação por parte deles. Os mais insatisfeitos moram na região leste e central.	-
44b	Segurança do bairro	Satisfação com o nível de segurança da vizinhança.	Chama atenção a quantidade de refugiados que citou ter sido assaltado/roubado ou presenciado este fenômeno. Claramente, a segurança é um ponto de preocupação para os entrevistados. Os mais satisfeitos moram na região oeste da capital. Não foram relatados casos de discriminação por vizinhos.	-

44c	Distância	Satisfação com a distância para o trabalho/escola/universidade/padaria/supermercado/postos de saúde etc.	São Paulo é uma cidade muito grande e a distância entre as localidades chamou atenção dos refugiados, sobretudo quando chegaram. Os que moram na região central são os mais satisfeitos em relação a este aspecto.	-
44d	Disponibilidade de transporte público	Satisfação com a disponibilidade de transporte público.	De uma forma geral, a população elogiou o transporte público da capital, independentemente da região de moradia.	-

Fonte: dados do *survey*.

De maneira geral, o que a literatura tem apresentado (CALEGARI, 2017; FORTUNATO, 2019; VIANA, 2016; LEONEL, 2017) e os dados coletados nesta pesquisa corroboram é que os refugiados sírios enfrentam inúmeras dificuldades para encontrarem moradias adequadas na cidade de São Paulo, sobretudo no período inicial de chegada. Problemas com o idioma, dificuldades em compreender os procedimentos burocráticos para se alugar uma casa, falta de dinheiro e a ausência de pessoas conhecidas no destino fazem com que muitos deles passem dificuldades ainda atualmente, mas, sobretudo, nos primeiros meses e anos no destino. Uma fala que exemplifica bastante a realidade dos refugiados é a de Naim. Ele chegou ao Brasil em Guarulhos com a esposa e dois filhos. Durante seus dois primeiros anos de vida na cidade, Naim encontrou muitas dificuldades em se estabelecer por falta de ajuda, até que finalmente encontrou um brasileiro que lhe concedeu um apartamento para morar de graça por um ano, permitindo-lhe se estabilizar. Parte de sua experiência é relatada no trecho a seguir.

[1] E você morou no Guarulhos quando chegou? [2] Muito difícil, muito difícil. Mora no Guarulhos já pensar em volta no egípcio, Turquia ou outra cidade. Esses dois anos em Guarulhos, eu não recebi vida, não. Eu mora num casa... a chuva igual na rua, entra no casa, quebrou tudo moveis... dorme no chão, com água... é difícil, bem difícil. (...) [1] Ai você veio para São Paulo? [2] Tenho um amigo, eu falo ele irmão, ele chama Alexandre. Ele olhando do esposa, olhando pra médico dentista pra pessoa refugiado, Deus manda ele. Ele chegou, sentado quase 20 famílias síria... ele entra, chegou no minha esposa, fala “que nome?”, ele fala, “precisa de mais alguma coisa, precisa ajuda?”. Minha esposa fala “precisa casa”, ele, “ta bom, esse é meu telefone... depois liga pra você”. Dois dia, eu liga pra ele, “Oi Alexandre, você fala pra minha esposa tem casa”... ele fala assim, “tem casa bom pra vocês”. [1] Ai a casa que você ficou era dele? [2] Mora la casa dele dois anos, dois anos e seis meses. [1] Ai você morou com ele? [2] Não, sozinho. [1] Então a casa era dele e você alugou? [2] Não. Um ano eu não paguei aluguel dele (NAIM, 40 anos).

A questão da moradia para os refugiados no Brasil e especificamente em São Paulo foi levantada também pelos estudos do ACNUR e CSVN (2019a; 2019b). Olhando para o cenário nacional e sem especificar nacionalidades, o ACNUR e CSVN (2019a) identificaram que 78,44% dos refugiados amostrados (n = 487) estavam vivendo em moradias particulares, isto é, em unidades residenciais nas quais vivem apenas seus familiares ou amigos próximos. De

acordo com o estudo, na prática, os refugiados estão alugando quartos individuais em hotéis, pensões ou residências coletivas, alguns deles em regiões precarizadas dos centros urbanos onde residem. Em relação à cidade de São Paulo, o estudo do ACNUR e CSVN (2019b) mostrou que 77% dos refugiados de todas as nacionalidades amostrados ($n = 281$) vivem em moradias alugadas, 2% em residências próprias, 1% em outros tipos e 20% não informaram. Em relação às informações levantadas no trabalho de campo desta Tese, dentre os 32 refugiados sírios entrevistados, todos responderam viver atualmente em residências particulares, ou seja, todos estão abrigados em suas próprias casas e não moram de favores ou em algum abrigo público. Nenhum deles é dono do próprio imóvel e todos pagam aluguel.

É importante destacar que o fato da maioria viver em residências particulares não é, necessariamente, um bom indicador de integração por si só, conforme mostrado no capítulo anterior sobre os refugiados sírios no mundo. Em países como o Canadá, por exemplo, em que o suporte concedido pelo governo para moradia dura apenas um ano, a grande maioria vive em habitação particular. Contudo, 43% dos refugiados sírios necessitaram mais de duas vezes utilizarem os *foodbanks* por não possuírem dinheiro suficiente para comprarem comida em decorrência dos altos preços dos aluguéis, os quais consomem boa parte de sua renda mensal. Por outro lado, na Alemanha, grande parte dos refugiados ainda estão vivendo em moradias cedidas pelo governo - como é o caso também de Hamburgo, mais aprofundado no capítulo seguinte - no entanto, não foi possível identificar ninguém que estivesse com dificuldades em suprir suas necessidades básicas diárias.

Ter um abrigo próprio pode ser considerado bom indicador de integração caso as despesas com a moradia não façam falta para o suprimento das necessidades básicas diárias das famílias. Diante o cenário apresentado entre Canadá e Alemanha, pode-se entender que os refugiados sírios em território alemão estão mais bem integrados habitacionalmente vivendo em moradias públicas e por vezes compartilhadas com outras famílias, do que os refugiados no Canadá, que estão majoritariamente em moradias particulares, mas com parte significativa sem condições para suprirem com sua própria subsistência.

Esta problematização não foi pensada na construção dos indicadores e, portanto, a pergunta do indicador 40 diz pouco sobre a integração dos refugiados sírios que foram entrevistados durante o trabalho de campo. Inicialmente, pensou-se que, se a proporção de abrigos próprios fosse alta dentre os respondentes, este fator em si seria um indicativo de boa integração habitacional. Não se levou em consideração se possuir uma residência particular

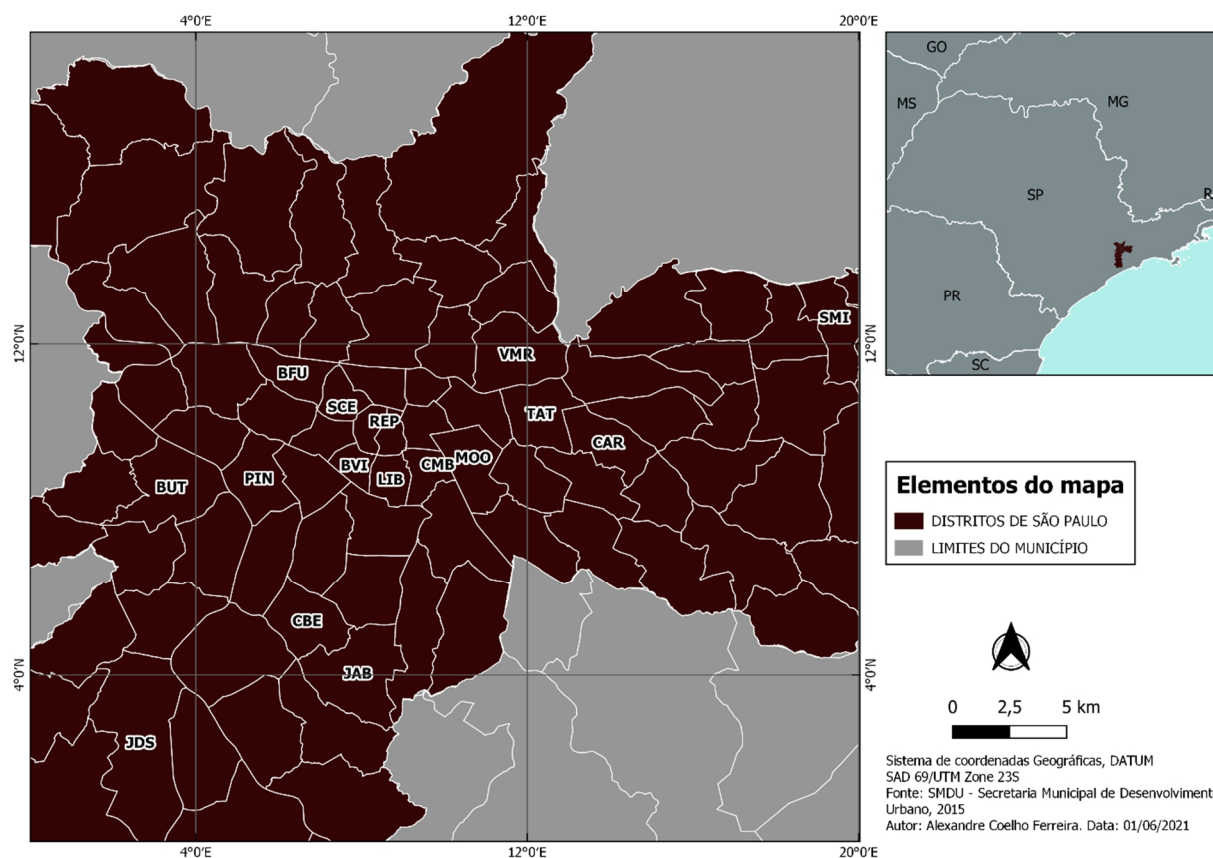
significava gerar grandes dificuldades na hora de suprir outras necessidades básicas diárias. Esta é uma questão que surgiu no decorrer da pesquisa e com as perguntas dos *surveys* já formuladas e respondidas. De qualquer maneira, como será apresentado na sequência, percebe-se que os preços dos aluguéis são uma das principais preocupações dos refugiados sírios que vivem em São Paulo e muitos possuem como causa de endividamento as dificuldades em conciliar o aluguel com as contas básicas da família. Isto é, neste caso, estar em habitação própria, para alguns, pode não ser um bom indicativo de boa integração habitacional.

Em termos de distribuição territorial, dos 32 refugiados sírios entrevistados nesta Tese, 29 estão espalhados em 17 bairros da cidade de São Paulo, são eles: Cambuci (CMB), com seis pessoas, seguido pelo Jabaquara (JAB) e Pinheiros (PIN), com três moradores, Mooca (MOO), Bela Vista (BVI) e Santa Cecília (SCE), com dois, e Barra Funda (BFU), Vila Santa Maria (VMR), Liberdade (LIB), Campo Belo (CBE), Vila Carrão (CAR), Butantã (BUT), Tatuapé (TAT), São Miguel (SMI), República (REP), Sé (SEE) e Jardim São Luís (JDS), com um. Os outros três refugiados restantes vivem na região metropolitana da capital paulista, com dois morando no município de Santo André e um em São Caetano do Sul. O Mapa 1 apresenta a distribuição desses refugiados nos bairros de São Paulo.

O município de São Paulo é dividido em oito grandes zonas administrativas: Região Centro, Região Norte I, Região Norte II, Região Leste I, Região Leste II, Região Sul I, Região Sul II, Região Oeste (SÃO PAULO, 2021d). A região central é a mais representada neste estudo com 13 refugiados morando em seus bairros (CMB, BVI, SCE, LIB, SEE e REP), seguido pela região leste (MOO, SMI, CAR, TAT), sul (CBE, JAB e JDS) e oeste (PIN, BFU, BUT), com 5 cada, e norte com 1 pessoa (SMR). As regiões central e oeste concentram alguns dos bairros com aluguéis mais caros de São Paulo e nelas vivem 62% da amostra. Resultado semelhante foi encontrado em ACNUR e CSVN (2019b) quando observadas todas as nacionalidades, no qual as regiões centro, centro-sul e centro leste são as mais povoadas. De acordo com o estudo, alguns dos motivos que justificariam a concentração desta população nessas regiões é a presença dos órgãos e associações de acolhimento e acompanhamento de imigrantes e refugiados da cidade, assim como estar mais próximo de instituições que auxiliam na documentação, atendimento à saúde, encaminhamento para trabalho, no atendimento de demandas de validação de diplomas, na qualificação profissional e dos espaços religiosos. No trabalho de campo desta Tese, no entanto, os principais motivos identificados foram outros, principalmente porque quase nenhum refugiado citou ter recebido qualquer ajuda de

instituições durante sua estadia na cidade, com exceção da Cáritas (localizada no centro). Ainda assim, não mencionaram sua presença como motivo para definirem seus locais de moradia.

MAPA 1 - MAPA DE DISTRIBUIÇÃO DOS LOCAIS DE MORADIA DOS REFUGIADOS SÍRIOS NA CIDADE DE SÃO PAULO



Fonte: dados do *survey*.

A escolha por essas regiões, conforme observado durante as entrevistas, costuma ser um *trade off*. Isto é, paga-se mais caro no aluguel para que se gaste menos tempo e dinheiro com transporte no deslocamento da casa ao trabalho, já que existe grande concentração de empregos nessas regiões e elas, ao mesmo tempo, são muito valorizadas pelo mercado imobiliário (ACNUR e CSVN, 2019b). As duas coisas (morar perto do serviço e pagar aluguel baixo) são excludentes para boa parte dos entrevistados. O indicador 42 ajuda a compreender a situação: a média de tempo gasto pelos refugiados se deslocando diariamente (apenas ida) para o trabalho/escola/universidade foi de aproximadamente 37 minutos ($N=24$)⁶², com uma mediana de 30 minutos, ou seja, metade gasta no máximo meia hora diariamente para chegar ao trabalho, o que pode ser considerado pouco tempo considerando-se o tamanho de São Paulo. De acordo

⁶² Alguns refugiados não conseguiram definir um tempo por conta do tipo de ocupação que exercem.

com dados do IPEA (2013), este tempo médio (deslocamento casa/trabalho) era de 45,6 minutos para a população paulistana no geral.

Pode-se dizer que morar perto do trabalho é uma situação ideal para muitos brasileiros, mas para boa parte dos sírios era uma realidade na origem. O tamanho de São Paulo e as grandes distâncias entre um ponto e outro chamaram a atenção de vários refugiados durante as entrevistas (ponto também presente em Calegari (2017)). A surpresa era maior quanto menos experienciado com a vida em outras cidades grandes era o entrevistado. Para exemplificar as diferenças em termos populacionais e territoriais, a região metropolitana de Damasco, a segunda cidade mais populosa da Síria em 2010 e da qual 47% dos entrevistados são originados (15/32), possuía naquele ano uma população de 2,4 milhões de habitantes (MACROTRENDS, 2021b) e uma extensão territorial de 105 km²⁶³. São Paulo, por sua vez, contando apenas a cidade, sem levar em consideração sua região metropolitana, tinha uma população estimada em 12,3 milhões de pessoas (seis vezes maior que Damasco) e uma extensão territorial de 1.521km² (quase 15 vezes maior) em 2020 (IBGE, 2021).

É importante esta contextualização porque o refugiado sírio por vezes prefere pagar mais caro no aluguel e economizar em outras contas, mas manter-se próximo ao trabalho, do que viver longe dele. Esta é uma questão de qualidade de vida importante para esta população que não foi habituada durante a vida a grandes deslocamentos para trabalhar. Ainda assim, esta não é uma opção para todos. Há cinco refugiados dos 24 entrevistados que gastam pelo menos uma hora diariamente para chegarem ao serviço, sendo que um deles gasta em torno de duas horas e dois precisam de aproximadamente uma hora e quarenta minutos. Os três respondentes que gastaram mais de uma hora no deslocamento declararam abertamente a insatisfação com suas realidades, mas que não possuem condições financeiras para a modificarem. Nenhum dos cinco refugiados que passaram de uma hora no deslocamento casa/trabalho/escola/universidade moram na região central, sul ou oeste de São Paulo, mas trabalham nelas.

O indicador 41 tem como objetivo identificar qual a relação entre moradores e a quantidade de dormitórios em uma única residência. Caso a relação entre moradores e dormitórios exceda 3:1 ⁶⁴, considera-se o caso de adensamento domiciliar excessivo, um indicativo ruim de condição habitacional da família. Este critério é adotado pelo IBGE e

⁶³ Valores de extensão territorial retirados do Wikipédia.

⁶⁴ Casais contam como apenas uma pessoa.

utilizado pelo Ministério das Cidades na definição do déficit habitacional no país (IBGE, 2020a). Além do adensamento domiciliar gerar riscos à saúde e criar restrições à comodidade e privacidade dos moradores, culturalmente ele também pode representar um grande problema, uma vez que, em algumas culturas, o compartilhamento de um mesmo quarto de dormir entre meninos e meninas a partir de determinada idade é vista como imprópria (UNHCR, 2017a).

Durante o trabalho de campo, foi identificado apenas um caso de adensamento domiciliar excessivo para os refugiados entrevistados. Cerca de 47% (15/32) moram em casa com divisão de 1:1 entre quarto de dormir e número de residentes e outros 50% (16/32) estão dentro da relação 3:1. Importante destacar que apenas 8 dos 32 entrevistados possuem famílias de tamanho suficiente vivendo no Brasil para poderem se enquadrar no conceito de adensamento familiar excessivo, isto é, em apenas 8 famílias, somando-se todos os moradores da casa, é possível alcançar a relação dormitório/moradores de 4:1. A grande maioria dos entrevistados vivem em residências com menos de quatro pessoas. Isto é consequência de um desmembramento das famílias gerado pela fuga da guerra na origem. O número médio de moradores por residência caiu para metade. Enquanto a média de moradores por residência na Síria (excluindo-se o entrevistado) era de 4,25 pessoas, no Brasil este valor caiu para 2. Em alguns casos, a mudança é drástica. Ao todo, dos 32 respondentes, 62,5% (ou 20) moram atualmente no Brasil em casas mais esvaziadas do que na Síria, 12,5% (4) com o mesmo número de pessoas (embora com configurações distintas) e 25% (8) com mais pessoas. Enquanto apenas um refugiado vivia sozinho na Síria, este valor aumentou para nove no Brasil.

Estas novas configurações determinam pelo menos duas questões relevantes para a integração habitacional no Brasil e nos outros campos. O primeiro é que eles estavam acostumados a viver em casas próprias e espaçosas na origem (por conta do grande número de moradores, geralmente esposa/marido, filhos e/ou irmãos, e pela boa situação econômica, na média, na qual a maioria deles viviam) e atualmente residem em apartamentos alugados e pequenos, o que vai influenciar negativamente em suas percepções de conforto e satisfação com a moradia, como será mostrado na sequência. O segundo ponto é que eles são muito ligados à família, principalmente à nuclear. Essa fragmentação é emocionalmente sentida por boa parte deles. Como foi apresentado no capítulo anterior e será reforçado no capítulo seguinte sobre Hamburgo, um ponto importante que interfere negativamente na integração local, tanto em termos de emprego, educação, como nas relações sociais, é a distância dos familiares, sobretudo

se eles continuam na Síria. Assim, o procedimento de reunião familiar (abordado no capítulo seguinte) é fundamental para facilitar a integração local daqueles que já se encontram no Brasil.

Importante salientar, no entanto, que viver em moradias com menos pessoas e distante da família não é necessariamente ruim para todos. Durante as entrevistas, percebeu-se que alguns refugiados não tinham interesse em trazer a família ao Brasil, sobretudo os mais jovens (com menos de 30 anos). Embora este não tenha sido um tópico específico de análise, alguns dos motivos para não desejarem a vinda de familiares foram a falta de dinheiro para sustentá-los, o entendimento de que a família não se adaptaria ao país, sobretudo os pais, e privacidade.

Em relação ao indicador 43, “proporção de refugiados vivendo em locais por eles escolhidos”, com “locais” referindo-se especificamente à cidade, todos os respondentes disseram viver em São Paulo por opções pessoais. Dentre os principais motivos mencionados para a escolha de São Paulo como destino estão o fato dela ser a cidade mais atrativa do país em termos de oportunidades de emprego; por possuir uma grande e influente comunidade árabe; e pelo fato da grande maioria deles ter chegado nela. Contudo, isto não significa que seja desejo de todos permanecerem em São Paulo o resto de suas vidas. Muito pelo contrário, embora a maioria dos respondentes tenham dito que gostariam de permanecer na cidade, outros demonstraram desejo de mudança, seja por conta do alto custo de vida, dificuldades em encontrar bons empregos, falta de segurança ou por ser muito grande.

Finalmente, em relação à satisfação dos refugiados com suas moradias (indicador 44), a nota final obtida a partir da média de quatro critérios (aspectos físicos, segurança do bairro, distância e disponibilidade de transporte público) foi de 3,73. O único critério que pode ser considerado satisfatório dentre os quatro analisados é aquele referente à disponibilidade de transporte público (4,18). Para os demais, as notas foram 3,38 (aspectos físicos), 3,61 (segurança do bairro) e 3,90 (distância). Nem todos os participantes responderam às quatro perguntas por não compreenderem direito seu significado ou por não saberem se posicionar, como foi o caso com a disponibilidade de transporte público para quem não tem costume de utilizá-lo. Apenas um refugiado não respondeu nenhuma questão.

Cerca de 31% (9/29) dos respondentes estão insatisfeitos (1 ou 2) com os aspectos físicos de suas residências, isto é, em relação ao conforto e estrutura da casa; o maior índice de insatisfação dentre todos os critérios. Somando-se insatisfeitos com neutros (nota 3), este valor sobe para mais da metade (51,7%) (15/29). As principais insatisfações são referentes ao

tamanho das moradias, que são muito pequenas na média, sobretudo quando comparadas com o padrão com o qual os refugiados sírios estavam acostumados na origem. Em relação à segurança do bairro, o valor dentre insatisfeitos e neutros é de 42% (13/31). A violência do Brasil no geral foi um ponto de grande preocupação entre os refugiados sírios, mencionada como pontos de desvantagem do Brasil em relação à Síria antes do período da guerra. Segundo contam, não existia no país assaltos à mão armada como acontece no Brasil; as crianças podiam ir à escola a pé sem precisar temer qualquer tipo de abordagem violenta, diferentemente do que ocorre em São Paulo. Este medo está refletido em outro indicador no capítulo seguinte, referente ao nível de confiança dos refugiados na atuação da polícia brasileira. Foi muito comum durante as entrevistas um refugiado dizer que já foi assaltado nas ruas de São Paulo ou ter presenciado algum ato de violência e não ter recebido qualquer tipo de suporte das autoridades de segurança do país.

A ausência de violência nas ruas da Síria foi um ponto interessante também identificado no livro *Cultural Shock! A Survival Guide to Customs and Etiquette in Syria*, de Coleman South (SOUTH, 2010), professor estadunidense de línguas que morou em Damasco e contou como foi sua experiência no país após lá ficar por alguns anos. Em relação à criminalidade, o autor comenta:

There are many advantages to raising children in Syria: violent crime is rare in general and even rarer directed against children; illegal drugs are scarce; alcohol is not ubiquitous or easy for teenagers to get (...) For these reasons, plus the fact that adults keep their eyes open to what goes on in their neighbourhoods, it's difficult for adolescents to get into serious trouble (p. 75).

Corroborando a fala de South (2010), a taxa de homicídio intencional⁶⁵ da Síria em 2010 foi de 2,17 para cada 100 mil habitantes. Isto significa que a taxa de crimes do país naquele ano era menor que a metade da taxa de crimes dos Estados Unidos (4,76), Uruguai (6,10) Argentina (5,83), Chile (3,17), e que de alguns vizinhos seus, como Turquia (4,24), Líbano (3,29) e Egito (2,22). Quando comparado ao Brasil, a diferença é drástica, de quase 10 vezes menor (22,11) (WORLD BANK, 2021). Ainda em relação às crianças e ao sentimento de segurança, o autor complementa:

⁶⁵ As taxas de assassinatos/homicídios são estimativas de homicídios propositadamente infligidos como resultado de disputas domésticas, violência interpessoal, conflitos violentos sobre recursos terrestres, violência intergovernamental sobre território ou controle, e violência predatória e homicídios por grupos armados (WORLD BANK, 2021).

Syrian cities—particularly Damascus—have many parks, and more vacant land is being turned into parks. Each park has a playground, and unlike some Western cities where you would never let children out of sight or even enter a park after dark, these are not concerns here. During hot summer nights, people hang around the parks until 11 pm or later, with children running free and having fun; elderly couples sit and chat; and young lovers steal a few minutes away from the prying eyes of society (p. 76).

A violência vivenciada e observada em São Paulo, o consumo de álcool de maneira livre pela população e o fácil acesso às drogas ilícitas são preocupações mencionadas pelos refugiados na criação dos filhos no Brasil e pontos negativos para sua integração quando analisam a vida no país (estes elementos serão mais aprofundados no capítulo seguinte). Um ponto positivo em relação à segurança dos bairros é que não houve comentários por medo de assédio ou violência por serem quem são, isto é, refugiados sírios e de maioria muçulmana. Muito pelo contrário, neste sentido, a maior parte dos comentários foi muito positiva. É exatamente em decorrência deste bom acolhimento em seus bairros que a avaliação em torno da segurança não foi pior e se manteve mais positiva, na média, do que negativa.

Em relação à distância das moradias para os afazeres diários, embora não tenha sido identificada satisfação por parte dos respondentes, houve apenas uma manifestação de insatisfação. Sobre a disponibilidade de transportes públicos, este foi o único critério em que se pode considerar como satisfatório dentre todos os analisados. Ao todo, 75% (21/28) dos entrevistados estavam ou satisfeitos ou muito satisfeitos com a disponibilidade desses serviços próximos às suas residências. Foi identificada apenas uma nota de insatisfação, a de um refugiado que mora na zona leste da capital e aquele cujo trajeto casa/trabalho é o mais longo dentre todos os respondentes (2 horas diárias). A nota satisfatória, na média, se justifica porque a cidade de São Paulo possui uma ampla gama de transportes públicos que alcança vários bairros, seja através do metrô ou de linhas de ônibus. Ainda que alguns deslocamentos necessitem da utilização de mais de um transporte, este não é um problema necessariamente de disponibilidade, mas de distância entre localidades. Esta diferenciação foi bem percebida pela população na hora de avaliar a questão. Destaca-se que, para as regiões com mais de um morador ou respondente, aqueles da região central (n= 12) e oeste (n=5) foram os que avaliaram melhor a disponibilidade de transporte público (3,91 e 4,25, respectivamente), enquanto os moradores da região leste (n = 5) aqueles cujas avaliações foram as piores (3,5).

4.4.2 Conclusão

Conforme foi apresentado neste capítulo, o Brasil se mostra um país aberto em termos de conceder direitos à população refugiada. Em relação à habitação, isto não é diferente. A legislação é clara ao colocá-los no mesmo patamar que os nativos em termos de direitos à moradia, à propriedade e à liberdade de ir e vir dentro do território nacional. Aos refugiados é também permitido participar dos sistemas habitacionais públicos nas mesmas condições que os nativos. As únicas restrições em termos de moradia existentes ao refugiado são aquelas aplicadas para todos os estrangeiros, os de aquisição de propriedade. Ainda assim, são restrições que não impedem a integração habitacional desta população ao país.

Na cidade de São Paulo, a pauta de habitação é central no planejamento público para os próximos anos e o município tem atuado ultimamente no sentimento de aprimorar o abrigo desta população ao expandir seus centros de acolhida e serviços. No entanto, não há expectativa de provisão de moradias voltadas para esta população. De uma forma geral, a situação habitacional de refugiados e imigrantes na cidade é um desafio. A falta de dados representativos sobre a questão impede uma análise completa do cenário, mas as informações fragmentadas desta e de outras pesquisas indicam que o grupo tem enfrentado dificuldades para se integrar, sobretudo nos primeiros meses e anos no Brasil. Em determinados casos, famílias brasileiras ajudaram os sírios disponibilizando quartos ou mesmo apartamentos inteiros, sem sequer cobrarem aluguel por determinado período, como ocorreu com Naim e sua família.

Com o passar dos anos a situação parece melhorar em termos habitacionais na medida em que os refugiados vão se estabelecendo melhor financeiramente e conhecendo a cidade. O fato de mais de 60% dos entrevistados nesta pesquisa morarem na região central, sul, ou oeste de São Paulo, inclusive em bairros de classe média ou classe média alta, como Barra Funda, Pinheiros e Campo Belo, todos vivendo em moradias particulares, é um indício dessa melhora. No entanto, é importante investigar se morar nessas regiões compromete o restante da vida deste refugiado e sua família. Isto é, quanto de sua renda é destinada ao aluguel e se seu valor compromete outras necessidades básicas, como alimentação, educação ou saúde, por exemplo. Este é um elemento que não foi investigado nesta pesquisa, contudo, baseado nas falas dos refugiados, os preços altos dos aluguéis são uma das principais preocupações. Além disso, sabe-se pela seção “Emprego” que quase nenhum refugiado consegue poupar dinheiro ao final do mês, muito pelo contrário, alguns, inclusive, costumam contrair dívidas. Um dos principais responsáveis por essa falta de dinheiro são os aluguéis.

Como já foi destacado mais de uma vez, o conceito de integração engloba também a percepção individual do refugiado sobre sua própria situação no destino. Ainda que alguns deles estejam hoje vivendo em áreas de alto padrão habitacional, ou pelo menos em bairros de classe elevada e bem localizados, este fato por si só não pode ser isoladamente considerado como suficiente para determinar sua integração habitacional como um sucesso, embora configure um de seus elementos. É importante lembrar que parte significativa dos refugiados entrevistados viviam em condições socioeconômicas superiores à média de outros sírios na própria origem. Assim, eles procuram no Brasil replicar parte do conforto com o qual estavam acostumados. A realidade de São Paulo, no entanto, se mostra desafiadora, seja pela dificuldade em encontrar empregos compatíveis com seus níveis educacionais, seja na hora de encontrar uma moradia confortável (utilizando como padrão seu nível de conforto na origem). Desta forma, embora alguns estejam bem localizados, o fato de viverem em apartamentos pequenos e pagando aluguéis caros fazem com que se sintam de certa forma insatisfeitos, uma vez que não estão acostumados a gastar tanto de sua renda simplesmente para morar. Este elemento reflete na nota de satisfação geral com a residência e, portanto, piora a percepção sobre sua integração habitacional. O contrário também é verdadeiro. Nem todos os refugiados eram abastados socioeconomicamente na origem, assim, uma residência que poderia ser considerada mal localizada e modesta para alguns, para outros ela pode ser considerada suficiente. Estas relações são importantes para se qualificar a integração habitacional desta população no destino.

Finalmente, da mesma forma que foi observado nas demais seções até aqui, a integração habitacional da população refugiada síria é fortemente influenciada pelo momento no qual o país e a cidade de São Paulo se encontram. Com um déficit habitacional de quase 500 mil pessoas, abrigos com problemas de infraestrutura e com vagas limitadas e temporárias, mercado imobiliário inflacionado, falta de apoio institucional para que possam alugar moradias condizentes com suas necessidades e o sentimento de que a segurança não é garantida a todo momento, fazem da experiência de morar na cidade algo desafiador para os refugiados sírios, que estão acostumados com uma realidade muito distinta na origem.

Para finalizar a seção e o capítulo, o Quadro 23 apresenta, resumidamente, os principais achados desta pesquisa em relação à integração habitacional dos refugiados sírios em São Paulo.

QUADRO 23 - PRINCIPAIS RESULTADOS DA INTEGRAÇÃO HABITACIONAL DOS REFUGIADOS SÍRIOS NA CIDADE DE SÃO PAULO.

Campo de Integração	Integração Legal	Integração Objetiva
Habitação	Legislação ampla e inclusiva em termos de direito à moradia e à propriedade; Ausência de políticas públicas e ações estruturadas em vigor voltadas exclusivamente para a habitação dos refugiados. Existem medidas para a população migrante como um todo, mas não são medidas integrativas, e sim paliativas, pois não possuem como finalidade a integração habitacional desta população no médio-longo prazo; É área de atuação do 1º Plano Municipal de Políticas para Imigrantes (EIXO II – “Acesso à assistência social e habitação”).	A maioria dos refugiados sírios parece morar em habitações particulares em contratos de aluguel, dependendo pouco das instalações públicas e de favores de terceiros. No entanto, os valores dos aluguéis são constantes preocupações para as famílias e motivo de insatisfação em relação à sua situação de moradia na cidade; Uma parte significativa deles parece morar perto do trabalho e estão localizados próximos da região central. Por estarem localizados em regiões de disputa do mercado imobiliário, costuma haver um <i>trade off</i> entre morar perto do trabalho ou pagar aluguéis mais baratos; Aparentemente, os refugiados sírios não estão muito satisfeitos com suas condições gerais de moradia e, dentre os critérios analisados nesta pesquisa, aquele de menor satisfação é referente ao tamanho e infraestrutura das casas. O único critério da moradia em que há satisfação por parte da população é referente à disponibilidade de transporte público perto de sua residência;

A INTEGRAÇÃO DE REFUGIADOS SÍRIOS EM SÃO PAULO PARTE II: INTEGRAÇÃO SOCIOCULTURAL

A integração sociocultural costuma estar intrinsecamente ligada à integração institucional. Dificuldades em se encontrar empregos, problemas de saúde ou fraco desempenho/participação escolar pode ter parte de suas causas ou consequência o isolamento social, distanciamento cultural, saudades da família ou dos amigos na origem, dentre outros elementos. O contrário também é verdadeiro: bons resultados em termos de emprego, saúde e educação podem estar refletindo e refletirem uma boa integração sociocultural, em que o refugiado compreende bem a realidade do destino, possui uma boa e consolidada rede social, tem boa compreensão e aceitação da cultura local, domina o idioma, dentre outros elementos. Para uma análise completa sobre o processo de integração, é importante compreender como esses campos se relacionam.

A integração sociocultural no modelo conceitual da Figura 4 é dividida em três subcampos: “Contato Social”, “Abertura Cultural” e “Facilitadores”. Este capítulo apresentará cada subcampo de maneira semelhante àquela apresentada no capítulo anterior. Cada seção se inicia com menções sobre parte do que existe de legislação internacional sobre os direitos dos refugiados relacionados a cada subcampo analisado. Na sequência, apresenta-se o que existe sobre esses direitos na legislação brasileira e paulistana com base nos indicadores de cunho Legal. Em seguida, alguns dados sobre a integração na prática dos refugiados sírios na cidade de São Paulo são apresentados e analisados, tendo como guia os indicadores objetivos e subjetivos selecionados. Finalmente, cada seção é concluída com alguns breves comentários sobre os resultados apresentados e um quadro com seus principais achados.

5.1 CONTATO SOCIAL

No campo da integração sociocultural, o domínio “Contato Social” se refere aos laços e redes pessoais dos refugiados no destino. Essas conexões podem ser tanto com pessoas que dividem experiências e valores semelhantes, através da etnicidade, religião ou país de origem, como com outros grupos, geralmente a população nativa. A definição é próxima do que Ager e Strang (2004;2008) denominam como *social bonds* e *social bridges* em seu *framework*

conceitual sobre a integração de refugiados no Reino Unido. Basicamente, estar integrado neste campo significa que o refugiado está socialmente conectado com membros do seu próprio grupo cultural/étnico e da sociedade de destino. Como a discriminação e o sentimento de insegurança são elementos que comprometem as conexões sociais dos refugiados, seja com seu próprio grupo ou com a sociedade receptora (ideia presente em *safety and stability* (AGER e STRANG (2004))), essas questões também serão analisadas nesta seção.

As questões de integração Legal analisadas nesta seção são voltadas para a existência ou não de um corpo legislativo que defenda o refugiado de ações discriminatórias no destino. Neste sentido, três indicadores foram escolhidos para serem avaliados, conforme apresenta o quadro abaixo.

QUADRO 24 - QUADRO DE INDICADORES LEGAIS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL DE REFUGIADOS NO BRASIL

N.	Indicador	Descrição	Respostas	Referência
45	Cobertura da lei contra discriminação e assédio (média)	Os refugiados estão protegidos contra discriminação direta ou indireta perante a lei?	Sim.	Adaptado de Huddleston et al, 2015.
45a	Campos da lei	Baseado em: a) raça e etnicidade b) religião e crenças c) nacionalidade d) sexualidade/identidade de gênero	A CF/88 e a Lei 7.716/89 criminalizam a discriminação por nacionalidade, raça, etnia ou religião em nível nacional. A partir de 2019, o STF incorporou à Lei crimes de discriminação por orientação sexual e identidade de gênero. Também há leis locais que tocam a questão, como a Lei n. 10.948 (estadual) e as leis 17.301 e Lei Orgânica do Município de São Paulo (municipal).	-
45b	Cobertura da lei	A lei de cobertura contra assédio e discriminação atua nos setores: a) privado b) público	Ela cobre ambos os setores.	-
46	Assistência estatal às vítimas	a) Estado provê assistência financeira ou advogado livre designado pelo tribunal para apresentar queixa perante os tribunais quando as vítimas não possuem os meios necessários b) Quando necessário, o Estado provê um intérprete livre de custos	Sim. Baseado na CF/88, no Código Penal e no Decreto nº 592/92.	Adaptado de Huddleston et al, 2015
47	Liderança do governo	a) O governo possui uma política pública ou um plano explícito de ação sobre o combate à discriminação contra o refugiado ou imigrante, seja ela baseada na sua nacionalidade, status migratório, etnia, raça, religião ou sexualidade/identidade de gênero? b) As medidas já foram implementadas?	a) Sim, o tema está previsto em nos eixos IV e V do 1º Plano Municipal de Políticas para Imigrantes. b) Não, as ações do Plano estavam previstas para se iniciarem em 2021.	Adaptado de Huddleston et al, 2015

Fonte: Fonte: Informações obtidas através da CF/1988, legislações nacionais e publicações acadêmicas.

A DUDH (1948), em seus artigos 1º e 2º, dispõe que todas as pessoas, independentemente de quaisquer características individuais, possuem todos os direitos e liberdades concedidos na Declaração de maneira igualitária. A proteção contra a discriminação é abordada de maneira mais profunda na Declaração das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (ONU, 1963). Ao longo de todo o documento, a discriminação baseada em etnia, raça ou nacionalidade é condenada, seja ela praticada pelos Estados ou seus indivíduos e reforça a necessidade de serem tomadas medidas concretas pelos Estados para a prevenir. Ao longo das décadas, diversos outros tratados internacionais surgiram como forma de controlar e combater quaisquer tipos de manifestações discriminatórias⁶⁶. O tema é também abordado na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, particularmente em três dos seus 17 “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” (ODS), os números 5 (“Igualdade de Gênero”), 10 (“Redução de Desigualdades”) e 16 (“Paz, Justiça e Instituições Eficazes”) (PLATAFORMA AGENDA 2030, 2021).

No campo da proteção contra a discriminação, o Brasil possui alguns aparatos legislativos importantes. A CF/88, em seus artigos 3º e 5º, dispõe sobre a questão, ao afirmar que é objetivo fundamental do país promover o bem de todos de maneira igualitária, assim como todos são iguais perante a lei, sendo cabível punições para quaisquer tipos de discriminação contra direitos e garantias fundamentais. A Lei nº 7.716, de 1989 (BRASIL, 1989) determina as punições para crimes resultantes de discriminação por raça ou cor no Brasil. Ela é ampliada com a Lei nº 9.459, de 1997, que acrescentou os termos etnia, religião e procedência nacional como elementos que são considerados crimes por discriminação. De acordo com Barifouse (2019), no ano de 2019, em decisão histórica do Supremo Tribunal Federal, a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero passou a ser considerada como crime dentro dos termos da própria Lei nº 7.716. Em relação especificamente ao imigrante e refugiado, destaca-se ainda a Lei 13.445 (BRASIL, 2017), a qual destaca, em seu artigo 3º, que a política migratória brasileira é regida, dentre outros princípios e diretrizes, ao repúdio e prevenção à qualquer tipo de discriminação em quaisquer esferas da sociedade.

Para além do nível nacional, o estado de São Paulo e sua capital também possuem aparatos legais condenando e punindo a discriminação em qualquer esfera. Nesta seção, apenas

⁶⁶ Alguns desses tratados são o “Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos” (1966), o “Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais” (1966) e “Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres” (1979).

algumas dessas legislações e programas serão destacados. Por exemplo, como ação inovadora no Brasil, o estado de São Paulo sancionou em 2001 a Lei n. 10.948 (ESTADO DE SÃO PAULO, 2001), que dispõe sobre as penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão da orientação sexual. A Lei Orgânica do Município de São Paulo (SÃO PAULO, 1990), que constitui a Lei Fundamental sob a qual a cidade deve ser regida, traz em seu artigo 2º, inciso VIII, como princípios e diretrizes a serem seguidas pela organização municipal, a “garantia de acesso, a todos, de modo justo e igual (...) aos bens, serviços, e condições de vida indispensáveis a uma existência digna”. Além do artigo 2º, o artigo 100 salienta que quaisquer práticas discriminatórias atentatórias aos direitos e liberdades fundamentais por parte de servidores e empregados da administração direta e indireta serão punidos, podendo acatar em demissão.

Especificamente sobre discriminação por origem ou status migratório, o município trata a questão na PMPI (SÃO PAULO, 2016a). O artigo 2º da Lei determina que um dos princípios da PMPI é o “combate à xenofobia, ao racismo, ao preconceito e a quaisquer formas de discriminação”. Destaca-se ainda no parágrafo 3º que o “o Poder Público Municipal deverá oferecer acesso a canal de denúncias para atendimento dos imigrantes em casos de discriminação e outras violações de direitos fundamentais ocorridas em serviços e equipamentos públicos”.

Baseando-se nas informações apresentadas, conclui-se que a resposta para o indicador 45 é “sim”, os refugiados estão protegidos contra a discriminação direta ou indireta pela legislação nacional e local, seja esta cometida contra sua raça, nacionalidade, religião, etnia ou sexualidade/identidade de gênero, em meio público ou privado.

Em relação ao indicador 46, “Assistência estatal às vítimas”, o artigo 5º, inciso LXXIV, da CF/88, garante assistência integral e gratuita do Estado aos necessitados. Como meio de se prestar essa assistência, foi criada a Defensoria Pública, prevista no artigo 134, *caput*, da CF/88 (RAGASINI, 2020). Por sua vez, no caso da provisão de intérprete (letra “b” do indicador), Rosa e Becker (2017) destacam que esta é uma obrigação estatal prescrita no Código de Processo Penal brasileiro em seu artigo 193 quando o interrogado não falar o idioma, devendo este também ser nomeado para o caso em que a testemunha é estrangeira. O direito a intérprete também está previsto no Decreto nº 592, de 1992 (BRASIL, 1992), no qual o Brasil se compromete a seguir o “Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos”, de 1966, que

garante o direito à pessoa que não consegue se comunicar no idioma empregado durante o julgamento.

Por sua vez, em relação ao indicador 47, “liderança do governo”, destaca-se que o Decreto regulamentador da Lei (SÃO PAULO, 2016b), em seu capítulo III (artigo 20, inciso I) direciona à SME priorizar e ampliar ações educativas de combate à xenofobia e suas interfaces com outras formas de discriminação. Em relação à SEHAB, destaca-se no artigo 22, inciso VI, que ela deve atuar na relação entre a população imigrante e o mercado imobiliário, promovendo a sensibilização das agências e proprietários para que não discriminem os imigrantes. Por fim, ainda destaca, como obrigação da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SMEL), que ela deve promover ações e espaços de troca entre brasileiros e imigrantes nos equipamentos esportivos municipais e trabalhar para enfrentar a discriminação (artigo 23, inciso II).

Várias ações, para além do campo legislativo, já foram promovidas pelo poder público municipal de São Paulo com o intuito de conscientizar a população local e fomentar o empoderamento e inclusão das populações mais propensas a sofrerem discriminação na cidade. A Coordenação de Promoção de Igualdade Racial (CPIR), criada em 2018, é o principal órgão municipal atuante na SMDHC voltado à promoção da igualdade racial e trabalha com o tema de maneira multifacetada, abordando também a questão da xenofobia, discriminações étnicas e religiosas, e de outros tipos (SMDHC, 2021). Embora teoricamente esteja voltado a questões mais amplas do que a discriminação racial, seus projetos e programas até o momento foram todos voltados para esta temática. De acordo com o SMDHC (2021), cinco projetos foram desenvolvidos pela CPIR, o “São Paulo Afroempreendedor”, “Política de Cotas”, “Dia Nacional da Mulher Negra”, “Dia da Consciência Negra” e “Monitoramento das Leis 10.639/08 e 11.645/11”, ambas que tratam especificamente da inclusão obrigatória da história da cultura afro-brasileira e dos povos indígenas no currículo escolar das redes de educação pública e privada da cidade, voltadas aos ensinos fundamental e médio.

Para a população LGBTI⁶⁷, existe na SMDHC a “Coordenação de Políticas para LGBTI”, criada em 2005 e institucionalizada pelo governo municipal em 2008. Ela é responsável por formular, articular, propor e monitorar políticas públicas que visem à promoção da cidadania e a garantia de direitos da população LGBTI na cidade de São Paulo (SMDHC,

⁶⁷ Sabe-se que a sigla atualmente é definida como LGBTQIAP+, no entanto, como ela ainda não havia sido incorporada formalmente pelo poder público local, optou-se por utilizar apenas a sigla LGBTI.

2021). A população imigrante e refugiada especificamente possui como órgão responsável a “Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção de Trabalho Decente”, criada em 2013. Ela tem como objetivo articular as políticas públicas migratórias no município de forma transversal, intersetorial e intersecretarial (SMDHC, 2021). Várias ações de inclusão e proteção à população imigrante e refugiada são desdobramentos dessa coordenação, algumas delas já mencionadas anteriormente, como o curso de português “Portas Abertas” e a própria PMPI.

O combate à discriminação do imigrante e refugiado faz parte de dois eixos do 1º Plano Municipal de Políticas para Imigrantes da cidade de São Paulo (2021-2024). Esses eixos são o IV, “Proteção aos direitos humanos e combate à xenofobia, ao racismo, à intolerância religiosa e a quaisquer formas de discriminação”, e o V, “Mulheres e população LGBTI+: acesso a direitos e serviços”, voltado à população feminina e LGBTI+ imigrante do município. As matrizes com as ações, indicadores e metas para cada eixo estão presentes no ANEXO I.

Em relação às ações do eixo IV, nota-se que elas estão bastante voltadas para aumentar o conhecimento do poder público municipal e público em geral sobre o cenário da cidade em termos de discriminação contra a população imigrante por meio da realização de pesquisas e relatórios, assim como ampliar o conhecimento e as possibilidades de denúncia por parte da população imigrante contra atos discriminatórios, aprimorando o acesso dessa população aos canais de denúncia e à justiça locais. Sobre o último, destacam-se as ações 40, 41 e 43. Esta ampliação dos canais de denúncia e maior capacitação dos agentes públicos para atenderem a população em vários idiomas, assim como a criação de centros de acolhimento especializados para os imigrantes, conforme estipulado nas ações mencionadas, podem ter impactos positivos na democratização da informação e do acesso à justiça. Durante os trabalhos de campo realizados nesta Tese, a dificuldade em compreender as burocracias legais e em como acessar a justiça de São Paulo foram pontos levantados em algumas ocasiões.

A segunda matriz, apontando as ações, indicadores e metas para o eixo V, por sua vez, possui um conjunto de ações voltadas à inclusão e proteção das mulheres e população LGBTI+ imigrantes da cidade. Dentre o conjunto de ações, estão aquelas voltadas para a capacitação de agentes e instituições públicas para aprenderem a lidar com as especificidades do grupo, sobretudo no âmbito do atendimento à saúde (47); a criação, ampliação, monitoramento e avaliação do fluxo de atendimentos à esta população nas instituições e órgãos públicos municipais (44 e 45); a criação e ampliação de programas, projetos e ações com o intuito de aumentar o acesso das mulheres e população LGBTI+ imigrantes aos serviços sociais, à

informação e ao mercado de trabalho (46, 48 e 49); e fomentar sua participação dentro dos serviços públicos municipais através de contratação de mão-de-obra (50).

Dentre todas as ações estipuladas na matriz destinada às mulheres e população LGBTI+ imigrantes em São Paulo, muito importantes caso sejam colocadas em prática para sua integração à cidade, destaca-se a de número 46 para os fins desta seção. Nela, salienta-se os esforços para ampliar a divulgação da informação sobre os direitos desta população em campanhas multilíngues e o trabalho em conjunto com coletivos e OSCs. Destaca-se a letra “e”, a qual tem como objetivo ampliar o conhecimento do grupo sobre os canais de denúncia e serviços de proteção especializados e a respeito dos seus direitos à proteção legal contra xenofobia, LGBTfobia e violência contra mulher.

A partir das matrizes de ações e dos demais elementos apresentados, nota-se que São Paulo tem atuado através da confecção de leis e programas para ampliar a proteção contra a discriminação aos imigrantes da cidade, seja por xenofobia, racismo, intolerância religiosa ou LGBTIfobia. assim como procura incluí-los aos serviços sociais e ampliar seus conhecimentos a respeito dos próprios direitos e em como acessar os canais de denúncia e a justiça. Também foram apresentadas iniciativas voltadas para a conscientização da população nativa sobre a vida e os direitos desta população, cujo intuito é reduzir o estranhamento e ignorância sobre o grupo e, portanto, minimizar atos hostis e discriminatórios contra ele.

Na sequência, será mostrado, dentre outros elementos, como os refugiados sírios se sentem em relação à discriminação na cidade de São Paulo e se este sentimento interfere em sua relação com a sociedade. Entende-se que o sentimento de liberdade e não-discriminação é fundamental para que o refugiado possa se relacionar com seu entorno e, portanto, se integrar socioculturalmente. Uma boa relação com o entorno também pode resultar em boa integração em outros campos, como no mercado de trabalho, na educação e mesmo na habitação (foi mostrado anteriormente como muitos brasileiros ajudaram os refugiados com moradias).

5.1.1 O que os dados dizem até o momento?

Para trabalhar com a integração no campo “Contato Social”, foram selecionados dez indicadores, conforme indicado no Quadro 25.

QUADRO 25 - QUADRO DE INDICADORES OBJETIVOS E SUBJETIVOS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL DE REFUGIADOS SÍRIOS NA CIDADE DE SÃO PAULO

N.	Indicador	Descrição	Resultados	Comentários	Referência
48	Proporção de refugiados relacionando com os nativos	Proporção de refugiados que reportam possuírem relações próximas com os nativos (no sentido de sair junto, convidar para a própria casa etc..)	75,00%	Esta porcentagem só não é maior porque alguns refugiados mencionaram a falta de tempo para se socializarem mais com os brasileiros por conta do trabalho. Não foi possível identificar nenhuma fala que mencionasse o brasileiro como alguém que não quer se relacionar com eles.	Adaptado de AGER and STRANG, 2004; ENTZINGER and BIEZEVELD, 2003; CASTLES et al, 2002.
49	Proporção de refugiados com amigos nativos	Proporção de refugiados que reportam possuírem amigos nativos	81,25%	Destaca-se que muitos refugiados identificaram os brasileiros como seus maiores benfeitores, mais do que qualquer instituição, seja nacional, internacional, ou de origem árabe.	Adaptado de ENTZINGER and BIEZEVELD, 2003.
50	Proporção de refugiados relacionando com seus pares	Proporção de refugiados que reportam possuírem relações ativas com outros refugiados (de mesma origem ou não, excluindo-se os familiares) ou não-nativos.	71,88%	Alguns refugiados não gostam de relacionar com seus próprios pares por motivos pessoais, no sentido de realmente preferirem manter distância.	Adaptado de Castles et al. (2002).
51	Proporção de refugiados com amigos pares	Proporção de refugiados que reportam possuírem amigos refugiados (de mesma origem ou não, excluindo-se os familiares) ou não-nativos	81,25%	Um elemento que ajuda a justificar esse resultado é o fato de vários refugiados já terem chegado ao Brasil porque possuíam amigos no país. Isto é, estes valores não necessariamente indicam novas amizades no Brasil.	Próprio autor.
52	Proporção de refugiados que mantêm contato com a origem	Qual a proporção de refugiados que mantém contato com pessoas e/ou familiares na origem ou que estejam em outros destinos pelo menos uma vez por semana? Obs: Apenas para os que possuem pessoas próximas a serem contatadas	87,50%	O aplicativo <i>Whats App</i> é a principal ferramenta utilizada pela população para manter uma comunicação constante com a origem ou outras localidades. Esta comunicação constante é importante para gerar mais tranquilidade e reduzir o sentimento de isolamento daqueles que estão no destino.	Próprio autor.
53	Proporção de refugiados reportando experiência de discriminação	Proporção de refugiados reportando experiência de discriminação direta ou indireta, racial, cultural ou religiosa	28,13%	São inúmeros os comentários sobre o quanto o brasileiro é tolerante de uma forma geral e como eles adoram o fato do Brasil ser muito diverso em termos de raça e cultura. Ainda que quase 30% da amostra tenha sofrido algum tipo de preconceito, foram poucos os casos de falas negativas em relação à forma como os brasileiros os trataram.	Adaptado de AGER and STRANG, 2004 e EGRIS, 2018
54	Nível de relação com os nativos	Qual o nível de relação com os nativos?	4,68	Os refugiados consideram os brasileiros muito gentis, amáveis e amigáveis. Mesmo com alguns casos de discriminação reportados, eles não afetaram a relação entre os grupos.	Próprio autor
55	Nível de relação com refugiados	Qual o nível de relação com os refugiados, excluindo-se familiares?	3,67	Foram identificados casos de insatisfação entre a relação dos refugiados com seus próprios pares,	Próprio autor.

				inclusive, com reclamações de discriminação. Menos da metade dos entrevistados avaliou a relação como positiva.	
56	Percepção de segurança	Qual o nível de percepção de segurança dos refugiados em relação ao destino?	3,4	No geral, os refugiados não se sentem muito seguros em São Paulo, embora isso não signifique que estejam sempre com medo, assim como não parece interferir na forma como eles se relacionam com a sociedade de destino. Destaca-se que não há menções sobre a falta de segurança por serem refugiados, sírios e muçulmanos, mas sim como cidadão comum.	Próprio autor.
57	Nível de confiança dos refugiados na polícia	Qual o nível de confiança dos refugiados na polícia no destino?	3,23	No geral, os refugiados não se sentem muito confiantes na polícia e veem a instituição como ineficiente e não interessada em resolver os problemas de criminalidade da cidade.	Adaptado de AGER and STRANG, 2004.

Fonte: Dados do *survey*.

Até o momento, não foi possível encontrar na literatura nacional algum estudo que tentasse mensurar a relação dos refugiados com a população nativa, seus pares, e como se sentem no país em termos de segurança, como fazem os indicadores subjetivos adotados para esta Tese. No entanto, é possível identificar que a relação com os brasileiros é muito boa e próxima de uma maneira geral, enquanto a relação com a própria comunidade é mais dicotômica. Em estudo a nível nacional e levando em consideração todas as nacionalidades de refugiados do país, o ACNUR e CSVN (2019a) identificaram que mais de 90% dos 487 refugiados amostrados disseram possuir amigos brasileiros e 76,59% responderam que participam de atividades sociais com eles. Especificamente para a cidade de São Paulo (ACNUR e CSVN, 2019b), os dados mostraram que 87% dos refugiados declararam possuírem amigos brasileiros. O estudo ainda destaca que a sociabilidade com brasileiros é maior entre os homens e que as mulheres, sobretudo as de origem árabe, seguem mais restritas às suas redes locais e familiares por três principais motivos: as relações de gênero trazidas da origem, o medo de sofrerem violência no Brasil e a discriminação pelo uso do véu em ambientes públicos. Calegari (2017) também mostrou que a amizade entre refugiados e nativos é comum na cidade de São Paulo. Tratando especificamente dos sírios, 30% declararam possuírem amigos brasileiros e sírios, 28% apenas amigos brasileiros, 25% apenas amigos sírios, 3% amigos brasileiros, sírios e de outras nacionalidades, 3% amigos de origem árabe no geral, e 8% não possuem amigos no país. Dentre os resultados da autora, chama atenção o fato de que existem mais refugiados sírios com apenas amigos brasileiros do que apenas com amigos sírios.

Esta relação próxima entre sírios e brasileiros também foi encontrada nesta Tese. Em relação aos indicadores 48 (“proporção de refugiados relacionando com os nativos”) e 49 (“proporção de refugiados com amigos nativos”), as proporções encontradas foram, respectivamente, 75% (24) e 81,25% (26) (n = 32 para ambas as perguntas). Durante as entrevistas, vários refugiados comentaram que os brasileiros são muito amigáveis; que, inclusive, ajudam mais do que o governo, instituição ou a própria comunidade árabe no país. Dentre aqueles que citaram não se relacionarem muito com os brasileiros e não possuem amigos nativos, a principal menção foi falta de tempo para socializarem em decorrência do trabalho. Não foi possível identificar nenhuma fala que mencionasse o brasileiro como alguém que não quer se relacionar com eles, diferentemente do que foi identificado na cidade de Hamburgo, por exemplo, conforme será mais bem aprofundado no capítulo seguinte. Os próprios *stakeholders* entrevistados nesta pesquisa também mencionaram essa relação entre brasileiros e sírios como positiva, ou pelo menos facilitadora, para a integração do refugiado em São Paulo.

O fato dos refugiados sírios serem originados de um país cuja influência na cidade de São Paulo é notória pelo grande sucesso que obtiveram no passado, por serem majoritariamente brancos e pela guerra que assolou o país ter ganhado muito espaço na mídia, inclusive com referências em telenovela da Rede Globo⁶⁸, são definitivamente fatores que influenciam positivamente na forma como eles são recebidos, conforme também foi destacado pelos *stakeholders*. No entanto, isso não significa que eles não sofram preconceito e discriminação. Ainda que mencionem com muita frequência o quanto o brasileiro é “gentil” e “amável”, com alguns entendendo que no país não há preconceito, “é tudo misturado”, conforme relatado em mais de uma ocasião, 9 dos 32 (28,13%) respondentes mencionaram já terem sofrido algum tipo de preconceito na cidade, seja por parte da população ou de autoridades públicas. Os principais motivos discriminatórios mencionados foram por serem de origem árabe e muçulmanos. Dois trechos a seguir refletem algumas das situações passadas pelos refugiados.

[2] (...) tem bastante pessoas que falam homem bomba... [1] Aconteceu com você isso? [2] Sim, sim, bastante vezes... que quando pego Uber (...) Eu saí e ele falou... que quando eu queria registrar meu nome no Uber, eu queria registrar meu nome, não queria colocar outro nome. Aí ele falou, “nossa, homem bomba entrou ne, o que tem nessa mochila”. Aí eu disse pra ele, “olha, se você não fizer seu trabalho direito, vou explodir você e seu carro”. Ele sabia

⁶⁸ A telenovela é a “Órfãos da Terra”, que tem como enredo a fuga de refugiados da guerra na Síria, exibida no ano de 2019.

que era uma brincadeira, mas algumas vezes machuca né, algumas vezes machuca (...) não é do meu nome, nem da minha origem, mas da minha religião, é o principal. Quando fala muçulmano aí sai aquelas ideias bem... porque quando fala homem bomba é uma questão de religião, não de árabe. Aí, isso que me machuca algumas vezes... (SALAH, 30 anos).

[1] Você já se sentiu discriminado em São Paulo? [2] É, mas tipo... foi só pra brincar, essas coisas. A gente sempre acha ruim... [1] Quando que isso ocorreu? Foi uma vez apenas? [2] Não, dois ou três... Na Vila Madalena, na balada, num barzinho... A gente encontrou com pessoas que estavam conversando... tipo uma menina me perguntou “você é de onde?”, eu falei “de Síria”, e ela falou que eu era homem de bomba, se eu tenho uma bomba ou não, essas coisas... mas foi uma brincadeira, eu acho. Mas a gente sente triste porque eu nasci na Síria... (SAMIR, 24 anos).

A discriminação sofrida e relatada pelos refugiados não foi suficiente para reduzi-rem sua admiração pelos brasileiros ou os impediram de criarem amizade, pelo menos para a maioria deles. Alguns mencionaram, inclusive, que essas coisas são passadas e entendem que eram “brincadeiras”, ainda que os machucassem, conforme mencionado nos trechos. A ótima relação e o sentimento de que não há preconceito no país, com exceção de uma minoria, e que São Paulo é de todos, são os principais motivos pelos quais a grande maioria dos entrevistados não se sentem como refugiados. Dois trechos nesse sentido são destacados abaixo.

[1] Você já se sentiu ou se sente como um refugiado aqui no Brasil? [2] Nunca. Nunca. Primeiro tempo até entender como as pessoas funcionam sim, mas só... Eu fico preocupado com meus amigos brasileiros porque a situação deles é pior que a minha, eles estão morando na periferia, sem estudos, ou a mãe deles não tem dinheiro, ou o pai deles. Mas nunca me senti um refugiado... eu to ajudando os outros. (...) Eu falo umas coisas. Eu não sou mais árabe, mais sírio, mais muçulmano... eu sou de famílias sírias, muçulmanos, morando no Brasil, meus amigos colombiano, come comida venezuelana, usa roupa africana, minha sobrinha é de Senegal, minha irmã da Congo. Total. Não tô fazendo drama. (MOHAMMED, 32 anos).

[1] Você se sente como um refugiado no Brasil? [2] Aqui não tem nada de refugiado. Não tem nada de chamar de refugiado. Chama de refugiado só no documento, não tem nada, a vida é muito boa aqui. [1] Você nunca se sentiu um refugiado aqui? [2] Não... [1] No Egito você sentia? [2] Senti porque a pessoa faz diferença lá... sim. Aqui acho que é um país pra todo mundo. Tem sírio, Japão, China... acho que... a gente ta perdido aqui (*risos*) (SAMIR, 24 anos).

O relacionamento entre os próprios pares, indicadores 50 e 51, apresentam resultados semelhantes àqueles encontrados para o relacionamento entre sírios e brasileiros. Dentre os 32 respondentes, 71,88% (23) e 81,25% (26) declararam que possuem relação próxima e amigos dentre seus pares, respectivamente. No entanto, é importante destacar que esta relação não é tão profunda quanto a relação que eles desenvolveram com os brasileiros, conforme será mostrado

na sequência. Também é importante destacar que embora não seja a maioria deles que chegou ao Brasil por possuírem amigos ou conhecidos no país, parte o escolheu como destino exatamente por este motivo. Assim, esta amizade mencionada no *survey* não significa necessariamente uma nova amizade em São Paulo, mas pode refletir uma relação mais antiga.

Antes de apresentar os dados relativos aos indicadores subjetivos e tentar compreender seu significado, é importante relembrar novamente que a integração do refugiado localmente também costuma depender da relação entre os refugiados e seus familiares em outras localidades. Foi mostrado no capítulo sobre os refugiados sírios no mundo que a preocupação com a família e o sentimento de isolamento no destino podem ser extremamente prejudiciais para a integração local em vários níveis, sendo o social um deles. Conforme foi apresentado na seção da habitação, as famílias são muito desmembradas durante a fuga e o número de refugiados morando sozinho no destino é muito maior do que aquele encontrado na origem, o que pode torná-los mais propensos a se sentirem isolados e deprimidos. Assim, torna-se importante, do ponto de vista da integração, identificar se os refugiados estão pelo menos conseguindo se comunicar com sua família, seja na Síria ou em outros lugares do mundo, de forma a reduzir o distanciamento gerado pelo deslocamento.

O indicador 52 busca captar se esta comunicação entre origem e destino tem acontecido. Seus resultados mostram que sim, ao menos dentre os refugiados entrevistados nesta Tese, a comunicação entre eles e seus familiares ocorre com frequência. Dos 32 respondentes, 28 (87,5%) se comunicam com seus familiares na Síria ou em outros lugares do mundo pelo menos uma vez por semana. Nenhum deles passa mais de um mês sem conversar com alguém. Um elemento mencionado pelos refugiados que compromete um pouco esta comunicação é o fato da internet na Síria ser muito instável. Assim, a mensagem por *WhatsApp*, principal e quase único meio de comunicação utilizado pela população para falar com os familiares, pode demorar dias para chegar no destino, gerando ansiedade por parte daqueles que passam por esta situação, uma vez que se preocupam com a possibilidade de alguma tragédia ter acontecido. A comunicação é mais frequente e estável quando ela ocorre com familiares vivendo em outros países e regiões do mundo, como na Europa, Canadá e Estados Unidos. Entende-se que essa troca com os familiares em outros lugares do mundo é um elemento importante para que o refugiado possa focar em suas atividades em São Paulo. Consequentemente, é um elemento positivo para sua integração local.

Por sua vez, os indicadores subjetivos tentaram captar alguns sentimentos dos refugiados sírios sobre suas relações sociais no Brasil e de segurança em São Paulo, que podem, dependendo do quão seguros ou quão ameaçados os indivíduos se sentirem, influenciar positiva ou negativamente em suas relações com o entorno, influenciando diretamente na sua integração. O Quadro 26 apresenta as médias encontradas para cada um dos quatro indicadores selecionados.

QUADRO 26 - RESULTADO DOS INDICADORES SUBJETIVOS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL DE REFUGIADOS SÍRIOS NA CIDADE DE SÃO PAULO

N. Indicador	Indicador	Valor
54	Nível de relação com os nativos (n = 31)	4,68
55	Nível de relação com refugiados (n = 28)	3,68
56	Percepção de segurança (n = 30)	3,40
57	Nível de confiança dos refugiados na polícia (n = 26)	3,23

Fonte: Dados do *survey*.

Para os indicadores representados no quadro, também foram utilizadas escalas Likert de avaliação, com notas de 1 a 5, seguindo o padrão das outras seções. Para os indicadores 54 e 55, a nota 1 significa uma relação “muito ruim” e 5 “muito boa”. Para o indicador 56, 1 significa “muito perigoso” e 5 “muito seguro”, e para o indicador 57, 1 significa “nenhuma confiança” e 5 “muita confiança”. Nota-se que, dos quatro indicadores apresentados, apenas a relação com os nativos possui um resultado que pode ser considerado positivo. Importante destacar, sobretudo, a diferença das avaliações a respeito do nível de relação com os brasileiros e entre os próprios pares, na qual a avaliação é consideravelmente maior para os primeiros.

Como mencionado anteriormente durante esta seção e na seção “Emprego”, a relação entre os brasileiros e os refugiados sírios aparenta ser muito positiva. O brasileiro de um modo geral é visto pelo refugiado sírio como alguém muito amigável, sem preconceitos e disposto a ajudar. A entrevista mais marcante sobre a questão foi a de Mustafá. Sua relação com os brasileiros é fundamental desde sua chegada ao país. Apesar das dificuldades em se expressar em português, sua fala replicada na sequência, carregada de muita emoção, é clara o suficiente para que se perceba sua gratidão aos brasileiros e, sobretudo, a uma brasileira em específico.

[1] E teve alguém aqui que te ajudou mais, alguma pessoa? E quem que foi essa pessoa? [2] Tem uma pessoa... lá de cima, lá de cima... Tem dois, um de cima e um de baixo... Alá, de cima... Deus, primeira. Outra menina brasileira, Deus de baixo, debaixo do chão, entende? Deus lá de cima... tem uma amiga brasileira, Deus de baixo... [1] E quem ela é? [2] Essa professora... [1] Como ela te ajudou? [2] (*respira fundo e começa a segurar o choro*) ... Ajuda bastante uma coisa... Ajuda... (*começa a chorar*) ... Ajuda bastante... Já cuidar

pra família, cuidar de esposa, quase mãe grande. Esse quase Deus de baixo, com certeza. Ajuda pra todo mundo. Quando eu já chegou... Quando eu chego de Brasil eu não sabia essa professora... Essa professora é muito gente boa. Coração do Brasil tudo. Sabe... gente brasileira 99% é gente boa, com certeza. 1% não é gente boa... ladrão, essa gente não é boa... mas 99% da gente brasileira é gente boa, é. (MUSTAFÁ, 47 anos).

Por conta das evidentes dificuldades em se expressar em português, não ficou claro de que maneira essa professora ajudou Mustafá, mas a todo tempo, além da emoção que lhe tomava conta a sempre que a mencionava, o entrevistado fazia questão de lembrá-la. Inclusive, quando perguntado sobre o que gostaria de mudar em sua vida, o refugiado respondeu apenas uma coisa: ter melhores condições financeiras para cuidar da família e ajudar a professora.

Dos 31 respondentes, 23 deram nota 5 para sua relação com os brasileiros, seis deram nota 4 e dois deram nota 3, ou seja, nenhum refugiado apresentou insatisfação em relação à sua situação com os brasileiros e os casos de discriminação reportados sofridos localmente não influenciaram na avaliação geral sobre o nativo. Várias menções à forma como os brasileiros são bons e amigáveis com os refugiados sírios também foram encontradas nas entrevistas realizadas em Calegari (2017) e Fortunato (2019). Um ponto interessante desta boa relação entre sírios e nativos é que boa parte dos refugiados mencionou uma série de questões culturais do país que lhes causavam estranhamento e “incômodo”, sobretudo àqueles relacionados à maior liberdade sexual e consumo de álcool por parte da população, conforme será mais bem detalhado na seção seguinte em “Abertura Cultural”, principalmente quando comparados com a Síria ou seus países vizinhos. Este indicador é importante porque, embora essas diferenças culturais existam e tenham sido exaltadas pelos refugiados, eles se mostram tolerantes e constantemente se relacionam com os brasileiros. Ou seja, o efeito desse “incômodo” ou estranhamento cultural não parece interferir de maneira significativa em sua integração local.

Por sua vez, a relação entre os próprios pares é mais complicada de ser analisada do que a relação com os brasileiros. “No árabe com árabe”, expressão utilizada por Naim para se referir à relação entre árabes, mencionada na seção “Emprego” e que será mais bem tratada capítulo seguinte sobre o caso de Hamburgo, carrega uma série de significados locais e culturais fortes. Ao mesmo tempo que a rede de comunidades árabes existente em São Paulo serviu e serve de apoio para parte importante deles, para outros ela não se mostrou muito ativa. Ou, quando apareceu, serviu também para se aproveitar da situação frágil encontrada pelos refugiados e explorar sua mão-de-obra, pagando-lhes salários baixos, não assinando suas carteiras de

trabalho, e tratando-os de maneira discriminatória. Esta relação mais conturbada se inicia antes do refugiado chegar ao Brasil, ainda enquanto refugiados do Líbano e Egito, por exemplo.

Boa parte dos entrevistados passou por outros países antes de chegar ao Brasil, a maior parte deles vizinhos à Síria. Ao todo, 13 passaram pelo menos pelo Líbano, 5 pela Jordânia e 5 pelo Egito. Em menor quantidade, passaram também pela Arábia Saudita (2), Sudão (1), Malásia (1) e Equador (1). Dentre as várias dificuldades encontradas para o início de uma nova vida no novo país estava o tratamento preconceituoso e segregador, elemento este presente nas autoridades públicas e em parte da população, algo já bastante retratado também no capítulo sobre os refugiados sírios no mundo. O preconceito e a forma humilhante com a qual às vezes eram tratados foram também motivadores para buscarem outro país de destino. Além de ofensas ao andarem nas ruas, sofriam perseguições de autoridades, sobretudo da polícia, eram discriminados no comércio, nas escolas e no trabalho. O trecho replicado de Mohammed, na sequência, exemplifica um pouco sobre como era sua vida no Líbano.

[2] Foi muito chato, tive que sair na rua, com todo mundo olhando pra você como se fosse criminoso, que você é sírio... quando você compra uma coisa as pessoas te tratam muito mal... [1] Eles te reconhecem só de te verem? [2] Não, eles conversam... nosso sotaque é muito forte. “Bom dia”, eles já sabem. Outras coisas, não é só pra mim... meu pai tinha carro com placa da Síria, as pessoas xingavam ele na rua, no farol... é muito doido isso. Se você está alugando uma loja, eles fecham pra você, jogam pedra, essas coisas... foi muito chato, foi muito pesado pra mim, eu procurei outra país...

Em algumas ocasiões, as relações dicotômicas entre os árabes se expandem até mesmo para as relações familiares. Dois casos foram explicitados neste sentido durante as conversas com os entrevistados. O primeiro deles foi citado por Mustafá. Sua vinda para o Brasil foi incentivada por um irmão que morava no país há mais de 27 anos. Chegando em Guarulhos, porém, Mustafá contou pouco com a sua ajuda. Com a esposa grávida e dois filhos, ficou um mês na casa do irmão até o terceiro nascer. Após seu nascimento, precisou procurar outro lugar para morar, encontrando apenas uma ajuda da vizinha de seu irmão, permitindo que lá ficasse pelo tempo necessário. Perguntado posteriormente sobre o irmão, Mustafá respondeu:

[2] Irmão não ajuda... só aluga casa, fiador... eu já mora um mês com casa irmão, depois um mês já aluga casa de fiador... eu pagar aluga. Trabalhar, pagar... Irmão só fiador. [1] Ele não te ajudou com nenhum dinheiro? [2] Esquece, nossa. Nunca. Nunca. (MUSTAFÁ, 47 anos).

O segundo relato é mais extraordinário. Almeida tinha apenas 17 anos quando chegou ao Brasil porque um tio o convidou. Dono de um restaurante em um bairro nobre de São Paulo,

colocou o sobrinho para trabalhar como estoquista. Em um episódio específico envolvendo questões pessoais, a situação passou de apenas verbalmente agressiva, para fisicamente violenta, resultando no esfaqueamento do sobrinho, que, com graves ferimentos na perna, precisou ser socorrido com urgência para um hospital da cidade.

Não se pretende discutir ou julgar as relações entre os árabes como boas ou ruins, inclusive, o número de entrevistas e relatos é muito pequeno para que se permita quaisquer generalizações; a importância desses relatos está na problematização do papel das redes existentes na integração dos refugiados no destino. Os casos descritos acima expõem uma realidade existente entre as relações “no árabe com árabe”, exemplificadas também por outros refugiados e por *stakeholders* entrevistados na cidade de Hamburgo, que também notaram, conforme será apresentado, algumas questões particulares das redes árabes/sírias na cidade. Esta pontuação é importante porque a existência das redes é vista por vezes como um fator apenas positivo na integração, como um elemento facilitador, sobretudo sob o olhar dos *stakeholders* entrevistados em São Paulo. De fato, alguns refugiados elogiaram as ajudas recebidas tanto nos países anteriores ao Brasil, quanto no próprio Brasil, de pessoas da Síria ou de suas nações vizinhas, no entanto, é preciso problematizar a existência das redes. Neste caso, a participação nelas pode ser vista como uma relação de ganhos, perdas e indiferenças, que variam de caso a caso. Resultados semelhantes sobre as relações conturbadas entre os árabes são também presentes em Calegari (2017) e Fortunato (2019).

Em relação à distribuição das notas dadas pelos refugiados para avaliar a relação entre seus pares, percebe-se que dos 28 respondentes, apenas 12 avaliaram a relação como muito boa ou boa, 12 como neutra e 4 como ruim. Isto é, menos da metade dos entrevistados disseram possuírem boas relações com outros refugiados ou árabes em São Paulo. Embora seja uma amostra pequena, seus resultados, corroborados pelas entrevistas, apontam para um debate interessante a ser explorado por estudos futuros sobre o papel das redes e sua compreensão enquanto elemento presente nos movimentos migratórios e de integração no destino.

Finalmente, os dois últimos indicadores apontam que os refugiados não se sentem completamente seguros no Brasil e que também não confiam plenamente na polícia⁶⁹. Em relação à segurança, uma distinção deve ser feita: enquanto refugiado, alguém que pode andar

⁶⁹ Durante as entrevistas, foi deixado claro aos respondentes que não se trata da Polícia Federal, mas da polícia do “dia a dia”.

nas ruas sem medo de sofrer violência por possuir vestimentas diferentes, falar um outro idioma, ou outros elementos que possam distingui-los como estrangeiros e refugiados, os respondentes se mostraram bastante seguros. Isto é, eles não têm medo de sofrerem violência em público. Por outro lado, enquanto cidadão comum, parte dos entrevistados mostrou receios sobre a segurança em São Paulo. O receio de serem roubados ou assaltados foram mencionados durante as entrevistas. O resultado do indicador 56, 3,40 (n = 30), capta este último sentimento.

Por sua vez, a avaliação da confiança na polícia também merece atenção. Primeiramente, menciona-se o fato de que alguns refugiados se mostraram surpresos com a pergunta e receosos em respondê-la. Após pensarem muito, alguns decidiram por dar nota 5 ou 4, mas claramente sem convicção. No geral, entende-se que a média apresentada superestima o real sentimento dos refugiados. Em segundo lugar, a baixa confiança na polícia reflete a falta de sentimento de segurança, ou seja, ambos os indicadores 56 e 57 estão fortemente relacionados. Durante as entrevistas, percebeu-se claramente que este sentimento está muito relacionado ao seu oposto enquanto viviam na Síria. Como já havia destacado South (2010), as ruas no país são relativamente seguras e a violência diária não é comum. Assaltos e assassinatos são (ou eram) raros. O uso de drogas ilícitas e lícitas é mais controlado e vigiado. Não há, segundo mencionado por vários refugiados, moradores de rua como há em São Paulo. A punição policial é mais severa, e parte deles também entende que seus compatriotas são mais religiosos e creem mais em deus do que os brasileiros, assim, agem com mais prudência por medo de serem punidos pela lei divina. Quando deparam com a violência de São Paulo e o que consideram inoperância da polícia, somados a maior disponibilidade e facilidade na obtenção e consumo de drogas pela população, há medo e insegurança.

Um ponto interessante e que merece menção em relação às informações apresentadas é que mesmo os refugiados sírios não se sentindo completamente seguros em São Paulo, isso não os impediu de se relacionarem socialmente na cidade. Quando não estão trabalhando e possuem tempo livre, muitos gostam de sair, viajar, e explorar a diversidade da capital paulista e do Brasil, sempre acompanhados de amigos, muitos deles nativos. É importante salientar também que essa falta de sentimento de segurança não significa que eles vivem em constante medo, tanto que as avaliações estiveram acima de 3 e não abaixo. Além disso, outro elemento que favorece a interação social é que a violência percebida pelo grupo não é propriamente contra o refugiado, isto é, uma violência discriminatória, mas contra o cidadão, assim como ocorre com outros brasileiros. Portanto, não é algo que interfira diretamente no sentimento do refugiado

sírio em relação ao nativo. Pelo contrário, até neste sentido eles se sentem mais iguais, porque muitos dos problemas que enfrentam, independentemente da esfera que se esteja analisando (dificuldades em serem atendidos pelo SUS, desemprego, baixos salários, moradias inadequadas etc.), são semelhantes aos dos brasileiros. Este foi um ponto mencionado mais de uma vez e que aproxima, ainda que involuntariamente, os dois grupos e acaba favorecendo a integração social dos refugiados sírios na cidade.

5.1.2 Conclusão

Os resultados apresentados nesta seção indicam que os refugiados sírios parecem estar se integrando socialmente em São Paulo. Embora casos de discriminação tenham sido identificados em alguns momentos pelos participantes desta pesquisa, eles não são predominantes e não se mostraram suficientes para minimizarem a visão positiva que os refugiados têm dos brasileiros de uma maneira geral, e muito menos para os afastarem do convívio social. Muito pelo contrário, o que foi identificado tanto neste estudo, quanto na pouca literatura existente, é que as relações entre brasileiros e sírios é muito presente e forte, no sentido de serem amigos, saírem juntos e se apoiarem emocionalmente e, às vezes, até financeiramente. Esta relação é fundamental, tanto porque a construção de uma rede social pode ser importante para a integração em outros campos, como para reduzir o sentimento de isolamento desta população, tão comum em outros lugares do mundo. Evitar o isolamento é, por si só, um ponto que atua positivamente na integração, uma vez que este sentimento pode desmotivar e deprimir o refugiado, podendo resultar em piores resultados também em outros campos de integração.

Os refugiados não se relacionam apenas com os brasileiros, mas também entre seus pares. Este fator também é importante porque pode atuar no sentido de preservar costumes e hábitos culturais da origem, elemento importante no conceito de integração sociocultural, como também ajudar na integração em outros campos. No entanto, embora esta relação tenha sido identificada, ela é mais superficial e não é necessariamente sempre positiva. A identificação de conflitos dentro das comunidades foi importante para problematizar o papel das redes árabes no destino, vista quase que automaticamente pelo público externo como sempre positiva para a integração local. Claramente, isto não é verdade, embora elas de fato atuem em vários momentos como um elemento integrador muito importante.

Também foi possível identificar que a maioria dos refugiados entrevistados está em constante contato com seus familiares na origem ou em outros destinos, o que também é considerado como um elemento positivo para a integração local. O sentimento de maior aproximação, permitido graças à comunicação por meio das tecnologias de informação, sobretudo o aplicativo *Whatsapp*, também reduz o sentimento de isolamento e as preocupações com a vida de seus familiares, principalmente àqueles que ainda estão na Síria. Esses contatos constantes permitem ao refugiado concentrar-se em sua vida no destino, seja no trabalho, na escola, ou mesmo em sua sociabilidade, que, por sua vez, favorecem sua integração local.

Percebeu-se também que a vida social do refugiado não parece sofrer interferências do seu sentimento de falta de segurança vivendo em São Paulo. A partir das informações levantadas, notou-se que embora eles não se sintam constantemente com medo de andar nas ruas e ameaçados pela violência da cidade, a nova realidade enfrentada gera inseguranças. Relatos como medo da violência, de serem assaltados ou mesmo assassinados foram captados durante o trabalho de campo. Inclusive, alguns mencionaram esta diferença entre Síria e Brasil como um dos elementos de grande desvantagem do destino em relação à origem. Embora não tenha sido possível identificar sua interferência na vida social do refugiado, esses receios são elementos negativos e que podem acabar influenciando na integração local do grupo.

Finalmente, e não menos importante de ser mencionado, a integração social dos refugiados sírios é claramente beneficiada por toda uma conjuntura social e cultural existente. O fato de pertencerem a uma nacionalidade na qual o conflito civil gerou bastante comoção na mídia nacional e mundial, por serem majoritariamente brancos e por historicamente possuírem uma comunidade rica e bem-sucedida na cidade (embora com as ressalvas já feitas sobre o papel das redes) são elementos fundamentais para que o processo de integração seja mais harmonioso do que para outros grupos de refugiados e imigrantes no geral.

Por fim, o Quadro 27 apresenta um resumo dos principais pontos observados a respeito da integração social dos refugiados sírios na cidade de São Paulo.

QUADRO 27 - PRINCIPAIS RESULTADOS DA INTEGRAÇÃO SOCIAL DOS REFUGIADOS SÍRIOS NA CIDADE DE SÃO PAULO.

Campo de Integração	Integração Legal	Integração Objetiva
Contato Social	Legislação ampla e protetiva contra discriminação, seja ela por nacionalidade, cor, etnia, religião ou orientação sexual;	A relação entre refugiados sírios e os brasileiros aparenta ser muito positiva. Além de ocorrer com frequência, ela é uma relação de proximidade e amizade. Ainda que casos de discriminação tenham sido reportados por parte dos entrevistados, eles não foram suficientes para afetar estas relações;
	A nível local, vários programas e ações do governo, em parceria com a sociedade civil, existem para incentivar a tolerância por parte da população local e ampliar o acesso dos refugiados aos canais de denúncia e justiça;	Embora também seja muito frequente, a relação entre os refugiados e seus pares é mais problemática. Além de não ser muito profunda, ela nem sempre é positiva. Inclusive, em algumas ocasiões seu resultado é mais prejudicial do que bom para a integração local;
	É área de atuação do 1º Plano Municipal de Políticas para Imigrantes (eixos IV: “Proteção aos direitos humanos e combate à xenofobia, ao racismo, à intolerância religiosa e a quaisquer formas de discriminação” e V: “Mulheres e população LGBTI+: acesso a direitos e serviços”);	Os refugiados mantêm com frequência contato com familiares na origem ou em outros países. Comunicação permitida, sobretudo, pelas tecnologias de informação, principalmente o aplicativo <i>WhatsApp</i> . Essa comunicação é muito positiva para sua integração local; Os refugiados não se sentem muito seguros e não confiam na polícia local. No entanto, estes elementos não pareceram afetar sua sociabilidade na cidade de São Paulo;

5.2 ABERTURA CULTURAL

De acordo com Ager e Strang (2004; 2008), algumas áreas-chave de competência cultural são compreendidas como necessárias para a integração local dos refugiados no destino. Além do domínio do idioma local (aqui abordado mais profundamente na seção “Facilitadores”), os autores destacam que é importante que os refugiados também tenham conhecimento dos procedimentos, costumes e instalações locais e nacionais, assim como, embora em menor medida, os não-refugiados também precisem conhecer as circunstâncias de vida do refugiado e sua cultura.

Do ponto de vista da integração legal, três indicadores foram selecionados para esta seção, entendidos como elementos importantes que podem facilitar a integração cultural dos refugiados em São Paulo (Quadro 28).

QUADRO 28 - QUADRO DE INDICADORES LEGAIS DE INTEGRAÇÃO CULTURAL DOS REFUGIADOS EM SÃO PAULO

N.	Indicador	Descrição	Respostas	Referência
57	Liberdade de expressão	Os refugiados possuem os mesmos direitos de expressão artística e cultural que os nativos (p.e, expressar religiosidade, festas típicas, usar vestimentas características etc.).	Sim. Baseado na CF/88, artigo 5º, incisos IV, VI e IX.	Próprio autor.
58	Suporte ao conhecimento cultural	São previstos programas e ações de ensinamento sobre valores, hábitos e cultura do Brasil aos refugiados? E quanto aos valores, hábitos e cultura dos refugiados para os brasileiros?	Em partes. Há ações voltadas para a divulgação da cultura do refugiado e imigrante em geral na cidade, no entanto, não há nada previsto para que o refugiado ou imigrante possa aprender sobre o Brasil/São Paulo	Próprio autor.
59	Liderança do governo	a) O governo publica um plano explícito de ação sobre a integração cultural dos refugiados ou imigrantes em geral? b) As medidas já foram implementadas?	a) Sim, o tema está previsto no eixo III do 1º Plano Municipal de Políticas para Imigrantes. b) Não, as ações do Plano estavam previstas para se iniciarem em 2021.	Adaptado de Huddleston et al, 2015

Fonte: Informações obtidas através da CF/1988, legislações nacionais e publicações acadêmicas.

A liberdade de expressão, seja ela de pensamento, consciência ou religião, é um direito humano fundamental, garantido pela DUDH (1948) em seu artigo 18. Tais direitos também estão expressos em uma série de outros tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, como no artigo 19 do “Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais” (1966), no artigo 5 da “Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial” (1965), no artigo 7 da “Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres” (1979), dentre outros.

Em âmbito nacional, o principal aparato legislativo concernente à liberdade de expressão é a CF/88, a qual prevê, em seu artigo 5º, incisos IV, VI e IX, como um dos direitos e garantias fundamentais de toda pessoa em território brasileiro. Não apenas a liberdade de expressão é garantida pela CF/88, como discriminações relacionadas a ela, sobretudo a expressões religiosas, são passíveis de punição pela Lei 7.716/90 (BRASIL, 1997b), conforme apresentado na seção anterior. Desta forma, a resposta para o indicador 57 é “sim”, os refugiados possuem os mesmos direitos de expressão artística e cultural que os nativos.

Em relação aos indicadores 58 e 59, é importante destacar que a PMPI de São Paulo, criada a partir da Lei 16.478/16 (SÃO PAULO, 2016a), estabelece, logo em seu artigo 1º, inciso II, que um de seus objetivos é “promover o respeito à diversidade e à interculturalidade”. Dentre

as ações prioritárias da PMPI (artigo 7º, inciso V), consta valorizar a diversidade cultural e garantir a participação da população imigrante na agenda cultural do município. Por sua vez, no Decreto regulamentador da PMPI (SÃO PAULO, 2016b), a cultura do imigrante aparece diversas vezes como algo a ser valorizado, respeitado, divulgado e protegido pelo poder público e suas secretarias. O principal deles é a Secretaria Municipal de Cultura (SMC). Dentre as ações previstas ao órgão no artigo 21, destacam-se promover e apoiar a realização de eventos dos imigrantes, disponibilizando equipamentos públicos; atentar às especificidades desta população nos editais públicos de incentivo à cultura, desburocratizando também seus processos para ampliar as oportunidades de participação dos imigrantes; divulgar, com materiais acessíveis, as ações e programas culturais do Município e suas formas de participação; dentre outras.

Várias das ações destinadas à SMC estão previstas no 1º Plano Municipal de Políticas para Imigrantes, conforme será mais bem apresentado na sequência, mas algumas já estão sendo realizadas, sobretudo aquelas voltadas à promoção e apoio às atividades culturais desta população. No já tradicional “Virada Cultural”, evento organizado pela Prefeitura de São Paulo em parceria com patrocinadores e OSCs, no ano de 2017 foi levantado, de maneira inédita, um palco para apresentações exclusivas de atrações culturais formadas por imigrantes e refugiados, que contou com a participação de grupos e bandas da Bolívia, Haiti, Congo, Togo, Cuba, Síria, dentre outros países (DELFIM, 2017). Outras atrações de grupos de imigrantes e refugiados também foram realizadas no evento, como o “Festival Despedida das Arábias”, que teve como objetivo valorizar a cultura árabe e arrecadar recursos para os refugiados dessa origem, a “Festa da Bandeira do Haiti”, a “Congolinária”, o “Campeonato multicultural” (competição de futebol envolvendo refugiados e solicitantes de refúgio de várias nações), dentre outros eventos.

Satie e Moraes (2020) destacaram 23 atrações para serem conferidas durante o ano de 2020 envolvendo grupos culturais imigrantes de São Paulo. Dentre os eventos, estão exposições em museus, feiras e festas típicas, envolvendo nacionalidades de várias partes do mundo. Nem todas as programações foram necessariamente organizadas pelo poder público municipal, mas contaram de alguma forma com seu apoio. Um evento muito tradicional da cidade e promovido pelo Museu da Imigração de São Paulo anualmente, vinculado à Secretaria de Cultura e Economia (SCE) do Estado de São Paulo, é a “Festa do Imigrante”. Existente há mais de 20 anos, a “Festa do Imigrante” costuma contar com mais de 20 mil pessoas todo ano e com participação e representatividade de mais de 50 nacionalidades (SCE, 2020). O evento é

composto por atividades de dança, artesanato, música e gastronomia. Em 2020, em decorrência da pandemia, a 25ª edição do evento ocorreu virtualmente (Delfim, 2016).

No ano de 2021, para celebrar o “Dia do Imigrante” (25/06), a Prefeitura de São Paulo organizou uma semana repleta de eventos e ações durante sete dias seguidos, iniciando-se no dia 21/06 e se encerrando no dia 27/06. Dentre as atrações, foram realizados debates sobre as políticas municipais para imigrantes e refugiados, regularização migratória, desafios e oportunidades de trabalho e moradia para estrangeiros no Brasil, apresentação de ações integradas para imigrantes e refugiados na cidade e, finalizando a programação nos dias 26/06 e 27/06, uma “Feira de artesanato imigrante”, em que os trabalhos artesanais de imigrantes e refugiados de diversas nacionalidades foram expostos e comercializados (SMDet, 2021).

Do ponto de vista de planejamento público municipal para os próximos anos, foi mostrado nas seções e capítulo anteriores que o tema “cultura” foi abordado marginalmente em alguns eixos do 1º Plano Municipal de Políticas para Imigrantes. De maneira mais específica, porém, a cultura é focada enquanto parte do planejamento de ações do Plano em seu eixo III, denominado “Valorização e Incentivo à Diversidade Cultural”. As ações, indicadores e metas deste eixo seguem no ANEXO I.

As ações do Plano são majoritariamente voltadas para ampliar os espaços de participação da população imigrante na agenda cultural do município, tanto por meio de disponibilizar mais oportunidades e prover maior apoio financeiro e material, quanto ampliando sua visibilidade, através do mapeamento dos grupos, divulgação dos eventos e facilitando a inscrição em editais. Destaca-se que a maior parte das ações previstas serão inéditas no município, uma vez que não possuem linha de base. A única ação já mapeada e que tem como objetivo ser ampliada é a número 30, “promover e apoiar as feiras de populações imigrantes, por meio de sua regularização em espaços amplos, seguros e confortáveis, cadastramento de feirantes e suas atividades, desburocratização para participação em eventos promovidos pela Prefeitura, e divulgação das feiras”. Atualmente existem quatro feiras regularizadas. A meta do plano é que este número seja dobrado até 2024.

Um importante elemento na valorização cultural do imigrante presente no Plano está nas duas últimas ações, as de número 36 e 37. Em ambas será permitido ao imigrante ser mais participativo nas esferas de decisão municipais. Na ação 36, ele fará parte diretamente do corpo responsável por tomar decisões sobre os projetos culturais originados desta população, dando

representatividade ao grupo nos postos decisórios. No indicador 37, prevê-se a contratação de educadores imigrantes para o CRAI, de forma que as pessoas ou grupo de imigrantes/refugiados possam ser mais bem assessoradas e treinados para participarem de eventos culturais na cidade.

Caso as ações explicitadas no Plano sejam de fato realizadas, entende-se que, do ponto de vista da valorização cultural da população imigrante em São Paulo, os ganhos serão grandes. Eles não apenas fortalecem os vínculos com a origem, como servem para divulgar sua cultura e artes para o público local, além de ampliar sua participação em esferas de decisão. Esta possibilidade de maior divulgação e visibilidade pode ser um fator importante até mesmo no combate à discriminação e aproximação entre anfitriões e hóspedes. Para o conceito de integração adotado nesta pesquisa, este é um importante avanço.

Também do ponto de vista da integração, por outro lado, as ações previstas no plano não contemplam a oferta de atividades e cursos aos refugiados sobre as particularidades do Brasil. Não há nada planejado para que eles possam conhecer melhor o sistema de governo brasileiro, o sistema jurídico, educacional e o mercado de trabalho, hábitos e costumes do país e da cidade, lugares turísticos, dentre outros elementos que são importantes para que o imigrante possa se integrar institucionalmente, socialmente e culturalmente em São Paulo. A integração é uma troca, portanto, inserir o refugiado na cultura e lógica de vida do país/cidade também é importante para que ele possa entender como a sociedade funciona e se habituar de maneira mais harmônica a ela. Ações deste tipo são realizadas em outros lugares do mundo, como ocorre, por exemplo, na cidade de Hamburgo, e seria bem-vinda também em São Paulo.

A partir das informações apresentadas, entende-se que a resposta para o indicador 58 é “em partes”, ações voltadas para a divulgação da cultura do refugiado e imigrante existem por meio de vários eventos culturais e serão ampliadas nos próximos anos, no entanto, não há previsão de ações voltadas a esta população sobre como é o Brasil/São Paulo e como lidar e sobreviver no dia a dia da cidade. Por sua vez, para o indicador 59 a resposta é “sim” para a letra “a”, existe um plano de ação público para a integração cultural do imigrante na cidade, e “não” para a letra “b”, uma vez que as ações ainda serão executadas.

5.2.1 O que os dados dizem até o momento?

Primeiramente, é importante destacar que foge do alcance desta Tese uma discussão sobre a extensão e complexidade do conceito de cultura. Assume-se aqui, por simplificação,

como um conceito subjetivo em que o refugiado a define na origem e destino. Nesse sentido, foi mencionado durante as entrevistas que o refugiado deveria pensar sobre as diferenças e/ou semelhanças em relação a hábitos, costumes, alimentos, formas de comunicação e comportamento das pessoas e outros elementos da sociedade que ele achasse relevante considerar como parte do corolário cultural local. Desta forma, para entender a integração do refugiado neste campo, é importante compreender se o indivíduo enxerga a existência de semelhanças e/ou diferenças entre as culturas em ambas as localidades e como ele lida com elas. A seguir, essas questões serão aprofundadas.

Ao todo, para a integração no campo da “Abertura Cultural”, seis indicadores foram selecionados para guiarem a discussão (Quadro 29).

QUADRO 29 - QUADRO DE INDICADORES OBJETIVOS DE INTEGRAÇÃO CULTURAL DE REFUGIADOS SÍRIOS NA CIDADE DE SÃO PAULO

N.	Indicador	Descrição	Resultados	Comentários	Referência
60	Proporção de refugiados acessando a mídia nativa (do país de destino)	Proporção de refugiados reportando acesso regular (uma vez por dia ou mais) à mídia na língua nativa (televisão, rádio, jornal, livros etc.)	34,38%	A baixa proporção de refugiados acessando as “mídias” do destino tem como principal explicação a falta de tempo para atividades de lazer por parte dos refugiados.	Adaptado de Huddleston et al, 2015
61	Proporção de refugiados acessando a mídia da origem	Proporção de refugiados reportando acesso regular (uma vez por dia ou mais) à mídia da origem (televisão, rádio, jornal, livros.)	37,50%	O motivo para a baixa proporção dos refugiados acessando as “mídias” da origem são semelhantes aos do indicador 60, porém, possui dois agravantes: a dificuldade técnica em acessar conteúdos e a falta de confiabilidade em relação ao que é produzido, sobretudo em termos de notícias jornalísticas.	Próprio autor.
62	Adaptação às normas e costumes do destino	Proporção de refugiados que se consideram adaptados às normas e cultura do destino	78,12%	Destaca-se que, embora a adaptação tenha ocorrido para a grande maioria, quase metade dos refugiados com ensino superior disseram não estarem adaptados ao país. Os motivos são desconhecidos.	Próprio autor.
63	“Discordância” em relação às normas e costumes no destino	Proporção de refugiados que entendem que existem elementos das normas e culturas no destino que vão contra seus princípios de vida (religiosos, morais ou culturais)	48,38%	Embora quase metade entenda que existem elementos dos costumes e culturas do país que são considerados por eles como “errados” ou “estranhos”, existe grande respeito por essas diferenças e elas não afetam a relação dos refugiados com os brasileiros e o país como um todo.	Próprio autor.
64	Percepção de aceitação dos nativos para com os refugiados	Qual o nível de percepção de aceitação dos nativos para com os valores e costumes culturais dos refugiados sírios?	4,68	Há clara percepção de que os brasileiros são receptivos e respeitam o corolário cultural dos refugiados sírios. Resumidamente, na opinião dos refugiados, eles são bem-vistos e aceitos pelos brasileiros.	Adaptação de OM (2015).

65	Percepção de aceitação dos refugiados para com os nativos	Qual o nível de aceitação dos refugiados para com os valores e costumes culturais do destino?	4,63	Da mesma forma, os refugiados também veem os brasileiros com bons olhos e respeitam a cultura local. A relação é recíproca.	Adaptado de ENTIZINGER and BIEZEVELD (2003).

Fonte: matriz de indicadores.

Os indicadores 60 e 61 visam identificar se os refugiados têm consumido frequentemente conteúdos produzidos na origem e no destino. Quanto maior a proporção frequentemente consumindo em ambas as localidades, entende-se que, se forem do Brasil/São Paulo, mais interessados estão em se inteirar do que acontece em seu país/cidade anfitrião; se forem da Síria, seguem procurando manter vínculos com seu país natal. É importante destacar que embora o indicador tenha em seu nome a palavra “mídia”, ele investiga mais do que produtos “midiáticos”. Entende-se que o consumo está relacionado a vários tipos de produtos, como televisivos, internet e jornais, mas também por livros, cinema, teatro, dentre outros.

Para ambos os indicadores, foi identificado que os refugiados sírios não estão consumindo muitos conteúdos da origem e do destino, quaisquer que sejam eles. Apenas 34,43% (11/32) disseram consumirem diariamente conteúdos relacionados à origem e 37,5% (12/32) conteúdos do Brasil. Durante as entrevistas, dois foram os principais motivos identificados pelos refugiados como empecilhos para consumirem o que tem sido produzido em ambas as localidades: 1) falta de tempo, 2) desinteresse, este último especificamente para o conteúdo jornalístico da Síria, e 3) dificuldades técnicas, também para produtos da origem. A falta de tempo é fruto da carga horária despendida no trabalho. Conforme já apresentado anteriormente na seção “Emprego”, muitos refugiados passam boa parte de seus dias trabalhando e possuem pouco tempo para lazer ou realizar outras atividades. Por outro lado, o desinteresse sobre conteúdos jornalísticos da Síria é resultado de entenderem que eles não são confiáveis. “O governo controla tudo” ou “tudo que a gente lê e vê, é mentira”, frases ditas por Naim e Mohammed, respectivamente, foram bastante comuns durante as entrevistas. Para além dessa desconfiança em relação ao conteúdo em si, acessar os produtos sírios do Brasil, como, por exemplo, canais de televisão, é um desafio, limitando o acesso dos refugiados ao que é produzido em sua origem. Assim, eles se encontram restringidos por dificuldades técnicas, de tempo e de confiabilidade no conteúdo divulgado.

Por sua vez, embora tenham surgido menções ao teatro e música brasileiros, o consumo principal da cultura do país é o televisivo, sobretudo as novelas⁷⁰. Foi mencionado mais de uma vez que elas são uma forma fácil e eficaz de conhecer a cultura brasileira, inclusive, ainda enquanto moravam na Síria. Ao lado da televisão está a internet como o segundo meio mais utilizado para explorar melhor a cultura e o Brasil como um todo, sobretudo pelo uso das redes sociais, os aplicativos de música e o *Google*.

Um ponto importante a ser destacado através da captação dos dados para esses dois indicadores é que o refugiado sírio tem se mostrado interessado tanto na cultura brasileira, quanto em manter seus laços com a origem. Embora, na prática, apenas pouco mais de um terço esteja consumindo diariamente produtos da “mídia” nacional e Síria, o não-consumo está muito mais relacionado a impossibilidades de ordens estruturais do que propriamente individuais. Isto é, ela é muito mais constrangida por forças externas do que internas. A necessidade de trabalhar muitas horas para conseguir prover uma vida confortável a si ou sua família afasta os refugiados do lazer e, conseqüentemente, de consumir a cultura local. Ao mesmo tempo, uma vez que a Síria é um país em guerra, politicamente muito fechado, e cujos produtos não são tão divulgados no mundo como aqueles de países europeus ou norte-americanos, acessá-los do Brasil é muitas vezes um grande desafio. Do ponto de vista da integração, este pouco acesso é considerado como prejudicial, tanto porque o refugiado acaba se afastando de sua origem, quanto porque acaba conhecendo pouco da cultura local. No entanto, o fato das restrições de acesso serem mais de ordem externa do que interna parece ser menos prejudicial do que o inverso, uma vez que é possível contornar essas questões a partir de algumas estratégias de comunicação. Caso a falta de acesso fosse por desinteresse, dificilmente alguma ação conseguiria fazer com que o refugiado consumisse mais os produtos culturais, sejam eles locais ou da origem.

Os indicadores subjetivos 62 e 63 ajudam na compreensão sobre as percepções dos refugiados em relação aos costumes e culturas do Brasil. Sentir-se bem adaptado (62) é um bom indicador de integração cultural, enquanto sentir-se “estranho” ou “incomodado” (63) com o próprio entorno pode ser entendido como um ponto negativo ou dificultador. É importante destacar que ambos os indicadores não são contraditórios entre si: o refugiado pode se sentir bem adaptado e ainda assim perceber que há elementos da cultura local que não são “corretos”

⁷⁰ Resultados semelhantes foram encontrados em ACNUR e CSVN (2019a), porém, a música foi o principal produto consumido pelos 487 amostrados em todo o Brasil e de todas as nacionalidades (88%), seguida pelas telenovelas (58%).

sob o seu ponto de vista, como foi o caso de parte dos refugiados entrevistados. Também é muito importante salientar que embora várias falas contrárias ao Brasil e à forma como o brasileiro se comporta tenham surgido, quase todas elas foram precedidas ou complementadas por termos e palavras que mostravam respeito às diferenças entre hóspedes e os anfitriões. Isto é, a grande maioria se mostrou muito consciente de que está em um país de costumes diferentes dos seus e demonstrou respeitar as opções dos brasileiros por se comportarem de determinada maneira. Na prática, embora esses elementos de discordância tenham surgido, a grande maioria se sente adaptada ao país e vê o Brasil e o brasileiro com bons olhos. Em termos de integração, isto é o mais importante.

A grande maioria dos refugiados (25/32, ou 78,12%) se considera adaptada aos costumes e cultura brasileiros (indicador 62). Quando perguntados “adaptados ao quê”, de maneira mais específica, a grande maioria disse “a tudo”, à comida, jeito de pensar e agir do brasileiro, à natureza, à cidade e até ao transporte público, cuja estrutura para muitos foi bastante surpreendente. Dos sete refugiados que disseram não estarem adaptados ao Brasil, quatro responderam que provavelmente nunca se adaptariam, independentemente de quanto tempo passassem no país. Por outro lado, para o indicador 63 foi identificado que, dos 31 respondentes, 15 (48,38%) disseram que existem práticas, costumes e outros elementos do Brasil e dos brasileiros que não são considerados por eles como “corretos” ou “morais”. Embora vários pontos tenham sido mencionados em comum, como a presença de moradores de rua, por exemplo, que assustou parte deles quando chegou ao Brasil, e a forma como as mulheres se vestem - “com poucas roupas” - as principais menções foram a respeito da maior liberdade sexual em relação à Síria, com destaque para as relações homoafetivas, e ao uso que consideram excessivo de álcool e drogas. Dois trechos sobre as opiniões dos refugiados envolvendo o indicador 63 são destacados na sequência.

[2] Sim, estranho. Tipo, cultura. Tipo assim, de namorados, de homem com homem, mulher com mulher. Muito estranho. No nosso país não tem isso. Só eu fiquei estranho, “como isso”? Porque aqui no Brasil é muito livre, muito aberto. Mas eu respeito, não falo nada. Não xingo ele, não xingo ela. Cada pessoa sabe a vida dele... [1] Isso não te atrapalha aqui no Brasil? Em se relacionar com as pessoas, conhecer mais a cidade... [2] Não atrapalha. Não atrapalha não. [1] E tem mais alguma coisa que você gostaria de destacar? [2] Tipo bebida, beber muito. Eu não bebo, entendeu? Porque bebida faz mal pra corpo. Mas aqui gosta, sabe? Quando ele com raiva, ele vai pegar cerveja e bebe. Tipo eu, quando com raiva, eu vou na mesquita e faço oração, leio um pouco de alcorão e fico tranquilo. Cada pessoal tem o jeito dele, entendeu? Também, assim... aqui no Brasil, rico é rico, o pobre é pobre (...) tem pessoal não ajuda pobre. Sobre isso, o pobre aqui no Brasil, eu acho, ele rouba. Ele

fica roubando porque o rico não respeita o pobre. Na Síria, tipo, o pobre fica na rua, o rico vem “quer alguma ajuda, eu posso ajudar?” Ele fica atrás dele até ajuda ele. Ele dá dinheiro pra melhorar a vida dele, pra ele levanta. Aqui no Brasil, isso eu não vi, entendeu? (JABAH, 24 anos).

[2] Estranho, de verdade, pra mim, são as pessoas travestido. Porque na Síria não tem essas coisas... foi tipo... estranho, primeiro... porque você anda, vê uma pessoa como mulher, e depois você encontra homem, como voz... acho estranho isso. Também, tipo... isso é cultura brasileiro, eu respeito, mas na Síria, tipo, não tem gay lá, essas coisas. Aqui no Brasil é mais liberdade.... esse tipo de coisa, a cultura mesmo. [1] E isso de alguma forma afeta sua relação com os brasileiros ou com essas pessoas? [2] Não, não... de jeito nenhum. (SAMIR, 24 anos).

Esses elementos culturais que geram estranhamento, ou os quais são considerados “errados” sob o ponto de vista de parte dos refugiados, eram mais difíceis de serem contornados no início de suas estadias no país. Quando perguntados sobre quais os elementos mais chamaram suas atenções nos primeiros meses de vida em São Paulo, vários desses comentários surgiram novamente. No entanto, com o passar dos anos, embora ainda sigam como pontos de discordância, seus efeitos sobre a vida e integração local dos refugiados parecem ser pequenos; eles se consideram adaptados ao país e a essas divergências. Salienta-se também que esses “estranhamentos” e “incômodos” são maiores para os refugiados com menos experiências de vida em outras culturas. Quando esses dados foram mais aprofundados, percebeu-se que aqueles que disseram não haver nada de “estranho” ou “errado” são, na média, mais viajados do que os demais. Inclusive, alguns refugiados comentaram que a vivência em outras culturas facilitaram a adaptação ao Brasil. Portanto, para a integração cultural, o contato prévio com outras culturas e estilos de vida parecem impactá-la positivamente, como é de certa forma esperado.

É importante destacar que o aspecto da integração cultural dos refugiados sírios ao Brasil foi sempre pontuado pelos *stakeholders* como um elemento dificultador da sua integração local. Quando perguntados sobre “quais são, sob seu ponto de vista, as principais dificuldades enfrentadas pelos sírios para se adaptarem a São Paulo, mesmo àqueles que já vivem há alguns anos na cidade?”, o elemento cultural sempre surgiu como primeira opção. Neste, o idioma foi citado como o principal aspecto, mas não único. Comida, hábitos, relações sociais e religião foram também mencionados como possíveis dificultadores para sua integração. Neste sentido, embora metade dos entrevistados tenham dito que ainda existem elementos do Brasil com os quais eles se mostrem “estranhos” ou “incomodados”, o fato da grande maioria ter respondido que se considera adaptado ao país é um resultado muito positivo.

Para melhor compreender os indicadores 62 e 63, os resultados foram analisados também por nível educacional, faixa etária e estado civil dos entrevistados. Para o indicador 63, nenhum indício de diferenciação foi observado para as variáveis selecionadas; isto é, a distribuição entre os refugiados da amostra seguiu de certa maneira igual entre os níveis educacionais, por faixa etária ou estado civil. Por outro lado, em relação ao indicador 62, um resultado interessante surgiu em relação à escolaridade. A Tabela 6 apresenta a distribuição dos resultados pelas variáveis mencionadas para este indicador.

Observa-se que dos sete refugiados que disseram não se sentirem bem adaptados à cultura brasileira, seis possuem ensino superior completo. Ao todo, dos 14 refugiados sírios com ensino superior da amostra, quase metade não se sente bem adaptada. Destes seis refugiados, cinco também entendem que no Brasil existem aspectos culturais que não são bem-vistos por eles, o que ajuda a entender essa falta de adaptação. Não foi possível identificar um fator capaz de justificar essas diferenças de escolaridade em relação ao sentimento de adaptação ao país. Uma sugestão é a de que isto pode ser reflexo também de uma certa frustração em outras áreas, sobretudo a do mercado de trabalho. Assim, esta frustração pode estar implícita na avaliação de adaptação à cultura brasileira. Por outro lado, estas diferenças também podem estar refletindo apenas um efeito de amostragem. Como a amostra é muito pequena, pode ser que estas divergências apresentadas sejam uma simples coincidência e não reflitam diferenças reais. De qualquer forma, esta questão mostra-se um ponto a ser investigado em estudos com amostragem mais representativa.

TABELA 6 – DISTRIBUIÇÃO DAS RESPOSTAS PARA O INDICADOR 62, POR ESCOLARIDADE, IDADE E ESTADO CIVIL

Nível Educacional	Adaptação às normas e costumes do destino			
	Sim	Não	Total	
	n	n	n	%
Até ensino médio	17	1	18	56,25
Acima de ensino médio	8	6	14	43,75
Total	25	7	32	100
Idade	n	n		
20-29	9	2	11	34,38
30-39	9	4	13	40,63
40+	7	1	8	25,00
Total	25	7	32	100
Estado civil				
Casado	10	3	13	40,63
Solteiro	15	4	19	59,38
Total	25	7	32	100

Fonte: dados do survey.

Para os indicadores 64 e 65 (“Percepção de aceitação dos nativos para com os refugiados” e “Percepção de aceitação dos refugiados para com os nativos”, respectivamente), assim como foi feito para os indicadores subjetivos das seções anteriores, as percepções foram captadas com perguntas em escalas Likert de 1 a 5. A pergunta para o indicador 64 foi: “de maneira geral, como você acha que os brasileiros se sentem em relação aos refugiados sírios (por exemplo, sobre sua religião, cultura, país de onde vieram, e jeito de se vestirem e se comunicarem)?”. Na sequência foi mostrada a figura com os rostos indicando satisfação (ver Figura 10), em que 1 significava “muito mal/ruim” e 5 “muito bem/bom”. A pergunta para o indicador 65 foi praticamente igual, invertendo apenas o sujeito da ação: ao invés de perguntar como os brasileiros se sentem em relação aos refugiados sírios, o objetivo era captar como os refugiados sírios se sentem em relação aos brasileiros. Na média, os valores encontrados para os indicadores foram 4,68 e 4,63, respectivamente, ou seja, os refugiados entendem que os brasileiros os enxergam com muito “bons olhos”, enquanto eles também enxergam os brasileiros com o mesmo sentimento, corroborando o que tem sido apresentado até o momento neste trabalho, isto é, que a relação entre os grupos é muito positiva.

Em relação ao indicador 64, dos 31 respondentes, apenas um refugiado deu nota abaixo de 4 para a forma como os brasileiros enxergam os refugiados sírios (sua avaliação foi 3, ou seja, ninguém avaliou como ruim/má). As principais falas positivas fizeram referência ao brasileiro não ter preconceito, por ser um país de todos e, mais especificamente, por São Paulo ser uma cidade mundial, em que diversas nacionalidades convivem entre si. Entende-se que esta percepção positiva é importante para a conservação da culturalidade desta população, elemento muito importante para o conceito de integração. Uma vez que sentem poderem expressar livremente sua cultura pela cidade, este elemento favorece tanto a manutenção dos seus laços com a origem, quanto pode servir para aproximar os refugiados da população nativa. Esta aproximação, por sua vez, também pode facilitar a introdução dos valores e costumes brasileiros no refugiado, ou minimamente fazê-lo compreender e aceitar as diferenças existentes entre ambos os países. Assim, o reflexo da boa receptividade do brasileiro para com a cultura síria pode refletir também em maior tolerância/respeito do sírio para com a cultura brasileira.

Como os dados têm indicado até o momento, isto realmente tem acontecido. Não apenas os refugiados se relacionam com os brasileiros e possuem amigos brasileiros, como essa relação tem se mostrado mais profunda do que com os próprios refugiados entre si. Da mesma forma, de maneira geral, os refugiados têm se mostrado adaptados ao país e aceitam as divergências

culturais entre o Brasil e a Síria, facilitando, portanto, sua integração local. Essa aceitação também foi captada no indicador 65, no qual, dos 31 refugiados que responderam à pergunta, apenas três deram notas abaixo de 4 (as notas dadas foram 3, ou seja, nenhum refugiado avaliou de maneira negativa a cultura do Brasil ou o jeito do brasileiro).

5.2.2 Conclusão

O Brasil é um país historicamente construído com importante participação dos imigrantes de diversas partes do mundo e, portanto, sempre foi caracterizado por ser muito diverso. A Constituição Federal de 1988 incorpora essa diversidade em seu texto e expressa abertamente, como parte dos direitos e garantias fundamentais, a livre expressão em território nacional para todos, seja ela de opinião, religiosa ou cultural, independentemente de status migratório. Assim, a liberdade de expressão em seu mais amplo sentido é um dos pilares da democracia brasileira. Neste sentido, o refugiado se encontra embasado pela lei máxima nacional em termos de poder ser quem ele é, independentemente de sua origem, desde que suas expressões culturais não interfiram no direito alheio.

A cidade de São Paulo tem se mostrado ativa em difundir e até mesmo proteger a cultura dos refugiados e imigrantes em seu território. Além do poder público municipal incentivar eventos da cultura imigrante, a questão cultural está incluída como um dos eixos de ação prioritários do 1º Plano Municipal de Políticas para Imigrantes. Por outro lado, embora as ações planejadas pelo Plano sejam importantes para a integração cultural dos refugiados, faltaram ações no sentido contrário, isto é, ampliar a divulgação da cultura brasileira para o grupo. Como a integração é uma troca e depende também de maior inserção da população refugiada à cultura e às normas do país de destino, entende-se que a criação de cursos voltados para os refugiados, no sentido de apresentarem um pouco do Brasil, tanto do ponto de vista das artes, dos costumes, do sistema educacional, do mercado de trabalho, e mesmo do regime político e jurídico, são importantes para que a integração ocorra de maneira mais ágil e harmoniosa. Durante as entrevistas de campo, por exemplo, foi comum os refugiados demonstrarem completa ignorância sobre como acessar a justiça do país quando necessário, ou mesmo sobre os impactos das diferenças culturais nos primeiros meses de vida na cidade até a adaptação à nova realidade.

Na prática, embora dificuldades tenham sido mencionadas, os dados indicam que a maioria dos refugiados sírios têm conseguido se adaptar social e culturalmente à cidade de São Paulo após alguns anos vivendo no Brasil. O fato de muitos já terem experiência de vida em

outros países e, portanto, de vivência em culturas diferentes, assim como pelo fato de acharem o brasileiro muito tolerante e respeitoso de maneira geral, são elementos que facilitaram esta adaptação, ainda que quase metade deles tenha identificado que existem elementos da cultura brasileira que são considerados como “errados” ou mesmo “estranhos” sob o ponto de vista de sua cultura/religião. Assim, mesmo com essas diferenças detectadas, o refugiado tem mostrado tolerância e respeito, algo que pode ter sido motivado também pela forma como os refugiados enxergam o comportamento dos brasileiros perante sua cultura. Diante o cenário identificado, ainda que a cultura tenha sido apontada pelos *stakeholders* entrevistados como o principal empecilho para que os refugiados se adaptem ao Brasil, os resultados de campo desta pesquisa, considerando-se todas suas limitações, têm mostrado que o caminho da integração cultural está sendo trilhado por esta população.

Pode-se entender, de maneira mais ampla, que a integração cultural do refugiado sírio tem ocorrido por uma série de fatores favoráveis externos e internos ao/do grupo. Isto é, por serem brancos; de um país cuja guerra comoveu o mundo; de São Paulo ser uma cidade global e, portanto, muito diversa; do brasileiro, segundo os próprios sírios, ser alguém respeitoso e amigável; e da cultura árabe estar muito difundida historicamente na cidade; são elementos que, com certeza, influenciam positivamente para sua integração cultural. Assim, existe toda uma conjuntura estrutural muito particular que faz com que os desafios existentes sejam mais “facilmente” transponíveis pelos sírios do que para outros grupos. Aparentemente, o principal fator cultural que segue como grande desafio a ser ultrapassado é a barreira do idioma.

Da mesma forma, o refugiado sírio tem se mostrado interessado em se aproximar e fazer parte da sociedade brasileira. O próprio fato de muitos possuírem amigos brasileiros e se relacionarem constantemente com eles acaba colocando-os em contato constante com a cultura da cidade. Esta proatividade e vontade em “fazer parte” é fundamental para sua integração local. Como foi apresentado e discutido durante a revisão de literatura sobre o conceito de integração, o país de destino pode possuir uma população receptiva e incluir em seu escopo legislativo uma série de ações e políticas voltadas para integrar os refugiados. No entanto, se os próprios refugiados não se mostrarem aptos a se integrarem, isto é, preferirem se isolar e pouco participarem da sociedade, a integração dificilmente ocorrerá. Por isso, a atitude positiva e proativa do refugiado neste sentido deve ser valorizada.

O Quadro 30 apresenta um resumo dos principais resultados encontrados sobre a integração cultural do refugiado sírio na cidade de São Paulo.

QUADRO 30 - PRINCIPAIS RESULTADOS DA INTEGRAÇÃO CULTURAL DOS REFUGIADOS SÍRIOS NA CIDADE DE SÃO PAULO

Campo de Integração	Integração Legal	Integração Objetiva
Abertura Cultural	A liberdade de expressão, seja ela artística, religiosa ou política, é garantida pela CF/88 a todas as pessoas do país, independentemente de status migratório, e sua violação e ações discriminatórias são passíveis de punição em lei; Na cidade de São Paulo existem programas e ações do governo, em parceria com a sociedade civil e o estado de São Paulo, para incentivar a divulgação da cultura do imigrante/refugiado e ampliar a participação desta população nos eventos culturais da capital. No entanto, não há ações voltadas para que o imigrante/refugiado conheça mais sobre o Brasil e como funciona sua sociedade; É área de atuação do 1º Plano Municipal de Políticas para Imigrantes (EIXO III: Valorização e Incentivo à Diversidade Cultural).	Os refugiados sírios demonstraram acessar pouco a cultura síria e brasileira através de suas “mídias”, seja televisão, internet, rádio, livros, cinema ou teatro. A principal justificativa, porém, é a falta de tempo para lazer e as dificuldades em acessarem conteúdos, sobretudo aqueles produzidos na Síria; A grande maioria dos sírios parece bem adaptada aos costumes e cultura brasileiros, ainda que parte importante entenda que existem elementos particulares ao Brasil, seja estrutural do país ou comportamental dos brasileiros, que lhes são “estranhos”, “errados” ou mesmo “imorais”; Uma particularidade individual do refugiado que parece facilitar sua integração à cidade é sua experiência passada em outros países. Aparentemente, ter vivido e experienciado outras culturas antes de chegar ao Brasil é um fator que reduz o sentimento de “estranhamento” e “discordância” em relação à cultura brasileira; Os refugiados sírios, ao mesmo tempo em que compreendem e respeitam as diferenças culturais entre origem e destino, sentem que os brasileiros também respeitam suas particularidades. Este respeito mútuo facilita a integração cultural e permite que os grupos se aproximem e estreitem seus laços sociais; Os dados indicam que fatores externos e internos dos/aos refugiados são responsáveis por ajudá-los a se integrar culturalmente em São Paulo. Tanto a conjuntura social e cultural da cidade, quanto as particularidades do sírio e do conflito em seu país, criam um cenário favorável à sua integração. O maior obstáculo à integração cultural, aparentemente, é o idioma.

5.3 FACILITADORES

O Campo de integração “Facilitadores”, o último dos sete campos do Modelo de Integração de, tem como objetivo identificar elementos da sociedade considerados como facilitadores para que a integração local dos refugiados ocorra. Diferentemente dos outros campos de integração, o refugiado não se “integra” no campo Facilitadores, sua existência é um pouco abstrata e serve mais para guiar e compreender elementos já reconhecidos pela literatura internacional que são considerados como “facilitadores” da integração em outras áreas,

identificando se estão presentes na sociedade de destino e como os refugiados estão envolvidos neles. O termo foi retirado literalmente de Ager e Strang (2004; 2008), porém é mais amplo do que a concepção dada pelos autores. Aqui, “Facilitadores” se refere aos conhecimentos linguísticos do idioma nativo, sobre os próprios direitos e deveres que os refugiados possuem no destino, tempo de estadia, aspectos ligados a possibilidades de reunião familiar, participação política e a existência de redes e de instituições voltadas para a causa dos refugiados (governamentais ou não). Por ser muito amplo, é também o campo que tem o maior número de indicadores a serem investigados. Ao todo, são 23, sendo 9 de cunho Legal e 14 dentre os objetivos e subjetivos. O Quadro 31 apresenta os 9 indicadores legais selecionados.

QUADRO 31 - QUADRO DE INDICADORES LEGAIS “FACILITADORES” DA INTEGRAÇÃO DE REFUGIADOS

N.	Indicador	Descrição	Respostas	Referência
67	Participação política (voto)	Os refugiados possuem direito a voto em: a) eleições locais b) eleições regionais c) eleições nacionais	Não. Com base na CF/88 em seu artigo 14, parágrafo 2º.	Adaptado de Huddleston et al, 2015
68	Participação política (candidato)	Os refugiados possuem direito a voto em: a) eleições locais b) eleições regionais c) eleições nacionais	Não. Com base na CF/88 em seu artigo 14, parágrafo 2º.	Adaptado de Huddleston et al, 2015
69	Definição de unidade familiar da reunificação familiar	Se os familiares estão separados do refugiado, quais membros da família são elegíveis a se juntarem ao refugiado como reunificação familiar? a) Esposa/Marido ou parceiro(a) (quando essa relação está reconhecida por lei nacional ou comprovada de outra maneira) b) Filhos menores de idade c) Familiares próximos que são completamente ou praticamente dependentes do beneficiário (como pais, irmãos, filhos maiores de idade e avós)	A lei brasileira, através do artigo 2º da Portaria Interministerial nº 12, abarca as opções a), b) e c).	Adaptado de Huddleston et al, 2015
70	Exigências para reunificação familiar	Quais as exigências necessárias para a permissão de reunificação familiar no destino? A) O refugiado que a solicita precisa estar empregado e comprovar renda; b) A família precisa comprovar que possui condições de se manter no destino; c) Comprovação de conhecimento da língua nativa para os familiares; d) Teste de DNA que comprove os vínculos familiares; e) Apresentação de documentação, como certidão de nascimento dos filhos e de casamento; f) outras; g) nenhuma exigência	Ao todo, a lei nacional exige 13 documentos. Dentre os listados no indicador, apenas a letra e) está prevista.	Adaptado de Huddleston et al, 2015; UNHCR, RRCE e EUROSTAT, 2013.
71	Direitos legais dos familiares	Os familiares aceitos através do processo de reunificação familiar, ou que já estavam no Brasil acompanhando o membro reconhecido, gozam dos seus mesmos direitos como refugiado?	Os direitos são iguais aos dos demais refugiados reconhecidos pelo Estado, conforme determinado pela Lei n. 9.474 e regulamentado pela Resolução Normativa do CONARE n.	Adaptado de Huddleston et al, 2015; UNHCR, RRCE e EUROSTAT, 2013.

			27, de 2018. A única exceção é que os familiares não possuem direito de solicitar o procedimento de reunião familiar.	
72	Custos do processo	O Estado provê: a) cobertura total dos custos de todo o processo de reunificação familiar (impressão de documentos, custo de testes, se preciso, passagens dos familiares) b) Cobrimento parcial das despesas (pelo menos 50%) c) Cobrimento mínimo das despesas (menos de 50%) d) nenhuma ajuda de custo, o ônus do processo recai sobre o requerente e sua família	Todos os custos (procedimentos, documentação, passagens aéreas etc.) são de responsabilidade do refugiado e sua família.	Adaptado de UNHCR, RRCE e EUROSTAT, 2013.
73	Custos no destino	O Estado provê: a) Um suporte mensal financeiro ao requerente ou familiar por mais de 6 meses para ajudá-los a se manterem no destino. b) Um suporte mensal financeiro ao requerente ou familiar entre 3 e 6 meses para ajudá-los a se manterem no destino. c) Um suporte mensal financeiro ao requerente ou familiar de até 3 meses para ajudá-los a se manterem no destino. d) O Estado não provê qualquer tipo de suporte financeiro.	Letra d).	Adaptado de UNHCR, RRCE e EUROSTAT, 2013.
74	Tempo máximo de duração do procedimento	Qual o máximo de tempo que o procedimento pode levar?	A Lei não prevê tempo mínimo ou máximo para a conclusão do procedimento.	Adaptado de Huddleston et al, 2015
75	Tempo de permissão de residência aos familiares dos refugiados	Qual o tempo de permissão de residência previsto aos familiares dos refugiados?	O prazo é indeterminado, uma vez que os efeitos da condição de refugiado do solicitante forem estendidos aos seus familiares.	Adaptado de Huddleston et al, 2015; UNHCR, RRCE e EUROSTAT, 2013.

Fonte: Informações obtidas através da CF/1988, legislações nacionais e publicações acadêmicas.

O direito ao voto e de ser eleito constituem a cidadania. Ter voz e poder participar diretamente da política local são elementos que fazem as pessoas se sentirem pertencentes ao seu lugar de moradia. Isto não é diferente para os refugiados. Oberstadt (2020), Shanks (2021) e Wallis (2017), respectivamente para os cenários dos Estados Unidos, Escócia e Alemanha, demonstraram como a possibilidade de participação política dos refugiados, seja por meio da elegibilidade para votar, se afiliar a partidos ou mesmo ser votado, é importante para sua autoestima e integração local.

No Brasil, conforme destacado pelo Tribunal Regional Eleitoral de Roraima (TRE-RO, 2018), apenas o brasileiro nato ou naturalizado pode ser considerado um eleitor, isto é, aquele

que possui o direito de eleger ou ser eleito, ou seja, para que o estrangeiro possa se tornar um eleitor, portanto, ele precisa se naturalizar brasileiro. Esta proibição está prescrita na CF/88 em seu artigo 14, parágrafo 2º. De acordo com Delfim (2016b), o Brasil é o único país da América do Sul que não permite a participação formal dos imigrantes no sistema eleitoral. A participação política do imigrante sem nacionalidade brasileira se restringe, basicamente, à liberdade de expressão, manifestação e filiação sindical, conforme exposto em discussão proposta por Galli (2016), utilizando como base as especificações da CF/88 e a Lei de Migração (BRASIL, 2017a), em sua Seção II, artigo 3º. Portanto, a resposta para os indicadores 67 e 68 é “não”.

Para ampliar a participação e representatividade dessa população nas esferas de decisão, a prefeitura de São Paulo e suas secretarias têm realizado algumas ações pontuais e importantes. Por exemplo, a Lei que institui a PMPI (SÃO PAULO 2016a) funda o Conselho Municipal de Imigrantes (CMI) no âmbito da SMDHC. Por sua vez, o Decreto regulamentador da PMPI (SÃO PAULO, 2016b) determina como o CMI deve ser estruturado e como deve atuar. De acordo com o referido Decreto, o CMI deve ser composto de forma paritária entre o Poder Público e a sociedade civil, no qual pelo menos 50% de seus membros devem ser mulheres (inclusive, o primeiro presidente do Conselho foi uma refugiada síria, segundo o *stakeholder* 5), conforme a Lei nº 15.946/13. Além disso, dos componentes da sociedade civil, a maioria deve ser imigrante. Compete ao CMI, dentre outras tarefas, participar da formulação, implementação e avaliação da PMPI e de outras políticas voltadas aos migrantes; defender e promover os direitos e a inclusão dos migrantes nas esferas da sociedade; e fomentar e estimular seu associativismo e a participação política nos movimentos sociais e organismos públicos.

Para além da composição no CMI, Delfim (2016b) destacou que também existem na cidade algumas vagas especiais destinadas aos imigrantes por meio dos conselhos participativos das subprefeituras. Desde 2014 que os próprios imigrantes podem eleger outros imigrantes para tomarem postos nesses conselhos. Segundo o autor, ao final de 2015, 31 imigrantes foram eleitos em 26 subprefeituras. Ao todo, foram 92 candidatos para 35 vagas distribuídas em 29 subprefeituras. Esses cargos, porém, são apenas consultivos e voluntários, isto é, eles não são decisórios e seus ocupantes não são remunerados pelo serviço. Apesar disso, Delfim (2016b) destacou que suas demandas são de grande utilidade para orientar a gestão pública local.

Conforme apresentado em outras seções, a ampliação da participação dos refugiados nas esferas públicas da cidade de São Paulo também está prevista no 1º Plano Municipal de Políticas para Imigrantes (2021-2024). Em vários eixos estão previstas algumas ações que incluam os

imigrantes e refugiados nas esferas de decisão. Porém, o eixo que mais trata desta questão é o EIXO I: “Participação Social e Protagonismo Imigrante na Governança Migratória Local”. A matriz com as ações, indicadores e metas seguem no ANEXO I.

A partir de uma leitura da matriz, percebe-se que existe uma preocupação explícita do poder municipal de São Paulo em aumentar a participação da população imigrante e refugiada nas esferas decisórias da cidade e em eventos públicos, sobretudo àqueles concernentes às suas vidas, assim como ampliar seu acesso aos serviços assistenciais do município. Dentre todas as ações, destaca-se, sobretudo, a de número 7, que propõe assegurar a possibilidade de participação de imigrantes nos concursos para acesso a cargos e empregos públicos, nos termos da Lei Municipal 13.404/2002 (SÃO PAULO, 2002)⁷¹.

Dos indicadores 69 ao 75, todos fazem referência ao procedimento de reunião familiar. De acordo com a definição da Resolução Normativa do CONARE, n.27, de 2018 (MJSP, 2018), reunião familiar é o “procedimento que garante que membros da família de um refugiado que se encontrem fora do território nacional possam com ele se encontrar no país de refúgio”. Como já apresentado na revisão de literatura, a ausência dos familiares pode gerar um impacto muito negativo na integração dos refugiados no destino, tanto do ponto de vista do sentimento de isolamento, quanto da preocupação com a vida de seus entes queridos, gerando, como consequência, dificuldades de concentração e motivação com a vida no país de refúgio. Portanto, compreender como este processo está demarcado na legislação brasileira é muito importante para a integração local dos refugiados.

Em relação ao indicador 69, “definição de unidade familiar para a reunificação familiar”, a Lei brasileira contempla vários níveis de parentescos, conforme o artigo 2º da Portaria Interministerial nº 12, de 2018, incisos I ao IX (BRASIL, 2018). Tomando como referência as letras “a”, “b” e “c” do indicador 69, a definição de família para o procedimento de reunião familiar é abrangida pela Lei brasileira. Nela, o inciso I abrange a letra “a”, o inciso II a letra “b”, e os incisos VI, VII e VIII, a letra “c”.

⁷¹ De acordo com o artigo 1º desta lei, os cargos, funções e empregos públicos, preenchidos os requisitos específicos para provimento ou admissão, são acessíveis “I - aos brasileiros natos ou naturalizados; II - ao cidadão português, a quem foi deferida a igualdade nas condições previstas na legislação federal própria; III - ao estrangeiro em situação regular e permanente no território nacional, nos termos e atendidas as exigências contidas na legislação federal pertinente”.

Em relação às exigências para a solicitação do procedimento de reunião familiar, dentre os elementos listados pelo indicador 70, a legislação brasileira cobra a letra “e”, que são documentos que comprovem vínculos de parentesco, e “f”, outros. Não há necessidade de comprovar renda da família ou do refugiado solicitante, apenas em casos em que se declare que eles são economicamente dependentes, e nem teste de DNA para comprovar parentesco. Ao todo, são necessários 13 tipos de documentos, conforme descritos no art. 3º da Portaria Interministerial nº 12, como documento de viagem válido, comprovante de antecedentes criminais, formulário de solicitação de visto preenchido, dentre outros.

Uma vez no Brasil, os familiares possuem os mesmos direitos que os próprios refugiados, com exceção da possibilidade de solicitarem o procedimento de reunião familiar caso desejem trazer mais alguém para o país. Esses direitos são concedidos através do processo de “extensão dos efeitos da condição de refugiado”, preconizado pela Lei do Refúgio (BRASIL, 1997) em sua Seção II, artigo 2º, e regulamentado pela Resolução Normativa do CONARE n. 27/18 (MJ, 2018), e devem ser solicitados pelo próprio refugiado e sua família. A Resolução Normativa permite a extensão da condição de refugiado, conforme seu artigo 2º, para cônjuge ou companheiro; ascendentes e descendentes (sem especificação de grau); demais integrantes do grupo familiar na linha colateral até o quarto grau; e parentes com afinidade, de acordo com os artigos 1.592⁷² e 1595⁷³ do Código Civil, respectivamente, que dependam economicamente do refugiado. O requerimento da extensão deve ser apresentado pelo refugiado à Polícia Federal na companhia do familiar para o qual deseja que sejam estendidos os efeitos de sua condição (artigo 5º). Caso ele tenha entrado no Brasil por meio do procedimento de reunião familiar, será necessário que o recém-chegado apresente seu visto de entrada.

Em relação aos indicadores 72 e 73, os quais tratam sobre a previsão de suporte aos custos do procedimento e apoio financeiro para as famílias quando elas chegam ao Brasil, a resposta para ambos é “não”: não há previsão de qualquer ajuda de custo por parte do poder público, nem para que o refugiado consiga trazer o seu familiar, nem para ajudá-lo no destino. O ACNUR (2021) ressalta em seu guia sobre o procedimento de reunião familiar que todos os

⁷² São parentes em linha colateral ou transversal, até o quarto grau, as pessoas provenientes de um só tronco, sem descenderem uma da outra. Segundo o ACNUR (2021), são irmão, irmã, tio(a), tio-avô, tia-avó, sobrinho(a), sobrinho-neto, sobrinha-neta, primo(a).

⁷³ Cada cônjuge ou companheiro é aliado aos parentes do outro pelo vínculo de afinidade. Parágrafo 1º: o parentesco por afinidade limita-se aos ascendentes, aos descendentes e aos irmãos do cônjuge ou companheiro. Parágrafo 2º: na linha reta, a afinidade não se extingue com a dissolução do casamento ou da união estável. De acordo com o ACNUR (2021), enquadram-se o sogro(a), cunhado(a) e enteado(a).

custos referentes à viagem, como a passagem aérea, são de responsabilidade do interessado, e salienta que o Estado brasileiro não arcará com os custos. Como o governo não provê qualquer tipo de ajuda financeira aos refugiados, e uma vez que os direitos são estendidos aos familiares, eles também são totalmente desamparados neste sentido. Da mesma forma, não foi possível encontrar nenhuma ação do governo de São Paulo para este fim e o procedimento de reunião familiar e sua facilitação não constam em nenhum lugar no Plano de integração de imigrantes da cidade. Assim, um familiar recém-chegado dependerá ou do refugiado que o trouxe, ou precisará caminhar com suas próprias pernas, ou ainda receber algum tipo de suporte da sociedade civil ou do ACNUR para se sustentar.

Em relação ao indicador 74, “tempo máximo de duração do procedimento”, pode-se concluir que não há uma previsão neste sentido, tanto na 2ª Portaria Interministerial n. 12 quanto na Resolução Normativa do CONARE. Como será mostrado na análise dos dados, o tempo do procedimento pode variar bastante e depende, inclusive, da sorte do refugiado.

Uma vez que o procedimento foi finalizado e o refugiado se encontra em solo brasileiro, seu visto temporário é válido por um ano, conforme definido no artigo 2º da Portaria. Seus parágrafos 1ª e 2ª definem, respectivamente, que o imigrante portador de visto temporário deverá se registrar na Polícia Federal em até 90 dias para fins de registro de residência para reunião familiar, e que o prazo de validade do visto temporário não deve ser confundido com o prazo de residência. O prazo da permissão de residência do familiar vai depender do prazo de residência do imigrante que convocou o procedimento. No caso específico dos refugiados, a residência possui prazo indeterminado, conforme estipulado no Decreto regulamentador da Lei de Migração, n. 9.199/17 (BRASIL, 2017b). Desta forma, a resposta para o indicador 75 é a de que não há prazo para a validade da residência dos familiares dos refugiados no Brasil uma vez que eles estejam sob a extensão dos efeitos da condição de refugiado.

5.3.2 O que os dados dizem o até o momento

São vários os elementos facilitadores da integração local dos refugiados no destino. Nesta Tese, apenas alguns foram escolhidos para comporem os indicadores: tempo de resposta do pedido de refúgio, duração do processo do pedido de reunião familiar e o número de solicitações atendidas, tempo de estadia no destino, conhecimento da língua nativa, conhecimento de seus direitos e deveres enquanto refugiado, e a presença de organizações e

instituições que oferecem assistência a esta população. Ao todo, foram selecionados 14 indicadores, conforme apresentado no Quadro 32.

QUADRO 32 - QUADRO DE INDICADORES OBJETIVOS “FACILITADORES” DA INTEGRAÇÃO DE REFUGIADOS SÍRIOS NA CIDADE DE SÃO PAULO

N.	Indicador	Descrição	Resultados	Comentários	Referência
76	Tempo médio entre o pedido de status de refugiado e a concessão do pedido	Qual o tempo médio entre o pedido de status de refugiado e a concessão do pedido?	1 ano	Observou-se que os procedimentos eram mais céleres antes de 2015. Após esse período, o grande influxo de venezuelanos chegando ao país pode ter atrasado as análises pelo CONARE.	próprio autor.
77	Tempo de estadia no destino	Qual o tempo médio de estadia dos refugiados no destino (cidade na qual vive)?	4 anos e 1 mês	A grande maioria (69%) chegou entre 2014 e 2015, período de maior crise na guerra civil da Síria.	Adaptado de EGRIS, 2018
78	Proporção de aplicações de reunificação familiar bem-sucedidas	Qual a proporção de aplicações para reunificação familiar que foram bem sucedidas?	100%	Foram 10 solicitações feitas até o momento da entrevista, com 9 solicitantes diferentes. 8 foram bem-sucedidas e duas seguem em análise.	Adaptado de UNHCR, RRCE e EUROSTAT, 2013.
79	Tempo médio entre o pedido de reunificação familiar e a concessão ou recusa do pedido	Qual o tempo médio entre o pedido de reunificação familiar e a concessão ou recusa do pedido?	4 meses	Embora a média tenha sido de 4 meses, ela foi puxada para cima em decorrência de um pedido que levou 1 ano e 6 meses. A grande maioria dos procedimentos foi resolvido em até 3 meses.	Adaptado de UNHCR, RRCE e EUROSTAT, 2013.
80	Proporção de refugiados em aulas de língua nativa	Qual a proporção de refugiados não-fluentes em português ou que não possuem pelo menos o nível intermediário (comprovado por certificado) que frequentam aulas de português?	20%	Apenas 5 dos 25 refugiados que não possuem fluência ou pelo menos B1 em português seguem frequentando aulas de idioma. Além disso, desses 25, 15 (60%) sequer já frequentaram cursos de português em algum momento desde que chegaram ao Brasil.	Adaptado de EGRIS, 2018.
81	Tempo médio gasto por semana em aulas de língua nativa	Qual o tempo médio por semana gasto pelos refugiados não-fluentes ou que não possuam pelo menos o nível intermediário com aulas de português?	4 horas e 30 minutos	Somam-se os que frequentam aulas de português e os que já frequentaram, mas pararam, totalizando 10 de 25 refugiados que não possuem pelo menos nível B1 de fluência no idioma.	Próprio autor.
82	Tempo médio entre a aplicação do pedido de refúgio e o início das aulas da língua nativa	Qual o período médio entre o pedido de refúgio e o início das aulas da língua nativa? (Apenas para quem ainda frequenta e já frequentou e parou)	428 dias	Somam-se todos os refugiados que estão em aula ou que já fizeram aula de português no Brasil, sejam eles fluentes ou possuam nível pelo menos B1 atualmente, ou não. Dos 17 respondentes, apenas 5 iniciaram aulas de português em até 60 dias após chegarem ao Brasil.	Próprio autor.
83	Proporção de refugiados demonstrando proficiência na língua nativa	Qual a proporção de refugiados que possuem pelo menos o grau B1 da prova CELPE de conhecimento da língua portuguesa?	21,88%	Apenas 7 refugiados dos 32 entrevistados no Brasil possuem pelo menos o nível B1 em português. Apenas 1 declarou ser fluente.	Adaptado de AGER and STRANG, 2004 e

					EGRIS, 2018
84	Proporção de refugiados que conhecem seus direitos e deveres	Qual a proporção de refugiados que assumem conhecerem seus direitos e deveres enquanto refugiados? Obs: considera-se “conhecer” apenas as respostas “médio” e “muito”.	53,54%	Embora estejam há mais de 4 anos vivendo no Brasil, pouco mais da metade dos respondentes entende conhecer seus direitos e deveres como refugiado no país. Observa-se uma vantagem para os mais escolarizados.	Próprio autor.
85	Percepção sobre o conhecimento da língua nativa	Qual a percepção dos refugiados sobre o conhecimento que eles possuem sobre seus conhecimentos da língua nativa? Obs: a resposta é opção mais marcada.	Conhecimento intermediário	13 dos 32 entrevistados entendem que possuem nível intermediário de português no Brasil. Ao todo 24 (75%) entendem estarem pelo menos no nível B1. Os dados indicam que as mulheres aparentam possuírem mais dificuldades com o idioma do que os homens.	Próprio autor.
86	Satisfação com o curso de línguas (média)	Qual o nível de satisfação com o curso de línguas?	3,76	-	Próprio autor.
86a	Tempo de aula por semana	Se acha que são poucas horas, muitas, adequadas?	3,71	Embora alguns tenham achado o número de horas por semana suficiente, outros comentaram que eram muito pouco e que muitas dessas horas eram gastas em conteúdos repetitivos, não ajudando a desenvolver o conhecimento do idioma.	-
86b	Qualidade do ensino	Didática do professor, material lecionado e paciência em dar aula.	3,82	A maior parte elogiou os professores, no entanto, reclamações surgiram a respeito de sua capacidade que, segundo mencionaram, eram voluntários e professores de português por formação.	-
87	Satisfação com o apoio concedido por ONGs na sua trajetória de vida até o momento	Qual o nível de satisfação do refugiado com o apoio concedido por instituições não-governamentais na sua vida até hoje?	3,18	Poucos foram os refugiados que se sentiram satisfeitos com os suportes previstos pelas ONGs, com a Caritas sendo lembrada como principal benfeitora da população.	Adaptado de UNHCR, RRCE e EUROSTAT, 2013.
88	Satisfação com o apoio concedido por Instituições religiosas na sua trajetória de vida até o momento	Qual o nível de satisfação do refugiado com o apoio concedido por instituições religiosas na sua vida até hoje?	3,44	Embora, na média, os valores não sejam necessariamente satisfatórios, cerca de 50% dos respondentes demonstraram satisfação em relação ao apoio prestado por essas instituições.	Adaptado de UNHCR, RRCE e EUROSTAT, 2013.
89	Satisfação com o apoio concedido pelo Estado na sua trajetória de vida até o momento	Qual o nível de satisfação do refugiado com o apoio concedido pelo estado na sua vida até hoje?	3,34	Foi possível observar dois tipos de avaliação: um de gratidão pela abertura das portas e concessão de direitos e outro de abandono e falta de acolhimento.	Adaptado de UNHCR, RRCE e EUROSTAT, 2013.

Fonte: Dados do *survey*.

Embora no Brasil um solicitante de refúgio e uma pessoa refugiada tenham direitos semelhantes, entende-se que um processo longo de espera entre a solicitação e o aceite pode ser

prejudicial para a integração local. Não apenas porque o protocolo de refúgio muitas vezes não é entendido por autoridades e empregadores como um documento válido oficial do refugiado (LIMA *et al.*, 2017; CALEGARI, 2017; FORTUNATO, 2019; BRANDINO, 2018), como também porque a falta de decisão gera preocupações no refugiado e dúvidas sobre seu futuro, podendo interferir, inclusive, em suas estratégias adaptativas no destino (BRANDINO, 2018). No Brasil não há um tempo limite estipulado para que a solicitação de refúgio seja analisada e não há uma base de dados que permita identificar a média exata de duração dos casos já analisados e deferidos. No entanto, a partir dos dados do CONARE é possível perceber que os pedidos realizados pelos refugiados sírios até 2014 eram avaliados de maneira mais célere do que a partir dos anos seguintes. Das 2.024 mil solicitações recebidas entre 2012 e 2014 por refugiados sírios, 71,69% foram deferidas no mesmo ano da solicitação. A partir de 2014 (2015-2020), das 1.990 mil solicitações recebidas, apenas 18,74% foram deferidas no mesmo ano. A maior lentidão a partir de 2014 pode ter como principal motivo o aumento vertiginoso nas solicitações de refúgio que chegaram ao CONARE a partir de 2015 com a imigração dos venezuelanos ao país, que sobrecarregaram o órgão.

Esta diferença na celeridade das análises também foi observada no trabalho de campo desta Tese. Na média, o tempo de duração entre a solicitação de refúgio e o deferimento foi de 1 ano ($n = 32$); contudo, o tempo médio entre a solicitação de refúgio e o aceite para os 13 refugiados que chegaram até 2014 na amostra foi de aproximadamente 10 meses, enquanto o tempo médio daqueles que chegaram de 2015 adiante ($n = 19$) foi de 1 ano e 2 meses. Na teoria, ser reconhecido mais rápido pode ser considerado uma vantagem na integração. Na prática, no entanto, isto pode não ser verdade para a realidade paulistana. Isto porque já foi mostrado nesta Tese que muitas das ações voltadas para imigrantes e refugiados do município surgiram ou foram se fortalecendo a partir de 2016, após a criação da PMPI e sua regulamentação. Neste sentido, embora o resultado da análise da solicitação de refúgio demore mais a sair para os refugiados mais recentes, teoricamente ruim para sua integração ao destino, entende-se que isto pode ser compensado pelo maior número de ações municipais para integrar esta população à cidade, que também foram e estão sendo mais planejadas e desenvolvidas recentemente.

Outro elemento importante para a integração é o tempo de estadia do refugiado no destino. Quanto mais anos, mais tempo o refugiado tem para aprender o idioma local, conhecer a cultura e entender como funciona a sociedade. No caso dos refugiados sírios, a maior parte

deles já completou mais de seis anos de Brasil, segundo os dados do CONARE⁷⁴. Nesta Tese, dos 32 entrevistados, a média de anos vivendo no Brasil é de 4 anos e 1 mês (contando o ano em que os dados foram coletados, ou seja, desde que chegaram até outubro de 2019). Embora o tempo para a integração seja indeterminado, entende-se que 3-4 anos de estadia é suficiente para que o refugiado possa aprender o idioma local e compreender inúmeros aspectos da sociedade. Strunk *et al* (2017), conforme será apresentado na sequência desta Tese, mostra que o governo de Hamburgo atua com o período de até três anos após estadia na cidade para que o refugiado já possa viver de maneira independente, isto é, já falando alemão e integrado aos diversos setores da sociedade. A maior parte dos refugiados apresentados já se sente bem adaptada ao Brasil em vários aspectos, porém, o idioma, tão fundamental para a integração local em todas as esferas, seguem sendo um grande desafio.

O conhecimento do idioma por parte dos refugiados é limitado no geral, mesmo para aqueles que já se encontram há muitos anos em São Paulo. Esta deficiência é decorrente da falta de participação dessa população em cursos formais de português. Dos 32 refugiados entrevistados, apenas 17 (53,12%) frequentam ou já frequentaram aulas alguma vez desde que chegaram ao Brasil, com apenas sete possuindo certificado de conhecimento em nível pelo menos intermediário, segundo emissão pelo CELPE-BRAS⁷⁵. Desses 17 refugiados que já frequentaram aulas de português, o tempo médio gasto entre sua solicitação de refúgio e o início das aulas foi de 428 dias, ou seja, apenas após aproximadamente um ano e dois meses vivendo em São Paulo que deram início aos estudos. Dentre os refugiados que não possuem pelo menos o nível intermediário em português comprovado ($n = 25$), apenas cinco ainda frequentam aulas formais, cinco já frequentaram e pararam e 15 sequer frequentaram alguma vez. Os dez entrevistados que ainda não possuem certificado e que frequentam ou já frequentaram cursos de português responderam sobre o tempo semanal despendido com o idioma em sala de aula. Segundo suas respostas, o tempo médio foi de apenas 4 horas e trinta minutos.

Outros estudos também indicam a pouca presença dos refugiados sírios e de demais nacionalidades em cursos de português em São Paulo e no Brasil. Calejari (2017) apontou que apenas 37% dos refugiados e solicitantes de refúgio sírios de sua amostra frequentam ou já

⁷⁴ Cerca de 77% dos refugiados sírios em 2020 chegaram até 2015.

⁷⁵ O CELPE-BRAS é o único certificado de proficiência em português como língua estrangeira reconhecido oficialmente pelo governo brasileiro. O nível intermediário é considerado um nível de comunicação independente. Para mais detalhes sobre o que alguém com certificado intermediário deve ser capaz de fazer, ler DOS SANTOS *et al* (2020).

frequentaram cursos em São Paulo; dentre os que frequentaram e pararam, o tempo médio de duração foi de 1 a 3 meses apenas. Segundo dados do ACNUR e CSVN (2019a), pouco mais da metade (53,63%) dos entrevistados (excluindo os falantes nativos de português) frequentam ou já frequentaram alguma vez cursos de português no país.

O que justifica a ausência dos refugiados das aulas formais de português? São duas as principais respostas: oferta limitada de cursos e falta de disponibilidade de tempo para frequentá-los. A maior parte dos cursos ofertados na cidade têm como principais agentes as ONGs e, ainda assim, oferecem cursos muito limitados em termos de carga horária. De acordo com o SMDHC (2019), entre junho de 2017 e março de 2018, foram identificadas 10 instituições da sociedade civil que ofertavam cursos de português a refugiados e imigrantes em São Paulo. A média de horas dos cursos é de apenas 46 horas no total, isto é, se um refugiado frequentasse esses cursos de segunda a sexta, durante quatro horas diárias, em menos de três semanas eles estariam finalizados. Além disso, a qualidade desses cursos pode ser debatida. Como será mostrado na sequência com os indicadores subjetivos, eles não foram muito bem avaliados pelos refugiados que tiveram a oportunidade de frequentá-los por um período. O poder público municipal só passou a ofertar cursos de português em 2017, com o “Portas Abertas”, que segue ainda sendo mais bem estruturado e ampliado.

A falta de tempo foi um motivo muito destacado pelos refugiados para não frequentarem as aulas de português. Com uma carga horária de trabalho muito grande, poucos encontram disponibilidade e energia para frequentarem regularmente os cursos, por isso é muito comum o seu abandono por parte daqueles que o iniciaram. Esta falta de tempo não prejudica apenas a participação nas aulas de português, mas na educação como um todo, conforme também já foi apresentado na seção “Educação”. Embora muitos queiram dar continuidade aos estudos, eles encontram barreiras estruturais difíceis de serem transpostas. Desta forma, mesmo após quatro anos vivendo no país, a maior parte dos refugiados ainda convive com grandes dificuldades no desenvolvimento do português, sobretudo o idioma formal.

Em relação ao procedimento de reunião familiar (indicador 78), o desejo de ter a família por perto é algo já mapeado no mundo inteiro e não é diferente para o refugiado que se encontra no Brasil. Conforme identificado em ACNUR e CSVN (2019a), quase todos os refugiados entrevistados que vieram sem familiares demonstraram interesse em trazê-los ao país. Em Martuscelli (2020), o efeito da reunião familiar foi explícito no sentimento do refugiado que vive em São Paulo. A autora identificou que a percepção dos refugiados no destino é modificada

a partir do momento em que eles conseguem trazer seus familiares para a cidade. Se antes da reunião eles se sentiam sozinhos e deprimidos, a vida ganha outra perspectiva após estarem juntos novamente. Isto é, a reunião familiar é um procedimento muito importante como um facilitador da integração do refugiado no destino.

A pesquisa de campo sugere uma percepção parecida. Um dos principais motivos elencados pelos refugiados sobre as vantagens da Síria em relação ao Brasil é a maior proximidade de familiares e amigos. Como o refugiado sírio possui uma legislação específica para chegar ao Brasil⁷⁶, muitos não optam por trazer os familiares por meio do procedimento de reunião familiar, algo que foi identificado também em Martuscelli (2020) e em Calegari (2017). Da amostra total obtida em campo nesta pesquisa, apenas 9 dos 32 refugiados procuraram o procedimento para trazer seus parentes ao Brasil. Um dos refugiados o solicitou duas vezes, uma para trazer o irmão e outra para o primo. Assim, foram nove refugiados e dez solicitações. Do total, oito obtiveram sucesso e a maior parte demorou três meses para ter seu procedimento concluído; os outros dois seguiam aguardando o resultado até a entrevista. Embora pode-se entender que três meses não seja muito tempo⁷⁷, esta pode não ser a realidade da maior parte dos refugiados que solicitam o procedimento no país, sobretudo a partir de 2017, sobretudo após a regulamentação da Lei de Migração por meio da Portaria Interministerial n. 12/18 e com a Resolução Normativa do CONARE n. 27, de 2018, quando a análise do processo saiu do CONARE e foi para os consulados no exterior (MARTUSCELLI, 2017; 2019). Quatro fatores parecem atuar contra a celeridade do processo: a quantidade de documentos requeridos, alguns deles que podem ser bastante difíceis de serem obtidos em tempos de guerra, como a certidão de antecedentes criminais, por exemplo; a falta de prazo estipulado em legislação para a duração do procedimento; as tentativas de burlar as regras; e a discricionariedade dos consulados (TRAUB, 2018; MARTUSCELLI, 2019).

Em relação aos indicadores subjetivos, três principais pontos são analisados: se os refugiados se dizem cientes de seus direitos e deveres no Brasil, se percebem terem domínio sobre o português e estão satisfeitos com os cursos de idiomas frequentados, e se estão satisfeitos com as ajudas institucionais recebidas desde a chegada ao Brasil até o momento da entrevista, sejam elas do estado, das organizações da sociedade civil ou religiosas.

⁷⁶ A já mencionada Resolução Normativa n. 17 do CONARE, de 2013.

⁷⁷ Em Hamburgo, conforme foi apresentado, o procedimento pode levar mais de 2 anos.

Em relação aos direitos e deveres (indicador 84), a pergunta foi elaborada para que o refugiado respondesse dentre quatro opções: se ele tem muito, médio, pouco ou nenhum conhecimento. Dos 28 respondentes, 10 disseram possuir um conhecimento médio, 9 “pouco”, 5 “muito” e 4 “nenhum”. Em relação às variáveis demográficas, percebe-se que existe uma pequena diferença em relação a este indicador por nível de escolaridade, com os mais escolarizados aparentemente possuindo um desempenho um pouco melhor do que os menos escolarizados. Entende-se que este conhecimento é fundamental para proteger o refugiado no Brasil e para que ele possa usufruir dos mecanismos e instituições a ele disponíveis. Assim, a falta de conhecimentos é prejudicial à sua integração.

Analisando as respostas para este indicador como um todo, entende-se que seus resultados não são bons. O fato de quase metade dos refugiados auto avaliarem que não conhecem ou conhecem pouco seus direitos e deveres no Brasil é um ponto de atenção. Embora o ACNUR disponibilize em seu website uma cartilha sobre os direitos e deveres dos refugiados no Brasil em francês, inglês, português e espanhol (ACNUR, 2010), deve-se pensar em formas de ampliar essa divulgação. No 1º Plano Municipal de Políticas para Imigrantes (2021-2024) de São Paulo, ações neste sentido estão presentes em vários dos seus eixos, conforme apresentado anteriormente. Caso sejam colocadas em prática, serão mais um passo importante para apoiar a integração local desta população.

Em relação ao conhecimento do idioma, foi apresentado anteriormente que os refugiados sírios entrevistados e investigados em outros trabalhos têm frequentado pouco as aulas de português. Para compreender um pouco mais sobre como os refugiados sírios estão se saindo em termos do idioma, para além do aprendizado formal, foi perguntado a eles sobre suas próprias percepções em relação ao seu conhecimento de português (indicador 85). Ao todo, foram desenvolvidas sete alternativas de respostas, que tentaram representar, simplificada, a própria divisão de proficiência do *Common European Framework of Reference for Languages* (CEFRL, 2020), em que os níveis estão divididos em seis categorias: A1, A2, B1, B2, C1 e C2. Para o indicador 85, as respostas possíveis sobre o conhecimento em português, levando-se em consideração a capacidade de escrita, escuta e leitura, juntos, eram “nenhum (não entende, escreve e fala nada)”, “muito básico (compreende algumas palavras – A1)”, “básico (entende, escreve e fala um pouco – A2)”, “intermediário (comunica-se razoavelmente bem com os três – B1)”, “intermediário avançado (comunica-se bem com os três

– B2)”, “avançado (é capaz de entender, escrever e falar sobre quase tudo – C1)” e “fluente (domina completamente o idioma – C2)”.

Dos 32 respondentes, quase metade entende possuir um conhecimento intermediário de português (13), enquanto 7 entendem possuírem um conhecimento básico, 5 “intermediário avançado”, 5 “avançado”, 1 “muito básico” e 1 “fluente”. Assim, ao todo, entende-se que 24 (75%) refugiados conseguem se comunicar de maneira independente (pelo menos B1, conforme definido pelo CEFRL), de acordo com sua autoavaliação. De fato, a maior parte das entrevistas foram conduzidas sem grandes dificuldades e, embora apenas sete refugiados possuem certificados que comprovem sua proficiência no idioma, e apenas 17 tenham frequentado aulas de português em algum momento desde que chegaram ao país, a convivência intensa com os brasileiros no dia a dia permitiu-lhes aprender razoavelmente bem o português falado. Ainda assim, os próprios refugiados mencionaram em diversas ocasiões possuírem dificuldades com o idioma, sobretudo na parte formal da escrita. Também é importante salientar que a média de tempo vivendo no Brasil desta amostra é de 4 anos e 1 mês, portanto, o fato de 40% entender que possui um conhecimento apenas intermediário merece atenção.

Este aprendizado das “ruas”, além de não ser completo, é lento e, portanto, atrasa a integração local desta população. Salienta-se ainda que ao desagregar os dados deste indicador, não foi possível ver indícios dentro da amostra de diferença no conhecimento do idioma por nível educacional ou idade, por exemplo. O único indicio de alguma possível diferença foi em relação ao sexo, no qual as únicas quatro mulheres amostradas nesta pesquisa apontaram ou conhecimento básico (3) ou muito básico (1) em português. Embora seja uma amostra muito pequena, seus resultados corroboram falas dos *stakeholders* entrevistados de que as mulheres dos refugiados, principalmente aquelas de países árabes, costumam encontrar mais dificuldades em aprender o idioma local por questões culturais, sobretudo porque é comum os homens serem os provedores da família e, portanto, praticarem mais o idioma no dia a dia. No caso das quatro refugiadas desta pesquisa, todas estão ocupadas em atividades remuneradas, no entanto, duas trabalham em cozinha de restaurantes árabes e duas em casa. Desta forma, nenhuma das quatro refugiadas necessitam do idioma para ganharem seu sustento, prejudicando sua prática e, portanto, o conhecimento geral do português.

Além das dificuldades como falta de tempo para estudar e a baixa oferta de cursos de português para que o idioma possa ser aprendido e dominado pelos refugiados, os próprios cursos oferecidos não agradaram completamente seus frequentadores. A satisfação média

(medida em escala Likert) dos refugiados ($n = 17$) em relação aos cursos de português foi de 3,76, sendo 3,71 para a satisfação com o número de horas/aula semanais e 3,82 para a qualidade do ensino, que envolve avaliação sobre a qualidade do professor, material lecionado e paciência em ensinar. Em relação às horas/aula, algumas falas dos entrevistados compararam a realidade desses cursos de idiomas no Brasil com outros países do mundo, nos quais se têm aulas diariamente e por muitas horas seguidas. Observou-se que, quanto mais conhecimento o refugiado tinha sobre a realidade de outros refugiados em países desenvolvidos, pior eram suas avaliações a respeito desta questão em São Paulo. Este conhecimento era adquirido, sobretudo, por meio de parentes e amigos espalhados pelo mundo. O pouco número de dias por semana e as poucas horas somadas foram mencionadas por alguns *stakeholders* como dificultadores para que o ritmo de aprendizagem fosse mantido.

Outra dificuldade está relacionada à qualidade do ensino. Menções foram feitas sobre o material ser muito repetitivo. Era comum, quando entravam novos alunos, que a matéria já aprendida fosse novamente passada para que o novo integrante pudesse acompanhar as aulas. Além disso, menções foram feitas sobre a falta de capacidade do professor, uma vez que eram voluntários e não professores com formações específicas. Um dos refugiados mencionou:

0... de verdade, 0. Porque quem fez as aulas de português, a maioria eles faz por obrigado. Só uma vez ele fez por favor. Não vou falar nome, vou falar geral... Maioria eles faz o alfabeto de aula. Um monte de aulas pra aprender isso... toda hora, toda hora, o alfabeto da língua portuguesa, a mesma coisa. Não tem.... estou andando no mesmo lugar. E também, não tem experiência com estudante falar outra língua. Maioria não adquire experiência... Quem fez aula de português, maioria voluntários (...). (OMAR, 37 anos).

A fala de Omar não pode ser usada para resumir o pensamento da maioria dos respondentes, uma vez que a maior parte está satisfeita com a qualidade das aulas lecionadas (11/17 avaliaram a qualidade como 4 ou 5). No entanto, sua insatisfação com a forma com a qual as aulas eram conduzidas e por não serem professores realmente especializados reflete bem a visão dos refugiados de uma maneira geral. A fala de Omar também é importante para abrir a discussão para o próximo indicador, o de número 87, “Satisfação com o apoio concedido por ONGs na sua trajetória de vida até o momento”. Com exceção da Caritas, existe grande decepção dos refugiados com o apoio das instituições não-governamentais. A média para este indicador, mensurada em escala Likert (assim como os subsequentes), foi de 3,18 ($n = 28$).

É importante destacar, porém, que a ideia de ONG não é facilmente captada pelo refugiado. Fortunato (2019) já havia destacado isso em sua pesquisa, em que separar essas instituições da atuação do governo não era algo automático para esta população. Assim, durante a condução dos *surveys*, esta questão foi investigada de maneira cautelosa. Nomes de instituições não-governamentais famosas e conhecidas pelos refugiados, como a Caritas, a ADUS, Compassiva, dentre outras, foram mencionadas para ajudá-los a identificar o objetivo da pergunta. Ao citar algumas instituições, a grande maioria disse que nunca recebeu qualquer ajuda delas, com exceção da Caritas. A maior parte das avaliações positivas foram quase que exclusivas à Caritas, mencionada como uma das poucas instituições no Brasil que de fato os ajudou de alguma forma, ainda que, em alguns casos, não como esperavam (com moradia ou auxílio financeiro, por exemplo). Já as notas de insatisfação são referentes a experiências negativas com essas instituições. Em alguns casos, foram comentados que elas prometem mais do que entregam, ou que “são mais bonitas por fora do que por dentro”.

Em relação a esta questão sobre as ONGs, mais dois pontos merecem atenção. O primeiro é que um terço dos entrevistados não ter tido qualquer contato com elas, com exceção da Caritas, cuja relação é quase obrigatória, já que ela é quem media a relação entre o refugiado e o CONARE durante o procedimento da solicitação de refúgio. Para uma população que passou grandes necessidades como é o público entrevistado, esse desconhecimento ou falta de acesso é algo preocupante e pode indicar uma forma de comunicação que é deficitária por parte dessas instituições. Não é por menos que a grande maioria dos entrevistados agradece aos indivíduos, a maioria brasileiros, mas também a outros árabes e sírios, por terem lhes prestado assistência no destino, e não às organizações existentes. Esta maior valorização do indivíduo sobre as instituições não é específica dos entrevistados desta Tese, resultados semelhantes também foram encontrados nos estudos com refugiados sírios em Fortunato (2019) e Calegari (2017).

O segundo ponto é também compreender que a expectativa dos refugiados sobre as OSCs pode estar equivocada. Isto é, eles podem esperar muito mais do que está no escopo das instituições entregar. Parte significativa dos refugiados entrevistados possuem amigos e familiares espalhados pelo mundo, com vários deles vivendo na Europa, Canadá e Estados Unidos. Uma vez que essas pessoas vivem em países nos quais o suporte direto ao refugiado é muito maior do que aquele encontrado no Brasil, sobretudo o suporte estatal, pode-se criar uma expectativa no destino e sobre suas instituições locais que são desvirtuadas da realidade. Além disso, a dificuldade existente em distinguir o que é Estado e o que é OSC pode criar uma

confusão no refugiado em compreender o que deveria ser o escopo de atuação de cada um. Assim, ainda que suas insatisfações e falas não devam ser ignoradas, elas precisam ser relativizadas e contextualizadas. Algumas ONGs têm trabalhado de maneira notável na cidade de São Paulo apoiando a população refugiada e seus esforços também precisam ser valorizados.

Em relação às instituições religiosas, as avaliações não são muito diferentes, assim como as justificativas para as notas. A média para esta pergunta foi de 3,44 ($n = 25$). Para parte dos entrevistados, percebe-se que o sentimento em relação às instituições religiosas locais é de ausência em suas vidas, prestando-lhes pouca assistência mesmo quando são proativamente procuradas. Ainda que a média não tenha sido muito boa também para essas instituições, salienta-se que 13 dos 25 entrevistados se mostraram satisfeitos ou muito satisfeitos com suas ajudas, indicando que elas têm gerado impactos positivos para algumas pessoas e famílias. De qualquer maneira, uma vez que os refugiados são encaminhados pelas próprias autoridades brasileiras a procurarem pelas instituições religiosas quando eles chegam a São Paulo, o fato de terem sido avaliadas como “neutras”, na média, indicam um certo distanciamento.

Para finalizar, foi perguntado aos refugiados sobre a satisfação com o governo brasileiro em suas vidas, entendendo-se como governo as instituições públicas de qualquer nível, federal, estadual ou municipal. Na média ($n = 32$), o valor encontrado foi de 3,34, seguindo a tendência dos indicadores passados, isto é, de um posicionamento tendendo à neutralidade. As respostas sobre este indicador permitiram identificar claramente duas linhas de raciocínio: uma que vê o governo como um importante apoiador, que já lhes fez muito ao emitir vistos e conceder direitos iguais aos dos demais brasileiros, permitindo-lhes construir suas vidas no país de maneira livre, e outra que o enxerga como muito ausente, que não lhe presta assistência e o abandona à sorte. Enquanto um grupo demonstra muita gratidão ao Brasil, outro se sente desamparado.

Não se nega que o Brasil seja um país diferenciado em relação ao recebimento dos refugiados sírios e em conceder-lhes direitos. O caminho para se chegar aos países desenvolvidos é repleto de obstáculos, enquanto atravessar os vizinhos da Síria também tem se mostrado desafiador nos últimos anos com o aumento de barreiras e restrições legais. No Brasil, os vistos são facilmente concedidos em alguns consulados brasileiros no exterior, permitindo que o refugiado chegue ao país em segurança. Além disso, uma vez em território nacional, ainda enquanto solicitantes de refúgio seus direitos já são bastante amplos e muito semelhantes aos dos brasileiros. Esta liberdade não é encontrada em muitos outros lugares. Conforme foi mostrado no capítulo 3 e que será reforçado no capítulo seguinte, os solicitantes de refúgio nos

países desenvolvidos possuem inúmeras restrições de deslocamento, moradia e trabalho, e mesmo após reconhecidos como tais, algumas restrições ainda se mantêm, como a falta de liberdade para escolherem em qual estado ou cidade morar, dependendo do país.

Obviamente que o contexto influencia diretamente nestes elementos. Não se compara a quantidade em termos absolutos ou proporcionais de refugiados que procuraram as nações desenvolvidas analisadas neste trabalho ou vizinhas à Síria em relação ao que o Brasil ou São Paulo têm recebido. Portanto, é mais fácil ser flexível e impor poucas regras em um cenário como o brasileiro do que aquele encontrado na Alemanha, Suécia, Líbano ou Egito, por exemplo. De qualquer forma, na prática, o que se tem no Brasil é um cenário no qual o refugiado sírio chega em segurança e é repleto de direitos, com a maioria deles se igualando aos dos nacionais e isto deve ser valorizado, como o foi por parte dos refugiados, que se mostraram muito gratos ao Brasil. Por outro lado, embora abra as portas e conceda direitos, o Estado brasileiro pouco faz para garanti-los, ficando à mercê dos poderes estaduais e municipais criarem suas próprias regras, diretrizes e programas para os refugiados. Conforme destaca Friedrich (2020), o Brasil nunca teve e ainda não tem uma Política Pública em seu sentido mais amplo e completo em relação a migração, refúgio e apatridia, tendo apenas adotado medidas temporárias para adequação de mão-de-obra ou de fluxos específicos. Como exemplo recente, cita-se o Operação Acolhida em resposta ao grande influxo de venezuelanos chegando ao norte do país, mais especificamente ao estado de Roraima.

São Paulo tem se destacado neste sentido nos últimos anos com ações pontuais e agora formalizadas na PMPI e no 1º Plano Municipal para Imigrantes, no entanto, os refugiados sírios já estão no Brasil há seis, sete anos, período no qual muitas das ações ainda não haviam sido implementadas ou estavam em período inicial de desenvolvimento. Desta forma, o sentimento de desamparo é compreensível e justifica o fato de muitos deles se sentirem abandonados pelo poder público. A fala do Hamad, de que “o Brasil recebe os refugiados, mas não acolhe”, expressa muito bem o sentimento de parte importante dos entrevistados; não apenas os entrevistados aqui, mas também em Calegari (2017) e Fortunato (2019). Além disso, três das principais reivindicações desta população, que são ajuda financeira, emprego e moradia, são também os principais desafios a serem contornados por parte do poder público local, não apenas para os refugiados e imigrantes como um todo, mas aos brasileiros. Isto é, existe uma questão estrutural que vai além do nível municipal e que afeta a todos e, conseqüentemente, também os refugiados. Ao final da entrevista com o *stakeholder* 5, o representante da CPMigTD,

questionou-se o porquê de estudos apontarem que os refugiados estão passando dificuldades na cidade de São Paulo, apesar de sua menção em vários momentos de que o poder público municipal tem realizado inúmeras ações para a população imigrante no município. Embora entenda que ainda existem lacunas a serem preenchidas e um caminho a ser percorrido pela gestão municipal, sua resposta foi fundamentada, sobretudo, na questão estrutural brasileira. Dois trechos da sua fala sobre a questão replicadas na sequência:

Eu acho que os desafios estão em todos os sistemas e se somam a essas vulnerabilidades que expõem ainda mais essas pessoas. Pensar em interculturalidade, pensar como você assegura um atendimento adequado com filas muito grandes, com estruturas deficitárias... eu acho realmente que isso é algo que não se resolve com uma canetada, ou com uma boa vontade de um número pequeno de pessoas. Precisa de uma colaboração ampla, uma atuação conjunta e você precisa de tempo. Tudo isso que estou mencionando são políticas recentes. A Política Municipal mesmo, ela tem quatro anos, a gente tem essas mudanças... a lei nacional mudou há três anos... os desafios são muito... e as medidas também são muito recentes e isso leva tempo também pra gente assegurar mudanças efetivas (...).

E complementa:

Então, o que eu pessoalmente acho, é que, enfim, a gente tem esse cenário porque o problema é complexo, a situação tem vários complicadores... isso com toda certeza(...) acho que toda ajuda é necessária e por isso estamos todos trabalhando juntos, porque o problema é complexo e você precisa pensar nessas soluções de maneira integrada. Você não tem hoje uma solução sendo pensada e coordenada a nível nacional, você tem iniciativas locais.

5.3.2 Conclusão

O campo “Facilitadores” tem como objetivo identificar elementos que facilitam a integração do refugiado localmente, assim como compreender se estão usufruindo deles. Do ponto de vista legal, foram observados dois elementos: participação política e reunião familiar. Em relação ao primeiro, observou-se que os refugiados não são considerados eleitores, isto é, não podem votar e nem serem votados, conforme definido pela CF/88. Esta restrição é vista como um limitador da integração local, uma vez que o direito político faz parte da cidadania e a literatura tem apontado para um empoderamento e sentimento de pertencimento ao destino do refugiado que o possui. De forma a tentar ampliar os direitos de participação política, São Paulo tem realizado ações para incluí-los de maneira indireta na gestão local através da alocação de refugiados e imigrantes em conselhos e buscando sua contratação para cargos com algum poder de influenciar, ao menos indiretamente, a política para imigrantes da cidade. Além disso, outras ações estão previstas no 1º Plano Municipal para Imigrantes para o próximo quadriênio.

Em relação ao procedimento de reunião familiar, o Brasil se mostra um país permissivo em termos de critérios e abrangência. Além de permitir que seja considerado familiar pessoas com graus de parentesco amplos, também não se exige legalmente comprovações muito complexas, como teste de DNA, por exemplo, comum em alguns países da União Européia. Além disso, os familiares que chegam ao Brasil por meio desse processo recebem os mesmos direitos concedidos ao refugiado que solicitou sua entrada no país através da solicitação da “extensão da condição de refugiado”. Na teoria, portanto, o Brasil se mostra aberto à reunião familiar, procedimento fundamental para que a integração do refugiado possa ocorrer. Na prática, porém, dificuldades têm sido apontadas pela literatura, sobretudo após a passagem do procedimento do CONARE para os consulados brasileiros no exterior.

Saindo do campo legal para o prático, elementos que poderiam facilitar a integração local não estão sendo utilizados/aproveitados/alcançados pelos refugiados sírios entrevistados. Um deles é o idioma, a variável da integração mais fundamental de todas, uma vez que ele é essencial em todos os campos da integração. Poucos já participaram de cursos de português e aqueles que participaram, dedicaram poucas horas de estudos por semana, e menos ainda possuem algum certificado de proficiência na língua que comprove conseguirem se comunicar de maneira independente (pelo menos, nível B1). Mesmo com mais de 4 anos vivendo no Brasil (na época das entrevistas, em 2019), na média, o português segue como obstáculo importante na integração local desta população. Este déficit, sobretudo para uma população que já se encontra há tanto tempo no país, é um ponto limitante ao processo de integração, e deveria ser considerado como alvo principal de ações do poder público em todas as esferas.

Outros elementos facilitadores da integração local também parecem estar ausentes para boa parte dos refugiados sírios entrevistados. Pouco mais da metade dos 32 entrevistados admitem conhecer seus direitos e deveres enquanto refugiados. Também foi identificado que eles não se sentem muito bem assistidos por OSCs, instituições religiosas ou mesmo pelo governo do país. Basicamente, pode-se dizer que se sentem sozinhos e dependendo muito da ajuda de indivíduos e não de instituições para conseguirem melhorar de vida na cidade.

É interessante e importante ponderar algumas questões em relação aos resultados encontrados nesta seção. A primeira delas é que os refugiados sírios chegaram em um período no qual São Paulo ainda estava iniciando e desenvolvendo ações assistenciais mais estruturadas para a população imigrante da cidade. Por exemplo, a PMPI não existia, os cursos de português dependiam exclusivamente da boa vontade das OSCs, os treinamentos e capacitação de agentes

públicos para atender os estrangeiros eram incipientes, o 1º Plano Municipal era embrionário, dentre outros serviços que foram surgindo nos últimos anos e acabaram excluindo parte significativa dos refugiados sírios, que já estavam instalados em São Paulo e no Brasil. Espera-se que os imigrantes e refugiados mais recentes e aqueles que chegarão futuramente à cidade se sintam mais amparados pelas instituições e governo locais.

Destaca-se também que os problemas estruturais nacionais refletem localmente. Conforme destacou o *stakeholder 5*, ainda que inúmeras ações locais existam e necessitem serem aprimoradas, algo que o próprio poder público local não nega, a realidade do país como um todo vai sempre recair sobre seus estados e municípios. A falta de programas a nível federal, a ausência de diretrizes a serem seguidas, o desemprego, o déficit habitacional etc., são partes inerentes do Brasil e que afetam a população como um todo. Do ponto de vista da integração local, o nacional é um fator que gera influências, sejam elas negativas ou positivas.

Para finalizar, existe uma perspectiva por parte dos próprios refugiados sírios ao chegarem ao Brasil que não são compatíveis com a realidade do país e podem interferir negativamente na sua integração. Enquanto alguns se preparam previamente à viagem e reduzem suas expectativas, outros chegam menos preparados e esperam tratamento semelhante ao que é encontrado na Alemanha ou Suécia, por exemplo, países nos quais vivem parentes e amigos que contam sobre suas vidas e geram um desejo distante da realidade que será encontrada no Brasil. Desta forma, eles esperam receber suporte financeiro, apoio com moradia, emprego e educação, e se frustram quando percebem que no Brasil isto não acontece, mesmo sendo avisados pelos próprios consulados brasileiros no exterior de que a realidade no país não é esta. Assim, foi comum escutar reclamações sobre as instituições não-governamentais e das próprias instituições religiosas sobre o pouco que ajudam, ou não ajudam com o essencial, pois esperam um suporte que está além da capacidade dessas próprias instituições ofertarem, confundindo o que deveria ser papel do estado com o das instituições humanitárias.

Apesar de todas as dificuldades encontradas, a maior parte dos refugiados entrevistados se diz estar feliz em São Paulo e no Brasil e que pretende continuar vivendo no país. Embora quase todos desejem que sua situação melhore de uma maneira geral, sobretudo em relação às suas moradias atuais e empregos, o fato do brasileiro ser visto por eles como muito hospitaleiro e o Brasil um país livre e que lhes concede uma ampla gama de direitos, permitindo-lhes trabalhar sem restrições, se locomoverem por todo o território nacional, abrirem seus próprios negócios ou mesmo comprarem seus imóveis, são elementos fundamentais para que sigam

enxergando no Brasil e em São Paulo seus futuros e de seus familiares, sobretudo dos filhos. Para o conceito de integração adotado nesta pesquisa, esta vontade própria do refugiado, que é proativo e procura se integrar, é fundamental. Para que a integração possa ocorrer plenamente, no entanto, mostra-se necessário maior apoio das instituições, sobretudo as estatais, mas também que a situação do Brasil como um todo melhore. A instabilidade política, social e econômica que afeta os brasileiros também afeta os refugiados e, portanto, sua integração local.

Para finalizar esta seção e capítulo, o Quadro 33 apresenta os principais resultados a respeito dos facilitadores, tanto do ponto de vista legal quanto do ponto de vista prático.

QUADRO 33 - PRINCIPAIS RESULTADOS DOS “FACILITADORES” DA INTEGRAÇÃO DE REFUGIADOS SÍRIOS A CIDADE DE SÃO PAULO.

Campo de Integração	Integração Legal	Integração Objetiva
Facilitadores	Os refugiados não são considerados eleitores e, portanto, não podem votar ou se candidatarem para a política. Sua participação é permitida apenas após a naturalização, ou seja, quando ele deixa de ser refugiado perante o Estado brasileiro. Em relação a reunião familiar, a legislação brasileira se mostra mais ampla que em outros países do mundo ao ampliar a concepção de “familiar” e por exigir pouca comprovação de parentesco. Na cidade de São Paulo, o poder municipal tem tentado dar mais voz ao refugiado e imigrantes nas decisões políticas da cidade, sobretudo àquelas voltadas à esta população, concedendo-lhes cargos em conselhos e abrindo contratação em cargos públicos. A ampliação da participação dos refugiados e imigrantes nas tomadas de decisão das ações municipais está prevista em alguns eixos do 1º Plano Municipal de Políticas para Imigrantes, mas é mais especificado no EIXO I: “Participação Social e Protagonismo Imigrante na Governança Migratória Local”.	O português é uma grande barreira para a integração local do refugiado que, mesmo vivendo há muitos anos no Brasil, segue com muitas limitações, sobretudo com a parte escrita, fruto de sua ausência em aulas formais de português. O procedimento de reunião familiar foi pouco utilizado pelos refugiados sírios porque possuem legislação própria e, portanto, não necessitam recorrer ao processo. Ainda assim, dentre os solicitantes que já tiveram seu procedimento finalizado, todos conseguiram se juntar com seus familiares em um tempo aproximado de 90 dias de espera. Pouco mais da metade dos refugiados conhece seus direitos e deveres no país, sendo os mais escolarizados aqueles com mais conhecimento. No geral, sentem-se pouco amparados e assistidos pelas instituições locais, sejam elas OSCs, instituições religiosas ou governamentais. Basicamente, agradecem aos indivíduos pelas ajudas recebidas no destino. No entanto, sobre o governo observa-se uma divisão maior de sentimentos: enquanto parte o agradece por ter aberto as portas do país e lhes ter concedido direitos, outra parte se sente muito insatisfeita pelo fato do estado não lhes prover suporte após a entrarem no país, com provimento de moradia e apoio financeiro, por exemplo.

APLICAÇÃO PRELIMINAR DO MODELO DE INTEGRAÇÃO DE REFUGIADOS EM OUTROS CONTEXTOS: O CASO DOS REFUGIADOS SÍRIOS EM HAMBURGO (ALEMANHA)

A aplicação do Modelo de Integração de Refugiados para São Paulo, conforme apresentado nos capítulos 4 e 5 anteriores, proveu uma visão ampla sobre o processo de integração dos refugiados sírios à cidade. Embora limitações tenham sido encontradas para a aplicação do modelo de maneira integral, como a utilização de dados mais robustos, por exemplo, ele permitiu um olhar holístico para o processo de integração, assim como para as interações entre os diversos setores da sociedade aos quais os refugiados podem se integrar.

Por mais que se entenda que o modelo ainda está em construção e que pode (e deve) ser discutido e aprimorado futuramente, entende-se que sua aplicação pode ser expandida para se olhar o processo de integração de refugiados em outros lugares do mundo, devendo apenas ajustar-se aos contextos locais (por exemplo, modificando o teor dos indicadores para que se enquadrem às respectivas localidades). De forma a mostrar que isso é possível, este capítulo apresenta uma aplicação parcial e inicial do modelo e suas ferramentas para se analisar o processo de integração dos refugiados sírios na cidade de Hamburgo (Alemanha).

Por conta de todas as limitações já destrinchadas no capítulo 2 sobre as dificuldades de se conduzir a pesquisa na Alemanha, não foi possível aplicar o modelo em sua integralidade e com todas suas ferramentas, como a utilização de indicadores ou mesmo explorar de maneira mais ampla os *surveys*. Assim, os resultados a seguir apenas seguem a lógica de organização analítica do modelo, contando com duas principais fontes de dados 1) o documento de planejamento elaborado pelo poder público local para a integração da população imigrante da cidade (STRUNK *et al*, 2017) e 2) na experiência de quase quatro meses do autor vivendo na Alemanha, em que serão destacadas as conversas e alguns trechos das entrevistas com os refugiados e *stakeholders* locais.

6.1 O caso dos refugiados sírios em Hamburgo

A cidade/estado de Hamburgo está localizada na região norte da Alemanha, há pouco mais de 300km da Dinamarca. Com aproximadamente 1.8 milhão de habitantes, a segunda maior cidade em termos populacionais, atrás apenas da capital Berlim, e uma das mais ricas e desenvolvidas do país, tem recebido importante contingente de refugiados nos últimos anos. Entre 2015 e 2016, 57.035 mil solicitantes de proteção humanitária chegaram em Hamburgo, um número 450% maior do que aqueles de 2014. Deste total, 31.765 mil continuaram vivendo na cidade, com 28.643 mil precisando de acomodação (STRUNK et al, 2017). Segundo estatísticas do *Statistisches Bundesamt* (DESTATIS, 2020), até final de 2018, Hamburgo possuía aproximadamente 40 mil refugiados, dos quais 10.820 mil eram de nacionalidade síria, somando-se aqueles cujo status de proteção ainda não estava definido, de proteção reconhecida e sem status de proteção, aproximadamente 2% do total da Alemanha naquele ano.

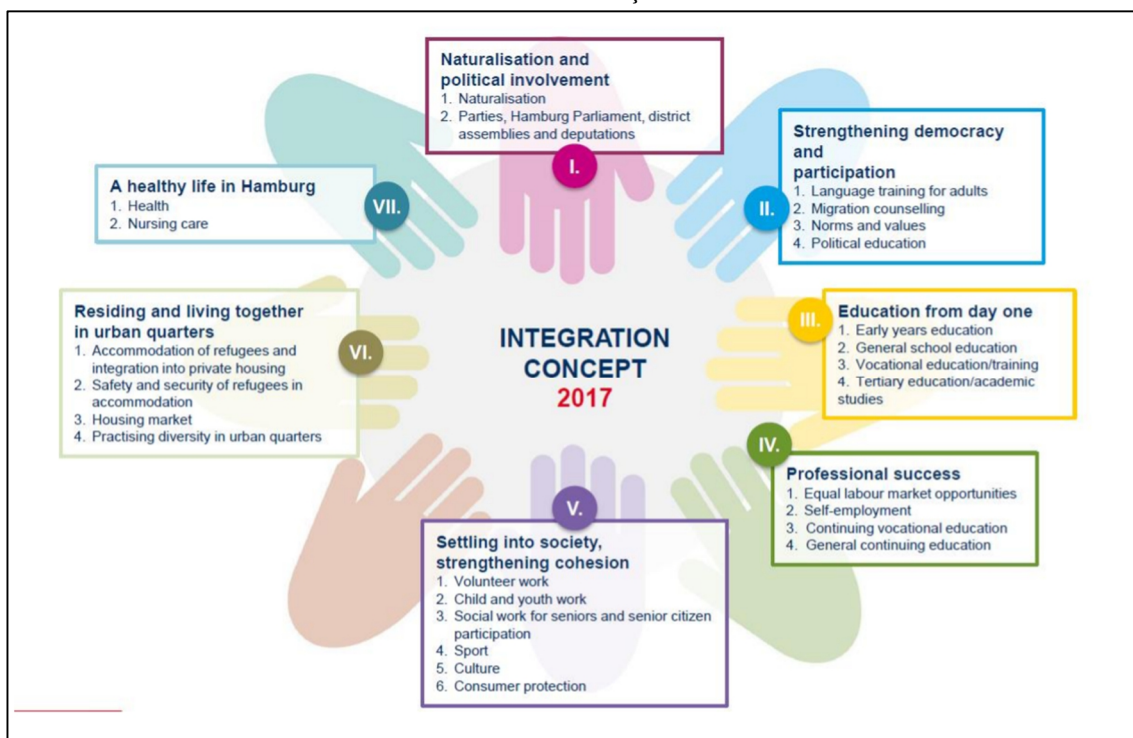
Para guiar a integração de pessoas com passado migratório à cidade, nas quais estão incluídas os refugiados, o governo local trabalha com um modelo conceitual de integração desde 2006, cuja última atualização ocorreu em 2017. Sob o título de *We, the city of Hamburg! Participation, intercultural opening and cohesion* (STRUNK et al, 2017), o documento apresenta o modelo adotado pelo poder público local e as ações já realizadas e que estão sendo planejadas e desenvolvidas. Ao todo, o planejamento do município compreende sete áreas focais de atuação e 26 subáreas de ações de integração (figura 15), as quais são divididas em submetas a serem alcançadas e indicadores para serem acompanhados ao longo dos anos.

Neste documento, integração, enquanto conceito generalizado, é entendido como:

(...) the fair and measurable participation of people with a migration background in the main areas of social life. The term integration is thus closely related to the idea of inclusion, which requires all people in society to feel as if they belong – combined with the possibility to fully participate in all aspects of human life. (HAMBURG, 2017: 10).

É ainda destacado que a integração deve ser alcançada em todos os níveis da sociedade e que só pode ser atingida com base na combinação de esforços. O conceito de integração é focado, portanto, no conceito de “nós” (p. 10). Assim, a integração depende da participação contínua e combinada do estado (como principal ator), das entidades civis, privadas e das próprias comunidades locais para ser alcançada, assim como envolve uma revitalização técnica dos sistemas regulatórios locais, como as escolas, creches e instituições públicas.

FIGURA 15 – MODELO CONCEITUAL DE INTEGRAÇÃO DA CIDADE DE HAMBURGO - 2017



Fonte: Strunk et al (2017).

Uma diferença importante da versão de 2017 é a maior ênfase dada aos refugiados nas ações e metas, enfatizando suas necessidades especiais e separando-os do restante da população com passado migratório. Assim, na versão de 2017, o olhar para esta população envolve ações de integração exclusivas, pensadas e desenvolvidas pelo poder público local em parceria com demais instituições. Para planejar essas ações, o documento expressa que o processo de integração do refugiado exige medidas específicas e deve passar por três fases, que são: 1) “fase de chegada”, 2) “fase de integração inicial” e 3) “fase de integração permanente”. A fase de chegada é compreendida entre aquela que se inicia no dia da chegada à cidade até a quarta semana. Nela, planejam-se ações introdutórias sobre a convivência em habitações compartilhadas, ensinamentos sobre o procedimento de solicitação de proteção humanitária e ajudas individuais sobre como lidar com o dia a dia no país. Questões como mobilidade na cidade, contato inicial com creches, escolas, serviços médicos, assim como contatos iniciais com voluntários, vizinhos, comunidades religiosas etc., estão todas previstas para serem abordadas durante o período. Nesta primeira fase, todos os grupos de solicitante de proteção humanitária estão incluídos, independente se possuem maiores possibilidades de receberem algum status de proteção ou não.

A fase de integração inicial vai da quarta semana até o terceiro ano de residência. Nela, ações devem ser desenvolvidas para que o refugiado possa viver de maneira independente no dia a dia em Hamburgo. Eles devem aprender alemão e estarem já se integrando às creches, escolas, iniciando treinamentos profissionais, encontrando trabalho e, caso necessário, até mudando para seus próprios apartamentos. Aos que possuem decisões favoráveis sobre sua solicitação de proteção humanitária, mais serviços de aconselhamento e integração serão disponibilizados, como cursos adicionais de idioma e de capacitação profissional, por exemplo.

Por fim, a fase de integração permanente é aquela após os três primeiros anos no destino, na qual se espera que o refugiado esteja acessando todas as áreas da vida em igualdade de condições aos nativos. Nela, o planejamento é mais direcionado para uma abertura institucional do que aos refugiados, que, nesta altura, já teriam condições (idealmente) de conduzir sua vida de maneira independente. Portanto, as ações não seriam mais voltadas para suas capacidades, mas para que as oportunidades na sociedade como um todo sejam igualmente ofertadas a eles.

6.1.1 Integração Institucional

Saindo do campo das definições gerais de planejamento para os específicos de integração, de maneira a respeitar a lógica do modelo adotado nesta Tese, a discussão sobre Hamburgo seguirá a ordem dos campos de integração “Emprego” (mercado de trabalho), “Educação”, “Saúde” e “Habitação”, respectivamente.

Um primeiro ponto importante de ser mencionado em relação ao mercado de trabalho é que, conforme definido pela legislação federal do país, após reconhecido como refugiado pelo Estado⁷⁸, uma permissão de residência será emitida ao indivíduo e o seu trabalho já não dependerá mais de permissões dadas pelas autoridades migratórias, como ocorre com o indivíduo solicitante de proteção humanitária. Também após ser reconhecido, o refugiado se encontra livre para trabalhar onde quiser dentro do país e a fundar o seu próprio negócio, assim como está respaldado por toda legislação trabalhista nacional (UNHCR, 2021a).

A integração ao mercado de trabalho das pessoas com passado migratório é vista como área prioritária de ação pelo poder público de Hamburgo. Em Strunk et al (2017), a questão

⁷⁸ Existem três tipos possíveis de proteção na Alemanha: “refugiado”, conforme definido pela Convenção de 1951; “asilo constitucional” e “proteção subsidiária”. Algumas diferenças entre eles serão apresentadas ao longo da seção.

voltada especificamente aos refugiados é tratada dentro da área focal de ação IV, *Professional Success*, subárea 1, *Equal labour market opportunities*, item b) *Labour market integration of refugees*. Para pensar e desenvolver as ações voltadas ao grupo, vários atores estão envolvidos diretamente com o processo e atuando em parcerias, como o *Chamber of Commerce and Chamber Trade*, os grupos de companhias privadas *Nord e.V.* e o *DGB Hamburg* e as agências governamentais *Employment Agency*, *Job Center* e *BASFI*. As estratégias de ações, conforme definidas pelo planejamento público, devem ser pensadas de forma a estabelecerem um sistema regulatório no qual os refugiados jovens e adultos tenham prioridade em relação a oferta de cursos de capacitação, com o estado prestando suporte às companhias para que este quadro seja alcançado; que todas as possibilidades de revalidação de diplomas e certificados já tenham sido usufruídas; e que os refugiados de baixa-qualificação estejam conectados com os cursos de idiomas e empregados em profissões com baixa exigência educacional, com a opção de poderem aprimorar suas qualificações com base em suas próprias motivações e capacidades (STRUNK *et al*, 2017). Para que este sistema regulatório possa ser completamente alcançado, as partes interessadas têm trabalhado em conjunto e compartilhado as tarefas de forma a se apoiarem mutuamente e facilitarem os serviços umas das outras. Por exemplo, o *BASFI* apoia os sistemas reguladores do *Job Center* e da *Employment Agency* ao prover serviços comunitários complementares, como aconselhamento de vida, linguístico e de saúde aos refugiados, além de serviços relacionados a negócios.

A integração ao mercado de trabalho do refugiado em Hamburgo é um processo com etapas a serem cumpridas. Geralmente, conforme apontado pelos *stakeholders* e refugiados entrevistados, o processo de entrada desta população ao mercado local se inicia após 1,5 ou 2 anos vivendo na cidade, podendo chegar até mesmo a 4 ou 5 anos (ou nunca acontecer, dependendo do perfil da pessoa). Durante este período inicial, o refugiado é incentivado a participar dos cursos de integração ofertados pelas agências governamentais, que incluem aulas de alemão e sobre os valores e costumes da Alemanha e Hamburgo, inclusive sobre democracia e o sistema legal alemão. Após concluídos – processo que geralmente demora um ano para o refugiado que passou no teste final e obteve seu certificado de proficiência em alemão, nível B1 - iniciam-se as buscas por emprego através da mediação do *Job Center*, que é a ponte entre o refugiado e o mercado de trabalho.

O caminho inicial mais comum é a contratação por meio horário, no qual o refugiado trabalha quatro horas por dia na empresa e é por ela encaminhado para realizar treinamentos de

capacitação adicionais nas demais horas restantes. Estes treinamentos são específicos para a vaga ocupada, e além do conhecimento técnico exigido para o cargo ser aprimorado durante o curso, são oferecidas também aulas “técnicas” de alemão, isto é, cursos do idioma com linguagem específica da área. Após concluídos estes treinamentos, que também podem durar até três anos, o refugiado é contratado em tempo integral pela companhia.

Ainda conforme as entrevistas, durante todo o processo o refugiado e sua família recebem subsídios do governo local para se dedicarem completamente aos seus estudos e qualificação. Além de disponibilizar moradias, alimentação e vestimentas, um valor fixo mensal em dinheiro é pago aos indivíduos e famílias, cujo montante dependerá da composição familiar. Mesmo após completado o curso de integração, o refugiado continuará a receber o auxílio até que encontre um emprego cujo salário seja capaz de lhe proporcionar condições dignas para viver na cidade. Isto significa que o refugiado pode continuar recebendo auxílio mesmo quando empregado, caso seu salário seja considerado baixo para sustentar a família. Não há limite de tempo no qual o refugiado poderá receber o seu auxílio, seja ele empregado ou não. Para os desempregados, a única exigência feita pelo *Job Center* para continuar pagando-os é que o refugiado demonstre continuamente estar procurando emprego e ser cooperativo com a agência, isto é, sempre atualizá-la sobre quaisquer mudanças em sua vida.

Embora o caminho a ser traçado pelo refugiado até o mercado de trabalho seja pensado e planejado, com os papéis das instituições bem estabelecidos e com os setores públicos e privados atuando em parceria, os refugiados ainda assim encontram dificuldades para se integrar a ele em Hamburgo. De acordo com Strunk *et al* (2017), a taxa de desemprego do grupo até 2016 era de 40%, um número expressivo quando comparado com os dados do restante da população com passado migratório (15,8%) e, sobretudo, com os da população nativa (5,5%). Importante salientar, contudo, que estes valores para os solicitantes são pesados pela população recém-chegada à cidade, sobretudo dos sírios. Uma vez que o grande influxo de refugiados chegou a partir de 2015, parte importante dos dados estão refletindo os resultados desta população após apenas um ano vivendo em Hamburgo.

Alguns pontos mencionados durante as entrevistas como barreiras ao mercado de trabalho local foram as questões discriminatórias, tanto do *Job Center* quanto dos empregadores; deficiências com o idioma; morosidade na validação de diplomas; e dificuldades em encontrar empregos condizentes com a qualificação profissional dos indivíduos. Especificamente em relação a esta última barreira, como há grande necessidade de mão-de-obra

em empregos manuais, que exigem cursos técnicos e não universitários, é comum, segundo relatado, que o próprio *Job Center* tente estimular o refugiado a trocar de área profissional ao chegar na cidade, recolocando-o em profissões distintas à de sua formação educacional. Destaca-se também que a entrada do refugiado no mercado de trabalho informal é relativamente comum. Em decorrência da demora em conseguir se qualificar para o mercado formal e porque os auxílios recebidos do governo permitem apenas uma vida simples, parte dos refugiados, sobretudo pais de família, por vezes optam pelo caminho da informalidade. Assim, embora não costumem ganhar salários altos no mercado de trabalho alternativo, a renda é considerada suficiente quando somada ao auxílio mensal.

Salienta-se também que os refugiados de nacionalidade síria, homens, mais jovens (até 40 anos) e solteiros, são vistos pelos *stakeholders* como aqueles mais propícios a se integrar, tanto ao mercado de trabalho quanto à sociedade como um todo, embora com algumas ressalvas do ponto de vista social (ponto que será abordado na seção 6.2). O destaque para a nacionalidade síria é dado tanto pelo seu nível educacional alto, sobretudo àqueles que chegaram antes de 2015, que, segundo mencionado, eram mais selecionados do que os refugiados sírios da grande onda que atingiu a cidade, quanto pelo fato de serem originados de um país cuja guerra foi mais abordada pela mídia, gerando maior solidariedade em relação ao grupo. Os homens são vistos como mais propícios simplesmente pelo fato de serem aqueles que normalmente sustentam a família e, portanto, aprendem alemão mais rápido, interagem mais com a população local e buscam mais os estudos e trabalho. Os mais jovens porque são também mais propensos a aprenderem alemão, uma vez que são também mais educados na média, assim como são um pouco mais abertos culturalmente do que os mais velhos. Por fim, solteiro pelo fato de que pode se dedicar mais aos estudos e qualificação profissional, uma vez que não precisa se preocupar em sustentar uma família, e porque interage mais com a sociedade.

No campo da educação formal, na Alemanha é lei federal a educação compulsória por nove anos (ou dez, dependendo do estado) para crianças com mais de seis anos de idade, independentemente de *status* migratório e nacionalidade (UNHCR, 2021a). Segundo o UNHCR (2021a), em algumas escolas, as *welcome classes* foram criadas para transmitir o básico do idioma às crianças antes delas iniciarem nas turmas de ensino regulares. Os procedimentos de registro variam de acordo com cada estado e a participação nas escolas públicas é gratuita, embora custos podem ser exigidos com viagens e materiais escolares; nestes casos, o solicitante/reconhecido de proteção humanitária pode requisitar subsídio ao governo local. O

acesso ao ensino superior é livre para os que possuem algum status de proteção garantida e ocorre em iguais condições às dos nativos; também existem cursos preparatórios organizados por instituições públicas e sociais que procuram facilitar a entrada desta população nas universidades, ajudando-lhe na transcrição e validação de diplomas, concedendo bolsas de estudos, oferecendo cursos de idiomas etc. (DAAD, 2017).

A cidade de Hamburgo tem a educação em todos os seus níveis como área prioritária de integração de pessoas com passado migratório. Em Strunk et al (2017), o campo é tratado na área focal III, *Education from day one*, e possui quatro áreas específicas de ações: 1) *Early childhood education* 2) *General school education* 3) *Vocational education and training* e 4) *Tertiary education/Academic studies*. Ao todo, existem 22 sub metas a serem alcançadas no planejamento da cidade e 29 indicadores para serem acompanhados. Embora essas sub metas e indicadores sejam pensados para um acompanhamento da população com passado migratório no geral, algumas ações foram planejadas e direcionadas exclusivamente para a integração dos refugiados, conforme será brevemente apresentado na sequência.

Ao final de 2016, mais de 50% da população com menos de 18 anos de Hamburgo tinha um passado migratório; portanto, o principal idioma falado em muitos núcleos familiares não era o alemão (STRUNK *et al*, 2017). Compreendendo a importância do idioma como elemento chave para a integração, o poder público local tem criado medidas para que aprendam alemão, incentivando, por exemplo, a inclusão de crianças com menos de seis anos de idade nos berçários e creches para aprenderem o idioma rapidamente, tanto através das aulas guiadas, como por meio do contato contínuo com outras crianças. Para que a inclusão ocorra, algumas medidas estão sendo tomadas. Além da ampliação de vagas, o poder público tem desenvolvido ações para divulgá-las aos pais das crianças com passado migratório e incentivá-los a matricularem seus filhos mais cedo nos berçários e creches. Neste sentido, existem projetos de assistência realizados com abordagem individual, em que os pais são ensinados sobre as estruturas educacionais e os serviços de suporte existentes na cidade ou em sua área de residência e são responsáveis por transmitirem seu conhecimento a outros pais, mantendo o fluxo de informações (STRUNK *et al*, 2017). Para as creches que possuem muitas crianças que não falam alemão em casa ou que sejam provenientes de famílias em situações sociais precárias, existem programas para lhes darem mais suporte, de forma a atenderem aos padrões de qualidade estipulados pela legislação local. Por exemplo, o *Kita-Plus* é um programa estadual que provê suporte financeiro para aproximadamente 320 creches na cidade, cujo objetivo é

aumentar em 12% sua equipe educacional (STRUNK *et al*, 2017). Destaca-se que Hamburgo possui estrutura suficiente para incluir todas as crianças da cidade em creches e berçários até a idade de se matricular na escola primária.

O governo local ainda reconhece que, para uma boa integração escolar das crianças e jovens com passado migratório, é necessário que as instituições estejam prontas para recebê-los, assim, mudanças no sistema e capacitação dos profissionais envolvidos são necessárias. Dentre algumas ações previstas estão a abertura intercultural de escolas em termos de ensino, pessoal e desenvolvimento organizacional para estabelecer um bom ambiente escolar e de aprendizagem; suporte aos pais com passado migratório e a promoção de uma cooperação mais próxima entre casa e escola; e apoio consistente para o desenvolvimento das habilidades de alfabetização dos estudantes em todos os níveis e disciplinas, reconhecendo e incentivando o multilinguismo dos estudantes. Para as crianças e adolescentes solicitantes de proteção humanitária, medidas específicas foram tomadas para integrá-los adequadamente ao sistema educacional local, como sua inclusão em classes internacionais preparatórias (*Internationale Vorbereitungsklasse - IVK*), que podem ser frequentadas por um período de até doze meses. O componente central do *IVK* é um curso intensivo de “alemão como segunda língua” (*Deutsch als Zweitsprache - DAZ*). Se uma criança ou jovem de qualquer idade ainda não consegue ler e escrever o alfabeto latino, ele deve primeiro visitar uma classe básica - também por até doze meses - antes de se mudar para um *IVK*. Uma vez alcançado um certo nível do idioma após este período, os estudantes mudam para as aulas regulares, onde recebem treinamento adicional do idioma por mais um ano (STRUNK *et al*, 2017).

Para a continuação dos estudos por meio dos treinamentos vocacionais ou por meio do estudo universitário, várias medidas são também realizadas para a população com passado migratório. Em relação ao treinamento vocacional, setor público e privado têm criado medidas para que a transição entre a escola e o mercado de trabalho possa acontecer de maneira harmônica, como as escolas de treinamento locais, que estão sob responsabilidade do “Instituto de Educação e Formação Profissional de Hamburgo” (*Hamburger Institut für Berufliche Bildung - HIBB*). Enquanto o HIBB fica com a responsabilidade de prover o treinamento, que inclui aulas de alemão e sobre os valores e normas locais, as demais instituições parceiras devem compartilhar as informações e oportunidades oferecidas, assim como levar o público de interesse a participar das aulas, com o setor privado apoiando, inclusive, no pagamento de bolsas aos estudantes participantes (STRUNK *et al*, 2017). Após esses treinamentos, os alunos

são enviados para realizarem estágios que podem durar entre três e seis meses nas companhias parceiras do programa. Já em relação a continuação dos estudos no ensino superior, cientes de que a inclusão da população com passado migratório nas universidades ainda é abaixo do esperado, a comunidade acadêmica e o poder público também têm realizado ações para integrá-los às instituições. De acordo com Strunk et al (2017), cursos de idioma voltados ao grupo, provisão de moradias a custos baixos e oportunidades de financiamento dos estudos são algumas das ações que têm sido desenvolvidas para facilitar a integração deste grupo ao ensino superior.

Embora uma série de ações positivas existam para integrar a população com passado migratório aos sistemas educacionais locais, algumas pontuações devem ser feitas sobre as dificuldades encontradas, em específico pelos refugiados. Aparentemente, baseando-se nas entrevistas realizadas com os *stakeholders* e os próprios refugiados, são três as principais barreiras à integração educacional: discriminação, desordens psicológicas e idioma. A discriminação foi apontada como um fator que ocorre dentro das instituições, mais pelo próprio corpo docente do que entre os alunos, segundo mencionado. A questão psicológica pode ser fruto de traumas passados durante a fuga, preocupação com familiares na origem, ou mesmo pelo sentimento de isolamento. Esses três fatores parecem afetar a concentração dos estudantes e sua motivação em dar seguimento aos estudos. No *UHHhilft*, projeto da Universidade de Hamburgo voltado para ajudar os refugiados a entrar no ensino superior, foi identificado, inclusive, tendências suicidas entre os alunos participantes do programa, conforme destacado por sua coordenadora (*stakeholder 3*⁷⁹). Um elemento que também afeta o psicológico é a entrada tardia nas instituições de ensino, que muitas vezes fazem os refugiados estudarem em séries nas quais eles já são considerados velhos. O principal motivo pelo qual isso ocorre é o fato de alguns ainda não possuírem um nível de alemão adequado e precisarem esperar até dois anos ou mais para iniciarem os estudos.

Por fim, ainda que cursos de alemão sejam ofertados, o idioma segue como barreira importante para a integração local de parte dos refugiados, sobretudo daqueles originários dos países árabes, conforme relatado pelos *stakeholders* e pelos próprios entrevistados. É comum eles não praticarem o idioma em casa porque os pais não entendem bem o alemão e porque o contato com os nativos não é frequente, seja porque moram em áreas com grande concentração

⁷⁹ Todos os *stakeholders* que concederam entrevistas para estas pesquisas serão referidos como “*stakeholder* + número da entrevista”, neste caso, *stakeholder 3*.

dos seus próprios pares, seja por exclusão nas próprias escolas, o que acaba prejudicando a prática da língua. Estes elementos atrasam o aprendizado do refugiado e, portanto, também atrasam e prejudicam sua integração escolar e em outras áreas.

Em termos de acesso à saúde, os direitos do refugiado na Alemanha são semelhantes aos dos nativos. Após formalmente reconhecido, aos refugiados é garantido o cartão de acesso⁸⁰ aos sistemas de saúde com cobertura completa e equivalente aos dos nacionais, embora sob outra forma estatutária. Caso o refugiado não esteja ocupado em atividade remunerada, os custos do seguro são bancados pela previdência social (UNHCR, 2021a). Em Hamburgo, a saúde é a sétima área focal de atuação do poder público local, denominada *A healthy life in Hamburg*, e possui duas subáreas de atuação: I) *Health* e II) *Nursing Care*. Ao todo, são estipuladas 6 sub metas de saúde a serem alcançadas e 7 indicadores para acompanhamento. Da mesma forma que ocorreu com o campo da educação, não são planejadas metas e indicadores específicos aos solicitantes/reconhecidos de proteção humanitária, mas são previstas algumas ações direcionadas ao grupo.

Tratando inicialmente da subárea de ação I (*health*) do plano estadual de integração (STRUNK *et al*, 2017), destaca-se que embora toda a estrutura existente da cidade seja aberta a todas as pessoas com passado migratório, estudos têm identificado que aqueles com menor grau educacional e piores condições econômicas estão acessando menos os serviços locais. A falta de conhecimento sobre os serviços de aconselhamento e das estruturas existentes, assim como dificuldades com o idioma e barreiras culturais, são elementos destacados no documento que podem justificar este pior acesso. Pensando nesses obstáculos principais, o poder público local tem focado em algumas ações para superá-los.

Compreendendo a situação psicológica crítica dos refugiados, o governo de Hamburgo tem atuado no sentido de prover um apoio mais direcionado a ele. Logo nos Centros de Recepção Iniciais (CRIs) é possível ao refugiado agendar consultas dentro da própria estrutura com especialistas focados na terapia do trauma. Ao mesmo tempo, destaca-se a parceria realizada com os hospitais locais que possuem departamentos de psiquiatria e psicoterapia, que ofertam atendimento tanto nos próprios hospitais como em domicílio, seja este o centro de recepção ou a residência do refugiado (STRUNK *et al*, 2017). Destaca-se ainda que o Parlamento de Hamburgo também requereu ao Senado a criação de um centro de coordenação

⁸⁰ Esses cartões são os *Electronic Health Card* (EHC).

para aconselhamento e tratamento de refugiados traumatizados e vítimas de tortura (STRUNK *et al*, 2017).

Em relação a subárea II, *nursing care*, ou cuidados de enfermagem, Strunk *et al* (2017) destacam que a parcela de homens e mulheres refugiados os acessando é relativamente baixa em decorrência de sua estrutura etária jovem. No entanto, as experiências registradas na cidade, e mesmo em nível federal, têm apontado para uma subutilização destes serviços por esta população. De acordo com o documento, são três os principais motivos pelos quais isso ocorre. O primeiro e mais esperado é a barreira linguística, seguida pela falta de conhecimento do sistema - que também é vinculado à deficiência linguística, mas não exclusivamente - e barreiras culturais: essas barreiras existem se os indivíduos sabem que possuem direitos de usufruir dos benefícios, mas devem rejeitá-los em decorrência da maneira como são ofertados. Como forma de ultrapassar essas barreiras, o poder público local tem desenvolvido algumas ações e planeja expandir e criar outras. A primeira delas é que existem serviços de orientação intercultural ofertados em vários idiomas e distritos da cidade. Dentre os diversos idiomas, destaca-se os atendimentos em russo, turco e farsi. Outra iniciativa interessante é a da “Autoridade para Saúde e Proteção do Consumidor” (*Behörde für Gesundheit und Verbraucherschutz – BGV*), que visa utilizar a própria população refugiada da cidade para contribuir com a expansão e aprimoramento dos cuidados de enfermagem, uma necessidade latente na cidade, conforme relatado pelos *stakeholders* entrevistados. Alguns programas foram criados neste sentido, como o *Work and integration for refugees*; *Integration of refugees into patient care*; *Nursing careers as an opportunity for refugees*; e *Nursing as a careers goal – perspectives for refugees* (STRUNK *et al*, 2017).

Strunk *et al* (2017) apontaram que as principais barreiras à integração à saúde da população refugiada em Hamburgo estão relacionadas a questões culturais, linguísticas e informacionais, elementos que são encontrados em toda a Alemanha e em outros países, conforme foi identificado previamente no capítulo 3. Durante as entrevistas realizadas em campo, embora este não tenha sido um tópico muito abordado, identificou-se também outra possível barreira local aos cuidados com a saúde: a burocracia do sistema. Além da percepção de que o procedimento entre agendar a consulta e realizá-la ser lento, foi possível notar alguma insatisfação com a burocracia em si. Isto é, em algumas ocasiões é necessário que a própria seguradora de saúde faça a mediação entre a relação do paciente e profissional, o que acaba atrasando a realização de procedimentos e aquisição de medicamentos.

Dos campos de integração institucional adotados nesta Tese, o mais desafiador é a “Habitação”, questão mencionada tanto em Strunk *et al* (2017), quanto pelos *stakeholders* entrevistados em campo. Em escala nacional, a Alemanha possui uma política bem definida de recepção inicial e distribuição da população solicitante de proteção humanitária em seu território. O caminho comum é indivíduo/família chegar ao país, registrar na autoridade migratória responsável (ocasião em que suas informações e digitais são coletadas) e ser encaminhado para o estado responsável por analisar seu processo de solicitação. Essa distribuição pelo território germânico é feita a partir da *Königstein Formula*, que utiliza como critério o tamanho populacional do estado e suas receitas tributárias anuais (KATZ *et al*, 2016). Assim, os mais ricos e mais populosos estados são aqueles que também mais recebem os solicitantes de proteção humanitária⁸¹. Após ser alocado no estado e cidade responsáveis por conduzir o processo, o indivíduo ou família é obrigado a viver nos CRIs, lugar no qual suas necessidades essenciais serão providas, como alimentação, cuidados médicos básicos e vestimentas. Após estadia de no máximo seis meses, o solicitante não é mais obrigado a viver nesses centros e pode se mudar para uma acomodação coletiva propiciada pelo estado ou apartamento individual, na mesma cidade, caso seu status de proteção tenha sido definido (UNHCR, 2021a). No entanto, o indivíduo ou família não pode se mudar do estado no qual o status foi concedido durante os três primeiros anos após o reconhecimento, a não ser que algum dos membros do domicílio tenha encontrado emprego que atenda às condições impostas pela legislação, ou caso algum membro tenha sido admitido em uma universidade ou treinamento profissional. O movimento para turismo dentro do país é livre assim que o status de proteção é reconhecido (UNHCR, 2021a).

Em Hamburgo, o procedimento é semelhante. De acordo com Sprandel (2018), os solicitantes são primeiramente alocados nos CRIs (figura 16), onde aguardam sua decisão sobre seu procedimento e recebem, além de suprimentos básicos - como alimentação, cuidados com a saúde e vestimentas - aulas de alemão. Todas as crianças já são encaminhadas ao jardim de infância ou às escolas. Nesses abrigos, os *social workers* são responsáveis por auxiliar os solicitantes, seja com seu procedimento de solicitação de proteção humanitária, traduzindo cartas e documentos, por exemplo, seja com dúvidas sobre a vida na cidade. Em termos de estrutura, os abrigos possuem uma cantina e banheiros compartilhados. Como se percebe pela

⁸¹ O solicitante só pode escolher o estado no qual ele quer que seu processo seja conduzido caso comprove ter motivos muito importantes para isso, como a presença de esposa ou filhos.

figura abaixo, esses abrigos são estruturas simples e ficam localizados em áreas abertas que se assemelham fisicamente aos campos de refugiados do ACNUR, tanto que os próprios *stakeholders* se referem a eles como campos de refugiados.

FIGURA 16 - CENTROS DE RECEPÇÃO INICIAIS DE HAMBURGO



Fonte: Wolff (2018).

Geralmente, após o período máximo de seis meses, esses solicitantes são encaminhados para unidades de habitação sociais (figura 17), ou acomodações secundárias, nas quais as famílias possuem seu próprio apartamento, ou seis homens dividem um de três quartos (SPRANDEL, 2018). Cada apartamento oferece privacidade, seu próprio banheiro e cozinha. Os *social workers* ainda seguem acompanhando os indivíduos e famílias enquanto eles estiverem vivendo nas habitações sociais. De acordo com Sprandel (2018), após algum tempo, os solicitantes ou pessoas já reconhecidas sob alguma forma de proteção saem dessas unidades sociais e entram no mercado imobiliário. Nesta altura, os indivíduos e famílias já não dependem muito dos *social workers* e a maioria dos adultos já desempenha bem em alemão, está trabalhando ou em treinamentos profissionais, ou ainda frequentando escolas/universidades.

FIGURA 17 - ACOMODAÇÕES SECUNDÁRIAS EM HAMBURGO



Fonte: Wolff (2018).

Antes de aprofundar mais neste processo, que não é linear e simples como pode parecer, o tema da habitação é campo prioritário de integração do poder público local. Em Strunk et al (2017), o tema é tratado na área focal VI, *Residing and living together in urban quarters*, e possui quatro subáreas de ações: 1) *Accommodation of refugees and integration into private housing*, 2) *Security and protection of refugees in accommodations*, 3) *Housing market* e 4) *Practicing diversity in urban quarters*. Somando as quatro subáreas, ao todo são estipuladas 14 submetas e 17 indicadores. Assim como nas demais áreas de integração, ações foram planejadas e executadas exclusivamente para atender aos solicitantes de refúgio e refugiados.

Iniciando pela subárea de ação 1, o documento destaca que os solicitantes de proteção humanitária são primeiramente alocados no centro de chegada, podendo lá permanecer por no máximo cinco dias. Nele, os indivíduos e famílias são registrados, os exames médicos conduzidos e o processo de distribuição das pessoas para outros estados iniciado. Após este período, aqueles que terão seu processo de reconhecimento conduzidos no estado são transferidos aos CRIs. De acordo com Strunk et al (2017), até o final de 2016, cerca de 8.700 mil pessoas viviam em 32 centros; deste total, 1.370 mil viviam em condições precárias (isto é, em barracas, corredores e lojas de ferragens). Em meados de 2017, quase todas as habitações precárias já haviam sido desmanteladas e o número de pessoas vivendo nos CRIs se reduziu para 5.600 mil, sendo distribuídas em 22 localidades.

Essas condições precárias de abrigo foram frutos de improvisos realizados por parte do poder público local em decorrência do grande influxo de solicitantes de proteção humanitária à cidade a partir de 2015, que excedeu o número de abrigos disponíveis. De acordo com Strunk et al (2017), mesmo diante um cenário caótico, esforços foram feitos para que os solicitantes cuja origem não fossem os países considerados seguros ficassem, no máximo, seis meses nesses centros. Assim, rapidamente estruturas residenciais foram sendo construídas em diversas áreas da cidade para abrigá-los devidamente. De forma a iniciar a integração dos solicitantes de proteção humanitária o mais cedo possível à cidade, além do início das aulas de alemão (SPRANDEL, 2018), outras iniciativas foram realizadas nos CRIs, como ações para que os solicitantes já pudessem arrumar trabalho dentro dos próprios centros; realização de reuniões coletivas para diálogos sobre normas e valores alemães; oferta de creches para crianças com menos de seis anos de idade; dentre outras.

Em relação à acomodação secundária, aquela na qual os solicitantes e talvez indivíduos e famílias já reconhecidos sobre algum status de proteção são encaminhados após o período

máximo de seis meses vivendo nos CRIs, Strunk et al (2017) destacaram que em meados de 2017, cerca de 27 mil pessoas viviam nessas habitações, sendo 23 mil solicitantes/reconhecidos de proteção humanitária. Deste total, 12 mil já possuíam o status definido. Além disso, os dados de 2017 mostram que havia quase 4 mil pessoas nos CRIs que já deveriam ter sido transferidas para as acomodações secundárias, mas que não o foram por falta de disponibilidade de vagas. Este atraso ocorreu porque além da demanda pelas habitações ter superado sua oferta, ainda que o poder público local tenha trabalhado continuamente para ampliá-la, o processo de integração é lento. Desta forma, como o refugiado demora a entrar no mercado de trabalho, ele também não consegue alugar moradia e, portanto, acaba optando por viver muitos anos nas habitações sociais.

Um importante ponto também mencionado pelos *stakeholders* como barreira para que o refugiado possa entrar no mercado imobiliário é o tamanho das famílias. Encontrar habitação capaz de comportar famílias com mais de quatro ou cinco filhos – uma composição bastante comum, sobretudo para famílias que viviam em áreas rurais na origem, como é o caso de muitas sírias - é um desafio na cidade. Além da dificuldade em encontrar apartamentos, os disponíveis possuem aluguéis altos e inviabilizam a aquisição por parte dos refugiados. De acordo com Wolff (2018), até novembro de 2017, apenas 3 mil refugiados e pessoas sob outro status de proteção estavam morando em habitação própria em Hamburgo. Salienta-se que o procedimento comum de se encontrar apartamentos particulares é realizado entre o poder público, o refugiado e o setor imobiliário, que possui entidades públicas e privadas atuando em parceria. As companhias imobiliárias normalmente repassam os apartamentos vagos ao órgão responsável pelos refugiados. Este seleciona as famílias elegíveis a ocupá-los e media toda a relação entre o possível locatário e a agência imobiliária.

Em relação a subárea de atuação 2 (*Security and protection of refugees in accommodations*), o poder público tem realizado uma série de ações para prevenir a violência dentro dos CRIs e nas habitações sociais, sobretudo às mulheres, população LGBTI e crianças. Além de destinar habitações exclusivas para esses grupos, mulheres sozinhas não podem dividir espaços com homens, assim como há uma preocupação em colocar a população LGBTI próxima de seus pares, e serviços de aconselhamento e proteção são ofertados gratuitamente e com a provisão de intérpretes.

Na subárea de ação 3 (*Housing market*), Strunk et al (2017) destacam que as provisões de acomodações por parte do poder público não devem ser vistas como soluções permanentes

de habitações e, portanto, é necessário facilitar a entrada do refugiado no mercado imobiliário; neste sentido, várias ações estão sendo realizadas na cidade. Para citar apenas uma, existe o programa “Acomodação para os refugiados com boas perspectivas de serem alocados nas habitações sociais” (*Flüchtlingsunterkünfte mit der Perspektive Wohnen – UPW*), parceria entre a companhia pública SAGA e investidores privados para que habitações adicionais sejam construídas para os solicitantes/reconhecidos de proteção humanitária que possuem grandes possibilidades de permanecerem no país. Destaca-se que, ao mesmo tempo, a ideia do projeto é aproveitar a concessão na lei, que permitiu a construção dessas novas habitações, para edificar também habitações regulares e que podem ser ocupadas por pessoas sem o status de refugiado. Espera-se com estas ações que aos poucos sejam criados bairros mistos, fortalecendo o potencial integrativo e ao mesmo tempo criando oportunidades de habitações permanentes (STRUNK *et al*, 2017). Importante salientar também que o governo de Hamburgo criou em 2015 a “Unidade Central de Coordenação para Refugiados” (*Zentraler Koordinierungsstab Flüchtlinge – ZKF*), cujas tarefas são gerir todas as etapas do alojamento dos refugiados e elaborar medidas preliminares de integração, coordenação de voluntários e de participação social, de forma a facilitar um sistema de suporte habitacional para os solicitantes/reconhecidos de proteção humanitária na cidade (WOLFF, 2018). De acordo com Wolff (2018), após dois anos de atuação, o ZKF foi formalizado como uma unidade permanente do governo local, fazendo de Hamburgo o único estado da Alemanha a criar uma autoridade pública para cuidar da habitação de refugiados.

A última subárea de ação do plano é a 4 (*Practicing diversity in urban quarters*). Preocupados com um possível impacto da chegada de milhares de novas pessoas a distritos acostumados a uma forma e lógica de organização espacial específicas, as autoridades públicas têm desenvolvido estratégias para que ambientes hostis e conflitos sociais sejam evitados, ao mesmo tempo que novas interações e relações sejam criadas. Três frentes de ações foram planejadas: 1) ampliar e melhorar as infraestruturas locais; 2) designar espaços sociais; e 3) promover oportunidades para encontros interculturais (STRUNK *et al*, 2017). A primeira frente é voltada para desenvolver essas regiões de forma a não excluí-las da rede urbana de transporte e serviços, criando condições de vida satisfatórias para seus moradores, assim como fortalecer e criar oportunidades para que os habitantes dessas regiões possam participar ativamente da “remodelagem” estrutural local, convocando-os a participar de conselhos, reuniões e até contratá-los como mão-de-obra. A segunda frente tem como objetivo criar e ampliar os espaços de convívio social nessas regiões (construir e reformar parques, campos de futebol, creches etc.,

) e fomentar, novamente, a participação dos moradores nas tomadas de decisão. Por sua vez, a terceira frente tem como objetivo criar oportunidades de interação entre os grupos recém-chegados e antigos, para além das já mencionadas. Um dos exemplos citados é a criação de campanhas distritais, como eventos de jardinagem coletiva, campanhas de limpeza dos bairros ou até mesmo fomentando festivais.

A partir dos exemplos apresentados em Strunk et al (2017), nota-se que o governo da cidade, em parceria com outras entidades, sobretudo do setor privado, tem feito um trabalho elogiável em termos de prover habitações aos solicitantes e pessoas já reconhecidas sob algum status de proteção; um trabalho considerado positivo tanto pelos *stakeholders* entrevistados quanto pela literatura que já estudou a questão (SPRANDEL, 2018; WOLFF, 2018). No entanto, apesar de elogiáveis, isto não significa que as ações tenham sido realizadas sem erros ou questionamentos. Primeiramente, a forma como a habitação foi pensada nos seus primeiros anos gerou alguns impactos negativos à integração dos refugiados à cidade, conforme apontado pelos *stakeholders*. Os CRIs e muitas das habitações secundárias “enclausuraram” os refugiados entre seus próprios pares. Além de terem pouco contato com a população nativa, uma vez que só viviam entre si e muitos não trabalhavam ou estudavam (no caso dos adultos), o que prejudica a prática do alemão e sua integração sociocultural, cria-se um espaço que é visto como sendo de refugiados, gerando uma divisão na sociedade e fomentando o sentimento de separação entre “eles” e “nós”; que, por sua vez, pode gerar sentimentos de estranhamento por parte da população nativa e até mesmo incitar manifestações xenofóbicas contra os recém-chegados.

Outro ponto de importante menção são as disputas e rivalidades entre os próprios grupos de solicitantes e refugiados que surgiam nas habitações, sejam elas nos CRIs ou nas moradias sociais. Por serem espaços compartilhados e não pensados para concentrarem grupos específicos de pessoas, com exceção de mulheres e crianças e, às vezes, a comunidade LGBTI, era comum o surgimento de situações conflituosas entre grupos étnicos e religiosos rivais. De acordo com os *stakeholders*, estes conflitos poderiam ter sido evitados se os administradores fossem mais criteriosos na hora de organizar a distribuição das pessoas nos centros e nas moradias. Um trecho das entrevistas sobre a questão é destacado na sequência.

(...) I had this interesting case... This Iraqi guy was changing apartments. The administration has sent him to a place where he should live with a guy that came from a rival region from his, a sunni Iraqi... both were nice people, but they did not handle well with each other. My boss wanted me to tell him that

he had no option but to accept the apartment they would send him, and that he should learn to live with this guy. When I told the Iraqi about this, he answered me: “tell to your boss what would he do if the Islamic State had kill all of his siblings and ask him if he would not hate a sunni muslim after that”. (Stakeholder 9, social worker do governo de Hamburgo)⁸².

Com o passar dos anos, no entanto, este tipo de conflito foi arrefecendo, sobretudo para os grupos recém-chegados. Conforme pontuado pelos próprios *stakeholders*, em decorrência do menor influxo de solicitantes de proteção humanitária chegando à Hamburgo nos últimos dois, três anos, alguns dos CRIs estão sendo desmantelados e esse isolamento inicial e convívio forçado estão ocorrendo com menos frequência. Muitos recém-chegados já estão sendo levados diretamente às moradias secundárias, que estão sendo construídas em locais menos isolados, e a distribuição das pessoas está sendo melhor planejada uma vez que as demandas urgentes por moradia estão menores.

6.1.2 Integração Sociocultural

Do ponto de vista da integração sociocultural, o capítulo 3 apresenta resumidamente um cenário de certo afastamento entre as populações refugiadas e os alemães (sobretudo os sírios) e o crescimento da rejeição a este grupo nos últimos anos. Antes de aprofundar nas entrevistas realizadas para analisar as relações entre os grupos na cidade de Hamburgo, é importante destacar algumas das ações já realizadas e planejadas pelo poder público e instituições locais no documento *We, the city of Hamburg! Participation, intercultural opening and cohesion* (STRUNK *et al*, 2017) para aproximar socioculturalmente a população refugiada dos nativos. Ações desta natureza estão sendo conduzidas em algumas das sete áreas focais e 26 subáreas de ações do planejamento, com parte delas já tendo sido mencionadas na subseção anterior. Nesta subseção, o enfoque será dado a área focal V, *Settling in society, strengthening cohesion*, e três das suas seis subáreas de ações: 1) *Volunteer work*, 4) *Sports* e 5) *Culture*.

Iniciando pela subárea 1 (*volunteer work*), Strunk *et al* (2017) destacam que a cidade sempre foi e ainda é marcada por intensa participação de seus cidadãos em trabalhos voluntários, com destaque para o esforço coletivo realizado nos últimos anos para receber e apoiar os solicitantes de proteção humanitária que chegaram ao estado a partir de 2014. De acordo com o documento, um *survey* realizado em 2014 na cidade identificou que 36% dos cidadãos de Hamburgo realizaram ações voluntárias em vários campos nos últimos 14 anos.

⁸² Todas as entrevistas transcritas em inglês e português são literais.

Destaca-se que estes dados não contam com a participação das pessoas em 2015 e 2016, biênio de maior influxo de refugiados e intensa mobilização voluntária para lhes prestarem suporte.

De forma a engajar ainda mais a população na causa do refúgio, seja ela os nativos ou pessoas com passado migratório, o Senado da cidade criou o “Fórum para ajuda aos refugiados” (*Forum Flüchtlingshilfe*), em que voluntários e especialistas se comunicam através de uma rede de diálogo, na qual informações são compartilhadas e dúvidas sobre os procedimentos e serviços aos refugiados são esclarecidas. Para fomentar especificamente o envolvimento de imigrantes no trabalho voluntário, o *BASFI* criou um projeto voltado às organizações formadas por imigrantes para provê-las com aconselhamento e treinamento sobre como fundar e desenhar um projeto, como e onde financiamentos governamentais e não-governamentais podem ser obtidos e aplicados, dentre outras ações. Existe também na cidade o *Hanseatic Help*, uma associação premiada e baseada puramente em ações voluntárias. Criada em 2015 também como resposta ao grande influxo de solicitantes de proteção humanitária que chegaram à cidade naquele ano, o objetivo do programa é distribuir doações às outras organizações e instituições humanitárias sem fins lucrativos, ajudando refugiados, pessoas em situação de rua e abrigos para mulheres e crianças em Hamburgo e outros estados federativos da Alemanha.

Em relação a subárea de ação 4 (*Sports*), algumas medidas têm sido realizadas para fomentar a participação de pessoas com passado migratório em atividades e práticas esportivas em Hamburgo. Dois objetivos estratégicos estão sendo desenvolvidos: a) “participação nos esportes” e b) “fortalecimento da coesão por meio do esporte”. No objetivo “a”, de forma a atrair a população com passado migratório da cidade à prática esportiva, o poder público local tem pensado em estratégias de ampliar a oferta de eventos e gêneros esportivos na cidade que sejam mais representativos de outros países e que fomentem a interatividade. Quando Hamburgo é comparado com outros estados federativos alemães, Strunk *et al* (2017) destacam que seus cidadãos estão mais envolvidos em atividades esportivas do que a média do país, no entanto, em *survey* conduzido nacionalmente pelo *Sports Development Report* (SDR, 2014), percebeu-se que pessoas com passado migratório estão menos associadas a clubes esportivos do que os nativos sem passado migratório. Além disso, nota-se que mulheres e pessoas em situação socioeconômica mais vulnerável praticam menos esportes do que outros grupos sociodemográficos. Para que a prática esportiva possa ser exercida por todos, Strunk *et al* (2017) destacam serem necessárias ações para que as associações esportivas sejam mais abertas a todas as pessoas, assim como deve-se fomentar a abertura de clubes por grupos de imigrantes.

No objetivo “b”, o documento destaca que o foco de ação é fazer com que as pessoas com passado migratório já associadas a clubes ou associações esportivas possam ser mais envolvidas em trabalhos voluntários e incluídas no *staff* local, ocupando papéis como instrutores, conselheiros, treinadores e juizes, com foco especial no desenvolvimento e participação de meninas e mulheres e pessoas solicitantes/reconhecidas de proteção humanitária com boas expectativas de permanecerem na Alemanha. Para este fim, algumas ações do poder público local, em parceria com as organizações esportivas, estão sendo desenvolvidas, como a disponibilização de serviços de consultoria às organizações associadas ao HSB (*Hamburger Sportbund* ou “Federação Esportiva de Hamburgo”) e disponibilização de informações em múltiplos idiomas pelas próprias associações e clubes esportivos em seus websites e locais de práticas esportivas.

Por fim, destaca-se a subárea de ação 5 (*Culture*). Embora Strunk et al (2017) entendam que a troca cultural seja fundamental para construir pontes entre os grupos de pessoas sem passado migratório e com passado migratório, e que Hamburgo é uma cidade repleta de museus, óperas, teatros e eventos culturais, a população com passado migratório segue sub-representada, seja como empreendedores ou usuários. De forma a ampliar e compartilhar experiências culturais entre os grupos, assim como ampliar a participação de pessoas com passado migratório nas artes, o poder público local, em parceria com instituições interessadas, tem realizado algumas medidas para este fim. Alguns museus, por exemplo, exibem a diversidade cultural de seus funcionários em suas próprias instalações ou projetam exposições sobre diversidade e as diferentes formas de interpretar a arte. A “Autoridade de Cultura e Mídia” (*Behörde für Kultur und Medien*) também mantém ações voltadas especificamente à população refugiada da cidade ao apoiar, acompanhar e promover a educação teatral e programas artísticos de diversas instituições culturais criadas por ela. Salienta-se também a parceria criada entre as fundações de Hamburgo, empreendedores e cidadãos para lançarem em 2016 o *Freiräume!*, um fundo voltado para fomentar projetos culturais e promover a participação e integração de refugiados nos distritos da cidade. Em 2017, este fundo foi ampliado com a participação do “Ministério da Cultura e Mídia” (*Behörde für Kultur und Medien*) e suplementado com recursos do “Fundo de Integração de Hamburgo” (*Hamburger Integrationsfonds*) (STRUNK ET AL, 2017).

Embora o poder público e as instituições da cidade de Hamburgo estejam atuando e ampliando as ações para aproximar as populações com e sem passado migratório, a partir das informações coletadas é possível observar que este segue sendo um grande desafio na cidade,

sobretudo para os refugiados, mesmo Hamburgo sendo visto como um dos estados/cidades mais abertos à diversidade da Alemanha, segundo os *stakeholders* entrevistados. Por ter sido fundada e desenvolvida a partir de um porto, Hamburgo historicamente é caracterizada por sua diversidade sociocultural, que reflete, inclusive, em suas leis e políticas. Atualmente, como apresentado em Strunk *et al* (2017), mais de um terço da população residente e mais da metade das pessoas com menos de 18 anos possuem um passado migratório.

Quando os *stakeholders* foram perguntados sobre a receptividade da sociedade de Hamburgo aos refugiados e como enxergavam essa recepção em relação ao restante da Alemanha, foi unânime a visão de que ela recebe positivamente esta população, tanto por seu caráter cosmopolita quanto por sua orientação política, e que o refugiado pode ser considerado “sortudo” por ter sido alocado à cidade. No entanto, em decorrência do acontecimento presenciado na virada do ano de 2015 para 2016 nas ruas da cidade de Colônia, na qual vários crimes (sobretudo de caráter sexual contra mulheres locais) foram cometidos por homens, identificados como majoritariamente imigrantes de origem árabe, a visão da população alemã sobre os refugiados mudou radicalmente e aqueceu ainda mais o debate político sobre o tema – já anteriormente arrefecido por uma discussão de que os refugiados estavam pressionando a economia do país e gerando desgastes na sociedade, sobretudo nas cidades pequenas que não possuíam infraestrutura para recebê-los. O evento de Colônia, além de ter modificado drasticamente a visão da população sobre os refugiados, culminou também em uma posição política mais rígida do governo alemão ao recebimento desta população. De uma *welcoming culture*, aos poucos o sentimento foi se modificando para rejeição.

Esta rejeição, embora entendida como sendo replicada pela menor parte da população de Hamburgo e ter sido mais intensa durante o biênio de 2016/2017, pode ser identificada no dia a dia dos refugiados. Todos os seis refugiados entrevistados disseram terem sofrido discriminação em algum momento vivendo em Hamburgo e os nove *stakeholders* confirmaram que casos de discriminação são comuns para refugiados de quaisquer nacionalidades em base diária. Casos de racismo, xenofobia, intolerância religiosa e étnica foram relatados como ocorrendo nas instituições de ensino, no *Job Center*, no mercado imobiliário, no transporte público e nas ruas da cidade. Essa discriminação foi mencionada como um dos grandes dificultadores para a integração dos refugiados à Hamburgo e à Alemanha como um todo. Um trecho da entrevista sobre a questão com uma refugiada síria é replicado abaixo.

[1] You told me that you felt discriminated sometimes in Germany... You think it was because of your religion, because you are from Syria... [2] All of this... *Leider*⁸³... [1] And where did that happen? [2] In the streets... [1] Has it never happened at the University? [2] *doch*⁸⁴.. but it... they... for example, my teacher, she discriminates me. But she doesn't show me this very clearly, yes...*sie versucht das mit schönen Worten zu sagen*⁸⁵, with very respect words... but she mean another thing and I am not stupid, I understand things. [1] Could you tell me what happened? [2] Yes... We had a problem with my (*inaudível*)... my practical... because my partner is not here more because she don't want to come anymore, and when I said "I can't do it alone because is very hard to me, is not my *Muttersprache*⁸⁶ language" and that I needed a partner, she said "no, it is not allowed because... *du darfst kein partner haben*⁸⁷. Then I said, "it is ok, so I will do it alone, but I need your help because it is not so easy to me" and she said "yes", but every time I was there with her to ask many questions... it is not so easy to understand the words, some words are not easy to understand when she speaks so fast... I can't understand this all. And then she tried to say to me I am not too good, I am very slowly and... this is a very bad situation, I cannot thinking, I can't do anything and I can't *auch*⁸⁸ much say anything to my teacher because when I say anything, she simple was say "go away, you can't do this" ... so... she knew that I would not success with this. So I had to just close my mouth and hear to her and... just say yes to everything... (JABBA, 25 anos).

A discriminação percebida pelos *stakeholders* e refugiados afeta, sem dúvidas, as relações entre eles e os nativos de maneira negativa, porém, ela sozinha não explica o certo distanciamento que existe entre os grupos. Conforme identificado, sobretudo na fala dos refugiados entrevistados, o modo do alemão agir é muito diferente da forma como os sírios, no geral, estão acostumados a se comportarem em termos de sociabilidade. Nenhum refugiado citou possuir amigos alemães por entenderem que eles não mostram interesse em criar laços ou se aproximarem afetivamente. Relações nas universidades e trabalhos ocorrem, mas dificilmente elas se expandem para fora dos campos formais de interação. Neste sentido, foi comum escutar dos refugiados que eles são mais próximos apenas de seus pares e, sobretudo, de seus familiares, corroborando os estudos apresentados anteriormente para a Alemanha como um todo. Dentre os elementos mencionados como melhores na Síria do que na Alemanha, um denominador comum dentre as respostas foi a maior proximidade dos amigos e a forma como os sírios são mais amigáveis, mais abertos a amizades.

⁸³ *Leider* = infelizmente.

⁸⁴ *Doch* é uma expressão que possui várias utilizações. Neste caso, indica algo como "claro", "com certeza".

⁸⁵ *sie versucht das mit schönen Worten zu sagen* = algo como: ela demonstra isso utilizando palavras bonitas.

⁸⁶ *Muttersprache* = Língua materna.

⁸⁷ *du darfst kein partner haben* = algo como: você não vai ter parceiro.

⁸⁸ *Auch* = também

Embora os refugiados se sintam por vezes deslocados na cidade e enclausurados dentro do seu próprio núcleo familiar ou com pessoas de sua origem, assim como tenham reportado discriminação em vários momentos, isso não significa que eles enxerguem os alemães como pessoas “ruins”. Muito pelo contrário, a forma como os nativos e instituições foram solidárias com eles e suas famílias foi um ponto bastante elogiado, assim como o fato de ser uma cidade muito aberta, na qual as pessoas podem expressar opinião de maneira livre e viverem suas vidas sem grandes restrições impostas pelo Estado. O problema não nasce exatamente de um sentimento negativo, ele reflete de maneira mais explícita uma incompatibilidade cultural, da maneira como se relacionam. Este elemento é negativo porque afeta o sentimento de pertencimento ao lugar e, portanto, o processo de integração como um todo. Apenas um dos seis refugiados falou efusivamente que se sentia feliz vivendo em Hamburgo e metade disse que gostaria de continuar vivendo na cidade, porém, sob outro cenário, com familiares e amigos mais próximos. No entanto, todos pontuaram a solidão como algo negativo.

Uma das falas mais interessantes do ponto de vista da integração foi dita pelo refugiado Maher, quando perguntado sobre as vantagens e desvantagens de se viver na Alemanha em relação à Síria, e que refletem bem os conflitos culturais existentes. Ele mencionou que uma das desvantagens de se viver em Hamburgo era que o estilo de vida no qual ele estava se habituando o fazia se distanciar de suas raízes, o que, em suas próprias palavras, era prejudicial para sua integração. Um dos trechos interessantes de sua fala segue replicado a seguir.

[1] What are the advantages and disadvantages of living here and there (*na Síria*)? [2] The advantages are, of course, you learn a language, a new culture, you develop your personality and you extend... I would say... your mind. It enables your mind to be more open. And... you don't... yes... you develop your personality. And the disadvantages are that sometimes could be like... in my case is sometimes like... that I stay too far away from my Syrian... characteristics... I mean... I have... my German personality is getting more strong and this is something that I can feel when I am by Syrian people. So, this is... I considered that as a disadvantage because for me integration is try to make things together. And another disadvantage is... maybe... adapting to some bad things here that you don't want to. Not bad things, but living... or liking to be individual, like... since my brother is living with me, I feel like... I want to stay alone and this is something that I would never do before. I was always in groups, sleeping by friends... so... getting adapted to things I did not like. I think that's it. (MAHER, 23 anos).

Dois pontos da integração sociocultural são ainda importantes de serem destacados para a compreensão do cenário parcial em Hamburgo. O primeiro, segundo os *stakeholders* entrevistados, é que fatores sociais e características demográficas são muito importantes para a

integração local, isto é, nível educacional, nacionalidade, idade, gênero, cor, religião, status marital e número de filhos, são elementos que podem afetar significativamente a forma como as pessoas se relacionam e são tratadas na sociedade, afetando não apenas sua integração sociocultural, mas também ao sistema educacional, habitacional e ao mercado de trabalho.

A primeira variável demográfica que parece ser determinante para a integração local em todas as esferas é o nível educacional do refugiado. De acordo com os *stakeholders*, o nível educacional não é determinante apenas para o desenvolvimento do alemão, mas torna todo o procedimento de integração mais fácil, uma vez que o refugiado consegue compreender com mais facilidade os procedimentos para o reconhecimento de seu status de proteção e é mais procurado pelo mercado de trabalho. Outro fator determinante é a idade. Quanto mais jovem o refugiado chega ao país, melhor para sua integração. Primeiramente porque a idade também influencia na capacidade de aprendizagem de alemão, mas também porque ele frequenta as escolas locais, um ambiente propício para a criação de laços de amizade; está menos enraizado com a cultura da origem (teoricamente), tornando-se mais fácil sua adaptação à cultural local; e geralmente é mais bem educado em termos de escolaridade. O fator nacionalidade está relacionado a outras duas variáveis: cor e nível educacional. Os sírios, iranianos e afegãos, por exemplo, são grupos de nacionais com escolaridade mais alta, na média, do que refugiados somali e eritreus. Esta diferença sobressaiu no início da chegada dos refugiados em 2014, que eram mais selecionados do que aqueles que chegaram ao país em 2015. Embora esta distinção educacional seja menos predominante atualmente, a nacionalidade ainda é determinante para diferenciar o tom de pele dos refugiados: ser negro é um fator visto pelos *stakeholders* como um elemento a mais como dificultador da integração local, seja ela social, educacional ou ao mercado de trabalho. Neste sentido, é unânime que os sírios, por serem majoritariamente considerados caucasianos, estão em vantagem em relação a várias outras nacionalidades.

Destaca-se que além da cor e escolaridade, a nacionalidade determina também o sentimento de solidariedade local. A mídia cobriu com bastante ênfase a crise na Síria e, portanto, este grupo recebeu mais suporte da população, enquanto afegãos, iranianos, somalis, dentre outros, estavam praticamente escondidos. Este fator foi determinante para facilitar a integração do refugiado sírio desde o início, segundo os *stakeholders*, sobretudo do ponto de vista legal: quase todos eram reconhecidos sob o status de refugiado de acordo com a Convenção de 1951 e seu procedimento ocorria de forma mais célere, enquanto outros recebiam o status de proteção subsidiária e precisavam esperar mais tempo para terem seu processo

concluído. A diferença nos status é fundamental para a integração local. Aquele reconhecido como refugiado recebe três anos de permissão de residência, podendo ser estendido caso a situação no país de origem não se estabilize, enquanto aquele reconhecido sob o status de proteção subsidiária recebe um ano de permissão de residência e pode ter esse período estendido por mais dois anos, caso ele não possa voltar para casa (UNHCR, 2021a).

A principal diferença entre ambos os tipos de proteção, no entanto, é referente ao direito de reunião familiar, tão fundamental para a integração local do refugiado. Sob o status de refugiado, além da solicitação de reunião familiar poder ser realizada imediatamente após o reconhecimento, os critérios para trazer o membro da família são mais abrangentes do que os critérios de elegibilidade para aquele sob o status de proteção subsidiária, isto é, é mais fácil trazê-los à Alemanha sendo um refugiado do que pertencendo a outras categorias de proteção (as diferenças de critérios seguem destrinchadas no Quadro 34). Além disso, conforme destacado por um dos *stakeholders*, o indivíduo reconhecido sob o status de proteção subsidiária só poderá solicitar reunião familiar após dois anos vivendo no país.

QUADRO 34 - CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE PARA REUNIÃO FAMILIAR NA ALEMANHA, SEGUNDO STATUS DE PROTEÇÃO HUMANITÁRIA

Refugiado sob a Convenção de 1951	Proteção Subsidiária
Pode solicitar reunião familiar imediatamente após ser reconhecido como refugiado;	Pode solicitar reunião familiar após dois anos sob o status de proteção humanitária;
São membros da família:	São membros da família:
- Cônjuge: esposa, marido ou parceiro do mesmo sexo (em algumas circunstâncias). As restrições se aplicam a filhos casados (menores de 18 anos) e casamentos envolvendo mais de um marido ou esposa. - Filhos: filhos não casados (menores de 18 anos). Se a criança não for filho biológico, é preciso mostrar que adotou legalmente a criança e que a adoção não ocorreu para fins de reunificação familiar. - Pais: somente se você for uma criança (com menos de 18 anos). - Todos os outros membros da família, tais como irmãos, filhos adultos ou avós só poderão se juntar em casos excepcionais, por exemplo, em casos de dependência devido a deficiências ou doenças graves, e onde nenhuma outra pessoa possa sustentar essa pessoa em outro país.	- cônjuge, filhos não casados (menores de 18 anos) e pais (se o requerente for um filho menor de 18 anos). Os membros da família devem se qualificar para a "categoria de caso humanitário". Isto significa: - o requerente esteve separado por um longo tempo, ou um membro da família é uma criança (com menos de 18 anos), ou a vida, integridade física ou liberdade ds familiares fora da Alemanha estão em perigo, ou um membro de sua família é afetado por uma doença grave, deficiência ou está necessitado ou em necessidade de cuidados permanentes. As autoridades alemãs também considerarão a facilidade com que a família se integrará à comunidade na Alemanha; Um máximo de 1.000 vistos são emitidos a cada mês para membros da família de indivíduos na Alemanha com proteção subsidiária.

Fonte: UNHCR (2021a) e entrevistas com *stakeholders*.

Importante destacar, no entanto, que após o evento na cidade de Colônia, ser solicitante de nacionalidade síria não se tornou um determinante para o reconhecimento como refugiado. Desde então, foi destacado durante as entrevistas com os *stakeholders* que raramente algum solicitante recebe o status de refugiado, independentemente da origem. Além disso, como a rota dos balcãs foi fechada a partir de 2016, o número de solicitantes de proteção humanitária da Síria diminuiu consideravelmente no país e em Hamburgo. Segundo foi mencionado, desde então, a maior parte dos sírios que continuam entrando no país o fazem por meio dos programas de reassentamento ou por meio da reunião familiar.

Gênero e religião são também duas variáveis importantes para a integração, segundo apontado pelos entrevistados. Enquanto ser homem é um ponto visto como positivo para a integração ao mercado de trabalho, do ponto de vista social, é um aspecto negativo. Esta questão está fortemente ligada ao país de origem e à religião. Homens árabes, com barba e muçulmanos, são por vezes automaticamente percebidos como perigosos ou extremistas e, portanto, são mais rejeitados pela população e alvos de constante vigilância pelas autoridades policiais locais. Neste sentido, do ponto de vista da aceitação social, ser mulher e, sobretudo, ser mulher e cristã, são considerados elementos facilitadores para a integração.

Por fim, status marital e número de filhos também são variáveis que afetam a integração sociocultural e geral dos indivíduos. De acordo com os *stakeholders*, ser solteiro e não possuir filhos é visto como vantagem. O primeiro porque o indivíduo solteiro tende a procurar mais contato com a sociedade e se engajar mais em atividades de lazer e de sociabilidade do que o casado. Não possuir filhos também interfere positivamente nesses dois aspectos, além de favorecer financeiramente e educacionalmente o refugiado. Educacionalmente porque ele possui mais tempo para se qualificar e é mais propício a aceitar viver recebendo o benefício de seguro-desemprego por períodos mais longos, que, embora não seja expressivo, pode ser entendido como suficiente para alguém sem família se sustentar. Neste sentido, o refugiado se qualifica enquanto recebe o suporte financeiro e não precisa se preocupar em procurar trabalho.

Diante as diversas falas dos *stakeholders*, pode-se definir que o perfil de refugiados aparentemente mais próspero à integração sociocultural é aquele no qual o indivíduo é jovem, mulher, cristão, com alto nível educacional, branco, sírio, solteiro e sem filhos. Para o mercado

de trabalho, as informações indicam que o homem tem mais vantagens em relação à mulher, no entanto, as demais variáveis são as mesmas.

Outro ponto a ser destacado é a existência da dicotomia na relação “no árabe com árabe”⁸⁹, sobretudo entre os sírios. Ao mesmo tempo em que as redes de imigrantes históricos foram pontuadas como importantes para a integração local dos refugiados, sobretudo em termos de mercado de trabalho e apoio institucional, por outro lado, elas por vezes serviram para explorar sua situação de desespero ou não fazem diferença na vida de outras famílias e indivíduos. Durante a conversa com os *stakeholders*, notou-se como essas relações com as redes são mais complexas quando ela é formada por pessoas árabes, enquanto as redes formadas por africanos são mais consolidadas e marcadas por relações de proximidade e solidariedade.

Durante as entrevistas, menções foram feitas sobre como os imigrantes árabes antigos sentem “inveja” dos novos. Em decorrência de uma realidade política local e nacional muito mais favorável atualmente, as gerações antigas, que enfrentaram todos os desafios da transição entre os países basicamente sem nenhuma ajuda, veem os recém-chegados como privilegiados. De alguma maneira, esta diferença no tratamento entre as gerações de migrantes do ponto de vista institucional cria um sentimento de rivalidade, e muitos dos antigos deixam de ajudar ou acabam destratando os novos, podendo refletir em atitudes negativas como exploração de mão-de-obra no mercado de trabalho informal e tentativas de enganá-los em outros setores, como na habitação. Um exemplo desta situação é destacado no trecho abaixo.

There are people that tell them if they pay 3.000 euros, they will find a perfect apartment to the whole family. So one guy takes the family and shows them the apartment from the outside, saying that he forgot the key to show it inside, but that it is empty. The family sign some papers and give him the money. Afterwards, the guy vanishes. The family, obviously, get embarrassed, they don't know if they should look for the police... it's a very bad situation. And these people are Arabs, Arab people that they meet on the internet. (*Stakeholder 9, social worker* do governo de Hamburgo).

Além dessa relação dicotômica com os árabes históricos da cidade, existem também relações conturbadas dentro do próprio grupo de recém-chegados. Durante as entrevistas, foi relatado que discriminação por cor e região de origem eram comuns. Segundo fala de um *stakeholder*, apenas pela cor do refugiado sírio ou por meio do dialeto que ele falava, era

⁸⁹ A expressão “no árabe com árabe” foi utilizada por um dos refugiados sírios entrevistados em São Paulo para definir a relação entre pessoas de origem árabe. Mais detalhes são apresentados no capítulo 4.

possível notar distanciamento de outros compatriotas, sejam por motivos de discriminação racial ou por questões mais profundas, como rivalidade religiosa ou territorial/política. De forma geral, o *stakeholder* observou que a rede formada pelos próprios solicitantes e refugiados sírios era menos coesa e solidária do que a rede formada por somalis ou eritreus. Os sírios, na média, não pareciam muito próximos entre si e poucas amizades de fato eram firmadas entre eles. Um trecho sobre a questão é replicado abaixo.

[2] (...) And I notice also, for example, Syrians were not a community when they arrived. You have one that is from this town, other that comes from the other town, and this is interesting. They usually built relationship within their peers from the same city, doesn't matter the religion or even political vision, but they did not build a community. They didn't mix with other groups of Syrians, as the Eritrean refugees, who prayed together, did things together, who were a very strong and united community, who helped each other all the time. Syrians are not always like that. I have the impression that the most part of the time they feel isolated. [1] Even within themselves? [2] It depends...it is not as if they have no friends, they have a lot of difficulties to meet german people that they consider friends... that is a general problem, actually (...) they know Syrian people, of course, maybe they share a room at the shelter, so they became friends. But is not like they are a united community that helps each other. I think they are relatively isolated compared to other groups or other nationalities. (*Stakeholder 9, social worker do governo de Hamburgo*).

Do ponto de vista da integração, este é um aspecto muito negativo. Se foi identificado que os refugiados sírios já não fazem muitos contatos com os alemães, o pouco contato com seus pares pode fazer com que os indivíduos dependam quase que exclusivamente de suas famílias para manterem uma rede de contato social. Como os refugiados mais recentes estão sendo reconhecidos por meio de proteção subsidiária e não mais sob a Convenção de 1951, implicando em um período de espera de aproximadamente dois anos, no mínimo, para se juntarem a seus familiares, o sentimento de solidão pode ser intenso e prejudicar de maneira significativa sua integração local. Neste sentido, foi mencionado durante as entrevistas que os refugiados sírios estão tentando voltar para o seu país ou saírem da Alemanha, uma vez que estas podem ser as únicas oportunidades para se juntarem a seus familiares novamente.

6.2 Conclusões

As informações apresentadas neste capítulo mostraram que a aplicação do Modelo de Integração de Refugiados, ainda que de maneira muito incipiente - contando basicamente apenas com sua lógica de organização e alguns poucos dados coletados em campo – permitiu a identificação de um cenário interessante sobre o processo de integração dos refugiados sírios

em Hamburgo, sobretudo em como os campos de integração se relacionam entre si. Entende-se que para resultados mais robustos o modelo deve ser aplicado em sua totalidade, utilizando-se dos indicadores contextualizados para a realidade alemã e sobretudo por meio da aplicação de *surveys* e realização de entrevistas com um número maior de participantes.

Dentro do que foi possível - observando-se as limitações da pesquisa realizada na cidade de Hamburgo e explicitadas no capítulo 2 - este capítulo mostrou que, do ponto de vista da integração institucional, o estado de Hamburgo tem atuado de maneira incisiva em diversas áreas. Sempre buscando atuar com parcerias, o poder público local tem investido muito dinheiro para que o refugiado possa se adaptar à realidade da cidade, assim como tem atuado para abrir suas instituições e torná-las mais receptivas e diversas, refletindo a multiculturalidade histórica local. Várias medidas do ponto de vista do mercado de trabalho, educação, saúde e habitação estão sendo aplicadas e aprimoradas, de forma a fazer com que o refugiado possa se integrar de maneira mais rápida e harmoniosa à sociedade. Cursos de idiomas são ofertados em abundância, sejam para crianças, adolescentes ou adultos; classes preparatórias para as escolas são direcionadas aos menores de 16 anos que ainda estão em idade escolar; habitações são providas para as famílias e indivíduos; suporte financeiro é previsto a todos; instituições estão sendo criadas e profissionais contratados para darem suporte exclusivo aos refugiados, seja com aconselhamento, tradução de documentos, ou mesmo acompanhamento psicológico; enfim, o refugiado em Hamburgo encontra todo um sistema que o ampara e o prepara para sua nova vida.

Isto não significa, no entanto, que não existam desafios a serem superados e que não tenha havido erros ou existam problemas na forma como os procedimentos foram conduzidos, sobretudo após 2015, em que muito imprevisto foi necessário. A falta de critérios na hora de distribuir a população nas moradias secundárias foram responsáveis por gerarem conflitos importantes entre grupos rivais de refugiados; o isolamento dos CRIs e das habitações iniciais enclausurou o grupo entre seus pares e o distanciou dos nativos; a demora na validação de diplomas e reconhecimento de habilidades por vezes colocam os indivíduos em empregos subqualificados; os sistemas de saúde ainda carecem de atendimento intercultural; enfim, há muito ainda o que ser feito na cidade para que o refugiado possa se integrar localmente. No entanto, a proatividade do estado, das entidades e pessoas envolvidas nesse processo de integração institucional, além da forma como as ações são planejadas e executadas em conjunto, merecem destaque. Não por menos, Hamburgo é vista como uma cidade-modelo no

recebimento desta população e os *stakeholders* veem os refugiados que lá residem como “sortudos”, sobretudo quando comparados à realidade em outros estados e cidades alemães.

Por outro lado, do ponto de vista da integração sociocultural, embora o poder público e as instituições alemãs também estejam desenvolvendo ações para aproximar a população nativa da população refugiada, os dados têm indicado que os grupos são ainda muito distantes em termos de relações sociais e culturais. Mesmo Hamburgo sendo considerada uma cidade aberta à diversidade e na qual a visão sobre os refugiados ainda possa ser considerada mais como positiva do que negativa, a percepção é a de que os recém-chegados se sentem muito sozinhos, principalmente quando não estão com familiares por perto. Além de uma distância cultural na forma de sociabilização e na maneira de se relacionar, que resulta em dificuldades de se criarem laços entre os grupos, tanto os *stakeholders* quanto os refugiados sírios entrevistados apontaram que a discriminação é parte do dia a dia desta população e ocorre em quaisquer esferas da sociedade, sejam nas escolas, universidades, na saúde, mercado de trabalho ou imobiliário, e mesmo nas ruas.

Um elemento importante que também tem dificultado a integração sociocultural e, por consequência, tem afetado negativamente também a integração institucional, são as barreiras impostas pela legislação nacional para a entrada de familiares por meio do procedimento de reunião familiar. Desde as mudanças ocorridas em 2016, tidas como decorrentes dos crimes ocorridos na cidade de Colônia na virada do ano entre 2015 e 2016, os solicitantes de proteção humanitária estão sendo reconhecidos sob o status de proteção subsidiária e não mais como refugiados, assim, os direitos de reunião familiar foram reduzidos e o tempo de espera ampliado. Este fator, aliado à dificuldade em se relacionar com os alemães e dado o relacionamento por vezes conturbado entre os próprios refugiados (em especial os sírios), fazem com que muitos deles se sintam sozinhos e, ao mesmo tempo, preocupados com seus familiares nos países de origem. Como consequência, sentimentos de solidão, depressão, desmotivação e até mesmo desejo de se mudar para outro país estão sendo identificados entre a população refugiada.

Fazendo um paralelo simples com o que foi apresentado em São Paulo nos capítulos anteriores do ponto de vista institucional e sociocultural, e mantendo-se todas as ressalvas de diferenças de contextos entre as duas cidades, um cenário aparentemente propício para a integração dos sírios é a combinação da proatividade e organização do poder público e das instituições alemãs com sociabilidade e receptividade dos brasileiros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Elaborar e aplicar um modelo analítico para se estudar o processo de integração de refugiados no destino é complexo e laborioso. Definir o que é integração e delimitá-lo, desenhar os contornos do processo, abarcando todos os possíveis campos e suas variáveis determinantes, selecionar os indicadores mais propícios, estudar profundamente cada campo e compreender como podem se relacionar, depender de bases de dados robustas, dentre outros elementos, fazem da proposta um grande desafio, sobretudo para uma Tese de doutorado. Para o seu desenvolvimento e testagem, portanto, esta Tese se baseou em intensa revisão de literatura sobre o tema e utilizou como população de estudo os refugiados sírios que vivem na cidade de São Paulo. Embora não se tenham bases de dados capazes de apresentar o cenário real desses refugiados no país e em São Paulo, este estudo se baseou em coletas de dados primários e em outros estudos já realizados sobre esta população no Brasil e na capital paulista, sendo guiado por meio do uso de alguns indicadores de integração de imigrantes e refugiados selecionados da literatura internacional.

De um modo geral, o modelo aplicado, embora não possa ser entendido como definitivo, pelo contrário, deve ser continuamente problematizado e enriquecido ao longo dos próximos trabalhos e anos, mostrou-se um instrumento de grande valia para analisar o processo de integração dos refugiados sírios na cidade de São Paulo. A forma como foi pensado e estruturado permitiu que o processo de integração pudesse ser tratado de maneira holística, identificando as relações entre os campos de integração e ao mesmo tempo suas particularidades. Aliado aos demais métodos utilizados, entende-se que os resultados alcançados foram satisfatórios, apresentando-se como um caminho promissor para se estudar a vida dos refugiados no país, sejam eles de nacionalidade síria ou outra qualquer, e estejam localizados em São Paulo ou alhures. Entende-se que o grande desafio encontrado neste trabalho para a entrega de resultados mais robustos não está no modelo ou na metodologia aplicada, mas sim na falta de dados. Desta forma, para pesquisas de maior alcance, orçamento e equipe, que sejam capazes de ampliar a coleta de informações, entende-se que o caminho traçado nesta Tese poderá prover grandes avanços no conhecimento sobre a vida dos refugiados no Brasil.

Também se entende que, por meio do modelo, por conta da forma como é estruturado e por permitir que o conteúdo de suas ferramentas analíticas possa ser adaptado a cada contexto

sem que se modifique sua estrutura, como as entrevistas, *surveys* e indicadores, outros grupos de refugiados em outros lugares do mundo também possam ter o seu processo de integração analisados e compreendidos. Para ilustrar sua aplicação em outros contextos, utilizou-se como abordagem inicial o caso dos refugiados sírios em Hamburgo (Alemanha). Ainda que bastante preliminar, percebeu-se que é possível, por meio dos dados adequados, aplicar o modelo da mesma forma como ocorreu em São Paulo. Para que funcione, as únicas exigências são que os indicadores sejam contextualizados para o contexto no qual o modelo está sendo aplicado.

Em relação aos refugiados sírios em São Paulo, população estudada aplicando-se o modelo de forma mais abrangente, esta Tese identificou, com todas as limitações já mencionadas e reforçadas, que o Brasil é um país muito aberto ao refugiado em termos de conceder-lhes direitos, seja de acesso ao mercado de trabalho, à educação, saúde, habitação, ou para se expressar em termos culturais, étnicos, religiosos ou mesmo políticos. Resumidamente, com algumas poucas exceções, os refugiados estão no mesmo patamar de direitos que os brasileiros em todas as esferas da sociedade. Do ponto de vista da integração, este é um elemento fundamental. No entanto, não há no país uma política pública ampla ou um plano de ações para integrar esta população aos setores da sociedade, apenas medidas pontuais, como o Operação Acolhida para os imigrantes e refugiados venezuelanos, ficando a cargo dos estados e municípios elaborarem suas próprias estratégias e diretrizes de ações para este fim.

Neste sentido, a cidade de São Paulo se mostrou um *outlier* no Brasil. O município compõe os 1% de cidades brasileiras que possuem programas e ações direcionadas à sua população imigrante, incluindo-se os refugiados. No entanto, embora várias boas práticas tenham sido realizadas em diversos setores da sociedade pelo poder público municipal nos últimos anos para esta população, elas são muito recentes, tendo sido elaboradas majoritariamente a partir de 2016. Neste sentido, os refugiados sírios, que chegaram em sua grande maioria entre 2014 e 2015 ao país e à cidade (cerca de 75%), dependeram basicamente de ações de suporte provenientes das instituições não-governamentais e da própria população local para sobreviver durante seu período de vida inicial no destino, aquele no qual há maior necessidade de suporte. Além disso, mesmo após 2016, o município carecia de um plano estruturado de ações, que foi apresentado apenas ao final de 2020 com foco de atuação para o quadriênio 2021-2024, o 1º Plano Municipal de Políticas para Imigrantes. Destaca-se ainda que este plano é voltado para a população imigrante como um todo no município, não havendo

ações específicas à população refugiada. Aos olhos do poder público de São Paulo, imigrantes e refugiados são tratados como pertencentes a uma mesma categoria.

A falta de suporte inicial e da ausência de um plano de ações impactaram negativamente e de maneira significativa a integração dos refugiados sírios em São Paulo, sobretudo do ponto de vista institucional. Grandes dificuldades nos subcampos Emprego, Educação, Saúde e Habitação foram relatados, sendo mais graves nos primeiros meses e anos na cidade, mas que seguem ainda distantes do ideal. Por sua vez, do ponto de vista da integração sociocultural, embora várias questões ligadas a divergências culturais entre origem e destino tenham sido identificadas, assim como uma relativa falta de sentimento de segurança em morar em São Paulo, casos de discriminação tenham sido reportados, conflitos importantes dentro da própria comunidade árabe/síria tenham sido percebidos, e o conhecimento do português seja bastante precário, a integração neste campo parece estar ocorrendo para a população refugiada síria. O principal motivo aparente para que todas as barreiras à integração sociocultural não impeçam completamente sua integração é a excelente relação entre sírios e brasileiros, com o refugiado enxergando o nativo como alguém muito tolerante e amigável de uma forma geral, que respeita as particularidades do grupo e ao mesmo tempo é muito solidário. Neste sentido, o refugiado consegue criar laços de proximidade com os brasileiros, ao mesmo tempo que conserva parte importante de sua identidade cultural, ambos fundamentais para o conceito de integração sociocultural adotado nesta Tese. Ao mesmo tempo, mesmo conflituosa, a relação entre os próprios pares também existe, assim, entende-se que os refugiados sírios estão conectados tanto com os nacionais quanto com seu próprio grupo.

A partir desta pesquisa, ficou muito claro como os campos e subcampos de integração podem se influenciar fortemente e, portanto, estudos que pretendem trabalhar com a integração dos refugiados no destino devem se atentar para suas relações. O tempo dispendido demasiadamente no trabalho afeta negativamente a possibilidade dos refugiados sírios continuarem estudando, assim como afeta também sua sociabilidade. Os baixos salários e a dificuldade de recolocação no mercado de trabalho afetam as condições de habitação da população e sua satisfação com a vida no destino. As dificuldades com o idioma interferem no mercado de trabalho, na saúde, educação e socialização. As redes sociais podem influenciar na habitação (muitos sírios encontraram moradias graças a sua relação com os brasileiros), em maior contato com a cultura e regras do destino, assim como nas oportunidades no mercado de trabalho. Enfim, para se analisar a integração dos refugiados em cada subcampo, apresenta-se

necessário observar holisticamente todo o cenário envolto ao refugiado. A integração em um determinado setor dificilmente ocorrerá de maneira completamente independente de outro.

Salienta-se também que as variáveis sociodemográficas dos indivíduos e famílias parecem afetar de maneira significativa a integração institucional e sociocultural dos refugiados em seu destino. No caso dos refugiados sírios em São Paulo, fatores como idade, sexo, escolaridade, composição familiar, raça e religião parecem influenciar a integração dessas pessoas na sociedade. Baseando-se mais em dados qualitativos do que quantitativos, sobretudo a partir das observações feitas pelos *stakeholders* entrevistados, ser mais jovem, altamente escolarizado, branco, solteiro e sem filhos, homem e cristão, parecem ser características que facilitam a integração na maior parte das áreas, sobretudo ao mercado de trabalho. Essas características parecem facilitar também a integração de refugiados em outros lugares do mundo, como foi observado para o caso da cidade de Hamburgo por meio das falas dos *stakeholders* locais. Estas variáveis, ainda que consideradas como importantes para facilitarem a integração local, não a determinam. Assim, embora entenda-se que o refugiado sírio seja uma nacionalidade de refugiados cuja população se enquadra em muitas das características mencionadas, e que, portanto, tem um processo de integração que é mais favorável do que refugiados de outras nacionalidades, isso não indica que por isso ele seja fácil e linear. Conforme apresentado, os refugiados sírios encontram muitas dificuldades para se integrar a São Paulo, sobretudo do ponto de vista da integração institucional.

Neste sentido, destaca-se novamente a importância de se pensar a integração como um processo determinado tanto pelas características individuais dos refugiados quanto por elementos estruturais da sociedade. Embora as variáveis sociodemográficas tenham um papel fundamental, outras variáveis são também muito importantes para que a integração possa de fato ocorrer. Durante esta Tese, mostrou-se que a integração do refugiado sírio é bloqueada principalmente por variáveis de ordem estrutural, decorrentes tanto da falta de políticas e suportes voltados ao grupo, isto é, pela falta de assistências, quanto pela situação macroeconômica e social do país. Apesar de demonstrarem vontade em se integrar e se encaixarem no perfil de algumas variáveis individuais consideradas como facilitadoras da integração, são também constrangidos pelas crises sociais, políticas e econômicas locais. Ao mesmo tempo, não são amparados de forma suficiente e sofrem com a falta de suporte financeiro, apoio educacional - principalmente em relação ao aprendizado de português - e à moradia, as principais demandas identificadas durante a produção desta Tese.

Ainda que algumas organizações não-governamentais tenham procurado apoiar esta população na ausência do estado, seu alcance e recursos são limitados, desta forma, identificou-se neste estudo e em outros já realizados que os refugiados sírios agradecem mais aos apoios recebidos por indivíduos, sobretudo dos brasileiros, do que por meio de qualquer instituição. No geral, embora perceba-se dentro desta população um sentimento de gratidão ao país por ter-lhes recebido em um momento no qual as fronteiras internacionais em outras nações estavam se fechando, há um sentimento de abandono do governo uma vez que eles chegam ao país. Conforme destacado por um refugiado entrevistado neste trabalho, muito influente dentro da comunidade síria e refugiada de São Paulo, “o Brasil recebe os refugiados, mas não os acolhe”.

Quando o Brasil é colocado vis-à-vis com outros países do mundo, sobretudo em relação aos seis brevemente analisados nesta Tese, ou quando São Paulo é observado com um olhar mais crítico por meio do exemplo de Hamburgo, é possível situá-los em um meio termo. Com todas as ressalvas necessárias por se tratar de contextos muito diferentes, percebe-se que, do ponto de vista institucional, embora seja mais aberto em termos de legislação do que qualquer outro exemplo apresentado nesta Tese, os refugiados se encontram em condições mais favoráveis do que os países asiáticos e o Egito, e em condições muito menos favoráveis, na média, do que nos demais, sobretudo se comparados com Hamburgo, no qual possuem diversos programas de suporte e no qual o governo, em parcerias com as demais esferas da sociedade - inclusive com muito apoio do setor privado - é bastante atuante em sua vida. Por outro lado, do ponto de vista sociocultural, sobretudo em termos das relações criadas localmente, São Paulo parece o melhor lugar dentre os analisados, um mérito muito maior para os próprios refugiados e brasileiros enquanto indivíduos, do que por medidas de quaisquer instituições locais.

Finalmente, espera-se que por meio do 1º Plano Municipal de Políticas para Imigrantes, refugiados e imigrantes que chegarem a São Paulo nos próximos anos possam contar com um apoio mais próximo das instituições públicas do que os refugiados sírios puderam contar quando chegaram à cidade, permitindo que consigam se integrar aos diversos setores da sociedade paulistana. Entende-se que muitas das ações previstas no Plano vão de encontro com o que os refugiados necessitam, ainda que alguns pontos primordiais tenham ficado de fora, principalmente a provisão de suporte financeiro e habitação para que possam viver na cidade durante seu período de adaptação inicial. Seria interessante também, tomando como exemplo a cidade de Hamburgo, que o governo municipal procurasse agir de maneira mais próxima ao setor privado. Foram identificadas poucas ações neste sentido em São Paulo e, de acordo com

a experiência observada na Alemanha, essa parceria é fundamental e beneficia todas as partes: os refugiados, estado e empresas envolvidas.

REFERÊNCIAS

3RP (Regional Refugee & Resilience). (2019). *3RP Country Chapter 2019/2020, Egypt*. Disponível em <https://reliefweb.int/report/egypt/3rp-country-chapter-20192020-egypt-3rp-regional-refugee-resilience-plan-response-syria>. Acesso em 06 mai. 2021.

_____. (2021). *Turkey Country Chapter 2021-2022*. Disponível em <https://reliefweb.int/report/turkey/regional-refugee-and-resilience-plan-3rp-turkey-country-chapter-2021-2022-entr>. Acesso em 05 mai. 2021.

ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados). (1951). *Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados*. Disponível em https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf. Acesso em 12 jan. 2021.

_____. (1967). *Protocolo de 1967 Relativo ao Estatuto dos Refugiados*. Disponível em https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Protocolo_de_1967_Relativo_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf. Acesso em 12 jan. 2021.

_____. (2014). *Cartilha para Refugiados no Brasil*. Disponível em <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Cartilha-para-Refugiados-no-Brasil_ACNUR-2014.pdf>. Acesso em 24 nov. de 2020.

_____. (2016). “Refugiados” e “Migrantes”: perguntas frequentes. Disponível em <<https://www.acnur.org/portugues/2016/03/22/refugiados-e-migrantes-perguntas-frequentes/>>. Acesso em 26 jan. 2021.

_____. (2018). *Lei que isenta refugiados de taxas para revalidar diplomas é sancionada em São Paulo*. <https://www.acnur.org/portugues/2018/03/21/lei-que-isenta-refugiados-de-taxas-para-revalidar-diplomas-e-sancionada-em-sao-paulo>. Acesso em 13 set. 2021.

_____. (2019c). *Conheça o CIC do Imigrante (São Paulo)*. Disponível em <<https://help.unhcr.org/brazil/2019/08/01/conheca-o-cic-do-imigrante-sao-paulo/>>. Acesso em 13 set. 2021.

_____. (2021). *Perguntas Frequentes sobre Solicitação a de Refúgio*. Disponível em <<https://help.unhcr.org/brazil/asylum-claim/perguntas-frequentes/>>. Acesso em 15 set. 2021.

ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados) e CSVN (Cátedra Sérgio Vieira de Mello). (2019a). *Perfil Socioeconômico dos Refugiados no Brasil: subsídios para a elaboração de políticas*. Disponível em <<https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/05/Perfil-Socioeconomico-dos-Refugiados-no-Brasil-2019.pdf>>. Acesso em 13 set. 2021.

content/uploads/2019/07/Pesquisa-Perfil-Socioecon%C3%B4mico-Refugiados-ACNUR.pdf>. Acesso em 13 set. 2021.

ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados) e CSVM (Cátedra Sérgio Vieira de Mello). (2019b). *Perfil Socioeconômico dos Refugiados no Brasil: subsídios para a elaboração de políticas*. Volume II. Disponível em < <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/06/VOL.-II-PERFIL-SOCIOECONOMICO-DOS-REFUGIADOS-final.pdf>>. Acesso em 13 set. 2021.

ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados) e MJSP (Ministério da Justiça e Segurança Pública). (2019). *Projeto de cooperação para análise das decisões de refúgio no Brasil*. Disponível em <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/07/Projeto-ACNUR-Conare_VFINAL.pdf>. Acesso em 20 ago. 2020.

ADAMS, W. (2015). *Conducting Semi-Structured Interviews*. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/301738442_Conducting_Semi-Structured_Interviews>. Acesso em 20 ago. 2020.

ADIDA, C. L; LO, A; PLATAS, M. R. (2019). “Americans preferred Syrian refugees who are female, English-speaking, and Christian on the eve of Donald Trump’s election”. *PloS one*, 14(10), e0222504.

AGER, A. & A. STRANG. (2004). “Indicators of Integration: final report”. *Home Office Development and Practice Report*. Queen Margaret University College, Edinburgh, Scotland.

_____. (2008). “Understanding Integration: A conceptual framework”. In: *Journal of Refugee Studies*, vol. 21, no. 2 (April), pp.166-191.

AGRAWAL, P; VENKATESH, A. K. (2016). „Refugee resettlement patterns and state-level health care insurance access in the United States”. *American journal of public health*, 106(4), 662-663.

AGUIAR, B, S; NEVES, H; LIRA, M, M, T, A. (2015). *Alguns aspectos da saúde de imigrantes e refugiados recentes no município de São Paulo*. Boletim CEInfo, n. 13.

AHLERT, M. (2018). “Constitucionalização dos direitos privados e o acesso à moradia das pessoas na condição de refugiado no Brasil”. In: BRANDT, F; REIS, J, R. (2018). *Intersecções Jurídicas entre o público e o privado: A concretização da solidariedade*. Editora: Íthala/PR.

AIDA (Asylum Information Database). (2020). *Access to education*. Disponível em <https://asylumineurope.org/reports/country/austria/reception-conditions/employment-and-education/access-education/>. Acesso 04 abr. 2021.

AKAR, S; ERDORGDU, M. M. (2019). „Syrian Refugees in Turkey and Integration Problem Ahead”. *Journal of International Migration and Integration*, 20(3), 925-940.

ALBA, R; NEE, V. (2003). *Remaking The American “mainstream”: Assimilation and Contemporary Immigration*. Harvard University Press.

_____. (1997). "Rethinking Assimilation Theory for a New Era of Immigration". *International Migration Review*, vol 31, n°4, Special Issue: Immigrant Adaptation and Native-Born Responses in the Making of Americans, pp. 826-874.

ALBA, R. (1985). "The Twilight of Ethnicity among Americans of European Ancestry: The Case of Italians." *Ethnic and Racial Studies* 8 (1): 134–158.

AL JAZEERA (2017). *What is the Muslim Brotherhood?* Disponível em <https://www.aljazeera.com/features/2017/6/18/what-is-the-muslim-brotherhood> . Acesso em 25 abr. 2021.

ALMEIDA, C. R. S. (2018). Refugiados: a nova face do oprimido na educação. *Educação em Perspectiva*, 9(3), 592-602.

ALVES, J, E, D. (2019). *O bônus demográfico: população total e população em idade ativa no Brasil*, artigo de José Eustáquio Diniz Alves. Disponível em <<https://www.ecodebate.com.br/2018/11/12/o-bonus-demografico-populacao-total-e-populacao-em-idade-ativa-no-brasil-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>>. Acesso em 13 set. 2021.

ALVES T.; SONOBE, A. K.; (2018). Remuneração média como indicador da valorização docente no mercado de trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, 48(168), 446-476. Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/cp/v48n168/1980-5314-cp-48-168-446.pdf>>. Acesso em 19 ago. 2020.

AN (Alarabiya News). (2020). *Racism scars many Syrian refugees in Egypt and Lebanon*. Disponível em <https://english.alarabiya.net/News/middle-east/2013/07/25/Syrian-refugees-face-wave-of-racism-in-Egypt-Lebanon> . Acesso em 25 abr. 2021.

ANDERSSON, T; EHLERS, L. (2020). Assigning refugees to landlords in Sweden: Efficient, stable, and maximum matchings. *The Scandinavian Journal of Economics*, 122(3), 937-965.

ANTUNES, J, A, P, D, J. (2017). Refugiados e saúde mental: acolher, compreender e tratar. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 18(1), 115-130.

ARAÚJO, W. (2003). "O desafio de ser refugiado". In: MILESI, Rosita (Org.). *Refugiados: realidade e perspectivas*. São Paulo: Loyola.

ARCHER, M. S. (1995). "Realist Social Theory: the Morphogenetic Approach". *New York, NY: Cambridge University Press*.

ARDA (Association of Religion Data Archives). (2015). *Syria*. Disponível em <https://www.thearda.com/internationalData/countries/Country_217_1.asp>. Acesso em 13 set. 2021.

ARÔCA, R. A. (2019). "Limites do visto humanitário no Brasil: o caso do acesso à educação superior". *Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), p. 71.

ASSIS, V. V. (2018). “A Educação Para os que Vivem em Tempos de Guerra”. In: JUBILUT, L. L.; FRINHANI, F. M. D.; LOPES, R. O. (2018). *Migrantes Forçados: Conceitos e Contextos*.

ASYL-FAQ (2017). *Asylum, subsidiary protection and right to remain*. Disponível em <http://www.asyl-faq.at/content/?lang=en>. Acesso 04 abr. 2021.

BAIER, A; SIEGERT, M. (2018). *The housing situation of refugees in Germany. BAMF-Brief Analysis*, Edition 02/2018.

BAJWA, J. K; COUTO, S; KIDD, S; MARKOULAKIS, R., ABAI, M; MCKENZIE, K. (2017). “Refugees, higher education, and informational barriers”. *Refuge: Canada's Journal on Refugees/Refuge: revue canadienne sur les réfugiés*, 33(2), 56-65.

BAKEWELL, O. (2010). “Some Reflections on Structure and Agency in Migration Theory”. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol 36, n.10, pp 1689-1708.

_____. (2011). “Conceptualising displacement and migration: Processes, conditions, and categories”. In: KOSER, K; MARTIN, S. (2011) *The migration-displacement nexus: Patterns, processes, and policies*. Berghahn Books, 32, 14.

BALDWIN G. B. (1970) “Brain Drain or Overflow.” *Foreign Affairs* 48(2):358–372.

BALLOFET, L. (2016). “Syrian Refugees in Latin America: Diaspora Communities as Interlocutors”. *Lasa Forum*, Winter 2016, vol. XLVII: issue 1, 9-14.

BALTAR, F; BRUNET, I. (2012). “Virtual snowball sampling method using Facebook”. *Emerald Article: Social research 2.0*.

BANCO MUNDIAL. (2017). *The Toll of War: The Economic and Social Consequences of the Conflict in Syria*. Disponível em < <http://www.worldbank.org/en/country/syria/publication/the-toll-of-war-the-economic-and-social-consequences-of-the-conflict-in-syria>>. Acesso em 26 mai. 2018.

_____. (2019). *Education Statistics – All Indicators*. Disponível em <<https://databank.worldbank.org/reports.aspx?source=Education%20Statistics>>. Acesso em 20 nov. 2019.

BARBELET, V; HAGEN-ZANKER, J; MANSOUR-ILLE, D. (2018). The Jordan Compact. *Overseas Development Institute (ODI) Policy Briefing*.

BARBOSA, C. B. (2020). *Refugiados e o trabalho em território brasileiro: uma análise das barreiras à empregabilidade e à efetivação dos direitos trabalhistas*. Paco e Littera.

BARDER, O; RITCHIE, E. (2018). *Spending Money on Refugees is an Investment, Not a Cost*. Disponível em <<https://deeply.thenewhumanitarian.org/refugees/community/2018/01/15/spending-money-on-refugees-is-an-investment-not-a-cost>>. Acesso em 13 set. 2021.

BARIFOUSE, R. (2019). *STF aprova a criminalização da homofobia*. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47206924>. Acesso em 14 set. 2021.

BBC (British Broadcasting Corporation). (2016a). *Syria: the story of the conflict*. Disponível em < <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-26116868>>. Acesso em 05 jan. 2020.

_____. (2016b). *Quatro ataques em uma semana: por que a Alemanha virou o novo alvo?* Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-36871308>. Acesso em 24 nov. 2018.

_____. (2016c). *Ataques sexuais em série no reveillon geram medo e revolta na Alemanha*. Disponível em < https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160105_abuso_sexual_ano_novo_alemanha_rb>. Acesso em 26 jan. 2021.

_____. (2018). *Sweden Democrats tap into immigration fears*. Disponível em <https://www.bbc.com/news/world-europe-29202793>. Acesso em 02 abr. 2021.

_____. (2019). *Why is there a war in Syria?* Disponível em <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-35806229>. Acesso em 10 jun. 2020.

BERLIN, I. (1969). *Four essays on liberty*. London, New York etc.: Oxford U.P.

BERNARD, H. R. Research methods in anthropology: qualitative and quantitative approaches. Lanham, MD: AltaMira Press, 2005.

BERRY, J. W. (1997). "Immigration, Acculturation, and Adaptation". *Applied Psychology: an international review*, 46(1), pp, 5-68.

BERRY, J. W; KIM, U; MINDE, T; MOK, D. (1987). "Comparative Studies of Acculturative Stress". *International Migration Review*, vol. 21, n° 3, pp, 491-511.

BERTI, B. (2015). "The Syrian Refugee Crisis: Regional and Human Security Implications". *Strategic Assessment*, 17(4), 41–53.

BETTS, A; STERCK, O; GEERVLiet, R; MACPHERSON, C. (2017). "Talent displaced: The economic lives of Syrian refugees in Europe". *Refugee Studies Centre*, Oxford University.

BEVELANDER, P. (2020). "Integrating refugees into labor markets". *iza World of Labor*.

BHASKAR, R. (1975). *A Realist Theory of Science*. London, UK; 258p.

_____. (1989). *Reclaiming Reality: A Critical Introduction to Contemporary Philosophy*. London, UK. 218p.

BHUTTA, B, C. (2012). "Not by the book: Facebook as a sampling frame". *Sociological methods & research*, 41(1), 57-88.

BIERBACH, M. (2017). *How much money do refugees in Germany get?* Disponível em <https://www.infomigrants.net/en/post/5049/how-much-money-do-refugees-in-germany-get>. Acesso em 05 mai. 2021.

BIJL, R.; VERMEIJ, A. (2012). “Measuring and monitoring integration in Europe: fact and views”, cap 1. In: *Measuring and monitoring immigrant integration in Europe: Integration policies and monitoring effects in 17 European countries*. The Netherlands Institute for Social Research, pp. 11-42.

BILD. (2015). *Obama lobt Willkommenskultur in Hamburg*. Disponível em <<https://www.bild.de/regional/hamburg/barack-obama/obama-lobt-willkommenskultur-in-hamburg-42765776.bild.html>>. Acesso em 26 abri. 2020.

BLACK, R.; ADGER, W. N; ARNELL, N. W; DERCON, S; GEDDES, A; & THOMAS, D. (2011). The effect of environmental change on human migration. *Global environmental change*, 21, S3-S11.

BLOCH, A; LEVY, C. (1999). “Refugees in the Job Market: A Case of Unused Skills in the British Economy”. (eds) *Refugees, Citizenship and Social Policy in Europe*. Basingstoke: Palgrave Macmillan. 1019–1043.

BNLA (Building a New Life in Australia). (2017). “Building a New Life in Australia: the longitudinal study of Humanitarian Migrants”. *National Centre for Longitudinal Data*, Department of Social Services. Disponível em <<https://www.dss.gov.au/about-the-department/national-centre-for-longitudinal-data/building-a-new-life-in-australia-the-longitudinal-study-of-humanitarian-migrants>>. Acesso em 20 ago. 2020.

BORHO, A; VIAZMJNSKY, A; MORAWA, E; SCHMITT, G. M; GEORGIADOU, E; ERIM, Y. (2020). The prevalence and risk factors for mental distress among Syrian refugees in Germany: a register-based follow-up study. *BMC psychiatry*, 20(1), 1-13.

BORSELLI M; VAN MEJIL, T. (2020). Linking migration aspirations to integration prospects: the experience of Syrian refugees in Sweden. *Journal of Refugee Studies*.

BRANDALISE, V, H. (2017). *Autista, não: imigrante*. Disponível em <<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,autista-nao-imigrante,70001705273>>. Acesso em 13 set. 2021.

BRANDINO, G. (2018). *Estrangeiro espera dois anos por análise de pedido de refúgio*. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/06/estrangeiro-espera-dois-anos-por-analise-de-pedido-de-refugio.shtml>. Acesso em 15 set. 2021.

BRASIL. (1996). “Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996”. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*.

_____. (1997a). “Lei n. 9.474 de 22 de Julho de 1997”. *Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências*.

_____. (1997b). *Resolução Normativa CNIG n. 6 de 21/08/1997*. Disponível em https://www.normasbrasil.com.br/norma/resolucao-normativa-6-1997_95430.html. Acesso em 06 set. 2021.

_____. (1997c). “Lei n. 9.459, de 13 de maio de 1997”. *Altera os arts. 1º e 20 da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, e acrescenta parágrafo ao art. 140 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.*

_____. (1992). “Decreto n. 592, de 6 de julho de 1992”. *Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. Promulgação.*

_____. (1989). “Lei n. 7.716, de 5 de janeiro de 1989”. *Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.*

_____. (1998). *Constituição Federal de 1988.*

_____. (2010). *Resolução Normativa CNIg nº 91 de 10/11/2010.* Disponível em https://www.normasbrasil.com.br/norma/resolucao-normativa-91-2010_112817.html. Acesso em 06 set. 2021.

_____. (2013). *Resolução Normativa CONARE Nº 17 de 20/09/2013.* Disponível em <<https://www.conjur.com.br/dl/resolucao-siria-refugiados.pdf>>. Acesso em 28 mai. 2018.

_____. (2017a). “Lei n. 13.445 de 24 de Maio de 2017”. *Institui a Lei de Migração.*

_____. (2017b). “Decreto n. 9.199 de 20 de Novembro de 2017”. *Regulamenta a Lei n. 13.445 de 24 de Maio de 2017, que institui a Lei de Migração.*

_____. (2018). “Portaria Interministerial n. 12, de 13 de junho de 2018”. *Dispõe sobre o visto temporário e sobre a autorização de residência para reunião familiar.*

_____. (2019a). *Decreto Nº 9661, de 1º de Janeiro de 2019.* Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9661.htm>. Acesso em 20 nov. 2019.

_____. (2019b). *Resolução Normativa CONARE n. 31 de 13 de Novembro de 2019.* Disponível em <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=389724>>. Acesso em 26 abri. 2020.

BRASIL, E. (2017). *Migração Síria Contemporânea: da partida a (re)inserção.* 84 folhas. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC. Universidade de Brasília (UNB). Brasília, 2017.

BRELL, C; DUSTMANN, C; PRESTON, I. (2020). „The labor market integration of refugee migrants in high-income countries”. *Journal of Economic Perspectives*, 34(1), 94-121.

BREUER, C; FEILER, S. (2015). “Sport Development Report 2013/2014: analysis of the situation of sports clubs in Germany”. *Bundesinstitut für Sportwissenschaft.*

BROWN, H; GIORDANO, N; MAUGHAN, C; WADESON, A. (2020). *Vulnerability Assessment Framework - Population Study 2019.* Disponível em <https://reliefweb.int/report/jordan/vulnerability-assessment-framework-population-study-2019>. Acesso em 05 mai. 2021.

BRÜCKER, H; CROISIER, J; KOSYAKOVA, Y; KRÖGER, H; PIETRANTUONO, G; ROTHER, N; SCHUPP, J. (2019). "Language skills and employment rate of refugees in Germany improving with time". *DIW Weekly Report*, 9(4/6), 49-61.

BRÜCKER, H; JASCHKE, P; KOSYAKOVA, Y. (2019a). „Integrating Refugees and Asylum Seekers into the German Economy and Society: Empirical Evidence and Policy Objectives”. *Migration Policy Institute*.

BRÜCKER, H.; ROTHER, N.; SCHUPP, J. (2017). „IAB-BAMF-SOEP Befragung von Geflüchteten 2016. Studiendesign, Feldergebnisse sowie Analysen zu schulischer wie beruflicher Qualifikation, Sprachkenntnissen sowie kognitiven Potenzialen“. *IAB Forschungsbericht 13/2017*. Disponível em <<http://doku.iab.de/forschungsbericht/2017/fb1317.pdf>>. Acesso em 20 ago. 2020.

BRÜCKER, H; ROTHER, N; SCHUPP, J; VON GOSTOMSKI, C. B; BÖHM, A; FENDEL, T; VALLIZADEH, E. (2016). „Forced migration, arrival in Germany, and first steps toward integration”. *DIW Economic Bulletin*, 6(48), 541-556.

BRYCS (Bridging Refugee Youth & Children's Services). (2018). *Integration Barriers: Perspectives from Refugee Youth*.

BUCKNER, E; SPENCER, D; CHA, J. (2018). Between policy and practice: The education of Syrian refugees in Lebanon. *Journal of Refugee Studies*, 31(4), 444-465.

BUNAR, N. (2017). "Migration and education in Sweden: Integration of migrants in the Swedish school education and higher education systems". *NESET II ad hoc question*, 3.

CADWALLADER, M. (1992). *Migration and Residential Mobility: Macro and Micro Approaches*. Madison: University of Wisconsin Press.

CALEGARI, M; BAENINGER, R. (2016). *From Syria to Brazil*. Disponível em <<http://www.fmreview.org/sites/fmr/files/FMRdownloads/en/destination-europe/calegari-baeninger.pdf>> Acesso em 30 mai. 2018.

CAMBRIDGE. (2018). *Cambridge Dictionary*. Disponível em <https://dictionary.cambridge.org/pt/>. Acesso em 29 out. 2018.

CANADA. (2017a). *Education in Canada: Key results from the 2016 Census*. Disponível em <https://www150.statcan.gc.ca/n1/daily-quotidien/171129/dq171129a-eng.htm>. Acesso em 18 abr. 2021.

_____. (2017b). *Health care – Refugees*. Disponível em <https://www.canada.ca/en/immigration-refugees-citizenship/services/refugees/help-within-canada/health-care.html>. Acesso em 19 abr. 2021.

_____. (2017c). *Elementary and secondary education*. Disponível em <https://www.canada.ca/en/immigration-refugees-citizenship/services/new-immigrants/new-life-canada/enrol-school/elementary-secondary.html>. Acesso em 05 mai. 2021.

_____. (2019a). *How Canada's refugee system works*. Disponível em <https://www.canada.ca/en/immigration-refugees-citizenship/services/refugees/canada-role.html>. Acesso em 18 abr. 2021.

_____. (2019b). *Canada's Health Care System*. Disponível em <https://www.canada.ca/en/health-canada/services/health-care-system/reports-publications/health-care-system/canada.html#a8>. Acesso em 18 abr. 2021.

_____. (2020). *Refugee claimants: Know your rights*. Disponível em <https://www.canada.ca/en/immigration-refugees-citizenship/services/refugees/help-within-canada/rights.html>. Acesso em 18 abr. 2021.

_____. (2021). *#WelcomeRefugees: Key figures*. Disponível em <https://www.canada.ca/en/immigration-refugees-citizenship/services/refugees/welcome-syrian-refugees/key-figures.html>. Acesso em 18 abr. 2021.

CARBAJOSA, A. (2017). *O Leste da Alemanha se Rebelou*. Disponível em < https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/30/internacional/1506753185_943020.html >. Acesso em 12 out. 2018.

CARITAS. (2020). *Centro de Referências para refugiados*. Disponível em < <https://caritassp.org.br/servico-de-acolhida-e-orientacao-para-refugiados/> >. Acesso em 20 mar. 2021.

CARLSON, E, B; ROSSER-HOGAN, R. (1991). Trauma experiences, posttraumatic stress, dissociation, and depression in Cambodian refugees. *The American Journal of Psychiatry*, 148(11), 1548–1551.

CASTLES, S. (2008). “Development and Migration – Migration and Development: What comes first? Global Perspective and African Experiences”. *Theoria: A Journal of Social and Political Theory*, 56(121), 1-31.

CASTLES, S; KORAC, M; VASTA, E; VERTOVEC, S. (2002) *Integration: Mapping the Field*. Report of a project carried out by The University of Oxford Centre for Migration and Policy Research and Refugee Studies Centre: Oxford.

CAVALCANTE, L., A.; OLIVEIRA, T.; DE MACEDO, M. (2018). *Relatório anual 2018: migrações de mercado de trabalho no Brasil*. Disponível em <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados_anuais/RELATORIO_ANUAL_2018.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2020.

CEBULLA, A; DANIEL, M; ZURAWAN, A. (2010). *Spotlight on refugee integration: findings from the Survey of New Refugees in the United Kingdom*.

CEFRL (Common European Framework of Reference for Languages). (2020). *Common European Framework of Reference for Languages: Learning, Teaching, Assessment*. Disponível em < <https://rm.coe.int/common-european-framework-of-reference-for-languages-learning-teaching/16809ea0d4> >. Acesso em 15 set. 2021.

CERNA, L. (2019). *Refugee education: Integration models and practices in OECD countries*.

CHACRA, G. (2017). *Guia para entender o atentado terrorista do ISIS em Londres*. Disponível em <http://internacional.estadao.com.br/blogs/gustavo-chacra/guia-para-entender-o-atentado-terrorista-do-isis-em-londres/>. Acesso em 12 mar. 2018.

CHATTY, D. (2017). “The Syrian humanitarian disaster: understanding perceptions and aspirations in Jordan, Lebanon and Turkey”. *Global Policy*, 8, 25-32.

CHIMNI, B. S. (2009). The birth of a ‘discipline’: From refugee to forced migration studies. *Journal of Refugee studies*, 22(1), 11-29.

CHRISTOPHERSEN, M, J; LIU, C. M; THORLEIFSSON, A; TILTNES, A. (2013). “Lebanese attitudes towards Syrian refugees and the Syrian crisis: Results from a national opinion poll implemented 15-21” *Fafo Paper*.

CIS (Citizenship and Immigration Services). (2013). *I am a refugee or asylee*. Disponível em <https://www.uscis.gov/sites/default/files/document/guides/D2en.pdf>. Acesso em 14 abr. 2021.

_____. (2020). *Refugees*. Disponível em <https://www.uscis.gov/humanitarian/refugees-and-asylum/refugees>. Acesso em 14 abr. 2021

COHEN, I, J. (1989). “Structuration Theory: Anthony Giddens and the Constitution of Social Life”. *Theoretical Traditions in Social Life*.

COLBURN, B. (2008). “Debate: The Concept of Voluntariness.” *Journal of Political Philosophy* 16 (1): 101–111.

COLEMAN, J.S. (1958). *Relational Analysis: the study of social organization with survey methods*. Human Organization 17:28-36.

CONARE (Comitê Nacional para os Refugiados). (2019). “Refúgio em Números – 3º Edição”. *Secretaria Nacional de Justiça (SNJ)*. Disponível em < https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/07/Refugio-em-nu%CC%81meros_versa%CC%83o-23-de-julho-002.pdf >. Acesso em 10 jun. 2019.

_____. (2019). “Refúgio em Números – 4º Edição”. *Secretaria Nacional de Justiça (SNJ)*. Disponível em < https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/07/Refugio-em-nu%CC%81meros_versa%CC%83o-23-de-julho-002.pdf >. Acesso em 12 ago. 2019.

CONVERSE, J,M; PRESSE, S. (1986). “Survey questions: handcrafting the standardized questionnaire”. *Series: Quantitative Applications in the Social Sciences*. Ed: Sage Publications.

CRUL, M; LELIE, F; BINDER, Ö; BUNAR, N; KESKINER, E; KOKKALI, I; SHUAYB, M. (2019). How the different policies and school systems affect the inclusion of Syrian refugee children in Sweden, Germany, Greece, Lebanon and Turkey. *Comparative Migration Studies*, 7(1), 1-20.

CURRAN, P. G. (2016). “Methods for the detection of carelessly invalid responses in survey data”. *Journal of Experimental Social Psychology*, 66, 4-19.

DAAD (Deutscher Akademischer Austauschdienst). (2017). *The integration of refugees at German higher education institutions*. Disponível em https://www2.daad.de/medien/downloads/studie_hochschulzugang_fluechtlinge_engl.pdf. Acesso em 05 mai. 2021.

DALLOUL, A. M. (2020). *Racism and secularism have changed Sudan’s treatment of Syrian refugees*. Disponível em <https://www.middleeastmonitor.com/20201216-racism-and-secularism-have-changed-sudans-treatment-of-syrian-refugees/>. Acesso em 28 abr. 2021.

DA SILVA, L. M. M; TEIXEIRA, R. D. (2020). “Políticas públicas de acesso ao trabalho para refugiados no município de São Paulo: a Lei 16.478/16, o CRAI e as práticas recomendadas pelo ACNUR”. *Revista Direito & Paz*, 1(42), 44-78.

DAVIES, S. (2016). Portal Reuters. *Syrian Refugees welcomed in recession-hit Brazil but face tough times*. Disponível em <http://www.reuters.com/article/us-brazil-syria-refugees-idUSKCN102200>>. Acesso em 30 mai. 2018.

DC (Declaração de Cartagena). (1984). *Declaração de Cartagena*. Disponível em https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Declaracao_de_Cartagena.pdf. Acesso em 12 jan. 2021.

DECLARAÇÃO DE ZARAGOZA. (2010). “Draft Declaration”. *European Ministerial Conference of Integration (Zaragoza, 15 and 16 april, 2010)*.

DEDEOGLU, N. (2016). “Foreword”. In: *war, migration and health; experience of Turkey, Turkish Medical Association Publications*.

DE HAAS, H. (2007). Turning the tide? Why development will not stop migration. *Development and change*, 38(5), 819-841.

_____. (2009). “Mobility and human development”. *Human development research paper (HDRP) series*. Vol. 1. UNDP.

_____. (2010). “Migration and development: a theoretical perspective”. In: *International Migration Review*, 44(1):227-264.

_____. (2014). *Migration theory: Quo vadis?* International Migration Institute, University of Oxford.

DELGADO, M. G. (2007). “Direitos Fundamentais na Relação de Trabalho”. *Revista de Direitos e Garantias Fundamentais*, nº. 2. Disponível em <http://www.fdv.br/sisbib/index.php/direitosegarantias>. Acesso em 24 nov. 2020.

DELFIM, R. B. (2016a). “Descobrindo Tradições em São Paulo”, *Festa do Imigrante vai até dia 12; veja programação*. Disponível em <https://migramundo.com/descobrindo-tradicoes-em-sao-paulo-festa-do-imigrante-comeca-no-domingo-veja-programacao/>. Acesso em 15 set. 2021.

_____. (2016b). *Direito ao voto ainda é sonho distante para imigrantes que vivem no Brasil*. Disponível em < <https://migramundo.com/direito-ao-voto-ainda-e-sonho-distante-para-imigrantes-que-vivem-no-brasil/>>. Acesso em 15 set. 2021.

_____. (2017). *São Paulo teve “fim de semana migrante”; relembre o que rolou pela cidade*. Disponível em <https://migramundo.com/sao-paulo-teve-fim-de-semana-migrante-relembre-o-que-rolou-pela-cidade/>. Acesso em 15 set. 2021.

DE NEGRI, J. A.; CASTRO, P. F. D.; SOUZA, N. R. D.; ARBACHE, J. S. (2001). *Mercado Formal de Trabalho: Comparação entre os microdados da RAIS e da PNAD*. Disponível em <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0840.pdf>. Acesso em 19 ago. 2020.

DE SOUSA E SILVA, T, G, L; DE SÁ RUFINO, C, R, C e LIMA, E, B. (2020). “Entre a lei e a realidade: o trabalho dos refugiados no Brasil”. *Revista Jus Navigandi*. Disponível em <https://jus.com.br/artigos/77162/entre-a-lei-e-a-realidade-o-trabalho-dos-refugiados-no-brasil>. Acesso em 24 nov. 2020.

DHS (Department Homeland Security) (2018). *Table 14. Refugee Arrivals By Region And Country Of Nationality: Fiscal Years 2014 To 2016*. Disponível em <https://www.dhs.gov/immigration-statistics/yearbook/2016/table14>. Acesso em 12 abri. 2021.

DICK, P.; FURTADO, A.; OLIVEIRA, T. (2018). “Pareamento das bases de dados sobre migrantes, refugiados e solicitantes de refúgio no mercado de trabalho formal”. In: CAVALCANTI L, A.; OLIVEIRA, T.; TONHATI, T.; DUTRA, D. (2015). *A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. Cadernos OBMigra, Ed. Especial, Brasília*. Disponível em < <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/relatorio-anual/cadernos.pdf>>. Acesso em 20 ago. 2020.

DINIZ, L. R. A; NEVES, A, O. (2018). “Políticas linguísticas de (in) visibilização de estudantes imigrantes e refugiados no ensino básico brasileiro”. *Revista X*, 13(1), 87-110.

DORAI, K. (2018). “Conflict and Migration in the Middle East: Syrian Refugees in Jordan and Lebanon”.

DOS SANTOS, A, V, F; SANTOS, C, C; SIMÕES, D, L; JUNIOR, E, S, S; DE SOUZA, G, C, C; PEDROZA, K, N; ALEXANDRE, S, F, S. (2020). *Documento base do exame CELPE-BRAS*. Disponível em < <http://www.ufrgs.br/acervocelpebras/arquivos/manuais/documento-base-do-exame-celpe-bras>>. Acesso em 13 set. 2021.

DUDEN. (2018). *Die Deutsche Rechtschreibung*.

DUDH (Declaração Universal dos Direitos Humanos). (1948). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*.

ECGFIM (The Expert Council of German Foundations on Integration and Migration). (2016). *Doubly Disadvantaged? Children and Young People with a Migration Background in the German Education System*. Disponível em https://www.stiftung-mercator.de/content/uploads/2020/12/SVR_Doubly_Disadvantaged_EN_Summary_2016.pdf. Acesso em 05 mai. 2021.

(2017). *How might integration succeed? Asylum seekers about their life situations and participation perspectives in Germany*. Disponível em < https://www.svr-migration.de/en/publications/how_might_integration_succeed/>. Acesso em 26 abr. 2020.

(2018). *Stable integration climate in Germany Summary of the 2018 Integration Barometer*.

(2019). *Dead End Schools? Refugees at Segregated Schools in Germany*. Disponível em https://www.svr-migration.de/en/publications/educational_integration/. Acesso em 05 mai. 2021.

EGRIS (Expert Group on Refugee and Internally Displaced Persons Statistics). (2018). *International Recommendations on Refugee Statistics*. Disponível em < <https://ec.europa.eu/eurostat/web/products-manuals-and-guidelines/-/KS-GQ-18-004>>. Acesso em 22 ago. 2019.

EL PAIS. (2015). *Estado Islâmico reivindica a autoria dos atentados: “início da tempestade”*. Disponível em < https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/14/internacional/1447502476_094158.html>. Acesso em 28 mai. 2018.

ELIE, J. (2014).” Histories of refugee and forced migration studies”. In: QASMIYEH, E, F; LOESCHER, G; LONG, K; SINOGA, N. (2014) *The Oxford Handbook of Refugee & Forced Migration Studies*.

EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária). (2012). *Módulos Fiscais*. Disponível em <https://www.google.com/search?q=embrapa&oq=embrapa&aqs=chrome.0.0i355i433i512j46i199i291i433i512j0i433i512j69i65l3j69i61j69i60.882j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8>. Acesso em 06 set. 2021.

ENAP (Escola Nacional de Administração Pública). (2018). *CRAI – Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes*. Disponível em < <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3633/1/SFL%20-%20CRAI%20-%20Centro%20de%20Refer%20e%20Atendimento%20-%20final.pdf>>. Acesso em 13 set. 2021.

ENTZINGER, H.; BIEZEVELD, R. (2003). “Benchmarking in Immigration Integration”. *European Research Centre on Migration and Ethnic Relations (ERCOMER)*. Erasmus University Rotterdam, pp. 53.

ERDAL, M. B., & OEPPEN, C. (2018). “Forced to leave? The discursive and analytical significance of describing migration as forced and voluntary”. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 44(6), 981-998.

ERRIGHI, L.; GRIESSE, J. (2016). “The Syrian refugee crisis: Labour market implications in Jordan and Lebanon (No. 029)”. *Directorate General Economic and Financial Affairs (DG ECFIN), European Commission*.

ESTADO DE SÃO PAULO. (2001). “Lei n. 10.948, de 05 de novembro de 2001”. *Dispõe sobre as penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual*.

EUROPEAN PARLIAMENT. (2019). *2019 European election results*. Disponível em <https://www.europarl.europa.eu/election-results-2019/en/national-results/austria/2019-2024/>. Acesso em 08 abr. 2021.

EUROSTAT. (2017). “Migration Integration”. Luxembourg: Publications Office of the European Union, pp 107.

EVANS, W. N; FITZGERALD, D. (2017). “The economic and social outcomes of refugees in the United States: Evidence from the ACS” (No. w23498). *National Bureau of Economic Research*.

EXPAT. (2021). *Health care in Sweden*. Disponível em <https://www.expat.com/en/guide/europe/sweden/14093-health-care-in-sweden.html>. Acesso em 30 mar. 2021.

FÄRBER, C. (2018). “Refugee health in Germany-access to health care and health promotion”. In *European Journal of Public Health* (Vol. 28, pp. 75-75). Great Clarendon ST, Oxford OX2 6DP, England: OXFORD UNIV PRESS.

FAIRCHILD, H. P. (1925). “Immigration: A World Movement and Its American Significance”. New York: *Macmillan*.

FEREDE, M. K. (2010). “Structural factors associated with higher education access for first-generation refugees in Canada: An agenda for research”. *Refuge: Canada's Journal on Refugees*, 27(2), 79-88.

FINDLAY, A.M; LI, F.L.N. (1990) ‘Methodological issues in researching migration’, *The Professional Geographer*, 51(1): 50_9.

FITZGERALD, D. S., & ARAR, R. (2018). The sociology of refugee migration. *Annual Review of Sociology*.

FIX, M; HOOPER, K; ZONG, J. (2017). “How are refugees faring? Integration at US and state levels”. *Washington, DC: Migration Policy Institute*.

FLETCHER, A, J. (2017). “Applying critical realism in qualitative research: methodology meets method”. *International Journal of Social Research Methodology*, 20:2, 181-194.

FLOYD J, F, J. (1995) “Improving survey questions: design and evaluation”. *Applied Social Research Methods Series*, vol 38. Ed: Sage Publications.

FOLKE, N, J; BUNAR, N. (2016). “Educational Responses to Newly Arrived students in Sweden: Understanding the Structure and Influence of Post-Migration Ecology”, *Scandinavian Journal of Educational Research*, 60(4): 399–416.

FOOD BANKS (s/d). *Our work*. Disponível em <https://www.foodbankscanada.ca/Our-Work.aspx>. Acesso em 20 abr. 2021.

FORTUNATO, E., M. (2019). *Integração de refugiados no Brasil: a construção de políticas públicas e a visão dos refugiados sírios*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Judaicos e Árabes do Departamento de Letras Orientais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo/SP.

FRIEDRICH, T, S. (2020). “Capítulo I - Disposições Preliminares”. In: FRIEDRICH, T, S; SOARES DE SOUZA, I, L, T e CRUZ, T, V. (2020). “Comentários à lei 13.445/2017 – A Lei de Migração”. *Editora Fi*.

FURTADO, A.; QUINTINO, F.; DICK, P; OLIVEIRA, T. (2017). Notas Metodológicas. In: *Relatório anual 2017: a inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro*. Disponível em https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados_anuais/RELATORIO_FINAL_PDF_CRG_D.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2020.

GALLI, M. (2016). *Constituição garante participação política de estrangeiros, dizem especialistas*. Disponível em < <https://www.conjur.com.br/2016-jun-13/constituicao-garante-participacao-politica-estrangeiros-brasil>>. Acesso em 15 set. 2021.

GALINA, V, F; SILVA, T, B, B, D; HAYDU, M; MARTIN, D. (2017). “A saúde mental dos refugiados: um olhar sobre estudos qualitativos”. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, 21, 297-308.

GEORGIADOU, E., MORAWA, E. and ERIM, Y. (2017) “High Manifestations of Mental Distress in Arabic Asylum Seekers Accommodated in Collective Centers for Refugees in Germany”. *International Journal of Environmental Research and Public Health* 14(6): 612.

GIDDENS, A. (1984). *A Constituição da Sociedade*. Ed: Martins Fontes (2003).

GILE, K; HANDCOCK, M. (2010). *Respondent-Driven Sampling: an assessment of current methodology*. *Social Methodol*; 40(1): 285-327.

GLASER, B.G; STRAUSS, A.L. (1967). *The Discovery of Grounded Theory: Strategies for Qualitative Research*. Aldine, Chicago(USA).

GLIMER (2019). *Refugee accommodation governance in Sweden*. Disponível em <https://www.glimer.eu/wp-content/uploads/2019/02/Sweden-WP3.pdf>. Acesso em 31 mar. 2021.

GODOY, G. G. (2014). A crise humanitária na Síria e seu impacto no Brasil. In: *Caderno de Debates. Refúgio, Migrações e Cidadania*. V.9, n.9. Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos. Disponível em < http://obs.org.br/refugiados/download/107_2c834ff470fa71cbe08d04c339a3637e>. Acesso em 26 dez. 2017.

GONZÁLEZ, E. (2008). “The Role of Information in Contemporary Migration”. *Working Paper WP08-005*. Barcelona: UOC.

GOODWIN-GILL, G. S. (2014). “The international law of refugee protection”. In: QASMIYEH, E, F; LOESCHER, G; LONG, K; SINOGA, N. (2014) *The Oxford Handbook of Refugee & Forced Migration Studies*, 36-47.

GORDON, M; M. (1964) *Assimilation in American Life*; New York: Oxford University Press.

GORSKI, P, S. (2013). “What is Critical Realism? Why Should You Care?”. *American Sociological Association*. Contemporary Sociology, 42,5, pp. 658-670.

GOSS, J; LINDQUIST, B. (1995) ‘Conceptualizing international labor migration: a structuration perspective’, *International Migration Review*, 29(2): 317_51.

GREEN, M. (2017). Language barriers and health of Syrian refugees in Germany. *American journal of public health*, 107(4), 486.

GREEN, J; WILLIS, K; HUGHES, E; SMALL, R; WELCH, N; GIBBS, L; DALY, J. (2007). “Generating best evidence from qualitative research: the role of data analysis”. *Australian and New Zealand journal of public health*, 31(6), 545-550.

GUILMOTO, C.Z; SANDON, F. (2001). “The internal dynamics of migration networks in developing countries”. *Population: An English Selection* 2001; 13:135-64.

HAGEN-ZANKER, J; ULRICHS, M; HOLMES, R; NIMEH, Z. (2017) *Cash transfers for refugees: the economic and social effects of a programme in Jordan*. London: ODI.

HAMBURG. (2017). *We, The City of Hamburg*. Hamburg Integration Concept. Disponível em <
<https://www.hamburg.de/contentblob/11364984/94362bc02852dbb54941652ac43d89d6/data/hamburg-integration-concept.pdf>>. Acesso em 26 abri. 2020.

HATHAWAY, J. (1990). ‘A Reconsideration of the Underlying Premise of Refugee Law’, *Harvard International Law Journal*, vol. 31, no. 1, pp. 129–147.

_____. (2007) ‘Forced Migration Studies: Could we Agree just to “Date”?’ *Journal of Refugee Studies* 20(3): 349–69.

HC (Health Care). (2017). *Do I qualify for Medicaid?* Disponível em <https://www.healthcare.gov/blog/who-qualifies-for-medicaid/>. Acesso em 17 abr. 2021.

HECKAHORN, D. (1997). *Respondent-Driven Sampling: A New Approach to the Study of Hidden Populations*. Social Problems. 44:174–199.

HECKATHORN, D; JEFFRI, J. (2001). *Finding the beat: Using respondent-driven sampling to study jazz musicians*. Poetics. 28:307–329.

HIPP, L; KOHLER, U; LEUMANN, S. (2019). „How to Implement Respondent-Driven Sampling in Practice: Insights from Surveying 24-Hour Migrant Home Care Workers”. *Survey Methods: Insights from the Field*, 1-13.

HOBBSAWN, E. (1995) *Era dos extremos – o breve século XX – 1914 –1991*. 2.ed. 18. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, p. 29-60.

HOLBORN, L. (1938) ‘The Legal Status of Political Refugees, 1920–1938’, *American Journal of International Law*, vol. 32, no. 4, pp. 680–703.

HOOPER, K; ZONG, J; CAPPS, R; FIX M. (2016). “Young children of refugees in the United States: Integration successes and challenges”. *Washington DC: Migration Policy Institute*.

HORWOOD. C., REITANO. T. (2016). A Perfect Storm? Forces shaping modern migration & displacement. In: *Regional Mixed Migration Secretariat (RMMS) Discussion Paper 3: A Perfect Storm?*. 2016. Disponível em < http://globalinitiative.net/wp-content/uploads/2016/05/Horwood-and-Reitano-A_Perfect_Storm-May-2016.pdf> Acesso em 26 dez. 2017.

HRF (Human Rights First). (2013). *Syrian Refugees Face Rising Fears in Egypt*. Disponível em <https://www.humanrightsfirst.org/2013/09/20/syrian-refugees-face-rising-fears-in-egypt>. Acesso em 25 abr. 2021.

HUGO, G. J. (1994). *The economic implications of emigration from Australia*. Canberra: Australian Government Publishing Service.

HUGO, G; ABBASI-SHAVAZI, M, J; KRALY, E, P. (2018). “Demography of Refugee and Forced Migration”. *International Studies in Population*. 317p.

HUDDLESTON, T; BILGILI, Ö; JOKI, A-L; VANKOVA, Z. (2015). *Migrant Integration Policy Index 2015*. Barcelona/ Brussels: CIDOB and MPG.

IAB (Institute for Employment Research). (2020). *IAB-SOEP-BAMF Refugee Survey: outline*. Disponível em < http://doku.iab.de/fdz/iab_bamf_soep/IAB-BAMF-SOEP-REF-Kurzbeschreibung_en.pdf>. Acesso em 20 ago. 2020.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). (2020a). *Síntese dos Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Disponível em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>>. Acesso em 03 jun.

_____. (2020b). *Relação Anual de Informações Sociais – RAIS*. Disponível em <<https://ces.ibge.gov.br/base-de-dados/metadados/mte/relacao-anual-de-informacoes-sociais-rais>>. Acesso em 19 ago. 2020.

_____. (2021). *São Paulo*. Disponível em < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-paulo/panorama>>. Acesso em 06 set. 2021.

IÇDUYGU, A; DIKER, E. (2017). “Labor Market Integration of Syrians Refugees in Turkey: From Refugees to Settlers”. *Göç Araştırmaları Dergisi*, 3(1), 12-35.

IÇDUYGU, A; MILLET, E. (2016). “*Syrian refugees in Turkey: Insecure lives in and environment of pseudo-integration*”. Istituto affari internazionali.

IÇDUYGU, A; ŞİMSEK, D. (2016). *Syrian refugees in Turkey: towards integration policies*. Turkish Policy Quarterly, 15(3), 59–69.

IDMC (Internal Displacement Monitoring Center). (2017). *Syria*. Disponível em <<http://www.internal-displacement.org/countries/syria/>>. Acesso em: 26 dez. 2017.

ILO (International Labor Organization). (2014). “Assessment of the impact of Syrian refugees in Lebanon and their employment profile”. *International Labour Organization Regional Office for the Arab States, Beirut, April 2014*.

ILO (International Labor Organization); International Finance Corporation (IFC); United Nations Higher Commissioner for Refugees (UNHCR); UNICEF; WORLD BANK. (2020). *Country Vision Note for Sudan*. Disponível em https://www.ilo.org/global/programmes-and-projects/prospects/countries/sudan/WCMS_738281/lang--en/index.htm. Acesso em 28 abr. 2021.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). 2013. *Tempo de Deslocamento Casa - Trabalho no Brasil (1992-2009): Diferenças Entre Regiões Metropolitanas, Níveis de Renda e Sexo*. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=16966>. Acesso em 21 nov. 2019.

IRCC (Immigration, Refugees and Citizenship in Canada). (2019). *Syrian Outcomes Report*. Disponível em <<https://www.canada.ca/content/dam/ircc/documents/pdf/english/corporate/reports-statistics/evaluations/syria-outcomes-report-may-2019.pdf>>. Acesso em 06 mai. 2021.

JACOBSEN, J.; KLIKAR, J.; SCHUPP, J. (2017). Scales Manual IAB-BAMF-SOEP Survey of Refugees in Germany – revised version. *The German Socio-Economic Panel study*. SOEP Survey Papers, Series C – data documentation. Disponível em <https://www.diw.de/documents/publikationen/73/diw_01.c.572342.de/diw_ssp0475.pdf>. Acesso em 20 ago. 2020.

JANES, J. (1999), "Survey construction". *Library Hi Tech*, Vol. 17 Iss 3 pp. 321 – 325.

JAVANBAKHT, A; AMIRSADRI, A; SUHAIBAN, H. A; ALSAUD, M. I; ALOBAIDI, Z; RAWI, Z; ARFKEN, C. L. (2019). “Prevalence of possible mental disorders in Syrian refugees resettling in the United States screened at primary care”. *Journal of immigrant and minority health*, 21(3), 664-667.

JESTL, S; LANDESMANN, M; LEITNER, S; WANEK-ZAJIC, B. (2019). *Employment gaps between refugees, migrants and natives: Evidence from Austrian Register based labour market data* (No. 167). wiiw Working Paper.

JOHNSON, J.A. (2005). “Ascertaining the validity of individual protocols from web-based personality inventories”. *Journal of Research in Personality*, 39, 103–129.

JUBILLUT, L. L. (2007). *O Direito Internacional dos Refugiados e sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro*. Ed. Método, São Paulo, 240p.

KATZ, B., NORING, L., GARRELTS, N. (2016). Cities and Refugees – The German Experience. In: *Centennial Scholar Initiative at Brookings*. Disponível em <https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2016/09/cs_20160920_citiesrefugees_germanexperience.pdf>. Acesso em 12 out. 2018.

KAYMAZ, T.; KADKOY, O. (2016). “Syrians in Turkey: The economics of integration”. In *Al Sharq Forum Expert Brief. More Information*.

KEELY, C, B; KRALY, E, P. (2018). “Concepts of Refugees and Forced Migration: considerations for demographic analysis. In: HUGO, G; ABBASI-SHAVAZI, M, J; KRALY, E, P. (2018). “Demography of Refugee and Forced Migration”. *International Studies in Population*, 317p.

KINZIE, J, D; BOEHNLEIN, J, K; LEUNG, P, K; MOORE, L, J; RILEY, C; SMITH, D. (1990). The prevalence of posttraumatic stress disorder and its clinical significance among Southeast Asian refugees. *The American Journal of Psychiatry*, 147(7), 913–917.

KIVISTO, P. (2017). “The origins of ‘new assimilation theory’”. *Ethnic and Racial Studies*, vol 40, n° 9, pp. 1418-1429.

KNIPP, K. (2019). *Is Egypt using Syrian refugees as a bargaining chip with Europe?* Disponível em <https://www.dw.com/en/is-egypt-using-syrian-refugees-as-a-bargaining-chip-with-europe/a-49237428> . Acesso em 25 abr. 2021.

KNOBLOCH, F. (2015). Impasses no atendimento e assistência do migrante e refugiados na saúde e saúde mental. *Psicologia USP*, 26, 169-174.

KONLE-SEIDL, R. (2018). “Integration of refugees in Austria, Germany and Sweden: Comparative analysis”. Retrieved from *European Parliament, Policy Department A: Economic and Scientific Policy website*.

KORT, W; GHARBI, J, E. (2013). *Structuration Theory amid negative and positive criticism*. P. 92-104.

KOSER, K; MARTIN, S. (2011) *The migration-displacement nexus: Patterns, processes, and policies*. Berghahn Books, 32, 14.

KOSINSKI, M; MATZ, S. C; GOSLING, S. D; POPOV, V; STILLWELL, D. (2015). “Facebook as a research tool for the social sciences: Opportunities, challenges, ethical considerations, and practical guidelines”. *American Psychologist*, 70(6), 543.

KOYAMA, J. (2020). Sovereignty, citizenship and educating refugees in the United States. *European Educational Research Journal*,

KRAUSE, S; HOLLY, W, MONICA, A, O; SAMIRA, S; WILMA, D; NOREEN, G; ERIN, S; TOMCZYK, B. (2015). “Reproductive Health Services for Syrian Refugees in Zaatari Camp

and Irbid City, Hashemite Kingdom of Jordan: An Evaluation of the Minimum Initial Services Package.” *Conflict and Health 9 (Supplementary Issue 1): S4*.

KROGSTAD, J. M; RADFORD, J. (2017). *Key facts about refugees to the U.S.* Disponível em <https://www.pewresearch.org/fact-tank/2019/10/07/key-facts-about-refugees-to-the-u-s/>. Acesso em 06 mai. 2021.

KUNZ, E. F. (1973). “The refugee in flight: Kinetic models and forms of displacement”. *International Migration Review* 7:2, pp. 125-146.

_____. (1981). “Exile and resettlement: Refugee theory”. *International Migration Review*, 15, 42–51.

KUHLMAN, T. (1991). “The economic integration of refugees in developing countries: a research model”, *Journal of Refugee Studies*, 4, 1: 1-20.

LAM, C. (2012). *Estrangeiro pode prestar serviço público?* Disponível em < <https://exame.com/carreira/estrangeiro-pode-prestar-concurso-publico/>>. Acesso em 24 nov. 2020.

LANDESMANN, M; LEITNER, S. M. (2019). *Various domains of integration of refugees and their interrelationships: a study of recent refugee inflows in Austria* (No. 168). wiiw Working Paper.

LAPA, R, C, C; MENDES, V, A. (2018). “Pessoas Refugiadas e sua Integração no Sistema Educacional Brasileiro: uma revisão com base no respeito aos instrumentos do regime internacional de direitos humanos”. In: JUBILUT, L, L; FRINHANI, F, M, D; LOPES, R, O. (2018). *Migrantes Forçados: Conceitos e Contextos*.

LAW (2020). *Refugee Law and Policy: Egypt*. Disponível em <https://www.loc.gov/law/help/refugee-law/egypt.php>. Acesso em 21 abr. 2021

LEGALINE (s/d). *Can a refugee work in Canada?* Disponível em <https://www.legaline.ca/legal-answers/can-a-refugee-work-in-canada/#:~:text=Refugees%20are%20not%20allowed%20to,and%20Refugee%20Board%20>. Acesso em 18 abr. 2021.

LEONEL, G, H, V. (2017). *Ocupar e existir: os refugiados sírios como participantes do movimento de ocupação de São Paulo*.

LIEBKIND, K. (1996). “Acculturation and stress: Vietnamese refugees in Finland”. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 27(2), 161-180.

LIMA, T, B de; COSTA, M, S. (2016) “Trabalho informal: uma revisão sistemática da literatura brasileira na área de Administração entre 2004 e 2013”. *Cad. EBAPE.BR.*, vol.14, n.2, pp.310-324. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512016000200310&lng=en&nrm=iso. Acesso em 20 nov. 2019.

LIMA, J. B. B; FUENTES, F. P; NAZARENOS, L. D. A; AMARAL, N. (2017). *Refúgio no Brasil: caracterização dos perfis sociodemográficos dos refugiados (1998-2014)*.

LIPTON, M. (1980) "Migration from the Rural Areas of Poor Countries: The Impact on Rural Productivity and Income Distribution." *World Development* 8:1-24.

LOESCHER, G. (1993). 'The Origins of the International Refugee Regime', in *Beyond Charity: International Co-operation and the Global Refugee Crisis* (Oxford: Oxford University Press), pp. 32-55.

LU, X. (2013). *Respondent-Driven Sampling: theory, limitations and improvements*. Thesis for doctoral degree, Karolinska Institutet, Stockholm/Sweden, 107p.

LYLES, E; HANQUART, B; WOODMAN, M; DOOCY, S. (2016). Health service utilization and access to medicines among Syrian refugee and host community children in Lebanon. *Journal of International Humanitarian Action*, 1(1), 1-13.

M'ZAH, S; CARDOZO, B. L; EVANS, D. P. (2019). "Mental health status and service assessment for adult Syrian refugees resettled in metropolitan Atlanta: a cross-sectional survey". *Journal of immigrant and minority health*, 21(5), 1019-1025.

MAADAD, N; MATTHEWS, J. (2020). Schooling Syrian refugees in Lebanon: building hopeful futures. *Educational Review*, 72(4), 459-474.

MACHADO, A, F; OLIVEIRA, A, M, H C de; ANTIGO, M. (2008) "Evolução do diferencial de rendimentos entre setor formal e informal no Brasil: o papel das características não observadas". *Rev. econ. contemp.*, vol.12, n.2, pp.355-388. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-98482008000200007&lng=en&nrm=iso. Acesso em 20 nov. 2019.

MACROTRENDS. (2021a). *Germany Refugee Statistics 1960-2021*. Disponível em <https://www.macrotrends.net/countries/DEU/germany/refugee-statistics>. Acesso em 05 mai. 2021.

_____. (2021b). *Damascus, Syria Metro Area Population 1950-2021*. <https://www.macrotrends.net/cities/22610/damascus/population>. Acesso em 06 jun. 2021.

MAHLKE, H. (2017). Direito Internacional dos Refugiados: novo paradigma jurídico. *Arraes*, 55p.

MAHMOUD, A., A. (2017). *Refugiados Sírios em São Paulo: sobre mobilidade do trabalho e crise do capital*. Trabalho de Graduação Individual apresentado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo/SP.

MANGRIO, E; CARLSON, E; ZDRAVKOVIC, S. (2018). "Understanding experiences of the Swedish health care system from the perspective of newly arrived refugees". *BMC research notes*, 11(1), 1-6.

MANSUR, A. (2018). *Quem sustenta as ONGs?* Disponível em <<https://exame.com/blog/ideias-renovaveis/quem-sustenta-as-ongs>>. Acesso em 24 nov. 2020.

MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. *Didática*, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MARTINS, F, E, S. (2018). “Cruzando olhares: imigrantes e refugiados nos movimentos de ocupação em São Paulo”. In: *TRAVESSIA – Revista do Migrante*. Centro de Estudos Migratórios, n. 82.

MARTUSCELLI, P. N. (2017). “O significado de proteção da criança nas operações de paz das Nações Unidas. *Relações Internacionais no Mundo Atual*, 1(20), 22-51.

_____. (2019). *Refúgio significa Saudades: a política brasileira de reunião familiar de refugiados em perspectiva comparada (1997-2018)* (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).

_____. (2020). *The Brazilian bureaucracy and family reunification: ‘Here and now’ experiences of refugees in São Paulo*. Disponível em < <https://www.routedmagazine.com/omc2020-4-here-now-spaulo>>. Acesso em 15 set. 2021.

MASSEY, D, S.; SÁCNHEZ, M, R. (2010). *Brokered Boundaries: Immigrant Identity in Anti-Immigrant Times*. New York: Russell Sage Foundation.

MASSEY, D.S; ARANGO, J; HUGO, G; KOUAOUCCI, A; PELLEGRINO, A; TAYLOR J.E. (1993). *Worlds in Motion: Understanding International Migration at the End of the Millennium*. Oxford: Clarendon Press.

_____. (1998). ‘Theories of international migration: a review and appraisal’. *Population and Development Review*, 19(3): 431_66.

MAXIMILIANO, A, M; NISHIMURA, A. (2018). “Os refugiados Venezuelanos no Brasil: o âmbito de proteção aos direitos fundamentais sociais”. In: CAVALCANTE, J, Q, P; VILLATORE, M, A, C; AFONSO, T, A, T. (2018). *Direito Internacional do Trabalho e a Organização Internacional do Trabalho*.

MÁXIMO, W. (2019). *Imigrantes se cadastrarão como MEI com regras simplificadas*. Disponível em < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-10/imigrantes-se-cadastracao-como-mei-com-regras-simplificadas>>. Acesso em 24 nov. 2020.

MCADAM, J. (2014). “Human rights and forced migration”. In: QASMIYEH, E, F; LOESCHER, G; LONG, K; SINOGA, N. (2014) *The Oxford Handbook of Refugee & Forced Migration Studies*.

ME (Ministério da Economia). (2018). *Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) 2018*. Disponível em < <http://pdet.mte.gov.br/images/rais2018/nacionais/3-sumario.pdf>>. Acesso em 13 set. 2021.

MEC (Ministério da Educação). (2016a). “Resolução n.3 de 22 de Junho de 2016”. *Dispõe sobre normas referentes à revalidação de diplomas de cursos de graduação e ao reconhecimento de diplomas de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado), expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior*.

MEC (Ministério da Educação). (2016b). “Portaria Normativa n. 22, de 13 de dezembro de 2016”. *Dispõe sobre normas e procedimentos gerais de tramitação de processos de solicitação de revalidação de diplomas de graduação estrangeiros e ao reconhecimento de diplomas de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado), expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior.*

MELLA, O; PALM, I. (2012) *Mångfaldsbarometern. Uppsala Universitet, Sociologiska Institutionen.*

MELLO, J; PEREIRA, A, C, R e ANDRADE, P, G. (2019). *Afinal, o que os dados mostram sobre a atuação das ONGs? Análise de transferências federais e projetos executados pelas organizações da sociedade civil no Brasil.* Disponível em < https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/190625_td_2483.pdf>. Acesso em 24 nov. de 2020.

MENCUTEK, Z. S; & NASHWAN, A. J. (2020). “Perceptions About the Labor Market Integration of Refugees: Evidences from Syrian Refugees in Jordan”. *Journal of International Migration and Integration*, 1-19.

MERCER, P. (2017). *How are Australia’s Syrian refugees coping?* Disponível em <https://www.bbc.com/news/world-australia-38301489>. Acesso em 28 abr. 2021.

MICHAELIS. (2018). *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa.* Disponível em <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/incluir/> Acesso em 29 out. 2018.

MILES, M. B; HUBERMAN, A. M. (1994). “Qualitative data analysis: An expanded sourcebook”. *Sage Publications*, second edition, 354p.

MIRANDA, J, R; RIBAS, L, M. (2018). “Imigrantes e refugiados em situação de rua”. In: COSTA, A; RIBAS, L, M; CAVALCANTE, P, R; RODRIGUES, P; S. (2018). *Cadernos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo Acesso à justiça da população em situação de rua: política institucional, garantia de direitos, práticas, serviços e inclusão.* 1º ed. EDEPE (Escola de Defensoria Pública do Estado)/São Paulo.

MJSP (Ministério da Justiça e Segurança Pública). (2018). *Refúgio.* Disponível em < <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio>>. Acesso em 15 set. 2021.

_____. (2020). *CONARE.* Disponível em <<https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/conare>>. Acesso em 20 ago. 2020.

_____. (2021). *Perguntas Frequentes.* Disponível em < <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/perguntas-frequentes>>. 15 set. 2021.

MOREIRA, J, B. (2012). *Política em relação aos refugiados no Brasil (1947-2010).* 351p. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em < <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280962>>. Acesso em 26 jan. 2021.

MOREIRA, J. B.; BAENINGER, R. (2010). “A integração local de refugiados no Brasil”. *Revista Forced Migration*, edição 35. Disponível em <file:///C:/Users/Alexandre/Documents/UFGM/Doutorado%20CEDEPLAR/Tese/Tese/Artigos/Refugiados%20S%C3%ADrios%20em%20SP/Moreira%20e%20Baeninger.pdf>. Acesso em 26 jan. 2021.

MERRIAM-WEBSTER. (s/d). *The origin of refugee*. Disponível em <<https://www.merriam-webster.com/words-at-play/origin-and-meaning-of-refugee>>. Acesso em 01 fev. 2021.

MOHAMMAD, T. (2016). *Syria crisis: Echo factsheet*. European Commission – Humanitarian Aid and Civil Protection. Disponível em <https://ec.europa.eu/echo/files/aid/countries/factsheets/syria_en.pdf>. Acesso em 30 ago. 2016.

MUNIC (Pesquisa Básica de Informações Municipais). (2018). *Perfil dos municípios brasileiros 2018*. Disponível em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101668.pdf>>. Acesso em 13 set. 2021.

NICKERSON, A., BRYANT, R. A., SILOVE, D., & STEEL, Z. (2011). “A critical review of psychological treatments of posttraumatic stress disorder in refugees”. *Clinical psychology review*, 31(3), 399-417.

NRC (Norwegian Refugee Council). (2020). *Documentation and access to healthcare for refugees in Lebanon*. Disponível em <https://www.nrc.no/resources/briefing-notes/documentation-and-access-to-healthcare-for-refugees-in-lebanon/>. Acesso em 05 mai. 2021.

NYT (New York Times). (2016). *Europe’s Rising Far Right: A Guide to the Most Prominent Parties*. Disponível em <https://www.nytimes.com/interactive/2016/world/europe/europe-far-right-political-parties-listy.html>. Acesso em 12 mar. 2018.

O’DONNELL, K. (2017). *Anti-immigrant forces gain ground in Europe*. Disponível em <https://www.politico.com/story/2017/10/22/europe-far-right-czech-election-nationalism-244031>. Acesso em 12 mar. 2018.

OAU (Organization of African Unity). (1969). *Convenção da Organização de Unidade Africana*. Disponível em https://www.fafich.ufmg.br/~luarnaut/convencao_oua.pdf. Acesso em 12 jan. 2021.

OBMIGRA (2018). *Banco Interativo Observatório das Migrações em São Paulo - Imigrantes internacionais com a condição de refúgio registrados no Sistema Nacional de Cadastros e Registros de Estrangeiros (SINCARE), entre 2000-2016, nascidos na Síria e residentes no Estado de São Paulo*. Disponível em <<https://unicamp-arctgis.maps.arcgis.com/apps/opsdashboard/index.html#/9d66a6e333be4f4aa09028daf619968e>>. Acesso em 12 out. 2018.

(2020). *Microdados*. Disponível em <<https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/microdados>>. Acesso em 20 ago. 2020.

OBERSTADT, A. (2020). "Your voice has so much power." *Refugees describe voting for the first time*. Disponível em < <https://www.rescue.org/article/your-voice-has-so-much-power-refugees-describe-voting-first-time>>. Acesso em 15 set. 2021.

OECD (Organisation for Economic Co-operation and Development). (2017). *Labour Market Integration of Refugees in Germany*. Disponível em <https://www.oecd.org/els/mig/Finding-their-Way-Germany.pdf>. Acesso em 05 mai. 2021.

OHCHR (Office of the United Nations High Commissioner of Human Rights). (2008). *The Right to Health*. Disponível em < <https://www.ohchr.org/documents/publications/factsheet31.pdf>>. Acesso em 06 set. 2021.

OHCHR (Office of the United Nations High Commissioner of Human Rights). (2009). *The Right to Adequate Housing*. Disponível em https://www.ohchr.org/documents/publications/fs21_rev_1_housing_en.pdf. Acesso em 06 set. 2021.

OIT (Organização Internacional do Trabalho). (1949). *Convenção n.º 97 da OIT, Trabalhadores migrantes*.

OKYAY, A. S. (2017). "Labour market integration of Syrian refugees in Germany and Turkey: Challenges and prospects". *Global Turkey in Europe Working Paper*, 18.

OLIVEIRA, C; FERREIRA, H, N. (2020). "Imigrantes e refugiados sob a perspectiva trabalhista". *Revista Jus Navigandi*. Disponível em <https://jus.com.br/artigos/84901/estrangeiros-no-brasil-imigrantes-e-refugiados-sob-a-perspectiva-trabalhista>. Acesso em 24 nov. 2020.

OLIVEIRA, W.; OLIVEIRA, T.; CAVALCANTI, L.; GUEDES, A. (2019). "Inserção de imigrantes no mercado de trabalho: integração de dados e análise de novos fluxos". *19º Congresso Brasileiro de Sociologia*, Florianópolis/SC. Disponível em <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/29135/Oliveira>>. Acesso em 20 ago. 2018.

OIM (Organização Internacional para as Migrações). (2019). *Glossary on Migration*, n. 34. Disponível em <https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml_34_glossary.pdf>. Acesso em 01 fev. 2021.

OLSARETTI, S. (1998). "Freedom, Force and Choice: Against the Rights-Based Definition of Voluntariness." *Journal of Political Philosophy* 6 (1): 53–78.

OM (Observatório das Migrações). (2016). *Indicadores de Integração de Imigrantes: relatório estatístico anual 2016*. Coord: Catarina Reis Oliveira; Natália Gomes. 1º ed., vol. – (Imigração em Números; 2). Lisboa, Portugal, pp. 179.

OMS (Organização Mundial da Saúde). (2018). *Mental health promotion and mental care in refugees and migrants: technical guidance*.

ONU (Organização das Nações Unidas). (1963). *Declaração das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial*. Disponível em < <https://www.oas.org/dil/port/1963>. Acesso em 14 set. 2021.

ORR (Office Of Refugee Resettlement). (2019). *Health Insurance*. Disponível em <https://www.acf.hhs.gov/orr/programs/refugees/health>. Acesso em 17 abr. 2021.

OSBORN, C. (2015). Portal NPR. *In Brazil, Syrian Refugees Retrace Migration Trails*. Disponível em < <http://www.npr.org/2015/09/26/443691876/in-brazil-syrian-refugees-retrace-migration-trails>>. Acesso em 30 ago. 2016.

OSTRAND, N. (2015). The Syrian Refugee Crisis: A Comparison of Responses by Germany, Sweden, the United Kingdom, and the United States. 2015. In: *Journal on Migration and Human Security*, v.3, n.3. Disponível em < <http://jmhs.cmsny.org/index.php/jmhs/article/download/51/42>> Acesso em 26 dez. 2017.

OTTONELLI, V; TORRESI, T. (2013). “When is migration voluntary?”. *International Migration Review*, 47(4), 783-813.

OXFAM (2020). *What is the Muslim Ban and how can we end it?* Disponível em <https://www.oxfamamerica.org/explore/stories/what-expanded-muslim-ban/>. Acesso em 17 abr. 2021.

PACE, M; AL-OBAYDI, S; NOURIAN, M. M; KAMIMURA, A. (2015). “Health services for refugees in the United States: policies and recommendations”. *Health*, 5(8), 63-68.

PARR (Programa de Apoio para a Recolocação dos Refugiados). (2019). Disponível em < <https://www.refugiadosnobrasil.org/>>. Acesso em 13 set. 2021.

PASCHOAL, G, H. (2012). *Trabalho como Direito Fundamental e a Condição de Refugiado no Brasil*. Curitiba: Juruá. 2012.

PASQUARELLO, J; BEVELANDER, P; TÖRNGREN, P. B; EMILSSON, H; IRASTORZA, N. (2019). Sweden’s Response to Syrian-Conflict Refugee Settlement’. *University Technology Sydney*. Retrieved, 26.

PETERSON, W. A. (1958). “A general typology of migration”. *American Sociological Review*, 23(3), 256–266.

PHILLIMORE, J. (2010). “Refugees, Acculturation Strategies, Stress and Integration”. *Jnl Soc. Pol.*, 40, 3, 575-593. Cambridge University Press.

PIGUET, E. (2018). Theories of voluntary and forced migration. *Routledge handbook of environmental migration and displacement*, 17-28.

PLATAFORMA AGENDA 2030. (2021). *A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em <http://www.agenda2030.org.br/sobre/>. Acesso em 14 set. 2021.

PNAD CONTINUA (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua). (2019). *Educação 2019*. Disponível em <

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf>. Acesso em 13 set. 2021.

PORTAL CAROLINA BORI. (2020). *Portal Carolina Bori*. Disponível em <<http://carolinabori.mec.gov.br/?pagina=inicial>>. Acesso em 13 set. 2021.

PORTES, A; RUMBAUT, R. (2001). “Not everyone is chosen: segmented assimilation and its determinants”, cap 3. In: *Legacies: The Story of the Immigrant Second Generation*. New York: Russell Sage Foundation.

PORTES, A; ZHOU, M. (1993). “The New Second Generation: Segmented Assimilation and Its Variants.” *Annals of the American Academy of Political and Social Sciences* 530: 74-96.

PRIVARA, A. (2020). Asylum seekers and refugees in Austria: public policy and attitudes. *Administration & Public Management Review*, (35).

QASMIYEH, E, F; LOESCHER, G; LONG, K; SINOGA, N. (2014). “Foreword by the United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR). In: QASMIYEH, E, F; LOESCHER, G; LONG, K; SINOGA, N. (2014) *The Oxford Handbook of Refugee & Forced Migration Studies*.

QUEIROZ, G. (2020). *Número de alunos estrangeiros na rede pública cresce 42% na capital*. Disponível em <https://vejasp.abril.com.br/cidades/numero-alunos-estrangeiros-rede-escola-publica-cresce-sao-paulo/>. Acesso em 13 set. 2021.

RAGASINI, B. (2020). *3 formas de conseguir um advogado gratuito*. Disponível em <https://biancassragasini.jusbrasil.com.br/artigos/869746550/3-formas-de-conseguir-um-advogado-gratuito>. Acesso em 14 set. 2021.

RAIS (Relatório Anual de Informações Sociais). (2019). *Manual de Orientação*. Ministério da Economia, Brasília/DF. Disponível <http://www.rais.gov.br/sitio/rais_ftp/ManualRAIS2019.pdf>. Acesso em 20 ago. 2020.

RAMALHO, S. (2019). *Virou rotina agredir e assassinar venezuelanos em Roraima*. Disponível em <<https://theintercept.com/2019/11/28/violencia-xenofobia-venezuelanos-roraima/>>. Acesso em 26 jan. 2021.

RANDELL, H. (2016). “Structure and agency in development-induced forced migration: The case of Brazil’s Belo Monte Dam”. *Population and environment*, 37(3), 265-287.

REDDEN, E. (2017). *Reaching Refugees*. Disponível em <https://www.insidehighered.com/news/2017/07/19/southern-new-hampshire-expands-refugee-education-initiative>. Acesso em 06 mai. 2021.

REFUGEE WIEN. (2021). *Education*. Disponível em <https://www.refugees.wien/en/info-for-refugees/education/>. Acesso em 04 abr. 2021.

RICHMOND, A. H. (1988). “Sociological theories of international migration: the case of refugees”. *Current Sociology*, 36(2), 7-25.

ROBINSON, V. (1998). “Defining and Measuring Successful Refugee Integration”, *Proceedings of ECRE International Conference on Integration of Refugees in Europe, Antwerp*, November 1998. Brussels: ECRE.

ROSA, A, M; BECKER, F. (2017). *Direito à tradução e à interpretação no processo penal*. Disponível em <https://www.conjur.com.br/2017-out-28/diario-classe-direito-traducao-interpretacao-processo-penal>. Acesso em 14 set. 2021.

RISE (Refugee Integration Survey and Evaluation). (2016). *The Refugee Integration Survey and Evaluation (RISE): A study of refugee integration in Colorado*. Colorado Department of Human Services. Disponível em <<https://www.immigrationresearch.org/system/files/rise-year-5-report.pdf>>. Acesso em 20 ago. 2020.

RITCHIE, J.; SPENCER, L.; O’CONNOR, W. (2004). “Carrying out qualitative analysis”. In Ritchie J, Lewis J (eds) *Qualitative research practice*. pp 219-262. London: Sage Publications.

ROBINEAU, O; GOMES, M. F; KENDALL, C; KERR, L; PÉRISSÉ, A; BOELLE, P. Y. (2020). “Model-based Respondent-driven sampling analysis for HIV prevalence in brazilian MSM”. *Scientific reports*, 10(1), 1-12.

ROSSA, L. A. (2018). “Cosmopolitismo subalterno e raça nos programas de acesso à educação superior para migrantes e refugiados no Brasil”. In *Anais Eletrônicos do Congresso Epistemologias do Sul* (Vol. 2, No. 1).

ROSE, D. (2019). “Creating a Home in Canada: Refugee Housing Challenges and Potential Policy Solutions”. *Migration Policy Institute*.

ROSE, J. (1998), “Evaluating the Contribution of Structuration Theory to the Information Systems Discipline”, *6th European Conference on Information Systems, Aix-en-Provence*.

RSMES (Rede de Saúde Mental e Economia Solidária). (2020). *Rede de Saúde Mental e Economia Solidária*. Disponível em <<http://saudeecosol.org/sobre/>>. Acesso em 13 set. 2021.

RW (Refugees Welcome). (s/d). *Asylum Seeker – Education*. Disponível em <https://refugeeswelcomehome.org/asylum-seeker-education/>. Acesso em 17 abr. 2021.

SÃO PAULO. (1990). “Lei n. 0 de 4 de abril de 1990”. *Lei Orgânica do Município de São Paulo*.

_____. (2002). “Lei n. 13.404 de 8 de agosto de 2002”. *Dispõe sobre o acesso de brasileiros e estrangeiros aos cargos, funções e empregos públicos na Administração Municipal Direta e Indireta, previsto no artigo 37, inciso I, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/98, e dá outras providências*.

_____. (2003). Instrução Normativa Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano – SEHAB N. 1 de 6 de maio de 2003. Disponível em <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/instrucao-normativa-secretaria-da-habitacao-e-desenvolvimento-urbano-1-de-10-de-maio-de-2003>. Acesso em 06 set. 2021.

_____. (2010). “Lei n. 14.187, de 19 de julho de 2010. *Dispõe sobre penalidades administrativas a serem aplicadas pela prática de atos de discriminação racial.*”

_____. (2014). *Qualificação da atenção à população migrante por agentes públicos.* Disponível em https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/Relatorio%20Final%20Capacitacao%20Saude%202014.pdf. Acesso em 06 set. 2021.

_____. (2016a). “Lei n. 16.478 de 8 de julho de 2016”. *Institui a Política Municipal para a População Imigrante, dispõe sobre seus objetivos, princípios, diretrizes e ações prioritárias, bem como sobre o Conselho Municipal de Imigrantes.*

_____. (2016b). “Decreto n. 57.533 de 15 de dezembro de 2016”. *Regulamenta a Lei nº 16.478, de 8 de julho de 2016, que institui a Política Municipal para a População Imigrante.*

_____. (2016c). *SP tem feirão do Emprego exclusivo para imigrante e refugiado.* Disponível em < <https://www.saopaulo.sp.gov.br/ultimas-noticias/sp-tem-feirao-do-emprego-exclusivo-para-imigrante-e-refugiado/>>. Acesso em 13 set. 2021.

_____. (2018a). “Lei n. 16.485, de 20 de março de 2018”. *Dispõe sobre a isenção de pagamento de taxas de revalidação de diplomas de graduação, mestrado e doutorado para os refugiados no Estado.*

_____. (2018b). *Plano Municipal de Saúde de São Paulo (2018-2021).* Disponível em < https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/plano_municipal_de_saude_2018_2021.pdf>. Acesso em 06 set. 2021.

_____. (2019a). *Prefeitura de São Paulo promove a Semana de Trabalho e Renda para Imigrantes.* Disponível em < <https://www.capital.sp.gov.br/noticia/prefeitura-de-sao-paulo-promove-a-semana-de-trabalho-e-renda-para-imigrantes>>. Acesso em 13 set. 2021.

_____. (2019b). *Prefeitura entrega primeiro empreendimento de habitação para população em situação de rua.* Disponível em <https://www.capital.sp.gov.br/noticia/prefeitura-entrega-primeiro-empreendimento-de-habitacao-para-populacao-em-situacao-de-rua..> Acesso em 06 set. 2021.

_____. (2020a). *1º Plano Municipal de Políticas para Imigrantes 2021-2024.* Disponível em < https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/MIGRANTES/PUBLICACOES/Plano%20Municipal_Produto%20Final_Atualizado_02.pdf>. Acesso em 13 set. 2021.

_____. (2020b). “Lei n. 17.301 de 24 de janeiro 2020”. *Dispõe sobre as sanções administrativas a serem aplicadas às práticas de discriminação em razão de orientação sexual e identidade de gênero.*

_____. (2021a). *Casa da Família.* Disponível em <<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/habitacao/programas/index.php?p=263328>>. Acesso em 06 set. 2021.

_____. (2021b). *Programa Anual de Saúde (2021)*. Disponível em https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/PAS_2021_submetida_CM_S_22_9_2020.pdf. Acesso em 06 set. 2021.

_____. (2021c). *Região 8 – Divisão do Município de São Paulo em Oito Regiões*. Disponível em <http://dados.prefeitura.sp.gov.br/pt_PT/dataset/regiao-8-divisao-do-municipio-de-sao-paulo-em-oito-regioes>. Acesso em 02 jun. 2021.

SHANKS, D. (2021). *Scottish election 2021: Right to vote 'changes my life', says Syrian refugee*. Disponível em <<https://www.bbc.com/news/uk-scotland-north-east-orkney-shetland-56829089>>. Acesso em 15 set. 2021.

SALEH, A; AYDIN, S; KOÇAK, O. (2018). “A comparative study of Syrian refugees in Turkey, Lebanon, and Jordan: healthcare access and delivery”. *OPUS Uluslararası Toplum Araştırmaları Dergisi*, 8(14), 448-464.

SALGINIK, M; HECKATHORN, D. (2004). *Sampling and estimation in hidden populations using Respondent-Driven Sampling*. *Sociological Methodology*, vol. 34. (2004), pp. 193-239.

SAMARI, G. (2017). “Syrian refugee women's health in Lebanon, Turkey, and Jordan and recommendations for improved practice”. *World medical & health policy*, 9(2), 255-274.

SANDERSON, S. (2020). *Sub-Saharan migrants in Egypt subject to increasing abuse and violence*. Disponível em <https://www.infomigrants.net/en/post/21862/sub-saharan-migrants-in-egypt-subject-to-increasing-abuse-and-violence>. Acesso em 25 abr. 2021.

SATIE, M; MORAES, J. (2020). *Veja agenda de eventos para conhecer outras culturas sem sair de São Paulo*. Disponível em <<https://saopaulo.folha.uol.com.br/revista/2020/01/veja-agenda-de-eventos-para-conhecer-outras-culturas-sem-sair-de-sao-paulo.shtml>>. Acesso em 15 set. 2021.

SAVAGE, J. (2008). *How does the Swedish healthcare system work?* Disponível em <https://www.thelocal.se/20080822/13882/#:~:text=Foreigners%20legally%20resident%20in%20Sweden,the%20same%20terms%20as%20Swedes.&text=Costs%20are%20capped%20at%20900,more%20than%20they%20have%20to>. Acesso em 30 mar. 2021.

SAYER, A. (1992). *Methods in social science: A realist approach*. London: Routledge.

SCE (Secretaria de Cultura e Economia). (2020). *25ª Festa do Imigrante – Online*. Disponível em <https://museudaimigracao.org.br/festa-do-Imigrante>. Acesso em 15 set. 2021.

SCHACHTER, A. (2016). “From ‘different’ to ‘similar’: an experimental approach to understand assimilation”. *America Sociological Review*, vol. 81, pp. 981-1013.

SCHMINK, M. (1984). “Household Economic Strategies: A Review and Research Agenda”. *Latin American Research Review*, 19(3): 87-101.

SCHNEIDER, J; CRUL, M. (2010). "New Insights into assimilation and integration theory: Introduction to the special issue". *Ethnic and Racial Studies*, vol 33, n° 7, pp. 1143-1148.

SCOTT, J; MARSHALL, G. (2009) *A Dictionary of Sociology*. Oxford: Oxford University Press, online edition.

SCOTT, C; SAFDAR, S. (2017). "Threat and prejudice against Syrian refugees in Canada: Assessing the moderating effects of multiculturalism, interculturalism, and assimilation". *International Journal of Intercultural Relations*, 60, 28-39.

SEAN, A. (1999). *Development as freedom*. New York: Anchor Books.

SEWELL, W.H. (1992) 'A theory of structure: duality, agency and transformation', *American Journal of Sociology*, 98(1): 1_29.

SHRYOCK, Henry S., SIEGEL, Jacob S., 1976. *The Methods and materials of demography*. Edição condensada de Edward G. Stockwell. New York, Academic Press.

SIEGERT, M. (2019). "Social Contacts of Refugees". *BAMF-Brief Analysis*, Edition 04/2019.

SILVA, B.M. (2012). *Aquisição de imóvel por estrangeiros*. Disponível em <<https://jus.com.br/artigos/21182/aquisicao-de-imovel-por-estrangeiros>>. Acesso em 06 set. 2021.

SILVA, E. (2019). *São Paulo tem déficit de 474 mil moradias, diz estudo*. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/09/sao-paulo-tem-deficit-de-474-mil-moradias-diz-estudo.shtml>>. Acesso em 30 mai. 2021.

SMA (Swedish Migration Agency). (2020). *When you have received a decision on your asylum application*. Disponível em <https://www.migrationsverket.se/English/Private-individuals/Protection-and-asylum-in-Sweden/When-you-have-received-a-decision-on-your-asylum-application.html>. Acesso em 05 mai. 2021.

SMDDET (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo). (2021). *Dia do Imigrante: Prefeitura celebra data com uma semana de eventos e ações*. Disponível em <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento/noticias/?p=314083>. Acesso em 15 set. 2021.

SMDHC (Secretaria Municipal de Direitos Humanos de Cidadania). (2021). *Coordenação de Promoção da Igualdade Racial*. Disponível em https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/igualdade_racial/. Acesso em 14 set. 2021.

SOUTH, C (2010). *Cultural Shock! A Survival Guide to Customs and Etiquette Syria*. Marshall Cavendish Editions.

SPEARE, A. (1974). "The relevance of models of internal migration for the Study of International.

SPRANDEL, A. (2018). “Housing and integrating refugees in Hamburg”. *Field Actions Science Reports. The journal of field actions*, (Special Issue 18), 20-25.

STATISTA. (2020). *The Syrian Civil War – Statistics & Facts*. Disponível em <https://www.statista.com/topics/4216/the-syrian-civil-war/>. Acesso em 10 jun. 2020.

STATISTA (2021a). *Ranking of the largest Syrian refugee-hosting countries in 2019*. Disponível em <https://www.statista.com/statistics/740233/major-syrian-refugee-hosting-countries-worldwide/>. Acesso em 17 abr. 2021.

STATISTA (2021b). *Syrian refugee arrivals in the United States from 2011 to 2019*. Disponível em <https://www.statista.com/statistics/742553/syrian-refugee-arrivals-us/>. Acesso em 17 abr. 2021.

STAVE, S. E; HILLESUND S. (2015). “Impact of the Syrian refugee crisis on the Jordanian labour market”. *International Labour Organization and Fafo Institute for Applied International Studies*, Geneva, April 2015.

STEFFES, I; MARTINS, J. (2016). ““FALTA UM JORGE”: A SAÚDE NA POLÍTICA MUNICIPAL PARA MIGRANTES DE SÃO PAULO (SP)”. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 275-299.

STREITWIESER, B; LOO, B; OHORODNIK, M; JEONG, J. (2019). „Access for refugees into higher education: A review of interventions in North America and Europe”. *Journal of Studies in International Education*, 23(4), 473-496.

STRUNK, B; FELLNER, S; TEZCAN-GÖTZ, L, T; EL FALAKY, S, B; KERSTEN, D. (2017). *We, the city of Hamburg! Participation, intercultural opening and cohesion – 2017 Hamburg integration concept* -. Disponível em <<https://www.hamburg.de/contentblob/11364984/94362bc02852dbb54941652ac43d89d6/data/hamburg-integration-concept.pdf>>. Acesso em 13 set. 2021.

TAYLOR, E. J. (1999). “The new economics of labour migration and the role of remittances in the migration process”. *International migration*, 37(1), 63-88.

THE ECONOMIST. (2020). *Five years after arrival, Germany’s refugees are integrating*. Disponível em <https://www.economist.com/europe/2020/08/25/five-years-after-arrival-germanys-refugees-are-integrating>. Acesso em 05 mai. 2021.

TJDFT (Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios). (2016). *Discriminação ou Preconceito*. Disponível em <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/discriminacao-ou-preconceito-1>. Acesso em 14 set. 2021.

TOMLINSON, F. and EGAN, S. (2002) ‘From Marginalization to (Dis)empowerment: Organizing Training and Employment Services for Refugees’, *Human Relations* 55(8):

TOMITA,G; SARIKAKIS, K; WOLF, B. (2019). “The status of refugees in Higher Education in Austria“. *Refugees Education Initiatives (REIS)*. Disponível em <

<https://static1.squarespace.com/static/5ca3aae4b10f2503d1cedfdf/t/5d692e69b3cf300001b63ff1/1567174252518/Austria+refugees+and+higher+education.docx+%281%29.pdf>. Acesso em 06 mai. 2021.

TRAUB, I. (2018). *Desafios para a reunião familiar no Brasil*. Disponível em < <https://novojurista.com/2018/08/26/desafios-para-a-reuniao-familiar-no-brasil/#comments>>. Acesso em 15 set. 2021.

TRINES, S. (2019). *The State of Refugee Integration in Germany in 2019*. Disponível em <https://wenr.wes.org/2019/08/the-state-of-refugee-integration-in-germany-in-2019>. Acesso em 05 mai. 2021.

WALLIS, E. (2017). *How migrants and refugees participate in German politics - even if they can't vote*. Disponível em < <https://www.infomigrants.net/en/post/12048/how-migrants-and-refugees-participate-in-german-politics--even-if-they-cant-vote>>. Acesso em 15 set. 2021.

WATT, E. (2016). *Refugees should be in school within 30 days of being displaced*. Disponível em < <https://theirworld.org/news/refugees-should-be-in-school-within-30-days-of-being-displaced-says-charity>>. Acesso em 30 jun. 2021.

WHITTINGTON, R. (2012). “Giddens, structuration theory and strategy as practice”. *Cambridge handbook of strategy as practice*, 109-126.

WOLF, D. (1990). *Factory Daughters: Gender, Household Dynamics, and Rural Industrialization in Java*. Berkeley: University of California Press.

WOOD, C.H. (1982). “Equilibrium and Historical-Structural Perspectives on Migration”. *International Migration Review*, 16:298-319.

UMIAS, E. (2011). *Cash in hand: Urban refugees, the right to work and UNHCR's advocacy activities*. Geneva: UNHCR.

UN (United Nations). (2002). *Convention on the Rights of the Child*. Consideration of reports submitted by states parties under article 44 of the convention. Syrian Arabic Republic. Disponível em <http://www.youthpolicy.org/wp-content/uploads/library/2002_UNCRC_Syria_Eng.pdf>. Acesso em 29 jan. 2019.

_____. (2015). *World Population Prospects: the 2015 Revision, Volume II: Demographic Profiles* (ST/ESA/SER.A/380). Disponível em < https://esa.un.org/unpd/wpp/Publications/Files/WPP2015_Volume-II-Demographic-Profiles.pdf>. Acesso em 26 mai. 2018.

UNHCR (United Nations High Commissioner for Refugees). (1950). *Statute of the office of the United Nations High Commissioner for Refugees*. General Assembly Resolution 428 (V). Disponível em < <https://www.unhcr.org/protection/basic/3b66c39e1/statute-office-united-nations-high-commissioner-refugees.html>>. Acesso em 23/04/2020.

_____. (2011) *UNHCR Global Trends 2010: War's Human Cost*. Disponível em < <http://www.unhcr.org/4dfa11499.pdf>>. Acesso em 10 out. 2018.

_____. (2013a). *A new beginning: refugee integration in Europe*. Disponível em < <https://www.unhcr.org/protection/operations/52403d389/new-beginning-refugee-integration-europe.html>>. Acesso em 10 fev. 2021.

_____. (2013b). *A new Beginning: refugee integration in Sweden*. <https://www.refworld.org/docid/5295a60e4.html>. Acesso em 05 mai. 2021.

_____. (2014). “Chapter 3: Durable Solutions and New Displacement”. In: UNHCR (2014). *Statistical yearbook 2014*. Disponível em < <https://www.unhcr.org/56655f4c0.html>>. Acesso em 10 fev. 2021.

_____. (2016). *UNHCR Global Trends: Forced Displacement in 2015*. Disponível em < <http://www.unhcr.org/576408cd7.pdf>>. Acesso em 26 dez. 2017.

_____. (2017a). *Refugees in Canada*. Disponível em <https://www.unhcr.ca/in-canada/refugees-in-canada/>. Acesso em 18 abr. 2021.

_____. (2017b). *Vulnerability Assessment of Syrian Refugees in Egypt 2016*. Disponível em <https://reliefweb.int/report/egypt/vulnerability-assessment-syrian-refugees-egypt-2016>. Acesso em 18 abr. 2021.

_____. (2018). *Syria emergency*. Disponível em <https://www.unhcr.org/en-us/syria-emergency.html>. Acesso em 02 abr. 2021.

_____. (2019). *Education*. Disponível em <https://www.unhcr.org/lb/education>. Acesso em 02 abr. 2021.

_____. (2020a). *UNHCR Global Trends: Forced Displacement in 2019*. Disponível em < <https://www.unhcr.org/statistics/unhcrstats/5ee200e37/unhcr-global-trends-2019.html>>. Acesso em 26 jan. 2021.

_____. (2020b). *Being a Refugee in Sudan – 2019 Participatory Assessment Report*. Disponível em <https://reliefweb.int/report/sudan/being-refugee-sudan-2019-participatory-assessment-report>. Acesso em 06 mai. 2021.

_____. (2021a). *Information for Refugees, Asylum-seekers and Stateless People*. Disponível em <https://help.unhcr.org/>. Acesso em 10 mai. 2021.

_____. (2021b). *The U.S. Refugee Resettlement Program Explained*. Disponível em <https://www.unrefugees.org/news/the-u-s-refugee-resettlement-program-explained/>. Acesso em 12 abr. 2021.

_____. (2021c). *Sudan - Country Refugee Response Plan (CRP) - (January - December 2021)*. Disponível em

<https://reliefweb.int/report/sudan/sudan-country-refugee-response-plan-crp-january-december-2021>. Acesso em 06 mai. 2021.

UNHCR EXECUTIVE COMMITTEE. (2005). *Conclusion on Local Integration*. Disponível em <<http://www.unhcr.org/4357a91b2.html>>. Acesso em 15 out. 2018.

UNHCR (United Nations High Commissioner for Refugees); RRCE (Regional Representation for Central Europe); EUROSTAT. (2013). *Refugee Integration and the Use of Indicators: evidence from Central Europe*. Pp, 144.

US NEWS (2015). *8 Facts About the U.S. Program to Resettle Syrian Refugees*. Disponível em <https://www.usnews.com/news/articles/2015/11/20/8-facts-about-the-us-program-to-resettle-syrian-refugees>. Acesso em 19 abr. 2021.

VAN ESVELD, B. (2017). *A good move by Jordan for Syrian children: New policy will help open school doors*, Human Rights Watch.

VENTURA, D. D. F. L; YUJRA, V. Q. (2019). *Saúde de migrantes e refugiados*. SciELO-Editora FIOCRUZ.

VIANA, L, R. (2016). “O direito de morar no refúgio – a problemática da moradia do refugiado na cidade de São Paulo: saídas individuais ou coletivas?”. *Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Serviços Sociais*. Rio de Janeiro, 2016.

VINUTO, J. (2014). “A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto”. *Revista Temáticas*, 22, 203-220, Campinas/SP. Disponível em <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/tematicas/article/viewFile/2144/1637>. Acesso em 03 jan. 2019.

VON HAUMEDER, A; GHAFOORI, B; REATILLEAU, J. (2019). „Psychological adaptation and posttraumatic stress disorder among Syrian refugees in Germany: a mixed-methods study investigating environmental factors”. *European journal of psychotraumatology*, 10(1), 1686801.

WILKINSON, L.A. (2001). “The Integration of Refugee Youth in Canada”. *A thesis submitted to the Faculty of Graduate Studies and Research in partial fulfillment of the requirements for the degree of Doctorate of Philosophy*. Department of Sociology, University of Alberta, Canada.

WILLIWANS, C. L; BERRY, J. W. (1991). Primary prevention of acculturative stress among refugees: Application of psychological theory and practice. *American Psychologist*, 46(6), 632–641.

WOLDETSADIK, M, A. (2014). *The Health Needs of Syrian Women in and Around the Za'atari Refugee Camp [Online]*. RAND.

WOLFF, J, S. (2018). “A Preliminary case study of refugees in towns”. *Feinstein International Center*, Tufts University.

WORLD BANK (2021). *Intentional homicides (per 100,000 people)*. Disponível em <<https://data.worldbank.org/indicator/VC.IHR.PSRC.P5>>. Acesso em 04 jun. 2021.

XI, Y; GREEMANN, E. (2005). “Segmented Assimilation Theory: a reformulation and empirical test”. *Population Studies Center*. University of Michigan.

YALIM, A, C. (2020). “The Impacts of Contextual Factors on Psychosocial Wellbeing of Syrian Refugees: Findings from Turkey and the United States”. *Journal of Social Service Research*, 47(1), 104-117.

YIGIT, I. H; TATCH, A. (2017). “Syrian refugees and Americans: Perceptions, attitudes and insights”. *American Journal of Qualitative Research*, 1(1), 13-31.

YU, S; OUELLET, E; WARMINGTON, A. (2007). “Refugee integration in Canada: A survey of empirical evidence and existing services”. *Refuge: Canada's Journal on Refugees*, 17-34.

ZETTER, R. (2007). More labels, fewer refugees: Remaking the refugee label in an era of globalization. *Journal of refugee studies*, 20(2), 172-192.

ZOLBERG, A. (1938). The formation of New States as a Refugee-generating process. *Annals of the American Academy of Political & Social Science*; 467, p. 24-38.

APÊNDICE I – *Survey* Integração de Refugiados Sírios



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG

SURVEY INTEGRAÇÃO DE REFUGIADOS SÍRIOS

Módulo 1 – IDENTIFICAÇÃO

Número do questionário: _____ Data de realização: _____

Hora de Início: _____ Hora do Término: _____

Local: _____

Observação: _____

Nome do entrevistado: _____

Idioma do Questionário: _____

Idioma da entrevista: _____

Módulo 2 – CARACTERIZAÇÃO BÁSICA E COMPOSIÇÃO FAMILIAR E DOMICILIAR

Informações sobre membros da família, pessoas que vivem no domicílio e filhos do entrevistado.

Ordem de pessoas a serem listadas: entrevistado, pessoas que moravam no mesmo domicílio que o entrevistado na Síria; todos os moradores do domicílio atual; os filhos do entrevistado)

	Nome	Sexo	Qual relação com o chefe da família?	Qual a relação com você?	É membro do domicílio atual?	Se não, vive onde (País/cidade)?	Lugar de Nascimento (País e Estado/Cidade)	Idade	Raça/Cor ⁹⁰	Status Civil atual	Religião	É praticante da religião?	Grau máx. de estudos concluídos	Principal ocupação remunerada na Síria	Principal ocupação remunerada no Brasil	Possui o status de refugiado no Brasil?
1	-			-	-	-										-
2																
3																
4																
5																
6																
7																
8																
9																
10																
11																
12																
13																
14																
15																
16																
17																
18																
19																
20																

⁹⁰ Observação do entrevistador.

Módulo 3 – TRAJETÓRIA MIGRATÓRIA

1) Em que ano você saiu da Síria por causa da guerra?

Resposta: _____

2) Em qual cidade você morava na Síria antes de sair por causa da guerra?

Resposta: _____

2.1) Morava na cidade (área urbana) ou no interior (área rural)?

Cidade		Interior	
Não sei			

3) Como você saiu da Síria?

Avião		Barco/navio	
Ônibus		Outro transporte	
A pé			

4) Com quem você saiu da Síria? (marcar mais de uma opção)

Sozinho		Avós	
Companheiro/Cônjuge		Outro familiar (especificar)	
Filhos		Amigo(s)	
Pais		Pessoas de mesma nacionalidade	
		Outro (especificar)	

5) Antes do Brasil, você buscou refúgio em outro(s) país(es), quais?

Listar países:

Não (Q->8)

5.1) Se sim, você chegou a ser reconhecido como refugiado em algum deles? Se sim, qual(is)?

Listar países:

Não

6) Por quanto tempo você viveu neste(s) país(es)? (citar o ano de entrada e saída)

Listar países e período:

Não sei

7) Em que ano você chegou ao Brasil?

Resposta: _____

8) Em que cidade e Estado você chegou ao Brasil?

Resposta: _____

9) Como você chegou ao Brasil?

Avião

ônibus

A pé

Barco/navio

Outro transporte

10) Com quem você chegou ao Brasil?

Sozinho

Companheiro/Cônjuge

Filhos

Pais

Avós

Outro familiar (especificar)

Amigo(s)

Pessoas de mesma nacionalidade

Outro (especificar)

11) Como conseguiu dinheiro para a viagem ao Brasil?

Próprios recursos

Pediu dinheiro a familiares

Pediu dinheiro a amigos

Outro (especificar)

12) Em que ano e mês você solicitou refúgio no Brasil?

Resposta: _____

13) Em que ano e mês você foi oficialmente reconhecido como refugiado no Brasil (isto é, em que ano te deram o documento oficial)?

Resposta: _____

14) Antes de morar em São Paulo, você morou em outra cidade/Estado no Brasil? Qual(is) e em que ano/mês você chegou e saiu?

Listar cidades e
período:

Não

15) Há quanto tempo você vive em São Paulo desde que chegou pela última vez à cidade?

Menos de 6 meses
Entre 6 meses e 1 ano
Mais que 1 ano e menos que 2

Acima de 2 anos e menos que 5
Acima de 5 anos

16) Você (ou sua família) escolheu morar na cidade de São Paulo? (indicador)

Sim

Não

16.1) (SE SIM) Por que você (s) escolheu(ram) morar em São Paulo?

Resposta: _____

16.2) (SE NÃO) Por que então você está morando em São Paulo? E para onde você gostaria de ir?

Resposta: _____

17) Em qual bairro você mora?

Resposta: _____

Módulo 4 – INTEGRAÇÃO INSTITUCIONAL: HABITAÇÃO E SAÚDE

18) A casa que você mora é: (indicador)

Alugada
Própria
Casa de amigos
Casa de parentes

Mora em abrigos cedidos pelo governo
Mora em abrigos cedidos por entidades civis
Desabrigado
Outro (especificar)

19) Quantos quartos de dormir possui a casa? (apenas quartos de dormir, e não quartos improvisados) (indicador)

Resposta: _____

20) Qual o tempo aproximado que você gasta diariamente para se deslocar de sua casa ao trabalho/universidade/escola? (marcar mais de uma opção se precisar) (indicador)

Trabalho: _____

Escola: _____

Universidade: _____

N/A

21) Vou te mostrar agora alguns desenhos com rostos e números e eu gostaria que você me falasse quais que representam melhor seu sentimento em relação ao que vou te perguntar, tudo bem? (indicador).

(MOSTRAR OS DESENHOS) olhando para a imagem, em que o rosto número 1 indica “muito insatisfeito” e 5 “muito satisfeito”, qual dos números descreve melhor seu sentimento em relação a: (indicador)

21.1) 1 - O tamanho e o conforto de sua casa em São Paulo.

Resposta: _____

21.2) 2 - Segurança do bairro onde você mora (se é um bairro que você considera perigoso ou seguro para viver)

Resposta: _____

21.3) 3 - Distância de sua casa para as tarefas diárias (trabalho, escola, universidade, padaria, supermercado, posto de saúde etc.).

Resposta: _____

21.4) 4 - Distância de sua casa até as estações de transporte público (ônibus e metrô/trem)

Resposta: _____

22) Você já foi atendido por algum médico desde que está morando no Brasil? (Posto de saúde, hospital, visita de profissional em casa, consulta particular, ou algum outro) (indicador)

Consulta em posto de saúde
Consulta em casa
Consulta por telefone

Consulta particular
Outro (especificar)
Não

23) Você possui Plano de Saúde privado no Brasil?

Sim

Não

23.1) Se não, você possui a carteirinha do SUS, o sistema de saúde brasileiro com atendimento gratuito? (indicador)

Sim

Não
Nunca ouvi falar

24) Você precisou de atendimento médico nos últimos 12 meses? (indicador)

Sim

Não

24.1) Se sim, você conseguiu ser atendido sempre que precisou?

Sim

Não

24.1.1) Se não, por qual motivo você não foi atendido?

Resposta: _____

25) (APENAS AOS QUE JÁ FIZERAM ALGUM TIPO DE CONSULTA MÉDICA) olhando para a imagem (MOSTRA OS DESENHOS), em que 1 é “muito insatisfeito” e 5 é “muito satisfeito”, qual dos números descreve melhor seu sentimento em relação ao: (indicador)

25.1) 1 - atendimento médico recebido (respeito de todos os profissionais envolvidos no seu atendimento, qualidade da consulta e qualidade da comunicação entre você e a equipe)

Resposta: _____

Módulo 5 – INTEGRAÇÃO INSTITUCIONAL: EDUCAÇÃO E EMPREGO

26) Você frequentava alguma escola ou universidade na Síria antes de sair por causa da guerra? (aqui estão excluídos cursos de idiomas)

Educação infantil		Ensino Superior	
Ensino fundamental		Pós-graduação	
Ensino Médio		Não	

27) Você frequenta alguma escola ou universidade no Brasil? (aqui estão excluídos cursos de idiomas)

Educação infantil		Ensino Superior	
Ensino fundamental		Pós-graduação	
Ensino Médio		Não	

27.1) Se não, por quê?

Resposta: _____

28) (APRESENTAR OS DESENHOS) Se sim, olhando para a imagem, em que 1 é “muito insatisfeito” e 5 é “muito satisfeito”, qual dos números descreve melhor seu sentimento em relação a:

28.1) 1 – forma como os colegas e professores te tratam na instituição (se respeitam as suas diferenças culturais e o tratam com educação e paciência)

Resposta: _____

28.2) 2 - qualidade do ensino (satisfação com o material ensinado, preocupação com as suas necessidades e qualidade dos professores)

Resposta: _____

29) Como você considera seu nível de entendimento em português? (pensando em escrita, escuta e fala juntos)?

Zero		Intermediário	
Muito básico		Intermediário avançado	
Básico		Avançado	
		Fluente (domina completamente o idioma)	

30) Possui algum certificado de conhecimento em português? Se sim, qual? (indicador)

Certificado

Não

31) Você frequenta aulas de português no Brasil? (indicador)

Sim

Já frequentei e parei

Nunca frequentei (Q -> 35)

32) (SE SIM OU JÁ FREQUENTOU E PAROU) Quantas horas por semana você gasta/gastou com aulas de português (incluindo estudos em casa, sem professor)? (indicador)

Resposta: _____

33) Você lembra quantos dias levou entre seu pedido de refúgio ao Brasil e o início das suas aulas de português? (indicador)

Resposta: _____

34) (APRESENTAR OS DESENHOS) olhando para a imagem, em que 1 é “muito insatisfeito” e 5 é “muito satisfeito”, qual dos números descreve melhor seu sentimento em relação a: (indicador)

34.1) 1 - horas de aulas de português por semana (se são poucas, muitas, adequadas)

Resposta: _____

34.2) 2 - qualidade do ensino (didática, paciência e conhecimento do professor e material ensinado)

Resposta: _____

35) (APENAS AOS QUE POSSUEM FILHOS EM IDADE COMPULSÓRIA MORANDO NO BRASIL (4 A 17 ANOS – 35-37. CASO NÃO, PULAR PARA 38). Você tem filhos que estão morando no Brasil que frequentam creche/escola? Se não, por quê? (indicador)

Sim, escola e creche

Sim, apenas creche

Sim, apenas escola

Não (por opção) (Q -> 38)

Não (problemas com documentação) (Q -> 38)

Não (outros motivos) (Q -> 38)

35.1) Se sim, quantos dos seus filhos frequentam escola?

Resposta: _____

35.2) Quantos frequentam creche?

Resposta: _____

36) Você se lembra quantos dias levou entre seu pedido de refúgio ao Brasil e o pedido de matrícula dos seus filhos na escola/creche? (indicador)

Resposta: _____

37) (APRESENTAR OS DESENHOS), olhando para a imagem, em que 1 é “muito insatisfeito” e 5 é “muito satisfeito”, qual dos números descreve melhor seu sentimento em relação a: (indicador)

37.1) 1 – forma de tratamento dos colegas e professores com seus filhos (se respeitam as diferenças culturais, os tratam com educação e paciência)

Resposta: _____

37.2) 2 - Qualidade do ensino (satisfação com o material ensinado, preocupação com as necessidades dos refugiados e qualidade do professor)

Resposta: _____

38) (APENAS PARA QUEM RESPONDEU QUE POSSUI OCUPAÇÃO REMUNERADA NO DESTINO. 38-41) Você me disse que exerce (OCUPAÇÃO) aqui em São Paulo. Esta é uma ocupação de que natureza?

Carteira assinada
Próprio negócio (com CNPJ)

Trabalho informal
Outro (especificar)

39) Você trabalha com esta ocupação durante quantos dias por semana?

Resposta: _____

39.1) Quantas horas por dia você gasta nesta atividade (se formal, excluir hora extra)? (se não souber por dia exatamente, pode falar na semana ou mês) (indicador)

Resposta: _____

40) Quanto você ganha por mês nesta atividade? (se a pessoa se sentir desconfortável em falar exatamente, indicar intervalos com alguns valores) (indicador)

Resposta: _____

Menos que meio salário mínimo
Entre meio e 1 salário
Acima de 1 um salário e menos que 2

Acima de 2 e menos que 3
Acima de 3 e menos que 5
Acima de 5

41) Somando todas as suas atividades de trabalho, quanto você ganha por mês?

Resposta: _____

Menos que meio salário mínimo
Entre meio e 1 salário
Acima de 1 um salário e menos que 2

Acima de 2 e menos que 3
Acima de 3 e menos que 5
Acima de 5

42) Você envia remessas (dinheiro/ou alguma outra coisa) para familiares? Se sim, qual o valor mensal/anual que você destina a eles?

Valor: _____ () Mensal () Anual

☐ Não

Menos que meio salário mínimo⁹¹
Entre meio e 1 salário

Acima de 2 e menos que 3
Acima de 3 e menos que 5

⁹¹ R\$ 998,00, baseado no ano de 2019, decreto 9.661/2019.

Acima de 1 um salário e menos que 2

Acima de 5
Outros (especificar)

43) Se formos somar todas as suas fontes de dinheiro (somando sua ocupação principal e outras, ajuda de familiares, do governo ou de outros lugares), quanto você ganha por mês?

Resposta: _____

Menos que meio salário mínimo
Entre meio e 1 salário
Acima de 1 um salário e menos que 2

Acima de 2 e menos que 3
Acima de 3 e menos que 5
Acima de 5

44) Se somar todas as suas despesas (aluguel, comida, água, luz, transporte etc.), quanto você gasta por mês?

Resposta: _____

Menos que meio salário mínimo
Entre meio e 1 salário
Acima de 1 um salário e menos que 2

Acima de 2 e menos que 3
Acima de 3 e menos que 5
Acima de 5

45) Qual a renda mensal total da sua casa (somando a renda de todos os familiares que moram com você. Se mora sozinho ou com não-familiares, a renda total é a renda do respondente)?

Resposta: _____

Menos que meio salário mínimo
Entre meio e 1 salário
Acima de 1 um salário e menos que 2

Acima de 2 e menos que 3
Acima de 3 e menos que 5
Acima de 5

46) (APENAS PARA QUEM NÃO TEM OCUPAÇÃO) Você procurou exercer alguma atividade paga nos últimos 12 meses? (indicador)

Sim

Não

46.1) Se sim, você continua procurando exercer alguma atividade paga atualmente?

Sim

Não

47) Você demorou quanto tempo após receber seu protocolo de refúgio para conseguir seu primeiro emprego formal no Brasil? (indicador)

Dias/meses/anos
Não me lembro

Nunca procurei emprego
Nunca consegui emprego de carteira assinada

48) Você conseguiu revalidação de diplomas escolares ou de qualificação profissional no Brasil? (indicador)

Sim

Não tentei

Não ☐ Não possuo documentos desta natureza para validar ☐

48.1) Se sim, quanto tempo demorou entre o momento em que você entrou com o pedido de revalidação e o momento em que ele foi dado? (indicador)

Dias/meses/anos Não me lembro

48.2) Se não, por qual motivo seu pedido foi negado?

Falta de documentação Não passou na prova de reclassificação
Falta de equivalência Outro motivo (especificar)

49) (APENAS AOS QUE ESTÃO TRABALHANDO). Olhando para a imagem (MOSTRAR OS DESENHOS), em que 1 é “muito insatisfeito” e 5 é “muito satisfeito”, qual dos números descreve melhor seu sentimento em relação a: (indicador)

49.1) 1 – seu ambiente de trabalho (se os colegas o tratam com respeito, o ambiente é amigável e se não há quaisquer tipos de discriminações)

Resposta: _____

49.2) 2 - satisfação em relação a sua qualificação profissional ou educacional e o trabalho que você faz

Resposta: _____

49.3) 3 - salário atender às suas necessidades básicas (custos com habitação, alimentação e transporte)

Resposta: _____

Módulo 6 – INTEGRAÇÃO SOCIOCULTURAL – CONTATO SOCIAL E ABERTURA CULTURAL

50) Você já possuía conhecidos no Brasil antes de vir ao país?

Familiares Não
Amigos Outro (especificar)

50.1) Se sim, eles são de qual nacionalidade?

Conhecidos	Nacionalidade
Familiares	
Amigos	
Outros	

51) Você possui relações próximas com os brasileiros? (no sentido de sair junto ou frequentar suas casas) (indicador)

Sim

Não

52) **Você considera que possui amigo(s) brasileiros? (alguém em que você possa contar segredos, em que confia) (indicador)**

Sim

Não

53) **O que você acha sobre a forma como os brasileiros recebem os refugiados?**

Todos os dias
Mais de uma vez por semana
Pelo menos uma vez por semana
Mais de uma vez por mês
Muito boa
Boa
Normal

Pelo menos uma vez por mês

A cada seis meses

Anualmente

Ruim

Muito ruim

54) **Em uma escala de 1 a 5, em que 1 é “muito fraco” e 5 é “muito forte”, como você considera seu nível de proximidade/relação com os brasileiros em geral? (indicador)**

Resposta: _____

55) **Você possui relações próximas com outros refugiados (de mesma nacionalidade ou não)? (próximas no sentido de sair junto ou frequentar suas casas). (indicador)**

Sim

Não

56) **Você considera que possui amigo(s) refugiados? (alguém em que você possa contar segredos, em que confia) (indicador)**

Sim

Não

57) **Em uma escala de 1 a 5, em que 1 é “muito fraco” e 5 é “muito forte”, como você considera o nível de proximidade/relação com outros refugiados em geral? (indicador)**

Resposta: _____

58) **Você mantém contato (por internet, telefone, carta etc.) com familiares ou amigos na Síria ou em outros destinos? (indicador)**

Sim

Não

58.1) **Se sim, com que frequência?**

58.2) Se não, por quê?

Resposta: _____

59) Você alguma vez já se sentiu discriminado no Brasil (discriminado no caso é se sentir ofendido e/ou humilhado por alguém)? Se sim, por qual motivo? (marcar mais de uma opção) (indicador)

Religião	☐	Costumes/Vestimentas	☐
Raça/cor	☐	Outro (especificar)	☐
Nacionalidade	☐	Não	☐

59.1) Se sim, onde isso ocorreu?

Motivo	Local			
	Trabalho	Escola	Rua	Outro (especificar)
Religião	☐	☐	☐	☐
Raça/cor	☐	☐	☐	☐
Nacionalidade	☐	☐	☐	☐
Costumes/Vestimentas	☐	☐	☐	☐
Outro (especificar)	☐	☐	☐	☐

60) Em uma escala de 1 a 5, onde 1 é “muito inseguro” e 5 é “muito seguro”, qual é o nível de segurança que você sente como cidadão vivendo em São Paulo? (indicador)

Resposta: _____

61) Em uma escala de 1 a 5, em que 1 significa “nenhuma confiança” e 5 é “muita confiança”, qual é o nível de sua confiança na polícia de São Paulo? (indicador)

Resposta: _____

62) Você acessa uma vez por dia ou mais as mídias brasileiras? (televisão/rádio/jornal /internet/livros/teatro/cinema/músicas etc.). Quais? (indicador)

Televisão	☐	Jornal impresso	☐
Rádio	☐	Outro (especificar)	☐
Internet	☐	Não acesso nenhuma mídia regularmente	☐

63) Você acessa uma vez por dia ou mais as mídias do seu país? (televisão/rádio/jornal /internet/livros/teatro/cinema/músicas etc.). Quais? (indicador)

Televisão	☐	Jornal impresso	☐

Rádio		Outro (especificar)	
Internet		Não acesso nenhuma mídia regularmente	

64) Pensando no que você conhece sobre o Brasil, você se considera adaptado aos costumes e culturas do país? (por exemplo, a comida, música, pessoas, modos de vida etc.) (indicador)

Sim		Não	

64.1) Se não, você acha que algum dia conseguirá se adaptar a eles?

Sim		Talvez	
Não		Não sei	

65) Pensando no que você conhece sobre o Brasil, você entende que as normas e cultura do país de alguma forma vão contra seus costumes de vida? (isto é, o que você acha correto, ou que vai contra seus princípios religiosos e morais) (indicador)

Sim		Não	
Em partes		Não sei	

66) Em uma escala de 1 a 5, em que 1 é “muito negativo” e 5 é “muito positivo”, como você acha que os brasileiros se sentem em relação aos refugiados sírios? (em relação sua cultura, jeito de ser, vestir, em relação à religião etc.) (indicador)

Resposta: _____

67) Em uma escala de 1 a 5, onde 1 é “muito negativo” e 5 é “muito positivo”, como você se sente em relação aos brasileiros? em relação sua cultura, jeito de ser, vestir, em relação à religião etc. (indicador)

Resposta: _____

Módulo 7 – INTEGRAÇÃO SOCIOCULTURAL – FACILITADORES

68) Você chegou em algum momento a entrar com pedido de reunificação familiar? (ou seja, pedir para algum membro de sua família em outro país pudesse se juntar a você no Brasil como refugiado) (indicador)

Sim		Não	

68.1) Se sim, seu pedido foi concedido?

Sim		Está ainda em processo	
Não			

68.2) Se o pedido foi concedido, quantos dias demorou entre o pedido e o resultado?

Resposta: _____

68.3) Se foi recusado, qual o motivo dado para a recusa?

Não reconheceu o parente como elegível		Problemas com documentação	
Falta de comprovação de perseguição do parente		Outro (especificar)	

69) Como você avaliaria seu conhecimento sobre seus direitos e deveres enquanto refugiado?

Nenhum		Médio	
Pouco		Muito	

70) (APRESENTAR OS DESENHOS) Olhando para a imagem, em que 1 é “muito insatisfeito” e 5 é “muito satisfeito”, qual dos números descreve melhor seu sentimento em relação à ajuda do governo brasileiro em sua vida até hoje? (indicador)

Resposta: _____

71) (APRESENTAR OS DESENHOS) Olhando para a imagem, em que 1 é “muito insatisfeito” e 5 é “muito satisfeito”, qual dos números descreve melhor seu sentimento em relação à ajuda de instituições não governamentais, como as ONGs, em sua vida até hoje? (por exemplo, Cáritas, ADUS, Compassiva etc.)? (indicador)

Resposta: _____

72) (APRESENTAR OS DESENHOS) Olhando para a imagem, em que 1 é “muito insatisfeito” e 5 é “muito satisfeito”, qual dos números descreve melhor seu sentimento em relação à ajuda das instituições religiosas em sua vida até hoje? (indicador)

Resposta: _____

APÊNDICE II – Perfil dos refugiados sírios entrevistados em campo – São Paulo e Hamburgo

TABELA 7 - RESUMO DO PERFIL DOS RESPONDENTES DOS *SURVEYS* E ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS EM SÃO PAULO (N = 32) *

Lugar de Nasc.	Sexo ¹	Idade	Raça/Cor ²	Tempo no Brasil (anos)	Est. Civil ³	Relig. ⁴	Nível Educ. ⁵	Ocup. na Síria	Ocup. no Brasil	Filhos	Relação c/ chefe de família ⁶
Alepo	M	30	B	5	S	M	G	Estudante	Diretor de Marketing	0	C
Sueida	M	33	B	4	S	MD	EF	Músico	Músico	0	C
Damasco	M	20	B	3	C	M	EM	Ajudante de loja do pai	Ajudante de cozinha	0	C
Idlib	M	28	B	3	S	M	EM	Cabeleireiro	Motorista de aplicativo	2	C
Alepo	M	29	B	5	S	M	EM	Empresário	Palestrante	0	C
Kuwait	M	33	B	5	C	M	G	Representante de empresa	Cozinheiro	3	C
Damasco	F	56	B	4	C	M	EM	Ajudante de Cozinha	Ajudante de Cozinha	4	E
Damasco	M	44	B	4	C	M	PG	Representante de Empresa	Motorista de Aplicativo	2	C
Damasco	F	38	B	3	C	M	G	Designer Gráfico	Free Lancer	3	C
Raqqa	M	33	P	5	S	M	EI	Cozinheiro	Empresário (dono de lanchonete)	0	C
Damasco	M	74	B	5	C	M	G	Empresário e Médico	Empresário (dono de lanchonete)	5	C
Homs	F	35	B	4	C	M	EM	Cabelereiro	Criadora de Cosméticos	3	E
Damasco	M	41	B	4	C	CO	EM	Chefe de Cozinha	Chefe de Cozinha	2	C
Damasco	M	28	B	6	S	M	G	Design de Moda	Free Lancer	0	C
Damasco	M	47	B	6	C	M	G	Empresário	Cozinheiro	3	C
Alepo	M	30	B	1	S	M	G	Gerente de Projetos (UNICEF)	Motorista de aplicativo	0	C
Homã	M	30	B	4	S	C	G	Arquiteto	Empresário (dono de Lanchonete)	0	C
Homs	M	21	B	2	S	CO	EM	Estudante	Cozinheiro	0	C
Sueida	M	27	B	4	S	MD	EM	Desocupado	Cozinheiro	0	C

Salamiah	M	29	B	4	C	MI	G	Arquiteto	Empresário (dono de restaurante)	0	C
Alepo	M	37	B	5	S	M	G	Contador	Manobrista e operador de caixa de estacionamento	0	C
Damasco	M	36	B	5	C	M	EM	Mestre de obras	Empresário (dono de restaurante)	3	C
Damasco	M	32	B	4	S	M	EM	Apresentador de programa de televisão	Participa em eventos	0	C
Latakia	M	40	B	5	C	M	EM	Fiscal de contêiner	Chefe de cozinha	3	C
Homs	F	52	B	5	C	CO	EF	Desocupado	Cozinheiro	4	E
Salamyah	M	28	B	1	S	C	EM	Desocupado	Chefe de Cozinha	0	C
Raqqa	M	41	B	5	S	CO	EM	Fotógrafo	Fotógrafo	0	C
Damasco	M	24	B	5	S	M	EI	Ceramista	Cozinheiro	0	C
Damasco	M	24	B	5	S	M	EM	Cozinheiro	Cozinheiro	0	C
Damasco	M	32	B	4	S	M	G	Empresário	Empresário (dono de restaurante)	0	C
Damasco	M	32	B	5	S	M	G	Estudante	NA	0	C
Hama	M	29	B	1	S	SR	G	Chefe de Cozinha	Chefe de Cozinha	0	C

* As linhas grifadas em CINZA são os participantes das entrevistas semiestruturadas.

1) M = Masculino, F = Feminino.

2) B = Branco, P = Pardo.

3) S = Solteiro(a), C = Casado(a).

4) M = Muçulmano, MD = Muçulmano Druso, ME = Muçulmano Ismaelita, CO = Cristão Ortodoxo, C = Católico, SR = Sem Religião

5) EI = Ensino Infantil, EF = Ensino Fundamental, EM = Ensino Médio, G = Graduação

6) C = Chefe de família, E = Esposa/Esposo.

TABELA 8 - RESUMO DO PERFIL DOS RESPONDENTES DOS *SURVEYS* E ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS EM HAMBURGO (N = 6) *

Lugar de Nasc.	Sexo ¹	Idade	Raça/Cor ²	Tempo em Hamburgo (anos)	Est. Civil ³	Relig. ⁴	Nível Educ. ⁵	Ocup. na Síria	Ocup. em Hamburgo	Filhos	Relação c/ chefe de família ⁶
Homs	M	28	B	6	S	M	EM	Vendedor	Web Developer	0	F
Kashiq	M	31	P	4	C	M	G	Médico	Médico ⁹²	1	C
Daraa	M	23	B	6	S	M	EM	Desocupado	Contador	0	C
Damasco	M	29	B	5	S	M	G	Engenheiro	Engenheiro	0	C
Idilib	M	25	B	5	S	M	EM	Estudante	Estudante e Estagiário	0	C
Damasco	F	23	B	5	S	M	EM	Estudante	Estudante e Estagiário	0	F

* Todos os respondentes dos *surveys* de Hamburgo foram também os entrevistados.

- 1) M = Masculino, F = Feminino.
- 2) B = Branco, P = Pardo.
- 3) S = Solteiro(a), C = Casado(a).
- 4) M = Muçulmano
- 5) EM = Ensino Médio, G = Graduação
- 6) C = Chefe de família, F = Filho/Filha.

⁹² Aguardando renovação de licença para atuar.

APÊNDICE III – Roteiro de entrevistas semiestruturadas com os refugiados sírios em São Paulo

1º Seção – Trajetória Migratória

Gostaria de iniciar esta entrevista com você me contando um pouco sobre sua trajetória migratória da Síria ao Brasil / São Paulo.

1. (SE NO SURVEY RESPONDEU QUE VEIO DIRETO DA SÍRIA AO BRASIL) Você me disse no *survey* que veio direto da Síria ao Brasil. Por que a escolha pelo Brasil?

Ou: **(SE NO SURVEY RESPONDEU QUE ANTES DE VIR AO BRASIL ELE(A) PASSOU POR OUTROS LUGARES)** Você me respondeu no *survey* que antes de vir ao Brasil você procurou refúgio em outros países **(FALAR OS PAÍSES QUE ESTÃO NA RESPOSTA DO SURVEY)**. Você poderia me contar um pouco como foram as experiências nesses países?

1.1 Por que você (ou sua família) escolheu este(s) países?

1.2 E posteriormente, por que você (ou sua família) decidiu vir ao Brasil?

2. (SE NO SURVEY RESPONDEU QUE ESCOLHEU IR PARA SÃO PAULO) E a escolha específica por São Paulo, por qual motivo isto se deu?

Ou: **(SE NO SURVEY DISSE QUE NÃO ESCOLHEU MORAR EM SÃO PAULO)**. Você disse no *survey* que a ida a São Paulo não foi exatamente por uma escolha sua (ou de sua família). Você poderia me dizer o porquê de você estar morando hoje em São Paulo? E para onde você gostaria de ir?

3. Gostaria que você me falasse agora sobre os motivos que o levaram a sair da Síria? **(CASO A PESSOA NÃO SAIBA O QUE FALAR OU FALE APENAS QUE FOI POR CAUSA DA GUERRA:** Você ou sua família chegou a sofrer diretamente os danos do conflito na Síria, com casa danificada, familiares perseguidos, ou outros acontecimentos que você ache importante de serem ditos, ou sua fuga foi um movimento mais de se prevenir, no sentido de entender que uma hora o conflito chegaria a você e sua família e você decidiu sair antes que isso acontecesse?)

3.1. Como foi tomada a decisão de sair da Síria? (a decisão de sair da Síria foi tomada em conjunto pela família ou teve alguém que decidiu por todos?)

3.2. Em qual momento você(s) decidiu/decidiram que era necessário sair? Aconteceu algum evento específico que pode ser considerado como o principal fator?

4. Você poderia me falar um pouco sobre as pessoas/e ou instituições que te ajudaram a chegar ao Brasil (se é que existe alguém/alguma)? Por exemplo, quem são elas, como elas atuaram etc.

2º Seção – Percepções sobre a própria incorporação ao Brasil

Agora gostaria de saber um pouco mais sobre sua vida no Brasil e São Paulo, desde a chegada até os dias atuais.

1. Você me disse no survey que chegou ao Brasil em **(FALAR O ANO)**. Teve alguma coisa que mais te chamou atenção ao chegar no Brasil?

2. Pensando nos primeiros meses de vida no Brasil, você poderia me contar suas percepções a respeito do país? Por exemplo, suas percepções sobre a cultura, alimentação, a respeito dos brasileiros, coisas que você gostou e não gostou. Enfim, sinta-se à vontade para contar suas experiências nesses primeiros meses vivendo por aqui.

2.1 (SE A PESSOA RESPONDEU NO SURVEY QUE NÃO CHEGOU DIRETO A SÃO PAULO). E em relação aos primeiros meses vivendo em São Paulo? A impressão foi a mesma de onde você morou anteriormente **(FALAR O LUGAR)**.

2.2. E essas opiniões permanecem ainda hoje, após “x tempos” morando no Brasil e em São Paulo?

2.3 Se não, o que mudou?

3. (SE A PESSOA RESPONDEU NO SURVEY QUE JÁ SOFREU DISCRIMINAÇÃO). Você me disse no *survey* que já sofreu discriminação no Brasil. Você poderia me dizer um pouco mais sobre essa experiência? (como ocorreu, em qual contexto).

4. (SE O ENTREVISTADO JÁ TRABALHOU OU TRABALHA NO BRASIL). Conte-me um pouco sobre suas experiências no Brasil enquanto um refugiado sírio em busca de emprego. Você acha que é mais difícil, mais fácil ou não faz diferença ser uma pessoa refugiada na hora de procurar emprego no Brasil? Conte-me um pouco sobre suas experiências.

5. O que você acha sobre a forma como o Brasil e os brasileiros recebem os refugiados?

5.1 Por que você acha isso?

6. Você se sente como uma pessoa refugiada no Brasil? Isto é, você acha que possuir o documento como pessoa refugiada afeta sua vida no país de alguma maneira?

7. Como você enxerga sua relação com os brasileiros de uma maneira geral? [excelente, boa, normal, ruim, péssima].

7.1 Você poderia me explicar melhor o porquê de sua resposta anterior?

8. Existe alguma organização (governamental ou não-governamental) que foi mais importante em sua vida/trajetória até hoje no Brasil? Por quê?

9. Você poderia me contar um pouco se os meios de comunicação como *Whats App*, Facebook e outros influenciaram sua chegada ao Brasil e seu processo de adaptação ao país?

10. Para finalizar esta seção...Pensando no que você considera “felicidade”, você diria que era feliz vivendo na Síria? Por quê?

11. Você se considera feliz vivendo no Brasil? Por quê?

12. Quais as vantagens e desvantagens de se viver no Brasil em relação à Síria?

3° Futuro no Brasil

Entramos agora na última seção da entrevista e eu gostaria de captar algumas de suas percepções em relação ao seu futuro...

1. Você possui planos para os próximos 5-10 anos? Quais são eles?

1.1 Esses planos envolvem ficar no Brasil, retornar à Síria, ou ir para outro país?

1.1.2 (SE O PLANO FOR FICAR NO BRASIL) Esses planos seriam em São Paulo ou você pensa em sair para outro Estado/cidade?

1.1.3 Por quê?

2. Suponha que você tenha que morar no Brasil o resto de sua vida, você acha que poderia viver “feliz” aqui?

2.1 Por quê?

3. Para finalizar a entrevista, se você pudesse mudar algo em sua vida no Brasil, o que seria?

Finalmente, você gostaria de falar sobre algum outro assunto sobre o qual não conversamos? Tem alguma coisa que você gostaria de destacar sobre sua experiência como refugiado no Brasil?

APÊNDICE IV – Roteiro de entrevistas com os *stakeholders* em São Paulo

Caracterização do entrevistado

1. Como você se chama?
2. Quantos anos você tem?
3. Qual sua função no(a) (FALAR A INSTITUIÇÃO)?
4. Conte-me um pouco sobre você e sua instituição:

Qual sua formação? O que sua instituição faz [missão, visão, população objeto etc.] e porque se interessou em trabalhar com refugiados?

1º Seção – Chegada

Gostaria de iniciar esta entrevista com você me contando um pouco sobre sua experiência com refugiados e, mais especificamente, refugiados sírios, logo quando estes chegam ao Brasil e a São Paulo...

1. Quais as principais dificuldades que os solicitantes de refúgio enfrentam ao chegarem no Brasil? (refiro-me tanto em termos de burocracias legais quanto em termos de adaptação).

1.1 Você acha que algumas dessas dificuldades são maiores dependendo da origem do refugiado? [Quais os grupos (em relação à origem) de solicitantes de asilo que passam mais dificuldades, tanto em termos de burocracias legais quanto em termos de adaptação? Quais grupos têm mais facilidades?

1.2 Por que você acha que isso ocorre?

2. Qual o processo para obtenção do status de refugiado no Brasil? O governo estipula um tempo máximo de espera para que o resultado do pedido de refúgio saia?

2.1 Enquanto o resultado não sai, quais são os direitos de um solicitante de refúgio no Brasil?

3. Falando especificamente dos refugiados sírios, no geral, quais são os principais motivos contados por eles para escolherem o Brasil e São Paulo como locais de destino?

3.1 (CASO NÃO FIQUE CLARO NA RESPOSTA ANTERIOR) Você acha que essa escolha é mais voluntária ou é mais condicionada por outros fatores [reflexo de um fechamento de fronteiras dos países desenvolvidos, redes sociais no Brasil etc.]?

4. Você poderia me contar um pouco sobre sua rotina de trabalhos com os refugiados? (O que você faz quando chega até o momento de ir embora, de quem você recebe ordens, com quem você precisa conversar para tomar decisões, a quem você delega obrigações etc.).

4.1 Quais os maiores problemas que você vê dentro da instituição em termos operacionais? (Por exemplo, algo que poderia ser mais eficiente e eficaz)

4.2 De que maneira você acha que esses problemas poderiam ser resolvidos?

2º seção – Adaptação e resposta da sociedade

Gostaria agora de falar sobre o processo de adaptação desses refugiados sírios no Brasil e mais especificamente em São Paulo, e da resposta da sociedade como um todo em relação a este grupo....

1. Sabemos que os refugiados sírios não compõem um grupo homogêneo de pessoas. Tem-se indivíduos de várias idades, níveis educacionais, crenças etc. Na visão de alguém que acompanha o dia a dia desses refugiados, você saberia me dizer quais aqueles que parecem se adaptar melhor ao Brasil? Se homens ou mulheres, mais jovens ou mais velhos, mais ou menos educados etc.

1.1 Por quê?

2. Você sente que o mercado responde positivamente à presença dos refugiados? Isto é, existe uma boa vontade dos empregadores em dar oportunidades de empregos justas a essas pessoas? [justas no sentido de não explorarem a situação de desespero do refugiado para lhes oferecer salários não condizentes com o esperado pela ocupação]

2.1 Conte-me um pouco sobre os casos que você conhece.

3. Você acha que a sociedade brasileira e mais especificamente a paulistana é receptiva aos refugiados sírios e os refugiados em geral?

3.1 Por quê?

4. Você conhece casos em que refugiados sírios sofreram discriminação por sua condição de refugiado, nacionalidade, costumes, religião e/ou raça/cor?

4.1 (SE SIM) Você poderia me contar com mais detalhes esses casos e em quais contextos eles ocorreram?

5. Quais são, sob seu ponto de vista, as principais dificuldades enfrentadas pelos sírios para se adaptarem a São Paulo, mesmo àqueles que já vivem a alguns anos na cidade?

5.1 E os elementos que facilitam sua adaptação?

6. Conte-me um pouco sobre suas percepções gerais em relação as expectativas dos refugiados sírios no Brasil. Você acha que a maior parte deles enxerga o Brasil como um lar ou apenas como uma etapa migratória, no sentido de enxergarem o futuro deles na própria Síria ou em outro país?

3º seção – Papel do Estado

Gostaria agora que você me contasse um pouco sobre o que você sabe em relação ao papel do Estado na vida desses refugiados no Brasil.

1. Poderia por favor me contar um pouco sobre o trabalho do Estado em relação aos refugiados? (por exemplo, o que é esperado por lei que o Estado faça quando recebe uma solicitação de refúgio, o que ele deve fazer durante o período de espera e após a concessão do pedido)

2. Você acha que o Estado, seja ele governo federal, estadual ou municipal, é ativo na vida do refugiado? (ativo no sentido de se esforçar para resolver os problemas dos refugiados, se busca através de políticas e leis integrá-los à sociedade, procura através de auxílios financeiros ajudá-los a sobreviver no país etc.)

2.1. Você poderia me dizer como é a relação do Estado com as entidades não-governamentais que apoiam a causa dos refugiados?

3. Me fale um pouco mais especificamente das ações dos governos de São Paulo (estado e município) para facilitar/impedir a integração dos refugiados à sociedade. Como estas ações se comparam com às do governo federal?

2. Você acha que estas ações são diferenciadas de acordo com a origem do refugiado?

2.1 (SE SIM) Por favor me dê um exemplo.

3. Você acha que o Estado brasileiro poderia fazer mais pelos refugiados do que faz atualmente?

3.1 O que poderia ser aprimorado?

4. Para finalizar, olhando em uma perspectiva histórica para o Brasil em termos de país receptor de refugiados. Você acha que houve uma evolução na forma como hoje em dia lidamos com a questão?

4.1 E como você entende que as mudanças ocorridas na última eleição presidencial podem afetar (ou já estão afetando) a questão do refúgio no Brasil?

Finalmente, você gostaria de falar sobre algum outro assunto sobre o qual não conversamos? Tem alguma coisa que você gostaria de destacar sobre a experiência de integração dos refugiados no Brasil?

APÊNDICE V – Notas sobre a metodologia.

1. Quantificando e identificando os refugiados sírios no Brasil e em São Paulo em 2020

Foram utilizadas as bases de dados do Comitê Nacional para Refugiados (CONARE) e da Polícia Federal (SISMIGRA) para a quantificação e identificação da população refugiada síria vivendo no Brasil e em São Paulo no ano de 2020. A seguir, ambas as bases e a atuação dos órgãos em relação aos refugiados serão brevemente descritas, assim como os procedimentos adotados para a estimação e identificação da população em foco.

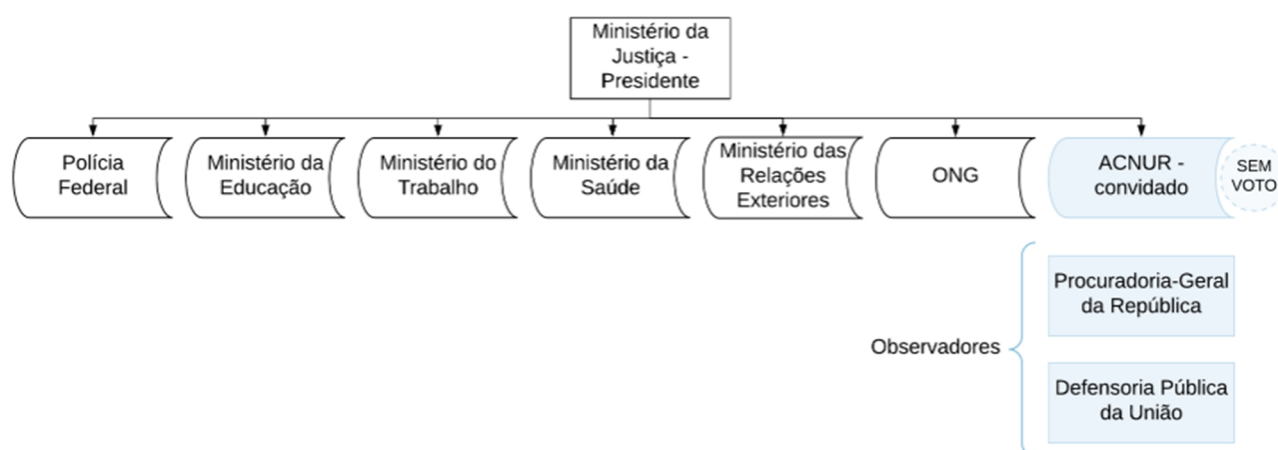
CONARE

O Conare – Comitê Nacional para os Refugiados – é um órgão colegiado, vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), que delibera sobre as solicitações de reconhecimento da condição de refugiado no Brasil. Ou seja, todos os solicitantes de refúgio e refugiados presentes no território brasileiro passaram pelas mãos do CONARE. Suas competências e composição estão definidos no art. 12 da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997. Ele é constituído por representantes do governo, através do MJSP (presidência), Ministério das Relações Exteriores (MRE), Ministério da Saúde (MS), Ministério da Educação (MEC), Ministério da Economia (ME) e a Polícia Federal (PF), e da sociedade civil, através das Caritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro (titular) e de São Paulo (suplente). O ACNUR também faz parte do corpo do CONARE, porém, diferentemente dos demais, ele não possui poder de voto (MJSP, 2020).

Para este estudo, foram utilizadas duas bases de dados do CONARE, a “Tabela com o número de refugiados no Brasil em maio de 2019” (1), que, como o nome indica, informa a quantidade de refugiados vivendo no Brasil sob essa condição até a data referida, desagregado por nacionalidade, sexo, data de nascimento e UF de residência, e a “Tabela com decisões sobre pedidos de reconhecimento da condição de refugiado – ACNUR (1993-1997) e CONARE (1998 a junho de 2020)” (2), na qual estão presentes todas as decisões tomadas pelo órgão entre as data referidas, permitindo identificar as solicitações e decisões referentes aos refugiados sírios, desagregando por status de deferimento, ano da solicitação do refúgio, nacionalidade, gênero, ano de nascimento, UF e cidade de solicitação, e data da decisão. Aparentemente,

apenas os dados do CONARE seriam suficientes para estimar e identificar por sexo e idade a população refugiada síria vivendo no Brasil e em São Paulo em 2020, no entanto, isto não acontece porque existem muitos *missings* em cada base de dados. Na tabela (1), apesar da variável UF de residência estar presente em sua matriz, apenas 135 (5,6%) dos 2.374 mil refugiados sírios nela constantes possuem estes dados preenchidos, não permitindo assim sua desagregação por lugar de moradia. No entanto, para o Brasil como um todo é possível desagregar por sexo e idade, já que para o sexo existem apenas 39 *missings* (1,64%) e para data de nascimento apenas 6 (<1%). Na tabela (2), o problema consiste, sobretudo, nos dados sobre sexo e idade. Entre 2011-2020, levando em consideração apenas os casos deferidos positivamente para os refugiados sírios (que totalizam 94,84%, ou 3.829 mil de 4.037 mil solicitações), 45% dos dados em relação ao ano de nascimento são *missings*, enquanto este valor alcança 50% para sexo. Nesta base não é possível identificar local de residência do refugiado, uma vez que o lugar de solicitação pode não condizer com o lugar de moradia em decorrência da demora para se analisar o processo, que em média leva 10 meses no caso dos refugiados sírios (CONARE 1998-2020). Os *missings* de sexo e idade não são problemas para os anos de 2019-2020, ou mais especificamente para os meses de junho a junho destes dois anos, utilizados para estimar a quantidade de refugiados sírios no Brasil em 2020 em complementação aos dados da tabela (1), uma vez que todas as informações para estas variáveis estão preenchidas.

FIGURA 18 – COMPOSIÇÃO DO CONARE



Fonte: MJSP (2020)

Polícia Federal (SISMIGRA)

O SISMIGRA (antigo SINCRE) é uma base de dados de registros administrativos do Departamento de Polícia Federal (DPF) que tem como objetivo cadastrar todos os estrangeiros com vistos de entrada regular no país, exceto aqueles temporários concedidos por motivo de turismo (FURTADO *et al*, 2017). Todas as pessoas com permissão de ingresso devem comparecer em um período máximo de 30 dias ao Departamento de Polícia Federal para obter o Registro Nacional de Estrangeiro (RNE) (CAVALCANTI *et al*, 2015), atual CRNM (Carteira de Registro Nacional Migratório). Isso significa dizer que o SISMIGRA teoricamente contém todos os refugiados reconhecidos no Brasil em sua base de dados com entrada anual. De acordo com Oliveira (2016), o SISMIGRA parece ser a base de registros administrativos de maior potencial para o monitoramento das imigrações internacionais no país.

Neste trabalho foram utilizadas as bases de 2011-2020 do SISMIGRA presentes no site do OBMigra, que disponibiliza um extrato da base de dados original (limitada em número de variáveis apenas, não de registros), que permitem analisar o registro anual de refugiados oficialmente reconhecidos pelo Estado brasileiro registrados na Polícia Federal, desagregando por nacionalidade, data de registro, data de entrada, município de residência, data de nascimento, sexo, estado civil e profissão. Embora seja uma base de dados muito interessante e muito rica em dados, é importante estar atento a algumas questões na hora de analisar a situação dos refugiados nela registrados.

O primeiro ponto a se ter atenção é referente à falta de atualização desta base em termos da retirada de re-emigrantes e óbitos. Segundo Antônio Tadeu Ribeiro de Oliveira⁹³ - informações obtidas por meio de uma troca de e-mails com o intuito de descobrir um pouco mais sobre o SISMIGRA - nem todos os casos de mudança de residência, país e óbitos são atualizadas nesta base, assim, algumas das pessoas nela presentes podem já não estar vivendo no Brasil, no município de residência indicado na época do registro ou terem falecido. Além disso, alguém registrado como refugiado em 2013, por exemplo, pode já não estar na condição de refugiado em 2020, mas ter se tornado um brasileiro, troca de status que não é possível de

⁹³ Pesquisador da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Pesquisador Associado do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra/UnB).

ser identificada na base. Por esses motivos, o SISMIGRA é mais bem utilizado para uma *proxy* do fluxo de refugiados registrados anualmente, e não para estoque. Em segundo lugar, algumas variáveis possuem informações mais confiáveis do que outras. Por exemplo, em termos de ocupação, Tadeu de Oliveira recomendou a sua não-utilização, uma vez que ela se refere muitas vezes à ocupação desta pessoa no país de origem. Como não há certeza sobre se todas as ocupações se referem exclusivamente à origem ou se algumas se referem ao destino, não há muito o que se fazer com esses dados e, por isso, neste trabalho eles também não foram utilizados.

Um terceiro problema com a base é referente a um aparente sub-registro dos refugiados reconhecidos no país. A diferença entre o total de refugiados sírios identificados no SISMIGRA com os identificados no CONARE (contabilizando apenas os casos com deferimento positivo⁹⁴, pois apenas estes são registrados ao SISMIGRA) entre 2011-2020 é de -861 (CONARE = 3.829 e SISMIGRA = 2.968), ou 22,5%. Em teoria, esses números deveriam ser iguais ou pelo menos mais próximos. Algumas possíveis explicações para essas diferenças são (1) o registro na PF para a obtenção do CRNM deve ser feito em até 30 dias após o reconhecimento da condição de refugiado, assim, dentro desses 30 dias, o refugiado pode ter se mudado para outro país e nunca ter finalizado esse registro. Salienta-se que até maio de 2019 a base de dados do CONARE indicava deferimento positivo para 3.589 mil casos de refugiados sírios no Brasil, dos quais, segundo o próprio CONARE, 2.374 mil (66,14%) ainda viviam em território brasileiro nesse mesmo período (2) pode ser que o refugiado reconhecido não tenha passado na polícia após os 30 dias de reconhecimento e vive no Brasil com pendências legais (3) pode ser simplesmente um problema de registro em alguma das bases ou em ambas. Outro problema encontrado no SISMIGRA que vale menção, embora para este estudo não seja um problema, é o caso de duplos registros. Um refugiado precisa renovar a sua CRNM após 9 anos estando no Brasil, assim, ele pode ser registrado no SISMIGRA em dois anos distintos (2011 e 2020, por exemplo). No

⁹⁴ Aqui são aqueles casos reconhecidos pela elegibilidade, pelo programa de reassentamento e casos deferidos de extensão dos efeitos da condição de refugiado, este último definido a partir da demonstração de vínculo familiar e/ou a dependência econômica, previstos no art. 2º da Lei nº 9.474, de 1997 (ACNUR e MJSP, 2019).

entanto, como este estudo trata de casos iniciados a partir de 2011 e não há nenhum registro antes de 2012, esta não é uma preocupação.

Com todas essas observações feitas, a base do SISMIGRA foi utilizada para se estimar a quantidade e a distribuição etária e por sexo de refugiados sírios que vivem no estado de São Paulo e na cidade de São Paulo em 2020. Embora não seja recomendado o uso da base de dados como estoque, foram adotadas alguns pressupostos e estratégias metodológicas para se tentar suavizar possíveis problemas. Ambas as bases foram manejadas em Excel por possuírem tamanhos relativamente pequenos. As tabelas (1) e (2) do CONARE possuem menos de 10 mil linhas cada, enquanto os dados do SISMIGRA, embora variem em quantidade de acordo com o ano, nunca ultrapassaram 450 mil linhas.

QUADRO 35 - INFORMAÇÕES SOBRE AS BASES DE DADOS

Fonte	Base de dados	Finalidade
CONARE	(1) Tabela com decisões sobre pedidos de reconhecimento da condição de refugiado – ACNUR (1993-1997) e CONARE (1998 a 06/2020); (2) Tabela com o número de refugiados no Brasil em maio de 2019.	- Estimar a quantidade de refugiados sírios vivendo no Brasil em 2020 (1) + (2) - Estimar a distribuição da estrutura etária por sexo de refugiados sírios vivendo no Brasil em 2020 (1) + (2)
SISMIGRA	(1) Dados agregados de 2011 até 05/2020.	- Estimar a quantidade de refugiados sírios vivendo no Estado de São Paulo e na cidade de São Paulo em 2020 - Estimar a estrutura etária por sexo de refugiados sírios vivendo no estado de São Paulo e na cidade de São Paulo em 2020

Por que não utilizar a mesma base de dados para estimar São Paulo e Brasil?

Para o território nacional, a base mais confiável é a do CONARE. Primeiramente porque ela disponibiliza a quantidade de refugiados sírios por ano de nascimento e sexo vivendo no Brasil até maio de 2019, ou seja, é um dado de estoque (único existente) muito recente. Segundo, porque contém todas as solicitações de refúgio e seus resultados no Brasil de 2011 a 06/2020, sendo que de junho de 2019 a junho de 2020 (dados que serão utilizados para

complementar as informações sobre essa população em 2020), os dados estão com poucos *missings* e permitem cálculos seguros.

Por sua vez, para a estimativa em relação ao estado e município, os dados do SISMIGRA são mais indicados. Novamente, os dados do CONARE não permitem desmembrar por estado e município de residência, apenas por município e estado de solicitação do pedido. Como a deliberação leva em média 10 meses, o refugiado já pode ter mudado de município e estado ao final do processo. Por sua vez, o SISMIGRA, apesar de não possuir em sua base todos os refugiados reconhecidos no Estado brasileiro (embora deveria na teoria, já que todos os refugiados reconhecidos devem se cadastrar na PF para obtenção do seu CRNM), possui a variável UF e município de residência no período do registro, permitindo assim identificar a distribuição dos refugiados pelo território nacional a cada ano.

CÁLCULO 1: ESTIMANDO A POPULAÇÃO DE REFUGIADOS SÍRIOS VIVENDO NO BRASIL E EM SÃO PAULO EM 2020

Para estimar a população de refugiados sírios vivendo no Brasil e em São Paulo em 2020, dois pressupostos foram adotados, são eles:

- 1) Todos os refugiados sírios que tiveram seu deferimento positivo entre 2019 e 2020 ainda estão vivendo no Brasil.

De acordo com as bases de dados do CONARE, até maio de 2019, 66,16% (ou 2.374 mil) de todos os refugiados sírios já reconhecidos pelo Estado brasileiro desde 2011 ainda estavam vivendo em território nacional, ou seja, um terço deles já saiu do país. No entanto, será assumido que aqueles que tiveram seus casos deferidos com final positivo entre junho de 2019 a junho de 2020 estão todos ainda morando no Brasil.

- 2) A distribuição por estado e município de residência em 2020 reflete a distribuição encontrada no SISMIGRA entre 2011-2020.

Isto é, se uma análise entre os anos de 2011 a 2020 indicam que 50% dos refugiados sírios do Brasil viviam na cidade de São Paulo, isto significa que em 2020, 50% da população de refugiados sírios que vivem no Brasil estão localizados na cidade de São Paulo. Para esse pressuposto foi feita uma análise ano a ano no SISMIGRA, no qual se observou que a variação

na distribuição da maioria dos refugiados não se alterou muito entre eles. Uma vez que entre 2011-2020 o fluxo de entrada variou de maneira considerável no país, sendo 2014-2015 os anos de pico, foi feita uma média ponderada para se chegar na distribuição final e se concluir que esse pressuposto poderia ser adotado. Também foram empilhados os dados entre 2011-2020 e se verificou que o agregado final reflete a distribuição dos dados a partir da média ponderada.

3) Os *missings* não afetam a distribuição da população em território nacional.

Assume-se que dados faltantes possuem exatamente a mesma distribuição territorial que os dados identificados.

Para o cálculo, foram utilizadas os seguintes dados e lógica:

Número total de refugiados sírios reconhecidos no Brasil com cadastro na PF (2011-2020) (SISMIGRA): 2.968 mil

Total de refugiados sírios com cadastro na PF que estavam vivendo em São Paulo (2011-2020) (SISMIGRA): 1.823 mil (61,42%)

Total de refugiados sírios com cadastro na PF vivendo na cidade São Paulo (2011-2020) (SISMIGRA): 1.352 mil (45,55%)

Frequência relativa cidade de São Paulo/ São Paulo: 74,16%

Dados até maio de 2019 (CONARE): 2.374 mil refugiados sírios vivendo no Brasil

Dados até maio de 2019 vivendo em SP: 1.458 mil (61,42%)⁹⁵

Dados até maio de 2019 vivendo na cidade de SP: 1.081 mil (74,16%)⁹⁶

Novas solicitações deferidas entre junho de 2019 e junho de 2020 no Brasil (CONARE): 268

Novas solicitações deferidas entre junho de 2019 e junho de 2020 de refugiados vivendo em SP: 164 (61,42%)

Novas solicitações deferidas entre junho de 2019 e junho de 2020 de refugiados vivendo na cidade de SP (CONARE): 102 (74,16%)

Para definir o número final, basta somar os dados de maio de 2019 com os de junho de 2019 a junho de 2020:

⁹⁵ % baseada na distribuição da população refugiada síria em cada UF no SISMIGRA (2011-2020).

⁹⁶% baseada na distribuição da população refugiada síria na cidade de São Paulo em relação aos residentes do Estado no SISMIGRA (2011-2020)

Número de refugiados sírios vivendo no Brasil (2020): $2.374 + 268 = 2.642$

Número de refugiados sírios vivendo em SP (2020): $1.458 + 164 = 1.622$

Número de refugiados sírios vivendo na cidade de SP (2020): $1.076 + 102 = 1.183$

CÁLCULO 2: ESTIMANDO A ESTRUTURA ETÁRIA POR SEXO PARA O BRASIL 2020 E SÃO PAULO 2020

Para o cálculo da distribuição etária por sexo no Brasil e em São Paulo em 2020, a lógica é um pouco mais complexa do que a realizada no exercício anterior para São Paulo. Foram aplicados 4 pressupostos:

- 1) Todos os refugiados sírios que tiveram seu deferimento entre 2019 e 2020 ainda estão vivendo no Brasil.
- 2) 66% dos refugiados que entraram a cada ano entre 2011-2018 ainda estão vivendo no Brasil em 2020.

Esse pressuposto é baseado nos dados do CONARE, que indicam que, de todos os refugiados sírios já reconhecidos pelo Estado brasileiro desde 2011, 66% ainda estavam vivendo no Brasil até maio de 2019. Este pressuposto é fundamental para o cálculo para São Paulo, como será mostrado.

- 3) Os refugiados que já deixaram o Brasil não afetam a distribuição etária e de sexo daqueles que ficaram.

Ou seja, assume-se que a distribuição relativa por idade e sexo daqueles que já deixaram o Brasil é a mesma distribuição relativa daqueles que ficaram, não afetando as proporções.

- 4) Os *missings* possuem a mesma distribuição por idade e sexo dos dados identificados.

O cálculo da distribuição dos *missings* foi ocultado para não poluir o texto, mas a lógica foi distribuí-los de acordo com o peso relativo de cada idade e sexo para o total, uma técnica adotada em Shryock e Siegel (1976). Salienta-se que quase não existiram *missings*, os únicos estavam presentes nos dados sobre refugiados sírios que estavam vivendo no Brasil até maio de 2019 e representavam menos de 1% para a distribuição etária e 1,6% para sexo.

Os dados para se estimar a estrutura etária por sexo no Brasil em 2020 foram:

TABELA 9 - DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA POR SEXO DE REFUGIADOS SÍRIOS VIVENDO NO BRASIL ATÉ MAIO DE 2019⁹⁷

Idade	Homens	Mulheres	Total	Proporção
Menos que 1	0	0	0	0,00%
1 a 4 anos	8	3	11	0,46%
5 a 9 anos	56	43	98	4,14%
10 a 14 anos	61	52	112	4,73%
15 a 19 anos	63	43	106	4,48%
20 a 24 anos	156	42	197	8,32%
25 a 29 anos	382	73	455	19,17%
30 a 34 anos	378	83	461	19,42%
35 a 39 anos	240	64	305	12,84%
40 a 44 anos	144	48	192	8,11%
45 a 49 anos	102	42	144	6,08%
50 a 54 anos	75	30	105	4,43%
55 a 59 anos	47	42	89	3,76%
60 a 64 anos	25	16	41	1,73%
65 a 69 anos	12	14	26	1,10%
70 a 74 anos	8	5	13	0,55%
75 a 79 anos	3	6	9	0,38%
80 +	4	3	7	0,30%
Total	1764	610	2374	100,00%
Média de Idade	32,89	33,78	33,06	-

Fonte: CONARE (2019).

TABELA 10 - DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA POR SEXO DE REFUGIADOS SÍRIOS VIVENDO NO BRASIL ENTRE JUNHO DE 2019 A JUNHO DE 2020.

Idade	Homens	Mulheres	Total	Proporção
Menos que 1	1	0	1	0,37%
1 a 4 anos	6	5	11	4,10%
5 a 9 anos	9	3	12	4,48%
10 a 14 anos	3	3	6	2,24%
15 a 19 anos	28	8	36	13,43%
20 a 24 anos	54	7	61	22,76%
25 a 29 anos	43	14	57	21,27%
30 a 34 anos	14	5	19	7,09%
35 a 39 anos	16	4	20	7,46%
40 a 44 anos	11	2	13	4,85%
45 a 49 anos	4	4	8	2,99%
50 a 54 anos	4	4	8	2,99%
55 a 59 anos	0	6	6	2,24%
60 a 64 anos	4	2	6	2,24%
65 a 69 anos	2	2	4	1,49%

⁹⁷ Resultado com os *missings* já distribuídos

70 a 74 anos	0	0	0	0,00%
75 a 79 anos	0	0	0	0,00%
80 +	0	0	0	0,00%
Total	199	69	268	100,00%
Média de Idade	26,25	30,76	27,41	-

Fonte: CONARE (1998-2020).

Para se calcular a distribuição etária do Brasil em 2020, basta somar cada coluna das tabelas acima. Seu resultado segue na tabela abaixo.

TABELA 11 - DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA POR SEXO DE REFUGIADOS SÍRIOS VIVENDO NO BRASIL (06/2020)

Idade	Homens	Mulheres	Total	Proporção
Menos que 1	1	0	1	0,04%
1 a 4 anos	14	8	22	0,83%
5 a 9 anos	65	46	110	4,17%
10 a 14 anos	64	55	118	4,48%
15 a 19 anos	91	51	142	5,39%
20 a 24 anos	210	49	258	9,78%
25 a 29 anos	425	87	512	19,38%
30 a 34 anos	392	88	480	18,17%
35 a 39 anos	256	68	325	12,29%
40 a 44 anos	155	50	205	7,78%
45 a 49 anos	106	46	152	5,77%
50 a 54 anos	79	34	113	4,29%
55 a 59 anos	47	48	95	3,61%
60 a 64 anos	29	18	47	1,78%
65 a 69 anos	14	16	30	1,14%
70 a 74 anos	8	5	13	0,49%
75 a 79 anos	3	6	9	0,34%
80 +	4	3	7	0,27%
Total	1.963	679	2.642	100,00%
Média de Idade	28,16	30,5	28,88	-

Para São Paulo, o cálculo da estrutura etária distribuída por sexo foi um pouco mais complexo. Para se estimar a estrutura etária distribuída por sexo para o estado e a capital, optou-se por envelhecer os refugiados sírios ao longo do tempo e estocar os dados do SISMIGRA para 2020. Por exemplo, os refugiados sírios que chegaram em 2011 estariam em média 9 anos mais velhos em 2020, os que chegaram em 2012, 8 anos mais velhos, e assim por diante. Porém, sabemos que os dados do SISMIGRA não são ideais para análise de estoque e sim de fluxo, uma vez que re-emigração e óbitos não são sempre retirados da base. Para suavizar esta questão, adotou-se o pressuposto anterior, de que entre 2011 e 2018, 66% dos refugiados que entraram

no país neste período continuam no Brasil até 2020 e essa distribuição foi igual a cada ano, ou seja, 66% dos refugiados sírios que chegaram em 2011 estão vivendo no Brasil em 2020, 66% dos que chegaram em 2012 continuam no país em 2020 e assim por diante. Desta forma, a lógica do cálculo foi levar esses 66% dos refugiados que chegaram a cada ano para 2020, envelhecidos de acordo com a subtração entre 2020 e o ano de chegada. Como a distribuição etária a cada ano por idade simples está disponível, este procedimento foi possível de ser realizado. Esses dados da população levada entre 2011-2018 até 2020 foram complementados com os dados de 2019-2020, a única diferença entre eles é que os recém-chegados estão todos ainda vivendo no país, então a redução para 66% não foi necessária.

Os finais deste empilhamento estão representados a seguir.

TABELA 12 - DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA POR SEXO DE REFUGIADOS SÍRIOS VIVENDO EM SÃO PAULO (SISMIGRA - 2020)

Idade	Homens	Mulheres	Total	Proporção
Menos que 1	0	0	0	0,00%
1 a 4 anos	7	10	18	1,44%
5 a 9 anos	23	38	61	5,00%
10 a 14 anos	30	28	58	4,77%
15 a 19 anos	26	31	56	4,61%
20 a 24 anos	29	63	91	7,49%
25 a 29 anos	42	152	193	15,87%
30 a 34 anos	54	182	236	19,35%
35 a 39 anos	39	118	157	12,88%
40 a 44 anos	26	64	90	7,43%
45 a 49 anos	25	48	73	6,03%
50 a 54 anos	26	34	60	4,93%
55 a 59 anos	23	23	46	3,80%
60 a 64 anos	19	15	35	2,83%
65 a 69 anos	9	11	20	1,64%
70 a 74 anos	4	6	11	0,90%
75 a 79 anos	5	4	9	0,74%
80 +	1	2	4	0,29%
Total	389	829	1.218	100%
Média de Idade	34,78	33,01	33,89	-
% Sexo	31,94%	68,06%	-	100%

Fonte: SISMIGRA (2011-2020)

TABELA 13 - DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA POR SEXO DE REFUGIADOS SÍRIOS VIVENDO NA CIDADE DE SÃO PAULO (SISMIGRA - 2020)

Idade	Homens	Mulheres	Total	Proporção
Menos que 1	0	0	0	0,00%
1 a 4 anos	6	9	15	1,60%
5 a 9 anos	17	32	49	5,36%
10 a 14 anos	21	18	38	4,21%
15 a 19 anos	15	22	37	4,08%
20 a 24 anos	20	49	70	7,64%
25 a 29 anos	33	111	143	15,72%
30 a 34 anos	40	143	183	20,05%
35 a 39 anos	31	90	121	13,34%
40 a 44 anos	19	51	71	7,75%
45 a 49 anos	16	37	53	5,80%
50 a 54 anos	17	25	43	4,69%
55 a 59 anos	15	19	35	3,81%
60 a 64 anos	16	9	25	2,79%
65 a 69 anos	5	8	13	1,41%
70 a 74 anos	3	5	8	0,87%
75 a 79 anos	4	3	7	0,74%
80 +	1	1	1	0,15%
Total	280	631	910	100%
Média de Idade	35,29	33,17	34,23	
% Sexo	31,94%	68,06%	-	100%

Fonte: SISMIGRA (2011-2020)

Uma vez encontrada a distribuição etária por sexo através do SISMIGRA, basta distribuir essa proporção para as populações de São Paulo encontradas no CÁLCULO 1. O resultado segue nas tabelas abaixo.

TABELA 14 - DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA POR SEXO DE REFUGIADOS SÍRIOS VIVENDO EM SÃO PAULO (05/2020)

Idade	Homens	Mulheres	Total	Proporção
Menos que 1	0	0	0	0,00%
1 a 4 anos	7	16	23	1,44%
5 a 9 anos	26	55	81	5,00%
10 a 14 anos	25	53	77	4,77%
15 a 19 anos	24	51	75	4,61%
20 a 24 anos	39	83	121	7,49%
25 a 29 anos	82	175	257	15,87%
30 a 34 anos	100	214	314	19,35%
35 a 39 anos	67	142	209	12,88%
40 a 44 anos	38	82	120	7,43%
45 a 49 anos	31	67	98	6,03%
50 a 54 anos	26	54	80	4,93%
55 a 59 anos	20	42	62	3,80%

60 a 64 anos	15	31	46	2,83%
65 a 69 anos	8	18	27	1,64%
70 a 74 anos	5	10	15	0,90%
75 a 79 anos	4	8	12	0,74%
80 +	2	3	5	0,29%
Total	517	1104	1.622	100,00%
Média de Idade	34,78	33,01	33,89	-
% Sexo	31,94%	68,06%	-	100%

TABELA 15 - DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA POR SEXO DE REFUGIADOS SÍRIOS VIVENDO NA CIDADE DE SÃO PAULO (05/2020)

Idade	Homens	Mulheres	Total	Proporção
Menos que 1	0	0	0	0,00%
1 a 4 anos	6	13	19	1,60%
5 a 9 anos	19	44	63	5,36%
10 a 14 anos	15	35	50	4,21%
15 a 19 anos	15	33	48	4,08%
20 a 24 anos	28	63	90	7,64%
25 a 29 anos	57	129	186	15,72%
30 a 34 anos	73	164	237	20,05%
35 a 39 anos	49	109	158	13,34%
40 a 44 anos	28	63	92	7,75%
45 a 49 anos	21	47	69	5,80%
50 a 54 anos	17	38	56	4,69%
55 a 59 anos	14	31	45	3,81%
60 a 64 anos	10	23	33	2,79%
65 a 69 anos	5	12	17	1,41%
70 a 74 anos	3	7	10	0,87%
75 a 79 anos	3	6	9	0,74%
80 +	1	1	2	0,15%
Total	364	819	1183	100,00%
Média de Idade	35,29	33,17	34,23	-
% Sexo	30,70%	69,50%	-	100%

2. Identificando a população refugiada síria no Mercado de Trabalho em São Paulo em 2018

A identificação da população refugiada síria no mercado de trabalho em São Paulo para o ano de 2018 (último disponível durante o andamento desta pesquisa) foi possível graças ao pareamento realizado pelo OBMigra entre as bases de dados da RAIS e CTPS. Este pareamento foi realizado após o Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Trabalho, Ministério da Justiça, Departamento da Polícia Federal, UNB e IBGE, e apresenta importante ganho nos estudos da inserção dos imigrantes no mercado formal de trabalho no Brasil, tanto em relação

ao seu estoque quanto em relação ao fluxo (OBMIGRA, 2020). Apesar de enriquecer bastante as possibilidades analíticas, o pareamento carrega alguns dos problemas comuns a ambas as bases de dados, sobretudo em relação à RAIS, que possui limitações importantes de serem levadas em conta. Assim, antes de descrever melhor a base RAIS/CTPS e quais variáveis foram utilizadas para a identificação da população refugiada síria no mercado de trabalho paulistano, faz-se importante destacar brevemente o que é a RAIS e CTPS, e quais são suas principais limitações.

A base de dados provenientes da RAIS tem sua origem nos registros administrativos do Ministério do Trabalho utilizados para acompanhar a arrecadação de contribuições e a distribuição de benefícios previstos na legislação trabalhista (DE NEGRI *et al*, 2001). Sua finalidade é suprir as necessidades de controle, de estatísticas e informações às entidades governamentais da área social, constituindo um instrumento fundamental para o cumprimento das normas legais, assim como de grande importância para o acompanhamento e caracterização do mercado de trabalho formal brasileiro (IBGE, 2020b). Segundo De Negri *et al* (2001), a RAIS é praticamente um censo anual do mercado formal brasileiro, uma vez que todas as organizações privadas e públicas são obrigadas a declará-la. Sua base permite a desagregação em âmbito municipal de subatividades econômicas e de ocupações. Ainda segundo os autores, estas informações são disponibilizadas segundo o estoque (número de empregos) e a movimentação da mão-de-obra empregada, através de admissões e desligamentos, contendo as variáveis gênero, faixa etária, escolaridade, rendimento médio e faixas de rendimentos em salários-mínimos, permitindo-se, também, a construção de dados sobre a massa salarial.

A RAIS, no entanto, precisa ser utilizada com cautela, sobretudo dependendo de quais regiões do país os dados estão sendo analisados. De acordo com De Negri *et al* (2001), a cobertura dos dados da RAIS não é homogênea para todos os setores econômicos e Unidades da Federação. Além dela subestimar os empregos no setor agropecuário e, em menor escala, na construção civil, e sobrestimar os trabalhadores da administração pública, ela se diferencia em termos de qualidade quando tomadas regiões distintas do país, sendo que, para o sudeste, a cobertura parece ser historicamente boa. Outro erro que é agora comum a todas as regiões, embora também existam diferenças no “nível” do problema inter-regiões, se refere a informações mal preenchidas e omitidas. Uma vez que a RAIS é preenchida pelo empregador,

erros de preenchimento e omissões são esperados e este é maior quanto menos organizado é o setor da economia (DE NEGRI *et al*, 2001).

As particularidades surgem quando o trabalhador é admitido ou desligado no ano de referência. Nesse caso, a variável rendimento leva em consideração a data de admissão, a data de desligamento, a ocupação (CBO) e o grau de instrução informados. As informações sobre a data de admissão e desligamento servem para considerar a proporção do mês trabalhado. A CBO e o grau de instrução são utilizados como filtros para determinar qual é o salário máximo em cada grupo. Se o trabalhador foi desligado em qualquer mês que antecede o mês de dezembro do ano de referência, o valor indicado para a variável rendimento em dezembro é zero. Essa variável e a variável rendimento médio também assumirão o valor zero quando seu resultado for inferior a 0,3 salários mínimos ou então superior ao valor máximo permitido para o grupo de ocupação e instrução ao qual pertence o trabalhador (DE NEGRI *et al*, 2001:09).

Estas particularidades não foram um problema para esta pesquisa porque todos os dados analisados de refugiados sírios constantes na base RAIS/CTPS são de contratos ainda ativos. Por fim, outro ponto a se estar atento é em relação a possibilidade de duplicação na base de dados. Alves e Sonobe (2018) destacam que, quanto à unidade de análise, as informações dos empregados são prestadas para cada vínculo de emprego, assim, salienta-se que um trabalhador pode constar mais de uma vez na base de dados dependendo de quantos empregos formais ele teve durante o ano de coleta.

A CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social), por sua vez, é o documento obrigatório para todas as pessoas que venham a prestar algum tipo de serviço, em qualquer setor da economia (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2016). A base de dados permite a reprodução, de maneira apropriada, da situação funcional do trabalhador brasileiro (CAVALCANTI *et al*, 2015). A base de dados possui inúmeras variáveis, das quais destacam-se o PIS, dado identificador de cada indivíduo, o ano de confecção da CTPS, país de nacionalidade do beneficiado, sexo, status civil, escolaridade, UF de expedição e, talvez o mais importante para este trabalho, o status migratório da pessoa. De acordo com Furtado *et al* (2017), alguns dos problemas encontrados na base se referem ao mesmo número de PIS para duas pessoas distintas, embora este seja um evento bastante raro (apenas dois casos foram identificados com as bases entre 2009-2017), duplicidade, fato que pode ocorrer devido à emissão da segunda via da carteira de trabalho, e inconsistências no preenchimento do PIS, como alguns de número zero ou com número muito pequeno.

Para a produção da base pareada entre RAIS e CTPS, alguns dos problemas encontrados em ambas as bases separadamente foram tratados para permitir o melhor uso quando transformadas em apenas uma. Não serão detalhados todos os procedimentos adotados para o pareamento das bases (para informações detalhadas, ler DICK *et al*, 2018 e OLIVEIRA *et al*, 2019), mas vale salientar que ambas passaram por tratamentos antes de serem propriamente harmonizadas. Em relação ao risco de duplicidade na RAIS quando o trabalhador entra na base mais de uma vez no mesmo ano, priorizou-se o registro mais recente como forma de controle (OLIVEIRA *et al*, 2019), enquanto que, para a CTPS, um procedimento de limpeza para se evitar duplicações foi realizado, no qual foram utilizadas informações a respeito da primeira emissão e, caso existisse mais de um registro de primeira via para um mesmo indivíduo, a mais antiga era mantida (FUTADO *et al*, 2017). Ainda para a base do CTPS, casos em que o PIS constava como zero ou com números reduzidos foram retirados.

A junção entre as duas bases foi realizada através da variável PIS, considerada a mais consistente para esta finalidade (DICK *et al*, 2018). A partir dessa junção, tornou-se possível identificar a presença do solicitante de refúgio/refugiado⁹⁸ no mercado de trabalho, dado que a RAIS possui informação sobre a presença dos indivíduos no mercado formal e a CTPS permite identificar o status migratório deles. Uma nova verificação em relação a qualidade dos dados foi realizada após a junção das bases a partir das variáveis CPF e nome⁹⁹. Casos em que eram identificadas divergências para algum número de PIS entre as informações do CPF provenientes da RAIS e CTPS, e o nome proveniente das duas bases também apresentassem divergências, os dados da CTPS não eram agregados aos da RAIS para este número de PIS (DICK *et al*, 2018).

VARIÁVEIS UTILIZADAS

A base utilizada foi a última disponível no site do OBMigra (2018). Por ser uma base relativamente pequena (143 mil linhas), o manejo dos dados e cálculos foram todos feitos em

⁹⁸ No momento de enquadramento da modalidade migratória, na origem da base de dados da CTPS, não foi possível separar as categorias referentes aos refugiados e solicitantes de refúgio. Para contornar este problema, optou-se por agregar as duas categorias, criando a tipologia solicitantes de refúgio/refugiados (MJSP, 2020).

⁹⁹ Identificado através de uma busca por padrões aproximados (*fuzzy matching*) (DICK *et al*, 2018).

Excel. O primeiro passo para se identificar a participação dos refugiados sírios no mercado de trabalho formal paulistano foi filtrar os registros por status migratório, selecionando a categoria “solicitantes de refúgio/refugiados” e posteriormente por município do estabelecimento. Após essas primeiras filtrações, dentro desta categoria foram selecionados aqueles de nacionalidade síria. A partir daí, os cálculos foram realizados utilizando-se 11 variáveis, são elas:

- 1) Sexo
- 2) Idade;
- 3) Raça
- 4) Escolaridade;
- 5) Município – Aqui é o município do estabelecimento. Inicialmente, os municípios são disponibilizados na base em códigos. Esses códigos foram pareados com os do IBGE para que o nome do município fosse explicitado.;
- 6) UF – Descreve a UF do estabelecimento;
- 7) Valor nominal da remuneração média – Descreve a remuneração média do trabalhador durante todo o ano. Nesta variável, estão inclusos diversos tipos de remunerações, como os salários, vencimentos, vantagens, abonos, adicionais por tempo de serviço, remuneração do período de férias, gratificações, comissões, bonificações, entre outros, não constando, no entanto, o décimo terceiro (ALVES e SONOBE, 2018)¹⁰⁰.
- 8) Horas de trabalho contratadas – Descreve o número de horas semanais contratadas pelo empregador;
- 9) Tipo de vínculo empregatício;
- 10) Ocupação CBO – Descreve, em códigos, as ocupações dos empregados. A nominação das ocupações foi feita após pareamento destes códigos com as profissões disponibilizadas no site do Ministério do Trabalho;
- 11) Ano de chegada no Brasil – Quando o trabalhador entrou no país;
- 12) Estado civil.

¹⁰⁰ Para verificar todas as remunerações inclusas, ler o Manual de Orientação da RAIS (RAIS, 2019).

ANEXO I - Eixos, ações e metas previstas pelo 1º Plano Municipal de Políticas para Imigrantes (2021-2024) – Cidade de São Paulo.

QUADRO 36 - MATRIZ DE AÇÕES, INDICADORES E METAS PARA O EIXO I: PARTICIPAÇÃO SOCIAL E PROTAGONISMO IMIGRANTE NA GOVERNANÇA MIGRATÓRIA LOCAL

Nº	Ação	Indicador (com linha de base)	Meta
1	Reconhecer, visibilizar e garantir a participação efetiva das pessoas imigrantes e dos movimentos sociais, organizações, associações e coletivos na tomada de decisões, promovendo a articulação entre poder público e sociedade civil através de diálogos periódicos, audiências públicas, devolutivas e encontros com a população imigrante envolvendo equipamentos públicos distribuídos pela cidade de São Paulo, incluindo regiões periféricas.	# ¹⁰¹ de encontros anuais em subprefeituras distintas Linha de Base: 0 # de participantes por encontro Linha de Base: 60 participantes	05 encontros por ano 108 participantes por encontro
2	Ampliar e aprimorar a divulgação sobre os serviços prestados pelo município para garantir a disseminação e o acesso à informação oportuna, incluindo para aqueles que residem em regiões periféricas.	# de distritos atendidos pelo serviço itinerante do CRAI Linha de Base: a definir Site SMDHC atualizado mensalmente: Sim/Não ¹⁰² Linha de Base: Não	15 distritos atendidos por semestre Sim
3	Fortalecer os canais de comunicação entre os movimentos sociais, a população imigrante e a Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente (CPMigTD), por meio do Conselho Municipal de Imigrantes (CMI), através da divulgação das instâncias de participação social, atividades e serviços prestados, incluindo o processo eleitoral do CMI, dentre outros.	% relatórios, documentos e atas da CPMigTD e CMI divulgados Linha de Base: 100%	100% dos documentos divulgados
4	Promover a participação e representação de pessoas imigrantes nos conselhos, comitês e órgãos colegiados sob responsabilidade do município, reconhecendo estas pessoas como sujeitos de direitos e trabalhando sob a perspectiva de gênero, interculturalidade e	% de órgãos de participação e representação social abertos à participação da população imigrante Linha de Base: a definir	50% dos órgãos de participação social do município abertos à participação e representação da população imigrante

¹⁰¹ Indicadores absolutos: adotados para Ações cujos resultados podem ser quantificáveis de forma absoluta, e não proporcional, em valor numérico (e.g. número — doravante indicado por “#” — de espaços disponíveis, # de novos serviços disponibilizados, # de pessoas capacitadas/os/es ou contratadas/os/es; # de encontros realizados).

¹⁰² Indicadores-Marco (Sim/Não’): adotados para Ações de caráter dicotômico (e.g. existência ou não de determinado serviço; estabelecimento de fluxos de atendimento).

	interseccionalidade, de forma descentralizada.		
5	Facilitar a participação da população imigrante em encontros, reuniões, seminários, conferências e toda forma de mobilização política promovida pelo município sobre questões migratórias e afins, oferecendo vale transporte, alimentação e espaços de atenção às crianças, filhos/as/es de participantes.	% de membros do CMI que necessitam de auxílio para participação apoiados por ano Linha de Base: 0 % de eventos com a participação facilitada, por ano Linha de Base: 0	100% de membros do CMI que necessitam de auxílio apoiados 80% dos encontros com a participação facilitada por ano
6	Incentivar, através das instâncias responsáveis, a realização da Conferência Estadual sobre a temática migratória, assim como a retomada da realização da Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio (COMIGRAR) por meio da ação do Conselho Municipal de Imigrantes (CMI), bem como advogar pelo direito ao voto dos imigrantes junto às instâncias municipais, estaduais e federais.	# ações de diálogo interinstitucional na esfera estadual para a participação social imigrante Linha de Base: 0 Mapeamento bianual sobre participação política da população imigrante no Brasil (Sim/Não) Linha de Base: Não # de pessoas imigrantes apoiadas nos pedidos de naturalização Linha de Base: a definir	02 ações anuais Sim 50% de ampliação
7	Assegurar a possibilidade de participação de imigrantes nos concursos para acesso a cargos e empregos públicos, nos termos da Lei Municipal 13.404/2002, seja na Administração Direta ou Indireta, e fomentar a contratação dos mesmos pelas entidades parceiras, em especial nas seguintes áreas: educação, saúde, assistência social, cultura e trabalho e desenvolvimento econômico.	# de pessoas imigrantes contratadas na administração pública direta Linha de Base: a definir Publicação de marcos regulatórios que prevejam a contratação de imigrantes na administração pública direta e indireta (Sim/Não) Linha de Base: Não	# de pessoas imigrantes contratadas na administração pública direta triplicado Sim
8	Designar e capacitar mediadores/as culturais nos equipamentos públicos com maior afluxo de imigrantes, com a competência de promover o acesso da população imigrante aos serviços oferecidos, articular a comunicação entre profissionais e usuárias/os e promover a efetivação do princípio da interculturalidade, com	# de mediadores/as contratados/as/es e capacitados/as/es Linha de Base: 0	32 mediadores/as contratados/as/es

	prioridade para as áreas de: educação, saúde, assistência social, cultura e trabalho e desenvolvimento econômico.		
9	Realizar a capacitação e sensibilização periódica de equipes técnicas de equipamentos que atuam com a população imigrante, conselheiras/os/es tutelares e funcionárias/os/es de entidades conveniadas sobre direitos, atendimentos culturalmente sensíveis e especificidades da população imigrante, contemplando sua diversidade e recortes de gênero, idade e deficiência, dentre outros.	# de pessoas capacitadas por ano Linha de base: 300 anualmente	400 pessoas capacitadas por ano

Fonte: São Paulo (2020a).

QUADRO 37 - MATRIZ DE AÇÕES, INDICADORES E METAS PARA O EIXO II: ACESSO À ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

Nº	Ação	Indicador (com linha de base)	Meta
23	Produzir o levantamento, mapeamento e a análise de dados sobre o acesso à habitação da população imigrante, incluindo dados desagregados por nacionalidade e gênero.	# de relatórios produzidos por semestre Linha de base: 0	01 relatório por semestre com informação de famílias atendidas desagregada por nacionalidade e gênero produzido
24	Promover espaços de diálogo periódico e acesso à informação sobre o direito à moradia junto à população imigrante residente em ocupações, em articulação intersetorial com as secretarias municipais e a sociedade civil.	% de ocupações com residentes imigrantes contempladas com espaços de diálogo promovidos pela Prefeitura. Linha de base: a definir	80% das ocupações com residentes imigrantes.
25	Assegurar o acesso de imigrantes aos programas de moradia, aquisição e/ou locação sociais, com especial atenção para mulheres vítimas de violência, considerando as diversas formações familiares e as características da população, e a legislação específica em vigor (Decreto 57.533/16).	% de população imigrante pleiteante incluída em programas de moradia por ano. Linha de base: a definir	60% da população imigrante atendida por ano
26	Apoiar e articular espaços de discussões junto à SMDHC e ao Conselho Municipal de Imigrantes sobre o acesso da população imigrante ao mercado imobiliário, por meio de espaços de diálogo, materiais informativos e sensibilização voltados ao setor imobiliário para flexibilização documental e facilitação da inclusão de pessoas imigrantes.	Material de informação e sensibilização para o setor imobiliário disponibilizado (Sim/Não) Linha de base: Não # de espaços de diálogo com o setor imobiliário para sensibilização sobre imigrantes realizados por ano Linha de base: 0	Sim 01 espaço de diálogo realizado por ano
27	Articular diálogo junto à Defensorias Públicas do Estado e da União, com o objetivo de garantir o acesso à informação	Parceria estabelecida com a Defensoria Pública do Estado. (Sim/Não)	Sim

	e orientação sobre direitos e deveres de locação e compra de imóveis para pessoas imigrantes.	Linha de base: Não. Parceria estabelecida com a Defensoria Pública da União. (Sim/Não) Linha de base: Não.	Sim
28	Fomentar a participação da população imigrante na Conferência Municipal de Habitação, incluindo suas etapas preparatórias, por meio de divulgação direcionada.	# de pessoas imigrantes participantes nas Conferências Municipais de Habitação, incluindo suas etapas preparatórias Linha de base: desconhecida	Mínimo de 60 pessoas imigrantes participantes

Fonte: 1º Plano Municipal de Políticas para Imigrantes (SÃO PAULO, 2020a).

QUADRO 38 - MATRIZ DE AÇÕES, INDICADORES E METAS PARA O EIXO III: VALORIZAÇÃO E INCENTIVO À DIVERSIDADE CULTURAL

Nº	Ação	Indicador (com linha de base)	Meta
29	Destinar um palco específico para pessoas imigrantes na região central da cidade - Palco Imigrante - na programação da Virada Cultural, garantindo a visibilidade e participação de artistas de diferentes nacionalidades, contemplando diversas linguagens artísticas e com curadoria imigrante.	# palcos específicos na Virada Cultural por ano Linha de Base: 0	01 palco e/ou estrutura permanente na Virada Cultural anualmente.
30	Promover e apoiar as feiras de populações imigrantes, por meio de sua regularização em espaços amplos, seguros e confortáveis, cadastramento de feirantes e suas atividades, desburocratização para participação em eventos promovidos pela Prefeitura, e divulgação das feiras.	# de novas feiras regularizadas Linha de Base: 04	08 feiras regularizadas
31	Mapear, de forma participativa, os espaços/grupos culturais de pessoas imigrantes existentes e suas demandas, incluindo as datas festivas da população imigrante, tornando este mapeamento acessível, traduzindo-o em diversos idiomas e assegurando sua ampla divulgação.	# de mapeamentos realizados, traduzidos e divulgados a cada dois anos. Linha de Base: 0	01 mapeamento de espaços/grupos/festividades realizado e traduzido a cada dois anos
32	Destinar recursos e insumos aos espaços, grupos e festividades culturais da população imigrante previamente mapeados.	# de espaços/grupos/festividades apoiados Linha de Base: 0	02 espaços/grupos/festividades apoiadas
33	Criar e manter um centro cultural de referência e memória sobre imigração, observando especialmente os novos fluxos migratórios, que (1) promova a atuação de diversas vertentes artísticas e culturais de diferentes origens; (2) seja um espaço aberto para ensaios e realização de eventos; (3) tenha laboratórios de criação artística e salas de projeções; (4) institua um centro de estudos multidisciplinares migratórios que produza conteúdo e pesquisa na área cultural; (5) seja cedido e mantido pelo poder público, idealizado e gerido por imigrantes de forma independente.	# de centros criados Linha de Base: 0	01 centro criado

34	Criar e organizar espaços culturais seguros permanentes dentro dos equipamentos públicos existentes, sob curadoria imigrante, bem como ampliar o acesso a esses locais, onde possam ser desenvolvidas manifestações culturais, ensaios, oficinas, palestras, concertos, arte de rua e residências artísticas das pessoas imigrantes voltados ao público em geral.	# de equipamentos públicos com espaços culturais para pessoas imigrantes Linha de Base: 0 # de ações culturais com curadoria de pessoas imigrantes realizadas Linha de Base: 0	16 equipamentos públicos com espaços culturais para pessoas imigrantes. 48 ações com curadoria de pessoas imigrantes realizadas
35	Estruturar uma política municipal de valorização da contribuição artística e cultural trazida pela população imigrante, com especial destaque para os novos fluxos migratórios, por meio de: adequação e tradução, em diferentes idiomas, de editais, chamamentos e projetos às especificidades dessa população (auto declaração de residência, aceitação de projetos em outros idiomas, desburocratização de procedimentos como a exigência de CNPJ, entre outras); inclusão de ações afirmativas para população imigrante nos editais culturais, chamamentos e projetos.	% de editais culturais traduzidos e acessíveis à população imigrante Linha de Base: 0 % de editais voltados à população imigrante acessíveis e traduzidos Linha de Base: 0 Documento orientador para editais da SMC elaborado e divulgado (Sim/Não) Linha de Base: Não	80% de editais traduzidos e acessíveis 100% dos editais voltados à população imigrante traduzidos e acessíveis Sim
36	Fortalecer a participação na política municipal de valorização da contribuição artística e cultural da população imigrante por meio de: participação de um/a/e representante do CMI na avaliação dos projetos; inclusão de pessoas imigrantes nas comissões de elaboração, avaliação e seleção de editais públicos de cultura; criação de canais que promovam orientação e formação de pessoas imigrantes interessadas em participar de editais culturais.	Representante do CMI incluído em comissões de editais públicos (Sim/Não) Linha de Base: Não Imigrantes incluídas/os/es em comissões de editais públicos (Sim/Não) Linha de Base: Não Linha de Base: Não Canais de orientação e formação criados (Sim/Não) Linha de Base: Não	Sim Sim Sim
37	Contratar educadoras/es imigrantes para trabalhar no Centro de Referência e Atendimento de Imigrantes (CRAI) para capacitar as pessoas imigrantes interessadas em atuar na área cultural, incluindo cursos de agente cultural visando remuneração.	# educadora/es imigrantes contratadas/os Linha de Base: 0	02 educadoras/es imigrantes contratadas/os

Fonte: São Paulo (2020a).

QUADRO 39 - MATRIZ DE AÇÕES, INDICADORES E METAS PARA O EIXO IV: PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS E COMBATE À XENOFOBIA, AO RACISMO, À INTOLERÂNCIA RELIGIOSA E A QUAISQUER FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO.

Nº	Ação	Indicador (com linha de base)	Meta
38	Criar programas de conscientização sobre direitos da população migrante e combate à xenofobia, racismo, intolerância religiosa e outras formas de discriminação, considerando o recorte de gênero, idade, diversidade e idioma, bem como programas de facilitação do acesso a documentação, trabalho, serviços públicos, e visando efetivar o reconhecimento da validade das documentações de migrantes junto a entidades públicas e privadas.	# de campanhas desenvolvidas por ano. Linha de base: 02 # de materiais produzidos por ano. Linha de base: 06	02 campanhas desenvolvidas por ano. 06 materiais produzidos por ano.
39	Apoiar a realização de estudos interdisciplinares, em parceria com as comunidades migrantes e as universidades, sobre o tema da xenofobia, racismo, intolerância religiosa e outras formas de discriminação, no intuito de embasar a elaboração de políticas transversalizadas e conscientizar a sociedade através de ampla divulgação.	# de estudos sobre o tema apoiados. Linha de base: a definir	04 estudos apoiados.
40	Aprimorar os canais de denúncia existentes para casos de xenofobia, racismo, intolerância religiosa e outras formas de discriminação (Portal de Atendimento SP 156 e Ouvidoria de Direitos Humanos) por meio de capacitação de atendentes e do fortalecimento da atuação, tornando-os mais acessíveis a migrantes através da ampliação do atendimento disponível em diferentes idiomas e garantindo o encaminhamento, monitoramento e respostas efetivas para denúncias recebidas.	% de atendentes capacitados/as/es. Linha de base: a definir # de idiomas de atendimento disponibilizados nos canais de denúncia. Linha de base: 0 # de relatórios sobre as denúncias recebidas publicados por ano. Linha de base: 0	80% atendentes capacitados/as/es. Atendimento disponibilizado em pelo menos 03 idiomas além do português. 01 relatório publicado por ano.
41	Criar um canal de denúncias para casos de xenofobia, racismo, intolerância religiosa e outras formas de discriminação de forma direta e explícita através da SMDHC, que receberá denúncias e realizará o monitoramento e acompanhamento ativo.	Protocolo para recebimento, encaminhamento e monitoramento de denúncias pela SMDHC criado (Sim/Não) Linha de base: Não	Sim.

42	Sistematizar junto às instituições competentes e divulgar dados relativos a violações de direitos humanos coletados nos canais de denúncia disponíveis, especialmente em situações de morte violenta, divulgando-os amplamente em diferentes idiomas.	# de relatórios publicados por ano. Linha de base: 0 Divulgação anual das informações do relatório em pelo menos 3 idiomas além do português (Sim/Não). Linha de base: 0	01 relatório publicado por ano. Sim
43	Ampliar o acesso à justiça por imigrantes, com especial atenção a recortes de gênero e de raça, por meio do estabelecimento e/ou fortalecimento de parcerias entre poder público e sociedade civil voltadas ao desenvolvimento de ações que assegurem maior equidade no processo judicial, tais como a facilitação do contato familiar e o acesso a centros de acolhimento especializado.	# de parcerias e iniciativas implementadas pela Prefeitura de São Paulo para a ampliação do acesso à justiça por imigrantes. Linha de Base: 02 # de pessoas imigrantes atendidas nas iniciativas de promoção de acesso à justiça. Linha de base: 373 atendimentos realizados pela parceria DPU-CRAI em 2019	04 parcerias e iniciativas. 25% de ampliação por ano.

Fonte: 1º Plano Municipal de Políticas para Imigrantes (SÃO PAULO, 2020a).

QUADRO 40 - MATRIZ DE AÇÕES, INDICADORES E METAS PARA O EIXO V: MULHERES E POPULAÇÃO LGBTI+: ACESSO A DIREITOS E SERVIÇOS

Nº	Ação	Indicador (com linha de base)	Meta
44	Criar, implementar, monitorar e avaliar fluxo especializado no atendimento e acompanhamento multilíngue a mulheres imigrantes em situação de violência no acesso a serviços protetivos socioassistenciais e de saúde, com respeito às particularidades linguísticas e migratórias, envolvendo, dentre outros equipamentos e serviços, o Centro de Referência e Atendimento a Imigrantes (CRAI), o Centro de Referência da Mulher (CRM), o Centro de Cidadania da Mulher (CCM), as Delegacias da Mulher, e os Centros de Acolhida (CAs).	Fluxo especializado de atendimento e acompanhamento multilíngue implementado. (Sim/Não). Linha de Base: Não. Publicação anual de dados sobre o atendimento de mulheres imigrantes vítimas de violência atendidas nos serviços de assistência social e proteção às mulheres. (Sim/Não). Linha de base: Não.	Sim Sim
45	Criar, implementar, monitorar e avaliar fluxo especializado no atendimento e acompanhamento multilíngue a pessoas LGBTI+ imigrantes no acesso a serviços protetivos e socioassistenciais, envolvendo, dentre outros, o Centro de Referência e Atendimento de Imigrantes (CRAI), os Centro de Cidadania LGBTI+	Fluxo especializado de atendimento e acompanhamento multilíngue implementado. (Sim/Não). Linha de Base: Não.	Sim

	(CLGBTI+) e o Centro de Referência da Diversidade (CRD).	Publicação anual de dados sobre o atendimento a pessoas LGBTI+ imigrantes nos serviços de assistência social, saúde e direitos humanos. (Sim/Não).	Sim
		Linha de base: Não.	
46	Ampliar a realização de campanhas multilíngues de informação e sensibilização em equipamentos públicos e espaços frequentados pelas comunidades imigrantes, incluindo a disponibilização de materiais e a participação de coletivos e organizações da sociedade civil com atuação na temática, direcionadas a: (1) informar mulheres e população LGBTI+ imigrante sobre (a) acesso à política pública para imigrantes e às políticas públicas de saúde sexual, reprodutiva e mental; (b) direitos sexuais e reprodutivos; (c) regularização migratória e direito ao refúgio fundado em perseguição por orientação sexual e identidade de gênero; (d) direito ao casamento e união estável homoafetivos; (e) proteção legal contra xenofobia, LGBTfobia e violência contra a mulher, incluindo informações sobre canais de denúncia e serviços protetivos especializados; (2) sensibilizar homens e meninos imigrantes para a prevenção da violência de gênero contra a mulher e a população LGBTI+, bem como sobre a responsabilização familiar paterna.	# de campanhas multilíngues de informação e sensibilização realizadas anualmente. Linha de Base: a definir	04 campanhas multilíngues por ano.
47	Capacitar servidoras/es públicos e equipes técnicas dos serviços da rede socioassistencial e de saúde para promover o atendimento humanizado não cisheteronormativo às mulheres e à população LGBTI+ imigrante, garantindo-se, ainda, o respeito à diversidade cultural, religiosa e a práticas tradicionais de autocuidado em saúde.	# de profissionais da rede socioassistencial e de saúde capacitados/as/es no atendimento humanizado, não cisheteronormativo e culturalmente sensível às mulheres e à população LGBTI+ imigrantes. Linha de Base: 0	100 profissionais da rede socioassistencial e de saúde capacitados por ano.
48	Ampliar ações e projetos de geração de trabalho, emprego e renda voltados para mulheres e população LGBTI+ imigrante, incluindo, dentre outros, a realização de parcerias com empresas para a contratação dessas populações, a incidência para a ampliação da disponibilidade de linhas de crédito específicas, e a divulgação e ampliação do Programa Transcidadania para a população imigrante.	% de pessoas imigrantes inscritas em projetos voltados a geração de trabalho, emprego e renda para mulheres e pessoas LGBTI+. Linha de Base: desconhecida	3% do total de vagas disponíveis ocupadas por pessoas imigrantes.
49	Criar e implementar programas sociais e protocolos específicos para o apoio a imigrantes gestantes e/ou em contexto de monoparentalidade, incluindo a ampliação da oferta de centros de acolhida especializados para esse público.	Programas e protocolos de atendimento específico a imigrantes gestantes e/ou em contexto de monoparentalidade criados. (Sim/Não).	Sim.

		Linha de Base: Não	
50	Fomentar a contratação de mulheres e pessoas LGBTI+ imigrantes nos serviços públicos municipais.	# de mulheres e de pessoas LGBTI+ imigrantes contratadas na gestão e nos serviços públicos municipais. Linha de base: a definir # ações para a promoção da contratação de mulheres e pessoas LGBTI+ imigrantes nos serviços públicos. Linha de base: a definir	# de mulheres e pessoas LGBTI+ imigrantes triplicados. # de ações para promoção da contratação de mulheres e pessoas LGBTI+ imigrantes duplicado por ano.

Fonte: 1º Plano Municipal de Políticas para Imigrantes (SÃO PAULO, 2020a).

QUADRO 41 - MATRIZ DE AÇÕES, INDICADORES E METAS PARA O EIXO VI: PROMOÇÃO DO TRABALHO DECENTE, GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL.

Nº	Ação	Indicador (com linha de base)	Meta
51	Criar comissão para incidência e acompanhamento de processos de revalidação de diplomas de nível superior, médio ou técnico, que deverá debater os custos e estratégias para a simplificação dos processos, produzir material informativo sobre o tema, e promover a ampliação da oferta e divulgação de serviços de auxílio na revalidação.	Comissão criada, incluindo mapa de atores participantes, plano de atuação e cronograma de reuniões periódicas. (Sim/Não) Linha de Base: Não.	Sim
52	Promover o aumento da oferta de vagas gratuitas em cursos de qualificação profissional diversificados e em horários adequados às necessidades da população imigrante, especialmente de mulheres imigrantes, incluindo a ampliação e divulgação de parcerias com o sistema "S" e outras instituições por meio de convênios e acordos.	#de pessoas imigrantes concluintes de cursos de qualificação profissional, incluindo recorte de gênero. Linha de base: a definir	25% de ampliação por ano, incluindo mínimo de 50% de mulheres.
53	Incentivar o reconhecimento das experiências laborais de imigrantes nos países de origem para fins de contratação por empresas no Brasil, incluindo durante a intermediação de vagas de trabalho por agências de apoio a trabalhadores/as, dentre outras frentes de incidência.	# de mutirões de contratação implementados. Linha de base: 1 # de pessoas imigrantes encaminhadas por serviços públicos municipais Linha de Base: 549 # de pessoas imigrantes contratadas a partir do encaminhamento de serviços públicos municipais Linha de Base: 37	01 mutirão realizado por ano 2.000 pessoas imigrantes encaminhadas por ano 200 pessoas imigrantes contratadas por ano

		Capacitação anual de funcionários dos CATes para atendimento qualificado à população migrante, incluindo sobre como considerar experiências anteriores nos países de origem (Sim/Não) Linha de base: Não	Sim
54	Promover e garantir ações de incentivo a empreendedoras/es migrantes, incluindo, dentre outras: (a) promoção do acesso a microcrédito e crédito para empreendedoras/es migrantes, assegurando a aceitação de documentação migratória válida, em iniciativas da Prefeitura e de parceiros; (b) ampliação e aprimoramento dos serviços de atendimento e orientação presenciais quanto ao procedimento de formalização de empresas de pequeno, médio e grande porte, incluindo atendimento multilíngue; (c) adequação dos editais e programas voltados ao empreendedorismo às especificidades da população migrante, incluindo disponibilização de informações multilíngue nas plataformas digitais da prefeitura de São Paulo.	% ¹⁰³ de beneficiárias/os/es de iniciativas da Prefeitura de microcrédito e crédito que sejam migrantes. Linha de base: a definir # de pessoas migrantes atendidas por serviços de orientação para empreendedorismo. Linha de base: a definir Elaboração de material multilíngue para a população migrante sobre os editais e programas voltados ao empreendedorismo. (Sim/Não) Linha de base: Não	3% de beneficiárias/os/es atendidas/os/es sendo migrantes 2.000 pessoas migrantes atendidas por ano Sim
55	Promover campanhas de conscientização sobre o trabalho análogo ao escravo e a discriminação contra migrantes no trabalho, com observância de questões de gênero, voltadas ao poder público, à iniciativa privada, à sociedade civil e à população migrante, em canais oficiais e em pontos estratégicos de grande circulação de pessoas, incluindo palestras territorializadas em diferentes horários e equipamentos públicos e a distribuição de materiais informativos que divulguem canais de denúncia.	# de campanhas anuais territorializadas realizadas. Linha de Base: 0.	01 campanha realizada por ano
56	Ampliar os canais de denúncia e assessoria jurídica continuada para casos de violação do direito do trabalho.	# de pessoas migrantes atendidas sobre orientações trabalhistas. Linha de base: a definir	25% de ampliação por ano

¹⁰³ Indicadores percentuais: adotados para Ações que incidem sobre um universo já existente e conhecido e cuja análise de efetividade demanda quantificação proporcional ou amostral (e.g. % de vagas específicas para pessoas migrantes em centros de acolhida municipais; % de servidoras/es públicas/os migrantes atuando na rede pública).

		Serviço de acolhimento de denúncias e assessoria jurídica continuada sobre violações trabalhistas oferecido a à população imigrante, incluindo por meio de parcerias. (Sim/Não) Linha de base: Não	Sim
57	Prever membro titular e suplente do CMI na COMTRAE	Membros titular e suplente do CMI empossados na COMTRAE. (Sim/Não) Linha de Base: Não	Sim
58	Ampliar o acesso de imigrantes vendedoras/os/es ambulantes e empreendedoras/es a espaços públicos seguros para a sua atuação, por meio do diálogo permanente com associações de comerciantes e cooperativas, do aumento de ofertas acessíveis de locais para comércio e de participação em feiras gastronômicas, artesanais e outras realizadas no município de São Paulo.	% de inscritos em credenciamentos de comida de rua, feiras gastronômicas e outros programas de apoio a empreendedoras/es gastronômicos que sejam imigrantes. Linha de base: a definir. # de espaços de diálogo com associações de comerciantes e cooperativas com participação de pessoas imigrantes. Linha de base: a definir. # de pessoas imigrantes inscritas em programas de apoio a artesãos e manualistas. Linha de base: 59	3% do total de inscritas/os/es sendo imigrantes 02 espaços de diálogo anuais. 25% de ampliação por ano.
59	Fortalecer o acesso da população imigrante à política de regularização do comércio de rua, incluindo serviço de orientação e auxílio em processos de regularização do uso de espaços para venda e a sensibilização de agentes de fiscalização sobre a temática migratória.	# de pessoas imigrantes regularizadas para comércio de rua. Linha de base: a definir # de agentes fiscalizadores sensibilizadas/os/es sobre temática migratória. Linha de base: 0	1.350 pessoas imigrantes regularizadas. 100 agentes sensibilizadas/os/es anualmente.

Fonte: 1º Plano Municipal de Políticas para Imigrantes (SÃO PAULO, 2020a).

QUADRO 42 - MATRIZ DE AÇÕES, INDICADORES E METAS PARA O EIXO VII: ACESSO À EDUCAÇÃO INTEGRAL, AO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA IMIGRANTES E RESPEITO À INTERCULTURALIDADE

Nº	Ação	Indicador (com linha de base)	Meta

60	Ampliar e institucionalizar a qualificação continuada de profissionais atuantes em todos os níveis e cargos do sistema de ensino público municipal sobre métodos de educação, didáticas e pedagogias relacionadas aos temas de migração e direitos da população imigrante, incentivando a participação por meio de certificação da prefeitura e/ou por universidades, inclusão de pontuação para plano de progressão de carreira e oferta da modalidade de ensino presencial e a distância.	% de profissionais do ensino público municipal capacitadas/os/es para o atendimento à população imigrante. Linha de Base: a definir # de capacitações semestrais, por DRE, de profissionais do sistema de ensino público municipal para o atendimento à população imigrante. Linha de Base: a definir # DRE anualmente capacitadas Linha de Base: a definir	50% dos profissionais capacitadas/os/es 01 capacitação por semestre, por DRE 13 DRE anualmente capacitadas
61	Promover iniciativas voltadas à conscientização de estudantes sobre o respeito à diversidade.	% de estudantes alcançados/es com iniciativas sobre o respeito à diversidade. Linha de Base: 1.039.196 estudantes matriculadas/os/es em junho de 2020).	100% de estudantes alcançadas/os/es.
62	Sistematizar e divulgar informações, em diferentes idiomas, acerca do sistema de ensino na cidade de São Paulo, incluindo dados e referências atualizados sobre equivalência escolar, formas de inserção escolar no Brasil, mapeamento e georreferenciamento de escolas municipais.	Informações sobre sistema de ensino na cidade de São Paulo sistematizadas e publicizadas em 7 ou mais idiomas. (Sim/Não) Linha de Base: Não	Sim
63	Ampliar a articulação entre as Secretarias de Educação municipal e estadual para o mapeamento de instituições de ensino públicas atuantes na educação básica, técnica e superior no município de São Paulo que possuam alunas/os/es imigrantes, e promover o compartilhamento de boas práticas, incluindo, dentre outros temas, aqueles relacionados a cursos de português para população imigrante, programas de formação de servidoras/es e demais atividades de mediação educacional.	# de mapeamentos anuais realizados sobre instituições de ensino municipais e estaduais da educação básica, técnica e superior que possuam alunas/os/es imigrantes Linha de Base: 0 Fluxo estabelecido para compartilhamento periódico de boas práticas. (Sim/Não) Linha de Base: Não	01 mapeamento realizado por ano Sim
64	Disponibilizar EJA e CIEJA, dentre outros cursos, nas escolas públicas da rede municipal aos finais de semana no intuito de promover a inclusão da população imigrante.	Oferta de EJA e CIEJA, dentre outros cursos, aos finais de semana (Sim/Não) Linha de base: Não.	Sim
65	Fortalecer os canais de diálogo com instituições de ensino públicas e privadas para a sua sensibilização e adoção de ações afirmativas que ampliem o ingresso facilitado, a permanência e a conclusão de pessoas imigrantes nos diversos níveis do sistema educacional, incluindo ensino	# de pessoas imigrantes matriculadas no sistema de ensino público municipal Linha de Base: 7.287	25% de ampliação por ano

	técnico e superior, com especial atenção às populações imigrantes em situação de vulnerabilidade.	Estudo realizado sobre a permanência de estudantes nos diversos níveis do sistema educacional. (Sim/Não)	Sim
		Linha de Base: Não	
66	Fortalecer a política municipal de acolhimento de estudantes imigrantes por meio da: (1) oferta de acompanhamento das aprendizagens de português para imigrantes no contraturno da educação básica; (2) oferta de aulas de idiomas para promover a aproximação cultural; (3) promoção de atividades de mediação cultural e de valorização da língua materna; (4) contratação de professoras/es de Português como Língua de Acolhimento (PLAc) itinerantes para atuação em escolas com maior concentração de estudantes imigrantes; (5) garantia de espaços de diálogo nas escolas públicas municipais para promoção e integração de estudantes imigrantes; e (6) oferta de apoio psicológico e socioassistencial e de canais de denúncia de casos de violência para estudantes imigrantes.	Programa de acolhimento de estudantes imigrantes no ambiente escolar criado. (Sim/Não)	Sim
		Linha de Base: Não	
		% de unidades de ensino municipais com estudantes imigrantes que dispõem de projetos de acolhimento no ambiente escolar	100% das unidades de ensino municipais que possuem estudantes imigrantes
		Linha de Base: a definir	
67	Aprimorar o "Programa Portas Abertas" por meio de: (1) oferta de aulas de português em centros de acolhida para imigrantes e outros locais; (2) disponibilização da metodologia do programa e de suporte técnico para a sua utilização por atores externos; (3) formação continuada de professora/es em Português como Língua de Acolhimento (PLAc), incentivando a contratação de professoras/es imigrantes e propondo parceria com universidades; (4) oferta de ensino de português avançado e para fins específicos, como acadêmicos e profissionais, dentre outros; (5) oferta de material complementar para estudantes; (6) institucionalização por lei com vínculo aos programas de auxílio transporte, certificação de curso profissional e regimes de cursos para estágio remunerado; (7) ampliação de locais de oferta a partir do mapeamento das demandas da população migrante; (8) flexibilização dos horários, especialmente para o período noturno e finais de semana, incluindo a observância de demandas de públicos específicos, como, por exemplo, de mães imigrantes e suas necessidades de flexibilização de horários, de apoio para as/os filhas/os/es e de acesso a informações sobre seus direitos; (9) ampliação da divulgação do curso; (10) fortalecimento da qualidade técnica do curso; (11) oferta de modalidade de	Programa Portas Abertas ofertado aos finais de semana. (Sim/Não)	Sim
		Linha de Base: Não	
		Centros de Acolhida para imigrantes com aulas de português disponibilizadas. (Sim/Não)	Sim
		Linha de Base: Não	
		Metodologia do Programa Portas Abertas divulgada em site da Prefeitura de São Paulo.	Sim
		(Sim/Não) Linha de Base: Não	
		# de professoras/es formadas/os/es em Português como Língua de Acolhimento (PLAc)	25% de ampliação por ano
		Linha de Base: 48 professoras/es formadas/os em 2019.	
		Cursos de português avançado e para fins acadêmicos e profissionais disponibilizados (Sim/Não)	Sim

	Ensino a Distância, com emissão de certificado por meio de parcerias com universidades públicas.	Linha de Base: Não # de estudantes atendidas/os/es pelo Programa. Linha de Base: 871 estudantes atendidas/os/es em 2019 Programa Portas Abertas institucionalizado por lei, incluindo auxílio transporte, certificação profissional e regimes para estágio remunerado. (Sim/Não) Linha de Base: Não Curso ofertado na modalidade Ensino a Distância (Sim/Não) Linha de Base: Não.	25% de ampliação por ano Sim Sim
68	Elaborar documento orientador para promover a inclusão de entidades especializadas no atendimento à população imigrante na gestão de Centros de Educação Infantil - CEI.	Documento orientador elaborado e divulgado. (Sim/Não) Linha de Base: Não	Sim
69	Promover a expansão do acesso a creches e/ou a criação de rede pública comunitária de cuidado a filhas/os/es de imigrantes, garantindo o atendimento humanizado e multilíngue.	# de crianças imigrantes matriculadas em creches e/ou serviços públicos de cuidado infantil. Linha de Base: 1.587 crianças imigrantes matriculadas em junho de 2020 % de profissionais atuantes em creches e/ou serviços públicos de cuidado infantil capacitadas/os/es sobre a temática migratória e infância imigrante. Linha de Base: a definir Disponibilização de atendimento multilíngue em creches e serviços públicos de cuidado infantil que atendem crianças imigrantes. (Sim/Não) Linha de Base: Não	80% de ampliação ao final de quatro anos 50% das/os profissionais Sim

Fonte: 1º Plano Municipal de Políticas para Imigrantes (SÃO PAULO, 2020a).

QUADRO 43 - MATRIZ DE AÇÕES, INDICADORES E METAS PARA O EIXO VIII: ACESSO À SAÚDE INTEGRAL, LAZER E ESPORTE”.

Nº	Ação	Indicador (com linha de base)	Meta
70	Consolidar e ampliar ações de prevenção e promoção à saúde por meio de campanhas, programas permanentes e canais de comunicação voltados para a população migrante e implementados em articulação com a sociedade civil, incluindo informações sobre os serviços e a universalidade do Sistema Único de Saúde (SUS).	# de campanhas e programas implementados para a informação da população migrante sobre serviços públicos de saúde. Linha de Base: a definir Canais de comunicação diretos e acessíveis à população migrante implementados. (Sim/Não) Linha de Base: Não	# de campanhas e programas duplicado Sim
71	Implementar e consolidar, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), grupos de trabalho sobre "saúde da população migrante", incluindo a participação de gestoras/es, profissionais de saúde e população migrante, com o objetivo de promover a formação, sensibilização e desburocratização no acesso a serviços públicos de saúde.	Grupos de Trabalho sobre Saúde da População Migrante em funcionamento (Sim/Não) Linha de Base: Não. # de reuniões realizadas anualmente para a promoção da saúde da população migrante. Linha de Base: 0	Sim 04 reuniões realizadas por ano
72	Promover a participação de pessoas migrantes no Conselho Municipal de Saúde, bem como nos Conselhos Gestores das Unidades Básicas de Saúde (UBS).	Marco normativo publicado prevendo a participação de pessoas migrantes como membros, suplentes, eleitoras/es e observadoras/es no Conselho Municipal de Saúde. (Sim/Não) Linha de Base: Não Material informativo disponibilizado para população migrante, traduzido em diferentes idiomas, sobre a participação no Conselho Municipal de Saúde, bem como nos Conselhos Gestores da UBS. (Sim/Não) Linha de Base: Não	Sim Sim
73	Manter e consolidar a Saúde da Família como estratégia prioritária da atenção básica em territórios habitados por população migrante, incluindo o estabelecimento de fluxos especializados de atendimento e referenciamento no âmbito dos serviços públicos de saúde.	% de territórios com alta concentração de população migrante atendidos pela ESF. Linha de base: a definir. Protocolos Operacionais Padrão especializados no atendimento e	80% dos territórios atendidos. Sim

		referenciamento de pacientes imigrantes implementados. (Sim/Não) Linha de Base: Não	
74	Promover a capacitação permanente das equipes de saúde atuantes em todos os níveis de atenção para garantir atendimentos culturalmente sensíveis às especificidades da população migrante, em especial no que diz respeito a questões de gênero, orientação sexual e saúde mental.	% de profissionais atuantes nos equipamentos, serviços e estruturas da política de saúde na cidade capacitadas/os/es sobre especificidades no atendimento à população migrante. Linha de base: a definir	50% dos profissionais de saúde capacitadas/os/es.
75	Promover ações extramuros para atendimento especializado, em caráter itinerante e em horários alternativos, em bairros com grande presença de população migrante.	% de UBS com ações extramuros realizadas em bairros com grande presença de população migrante. Linha de Base: a definir	100% das UBSs
76	Aprimorar a gestão da política municipal de saúde por meio da incorporação da temática da migração aos sistemas públicos de informação, em ambas as escalas municipal e inframunicipal, bem como da publicização periódica de dados e da divulgação de fundos públicos municipais e estaduais destinados a pesquisas e ações em saúde.	% de Sistemas públicos municipais de informação em saúde, sob gerenciamento da SMS, que contemplem recortes específicos relacionados à população migrante. Linha de base: 0 Material informativo para divulgação sobre fundos públicos municipais destinados à pesquisa e ações em saúde. (Sim/Não) Linha de base: Não. Relatório sobre o acesso da população migrantes à rede municipal de saúde publicizado pela Prefeitura de São Paulo. (Sim/Não) Linha de base: Não.	80% dos Sistemas públicos municipais de informação Sim Sim
77	Promover ações de educação e sensibilização permanentes para servidoras/es públicas/os/es e demais atores relevantes acerca do parto humanizado e da assistência pré-natal em consideração à diversidade de culturas e costumes das mulheres migrantes.	% de servidoras/es públicas/os/es e demais atores relevantes capacitadas/os/es e/ou sensibilizadas/os/es Linha de Base: a definir	50% das/os/es servidoras/es relevantes capacitadas/os/es.

78	Promover e divulgar cursos para doulas imigrantes aos finais de semana para a ampliação do acesso à assistência pré-natal e ao parto humanizado culturalmente sensíveis por parte de gestantes imigrantes.	Cursos de formação de doulas ofertados com vagas reservadas a imigrantes (sim/não). Linha de base: não.	Sim
79	Instituir aplicativo multilíngue e canal de interlocução remota entre a pessoa imigrante e intérprete especializado para garantir a padronização de abordagem intercultural nos serviços de atendimento em saúde física e mental.	Canal instituído para a interlocução remota entre pessoas imigrantes e intérpretes especializados no apoio em atendimentos em saúde física e mental. (Sim/Não) Linha de Base: Não	Sim
80	Promover e garantir o acesso a espaços gratuitos, seguros e adequados para o lazer, festividades e práticas esportivas pelas comunidades imigrantes, incluindo o mapeamento da ocupação territorial dos espaços e equipamentos públicos de esporte e lazer por essas comunidades.	Programa de inclusão da população imigrante em ações de esporte, lazer e recreação criado. (Sim/Não) Linha de Base: Não.	Sim

Fonte: 1º Plano Municipal de Políticas para Imigrantes (SÃO PAULO, 2020a).